UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
CURSO DE DOUTORADO

DANIEL DERREL SANTEE

FOUCAULT: FERRAMENTAS NA PRODUÇÃO CIENTÍFICA EM EDUCAÇÃO: UM OLHAR A PARTIR DAS TESES DE DOUTORADO

(VOLUME I)

CAMPO GRANDE/MS
2016

DANIEL DERREL SANTEE

FOUCAULT: FERRAMENTAS NA PRODUÇÃO CIENTÍFICA EM EDUCAÇÃO: UM OLHAR A PARTIR DAS TESES DE DOUTORADO

(VOLUME I)

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação - Curso de Doutorado, do Centro de Ciências Humanas e Sociais, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Antônio Carlos do Nascimento Osório

CAMPO GRANDE/MS
2016

Daniel Derrel Santee

FOUCAULT COMO FERRAMENTA NA PRODUÇÃO CIENTÍFICA EM EDUCAÇÃO:
UM OLHAR A PARTIR DAS TESES DE DOUTORADO

Trabalho apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Educação,
do Centro de Ciências Humanas e Sociais, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul,
como requisito final para a obtenção do título de Doutor.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. Antônio Carlos do Nascimento Osório - UFMS
Orientador

Prof. Dr. Marcos Villela Pereira – PUC/RS
Membro Titular

Profª. Dra. Alda Maria do Nascimento Osório - UFMS
Membro Titular

Profª. Dra. Vânia Maria Lescano Guerra - UFMS
Membro Titular

Profª. Dra. Maria Adélia Menegazzo - UFMS
Membro Titular

Campo Grande - MS, 15 de abril de 2016

A Deus

AGRADECIMENTOS

Não se escreve uma tese de doutorado sem um bom número de valiosos interlocutores. Este trabalho também é de vocês. Meus efusivos agradecimentos:

Ao Prof. Dr. *Antônio Carlos do Nascimento Osório*, pela aceitação do projeto e orientação da pesquisa; pelo acolhimento, carinho e confiança demonstrados em todo o processo de construção da Tese.

À minha eterna namorada e esposa, Profa. Dra. *Carolina Monteiro Santee,* cuja insistência me compeliu a iniciar, trilhar e concluir todo o processo de Pós-Graduação em nível de Doutorado.

Aos colegas do Grupo de Estudos e de Investigação Acadêmica nos Referenciais Foucaultianos (GEIARF) do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFMS, cujas discussões, compartilhamento de obras e de pontos de vista me iniciaram nos referenciais foucaultianos.

À Dra. *Tatiana Calheiros Lapas Leão* e ao Dr. *David Victor-Emanuel Tauro* pelas sugestões certeiras que balizaram minha pesquisa.

À minha querida professora, colega no Curso de Letras, Dra. *Maria Emília Borges Daniel*, pela valiosa orientação nos aspectos linguísticos desta tese.

Aos colegas professores e funcionários do Programa de Pós-graduação em Educação/UFMS pelas aprendizagens propiciadas e pelo pronto auxílio nos processos burocráticos.

Aos colegas do Curso de Letras do CCHS/UFMS pelas condições plenamente favoráveis à realização do Doutorado.

Ao meu pai, *Derrel,* que esteve sempre ao meu lado me ouvindo e apoiando nos momentos de dúvidas e aflição e à minha mãe *Dorothy*, pelas suas orações.

Aos meus filhos, *André, Arthur* e *Cynthia*, pela compreensão.

Aos Professores da Comissão Examinadora que se prontificaram a ler meu trabalho e me trouxeram inestimáveis contribuições.

Enfim, a todos aqueles que contribuíram para que este trabalho fosse possível.

UTOPIA

La utopía está en el horizonte.
Me acerco dos passos,
Ella se aleja dos passos.
Camino diez pasos mas
Y el horizonte se corre diez pasos más allá.
Por mucho que yo camine nunca la alcanzaré.
¿Entonces para que sirve la utopía?
Para eso, sirve para caminar.

"Palabras andantes"
de Eduardo Galeano

RESUMO

SANTEE, Daniel Derrel. **Foucault: ferramentas na produção científica em educação: um olhar a partir das teses de doutorado**. 2016. 366 f. Tese. (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, MS: 2016.

Esta tese apresenta um inventário da apropriação de obra de Michel Foucault nas teses de doutorado na área de educação no Brasil, no período de 1999 a 2010, disponíveis no Portal Domínio Público. A hipótese que deu origem à pesquisa foi que a obra "Vigiar e punir: nascimento da prisão" (1975/1999c) é a obra do autor mais utilizada pela área da educação no país. A partir do estudo de recorrência, com dados quantitativos obtidos, foi comprovado que foi esta a obra mais utilizada, apresentando um índice 79% de ocorrência nas teses. Pelas especificidades do estudo foi necessário utilizar alguns postulados de Orlandi (1984), Pêcheux (1969), Compagnon (1996), Deleuze (1962) e Grafton (1998) realizando assim a interlocução teórica e metodológica com a área da linguística. Dentre os resultados, destaca-se que Foucault aparece nesses relatórios por intermédio de citações e da utilização de segmentos de texto retirados da obra. A projeção da obra se dá nos temas relacionados a Políticas Educacionais, História da Educação ligadas às Instituições e às Individualidades, utilizando com maior frequência as seguintes partes da obra: O panoptismo, O corpo dos condenados, O exame e Os corpos dóceis, cada uma com pelo menos 10 citações. Foram também apresentadas as estratégias utilizadas para inclusão das citações nas teses, bem como a projeção dos contextos em que foram utilizadas, transformando-se assim em ferramenta confirmativa das realidades analisadas.

Palavras-chave: Educação; Michel Foucault; Inventário; Citações; Vigiar e Punir.

ABSTRACT

SANTEE, Daniel Derrel. **Foucault: tools in scientific literature in education: as seen in PhD thesis**. 2016. 366 p. Theses. (Doctorate in Education) - Federal University of Mato Grosso do Sul, Campo Grande, MS: 2016.

This thesis presents an inventory of the appropriation of the work of Michel Foucault in doctoral theses in the field of education in Brazil, from 1999 to 2010, available at Portal Domínio Público. The hypothesis that gave rise to the study was that the book Discipline and punish: the birth of the prison (1975/1999c) is the most used book by field of education in the country. From the study of recurrence of the quantitative data obtained it has been proven that it was the most used book with occuring in 79% of the theses. Due to the specifics of the study it was necessary to use some postulates of Orlandi (1984), Pêcheux (1969), Compagnon (1996), Deleuze (1962), and Grafton (1998) thus performing theoretical and methodological interlocution with the area of Linguistics. Among the results Foucault appears in these reports through quotations and some excerpts from the book. The projection of the work takes place in topics related to Educational Policy, History of Education, Institutions and Individuals concentrating maily in: Panopticism, The body of the condemned, The examination and Docile bodies, with at least 10 segments from each. The strategies used for inclusion of quotations in the theses were also observed, as well as the strategies used for the inclusion of the quotations, thus becoming a tool that confirms the realities analyzed.

Keywords: Education; Michel Foucault; Inventory; Quotations; Discipline and Punish.

RÉSUMÉ

SANTEE, Daniel Derrel. **La perspective sur l'utilisation de le Foucault dans les productions aux champs de l'éducation recontrées dans les thèses du doctoral au Brésil.** 2016, 366p. Thèse, (Doctorat en Éducation) – Université Fédéral de Mato Grosso do Sul, Campo Grande [MS], Brésil, 2016.

Cette thèse présente un inventaire de l'appropriation de l'œuvre de Michel Foucault au sein des thèses dans les champs de l'éducation au Brésil, disponibles au Portail du Domain Public du Ministère de l'Éducation brésilien sur le réseau. L'hypothèse au départ de la recherche fut que *Surveiller et punir: naissance de la prison* [1975/1999c] é l'œuvre de Foucault la plus consultée aux champs de l'éducation au Brésil. L'hypothèse fut confirmée à partir de l'étude de la récurrence avec les données quantitatives obtenues des thèses que confirmaient qu'elle fut la plus référenciée entre 79% des thèses. À partir de quelques postulats d'Orlandi [1984], Pêcheux [1969], Compagnon [1996], Deleuze [1962] e Grafton [1998], on a conclu que l'œuvre de Foucault fut appropriée moyennant l'usage de citations et des segments de *Surveiller et punir: naissance de la prison* [1999c]. Les thèmes Politiques éducationnelles e Histoire de l'Éducation furent les plus citées de cette œuvre e les parties les plus citées de *Surveiller et punir: naissance de la prison* [1999c] furent: Le panoptisme; Le corps des condamnés; L'examen e Le corps dociles, chacun avec au moins 10 citations. Les stratégies utilisées pour l'inclusion des citations dans les thèses furent également présentés, ainsi que les contextes dans lesquels elles ont été utilisées.

Mots-clés: Éducation; Michel Foucault; L'inventaire; Citations; Suveiller et Punir.

RESUMEN

SANTEE, Daniel Derrel. **Foucault: herramientas en la producción científica en la educación, una mirada a partir de tesis doctorales**. 2016. 366 f. Tesis. (Doctorado en Educación) - Universidad Federal de Mato Grosso del Sur, Campo Grande, MS: 2016.

Esta tesis presenta un inventario de la apropiación de la obra de Michel Foucault en las tesis doctorales en el área de educación en Brasil, entre 1999 y 2010, disponibles en el Portal Dominio Público. La hipótesis que originó esta investigación fue la que "Vigilar y castigar: nacimiento de la prisión" (1975/1999c) es la obra del autor más utilizada por el área de la educación en Brasil. A partir del estudio de la recurrencia, con datos cuantitativos, fue comprobada que dicha obra es la más utilizada, presentando un índice de 79% de recurrencia en las tesis. Por las especificidades del estudio, se hizo necesario utilizar algunos postulados de Orlandi (1984), Pêcheux (1969), Compagnon (1996), Deleuze (1962), y Grafton (1998) realizando así la interlocución teórica y metodológica con el área de la lingüística. Entre los resultados, se señala que Foucault figura en esos informes por intermedio de citaciones y de la utilización de segmentos de texto retirados de la obra. La proyección de la obra se dio en los temas relacionados a Políticas Educacionales y Historia de la Educación relacionadas a las Instituciones e Individualidades, utilizando con mayor frecuencia las siguientes partes de la obra: El panoptismo, El cuerpo de los delincuentes, El examen y Los cuerpos dóciles, cada una con por lo menos 10 citaciones. Fueron también presentadas las estrategias utilizadas para la inclusión de las citaciones en las tesis, refrendadas por las estrategias utilizadas para eso, bien como la proyección de los contextos en que fueron utilizadas; convirtiéndolas así en herramienta confirmativa de las realidades analizadas.

Palabras clave: Educación; Michel Foucault; Inventario; Citaciones; Vigiar y Castigar.

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 - Resultado da busca no banco de teses 41
Quadro 02 – Inventário de teses por Instituições ou IES e Regiões 47
Quadro 03 - Exemplo da planilha utilizada para verificação de obras referenciadas 71
Quadro 04 - Frequência das referências das obras de Foucault nas teses 72
Quadro 05 - Segmentos de “V&P” por tese 82
Quadro 06 - Dispersão de Segmentos na T151 83
Quadro 07 - Dispersão de Segmentos na T008 83
Quadro 08 - Dispersão de segmentos das apropriações de “V&P” 84
Quadro 09 - Expressões comuns da apropriação de ideias 89
Quadro 10 - Levantamento de Utilização de segmentos de “V&P” 93
Quadro 11 - Indicadores das teses 101

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 - Página de Consulta ao banco de teses da CAPES 36
Figura 02 - Resultado da Pesquisa..... 37
Figura 03 - Ficha de resumo com informações sobre a tese indicada 39
Figura 04 - Mensagem de indisponibilidade 46
Figura 05 - Formulário de Autorização 51
Figura 06 - Página de acesso ao Portal Domínio Público..... 53
Figura 07 - Consulta a Teses e Dissertações 54
Figura 08 - Página de Detalhe da Obra 63
Figura 09 - Página de cadastro 64
Figura 10 - Caixa com Resultado de Busca..... 69
Figura 11 - Exemplo de apropriação de texto de “V&P” 92

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 - Cronologia: anual por tipo de obra 29
Gráfico 02 - Resumos de Teses por ano 46
Gráfico 03 - Produções por Instituição 48
Gráfico 04 - Teses por região do Brasil 49
Gráfico 05 - Resumos e Teses por Ano 57
Gráfico 06 - Resumos e Teses por Região 58
Gráfico 07 - Resumos/Teses disponíveis 59
Gráfico 08 - Teses Total / Teses com referências a “V&P” 78
Gráfico 09 - Teses que citaram “V&P” por subárea 87

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 - Ocorrências do vocábulo *éducation* nos textos de Foucault em francês 27
Tabela 02 - Cronologia: anual por tipo de obra 28
Tabela 03 - Resumos e Teses por Região 58
Tabela 04 - Teses por Instituição: Produção e Disponibilização 60
Tabela 05 - Arquivos de Teses e Instituição 65
Tabela 06 - Textos mais citados 75
Tabela 07 - Capítulos por área/subárea de estudo 86

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT	-	Associação Brasileira de Normas Técnicas
BTC	-	Banco de Teses da Capes
CAPES	-	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
D&E	-	Obra Ditos e Escritos / *Dits et écrits* Volumes I, II, III, IV, V e VI
GEIARF	-	Grupo de Estudos e Investigação Acadêmica nos Referenciais Foucaultianos
IES	-	Instituições de Ensino Superior
PDF	-	*Portable Document File*
T/A/G	-	Tese, Ano e Gênero
"V&P"	-	Obra Vigiar e punir: nascimento da prisão (1999c)
UFSC	-	Universidade Federal de Santa Catarina
UFMS	-	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 18

1 EXERCÍCIOS E TENTATIVAS 21
1.1 INVENTÁRIO SOBRE O USO DA PALAVRA EDUCAÇÃO 24
1.1.1 Foucault e a Educação 25
1.1.2 Inventário da ocorrência do vocábulo *"éducation"* 27
1.1.3 A educação vista por Foucault em *Surveiller et punir* 30
1.1.4 Acessos possíveis do uso do vocábulo educação em Foucault 33

2 A BUSCA POR UM *CORPUS* 35
2.1 RESULTADOS DA CONSULTA À BASE DE TESES 40
2.2 DO ACESSO E DA DISPONIBILIDADE DE TESES 49
2.3 SOBRE O PORTAL DOMÍNIO PÚBLICO 50
2.4 DO INVENTÁRIO DOS ARQUIVOS DE TESE 62

3 A BUSCA POR REFERÊNCIAS E A FREQUÊNCIA DA PALAVRA *FOUCAUL(T)* NAS TESES 67
3.1 CONFIRMAÇÃO DA HIPÓTESE 75

4 A APROPRIAÇÃO DE FOUCAULT PELA EDUCAÇÃO NO BRASIL NA UTILIZAÇÃO DA OBRA "VIGIAR E PUNIR: NASCIMENTO DA PRISÃO" 77
4.1 INVENTÁRIO DAS TESES QUE REFERENCIAM "V&P" 77
4.2 FORMAS DE APROPRIAÇÃO 78
4.3 APROPRIAÇÃO POR MEIO DE CITAÇÕES 81
4.4 A VERIFICAÇÃO DA DISPERSÃO DAS CITAÇÕES DE "V&P" POR ÁREA E SUBÁREA DE ESTUDO 85
4.5 AS FORMAS DE UTILIZAÇÃO DAS CITAÇÕES 88
4.6 OS CONTEXTOS EM QUE AS CITAÇÕES DE "V&P" SÃO UTILIZADOS 100
4.7 A NOTA DE RODAPÉ 110
4.8 AS APROPRIAÇÕES POR MEIO DE CITAÇÕES 112

4.9 SEGMENTOS COINCIDENTES CITADOS EM MAIS DE UMA TESE 115
4.9.1 Considerações possíveis sobre a apropriação nos segmentos coincidentes citados em mais de uma tese..... 122
4.10 COTEJAMENTO DE SEGMENTOS DAS PARTES MAIS CITADAS DE "V&P" .. 124
4.10.1 O panoptismo..... 124
4.10.2 O corpo dos condenados 132

CONSIDERAÇÕES FINAIS: EPÍTOME SOBRE O PERCURSO E ALGUNS RESULTADOS DA PESQUISA 140

REFERÊNCIAS 145

VOLUME II – ANEXOS 148

INTRODUÇÃO

Esta tese se pauta em análise empírico-analítica das formas de apropriação da obra "Vigiar e punir: nascimento da prisão" (1975/1999c) de Michel Foucault pela área da educação no Brasil, tendo como fonte as teses disponíveis no Portal Domínio Público[1], buscando compreender as estratégias adotadas pelos seus autores quando o utilizam como ferramenta de estudo, tanto no campo teórico e metodológico, como na forma de suporte às suas análises e considerações.

No Capítulo 1, sob o título "Exercícios e Tentativas", busco historiar os motivos e os percursos que me levaram a criar hipótese sobre as citações da obra "Vigiar e punir: nascimento da prisão" (1975/1999c) pela área da Educação no Brasil e revelo meus primeiros contatos e impasses com os escritos de Foucault, na década de 1980 que ocorreram durante o curso de mestrado em Letras na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Transcorridas três décadas desde que conclui o curso, observei que a utilização das obras do referido autor se perpetuaram nos moldes de olhares diferenciados da realidade, independente das áreas de conhecimentos. A intensidade que transformou esta perspectiva teórico-metodológica levou-me ao vínculo com o Grupo de Estudos e Investigação Acadêmica nos Referenciais Foucaultianos (GEIARF) no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) para, não só retomar, mas compreender sobre o conjunto da obra do autor.

Durante minha vinculação ao GEIARF nos últimos seis anos observei a frequência com que a obra "Vigiar e punir: nascimento da prisão" (1975/1999c) se transformou numa das ferramentas pelos estudiosos da área. Realizei um inventário sobre as ocorrências e minhas suspeitas se confirmaram por uma incidência quantitativa, quando, por meio de palavras-chave, aproximei Foucault à educação, utilizando as obras originais, publicadas em francês. Essa consulta visou auferir a frequência da recorrência da expressão *éducation*. Nesse processo os resultados apontaram que foi na obra "Vigiar e punir: nascimento da prisão" (1975/1999c) que o autor mais escreveu a palavra "educação", num total de 35 vezes. Isso levou-me a criar uma hipótese inicial de que essa obra fosse, pelas incidências verificadas, talvez, a mais consultada na área da educação no Brasil.

[1] http: //www.dominiopublico.gov.br/

No Capítulo 2, “A Busca por um *Corpus*”, delineei as escolhas e os mecanismos utilizados para a busca do *corpus* de análise para conferir sustentação da hipótese investigativa deste estudo. Isso resultou na identificação de 236 relatórios de tese relacionados no Banco de Teses da Capes (BTC), para a área pretendida, que se apropriam de Foucault, e na obtenção de 34 teses de doutorado em formato digital que foram captadas no Portal Domínio Público.

O recorte foi de 2005 a 2010. Embora a pretensão inicial fosse de privilegiar todos os 236 relatórios produzidos no período de 1999 a 2010. Contudo, isso não foi possível por não se encontrarem disponibilizados no Portal Domínio Público. O quantitativo do campo de análise ficou definido pelo princípio de que os resumos encontrados no BTC não poderiam consistir de fontes de estudos, mas como parâmetros para estabelecimento de critérios para se chegar aos relatórios para realizar a leitura completa das teses. Com isso, o critério se deu pela disponibilidade das fontes.

Com esses subsídios, o primeiro procedimento adotado foi de selecionar, a partir da leitura dos trabalhos, as palavras-chave utilizadas pelos diferentes autores produzindo tabelas, buscando estabelecer índices de incidência, ganhando assim um tratamento estatístico das produções, pelos critérios: ano, instituição e região.

Os exercícios realizados e relatados se configuraram como o *corpus* da pesquisa, permitindo, no Capítulo 3, “A Busca por Referências e a Frequência da palavra Foucaul(t) nas Teses”, que a busca de referências pelas obras de Foucault dessem sustentação para a hipótese inicial, qual seja: a obra “Vigiar e punir: nascimento da prisão” (1975/1999c) foi a mais utilizada como ferramenta na área da educação no Brasil, devidamente comprovada, pelo índice de 79% das teses que a utilizaram como referência. Essa constatação foi marcada pela regularidade de ocorrências gerando a seguinte indagação: Como desvelar Foucault como ferramenta na área da educação no Brasil?

No Capítulo 4, “A Apropriação de Foucault pela Educação no Brasil na Utilização da Obra ‘Vigiar e punir: nascimento da prisão’”, a indagação levantada no capítulo anterior passou a ser verificada, remetendo à averiguação das formas de apropriações, por meio das citações utilizadas como excertos, exigindo leituras dos relatórios, identificando os segmentos de texto da obra e realizando cotejamento de sua utilização. Dentre esses trabalhos auferiu-se que 27 teses se utilizaram de alguma forma de referência à obra. Foi também comprovado pela verificação dos fragmentos da obra, que as partes mais citadas foram: O panoptismo, O corpo dos condenados, O exame e Os corpos dóceis, com pelo menos 10 citações em cada uma delas.

Através do cotejamento dos segmentos foi também possível apontar que os autores utilizaram o referencial com foco à educação projetando suas análises às temáticas: Políticas Educacionais, História da Educação ligadas às Instituições e às Individualidades que, agregadas, formam o conjunto das que mais utilizaram a obra em referências para dar respaldo às suas teses. O cotejamento das formas de utilização das citações levantou que as expressões mais comuns para introduzir a citação foram: “segundo [autor]”, “de acordo com [autor]” e “conforme [autor]”; e a expressão “perspectiva foucaultiana” foi a mais recorrente para introduzir referências dos relatórios, além de aparecerem na forma de citações entre aspas, citações adentradas e citações em notas de rodapé. Porém, nem todas foram fiéis ao original da obra, nem mantiveram o rigor acadêmico.

As planilhas que deram suporte às análises, assim como todos os relatórios gerados pelo *Adobe Acrobat Reader XI*® para cotejamento dos segmentos foram incluídos no Volume II organizados na forma de Anexos A, B e C contendo 219 páginas.

1 EXERCÍCIOS E TENTATIVAS

Neste capítulo historio o percurso que me levou ao presente objeto de pesquisa. Inicio discorrendo sobre minhas origens e produções acadêmicas de forma a evidenciar o lugar de onde falo e esclarecer as escolhas metodológicas tomadas.

Graduado em Letras em 1983 pelas Faculdades Unidas Católicas de Mato Grosso (FUCMT) em Campo Grande, Mato Grosso do Sul, iniciei meu mestrado na área de Letras na Universidade Federal de Santa Catarina em 1984. Meu projeto inicial de mestrado foi trabalhar com a literatura de ficção científica em língua inglesa, contudo, durante o decorrer do curso, minha pesquisa pendeu mais para os aspectos sociológicos centrando a investigação nas utopias e distopias na literatura de ficção.

A dissertação, escrita em língua inglesa, teve o título "*Modern Utopia: a reading of 'Brave New World', 'Nineteen Eighty-Four', and 'Woman on the Edge of Time' in the light of More's 'Utopia'*"[2] e nela realizei uma análise do sentido dos vocábulos utopia e distopia na obra "Utopia", de Thomas More (1975), em que a palavra teve origem e passou a ser usada para designar uma sociedade ideal, de existência improvável, ou uma ideia generosa, mas impraticável. Enfim, uma fantasia, ou uma quimera.

Durante o desenvolvimento de minha pesquisa, na década de 1980, o acesso a textos e materiais para consulta e referência em nada se assemelhava aos recursos eletrônicos e informatizados que temos atualmente. Nesse período, marcado por paradigmas e transformações sociais, a emergência dos discursos tinha em pauta temas relacionados a "utopia" em textos que, no ritmo característico daquele momento, vinham sendo paulatinamente disponibilizados em bibliotecas e livrarias. Concluí minhas análises utilizando a bibliografia disponível, mas mantendo-me sempre atento a novas possibilidades de interpretações e considerações que vinham sendo tecidas e disponibilizadas.

Uma das obras às quais tive acesso após a conclusão e defesa da dissertação, e que me chamou atenção, foi "As palavras e as coisas: Uma arqueologia das ciências humanas" (1999a), de Foucault, publicada em francês em 1966, na qual ele trata da utopia, de uma forma que a define como clássica e moderna. Para a época clássica, assevera, utopia era o sonho de um mundo que garantia o surgimento de uma sociedade ideal onde cada coisa tivesse seu lugar próprio e ordenado.

---

[2] **A Utopia Moderna:** uma releitura de "Admirável Mundo Novo", "1984", e "Mulher às Margens do Tempo**"** sob a ótica da "Utopia" de Thomas More.

Conforme Castro (2009, p. 420):

> Essa apreciação foucaultiana da utopia clássica está estreitamente ligada, como vemos, à descrição da episteme clássica em termos de ordem e representação. Na episteme do século XIX no entanto, em que o saber já não persegue o ideal de um quadro ordenado de representações, mas o encadeamento temporal do devir, a utopia consiste no desdobramento, precisamente, desse devir. Já não se trata da utopia da origem, mas do fim, o fim da história.

Essa percepção foucaultiana de como o século XIX vê a utopia como sendo o resultado do "desdobramento" da história não é a ideia apresentada na "Utopia" (1975), de Thomas More, que a descreve como uma sociedade, a seu ver, ideal, não se encontra em um tempo futuro, mas em sua própria era e seria uma solução aos seus próprios anseios. No entanto, Foucault tem razão ao perceber que a utopia vista pelo século XIX estaria no futuro. Tanto é que, em minha dissertação de mestrado, levantei que a literatura de ficção por mim analisada apresenta a utopia como sendo justamente esse "devir", a utopia "do fim, o fim da história".

A literatura nem sempre apresenta o devir de forma otimista, daí essa ideia foucaultiana descrita por Castro (2009) de fim da história e, para não contradizer a ideia de condição de sociedade com estrutura ideal apresentada por More, a literatura cunhou o termo "distopia" que jamais foi utilizado por Foucault, até mesmo porque não era sua intenção buscar uma nova definição para o que era popularmente adotado e cunhou o termo "heterotopia". Foucault (2013, p. 417-418) diz:

> As utopias são os posicionamentos sem lugar real. São posicionamentos que mantêm com o espaço real da sociedade uma relação geral de analogia direta ou inversa. É a própria sociedade aperfeiçoada ou é o inverso da sociedade mas, de qualquer forma, essas utopias são espaços que fundamentalmente são essencialmente irreais.
> Há, igualmente [...] lugares reais, lugares efetivos, lugares que são delineados na própria instituição da sociedade, e que são espécies de contraposicionamentos, espécies de utopias efetivamente realizadas nas quais os posicionamentos reais, todos os outros posicionamentos reais que se podem encontrar no interior da cultura estão ao mesmo tempo representados, contestados e invertidos, espécies de lugares que estão fora de todos os lugares, embora eles sejam efetivamente localizáveis. [...] eu os chamarei, em oposição às utopias, de heterotopias;

A heterotopia descrita por Foucault diverge da distopia basicamente porque esta se refere a um lugar real e efetivo enquanto aquela a um lugar, que, embora ficcional, é consequência possível de um lugar real, mas ambas se opõem à utopia.

Ainda no viés dos estudos literários, uma das peculiaridades do desenvolvimento das aulas da disciplina Literatura de Língua Inglesa, que ministro desde 1989 no Curso de Letras da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), é discorrer sobre a forma como a sociedade que se utiliza da língua inglesa pensava em cada época ou estágio de seu desenvolvimento para podermos ter uma noção do contexto em que a literatura era produzida. E em minhas leituras sobre o pensamento das sociedades ocidentais me deparei repetidas vezes com referências a Foucault, em especial sobre sua arqueologia e sua genealogia, as quais aguçaram minha curiosidade sobre o autor.

Certamente que nesse hiato de 30 anos desde o falecimento de Foucault muitos outros pesquisadores foram gradualmente descobrindo os seus escritos graças à sua interdisciplinaridade e "instigantes formulações teóricas". E, em análise posterior, vejo que o atrativo foi justamente porque

> [...] ao se interessar pela abrangência do conhecimento e pela expansão do raciocínio filosófico como estratégia interdisciplinar, a obra de Foucault abarca um número significativo de enfoques que inclui desde a crise do homem e do sujeito à sociedade disciplinar, carcerária, manicomial e institucional. (GUERRA e NOLASCO, 2015, p. 9)

Em 2010 comecei a participar das reuniões do GEIARF, sob coordenação do Prof. Dr. Antônio Carlos do Nascimento Osório, com o objetivo de me inteirar sobre o que mais estaria sendo estudado sobre Foucault e como as suas ideias estariam sendo apropriadas pela área da educação. Já nas primeiras reuniões de estudos tive clareza que a obra "Vigiar e punir: nascimento da prisão" de Foucault (1999c) era a que mais teria uma interface interdisciplinar com a área da Educação sendo a que mais trata dos regimes disciplinares e das instituições, pois:

> [...] a instituição sempre será espaço de disposição, arranjo, formação, instrução, educação do corpo e da mente; marcada por princípios, métodos, sistemas, doutrinas. Seu movimento será sempre operativo (ação propriamente dita), voltado para instituir, arranjar, estabelecer, construir, preparar, dar e recuperar; organizando seus propósitos na perspectiva de um determinado grau de regularidade ativa; concebido culturalmente por atributos designados em suas práticas sociais. Os movimentos das instituições serão ainda, sempre delimitadas em suas funções também construídas pela sociedade, especificando assim seus atributos. (OSÓRIO, 2010, p. 101)

Essa constatação me instigou a realizar levantamentos e a elaborar o presente projeto de pesquisa o qual submeti ao Programa de Pós-graduação em Educação - Curso de Doutorado, do Centro de Ciências Humanas e Sociais, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

A hipótese seria que, em razão de abarcar a sociedade disciplinar e institucional, "Vigiar e punir: nascimento da prisão" (1999c) seria a obra de Foucault, mais consultada pela área da educação no Brasil e que "O Panoptismo", capítulo que trata da vigilância, seria o mais citado. Com essa hipótese em mente surgiu a oportunidade de tomar um primeiro passo para confirmá-la com um inventário sobre o uso da palavra "educação".

1.1 INVENTÁRIO SOBRE O USO DA PALAVRA "EDUCAÇÃO"

O primeiro inventário que realizei em direção da busca da correlação Foucault e Educação, e que foi um ensaio voltado à busca eletrônica por palavras-chave, resultou em um trabalho apresentado no "II Encontro de História da Educação do Centro-Oeste - História da Educação: Fronteiras, Movimentos Sociais e Instituições Educativas na Região Centro-Oeste", realizado na Universidade Federal da Grande Dourados, no estado de Mato Grosso do Sul, no período de 29 a 31 de outubro de 2013, na modalidade de Comunicação Oral.

A comunicação foi desenvolvida para atender a chamada do Eixo Temático "Intelectuais e pensamentos educacionais" em que discorri, com limitação no número de páginas, sobre a frequência com que o intelectual Foucault trata do tema Educação em suas obras e nas aulas dos cursos ministrados no *Collége de France*, através dos resultados de uma pesquisa quantitativa com base na frequência do uso do vocábulo *"éducation"*.

Apontei que as ideias sobre poder, conhecimento e discurso de Paul-Michel Foucault (1926-1984), filósofo, historiador, sociólogo e crítico literário, francês, natural de Poitiers, autor de teorias filosóficas que tratam principalmente da natureza do poder, da maneira como o poder funciona, da maneira como ele controla o conhecimento e de como o conhecimento controla o poder como forma de controle social. Foucault é conhecido também pelas suas histórias das ideias e por estudos críticos de instituições sociais, principalmente as psiquiátricas, pela antropologia social da medicina, e das ciências humanas, pelos estudos sobre sistema prisional e pela história da sexualidade humana, influenciaram o mundo acadêmico, inclusive a área da educação. Contudo, Castro (2009, p. 134) explica:

> Ainda que as ideias e as análises de Foucault tenham interessado justamente àqueles que se ocupam da educação, nenhum texto de Foucault está inteiramente consagrado a essa questão. O tema da educação, que é sem dúvida importante na obra de Foucault, aparece sempre em relação com outros, a partir de outros.

O que torna sua apropriação pela área da Educação um desafio de leitura e interpretações por aparecer sempre em relação com e a partir de outros.

1.1.1 Foucault e a Educação

A relação de Foucault com o tema educação, segundo Castro (2009), se deu primeiramente ligada à disciplina nas obras "*Surveiller et punir"* (1975) e "*Les anormaux"* (1999b), apontando que a educação contribuiu para a reorganização do poder na modernidade, começando na monarquia e culminando com a derrocada do absolutismo ocidental. Em seguida, Foucault se volta para o processo da disciplinarização através da educação relacionada ao tratamento do próprio corpo. Em "*Les anormaux*" (1999b), Foucault trata "[...] da educação no contexto da grande cruzada contra a masturbação no século XVIII e a sexualização das condutas infantis". (CASTRO, 2009, p. 134)

Quanto à relação da educação com o discurso e o poder Foucault (1996, p. 43-44) assevera:

> Enfim, em escala muito mais ampla, é preciso reconhecer grandes planos no que poderíamos denominar a apropriação social dos discursos. Sabe-se que a educação, embora seja, de direito, o instrumento graças ao qual todo indivíduo, em uma sociedade como a nossa, pode ter acesso a qualquer tipo de discurso, segue, em sua distribuição, no que permite e no que impede as linhas que estão marcadas pela distância, pelas oposições e lutas sociais. Todo sistema de educação é uma maneira política de manter ou de modificar a apropriação dos discursos, com os saberes e os poderes que eles trazem consigo.

Em sua obra "*Surveiller et punir*" (1975), Foucault (1999c, p. 120), ao tratar da formação das disciplinas modernas, afirma:

> Nessa grande tradição da eminência do detalhe viriam se localizar, sem dificuldade, todas as meticulosidades da educação cristã, da pedagogia escolar ou militar, de todas as formas, finalmente, de treinamento. Para o homem disciplinado, como para o verdadeiro crente, nenhum detalhe é

> indiferente, mas menos pelo sentido que nele se esconde que pela entrada que aí encontra o poder que quer apanhá-lo. Característico, esse hino às 'pequenas coisas' e à sua eterna importância, cantado por Jean-Baptiste de La Salle, em seu Tratado sobre as Obrigações dos Irmãos das Escolas Cristãs. A mística do cotidiano aí se associa à disciplina do minúsculo.

Acrescenta ainda que o ensinar sobre o cuidado com o próprio corpo passou a fazer parte do currículo da escola primária e que, com a criação da escola Normal a educação passou a ser padronizada. Afirma que, antes do século XV, a educação ocidental era voltada prioritariamente para o clero e que, nos séculos XV e XVI, a educação passou a ser disponibilizada também aos burgueses e crianças começaram a ser escolarizadas cada vez mais jovens - processo definido por Foucault como sendo o "fenômeno da disciplinarização da sociedade," demonstrando também que o poder exercido sobre indivíduos através da educação na formação da personalidade corresponde à implantação de ideologias de um regime de tipo liberal.

Em "*Les anormaux*" (1999b), Foucault discute o aparecimento, a partir do final do século XVIII, da proposta de uma educação dita "natural", por acreditarem enquadrar-se em um esquema racional, na qual a família passa a ensinar as crianças sobre o cuidado com o próprio corpo enquanto pai e filhos discutem a disciplina de forma pedagógica e até mesmo médica, levando ao surgimento de ensinamentos contrários à masturbação. A partir daí o estado passa a discutir seu papel na educação das crianças, tirando da família essa responsabilidade:

> E agora os psicanalistas começam a dizer: 'A nós, a nós, o corpo de prazer das crianças!'; e o Estado, os psicólogos, os psicopatologistas, etc. dizem: 'A nós, a nós, essa educação!' Aí é que está a grande tapeação na qual o poder dos pais caiu. (FOUCAULT, 2001, p. 327).

A bibliografia de Foucault abrange o período de 1954, com a publicação do livro "*Maladie mentale et personnalité"* (1954), até o ano de seu falecimento (1984), em que foram publicados seus dois últimos volumes de "*L'histoire de la sexualité*" (1984a e 1984b), de alguns de seus artigos, de algumas reportagens e de entrevistas as quais concedeu naquele ano. A bibliografia foucaultiana inclui livros, artigos, entrevistas, aulas, anotações transcritas de cadernos de estudantes que frequentaram suas aulas, resumos das aulas produzidos depois, resumos de livros, artigos jornalísticos e áudio e vídeo das entrevistas gravadas.

1.1.2 Inventário da ocorrência do vocábulo *"éducation"*

Embora Foucault não tenha nenhum texto inteiramente consagrado à educação, Castro (2009, p. 135) contabiliza o termo francês *"éducation"*, o qual serviu de base para o inventário realizado na tabela de ocorrências do vocábulo *"éducation"* nos textos de Foucault em francês (tabela 01). A coluna "Num." demonstra o número de páginas em que o vocábulo *"éducation"* aparece pelo menos uma vez no texto correspondente. Na coluna "Ano", consta o ano em que o livro foi originalmente publicado em francês pela primeira vez; em se tratando de curso, refere-se ao período em que o curso foi ministrado; e nas coletâneas de entrevistas e artigos publicados em "*Dits et écrits*" (1994), refere-se ao período em que o material foi produzido ao invés do ano de publicação da coletânea, para possibilitar melhor visualização das ocorrências por ano.

Tabela 01 – Ocorrências do vocábulo *éducation* nos textos de Foucault em francês

TÍTULO ORIGINAL	ANO	TIPO	TRADUÇÃO PARA O PORTUGUÊS	NUM.
Maladie mentale et personnalité	1954	Livro	Doença mental e personalidade	1
Dits et écrits I	1954-1969	Entrevistas e Artigos	Ditos e escritos I	9
Maladie mentale et psychologie	1962	Livro	Doença mental e psicologia	1
La naissance de la clinique	1963	Livro	O nascimento da clínica	1
Les mots et les choses	1966	Livro	As palavras e as coisas	1
Dits et écrits II	1970-1975	Entrevistas e Artigos	Ditos e escritos II	23
L'ordre du discours	1971	Livro	A ordem do discurso	3
Histoire de la folie à l'âge classique	1972	Livro	História da loucura	10
Le pouvoir psychiatrique	1973-1974	Curso	O poder psiquiátrico	25
Les anormaux	1974-1975	Curso	Os anormais	14
Surveiller et punir, naissance de la prison	1975	Livro	Vigiar e punir, nascimento da prisão	26
"Il faut défendre la société"	1975-1976	Curso	Em defesa da sociedade	7
L'histoire de la sexualité 1. La volonté de savoir	1976	Livro	História da Sexualidade I. A vontade de saber	7
Dits et écrits III	1976-1979	Entrevistas e Artigos	Ditos e escritos III	25
Dits et écrits IV	1980-1984	Entrevistas e Artigos	Ditos e escritos IV	16
L'herméneutique du sujet	1981-1982	Curso	A hermenêutica do sujeito	27
L'histoire de la sexualité 2. L'usage des plaisirs	1984	Livro	História da Sexualidade II. O uso dos prazeres	12
L'histoire de la sexualité 3. Le souci de soi	1984	Livro	História da Sexualidade III. O cuidado de si	9
			TOTAL	**217**

Fonte: CASTRO, Edgardo. **Vocabulário de Foucault – Um percurso pelos seus temas, conceitos e autores.** [Trad. de Ingrid Müller Xavier]. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

Embora os textos já possuam tradução para o português, a ocorrência do vocábulo *"éducation"* por número de páginas foi inventariada nos textos originais de Foucault em francês, garantindo que não houvesse a interferência do tradutor, do revisor ou do editor no resultado da contagem de ocorrências, permitindo uma análise livre de interpretações paralelas.

O inventário de ocorrências permitiu observar que o curso "*L'herméneutique du sujet*" (2001), no Collège de France de 1981 a 1982, foi a ocasião em que Foucault mais tratou da educação com 27 páginas que abordam o tema, seguido de perto pelo livro "*Surveiller et punir*" (1975), com 26 páginas, e do curso "*Le pouvoir psychiatrique*" (2003), com 25 páginas. Por serem coletâneas, "*Dits et écrits*" (1994) II a IV, contam com ocorrências elevadas (23, 25 e 16 respectivamente) e englobam uma diversidade maior de temas. No entanto, surpreendentemente, "*Dits et écrits I*" (1994) apresenta apenas 9 páginas em que Foucault cita educação de uma maneira ou de outra.

Para visualizar a trajetória temporal do que poderíamos considerar o interesse de Foucault pela educação, através da análise de ocorrências das páginas que tratam do tema em seus escritos, inventariando o uso da palavra "*éducation*", foi produzida uma tabela relacionando a quantidade de ocorrências por tipo de produção (Livro, Curso ou Coletânea) distribuídas cronologicamente por ano. O resultado se vê na Tabela 02.

Tabela 02 – Cronologia anual por tipo de obra

ANO	LIVRO	CURSO	*DITS ET ÉCRITS*	TOTAL	ANO	LIVRO	CURSO	*DITS ET ÉCRITS*	TOTAL
1954	1		0,5625	1,5625	**1970**			3,833333	3,8333
1955			0,5625	0,5625	**1971**	3		3,833333	6,8333
1956			0,5625	0,5625	**1972**	10		3,833333	13,8333
1957			0,5625	0,5625	**1973**		12,5	3,833333	16,3333
1958			0,5625	0,5625	**1974**		19,5	3,833333	23,3333
1959			0,5625	0,5625	**1975**	26	10,5	3,833333	40,3333
1960			0,5625	0,5625	**1976**	7	3,5	6,25	16,75
1961			0,5625	0,5625	**1977**			6,25	6,25
1962	1		0,5625	1,5625	**1978**			6,25	6,25
1963	1		0,5625	1,5625	**1979**			6,25	6,25
1964			0,5625	0,5625	**1980**			3,2	3,2
1965			0,5625	0,5625	**1981**		13,5	3,2	16,7
1966	1		0,5625	1,5625	**1982**		13,5	3,2	16,7
1967			0,5625	0,5625	**1983**			3,2	3,2
1968			0,5625	0,5625	**1984**	21		3,2	24,2
1969			0,5625	0,5625					

Fonte: Próprio autor.

A inserção dos números, na Tabela 02, para a coluna Livro, foi muito simples uma vez que cada livro tratado está relacionado apenas com o ano de sua publicação. Contudo, na coluna Curso a quantidade de páginas inventariadas foi dividida por dois que foram incluídas nos dois anos do curso, tendo em vista que os cursos foram ministrados no período letivo europeu que se inicia no segundo semestre e finda no primeiro semestre do ano seguinte, sendo distribuídos dessa forma em dois anos civis.

Mais complexa foi a distribuição dos números relativos às páginas contendo "*éducation*" nas coletâneas *"Dits et écrits"* (1994), pois cada coletânea abrange um período diferente englobando um número variado de anos, e os dados fornecidos por Castro (2009, p. 135) contam apenas as páginas em cada um dos volumes separadamente sem especificar em qual ano o texto daquela página foi produzido. Dessa forma optou-se por dividir o número de páginas pelo número de anos para obtenção de uma distribuição equitativa.

A utilização dos dados da Tabela 02 resultou no Gráfico 01, que oferece uma visualização do percurso de Foucault no tratamento do tema educação, conforme verificado pela incidência do uso do vocábulo "*éducation*" nas obras originárias em francês. A década de 1970 foi o período em que Foucault mais utilizou a palavra "educação".

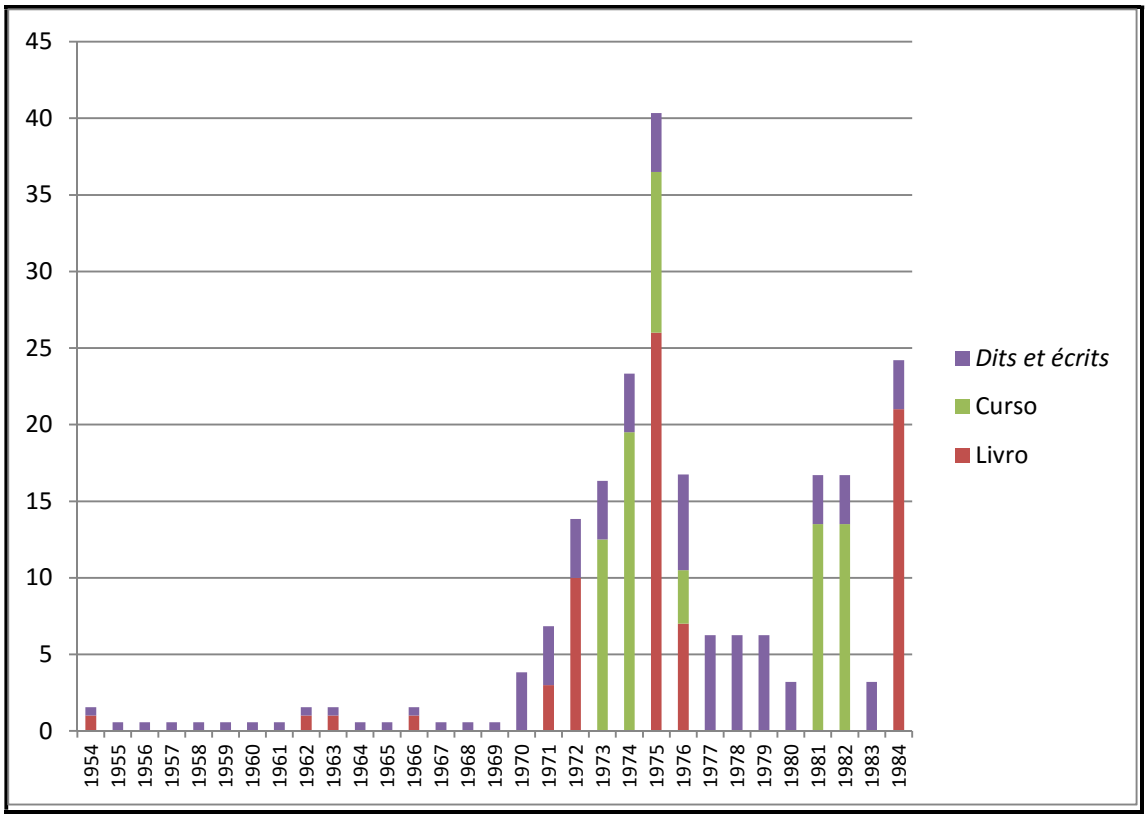


Gráfico 01 – Cronologia: anual por tipo de obra
Fonte: Próprio autor.

1.1.3 A educação vista por Foucault em *Surveiller et punir*

No Gráfico 01, é possível observar que 1975 foi o ano em que Foucault mais tratou do tema educação, lembrando mais uma vez que ele não tem nenhum texto inteiramente consagrado à educação, mas aborda o tema em relação a outros. Nesse ano, foi publicado o livro "*Surveiller et punir, naissance de la prison*" (1975) no qual utiliza o vocábulo "*éducation*" 35 vezes sendo o tema abordado em 26 páginas.

Em "*Surveiller et punir, naissance de la prison*" (1975), a maneira como Foucault se refere à educação inicialmente nos leva a perceber que ele a entende como a educação escolar formal, institucional, ao questionar as atribuições de penas, pergunta:

> De dois perjuros, em que medida é mais criminoso aquele em que se procurou, desde a infância, imprimir sentimentos de honra com relação àquele que, abandonado à natureza, nunca recebeu educação? Vemos aí ao mesmo tempo a necessidade de uma classificação paralela dos crimes e dos castigos e a necessidade de uma individualização das penas, em conformidade com as características singulares de cada criminoso. (FOUCAULT, 1999c, p. 83).

A educação, no caso acima citado, opõe-se ao "abandono à natureza", ou seja, recebe-a o indivíduo em que desde a infância se "imprimiu sentimentos de honra". Em suma, Foucault aponta e questiona a existência de uma concepção histórica de que a educação institucional influencia na maneira como as penalidades são distribuídas e na "individualização das penas". Aborda ainda a concepção de que a educação, mormente a "educação cristã", seria responsável por trazer ao homem o disciplinamento e a atenção a detalhes que sem a educação seriam impossíveis, segundo se acreditava na era clássica:

> Nessa grande tradição da eminencia do detalhe viriam se localizar, sem dificuldade, todas as meticulosidades da educação crista, da pedagogia escolar ou militar, de todas as formas, finalmente, de treinamento. Para o homem disciplinado, como para o verdadeiro crente, nenhum detalhe é indiferente, mas menos pelo sentido que nele se esconde que pela entrada que ai encontra o poder que quer apanhá-lo. (FOUCAULT, 1999c, p. 120)

Ao se referir à "arte das distribuições", Foucault (1999c, p. 122) confirma seu entendimento de educação como sendo aquela formalizada nas escolas quando cita "Colégios: o modelo do convento se impõe pouco a pouco; o internato aparece como o regime de educação senão o mais frequente, pelo menos o mais perfeito; torna-se obrigatório [...]" referindo ao

colégio Louis-le-Grand que se tornou um colégio-modelo. Também quando cita, em "o controle da atividade", que nas "casas de educação" é que se estabeleceram horários para realização de cada tipo de atividade com o objetivo de "[...] estabelecer as cesuras, obrigar a ocupações determinadas, regulamentar os ciclos de repetição muito cedo [...] encontrados nos colégios" (1999c, p. 128). Vinculando também a "[...] ideia de um 'programa' escolar que acompanharia a criança até o termo de sua educação e que implicaria de ano em ano, de mês em mês, em exercícios de complexidade crescente [...]" (1999c, p. 137) atrelando a educação àquela recebida em um ambiente escolar.

Sob o subtítulo "A organização das gêneses" Foucault (1999c, p. 132-133) afirma:

> Em 1667, o édito que criava a fábrica dos Gobelins previa a organização de uma escola. Sessenta crianças bolsistas deviam ser escolhidas pelo superintendente dos prédios reais, confiados durante certo tempo a um mestre que devia realizar 'sua educação e instrução', depois colocados para aprendizagem junto aos diversos mestres tapeceiros da manufatura (estes recebiam por isso uma indenização retirada da bolsa dos alunos); depois de seis anos de aprendizagem, quatro anos de serviço e uma prova qualificatória, tinham direito de 'erguer e manter loja' em qualquer cidade do reino.

Foucault justapõe o vocábulo educação com instrução para se referir à qualificação profissional dos jovens nos moldes da escolarização. No entanto, Foucault aplica a palavra "educação" em "Vigiar e punir: nascimento da prisão" (1999c) de maneira variada e consistentemente em comparação com sua aplicação nas instituições de correção e detenção nas quais os indivíduos são acometidos para que sejam temporariamente isolados do convívio social. Nesse sentido, a palavra "educação" se apresenta em "V&P"[3] nas seguintes relações e expressões encontradas a partir de busca por meio eletrônico:

- <u>educação cristã</u> (1999c, p. 120), relativa àquela realizada nas "Escolas Cristãs" tratando das "Obrigações dos Irmãos", associada "à disciplina do minúsculo";
- <u>educação e instrução</u> e <u>educação [profissionalizante]</u> (1999c, p. 133 e 137), nas ocorrências em que há uma qualificação profissional realizada de forma organizada;
- <u>educação estandardizada</u> (1999c, p. 153), com referência à educação normalizada por lei;

[3] Utilizo doravante a sigla "V&P" para referenciar a tradução da obra "Vigiar e punir: nascimento da prisão" (1999c) para a língua portuguesa.

- educação vigiada (1999c, p. 165), àquela praticada desde o começo do século XIX pelos asilos psiquiátricos, as penitenciárias e as casas de correção no exercício do controle individual;
- educação reclusa (1999c, p. 168), à educação ministrada para uma criança isoladamente, sem contato com outras crianças;
- educação dos costumes (1999c, p. 196), Foucault cita E. Ducpétiaux, "*De la condition physique et morale des jeunes ouvriers"*, com referência ao processo de transmissão das práticas sociais;
- educação total (1999c, p. 199), é aquela utilizada como uma forma de coação na qual o governo se apodera de todos os aspectos da liberdade do indivíduo recolhido à prisão;
- educação individual (1999c, p. 210), a maneira como a administração prisional considera que deve tratar cada detento sob sua responsabilidade de forma a prestar contas do "indivíduo" sob seus auspícios;
- educação mútua (1999c, p. 212), a forma de convivência em que os detentos em uma unidade prisional ficam isolados durante a noite, mas durante o dia trabalham coletivamente podendo conversar entre si apenas em voz alta e realizar leituras em comum sendo os entendimentos resultantes avaliados pelos próprios detentos;
- educação do jovem delinquente (1999c, p. 222), em referência à educação do jovem na sua primeira condenação e feita pelos demais detentos que ensinam o jovem "como se escapa aos rigores da lei";
- educação do detento (1999c, p. 224), é aquela propiciada pelo poder público no interesse da sociedade e considerada como sendo uma obrigação do estado para com o detento;
- educação penitenciária (1999c, p. 224-225), é a maneira como é compreendido o encarceramento; e
- educação geral (1999c, p. 233), a educação num amplo contexto e considerada uma das formas de controle e de adestramento.

Nas 26 páginas em que é utilizada a palavra *"éducation",* em "*Surveiller et punir*" (1975), tal ocorrência, acima da média verificada nos demais textos encontrados por Castro (2009), pode ser explicada pelo tema abordado por Foucault nessa obra. O que pode ser observado, se considerada a tradução para a língua inglesa do título "*Discipline and Punish*" [...]. Em uma "re-tradução" para o português, seria "disciplinar e punir" e ficaria mais próximo

do tema educação do que no título original em francês "*surveiller*" traduzido para o português como "tomar conta de" ou "vigiar" como aparece na versão oficial para o português.

Em *"Surveiller et punir*" (1975), Foucault faz uma análise dos mecanismos teóricos e sociais responsáveis pelas enormes modificações ocorridas nos sistemas penais ocidentais com o advento da era moderna por meio da arqueologia dos documentos históricos franceses. Foucault contesta a ideia de que a prisão se tornou uma forma ideal de punição em razão das preocupações humanitárias dos reformistas. Ele discorre sobre as mudanças culturais que levaram ao surgimento da prisão enfatizando a atenção ao corpo e às questões de poder. Segundo ele, a prisão faz uso das "disciplinas" - o "novo" poder tecnológico que se manifesta também nas escolas, nos hospitais e nos quartéis. A obra traça o paralelo entre a prisão, que cumpre o objetivo humanitário de "disciplinar", ou seja, "educar", e a escola tradicional que, ironicamente, possui o mesmo objetivo de "disciplinar" e "educar" e utiliza os mesmos mecanismos de controle e de poder sobre o indivíduo.

1.1.4 Acessos possíveis do uso do vocábulo educação em Foucault

É possível observar a partir do inventário do uso do vocábulo educação por Foucault que, embora ele não tenha texto exclusivamente dedicado à educação, suas ideias e análises sobre a educação aparecem de forma progressiva a partir da década de 1970, culminando com maior número de referências a *"éducation"* na obra "*Surveiller et punir, naissance de la prison*" (1975) com 26 páginas dedicadas ao tema. A análise dos contextos em que a palavra *"éducation"* é utilizada comprova que Foucault não conceitua "educação" e utiliza a palavra de forma genérica sugerindo que "educação" é entendida como sendo o modo em que hábitos, costumes e valores são transferidos de uma geração para a próxima, o que pode acontecer tanto através de experiências individuais quanto através de um processo formal realizada em estabelecimentos de ensino.

Contudo, por mais que "educação" não seja conceituada por Foucault, ela é apresentada em "Vigiar e punir: nascimento da prisão*"* (1999c) como uma estratégia ou instrumento de poder e para manutenção de controle e a equipara a, ou a utiliza para, a disciplinarização na forma de punição a delinquentes que podem ser por meio dela recuperados. Mostra também a maneira como os governos passaram a propagar a ideia de que a educação

deverá ser uma coisa desejável e um direito de todo o cidadão garantindo seu controle sobre ele.

Foram justamente "cursos" as últimas obras publicadas de Foucault. Afinal ele era educador, professor da cátedra "História dos sistemas de Pensamento" no *Collège de France* – tinha o objetivo de "ensinar". Tanto é que realiza em seus "ensinamentos" um vínculo entre as formas de poder com as formas de saber nas tão referenciadas relações "saber-poder".

Assim, ficou comprovado, através da recorrência e da regularidade do uso da palavra "educação", que "V&P" é a obra de Foucault que ele mais trata de educação. Mas não confirmou a hipótese de que é ela a obra de Foucault mais consultada ou referenciada pela área da Educação no Brasil. Para confirmar a hipótese em tela foi necessário recorrer a outra verificação – buscar diretamente na mais elevada fonte da produção acadêmica - nas teses de doutorado da área da Educação.

O próximo capítulo tratará da escolha da fonte da pesquisa, da metodologia utilizada para coleta de dados, das limitações, e o *corpus* obtido como objeto das análises.

2 A BUSCA POR UM *CORPUS*

Trato neste capítulo, sobre a escolha do BTC como fonte da pesquisa; sobre a metodologia utilizada para coleta de dados na página da Capes e no Portal Domínio Público; sobre as limitações e dificuldades na obtenção das teses; e sobre o *corpus* obtido como objeto das análises. Realizo ainda neste capítulo projeções estatísticas sobre a produção de teses da área da Educação por região e por instituição

Do trabalho da "Arqueologia da Educação" surgiu a pergunta que deu origem ao presente relatório: **Como Foucault é apropriado pela área de Educação no Brasil?**

E para responder a essa indagação, busquei os próprios estudiosos da educação no Brasil, retomando a observação de Castro (2009, p. 134) de que embora nenhuma obra de Foucault seja dedicada inteiramente à educação, suas ideias e análises interessam aos estudiosos que se "ocupam da educação". A educação tem importância na obra de Foucault.

Então, no bojo da pesquisa desenvolvida no GEIARF "[...] sobre as formas de apropriação e das possibilidades fornecidas, por este autor [Foucault], para a construção do conhecimento" (OSÓRIO, 2015, p. 35), na qual

> Como base empírica para análise tomaram-se, por consultas eletrônicas, inventários cuja maior concentração encontrou-se no Banco de Teses, alojado no portal da Coordenadoria Aperfeiçoamento do Pessoal do Ensino Superior (CAPES). O *corpus*, nessas consultas, constituiu-se de título, resumo e palavras-chave. (OSÓRIO, 2015, p. 35)

Consultei o BTC seguindo o mesmo princípio de análise de *corpus*, definida por Sinclair (1991), como sendo uma coletânea de textos naturais, autênticos[4] "[...] bastante utilizado em pesquisas da área de linguística, que sempre ocorrem por amostragem" (OSÓRIO, 2015, p. 36).

A investigação teve início mediante acesso ao BTC que apresentou a página de consulta ilustrada na Figura 01.

---

[4] *A collection of naturally occurring language text, chosen to characterize a state or variety of a language*.

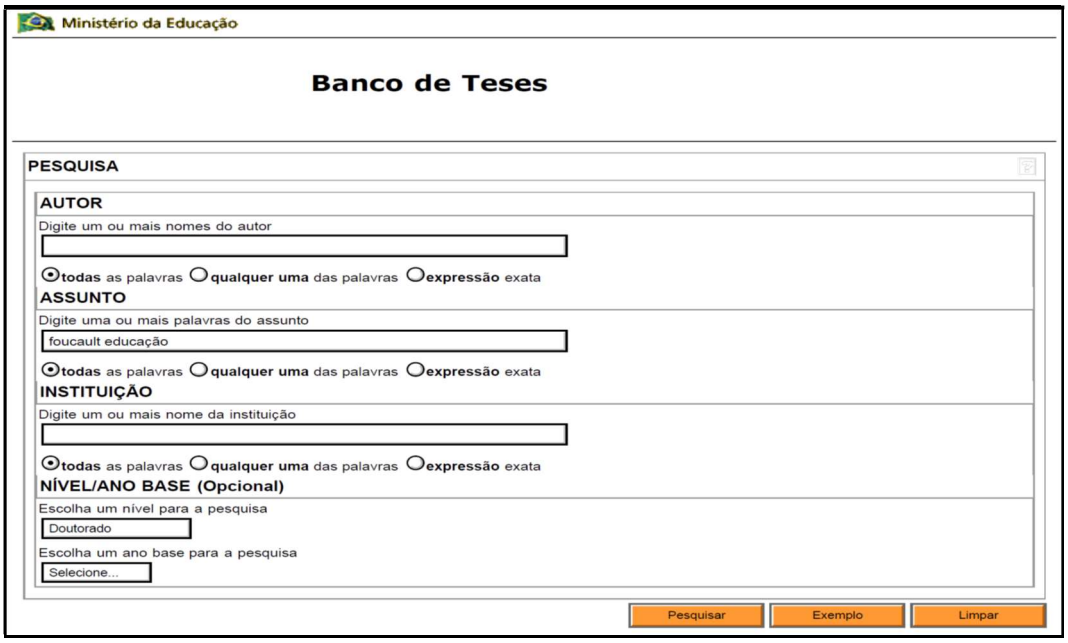


Figura 01 - Página de Consulta ao banco de teses da CAPES.
Fonte: Disponível no site: <http: //capesdw.capes.gov.br/capesdw/Teses.do>. Acesso em: 5 jun. 2013.

A intenção foi realizar o inventário de todas as teses de doutorado, na área de Educação produzidas no Brasil, que tivessem Foucault no seu referencial e como fonte o BTC supracitado. O instrumento de busca conforme representado na Figura 01 apresenta opção de filtros para pesquisa nos seguintes campos:

- Autor: ( ) todas as palavras, ( ) qualquer uma das palavras ( ) expressão exata
- Assunto: ( ) todas as palavras, ( ) qualquer uma das palavras ( ) expressão exata
- Instituição: ( ) todas as palavras, ( ) qualquer uma das palavras ( ) expressão exata
- Nível: [Doutorado], [Mestrado]
- Ano Base: (opcional)

A pesquisa na página foi filtrada pelos campos Assunto e Nível apenas. Para Assunto, foram informadas as palavras "foucault" e "educação", e a opção "todas as palavras", pois nos interessavam apenas os resultados que contivessem ambas as palavras na base de dados. O Nível foi filtrado com a opção "Doutorado", pois nos interessava apenas consultar as teses de doutorado. Em suma, o resultado esperado é a relação das teses que contenham a indicação "educação" e o nome "Foucault".

Convém observar que, nos campos disponibilizados para filtragem da pesquisa, não existe a opção de área de conhecimento; daí a necessidade da palavra "educação", no campo "Assunto", para que qualquer ocorrência dessa palavra fosse trazida aos resultados.

A resposta do sistema à pesquisa foi apresentada em uma tela contendo dez ocorrências em ordem alfabética de autor, conforme observado no Resultado da Pesquisa reproduzido na Figura 02. Embora o total de teses encontradas fosse 236, cada tela só mostrava 10 ocorrências com a informação "Mostrando de 1 a 10 de 236 teses/dissertações" com a alternativa de mudar para o grupo seguinte, de 11 a 20, de 21 a 30, sucessivamente, através do acionamento de uma seta indicando direita, ou retornar acionando com o ponteiro do mouse a seta indicando esquerda.

Ministério da Educação

Banco de Teses

Nova Pesquisa

RESULTADO

Critérios: Assunto = foucault educação; nivel = Doutorado

Mostrando de 1 a 10 de 236 teses/dissertações

ADRIANA DA SILVA THOMA. O CINEMA E A FLUTUAÇÃO DAS REPRESENTAÇÕES SURDAS - "QUE DRAMA SE DESENROLA NESTE FILME? DEPENDE DA PERSPECTIVA..." - 01/08/2002

Adriana Maimone Aguillar. As relações de poder e o corpo na sala de aula: a transição da educação infantil para o ensino fundamental - 01/08/2011

Afonso Celso Caldeira Scocuglia. A História da Alfabetização Política na PARAIBRASIL nos anos Sessenta. - 01/12/1997

AIRTON RICARDO TOMAZZONI DOS SANTOS. Lições de dança no baile da pós-modernidade: corpos (des)governados na mídia - 01/07/2009

Alásia Santos Ramos do Nascimento. AS TECNOLOGIAS DIGITAIS COMO DISPOSITIVO DE PODER: da Universidade Aberta no Brasil ao Sistema Virtual de aprendizagem do Brasil - MOODLE - 01/06/2012

Alexandre Ferreira da Costa. A arqueologia da formação do professor: a nova ordem de discurso da educação brasileira. - 01/02/2007

Alexandre Filordi de Carvalho. Da sujeição às experiências de construção de si na função-educador: Uma leitura foucaultiana. - 01/02/2008

AMADEU DE OLIVEIRA WEINMANN. INFÂNCIA: UM DOS NOMES DA NÃO RAZÃO - 01/08/2008

Amparo Villa Cupolillo. CORPOREIDADE E CONHECIMENTO: Diálogos necessários à Educação Física e à escola - 01/05/2007

Ana Elvira Silva Raposo. SEXUALIDADE INFANTIL: FORMAS DE PENSAMENTO EM UMA ESCOLA PARA EDUCAÇÃO INFANTIL E NA FAMÍLIA DA CRIANÇA - 01/06/2004

Figura 02 - Resultado da Pesquisa.
Fonte: Disponível no site: <http: //capesdw.capes.gov.br/capesdw/Teses.do>. Acesso em: 5 jun. 2013.

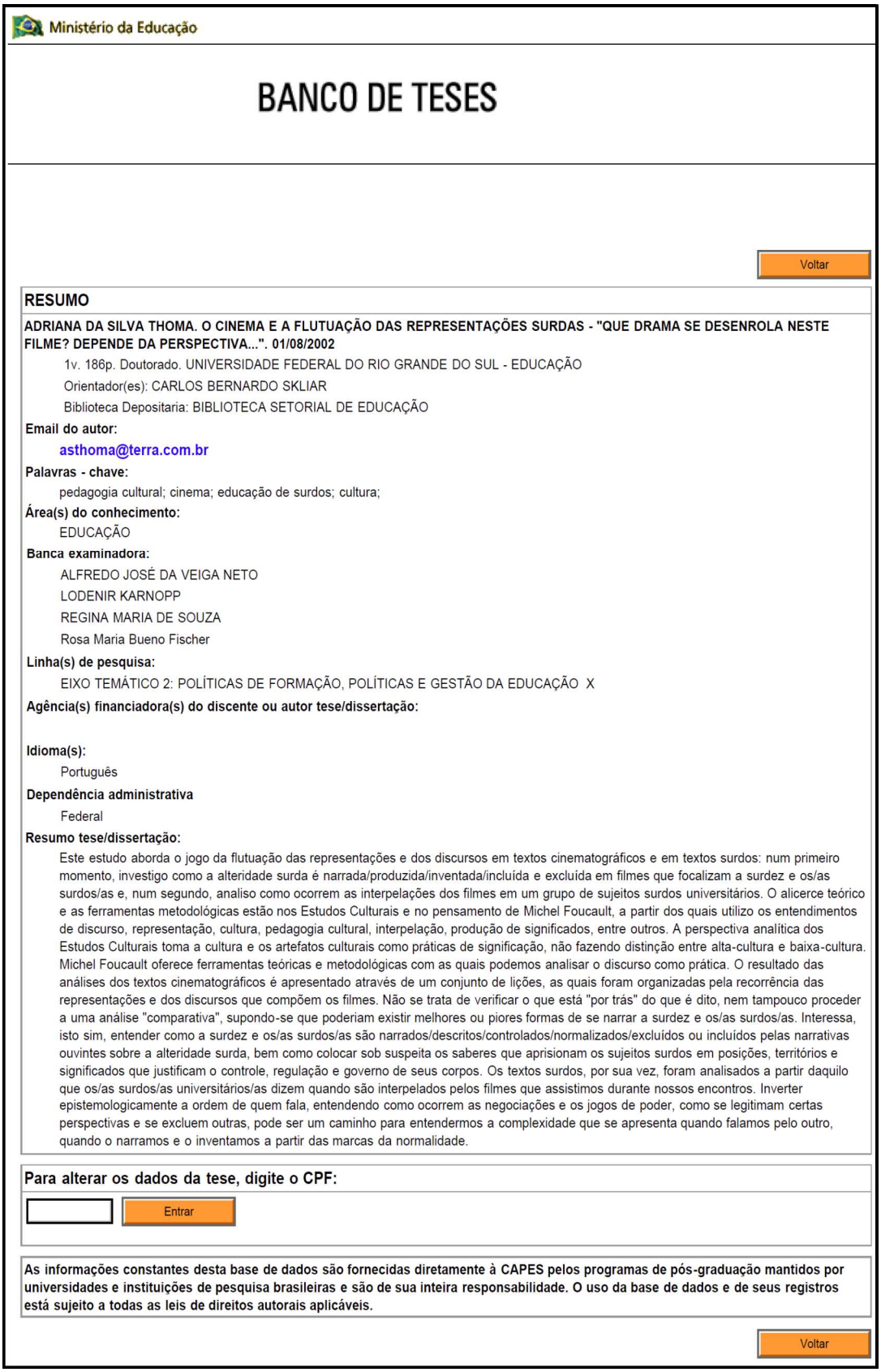
Considerando as limitações de opções de filtro disponibilizadas pela página de pesquisa, observou-se que não se dispõe de maneira de ordenar as teses por "data", pois no campo "Ano Base" apenas um ano pode ser informado por vez, e apenas as teses cadastradas para aquele ano serão relacionadas e em ordem alfabética de autores.

No resultado, ao clicar sobre a célula contendo o nome do "autor", "título da tese" e "data", o sistema traz uma outra tela contendo informações sobre a tese conforme pode ser observado na Figura 03.

O instrumento de pesquisa disponibilizado a Página de Consulta ao BTC não possibilita a pesquisa detalhada por item informado na Ficha de resumo com informações sobre a tese indicada. Grifo abaixo, na relação dos dados constantes da Ficha de Resumo, para cada tese aqueles que podem servir de filtro:

- **Nome do Autor** // Título da tese // dia/mês/**ano**
- Volumes // número de páginas // **nível** // **instituição**
- Nome do orientador
- Biblioteca Depositária
- E-mail do autor
- Palavras - chave
- Área(s) do conhecimento
- Banca examinadora
- Linha(s) de pesquisa
- Agência(s) financiadora(s) do discente ou autor tese/dissertação
- Idioma(s)
- Dependência administrativa
- Resumo tese/dissertação

Portanto, o campo Assunto, que consta do instrumento de pesquisa, não consta na Ficha de Resumo. Diante dessa constatação, realizei testes para verificar quais seriam os resultados obtidos quando utilizasse o campo "Assunto" para realizar a filtragem da pesquisa. Observei que, com o preenchimento desse campo, a busca no instrumento se dá por qualquer um dos itens, melhor dizendo, a consulta é feita em toda a Ficha de Resumo de Informações não se limitando aos campos pré-definidos. Foi mediante essa constatação que optei pela inclusão das palavras "*foucault*" e "educação" para filtrar as teses. A palavra "*foucault*" também permite que palavras derivadas como "*foucaultiano"*, "*foucaultiana"*, "*foucaultianos"* e "*foucaultianas"* sejam encontradas; no entanto, a ocorrência da variante "*foucauldiano(a)*" deixará de ser encontrada. Contudo, em busca separada, essa variante não resultou em tese encontrada.



Ministério da Educação

BANCO DE TESES

Voltar

RESUMO

ADRIANA DA SILVA THOMA. O CINEMA E A FLUTUAÇÃO DAS REPRESENTAÇÕES SURDAS - "QUE DRAMA SE DESENROLA NESTE FILME? DEPENDE DA PERSPECTIVA...". 01/08/2002

1v. 186p. Doutorado. UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL - EDUCAÇÃO

Orientador(es): CARLOS BERNARDO SKLIAR

Biblioteca Depositaria: BIBLIOTECA SETORIAL DE EDUCAÇÃO

Email do autor:

asthoma@terra.com.br

Palavras - chave:

pedagogia cultural; cinema; educação de surdos; cultura;

Área(s) do conhecimento:

EDUCAÇÃO

Banca examinadora:

ALFREDO JOSÉ DA VEIGA NETO

LODENIR KARNOPP

REGINA MARIA DE SOUZA

Rosa Maria Bueno Fischer

Linha(s) de pesquisa:

EIXO TEMÁTICO 2: POLÍTICAS DE FORMAÇÃO, POLÍTICAS E GESTÃO DA EDUCAÇÃO X

Agência(s) financiadora(s) do discente ou autor tese/dissertação:

Idioma(s):

Português

Dependência administrativa

Federal

Resumo tese/dissertação:

Este estudo aborda o jogo da flutuação das representações e dos discursos em textos cinematográficos e em textos surdos: num primeiro momento, investigo como a alteridade surda é narrada/produzida/inventada/incluída e excluída em filmes que focalizam a surdez e os/as surdos/as e, num segundo, analiso como ocorrem as interpelações dos filmes em um grupo de sujeitos surdos universitários. O alicerce teórico e as ferramentas metodológicas estão nos Estudos Culturais e no pensamento de Michel Foucault, a partir dos quais utilizo os entendimentos de discurso, representação, cultura, pedagogia cultural, interpelação, produção de significados, entre outros. A perspectiva analítica dos Estudos Culturais toma a cultura e os artefatos culturais como práticas de significação, não fazendo distinção entre alta-cultura e baixa-cultura. Michel Foucault oferece ferramentas teóricas e metodológicas com as quais podemos analisar o discurso como prática. O resultado das análises dos textos cinematográficos é apresentado através de um conjunto de lições, as quais foram organizadas pela recorrência das representações e dos discursos que compõem os filmes. Não se trata de verificar o que está "por trás" do que é dito, nem tampouco proceder a uma análise "comparativa", supondo-se que poderiam existir melhores ou piores formas de se narrar a surdez e os/as surdos/as. Interessa, isto sim, entender como a surdez e os/as surdos/as são narrados/descritos/controlados/normalizados/excluídos ou incluídos pelas narrativas ouvintes sobre a alteridade surda, bem como colocar sob suspeita os saberes que aprisionam os sujeitos surdos em posições, territórios e significados que justificam o controle, regulação e governo de seus corpos. Os textos surdos, por sua vez, foram analisados a partir daquilo que os/as surdos/as universitários/as dizem quando são interpelados pelos filmes que assistimos durante nossos encontros. Inverter epistemologicamente a ordem de quem fala, entendendo como ocorrem as negociações e os jogos de poder, como se legitimam certas perspectivas e se excluem outras, pode ser um caminho para entendermos a complexidade que se apresenta quando falamos pelo outro, quando o narramos e o inventamos a partir das marcas da normalidade.

Para alterar os dados da tese, digite o CPF:

Entrar

As informações constantes desta base de dados são fornecidas diretamente à CAPES pelos programas de pós-graduação mantidos por universidades e instituições de pesquisa brasileiras e são de sua inteira responsabilidade. O uso da base de dados e de seus registros está sujeito a todas as leis de direitos autorais aplicáveis.

Voltar

Figura 03 - Ficha de resumo com informações sobre a tese indicada.
Fonte: Disponível no site: <http: //capesdw.capes.gov.br/capesdw/Teses.do>. Acesso em: 5 jun. 2013.

Na Ficha de Resumo de Informações, existe na parte inferior a seguinte observação: "As informações constantes desta base de dados são fornecidas diretamente à CAPES pelos programas de pós-graduação mantidos por universidades e instituições de pesquisa brasileiras e são de sua inteira responsabilidade". Isso sugere que talvez nem sempre as informações constantes dessa Ficha são prestadas diretamente pelo autor ou orientador da tese, correndo-se o risco de que uma ou outra informação tenha sido feita por conta da criatividade do secretário ou funcionário do programa de pós-graduação. No entanto, a constatação final foi a de que nas teses obtidas apenas uma delas não correspondia às informações constantes na Ficha - mas essa constatação será retomada e comentada em capítulo futuro.

A confiabilidade do resultado da pesquisa, realizada na base de dados intitulada BTC, depende totalmente de que a palavra Foucault conste do Título da tese, das Palavras-chave, da Linha(s) de pesquisa ou do Resumo tese/dissertação, ao mesmo tempo que a palavra "educação" conste em qualquer lugar da Ficha de Resumo de Informações.

2.1 RESULTADOS DA CONSULTA À BASE DE TESES

Conforme ficou demonstrado no Resultado da Pesquisa, estavam cadastradas 236 teses de doutorado na base de dados do BTC até a data da consulta em 5 de junho de 2013, que continham na Ficha de Resumo as palavras "*foucault"* e "*educação"*. Foram apresentadas 23 páginas contendo referência a dez teses e uma página a seis teses ordenadas alfabeticamente por autor a exemplo do contido no Resultado da Pesquisa. Salvei e imprimi cada uma das 24 páginas para consultas futuras.

Acessei também cada um dos 236 Resumos a exemplo do contido na Ficha de resumo. Salvei e imprimi cada uma das 236 Fichas resultando em 236 páginas que numerei na sequência original apresentada em ordem alfabética. Encadernei as 236 páginas das Fichas de resumo e as 24 páginas contendo os Resultados da Pesquisa. As mesmas páginas foram também salvas em forma digital para consulta eletrônica. Dessa forma, passei a me referir a cada uma das teses conforme a numeração das páginas como T001[5] para a primeira tese, T002 para a segunda tese, e assim sucessivamente até a última tese, T236, conforme exemplo do Resultado da Pesquisa.

[5] Utilizei essa designação doravante como referência às teses.

Relaciono abaixo a íntegra do resultado com a numeração atribuída a cada tese, com instituição, data e área.

(Continua)

REF. TESE	INSTITUIÇÃO	DATA	ÁREA
T001	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	01/08/2002	Educação
T002	Universidade de São Paulo/Ribeirão Preto	01/08/2011	Psicologia escolar e do desenvolvimento
T003	Universidade Federal de Pernambuco	01/12/1997	História
T004	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	01/07/2009	Educação
T005	Universidade Federal da Paraíba/João Pessoa	01/06/2012	Educação
T006	Universidade Estadual de Campinas	01/02/2007	Linguística aplicada
T007	Universidade Estadual de Campinas	01/02/2008	Filosofia [educação]
T008	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	01/08/2008	Educação
T009	Universidade Federal Fluminense	01/05/2007	Educação
T010	Universidade do Estado do Rio de Janeiro	01/06/2004	Saúde coletiva
T011	Universidade de São Paulo	01/05/2004	Educação
T012	Universidade Federal Fluminense	01/05/2004	Educação
T013	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo	01/10/1994	Educação (currículo)
T014	Universidade Federal do Rio Grande do Norte	01/03/2003	Educação
T015	Universidade Estadual de Campinas	01/09/2010	Educação
T016	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul	01/01/1999	Educação
T017	Universidade Federal Fluminense	01/05/2008	Educação
T018	Universidade do Vale do Rio dos Sinos	01/02/2010	Educação
T019	Universidade de São Paulo	01/03/2008	Educação
T020	Universidade Federal de São Carlos	01/08/2008	Educação
T021	Universidade Federal de Goiás	01/04/2012	Letras e linguística
T022	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	01/10/2011	Educação
T023	Universidade Est. Paulista Júlio de Mesquita Filho/Marilia	01/09/2007	Educação
T024	Universidade Estadual de Campinas	01/03/2010	Educação
T025	Universidade Estadual de Londrina	01/05/2007	Estudos da linguagem
T026	Universidade de São Paulo	01/08/2005	Educação
T027	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	01/03/2010	Educação
T028	Universidade Est. Paulista Júlio de Mesquita Filho/Rio Claro	01/05/2011	Educação
T029	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo	01/05/2008	Educação (currículo)
T030	Universidade do Estado do Rio de Janeiro	01/03/2011	Psicologia social
T031	Universidade Federal de Santa Catarina	01/02/2010	Enfermagem
T032	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	01/11/2009	Educação
T033	Universidade de São Paulo	01/08/2012	Educação
T034	Universidade Metodista de Piracicaba	01/06/2008	Educação
T035	Universidade Federal de São Carlos	01/07/2008	Educação
T036	Universidade Federal de Minas Gerais	01/06/2010	Educação
T037	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	01/04/2008	Educação
T038	Universidade de São Paulo	01/06/2006	Educação
T039	Universidade de São Paulo	01/12/2001	Letras (língua inglesa liter.
T040	Universidade de São Paulo	01/03/1997	Educação
T041	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	01/01/2007	Educação
T042	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	01/09/2009	Educação
T043	Universidade Federal do Rio de Janeiro	01/08/2012	Letras neolatinas
T044	Universidade do Vale do Rio dos Sinos	01/09/2009	Educação

Quadro 01 - Resultado da busca no banco de teses.

(Continuação)

REF. TESE	INSTITUIÇÃO	DATA	ÁREA
T045	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	01/03/2011	Educação
T046	Universidade Federal do Espírito Santo	01/04/2011	Educação
T047	Universidade Federal do Ceará	01/10/2010	Educação
T048	Universidade Federal de Pernambuco	01/03/2008	Educação
T049	Universidade Federal de Goiás	01/07/2011	Educação
T050	Universidade do Estado do Rio de Janeiro	01/03/2009	Educação
T051	Universidade de São Paulo	01/08/2008	Educação
T052	Universidade do Vale do Rio dos Sinos	01/03/2011	Educação
T053	Universidade Federal do Espírito Santo	01/06/2008	Educação
T054	Universidade Estadual de Campinas	01/12/2001	Educação
T055	Universidade Federal de Pernambuco	01/06/2011	Educação
T056	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul	01/12/2007	Educação
T057	Universidade Federal do Rio Grande do Norte	01/04/2007	Educação
T058	Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro	01/03/2008	Letras
T059	Universidade Federal de Uberlândia	01/02/2010	Educação
T060	Universidade Estácio de Sá	01/12/2012	Educação
T061	Universidade Estadual de Campinas	01/08/2004	Educação
T062	Universidade de São Paulo	01/03/2010	Educação
T063	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo	01/09/2006	Educação (psicologia)
T064	Universidade Est. Paulista Júlio de Mesquita Filho/Araraquara	01/11/2011	Educação
T065	Universidade Federal do Ceará	01/07/2008	Educação
T066	Universidade de São Paulo	01/04/2005	Artes
T067	Universidade Gama Filho	01/08/2006	Educação física
T068	Universidade Federal do Espírito Santo	01/03/2012	Educação
T069	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	01/02/2008	Educação
T070	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	01/08/2010	Educação
T071	Universidade Federal de Santa Catarina	01/07/2009	Educação
T072	Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro	01/03/2008	Educação
T073	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul	01/08/2011	Filosofia
T074	Universidade de São Paulo/Ribeirão Preto	01/12/2003	Psicologia
T075	Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro	01/03/2010	Educação
T076	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	01/12/2012	Educação
T077	Pontifícia Universidade Católica de Goiás	01/09/2010	Educação
T078	Universidade Est. Paulista Júlio de Mesquita Filho/Araraquara	01/04/2010	Linguística
T079	Universidade do Estado do Rio de Janeiro	01/02/2010	Educação
T080	Universidade do Estado do Rio de Janeiro	01/07/2012	Educação
T081	Universidade Federal do Ceará	01/03/2009	Educação
T082	Fundação Oswaldo Cruz	01/04/1998	Saúde pública
T083	Universidade de São Paulo/Ribeirão Preto	01/11/2009	Educação
T084	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	01/06/2009	Educação
T085	Universidade Bandeirante de São Paulo	01/08/2012	Educação matemática
T086	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo	01/03/2004	Ciências sociais
T087	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	01/12/2009	Educação
T088	Universidade Est. Paulista Júlio de Mesquita Filho/Rio Claro	01/03/2007	Matemática
T089	Universidade do Vale do Rio dos Sinos	01/03/2008	Educação
T090	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	01/01/2010	Educação
T091	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	01/12/2007	Educação
T092	Universidade de São Paulo	01/06/2009	Filologia e língua portuguesa
T093	Universidade Federal da Bahia	01/02/2012	Educação
T094	Universidade Federal de Santa Catarina	01/04/2008	Interdisciplinar em ciências humanas
T095	Universidade Est. Paulista Júlio de Mesquita Filho/Franca	01/12/2012	Serviço social

Quadro 01 - Resultado da busca no banco de teses.

(Continuação)

REF. TESE	INSTITUIÇÃO	DATA	ÁREA
T096	Escola Superior de Teologia	01/12/2010	Teologia
T097	Universidade Federal do Espírito Santo	01/05/2010	Educação
T098	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	01/12/2000	Educação
T099	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	01/11/2012	Educação em matemática
T100	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	01/04/2006	Educação
T101	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo	01/10/2002	Psicologia (psicologia
T102	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	01/03/2012	Educação
T103	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	01/09/2010	Ciências da saúde
T104	Universidade Federal de Minas Gerais	01/02/2011	Educação
T105	Universidade Federal do Rio de Janeiro	01/03/2010	Educação
T106	Universidade do Estado do Rio de Janeiro	01/07/2012	Educação
T107	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	01/06/2008	Educação
T108	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	01/12/2011	Educação
T109	Universidade Federal do Paraná	01/09/1998	História
T110	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	01/07/2008	Educação
T111	Universidade de São Paulo	01/09/2011	Educação
T112	Pontifícia Universidade Católica do Paraná	01/03/2012	Educação
T113	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo	01/12/2010	Educação (currículo)
T114	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	01/11/2002	Educação
T115	Universidade Federal de Minas Gerais	01/08/1996	Educação
T116	Universidade Federal do Rio Grande do Norte	01/06/2005	Educação
T117	Universidade do Estado do Rio de Janeiro	01/11/2009	Políticas públicas
T118	Universidade Federal de Minas Gerais	01/11/2012	Educação
T119	Universidade de São Paulo	01/05/2000	Psicologia escolar e do desenvolvimento
T120	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	01/08/2008	Educação
T121	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	01/05/2009	Educação
T122	Universidade Federal do Paraná	01/04/2004	Direito
T123	Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro	01/08/2012	Psicologia
T124	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	01/05/2005	Educação
T125	Universidade Est. Paulista Júlio de Mesquita Filho/Araraquara	01/09/2011	Linguística
T126	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo	01/10/2006	Educação: história, política
T127	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	01/03/2007	Educação
T128	Universidade Federal do Espírito Santo	01/04/2012	Educação
T129	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	01/01/2003	Educação
T130	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	01/04/2012	Educação em matemática
T131	Universidade de São Paulo	01/05/2008	Educação
T132	Universidade de São Paulo	01/05/2003	Educação
T133	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	01/08/2003	Educação
T134	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	01/03/2008	Educação
T135	Universidade Estadual de Campinas	01/02/2009	Educação
T136	Universidade Federal da Bahia	01/03/2004	Educação
T137	Universidade do Estado do Rio de Janeiro	01/03/2011	Educação
T138	Universidade Estadual de Campinas	01/02/2010	Linguística aplicada
T139	Universidade Federal do Rio de Janeiro	01/05/2011	Educação em ciências
T140	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul	01/01/2005	Educação
T141	Universidade Federal de Minas Gerais	01/10/2001	Educação
T142	Universidade de São Paulo	01/05/2008	Estudos linguísticos e literários em
T143	Universidade Federal do Paraná	01/02/2009	Educação
T144	Universidade Estadual de Campinas	01/02/2010	Educação
T145	Universidade Federal de Minas Gerais	01/08/2008	Educação
T146	Universidade Metodista de Piracicaba	01/12/2000	Educação

Quadro 01 - Resultado da busca no banco de teses.

(Continuação)

REF. TESE	INSTITUIÇÃO	DATA	ÁREA
T147	Universidade Federal de Pernambuco	01/04/2007	Educação
T148	Universidade Est. Paulista Júlio de Mesquita Filho/Araraquara	01/12/2005	Linguística
T149	Universidade Federal da Paraíba/João Pessoa	01/08/2010	Sociologia
T150	Universidade Federal da Paraíba/João Pessoa	01/06/2005	Sociologia
T151	Universidade Federal do Paraná	01/03/2009	Educação
T152	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	01/11/2001	Educação
T153	Universidade Federal do Rio de Janeiro	01/06/2007	Psicossociologia de comunid.
T154	Universidade do Vale do Rio dos Sinos	01/03/2010	Educação
T155	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	01/08/2000	Educação
T156	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	01/02/2012	Educação
T157	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	01/02/2010	Educação
T158	Universidade Estadual de Campinas	01/02/2004	Educação
T159	Universidade Federal do Paraná	01/02/2011	Educação
T160	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	01/12/2006	Educação
T161	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	01/12/1999	Educação
T162	Universidade Metodista de Piracicaba	01/04/1998	Educação
T163	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	01/09/2005	Educação
T164	Universidade de São Paulo	01/12/2011	Educação
T165	Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro	01/07/2011	Psicologia
T166	Universidade de São Paulo	01/09/2011	Educação
T167	Universidade Estadual de Maringá	01/03/2012	Educação
T168	Universidade Federal de Minas Gerais	01/09/2011	Educação
T169	Universidade do Vale do Rio dos Sinos	01/02/2012	Educação
T170	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul	01/01/2001	Educação
T171	Universidade Federal do Rio de Janeiro	01/09/2002	Educação
T172	Pontifícia Universidade Católica de Goiás	01/09/2012	Educação
T173	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo	01/06/1999	Educação (currículo)
T174	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	01/06/2009	Psicologia
T175	Universidade do Estado do Rio de Janeiro	01/02/2012	Educação
T176	Universidade Federal da Bahia	01/04/2006	Educação
T177	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	01/02/2012	Educação
T178	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo	01/05/2009	Serviço social
T179	Universidade do Estado do Rio de Janeiro	01/11/2012	Educação
T180	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	01/12/2001	Ciências biológicas
T181	Universidade Federal de Pernambuco	01/02/2004	Sociologia
T182	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul	01/03/2011	Psicologia
T183	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	01/12/2003	Educação
T184	Universidade de São Paulo	01/07/2008	Educação
T185	Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro	01/09/2006	Educação
T186	Universidade do Vale do Rio dos Sinos	01/02/2008	Educação
T187	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	01/12/2002	Ciências biológicas
T188	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo	01/08/2003	Educação: história, política
T189	Universidade do Vale do Rio dos Sinos	01/08/2012	Educação
T190	Universidade Federal da Bahia	01/09/2011	Educação
T191	Universidade Federal do Ceará	01/02/2009	Educação
T192	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	01/08/2012	Educação em matemática
T193	Universidade de São Paulo	01/12/2005	Educação
T194	Universidade Federal do Paraná	01/04/2010	Letras
T195	Universidade Estadual de Campinas	01/05/1996	Linguística
T196	Universidade do Vale do Rio dos Sinos	01/04/2010	Educação
T197	Universidade Federal do Ceará	01/07/2009	Educação

Quadro 01 - Resultado da busca no banco de teses.

(Conclusão)

REF. TESE	INSTITUIÇÃO	DATA	ÁREA
T198	Universidade Estadual de Campinas	01/07/2011	Educação
T199	Universidade Estadual de Campinas	01/07/2002	História
T200	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo	01/05/2009	Educação (psicologia)
T201	Universidade Federal da Bahia	01/07/2009	Educação
T202	Universidade Presbiteriana Mackenzie	01/02/2010	Letras
T203	Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro	01/01/2011	Educação
T204	Universidade do Vale do Rio dos Sinos	01/07/2011	Educação
T205	Universidade de São Paulo	01/12/2004	Psicologia escolar e do desenvolvimento
T206	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	01/03/2004	Ciências biológicas
T207	Universidade Federal de Minas Gerais	04/12/2009	Educação
T208	Universidade Est. Paulista Júlio de Mesquita Filho/Marilia	01/08/2011	Educação
T209	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	01/10/2011	Educação
T210	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo	01/05/2006	Ciências sociais
T211	Universidade Est. Paulista Júlio de Mesquita Filho/Rio Claro	01/07/2007	Matemática
T212	Universidade Federal do Ceará	01/07/2008	Sociologia
T213	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	01/11/2002	Educação
T214	Universidade do Vale do Rio dos Sinos	01/04/2010	Educação
T215	Universidade Federal do Rio Grande	01/03/2011	Educação ambiental
T216	Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul	01/05/2009	Educação
T217	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	01/08/1998	Educação
T218	Universidade Est. Paulista Júlio de Mesquita Filho/Araraquara	01/02/2007	Educação
T219	Universidade Federal do Ceará	01/02/2009	Educação
T220	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo	01/04/2002	Educação: história, política
T221	Universidade de São Paulo	01/09/2008	Educação
T222	Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul	01/05/2010	Educação
T223	Universidade Estadual de Campinas	01/02/2003	Educação
T224	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	01/03/2010	Educação
T225	Universidade Federal do Ceará	01/01/2002	Educação
T226	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo	01/04/2004	Educação (currículo)
T227	Universidade de São Paulo	01/03/2012	Educação
T228	Universidade de Brasília	01/10/2010	História
T229	Universidade do Vale do Rio dos Sinos	01/08/2009	Educação
T230	Universidade Federal de Santa Catarina	01/02/2005	Enfermagem
T231	Universidade Federal de Minas Gerais	01/12/2012	Ciências da saúde
T232	Universidade Federal do Rio de Janeiro	01/07/1999	Enfermagem
T233	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	01/01/2007	Educação
T234	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	01/03/2012	Educação
T235	Universidade do Estado do Rio de Janeiro	01/06/2012	Educação
T236	Universidade de São Paulo	01/04/2008	Educação

Quadro 01 - Resultado da busca no banco de teses.
Fonte: Próprio autor.

Feita a contagem dos Resumos levantei que, na área de Educação, Foucault é referenciado pela primeira vez em 1994 em apenas uma tese; no ano seguinte, não é citado em nenhuma tese. A partir de 1996 até 2007, há um aumento de cerca de duas teses por ano chegando a quinze teses nesse ano. Contudo, há um pequeno declínio de duas e depois de uma tese em 2005 e 2006 respectivamente. Em 2008, o número de teses dobrou com relação ao ano

anterior, pulando de 15 para 30 teses, e ficou nesse patamar até 2012. A distribuição dos resumos das teses por ano se encontra representada no Gráfico 02 conforme segue.

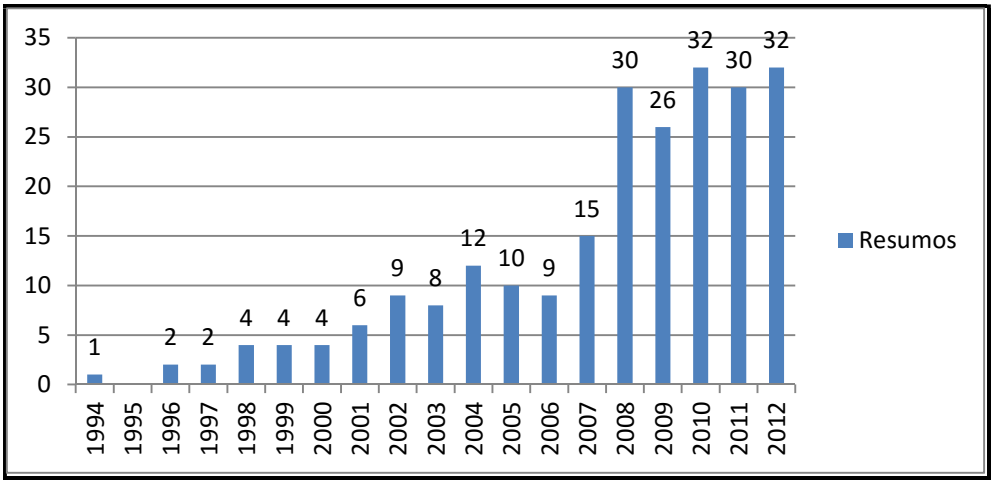


Gráfico 02 - Resumos de Teses por ano.
Fonte: Próprio autor.

Retornei ao endereço <http://capesdw.capes.gov.br/capesdw/Teses.do> em 11 de novembro de 2013 para buscar o total das teses por ano de 1994 a 2012 sem aplicar qualquer filtro para poder realizar um comparativo e confirmar se as tendências de alta e baixa no número de teses seria consistente para a produção de teses, o que poderia explicar a ligeira queda em 2009. Mas o site retornou que estava indisponível, conforme observado na Mensagem de indisponibilidade, reproduzida na Figura 04, e assim ficou até a data do fechamento do trabalho, impossibilitando que essa análise fosse realizada.

Figura 04 - Mensagem de indisponibilidade
Fonte: Disponível no site: <http://aviso.capes.gov.br/bancodeteses/aviso.html>.

Dessa forma, e em razão dessa limitação, analisei as teses disponíveis no BTC de 1994 a 2012 que tratam de Foucault e cadastradas para a área de educação.

Para melhor verificar em que instituições se concentram os estudos foucaultianos, realizei a contagem das instituições que cadastraram as teses e obtive a seguinte contagem:

INSTITUIÇÃO	RESUMOS	REGIÃO
1. Universidade Federal do Rio Grande do Sul	54	S
2. Universidade de São Paulo	24	SE
3. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo	14	SE
4. Universidade Estadual de Campinas	14	SE
5. Universidade do Vale do Rio dos Sinos	12	S
6. Universidade do Estado do Rio de Janeiro	11	SE
7. Universidade Federal de Minas Gerais	9	SE
8. Universidade Federal do Ceará	8	NE
9. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro	7	SE
10. Universidade Federal do Rio de Janeiro	6	SE
11. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul	6	S
12. Universidade Federal do Paraná	6	S
13. Universidade Est. Paulista Júlio de Mesquita Filho/Araraquara	5	SE
14. Universidade Federal do Espírito Santo	5	SE
15. Universidade Federal da Bahia	5	NE
16. Universidade Federal de Pernambuco	5	NE
17. Universidade Federal de Santa Catarina	4	S
18. Universidade de São Paulo/Ribeirão Preto	3	SE
19. Universidade Est. Paulista Júlio de Mesquita Filho/Rio Claro	3	SE
20. Universidade Federal Fluminense	3	SE
21. Universidade Metodista de Piracicaba	3	SE
22. Universidade Federal da Paraíba/João Pessoa	3	NE
23. Universidade Federal do Rio Grande do Norte	3	NE
24. Universidade Est. Paulista Júlio de Mesquita Filho/Marilia	2	SE
25. Universidade Federal de São Carlos	2	SE
26. Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul	2	CO
27. Pontifícia Universidade Católica de Goiás	2	CO
28. Universidade Federal de Goiás	2	CO
29. Fundação Oswaldo Cruz	1	SE
30. Universidade Bandeirante de São Paulo	1	SE
31. Universidade Est. Paulista Júlio de Mesquita Filho/Franca	1	SE
32. Universidade Estácio de Sá	1	SE
33. Universidade Federal de Uberlândia	1	SE
34. Universidade Gama Filho	1	SE
35. Universidade Presbiteriana Mackenzie	1	SE
36. Escola Superior de Teologia	1	S
37. Pontifícia Universidade Católica do Paraná	1	S
38. Universidade Estadual de Londrina	1	S
39. Universidade Estadual de Maringá	1	S
40. Universidade Federal do Rio Grande	1	S
41. Universidade de Brasília	1	CO

Quadro 02 - Inventário de teses por Instituições ou IES e Regiões.
Fonte: Próprio autor.

Conforme representado no Quadro 02, há 41 instituições distintas, das quais a Universidade Federal do Rio Grande do Sul foi a que mais produziu teses na área da Educação fundamentadas nas ideias de Foucault, com 54 teses, mais do que o dobro das que foram produzidas na Universidade de São Paulo, que foi a segunda colocada, com 24 teses. Outras instituições que se destacaram pelo número de teses produzidas foram a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e a Universidade Estadual de Campinas, ambas com catorze teses, seguidas pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos e pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, com doze e onze teses respectivamente. As outras 35 instituições aparecem com menos de dez teses e, dentre essas instituições, treze contam com apenas uma tese produzida nos critérios pesquisados.

Apenas dezoito instituições tiveram mais do que três teses produzidas, mas mesmo assim representaram 83% de todas as teses encontradas no BTC que atenderam os critérios pesquisados e cinco instituições foram responsáveis por 50% de toda a produção, conforme pode ser graficamente representado no Gráfico 03.

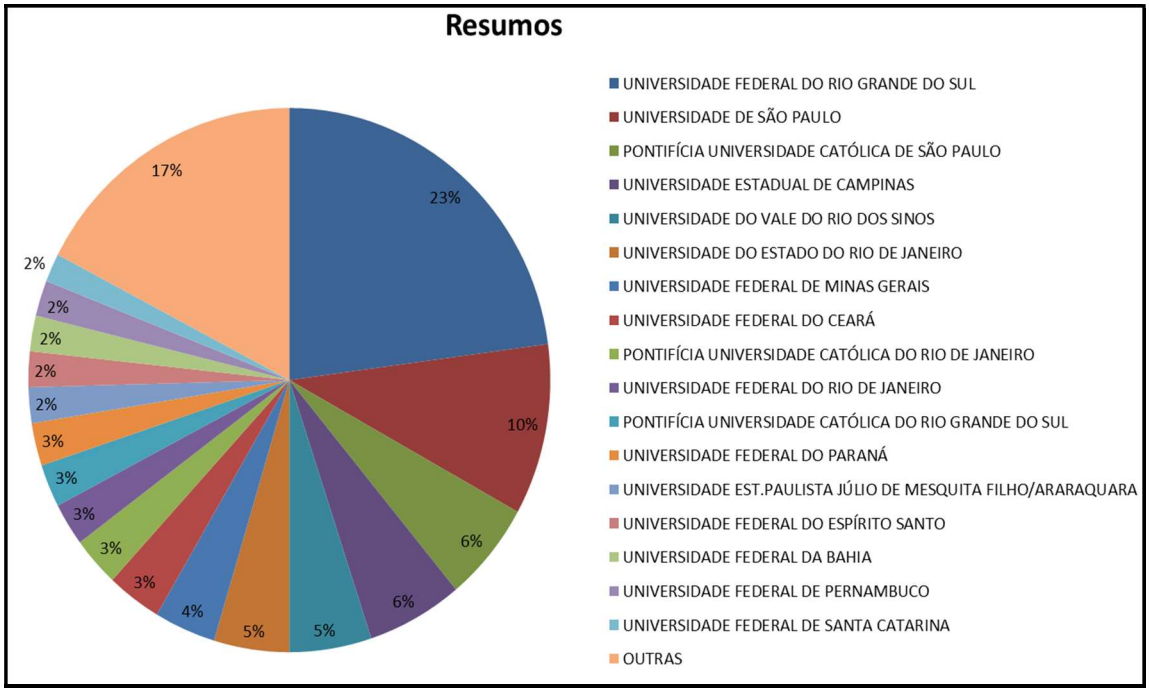


Gráfico 03 - Produções por Instituição
Fonte: Próprio autor.

Separando por Região, vemos que a Região Sudeste é responsável pela produção de 118 teses na área da educação utilizando o referencial foucaultiano, seguida pela Região Sul com 87, a Região Nordeste com 24 e a Região Centro-Oeste contribui com apenas 7 teses. A Região Norte não apresenta produção na área. Essa distribuição está representada no Gráfico 04.

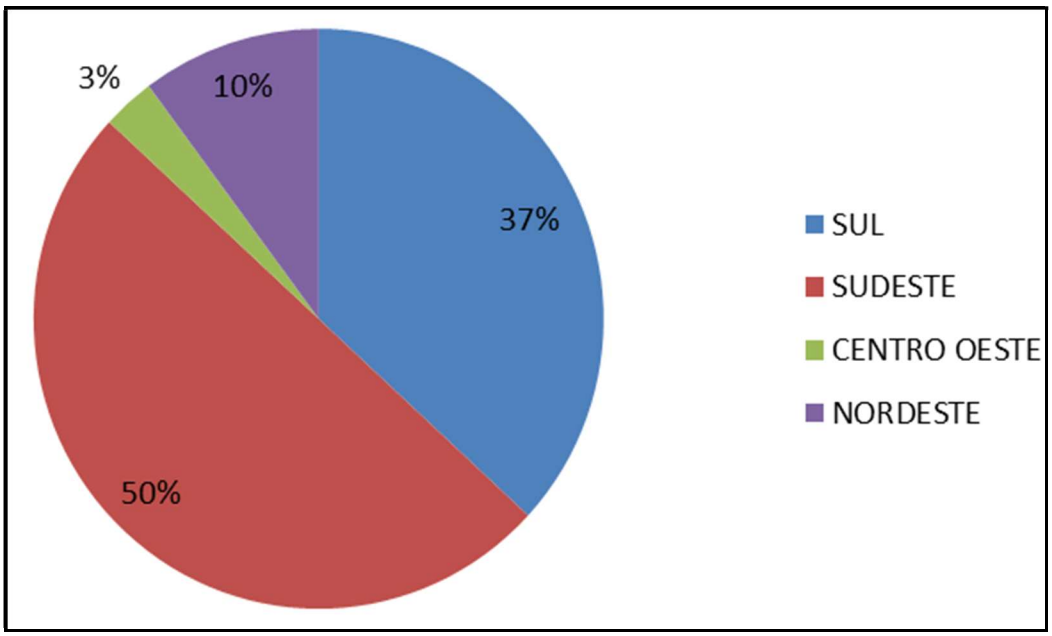


Gráfico 04 - Teses por região.
Fonte: Próprio autor.

2.2 DO ACESSO E DA DISPONIBILIDADE DAS TESES

Após a realização do inventário de todas as teses de doutorado, na área de Educação, produzidas no Brasil, com referencial em Foucault e, como fonte, os resumos do BTC, decidi, a princípio, que realizaria uma pesquisa por amostragem, em dez por cento das teses, dividindo-as por Regiões no intuito de buscar o objetivo do trabalho que se iniciou com a pergunta: **Como Foucault é apropriado pela área de Educação no Brasil?**

Portanto, seriam doze teses da Região Sudeste, nove da Região Sul, uma tese da Região Centro Oeste e três da Região Nordeste. No entanto, deparei-me com a questão da disponibilidade das teses, pois a intenção era buscar apenas aquelas postas em disponibilidade

por órgãos oficiais ligados ao governo. O primeiro problema enfrentado foi que o BTC disponibilizava apenas os Resumos das teses.

2.3 SOBRE O PORTAL DOMÍNIO PÚBLICO

Cheguei assim ao Portal Domínio Público[6] após a constatação de que é prática dos programas de pós-graduação enviar os dados do resumo das teses defendidas para o BTC e, simultaneamente, a tese completa em formato PDF[7] para o Portal Domínio Público. Existe todo um protocolo para que as informações sejam aprovadas e encaminhadas a esses bancos de dados. Localizei em consulta pela internet um documento denominado "Formulário para autorização da divulgação da tese/dissertação no BTC, disponibilizado no site 'Domínio Público', no Portal do MEC" que é utilizado na Universidade Federal do Rio de Janeiro, Figura 05.

O referido Formulário é bastante minucioso na inclusão dos dados sobre a tese e permite que seja feita a opção entre autorizar o envio da tese e não autorizar o envio. A segunda opção anula a finalidade do formulário cujo título implica uma autorização. Caso seja definida a segunda opção não faz sentido preencher o formulário que é específico para a autorização. Ademais o formulário vai assinado pelo aluno titulado, pelo orientador e pelo co-oriendador. Nesse caso deveria estar escrito Autorizamos em lugar de Autorizo.

Existe o potencial de que o formulário seja deixado de lado ou esquecido em alguma gaveta e nunca chegue à secretaria da Pós-Graduação devido à necessidade de se colher assinaturas e prestar inúmeras informações num momento em que o titulado está preocupado em pegar seu diploma e buscar emprego ou mudar sua rotina. Teço esse comentário, pois constatei, e isso é de se esperar, que nem todas as teses foram enviadas ao Portal Domínio Público ao passo que as secretarias das pós-graduações se veem obrigadas a informar os dados no Portal Domínio Público em razão de suas normas internas, existe a forte possibilidade de que a tese em si nunca chegue ao Portal Domínio Público.

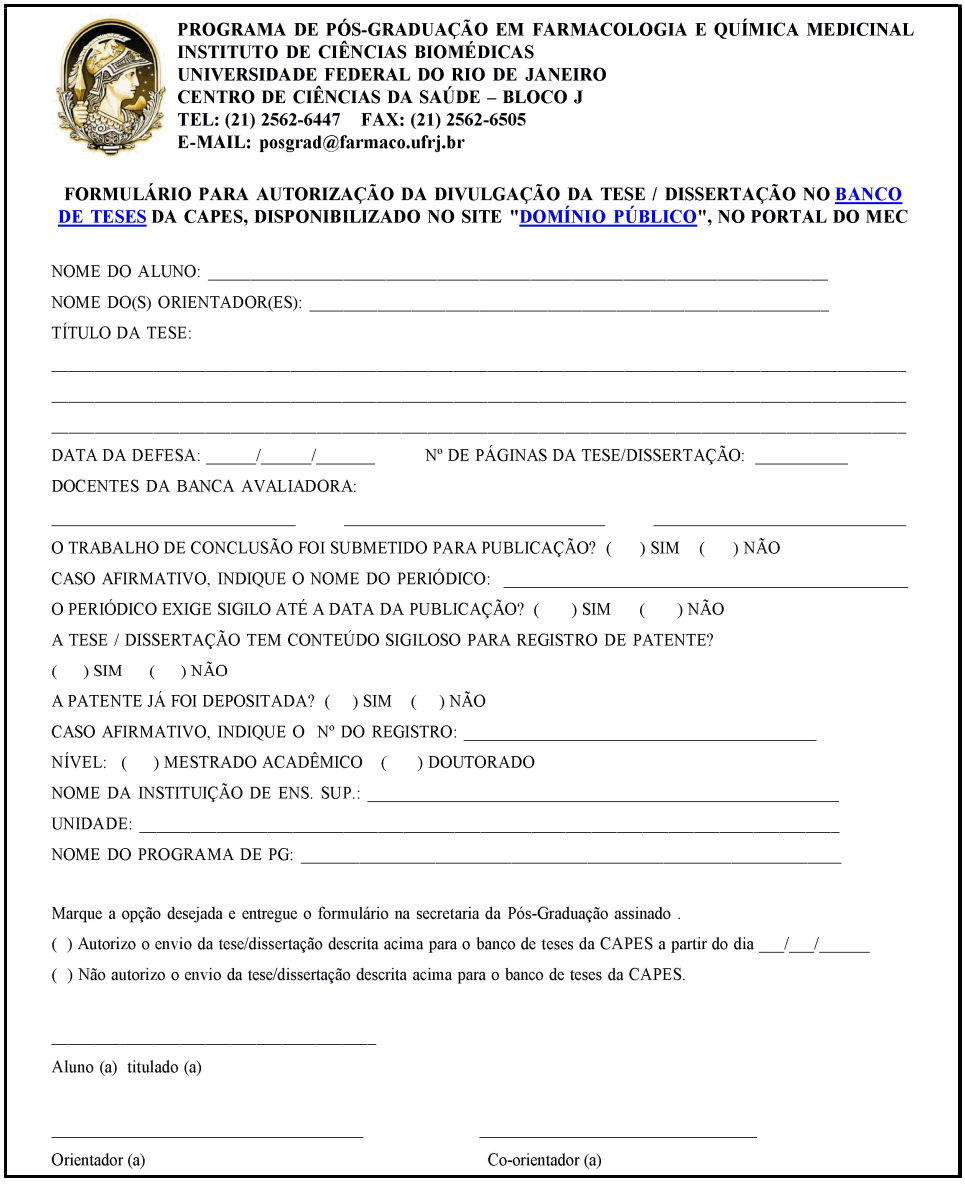
---

[6] Disponível no site: <http: //www.dominiopublico.gov.br/>.

[7] Arquivo de documento portátil, isto é, diz respeito à portabilidade entre diferentes plataformas, por exemplo, acessível com computadores que operam com sistemas operacionais diferentes como Linux, Windows, IOS, Android e outros, permitindo que o conteúdo seja exibido com o mesmo formato em todas as plataformas.

O impedimento do envio da Tese ao Portal Domínio Público poderá ocorrer também pelo aspecto comercial: havendo possibilidade de publicação e isso também influenciará na autorização e efetivo envio da Tese ao Portal, já que o acesso gratuito ao seu conteúdo afetaria as vendas de alguma publicação que dela resultasse. Essa situação, contudo, não foi pesquisada.

Foram também detectados alguns erros de digitação que podem prejudicar a confiabilidade dos dados, como as informações prestadas sobre a T056, segundo as quais a tese possui 2222 páginas quando de fato são 372.



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FARMACOLOGIA E QUÍMICA MEDICINAL
INSTITUTO DE CIÊNCIAS BIOMÉDICAS
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE – BLOCO J
TEL: (21) 2562-6447 FAX: (21) 2562-6505
E-MAIL: posgrad@farmaco.ufrj.br

FORMULÁRIO PARA AUTORIZAÇÃO DA DIVULGAÇÃO DA TESE / DISSERTAÇÃO NO BANCO DE TESES DA CAPES, DISPONIBILIZADO NO SITE "DOMÍNIO PÚBLICO", NO PORTAL DO MEC

NOME DO ALUNO: _____

NOME DO(S) ORIENTADOR(ES): _____

TÍTULO DA TESE:

_____

_____

_____

DATA DA DEFESA: _____/_____/_____ Nº DE PÁGINAS DA TESE/DISSERTAÇÃO: _____

DOCENTES DA BANCA AVALIADORA:

_____ _____ _____

O TRABALHO DE CONCLUSÃO FOI SUBMETIDO PARA PUBLICAÇÃO? ( ) SIM ( ) NÃO

CASO AFIRMATIVO, INDIQUE O NOME DO PERIÓDICO: _____

O PERIÓDICO EXIGE SIGILO ATÉ A DATA DA PUBLICAÇÃO? ( ) SIM ( ) NÃO

A TESE / DISSERTAÇÃO TEM CONTEÚDO SIGILOSO PARA REGISTRO DE PATENTE?

( ) SIM ( ) NÃO

A PATENTE JÁ FOI DEPOSITADA? ( ) SIM ( ) NÃO

CASO AFIRMATIVO, INDIQUE O Nº DO REGISTRO: _____

NÍVEL: ( ) MESTRADO ACADÊMICO ( ) DOUTORADO

NOME DA INSTITUIÇÃO DE ENS. SUP.: _____

UNIDADE: _____

NOME DO PROGRAMA DE PG: _____

Marque a opção desejada e entregue o formulário na secretaria da Pós-Graduação assinado .

( ) Autorizo o envio da tese/dissertação descrita acima para o banco de teses da CAPES a partir do dia ___/___/_____

( ) Não autorizo o envio da tese/dissertação descrita acima para o banco de teses da CAPES.

_____

Aluno (a) titulado (a)

_____ _____

Orientador (a) Co-orientador (a)

Figura 05 - Formulário de Autorização

Fonte: Disponível no site: <http: //www.farmaco.ufrj.br/posgraduacao/download/formularios/form_ autoriza_publicacao.doc>. Acesso em: 12 fev. 2014.

Conforme definido em seu site, a missão do Portal Domínio Público é:

> MISSÃO
> ‘Uma biblioteca digital é onde o passado encontra o presente e cria o futuro.’ **Dr. Avul Pakir Jainulabdeen Abdul Kalam** Presidente da Índia - 09/set/2003.
> O ‘Portal Domínio Público’, lançado em novembro de 2004 (com um acervo inicial de 500 obras), propõe o compartilhamento de conhecimentos de forma equânime, colocando à disposição de todos os usuários da rede mundial de computadores - Internet - uma biblioteca virtual que deverá se constituir em referência para professores, alunos, pesquisadores e para a população em geral.
> Este portal constitui-se em um ambiente virtual que permite a coleta, a integração, a preservação e o compartilhamento de conhecimentos, sendo seu principal objetivo o de promover o amplo acesso às obras literárias, artísticas e científicas (na forma de textos, sons, imagens e vídeos), já em domínio público ou que tenham a sua divulgação devidamente autorizada, que constituem o patrimônio cultural brasileiro e universal.
> Desta forma, também pretende contribuir para o desenvolvimento da educação e da cultura, assim como, possa aprimorar a construção da consciência social, da cidadania e da democracia no Brasil.
> Adicionalmente, o ‘Portal Domínio Público’, ao disponibilizar informações e conhecimentos de forma livre e gratuita, busca incentivar o aprendizado, a inovação e a cooperação entre os geradores de conteúdo e seus usuários, ao mesmo tempo em que também pretende induzir uma ampla discussão sobre as legislações relacionadas aos direitos autorais - de modo que a ‘preservação de certos direitos incentive outros usos’ -, e haja uma adequação aos novos paradigmas de mudança tecnológica, da produção e do uso de conhecimentos.
> **FERNANDO HADDAD**
> Ministro de Estado da Educação (BRASIL, 2014).
> Fonte: Disponível no site: <http://www.dominiopublico.gov.br/>. Acesso em: 12 fev. 2014.

Retomando o início de minha trajetória na pesquisa educacional, considero muito significativa a definição dada a Biblioteca Digital como sendo “onde o passado encontra o presente e cria o futuro”, encontrada na página do Portal Domínio Público, pois a grande frustração para o pesquisador pré-era-digital era justamente a maior dificuldade de acesso a material de consulta e, com a definição acima, percebemos que esse problema já vinha sendo sanado pelo menos desde 2003, ano em que as palavras do Dr. Avul Pakir Jainulabdeen Abdul Kalam, Presidente da Índia, foram publicadas. Hoje estamos nesse futuro que busca o passado através da biblioteca digital ansiosos por acessar livremente as informações as quais o Portal Domínio Público se compromete a permitir.

No ambiente acadêmico, a defesa de uma tese é considerada e definida como sendo um ato público, então as teses resultantes, por consequência também deveriam ser de domínio público. Ademais o próprio texto de Fernando Haddad (2004) prega que o Portal Domínio Público “[...] propõe o compartilhamento de conhecimentos de forma equânime, colocando à

disposição de todos [...] uma biblioteca virtual que deverá se constituir em referência para professores, alunos, pesquisadores [...]". Ele salienta também que o objetivo é "[...] de promover o amplo acesso às obras [...] científicas [...] que tenham sua divulgação devidamente autorizada [...]".

A não autorização ou simplesmente a não disponibilização das teses para consulta no Portal Domínio Público consiste naquilo que Haddad (2004) descreve como "novos paradigmas de mudança tecnológica, da produção e do uso de conhecimentos" para os quais ele insta uma adequação. Em suma, o fato é que apenas catorze por cento das teses por mim buscadas, que constam no BTC, foram de fato disponibilizadas no Portal Domínio Público.

Em termos de amostragem, esse quantitativo superou os dez por cento que eu pretendia utilizar para realizar as análises, mas a amostragem por Região ficou comprometida, pois não houve proporcionalidade entre o quantitativo de teses produzidas, por ano ou por região, encontradas no BTC com o quantitativo de teses disponíveis no Portal Domínio Público.

Realizei a consulta a partir da Página de Acesso ao Portal Domínio Público, reproduzida abaixo:

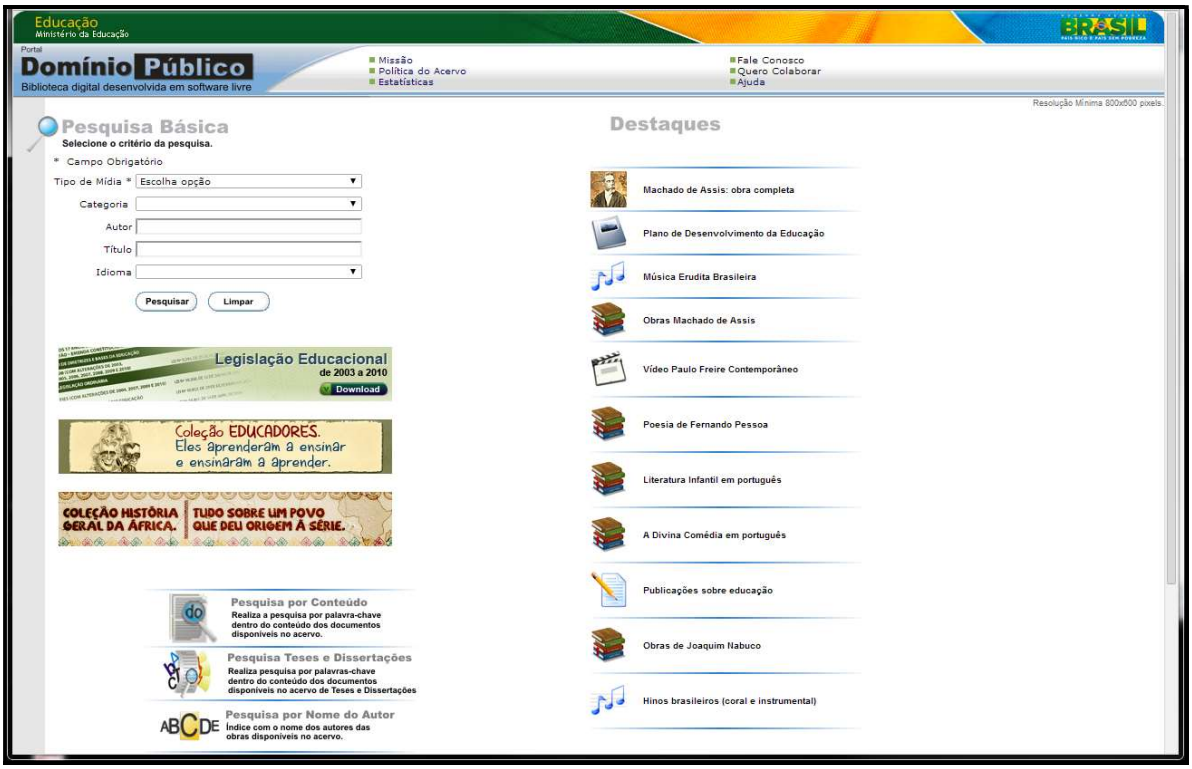


Figura 06 - Página de acesso ao Portal Domínio Público.
Fonte: Disponível no site: <http://www.dominiopublico.gov.br/>. Acesso em: 12 fev. 2014.

A Página de Acesso ao Portal Domínio Público permite ainda que se opte pela "Pesquisa Teses e Dissertações: Realiza pesquisa por palavras-chave dentro do conteúdo dos documentos disponíveis no acervo de Teses e Dissertações". Contudo, tal possibilidade não se confirmou ao acessar essa opção e realizar a busca, de acordo com os seguintes termos:

- **Área do conhecimento**: EDUCAÇÃO
- **Nível**: Doutorado
- **Palavras Chave**: foucault

A página me apresentou seis teses sendo quatro da UFRGS e uma da PUC/SP conforme a Figura 07.

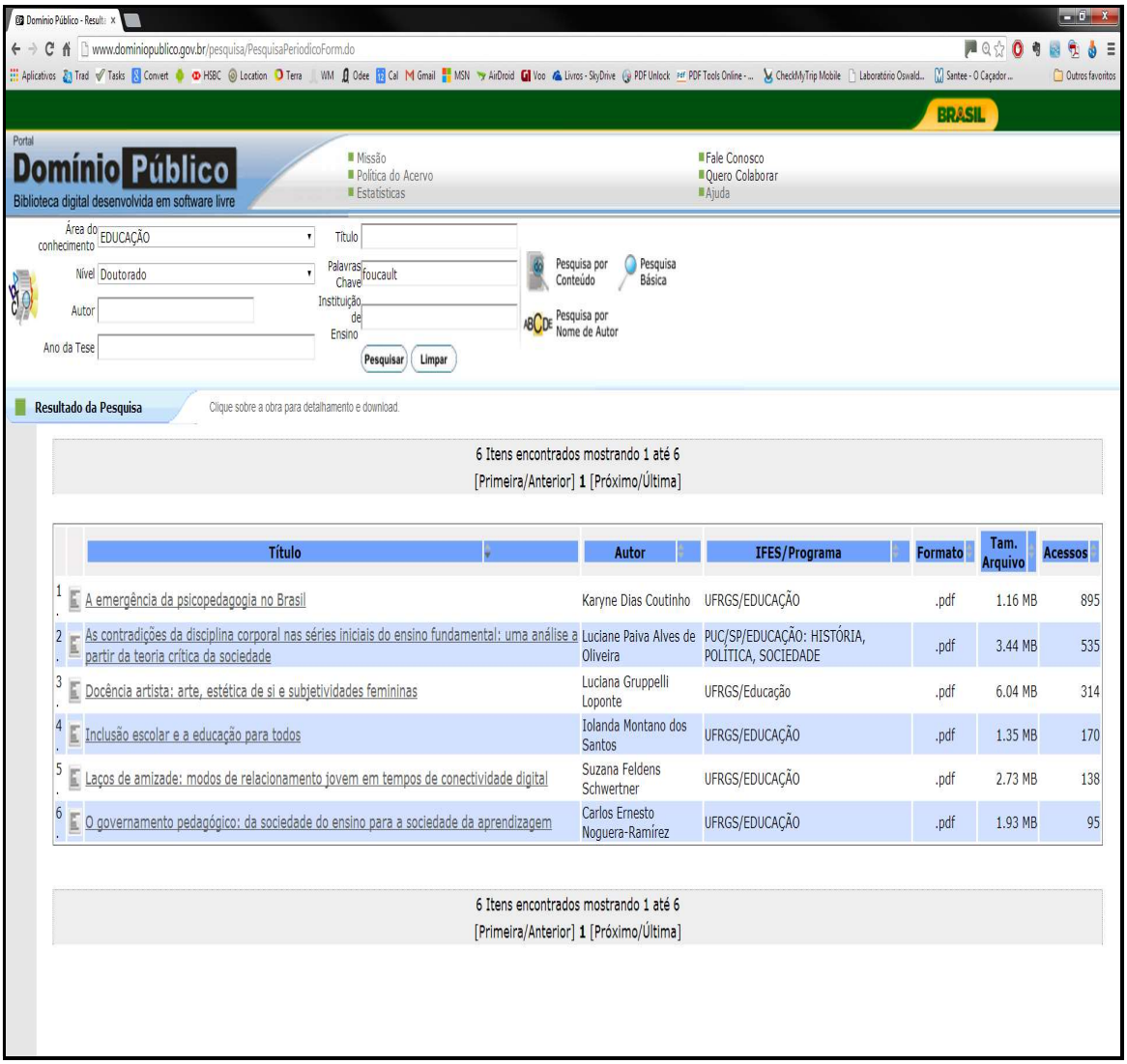


Figura 07 - Consulta a Teses e Dissertações.
Fonte: Disponível no site: <http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/PesquisaPeriodicoForm.do>. Acesso em: 12 fev. 2014.

A página apresentou ainda outra possibilidade de consulta que em teoria deveria retornar um número maior de resultados apresentada como “Pesquisa por Conteúdo: Realiza a pesquisa por palavra-chave dentro do conteúdo dos documentos disponíveis no acervo” e que concede uma opção denominada “Critério de Pesquisa” na qual se deve informar a palavras buscadas. Realizei a consulta com as palavras “*foucault*” e “educação”, por ser a mesma consulta realizada no BTC e o retorno foi de dez mil itens encontrados. Verifiquei que a lógica da pesquisa foi a consulta por uma ou outra palavra e, dos cinquenta primeiros itens relacionados, trinta e oito eram documentos do Ministério da Educação. Portanto, essa opção se configurou como inviável e fiz nova consulta excluindo a palavra “educação”, o que retornou duzentos e trinta e três itens contendo a palavra “*foucault”,* o que foi pouco menos do que as duzentas e trinta e seis teses encontradas com os critérios “*foucault*” e “educação” no BTC. Contudo, ao verificar as Fontes dos itens, duzentos e trinta originaram dos Programas de Pós-Graduação da CAPES. Procedi a uma verificação por amostragem e constatei que os itens encontrados variam bastante sendo dissertações de mestrado ou teses de doutorado e as áreas são muito variadas.

Do inventário das teses, resultado da pesquisa por conteúdo no Portal Domínio Público, constatei que, dos autores citados no resultado, apenas uma autora com tese defendida pela PUC/SP em 2006 constou também dos resultados da busca no BTC.

Retornei então à página inicial de consultas no Portal Domínio Público e realizei busca apenas pelos nomes dos autores das teses no Quadro 01 realizando a consulta individual, uma a uma, e localizei 34 Teses, disponíveis em formato PDF no Portal Domínio Público, sendo elas identificadas pelos códigos:

T004; T008; T009; T020; T023; T029; T032; T035; T037; T041; T050; T056; T057; T063; T069; T072; T090; T091; T100; T110; T113; T121; T124; T126; T127; T151; T157; T160; T163; T185; T200; T201; T218; T224

A conclusão à qual cheguei, após realizar o ensaio de várias formas de busca na página do Portal Domínio Público, é que nas 34 teses encontradas na busca por nome do autor, existe de fato a palavra “educação”. Entretanto, nos resultados da busca somente por “*foucault*”, apenas a T063 constava das teses contendo a palavra “*foucault*”. Essa problemática com as Bases de Dados Oficiais já foi objeto de estudos. Vieira e Maciel (2007, p. 355) são bastante incisivas ao afirmar

> Entendemos que um estudo a respeito da produção científica registrada no BTC Resumos no decorrer das quase duas décadas de sua existência, de 1987 a 2003, justifica-se por se tratar de um banco de dados abrangente, o qual concentra trabalhos de pós-graduação stricto sensu de Instituições de Ensino Superior — IES — públicas e particulares de todo o território nacional. E, ainda, por se tratar de uma fonte de pesquisa relevante, a qual abarca as diferentes áreas do conhecimento humano, o que poderia ou deveria facilitar a busca de informação e minimizar tempo e custos para seu levantamento e conhecimento pelos pesquisadores.

Vale destacar, nessa citação, que quando os autores afirmam que o BTC "poderia ou deveria facilitar a busca", estão sugerindo que a facilitação nem sempre acontece. O mesmo pode ser dito com referência ao Portal Domínio Público cujas ferramentas de busca poderiam ou deveriam facilitar a busca, mas no exemplo de minha busca não foi o caso. A busca precisou ser realizada de forma individual, autor por autor, ou seja, não foi facilitada. Considerando, contudo, que a consulta pode ser realizada totalmente pelo computador, e as trinta e quatro teses puderam ser recuperadas sem ter que me deslocar até bibliotecas já é um fato positivo. Infelizmente duzentas e duas teses das relacionadas no BTC simplesmente não foram enviadas para serem disponibilizadas no Portal Domínio Público.

A atribuição de responsabilidade ou dos motivos que levaram à inexistência no Portal Domínio Público de teses relacionadas no BTC não é objeto de investigação neste relatório de pesquisa. Contudo, é relevante citar que a indisponibilidade dessas teses mudou o rumo da pesquisa, pois a proporção desejada para amostragem não pode ser obtida. Mediante essa constatação, realinhei os procedimentos pretendidos e, em lugar de realizar uma amostragem proporcional às regiões, a pesquisa passou a ser feita na totalidade das teses disponibilizadas no Portal Domínio Público, relacionadas no BTC como sendo da área da educação e contendo o nome Foucault.

Para se ter uma ideia mais clara de como a indisponibilidade das teses no Portal Domínio Público afeta a proporcionalidade, combinei, no Gráfico 05, a comparação entre o número de "Resumos**"** do BTC e o efetivo número de "Teses" obtidas no Portal Domínio Público por ano de defesa.

Ano	Resumos	Teses
1994	1	
1995		
1996	2	
1997	2	
1998	4	
1999	4	
2000	4	
2001	6	
2002	9	
2003	8	
2004	12	
2005	10	2
2006	9	5
2007	15	8
2008	30	8
2009	26	7
2010	32	4
2011	30	
2012	32	

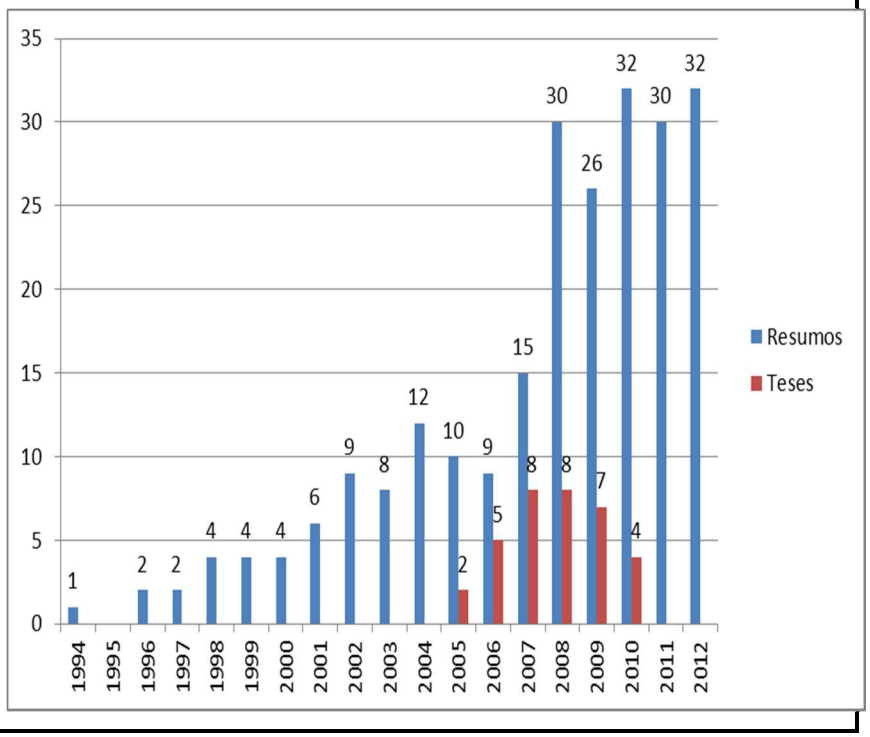


Gráfico 05 - Resumos e Teses por Ano.
Fonte: Próprio autor.

Embora a confirmação de que Foucault foi utilizado como referencial pela primeira vez em 1994, segundo consta na relação de resumos do BTC, a maneira como foi apropriado, nessa primeira tese na área da Educação, não pôde ser conferida, pois as primeiras duas teses disponibilizadas para leitura no Portal Domínio Público são de 2005, ou seja, de onze anos depois que Foucault já vinha sendo citado em teses na área da Educação.

Outra discrepância percebida entre as duas fontes foi que, enquanto o número de resumos dobrou, entre 2007 e 2008, de quinze para trinta, no mesmo período disponibilizou-se o mesmo número de oito teses para cada um desses anos. A partir daí, em 2009 e 2010, há uma queda de disponibilidade de teses (sete e quatro respectivamente) ao passo que o número de resumos tende a manter um patamar estável até 2012. Esse contexto também afeta o período de análise que antes seria de 1994 a 2012, e então passa a ser de 2005 a 2010, ou seja, a disponibilidade de teses para consulta cobre um interstício de apenas cinco anos.

A proporção entre o número de resumos e o de teses também sofre enorme variação quando comparadas. Na Tabela 03**,** registro os quantitativos para cada região.

Tabela 03 - Resumos e Teses por Região

	SUDESTE	SUL	CENTRO OESTE	NORDESTE
RESUMOS	118 (50%)	87 (37%)	7 (3%)	24 (10%)
TESES	13 (38%)	19 (56%)	0 (0%)	2 (6%)

Fonte: Próprio autor.

A proporcionalidade está representada no Gráfico 06.

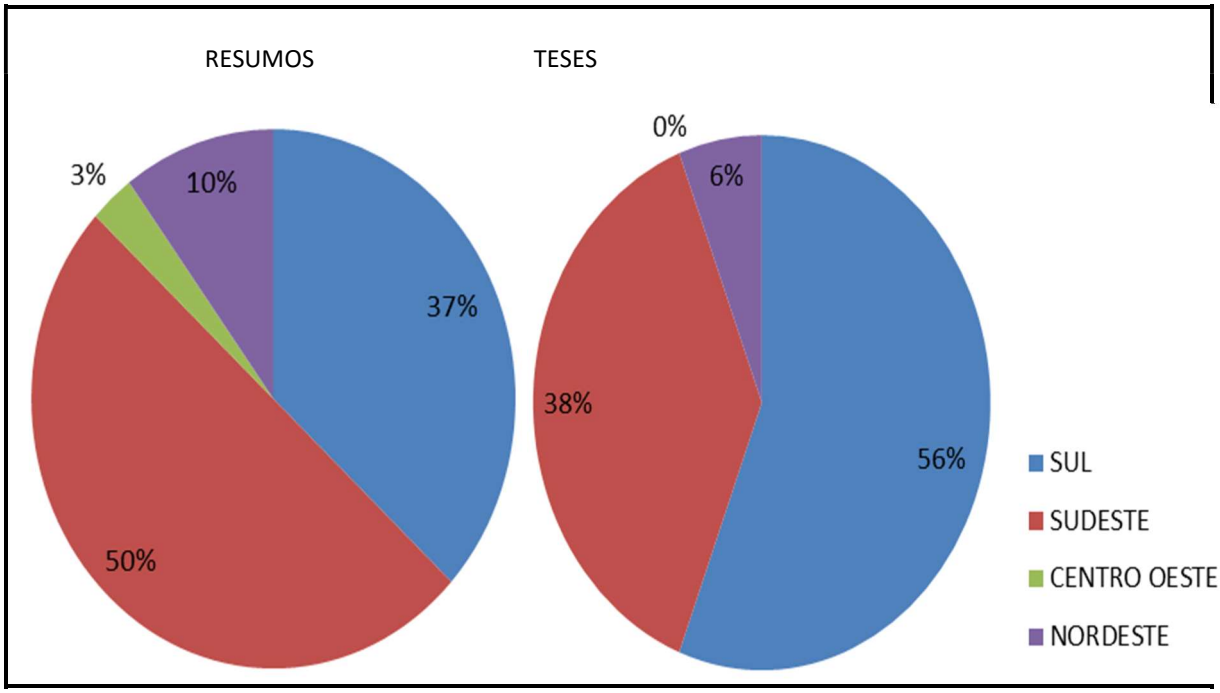


Gráfico 06 - Resumos e Teses por Região.
Fonte: Próprio autor.

Pelo gráfico, observa-se que, ao comparar percentuais de resumos e teses, há uma inversão nas proporções entre a Região Sul e a Região Sudeste. Além disso, em número de resumos cadastrados no BTC, a Região Sudeste lidera, mas perde essa liderança, quando se confirma o número de teses disponibilizadas, e a Região Sul passa a liderar. Não há divergência de liderança entre as Regiões Nordeste e Centro-Oeste respectivamente nesse sentido. No entanto, o que marca negativamente é a total indisponibilidade de teses para a Região Centro-Oeste.

O Gráfico 07 ilustra as diferenças numéricas entre o número de resumos apresentados no BTC e o número de teses disponíveis no Portal Domínio Público**.**

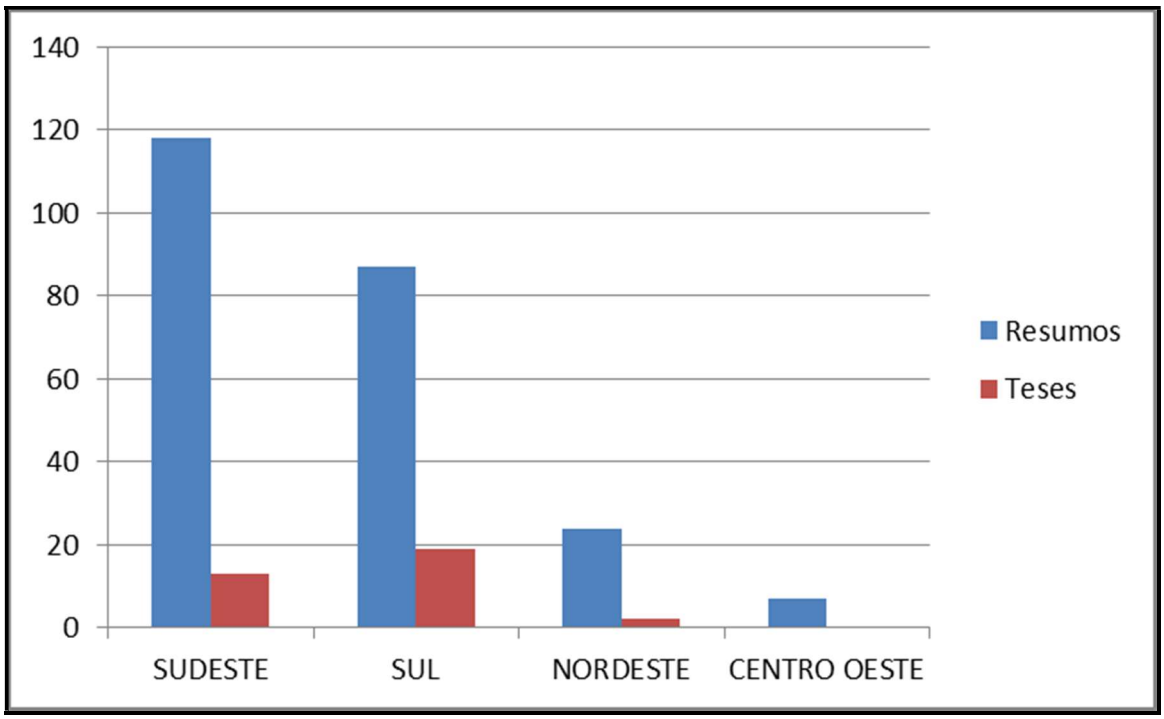


Gráfico 07 - Resumos/Teses disponíveis.
Fonte: Próprio autor.

A constatação é que as instituições da Região Sul são mais eficientes e bem-sucedidas no registro das teses no Portal Domíno Público, seguidas pela Região Sudeste, pela Região Nordeste e por último pela Região Centro-Oeste. Entristece-me constatar que a própria instituição em que eu desenvolvo este relatório de pesquisa não disponibilizou a única tese que foi relacionada no BTC a T222 do meu inventário.

O próximo indicador, possível de levantar a partir do presente inventário, é o referente às instituições que têm maior índice de sucesso ou maior eficiência em disponibilizar as teses no Portal Domínio Público. A Tabela 04 serve de indexador.

Tabela 04 - Teses por Instituição: Produção e Disponibilização

INSTITUIÇÃO	RESUMOS	TESES	%	REGIÃO
Universidade Federal de São Carlos	2	2	100%	SE
Universidade Est. Paulista Júlio de Mesquita Filho/Marilia	2	1	50%	SE
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo	14	5	36%	SE
Universidade Federal do Rio Grande do Norte	3	1	33%	NE
Universidade Federal Fluminense	3	1	33%	SE
Universidade Federal do Rio Grande do Sul	54	17	31%	S
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro	7	2	29%	SE
Universidade Est. Paulista Júlio de Mesquita Filho/Araraquara	5	1	20%	SE
Universidade Federal da Bahia	5	1	20%	NE
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul	6	1	17%	S
Universidade Federal do Paraná	6	1	17%	S
Universidade do Estado do Rio de Janeiro	11	1	9%	SE
Universidade de São Paulo	24	0	0	SE
Universidade Estadual de Campinas	14	0	0	SE
Universidade do Vale do Rio dos Sinos	12	0	0	S
Universidade Federal de Minas Gerais	9	0	0	SE
Universidade Federal do Ceará	8	0	0	NE
Universidade Federal do Rio de Janeiro	6	0	0	SE
Universidade Federal de Pernambuco	5	0	0	NE
Universidade Federal do Espírito Santo	5	0	0	SE
Universidade Federal de Santa Catarina	4	0	0	S
Universidade de São Paulo/Ribeirão Preto	3	0	0	SE
Universidade Est. Paulista Júlio de Mesquita Filho/Rio Claro	3	0	0	SE
Universidade Federal da Paraíba/João Pessoa	3	0	0	NE
Universidade Metodista de Piracicaba	3	0	0	SE
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul	2	0	0	CO
Pontifícia Universidade Católica de Goiás	2	0	0	CO
Universidade Federal de Goiás	2	0	0	CO
Escola Superior de Teologia	1	0	0	S
Fundação Oswaldo Cruz	1	0	0	SE
Pontifícia Universidade Católica do Paraná	1	0	0	S
Universidade Bandeirante de São Paulo	1	0	0	SE
Universidade de Brasília	1	0	0	CO
Universidade Est. Paulista Júlio de Mesquita Filho/Franca	1	0	0	SE
Universidade Estácio de Sá	1	0	0	SE
Universidade Estadual de Londrina	1	0	0	S
Universidade Estadual de Maringá	1	0	0	S
Universidade Federal de Uberlândia	1	0	0	SE
Universidade Federal do Rio Grande	1	0	0	S
Universidade Gama Filho	1	0	0	SE
Universidade Presbiteriana Mackenzie	1	0	0	SE

Fonte: Próprio autor.

Considerando-se que o número de "Resumos" de uma determinada instituição corresponda à produção de teses na área de educação contendo o referencial foucaultiano e que o número de "Teses" relacionados na Tabela 04 represente o número de teses correspondente à

efetiva disponibilização no Portal Domínio Público dessas teses defendidas, temos a seguinte leitura:

São quarenta e uma instituições de ensino superior que originaram as produções de teses na área de Educação com o referencial foucaultiano, inventariadas por meio da contagem dos Resumos disponibilizados no BTC. No entanto, apenas doze instituições efetivamente disponibilizaram alguma tese para consulta no Portal Domínio Público.

A Universidade Federal de São Carlos foi a mais eficiente em disponibilizar sua produção com cem por cento das teses disponibilizadas no Portal Domínio Público, embora sua produção seja de duas teses.

A Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho/Marília foi a segunda em eficiência, pois disponibilizou metade de sua produção no Portal Domínio Público, correspondendo a apenas uma tese.

A Pontifícia Universidade Católica de São Paulo foi a terceira classificada em eficiência por disponibilizar trinta e seis por cento de sua produção sendo cinco teses disponibilizadas.

Destaque deve ser dado à Universidade Federal do Rio Grande do Sul que, além de possuir o maior número de produção (cinquenta e quatro Resumos), foi também a instituição que mais disponibilizou teses para consulta (dezessete teses), o que representa apenas 31% de sua produção e ficando em quinto lugar na classificação.

A Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, sexta classificada, teve um índice de eficiência em disponibilização de 29% com sete Resumos e duas Teses disponibilizadas.

As Instituições Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Universidade Federal Fluminense, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho/Araraquara, Universidade Federal da Bahia, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Universidade Federal do Paraná e Universidade do Estado do Rio de Janeiro, todas, disponibilizaram uma tese apenas, embora os números de produção, verificado pelos resumos no BTC, variem de três a onze e o percentual de eficiência na publicação varie de 33% a nove por cento.

O meu objetivo, mediante as constatações supracitadas, passa então a ser: averiguar como Foucault é apropriado pela área de Educação no Brasil a partir de análise das teses com o referencial foucaultiano disponíveis no Portal Domínio Público.

2.4 DA OBTENÇÃO DOS ARQUIVOS DE TESE

Para obtenção dos arquivos contendo as teses disponibilizadas pelo Portal Domínio Público, realizei a busca pela opção "Pesquisa Teses e Dissertações" preenchendo apenas o campo reservado para o nome do "Autor". Ingressei com os nomes dos autores um a um a partir da relação obtida por meio da busca no BTC. Iniciei a pesquisa ingressando com o nome da primeira autora "Adriana da Silva Thoma" da relação e que correspondia à tese de número T001 na minha numeração. Após clicar o botão "pesquisa", disponível na tela, o sistema levou alguns segundos realizando a busca e retornou uma tela com um campo vazio em uma aba denominada "[ ] Resultado da Pesquisa". Constatei então que o nome da autora não havia sido cadastrado dessa forma e busquei apenas o sobrenome "Thoma**"** por ser o nome menos comum para uma busca e utilizei o critério "Doutorado**"** no campo "Nível". Em alguns segundos, o sistema retornou uma relação de vinte e seis teses de autores que continham a sequência "T H O M A" no nome, sendo estes: "Thomaz", "Thomazini", "Thomaselli", "Thomazella", "Thomazatti", "Thomazotti", "Thomazi" e "Thomas", mas nenhuma "Adriana**"** nem mesmo um nome próximo que pudesse ter resultado de um erro de digitação no momento do registro do cadastro.

Insisti na busca e passei a utilizar, juntamente com o critério "Doutorado" no campo "Nível", o campo "Título" onde registrei parte do nome da tese sem filtrar a busca com o nome do "autor". Ingressei com "o cinema e a" como parte da sentença a ser buscada. O sistema retornou apenas uma tese com essa sentença no título, mas que em nada se assemelhava ao título da tese de "Adriana da Silva Thoma". Conclui que a T001 não estava disponível no Portal Domínio Público.

Realizei o mesmo procedimento de busca, para T002 e T003, com os mesmos resultados, ou seja, sem encontrar as teses desejadas. Foi somente quando busquei a T004 que foi imediatamente relacionada na primeira tentativa de busca por autor. Na aba "Resultado da Pesquisa**"** foram apresentados os seguintes itens: "Título", "Autor", "IFES/Programa", "Formato", "Tamanho do Arquivo" e "Número de acessos". O formato de todas as teses encontradas foi o PDF que se refere à extensão de nome utilizada para os arquivos gerados em formato acessível pelo *Adobe Acrobat Reader*, e a sigla da extensão corresponde às iniciais da sentença *Portable Document File*. O Título da tese aparece na tela, sublinhado, o que é um

indicador de um *link*[8] que pode ser clicado e, ao lado da aba Resultado da Pesquisa, aparece a instrução "Clique sobre a obra para detalhamento e download".

O clicar sobre o título da obra abre uma nova janela com o título "Detalhe da obra" contendo detalhes sobre: "Título", "Autor", "Categoria", "Idioma", "Instituição: /Parceiro", "Instituição: /Programa", "Área de Conhecimento", "Nível", "Ano da Tese", "Acessos", "Resumo" e, ao final, um botão indicando "Baixar", que deverá ser clicado para que o arquivo no formato PDF seja transferido para o local desejado. À esquerda da tela, é exibida a ilustração de uma página com texto escrito e as informações: Tipo de Mídia: Texto, Formato: PDF e Tamanho: que varia para cada arquivo conforme reprodução da tela na Figura 08:

Figura 08 - Página de Detalhe da Obra
Fonte: Disponível no site: <http://www.dominiopublico.gov.br/>. Acesso em: 12 fev. 2014.

O botão "Baixar" traz uma nova tela sob o título de Teses e Dissertações e esta tela exige que o usuário seja devidamente cadastrado no Portal Domínio Público para poder acessar

[8] Texto que pode ser clicado para que a tela seja redirecionada a outra tela ou a uma ação, que pode ser a de "baixar" um arquivo para o computador ou para alguma mídia.

o arquivo contendo a Tese. O cadastro pode ser realizado imediatamente clicando o link "Cadastre-se". Depois de ter fornecido o e-mail e a senha do usuário basta acionar o botão "Pesquisar" para surgir uma caixa de diálogo solicitando que o arquivo da tese seja "salvo" e já vem automaticamente com um nome gerado pelo Portal Domínio Público consistindo de duas letras "cp" e um número de seis dígitos seguido pela indicação PDF conforme página mostrada na Figura 09.

Figura 09 - Página de cadastro.
Fonte: Disponível no site: <http: //www.dominiopublico.gov.br/>. Acesso em: 12 fev. 2014.

As trinta e quatro teses encontradas e baixadas por meio da página Consulta Teses e Dissertações foram salvas com os nomes fornecidos pelo sistema, e acrescentei ao início o prefixo de três números correspondentes à minha numeração no Quadro 01, seguidos do sinal de *underline*[9] para possibilitar localização mais rápida. Após alimentar esses dados na minha base para gerar relatórios obtive a Tabela de Relação de Arquivos reproduzida na Tabela 05.

[9] *Underline* da língua inglesa significa sublinhado ou linha inferior - palavra utilizada na informática para se referir ao pequeno risco que preenche um espaço no nível inferior da linha do texto. O caractere _.

Tabela 05 – Arquivos de Teses e Instituição

ORD.	ARQUIVO	DATA	INSTITUIÇÃO
T004	004_cp116133.pdf	07/2009	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
T008	008_cp083382.pdf	08/2008	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
T009	009_cp040852.pdf	05/2007	Universidade Federal Fluminense
T020	020_cp118638.pdf	08/2008	Universidade Federal de São Carlos
T023	023_cp036281.pdf	09/2007	Universidade Est. Paulista Júlio de Mesquita Filho/Marilia
T029	029_cp060185.pdf	05/2008	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
T032	032_cp116511.pdf	11/2009	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
T035	035_cp096311.pdf	07/2008	Universidade Federal de São Carlos
T037	037_cp059644.pdf	04/2008	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
T041	041_cp039179.pdf	01/2007	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
T050	050_cp111614.pdf	03/2009	Universidade do Estado do Rio de Janeiro
T056	056_cp051080.pdf	12/2007	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
T057	057_cp058275.pdf	04/2007	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
T063	063_cp009780.pdf	09/2006	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
T069	069_cp047405.pdf	02/2008	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
T072	072_cp076305.pdf	03/2008	Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
T090	090_cp137455.pdf	01/2010	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
T091	091_cp046176.pdf	12/2007	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
T100	100_cp026857.pdf	04/2006	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
T110	110_cp083412.pdf	07/2008	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
T113	113_cp154557.pdf	12/2010	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
T121	121_cp102800.pdf	05/2009	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
T124	124_cp027656.pdf	05/2005	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
T126	126_cp011813.pdf	10/2006	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
T127	127_cp046051.pdf	03/2007	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
T151	151_cp135042.pdf	03/2009	Universidade Federal do Paraná
T157	157_cp137492.pdf	02/2010	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
T160	160_cp027024.pdf	12/2006	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
T163	163_cp027664.pdf	09/2005	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
T185	185_cp076156.pdf	09/2006	Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
T200	200_cp099953.pdf	05/2009	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
T201	201_cp111471.pdf	07/2009	Universidade Federal da Bahia
T218	218_cp031183.pdf	02/2007	Universidade Est. Paulista Júlio de Mesquita Filho/Araraquara
T224	224_cp137509.pdf	03/2010	Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Fonte: Próprio autor.

O passo seguinte foi imprimir as 34 teses disponibilizadas e encaderná-las no sistema de espiral, para permitir consultas tradicionais, ou seja, sem necessidade de uso de computador e a possibilidade de marcar as páginas à medida do necessário para consultas futuras.

O processo para baixar as teses foi bastante tedioso, por ser repetitivo e pela necessidade de ingressar com o nome do autor para cada tese. O fato de a busca geral não conseguir uma listagem satisfatória, nos mecanismos de busca do Portal Domínio Público, tornou tal etapa exaustivamente longa.

Se houvesse a possibilidade de baixar os arquivos de teses a partir do BTC, haveria uma aceleração no processo. Isso poderia ser realizado diretamente do resultado de busca desse Banco sem a necessidade de copiar os dados de lá para utilizá-los em outro banco de dados gerido pelo mesmo órgão, pois todas as teses baixadas do Portal Domínio Público vêm com a marca da Capes na Página de Detalhe da obra, e na forma do "cp" usado como prefixo automático do nome do arquivo.

Dos procedimentos relatados neste capítulo resultou um grande volume de textos contidos em 34 teses de doutorado em formato eletrônico. Esse *corpus* permitiu que fossem realizadas nas teses buscas por palavras chave para localização dos segmentos[10] que tratam do referencial foucaultiano e realização de uma análise detalhada com o objetivo de verificar a hipótese de que "V&P" é a obra mais consultada ou referenciada pela área da educação no Brasil.

O próximo capítulo será dedicado ao inventário dos quantitativos de utilização da referência foucaultiana nas teses por meio da busca à palavra "foucault**"** como instrumental para a verificação da hipótese desta pesquisa.

[10] Utilizei a palavra "segmento" referindo-me aos "segmentos de texto" (frases, sentenças, encadeamento de palavras) que coincidem com aqueles que ocorrem tanto na obra estudada quanto na tese analisada em oposição a "citações" que são os segmentos em que o autor da tese indica que foram "copiados" da obra de referência. Utilizei também a palavra "segmento" no lugar de "excerto", que implica que o segmento utilizado foi removido e afastado do texto, perdendo sua conexão e intertextualidade com a obra originária.

3 A BUSCA POR REFERÊNCIAS E A FREQUÊNCIA DA PALAVRA *FOUCAUL(T)* NAS TESES

Neste capítulo foram demonstrados os resultados quantitativos do inventário realizado na busca pelo referencial foucaultiano nas 34 teses obtidas pelo Portal Domínio Público. Consultei o capítulo das referências de cada tese para definir quais obras de Foucault foram relacionadas e utilizadas; realizei buscas pela palavra "*foucault"* para determinar a regularidade do uso do referencial e obter dados quantitativos para embasar uma análise qualitativa.

Iniciei a busca no capítulo dedicado à perigrafia[11], que no passado recebia o título de "Bibliografia" e mais recentemente adotou-se o título de "Referências" nas teses no Brasil, sendo que 19 das teses inventariadas o utilizaram. No entanto 9 teses se utilizaram do título "Referências Bibliográficas", uma delas fez distinção entre "Fontes" e "Referências Bibliográficas", outra utilizou-se de um capítulo com nome de "Referências" e subdividiu-as em "Fontes" e "Bibliografia". 4 teses utilizaram o "antigo" título "Bibliografia".

Apresentei o inventário da nomenclatura acima para demonstrar sua importância na tese, e que sob um título ou outro ele está presente, pois o capítulo da perigrafia é justamente "[...] o catálogo dos textos lidos pelo autor enquanto o projeto atual de escrita o conduz". (COMPAGNON, 1996, p. 113). Utilizo a expressão "Capítulo das Referências" ao me referir a essa instância de registro das obras nas teses.

Foi no Capítulo das Referências que busquei todos os registros que me apontavam a Foucault como autor. Ciente, no entanto, que tais registros seriam necessariamente limitados e incompletos uma vez que nem tudo que o autor da tese lera, antes da atual escrita tornar-se projeto, poderia estar lá registrado. Compagnon (1996, p. 113-114) observa:

> Há na bibliografia um problema patente que leva o autor a precauções quando a qualifica de 'sumária', como se se desculpasse da falta de alguma coisa. Seria necessário interrompê-la, como à confissão de seus pecados, pela invocação de uma circunstância atenuante para o esquecimento, e esquece-se aquilo que se quer. É por isso que o mais simples, para resolver o problema, e oferecer, mesmo assim, um repertório ao leitor potencial, é seduzi-lo com uma 'lista de obras citadas'; e é nisso que consiste, muitas vezes, a bibliografia, declarada ou não como tal. Então, tudo se torna simples: citações e bibliografia se remetem mutuamente: as primeiras atestam que a outra foi realmente

[11] O texto utilizado para fornecer ao leitor dados sobre uma obra, numa ordenação regular: autor, título, edição, local, editora e ano de publicação, dentre outros.

> percorrida; e a segunda mostra que, afinal, foi composta como um inventário da primeira.

Mas como fazer para confirmar se existe "mutualidade" entre bibliografia e citações? Ciente da alegação de Grafton (1998, p. 22) que reclama que essas "longas listas de citações de arquivo documentam um conhecimento individual arduamente conquistado por um estudante pesquisador acerca de uma questão...", jamais é completa, optei por realizar busca exaustiva em cada tese por TODAS as ocorrências do nome "Foucault" - ação que foi, em bom humor, descrita como "trabalho de presidiário". No entanto a busca foi auxiliada por recurso do programa *Adobe Acrobat Reader XI*®, para localizar as ocorrências da palavra "*Foucault*", escrita dessa maneira, para capturar também as variantes como "*foucauldiano", "foucauldianos", etc*. A busca foi realizada em cada tese, separadamente, utilizando o recurso que, na versão de língua inglesa, pode ser acionado pressionando simultaneamente as teclas "control", "shift" e "F", para que o programa traga uma caixa de diálogo flutuante contendo um campo para que os critérios da busca sejam realizados. Reproduzo, na Figura 10, cópia da caixa produzida na busca realizada na T124, que foi a tese com a data mais antiga (2005).

Conforme pode ser observado, na Figura 10, a T124 apresenta o total de 381 ocorrências da palavra "*Foucault*", e o programa gera uma listagem indicando a página onde cada uma dessas ocorrências se encontra e apresenta também a palavra na linha do texto. Para que o usuário seja levado à página e à linha onde a palavra se encontra, basta clicar sobre cada uma delas que a página onde se encontra aquela ocorrência se abre para leitura.

Elaborei uma planilha, que foi utilizada como base de dados, e copiei para ela o número de ocorrências, busquei em seguida na tese física, o capítulo da perigrafia e passei a copiar para a planilha os nomes das obras e dos textos de Foucault ali declarados e assim procedi para cada uma das trinta e quatro teses. Pude observar que alguns autores relacionavam os textos ou capítulos específicos quando se referiam a obras compostas por coletâneas de textos de Foucault, a exemplo da coleção "*Dits et écrits"* (1994) com os volumes de I a VII, e "Microfísica do poder" (1979), com dezessete capítulos citados. Relacionei as obras na planilha sem a preocupação de dar-lhes um formato de perigrafia acadêmica de referências pela ABNT, mas simplesmente para ser objetivo e sintético citando apenas o nome comum da obra e nos casos das coletâneas "*Dits et écrits"* (1994) registrei cada referência com a sigla (D&E I, II, III, IV, V, VI ou VII) seguido do nome do capítulo referenciado na tese. Para as referências a "Microfísica do poder" acrescentei o número do capítulo em algarismos arábicos seguido do nome do capítulo.

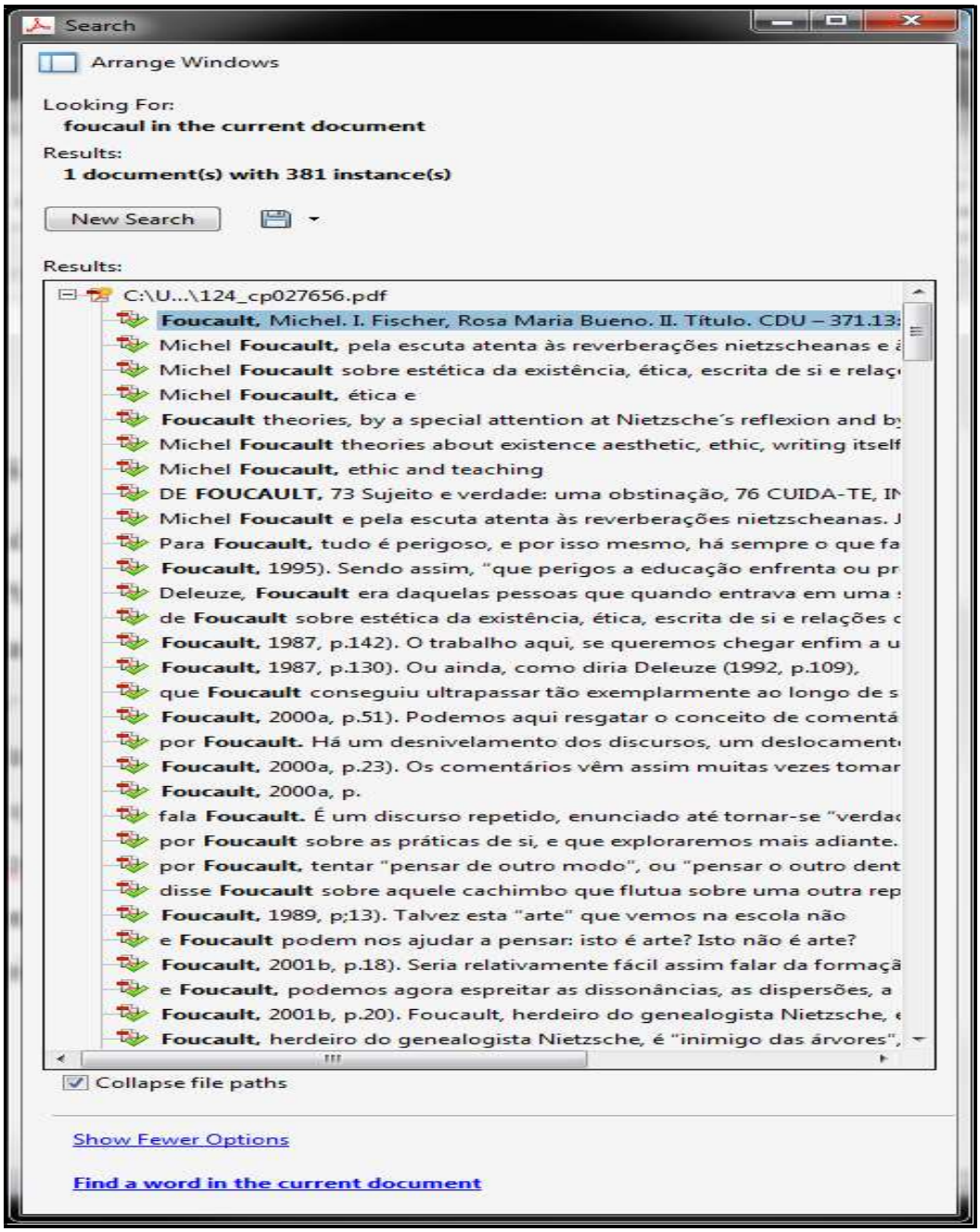


Figura 10 - Caixa com Resultado de Busca
Fonte: Disponível no site: <http://www.dominiopublico.gov.br/>. Acesso em: 12 fev. 2014.

Ao citar os textos contidos nas obras da coletânea D&E, alguns autores se limitavam ao registro do título do volume. Outros, para poder citar os textos contidos em "Microfísica do poder", relacionavam o título da obra no capítulo das referências, sem recorrer à norma de utilização de "*in"* para as citações. Nesses casos, no entanto, realizei busca dessa obra citada na tese, confirmei a página e se de fato a citação se encontrava na página indicada. Em algumas instâncias, a página era outra. O que pode ter ocorrido por estar consultando edição diferente

ou por descuido do autor. Seja lá qual tenha sido o motivo, eu confirmei corretamente normalizei e registrei na planilha criada para esse fim de forma que as referências a um mesmo texto não ocorresse em duplicidade. Alguns textos citados não foram encontrados nas obras e algumas obras e textos referenciados não foram localizados, provavelmente por distração do autor.

Para cada tese consultada inventariei também o capítulo das referências, colocando na planilha o número um (1) para cada obra ou capítulo de coletânea referenciada na tese sem indicar quantas vezes foi referenciada. Com esse inventário e por meio dessa planilha, pude verificar a ocorrência nos capítulos da perigrafia o quantitativo total e por tese para:

- Textos e obras de Foucault citados;
- Vezes em que "*foucault"* é utilizado no corpo da tese;
- Vezes em que "*foucault"* é utilizado no capítulo das Referências; e,
- Total de vezes em que "*Foucault"* é utilizado em toda a tese.

Replico no Quadro 03 a primeira página gerada pela planilha, a título de exemplo, sendo que a planilha completa se encontra compilado como ANEXO A. A coluna da esquerda é dedicada aos totais das contagens e o número de referência que foi dado às teses se encontra em destaque na sexta linha da planilha.

411	Textos citados nas Referências de autoria de Foucault	35	28	24	1	8	2	11	11
223	Textos de outros autores nas Referências contendo o nome Foucault no título	23	10	8	1	15	0	4	13
3160	Vezes em que o nome "Foucault" é usado no corpo da tese	348	117	165	36	85	12	108	28
408	Vezes em que o nome "Foucault" é usado nas referências	33	14	12	2	21	1	5	14
3568	Vezes em que o nome "Foucault" é usado Total	381	131	177	38	106	13	113	42
	TEXTOS REFERENCIADOS / TESES ----------->	**T124**	**T163**	**T100**	**T063**	**T185**	**T126**	**T160**	**T041**
1	{D&E I} 1957 - A Psicologia de 1850 a 1950								
1	{D&E I} 1961 - Prefácio {Flolie et dáraison}								
1	{D&E I} 1965 - Filosofia e Psicologia								
1	{D&E I} 1970 - Loucura, Literatura, Sociedade								
1	{D&E I} 1972 - Resposta a Derrida								
1	{D&E II} 1966 - O que é um filósofo?								
1	{D&E II} 1967 - As palavras e as imagens	1							
3	{D&E II} 1967 - Nietzsche, Freud, Marx								
1	{D&E II} 1967 - Sobre as maneiras de escrever a história								
1	{D&E II} 1968 - Sobre a Arqueologia das Ciências. Resposta ao Círculo de Epistemologia		1						
0	{D&E II} 1969 - Ariadne Enforcou-se								
1	{D&E II} 1970 - A Posição de Cuvier na História da Biologia		1						
2	{D&E II} 1970 - Theatrum philosophicum	1							
2	{D&E II} 1971 - Nietzsche, a Genealogia, a História								
2	{D&E II} 1972 - Retornar à história								1
3	{D&E II} 1983 - Estruturalismo e pós-estruturalismo	1	1						
5	{D&E II} 1984 - O que são as luzes?	1		1					
1	{D&E III} 1963 - A linguagem ao infinito	1							
2	{D&E III} 1966 - O pensamento do exterior								
4	{D&E III} 1968 - Isto não é um cachimbo	1							
6	{D&E III} 1969 - O que é um autor	1							1
1	{D&E III} 1975 - A pintura fotogênica								
3	{D&E III} 1984 - Outros espaços			1					
1	{D&E IV} 1974 - Da Natureza Humana: Justiça contra Poder								
4	{D&E IV} 1977 - A vida dos homens infames	1							
1	{D&E IV} 1977 - Poder e saber			1					
1	{D&E IV} 1977 - Poderes e Estratégias								
1	{D&E IV} 1977 - Prefácio Anti-Édipo								
2	{D&E IV} 1978 - A Sociedade Disciplinar em Crise								
3	{D&E IV} 1978 - Diálogo sobre o poder			1					

Quadro 03 – Exemplo da planilha utilizada para verificação de obras referenciadas.
Fonte: Próprio autor.

O Quadro 03 permitiu averiguar informações importantes sobre quais foram os textos de Foucault mais citados nas teses de doutorado na área da Educação no Brasil. No Quadro 04, relacionei esses textos, classificando-os em ordem decrescente de número de teses que se referem a cada um:

(Continua)

N.	TEXTOS	OCORRÊNCIAS
1.	Vigiar e punir: nascimento da prisão (1975/1990c)	27
2.	A arqueologia do saber (2002)	18
3.	História da sexualidade I	17
4.	Microfísica do poder - 01. Verdade e poder	15
5.	Curso do Collège de France - Em defesa da sociedade (1975-1976)	14
6.	A ordem do discurso	13
7.	MF, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica - O sujeito e o poder	13
8.	As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas	12
9.	Microfísica do poder - 17. A governamentalidade	12
10.	História da sexualidade II	11
11.	Curso do Collège de France - A Hermenêutica do sujeito (1981-1982)	9
12.	A verdade e as formas jurídicas	8
13.	Curso do Collège de France - Os anormais (1974-1975)	8
14.	Microfísica do poder - 12. Soberania e disciplina	8
15.	(D&E V) 1984 - A ética do cuidado de si como prática de liberdade	7
16.	História da sexualidade III	7
17.	(D&E III) 1969 - O que é um autor	6
18.	Microfísica do poder - 02. Nietzsche, a genealogia e a história	6
19.	Microfísica do poder - 09. Poder-corpo	6
20.	Microfísica do poder - 14. O olho do poder	6
21.	Microfísica do poder - 16. Sobre a história da sexualidade	6
22.	(D&E II) 1984 - O que são as luzes?	5
23.	(D&E V) 1984 - O cuidado com a verdade	5
24.	História da loucura (na idade clássica)	5
25.	Microfísica do poder - 04. Os intelectuais e o poder	5
26.	Microfísica do poder - 05. O nascimento da medicina social	5
27.	Microfísica do poder - 06. O nascimento do hospital	5
28.	(D&E III) 1968 - Isto não é um cachimbo	4
29.	(D&E IV) 1977 - A vida dos homens infames (2010)	4
30.	(D&E IV) 1981 - "Omnes et Singulatim": uma Crítica da Razão Política	4
31.	Curso do Collège de France - Nascimento da biopolítica (1978-1979)	4
32.	Curso do Collège de France - Segurança, Território e População (1977-1978)	4
33.	MF, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica - Sobre a genealogia da ética	4
34.	O nascimento da clínica	4
35.	Resumo dos cursos do Collège de France - Subjetividade e verdade (1980-1981)	4
36.	(D&E II) 1967 - Nietzsche, Freud, Marx	3
37.	(D&E II) 1983 - Estruturalismo e pós-estruturalismo	3

Quadro 04 - Frequência das referências das obras de Foucault nas teses.

(Continuação)

N.	TEXTOS	OCORRÊNCIAS
38.	(D&E III) 1984 - Outros espaços	3
39.	(D&E IV) 1978 - Diálogo sobre o poder	3
40.	(D&E IV) 1978 A "Governamentalidade"	3
41.	(D&E V) 1983 - A escrita de si	3
42.	(D&E V) 1984 - Uma estética da existência	3
43.	Estética, ética y hermenéutica - Gabilondo (org) - Las técnicas de si	3
44.	Microfísica do poder - 07. A casa dos loucos	3
45.	Microfísica do poder - 08. Sobre a Prisão	3
46.	Microfísica do poder - 13. A política de saúde no século XVIII	3
47.	Microfísica do poder - 15. Não ao sexo rei	3
48.	Microfísica do poder (*) Citado mas não referenciado	3
49.	Resumo dos cursos do Collège de France - (1970-1982) (*) Citado mas não referenciado	3
50.	Resumo dos cursos do Collège de France - A vontade de saber (1970-1971)	3
51.	Resumo dos cursos do Collège de France - Segurança, território e população (1977-1978)	3
52.	(D&E II) 1970 - Theatrum philosophicum	2
53.	(D&E II) 1971 - Nietzsche, a Genealogia, a História	2
54.	(D&E II) 1972 - Retornar à história	2
55.	(D&E III) 1966 - O pensamento do exterior	2
56.	(D&E IV) 1978 - A Sociedade Disciplinar em Crise (2010)	2
57.	(D&E IV) 1980 - Mesa-redonda em 20 de maio de 1978 (2010)	2
58.	(D&E V) 1984 - Foucault	2
59.	(D&E V) 1984 - O retorno da moral	2
60.	Curso do Collège de France - O poder psiquiátrico (1973-1974)	2
61.	MF, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica - MF entrevistado por Dreyfus e Rabinow (1995)	2
62.	Microfísica do poder - 11. Genealogia e poder	2
63.	O Que é crítica? Qu'est-ce que la critique? Critique et Aufklarung	2
64.	Resumo dos cursos do Collège de France - A sociedade punitiva (1972-1973)	2
65.	Resumo dos cursos do Collège de France - Hermenêutica do sujeito (1981-1982)	2
66.	Resumo dos cursos do Collège de France - Nascimento da biopolítica (1978-1979)	2
67.	Resumo dos cursos do Collège de France - Teorias e instituições penais (1971-1972)	2
68.	Verdade e Subjetividade - in Revista de Comunicação e Linguagens	2
69.	(D&E I) 1957 - A Psicologia de 1850 a 1950	1
70.	(D&E I) 1961 - Prefácio (Flolie et dáraison)	1
71.	(D&E I) 1965 - Filosofia e Psicologia	1
72.	(D&E I) 1970 - Loucura, Literatura, Sociedade	1
73.	(D&E I) 1972 - Resposta a Derrida	1
74.	(D&E II) 1966 - O que é um filósofo?	1
75.	(D&E II) 1967 - As palavras e as imagens	1
76.	(D&E II) 1967 - Sobre as maneiras de escrever a história	1
77.	(D&E II) 1968 - Sobre a Arqueologia das Ciências. Resposta ao Círculo de Epistemologia	1
78.	(D&E II) 1970 - A Posição de Cuvier na História da Biologia	1
79.	(D&E III) 1963 - A linguagem ao infinito	1
80.	(D&E III) 1975 - A pintura fotogênica	1
81.	(D&E IV) 1974 - Da Natureza Humana: Justiça contra Poder	1

Quadro 04 - Frequência das referências das obras de Foucault nas teses.

(Conclusão)

N.	TEXTOS	OCORRÊNCIAS
82.	(D&E IV) 1977 - Poder e saber	1
83.	(D&E IV) 1977 - Poderes e Estratégias	1
84.	(D&E IV) 1977 - Prefácio Anti-Édipo	1
85.	(D&E V) 1978 - A Evolução da Noção de "Indivíduo Perigoso" na Psiquiatria Legal do Século XIX	1
86.	(D&E V) 1978 - Sexualidade e política	1
87.	(D&E V) 1981 - Sexualidade e solidão	1
88.	(D&E V) 1982 - O combate da castidade	1
89.	(D&E V) 1983 - O Uso dos Prazeres e as Técnicas de Si	1
90.	(D&E V) 1984 - Política e Ética: uma Entrevista	1
91.	(D&E V) 1988 - Verdade, poder e si mesmo	1
92.	(D&E VI) 1980 - Conversa com Michel Foucault	1
93.	(D&E VI) 1981 - Da amizade como modo de vida	1
94.	A Pintura de Manet - Le noir et la couleur - Conferência na Tunisia (1971)	1
95.	Como nace un "libro-experiencia" in KAMINSKY, El yo minimalista	1
96.	Curso do Collège de France - Do governo dos vivos (1979-1980)	1
97.	Curso do Collège de France - La hermenéutica del sujeto (1981-1982)	1
98.	Da amizade como modo de vida (entrevista WEB)	1
99.	Doença mental e psicologia	1
100.	El yo minimalista y otras conversaciones	1
101.	Estética, ética y hermenéutica - Gabilondo (org) - La locura y la sociedad	1
102.	Gilles Deleuze	1
103.	Microfísica do poder - 03. Sobre a justiça popular	1
104.	Microfísica do poder - 10. Sobre a geografia	1
105.	O que é um leitor? (**) Fonte não encontrada	1
106.	Resumo dos cursos do Collège de France - Do governo dos vivos (1979-1980)	1
107.	Tecnologias del yo y otros textos afines	1

Quadro 04 - Frequência das referências das obras de Foucault nas teses.
Fonte: Próprio autor.

"V&P" foi a obra mais citada com vinte e sete teses fazendo referência a ela. "A arqueologia do saber" (2002) foi a segunda obra mais citada com dezoito teses, seguida por "História da Sexualidade I" (1985) - dezessete teses; o capítulo I. "Verdade e poder", da obra "Microfísica do poder" (1979) - quinze teses; e "Curso do Collège de France" – "Em defesa da sociedade" (1975-1976) - quatorze teses.

Das trinta e quatro teses analisadas, vinte e sete fizeram alguma referência a "V&P" e também a relacionaram perfazendo 79% das teses, o que sugere que é a mais significativa para os estudiosos da área da Educação.

Tabela 06 - Textos mais citados

OBRAS	QTD. CIT.	PERCENTUAL
- Vigiar e punir: nascimento da prisão	**27 teses**	**(79%)**
- A arqueologia do saber	18 teses	(53%)
- História da sexualidade I	17 teses	(50%)
- Microfísica do poder - 01. Verdade e poder	15 teses	(44%)
- Curso do Collège de France - Em defesa da sociedade (1975-1976)	14 teses	(41%)
- A ordem do discurso	13 teses	(38%)
- MF, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica - O sujeito e o poder	13 teses	(38%)
- As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas	12 teses	(35%)
- Microfísica do poder - 17. A governamentalidade	12 teses	(35%)
- História da sexualidade II	11 teses	(32%)

Fonte: Próprio autor.

Considerando as três obras de Foucault, referenciadas por cinquenta por cento ou mais dos estudiosos da área da Educação nas teses consultadas, é seguro afirmar que as obras "V&P", "A arqueologia do saber" (2002) e "História da sexualidade I" (1985) são as obras de Foucault que foram as mais apropriadas pelos estudiosos em educação no Brasil no período de 2005 a 2010.

3.1 CONFIRMAÇÃO DA HIPÓTESE

A hipótese de que "V&P" é a obra mais referenciada pela área da educação no Brasil foi, consequentemente, confirmada por intermédio da análise quantitativa pela regularidade de seu uso nas teses. É também no livro "V&P" que Foucault mais se utiliza da palavra educação: 35 vezes em 26 páginas no seu original em francês, publicado em 1975, na tradução para o inglês esta palavra aparece 36 vezes e na tradução para o português 36 vezes. É também a obra citada com mais frequência nas teses de doutorado na Área da Educação no Brasil, sendo referenciada em 79% das teses inventariadas.

Confirmada a hipótese restou ainda investigar: **Como Foucault é apropriado pela área de Educação no Brasil?**

Considerando então que "V&P" foi a obra mais referenciada pela área da educação no Brasil busquei na própria obra os indícios dessa apropriação. Dessa maneira a questão a ser investigada passou a ser: **Como Foucault foi apropriado pela área da Educação no Brasil no uso da obra "V&P"?**

O próximo Capítulo será dedicado à investigação, por meio do cotejamento do uso de segmentos/citações da obra “V&P”, nas 27 teses inventariadas.

4 A APROPRIAÇÃO DE FOUCAULT PELA EDUCAÇÃO NO BRASIL NA UTILIZAÇÃO DA OBRA "VIGIAR E PUNIR: NASCIMENTO DA PRISÃO"

O objetivo deste capítulo foi apontar a maneira que Foucault foi apropriado pela área da educação no Brasil no uso de "V&P" por meio da averiguação do uso de segmentos/citações da obra "V&P" nas 27 teses inventariadas no capítulo anterior. O método adotado foi o inventário da regularidade e frequência no uso dos segmentos de texto e das estratégias adotadas pelos autores das teses no uso dos segmentos/citações retirados de "V&P". Foram também observadas as irregularidades e particularidades de utilização.

O inventário foi realizado em cada tese utilizando os recursos de notas de texto disponibilizados pelo *Adobe Acrobat Reader XI®.* Foram destacados nos arquivos de tese todos os segmentos referentes a citações de "V&P", indicando no campo das anotações, para cada segmento, a qual página correspondia em "V&P", seguido de observação, quando relevante.

O resultado completo e detalhado do inventário foi impresso a partir de relatórios produzidos pelo *Adobe Acrobat Reader XI®* compilados como ANEXO C. Deste levantamento resultou o Quadro 11, que serviu de base para as subsequentes análises.

A utilização de citações foi abordada levando em consideração os postulados de Compagnon (1996) e Grafton (1998), e as formas de apropriação dos recortes de texto de "V&P" classificadas conforme as teorias de Orlandi (1984).

4.1 INVENTÁRIO DAS TESES QUE REFERENCIAM "V&P"

Foram selecionadas as 27 teses em que houve referência[12] à obra "V&P", para uma leitura mais detalhada comparando as ocorrências com postulados de Compagnon (1996) sobre intertextualidade e sobre o "trabalho da citação", e buscar como cada autor utilizou as referências. As teses analisadas foram as T124, T163, T100, T126, T160, T041, T218, T127, T057, T009, T056, T091, T037, T029, T110, T008, T020, T050, T151, T121, T200, T004, T201, T032, T090, T157 e T113.

[12] Utilizo o sentido comum dos termos referência: o conjunto de elementos que identificam uma obra escrita; e citação: a transcrição exata das palavras conforme consta na obra citada, desde que devidamente indicada.

Para evidenciar a proporção na dispersão entre o número de teses disponíveis e as teses que utilizam “V&P”, foi elaborado o Gráfico 8 no qual se comparou o número de teses defendidas por ano com o número de teses que citam “V&P” e verificou-se que 2006 e 2008 são os anos que apresentam maior discrepância. Contudo ambas as curvas tendem a ascender até 2007 e cair de 2009 para 2010. A ligeira queda de utilização de “V&P” nos anos de 2006 e 2008 embora esteja dentro de um desvio padrão, coincide com a redução de referências a Foucault nas teses produzidas nesses anos. Portanto essa queda não deve ser atribuída a resistência à utilização de “V&P” como referencial foucaultiano pois as referências às outras obras também foram menores.

Ano	Teses Total	V&P
2005	2	2
2006	5	3
2007	8	7
2008	8	5
2009	7	7
2010	4	3

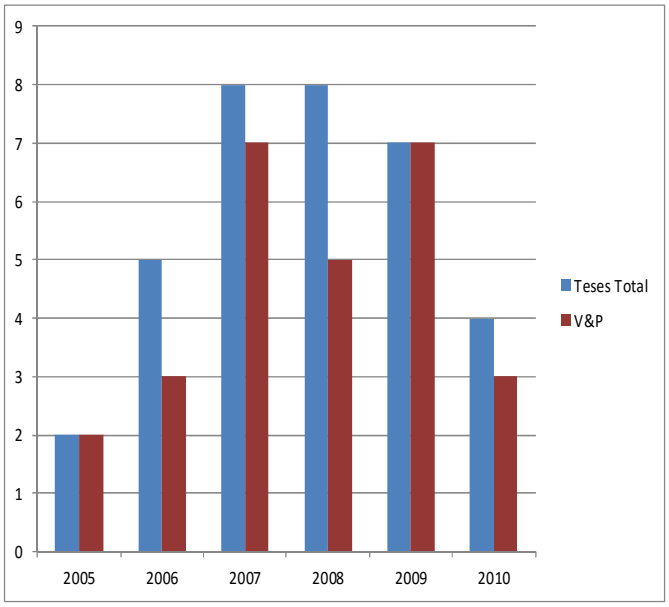


Gráfico 08 - Teses Total / Teses com referências a “V&P”.
Fonte: Próprio autor.

4.2 FORMAS DE APROPRIAÇÃO

Tomando por base o inventário das referências a “V&P” declaradas nas teses cotejei a forma de apropriação dos segmentos de texto que eram declaradas como sendo de, ou relativos a, “V&P” por meio de conferência visual. Constatei que as referências que os autores fizeram a “V&P” indicaram “citações” e “comentários” sobre as ideias contidas na obra. Ao utilizar a

palavra “comentários” me refiro às ideias que se apresentam como reescritura do texto de “V&P”, na qual o autor da tese usou suas próprias palavras, definidos como “paráfrase”, assim como a comentários mais analíticos que não se enquadram no conceito de paráfrase, perfazendo três formas de apropriação: “citações”, “paráfrases” e “comentários”[13].

Por ser empírica, a distinção percebida entre as “paráfrases” e os “comentários” não ficou satisfatoriamente estabelecida. Optei, portanto, por buscar em Orlandi (1984) conceitos provenientes da análise do discurso para a análise dos recortes de texto. Adotei os conceitos para os processos de “Polissemia” e de “Paráfrase” na análise dos textos nas Teses.

Baseada em Halliday (1970) que considera o texto como sendo uma unidade básica da linguagem em uso, no qual o autor obrigatoriamente apresenta uma nova informação juntamente com uma informação dada passando assim a ser “[...] o ponto de contato entre o saber de um e outro interlocutor [...]”, Orlandi (1984, p. 10), citando Pêcheux, discute, no processo que denomina “polissemia”, a importância atribuída à noção de informação:

> Há um princípio teórico da análise de discurso que desloca a importância atribuída à noção de informação e que abre espaço para o conceito de polissemia, isto é, para a consideração da multiplicidade de sentidos de que é capaz de se revestir qualquer ato de linguagem, qualquer unidade da linguagem em uso.
> Esse princípio diz que mais do que transmissão de informação, o discurso é efeito de sentidos entre locutores.

Estabeleceu, portanto que a polissemia consiste da atribuição de um novo sentido à informação no texto original. A “paráfrase”, por outro lado, “[...] é o processo pelo qual procura-se manter o sentido igual sob diferentes formas [...]” (ORLANDI, 1984, p. 11). Referências textuais ocorrem, segundo ela, através da articulação entre os processos de polissemia e de paráfrase, sendo que “[...] a polissemia é o processo que, na linguagem, permite a criatividade [...]” ao passo que a paráfrase “[...] mantém o dizível no espaço do que já está instituído”.

Assim, a apropriação de “V&P” na Área da Educação no Brasil poderia ser verificada mediante a comprovação da polissemia em razão da criatividade pois

> É a atestação da relação entre o homem e o mundo. A tensão entre esses processos [paráfrase e polissemia] instala o conflito entre o legítimo (o produto institucionalizado) e o que tem de se legitimar. A criatividade instaura o diferente, na medida em que o uso, para romper o processo de produção dominante de sentidos e na tensão com o contexto histórico social, pode criar novas formas, produzir novos sentidos. Pode então

[13] Aqui eu poderia optar pelo termo “análise” em substituição a “comentário”, contudo em função do uso cristalizado de “análise do discurso” pela linguística optei simplesmente por usar “comentário” para simplificação.

> realizar uma ruptura, um deslocamento, em relação ao dizível. (ORLANDI, 1984, p. 11).

A análise do discurso dos recortes das teses inventariadas com foco nesses dois processos: 1) na paráfrase, tida na linguística como sendo a "matriz" do sentido; e 2) na polissemia, considerada como "fonte" do sentido, e "[...] a própria condição de existência da linguagem, uma vez que a base da significação está na multiplicidade de sentidos, [...]" (ORLANDI, 1984, p. 11) resultaria em uma conclusão excessivamente diversificada considerando a "multiplicidade" de sentidos a serem trazidos por cada uma das teses uma vez que os segmentos cotejados remeteriam à ideia "[...] de polissemia e não à de informação. Os recortes são feitos na (e pela) situação de interlocução, aí compreendido um contexto (de interlocução) menos imediato: o da ideologia [...]". (ORLANDI, 1984, p. 14)

Nesse mesmo viés, ao comentar Welsch (2007), Pereira (2013, p. 222) levanta que:

> Diferentes paradigmas só podem ser reunidos entre si em um debate crítico, mas não reduzidos, organizados, ou submetidos uns ao juízo dos outros (WELSCH, 2007, p. 250), sob pena de se converterem em sintagmas, segmentos argumentativos relacionados com outros enunciados dentro do mesmo contexto. Um relativismo crítico é, talvez, a forma de racionalidade mais plausível se quisermos ser coerentes com o que temos em realidade subjetiva. Obviamente, sempre corremos o risco de resvalar em um particularismo ou em uma totalidade em que não é possível negociar: no particularismo, a negociação não é possível porque o que vale é a especificidade do particular; na totalidade, porque o sentido da totalização é justamente não conceber que nada tenha lugar fora dela.

Fica, portanto, comprometida uma análise das paráfrases e da polissemia averiguadas nas teses, também em função da "especificidade do particular", o que comprometeria a constatação da regularidade na apropriação de "V&P" pelo particularismo ou totalidade que tornam impossíveis uma negociação. No entanto, nas análises das teses foi necessário relacionar os casos de polissemia e de paráfrase para a respectiva identificação. Para fins dessa análise, foram considerados "paráfrase", os segmentos ou recortes declarados como tal pelo autor da tese ou quando houve indicação da página de "V&P" em que se encontra o conceito cotejado, desde que esse segmento indicado pelo autor não fosse mera cópia de "V&P"; foram descritos como "polissemia" os comentários do autor sempre que ele indicou se tratar de "V&P".

4.3 APROPRIAÇÃO POR MEIO DE CITAÇÕES

Descartei então a produção de uma averiguação por intermédio das análises das Paráfrases e da Polissemia e busquei a apropriação por meio da averiguação do uso das citações ou dos segmentos utilizados de "V&P" nas teses selecionadas.

O sentido do termo apropriação é definido como "[...] o ato no qual o sujeito obtém posse de algo que não lhe pertencia, tornando-o próprio [...]"[14]. Compagnon (1996, p. 14) explica que "[...] a leitura repousa em uma operação inicial de depredação e de apropriação de um objeto que o prepara para a lembrança e para a imitação, ou seja, para a citação [...]". Entende-se, portanto, que a forma acadêmica da obtenção de posse se dá por meio de citações.

Compagnon (1996, p. 33) afirma ainda que a citação:

> [...] tem o privilégio, entre todas as palavras do léxico, de designar ao mesmo tempo duas operações - uma, de extirpação, outra, de enxerto - e ainda o objeto dessas duas operações - o objeto extirpado e o objeto enxertado - como se ele permanecesse o mesmo em diferentes estados.

Então, para determinar como Foucault é apropriado pela área da educação, busquei, em todas as 34 teses disponíveis, todas as citações ou segmentos retirados de "V&P" inclusive aquelas que não foram referenciadas pelos autores. Para tal contei com o auxílio do *Software WCopyfind*[15], cujo propósito é comparar textos em formato digital para determinar os segmentos de texto que compartilham. Comparei a versão digitalizada de "V&P" utilizando esse *Software* com os arquivos das 34 Teses obtidas e selecionadas neste trabalho, resultando no relatório apresentado no Quadro 05, que aponta o número de segmentos de texto que são idênticos tanto no arquivo de tese quanto no arquivo de "V&P". Relacionei os arquivos de tese por ordem decrescente de quantidade de segmentos evidenciando quais as teses que contém maior número de citações.

---

[14] Acessado em http: //www.dicionarioinformal.com.br/apropriação em 12/10/2014.

[15] Acessado em http: //plagiarism.bloomfieldmedia.com/z-wordpress/software/wcopyfind-instructions/ em 04/05/2014.

NÚMERO DE SEGMENTOS	ARQUIVO DA TESE
1591	151_cp135042.pdf
1033	008_cp083382.pdf
727	091_cp046176.pdf
590	163_cp027664.pdf
439	090_cp137455.pdf
325	032_cp116511.pdf
309	127_cp046051.pdf
281	056_cp051080.pdf
263	100_cp026857.pdf
240	029_cp060185.pdf
240	157_cp137492.pdf
235	110_cp083412.pdf
224	020_cp118638.pdf
156	201_cp111471.pdf
145	200_cp099953.pdf
144	009_cp040852.pdf
144	160_cp027024.pdf
122	*035_cp096311.pdf* *
122	*069_cp047405.pdf* *
118	041_cp039179.pdf
79	037_cp059644.pdf
73	*063_cp009780.pdf* *
72	124_cp027656.pdf
71	121_cp102800.pdf
65	057_cp058275.pdf
56	004_cp116133.pdf
55	*072_cp076305.pdf* *
49	*185_cp076156.pdf* *
49	*224_cp137509.pdf* *
48	050_cp111614.pdf
47	218_cp031183.pdf
36	126_cp011813.pdf
24	113_cp154557.pdf
18	*023_cp036281.pdf* *

Quadro 05 - Segmentos de "V&P" por tese.
Fonte: Própria do autor.
Nota: *Não consta no Quadro 03 como tendo referência de "V&P".

A T151 e a T008 são as que possuem maior número de segmentos coincidentes com "V&P" o que foi o indicativo de que são as que mais citam a obra, ao passo que as teses com menor número de segmentos são as que menos fazem citações de "V&P".

A T151 declarou ter o objetivo de situar as novas práticas punitivas da modernidade tendo como *locus* principal a prisão e se apoiou nas teorizações de Norbert Elias, Foucault, Weber, Durkheim, Rusche e Kirchheimer e tratou da Educação e Trabalho em uma Penitenciária na primeira metade do século XX. As citações de "V&P" foram encontradas nos seguintes capítulos com as seguintes incidências:

CAPÍTULO DE "V&P"	NÚMERO DE SEGMENTOS CITADOS
- Primeira Parte: SUPLÍCIO - CAP. I - O corpo dos condenados	2
- Segunda Parte: PUNIÇÃO - CAP. I - A punição generalizada	6
CAP. II - A mitigação das penas	2
- Terceira Parte: DISCIPLINA - CAP. III - O Panoptismo	7

Quadro 06 – Dispersão de Segmentos na T151.
Fonte: Próprio autor.

Houve portanto, nessa tese, um total de 17 segmentos citados de "V&P" e as citações estão concentradas nos capítulos que tratam da punição e do panoptismo. Sendo que, por ser uma tese que discute "práticas punitivas" e descreve o "interior do presídio" seria de se esperar que fossem justamente esses dois capítulos os mais citados, ficando dessa forma confirmada a pertinência da utilização do referencial foucaultiano na T151.

Já a T008 declarou que houve inspiração nas pesquisas arqueológicas e genealógicas de Foucault sendo que a tese busca resposta para a pergunta: "Quais as condições de possibilidade do aparecimento da infância na Modernidade"? E recorreu a 10 segmentos citados de "V&P" distribuídos da seguinte forma:

CAPÍTULO DE "V&P"	NÚMERO DE SEGMENTOS CITADOS
- Terceira Parte: DISCIPLINA - CAP. I - O controle da atividade	2
- A organização das gêneses	1
- A composição das forças	4
CAP. II - O exame	1
CAP. III - O panoptismo	2

Quadro 07 – Dispersão de Segmentos na T008.
Fonte: Próprio autor.

O capítulo com maior registro (4 ocorrências) foi "A composição das forças" e os segmentos utilizados tratam justamente da descrição que Foucault faz do método de Lancaster surgido no começo do século XIX com o "mecanismo complexo da escola mútua"

No levantamento realizado no Quadro 03 as T023, T035, T063, T069, T072, T185 e T224 não fizeram referência a "V&P", no entanto aparecem relacionadas no Quadro 05 com segmentos coincidentes com "V&P". A verificação manual/visual dos segmentos relacionados nessas teses demonstrou que embora os segmentos apresentam coincidências na ordem das palavras não se tratam de citação de "V&P".

As T004, T041, T113, 124 e T126 relacionaram “V&P” no capítulo das referências, mas não fizeram uso de qualquer outra referência ou citação da obra. Temos, portanto, três situações:

1) as teses que relacionaram e fizeram referência e citação a “V&P”;

2) aquelas que fizeram referência, mas não se utilizam de “V&P”; e

3) aquelas que não relacionaram, não fizeram referência nem citação.

Verifiquei que não há casos de citação sem que a obra fosse relacionada.

Com base nas informações que levaram à produção do Quadro 05, realizei uma comparação manual/visual entre os segmentos que foram identificados pelo *WCopyfind* para conferir se eram de fato citações e não meras coincidências de texto. No Arquivo de “V&P” em PDF lancei mão dos recursos de notas de texto disponibilizados pelo *Adobe Acrobat Reader XI*® e marquei todos os segmentos que constavam nas Teses, indicando no campo das anotações, para cada segmento, em qual tese ou teses foi utilizado por meio da inscrição do Código de Tese seguido de observação, quando relevante.

O resultado da “saturação” das apropriações foi impresso nos relatórios produzidos pelo *Adobe Acrobat Reader XI*® e compilado como ANEXO B. Deste levantamento verifiquei a distribuição dos segmentos na incidência apontada no Quadro 08.

(Continua)

ORGANIZAÇÃO DA OBRA “Vigiar e punir: nascimento da prisão”	SEGMENTOS	TESES	Nº DE TESES
*** PRIMEIRA PARTE: SUPLÍCIO**			
A CAP. I - O corpo dos condenados	18	T032, T050, T090, T091, T100, T127, T151, T163	8
B CAP. II - A ostentação dos suplícios	3	T163	1
SEGUNDA PARTE: PUNIÇÃO			
C CAP. I - A punição generalizada	7	T151	1
D CAP. II - A mitigação das penas	7	T151	1
TERCEIRA PARTE: DISCIPLINA			
E CAP. I - Os corpos dóceis	10	T009, T020, T032, T037, T056, T057, T091, T127, T157, T160	10
F CAP. I - A arte das distribuições	4	T020, T056, T157	3
G CAP. I - O controle da atividade	4	T008, T020,	2
H CAP. I - A organização das gêneses	1	T008	1
I CAP. I - A composição das forças	4	T008	1
J CAP. II - Os recursos para o bom adestramento	3	T056, T163	2

Quadro 08 - Dispersão de segmentos das apropriações de “V&P”*.
Fonte: Próprio autor.

(Conclusão)

ORGANIZAÇÃO DA OBRA “Vigiar e punir: nascimento da prisão”	SEGMENTOS	TESES	Nº DE TESES
K CAP. II - A vigilância hierárquica	4	T056, T157, T200	3
L CAP. II - A sanção normalizadora	6	T056, T091, T100, T163	4
M CAP. II - O exame	16	T008, T029, T056, T091, T110, T121, T157, T163	8
N CAP. III - O panoptismo	22	T008, T020, T029, T090, T091, T100, T151, T160, T163, T201, T218	11
QUARTA PARTE: PRISÃO			
O CAP. I - Instituições completas e austeras	5	T151, T163	2
P CAP. II - Ilegalidade e delinquência	1	T163	1
Q CAP. III - O carcerário	0	-	0

Quadro 08 - Dispersão de segmentos das apropriações de “V&P”*.
Fonte: Próprio autor.
Nota: Acrescentei as letras do alfabeto em letras maiúsculas antes de cada parte para elaboração da Tabela 07.
Fonte: Próprio autor.

A interpretação do Quadro 08 permitiu confirmar a hipótese inicial de que o “Capítulo III - O panoptismo” da “Terceira Parte: Disciplina” de “V&P” foi o capítulo mais consultado pela área de educação no Brasil no contexto analisado, com 22 segmentos citados em onze teses. Seguido por “O Exame” do “Capítulo II”, também da “Terceira Parte”, com 16 segmentos citados em oito teses. “Os corpos dos condenados” e “Os corpos dóceis” também estão entre os mais citados.

4.4 A VERIFICAÇÃO DA DISPERSÃO DAS CITAÇÕES DE “V&P” POR ÁREA E SUBÁREA DE ESTUDO

Tomando por base o levantamento realizado no Quadro 08, elaborei a Tabela 07 incluindo a principal “Área” ou “Subárea” de cada Tese no intuito de determinar quais partes de “V&P” foram mais citadas por área ou subárea de forma a permitir contextualização das citações.

Embora as teses sejam todas da grande área Educação, realizei uma reclassificação dentro dessa grande área redistribuindo-as conforme os temas, assuntos e objetos abordados em subáreas: Educação Física, Formação de Professor, História da Educação, Linguagem, Políticas Educacionais, Psicopedagogia, Saúde e Sexualidade.

Relacionei na coluna da esquerda as teses em ordem alfabética de área ou subárea. Cada coluna da "Dispersão por parte"[16] em "V&P" recebeu uma letra do alfabeto em maiúscula correspondente às partes (subdivisão de capítulo ou título) de "V&P" conforme o Quadro 08.

Inseri na linha correspondente a cada tese o número 1 nas colunas que representam as partes de "V&P" e à direita totalizei o número de partes citadas. Na última linha da tabela totalizei com o número de teses que citaram cada parte.

Tabela 07 - Capítulos por área ou subárea de estudo

TESE	ÁREA/SUBÁREA	DISPERSÃO POR PARTE EM "V&P"																TOTAL
		A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M	N	O	P	
T009	Educação Física					1												**1**
T124	Formação de Professor																	**0**
T126	Formação de professor																	**0**
T008	História da Educação							1	1	1				1	1			**5**
T020	História da Educação					1	1	1							1			**4**
T032	História da Educação	1				1												**2**
T041	História da Educação																	**0**
T151	História da Educação	1		1	1										1	1		**5**
T201	História da Educação														1			**1**
T004	Linguagem																	**0**
T029	Políticas Educacionais													1	1			**2**
T056	Políticas Educacionais					1	1				1	1	1	1				**6**
T091	Políticas Educacionais	1				1							1	1	1			**5**
T100	Políticas Educacionais	1											1		1			**3**
T127	Políticas Educacionais	1				1												**2**
T157	Políticas Educacionais					1	1					1		1				**4**
T163	Políticas Educacionais	1	1								1		1	1	1	1	1	**8**
T218	Políticas Educacionais														1			**1**
T050	Psicopedagogia	1																**1**
T110	Psicopedagogia													1				**1**
T200	Psicopedagogia											1						**1**
T057	Saúde					1												**1**
T090	Saúde	1													1			**2**
T121	Saúde													1				**1**
T160	Saúde					1									1			**2**
T113	Sexualidade																	**0**
T037	Sexualidade					1												**1**
	TOTAL	**8**	**1**	**1**	**1**	**10**	**3**	**2**	**1**	**1**	**2**	**3**	**4**	**8**	**1**	**1**	**2**	**1**	**59**

Legenda das partes de "V&P" na Tabela 07			
	Primeira Parte: SUPLÍCIO	H	CAP. I - A organização das gêneses
A	CAP. I - O corpo dos condenados	I	CAP. I - A composição das forças
B	CAP. II - A ostentação dos suplícios	J	CAP. II - Os recursos para o bom adestramento
		K	CAP. II - A vigilância hierárquica
	Segunda Parte: PUNIÇÃO	L	CAP. II - A sanção normalizadora
C	CAP. I - A punição generalizada	M	CAP. II - O exame
D	CAP. II - A mitigação das penas	N	CAP. III - O panoptismo
	Terceira Parte: DISCIPLINA		**Quarta Parte: PRISÃO**
E	CAP. I - Os corpos dóceis	O	CAP. I - Instituições completas e austeras
F	CAP. I - A arte das distribuições	P	CAP. II - Ilegalidade e delinquência
G	CAP. I - O controle da atividade	Q	CAP. III - O carcerário

Fonte: Próprio autor.

[16] Optei pelo uso da palavra Parte para me referir às subdivisões da obra "V&P" cujas 4 partes estão subdivididas em Capítulos e Subtítulos.

A Tabela 07 permitiu determinar que as teses que trataram da “Educação Física”, da “Formação de Professor”, da “Linguagem” e da “Sexualidade”, embora tenham relacionado “V&P” em seus capítulos de referências e fizeram alusão à obra, evitaram fazer citação de “V&P”.

As teses que trataram das “Políticas Educacionais” foram as que mais se utilizaram de citações, referências, paráfrases e polissemias de “V&P”. Sendo mais citados “O exame e o Panoptismo” (5 teses); “Os corpos dóceis” e “A sanção normalizadora” (4 teses); e “A arte das distribuições”, “Os recursos para o bom adestramento” e “A vigilância hierárquica” (2 teses).

As teses que trataram da “História da Educação” vieram em seguida e concentraram suas citações em “O panoptismo” (4 teses), “Os corpos dóceis” (2 teses) e “O controle da atividade” (2 teses); semelhante às que trataram da “Saúde” que concentraram citações em “Os corpos dóceis” e “O panoptismo” (2 teses).

Essa constatação confirmou a proporção pois, juntas, as teses que trataram das “Políticas Educacionais” e da “História da Educação” representaram mais da metade das teses da área da Educação que se utilizaram de citações de “V&P”. Para dar sustentação à observação, apresento o Gráfico 09 que demonstra o percentual de teses que citaram “V&P” divididas por subárea.

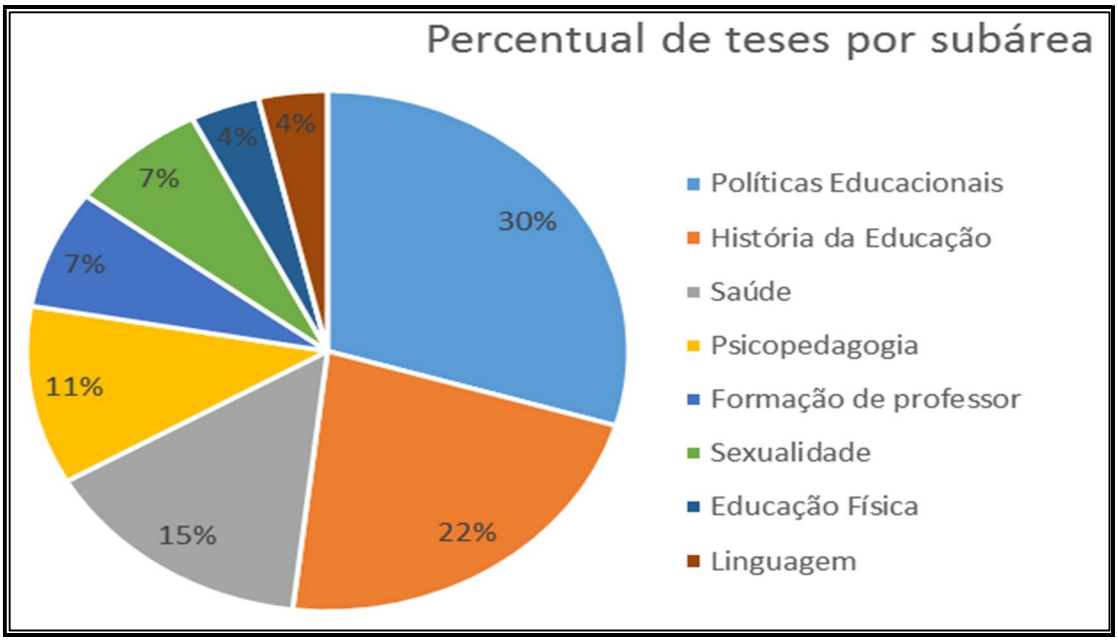


Gráfico 09 - Teses que citaram “V&P” por subárea.
Fonte: Próprio autor

As recorrências verificadas no Quadro 08, na Tabela 07 e confirmadas no Gráfico 09 demonstram que: “O corpo dos condenados”, “Os corpos dóceis”, “O exame” e “O panoptismo” foram as partes de “V&P” mais citadas nas teses da área da Educação; e que as subáreas que mais se utilizam de citações de “V&P” são as das “Políticas Educacionais” e da “História da Educação”.

4.5 AS FORMAS DE UTILIZAÇÃO DAS CITAÇÕES

A frequência de citação e utilização das obras de Foucault nas teses revelou quais os segmentos mais lidos e apropriados de sua obra. Embora, o próprio Foucault, reiteradas vezes, afirme que sua obra não deva ser recortada e fragmentada, é justamente isso que ocorreu no caso do uso das citações de “V&P”. Citadas por tantos pesquisadores, as palavras expressas em “V&P” acabam sendo apropriadas das mais diversas formas. Discorrendo sobre essa prática de utilização das palavras de outras pessoas, a citação, Deleuze (1962, p. 4) concebe que “Uma palavra quer dizer alguma coisa na medida em que aquele que a diz quer alguma coisa dizendo-a.” Compagnon (1996, p. 48), vai além e discorre que a citação

> [...] supõe, na verdade, que uma outra pessoa se apodere da palavra e a aplique a outra coisa, porque deseja dizer alguma coisa diferente. O mesmo objeto, a mesma palavra muda de sentido segundo a força que se apropria dela: ela tem tanto sentido quantas são as forças suscetíveis de se apoderar dela. O sentido da citação seria, pois, a relação instantânea da coisa com a força real que a impulsiona.

Nesse contexto foram pesquisadas as formas da apropriação de “V&P” na recepção da obra pela maneira que as citações foram tomadas. Ou seja, a análise de citações utilizadas como estratégia para o pesquisador passar a palavra, usar “V&P”, como legitimador de suas ideias.

Foi então observado que há uma regularidade no uso de “segundo Foucault...”, “de acordo com Foucault...”, “conforme Foucault...” e são os marcadores mais comuns utilizados para introduzir uma paráfrase a uma fala de Foucault. Embora Foucault empregue cuidado em descrever as ocorrências históricas, foi observado que há casos de estudiosos que equivocadamente apresentam qualquer texto presente em sua obra como se fosse sua opinião ao invés da mera descrição de um fato histórico. Dessa forma utilizaram-se desses marcadores mesmo para ideias que não são próprias de Foucault, mas que ele cita por estar analisando-as;

são descrições feitas por Foucault de acordo com o que estava registrado nos documentos que ele analisou. Dessa forma não foi propriamente Foucault que disse isso como sua opinião[17], por ser um arquivista descreveu apenas o que estava registrado em algum documento histórico.

O Quadro 09 resultou do inventário sobre quantas vezes cada expressão é utilizada em cada tese com relação a referência às ideias de Foucault. Essas expressões são utilizadas pelos pesquisadores para indicar que pretendem interpretar o que eles acreditam que Foucault quis dizer sem utilizar propriamente uma citação - em muitos casos parafraseando textos das obras de Foucault.

TESE	NÚMERO DE VEZES UTILIZADAS			TOTAIS
	SEGUNDO F*...	DE ACORDO COM F...	CONFORME F...	
T157	4	9	2	15
T100	10	0	2	12
T200	8	1	3	12
T004	1	10	0	11
T091	4	4	1	9
T090	5	2	1	8
T057	4	1	0	5
T121	3	0	2	5
T160	3	1	1	5
T218	5	0	0	5
T032	4	0	0	4
T037	4	0	0	4
T224	2	0	2	4
T063	1	2	0	3
T113	3	0	0	3
T151	1	2	0	3
T163	1	0	2	3
T029	1	1	0	2
T041	1	1	0	2
T110	1	1	0	2
T185	2	0	0	2
T009	1	0	0	1
T020	0	1	0	1
T035	1	0	0	1
T201	1	0	0	1
TOTAIS	**71**	**36**	**16**	**123**

Quadro 09 - Expressões comuns da apropriação de ideias.
Fonte: Próprio autor
Nota: *F = Foucault

A expressão preferida pelos pesquisadores é “segundo Foucault...” com 71 ocorrências em 24 teses, ao passo que a segunda colocada é “de acordo com Foucault...” com praticamente

[17] Vide exemplo 9 do Quadro 10 e respectivo comentário.

metade das ocorrências e utilizada em 13 teses. “conforme Foucault...” é a menos utilizada e mantém a mesma proporção de cerca de 50% a menos de utilização em relação à anterior sendo utilizada em apenas 9 teses.

No Quadro 05, ficou também demonstrado que as T151 e T008 são as que mais fizeram citações diretas da obra “V&P”, e o Quadro 09, permitiu estabelecer que as T157, T100, T200 e T004 foram as que mais trouxeram interpretações ou paráfrases dos textos das obras de Foucault.

Outras expressões também recorrentes levantadas das teses que foram utilizadas para denotar a apropriação das ideias de Foucault, para introduzir ou apresentar tanto citações quanto paráfrases foram: “abordagem”, “acepção”, “afirmação”, “análise”, “assunção”, “compreensão”, “crítica”, “inspiração”, “leitura”, “perspectiva”, “proposta”, “reflexão”, “teorização”, “vertente **foucaultiana**”, “conceito”, “olhar”, “pensamento”, “ponto de vista”, “sentido **foucaultiano**”, sendo que a expressão “**perspectiva foucaultiana**” foi a mais utilizada delas ocorrendo 32 vezes em 14 teses.

Foram também recorrentes nas teses expressões que indicam a interpretação do pesquisador sobre o que ele acredita ser a intenção de Foucault ao fazer referência a segmentos de suas obras: “F[18] adverte”, “F afirma”, “F alerta”, “F analisa”, “F aponta”, “F assinala”, “F atribui”, “F comenta”, “F compreende”, “F define”, “F denomina”, “F descreve”, “F entende”, “F expõe”, “F nomeia”, “F observa”, “F propõe”, “F realça”, “F resume”, “F sintetiza”, “F situa”, “F sugere”, “F utiliza”, “concebe F”, “nos alerta F”, “nos mostra F”, “relata F”, “salienta F” e são utilizadas tanto para iniciar uma citação direta da obra quanto para explicar uma ideia. Já a expressão “parafraseando F” que ocorre um total de 6 vezes em 4 teses deixa claro que o pesquisador tem intenção de manter o mesmo sentido sob forma diferente conforme explicado por Orlandi (1984).

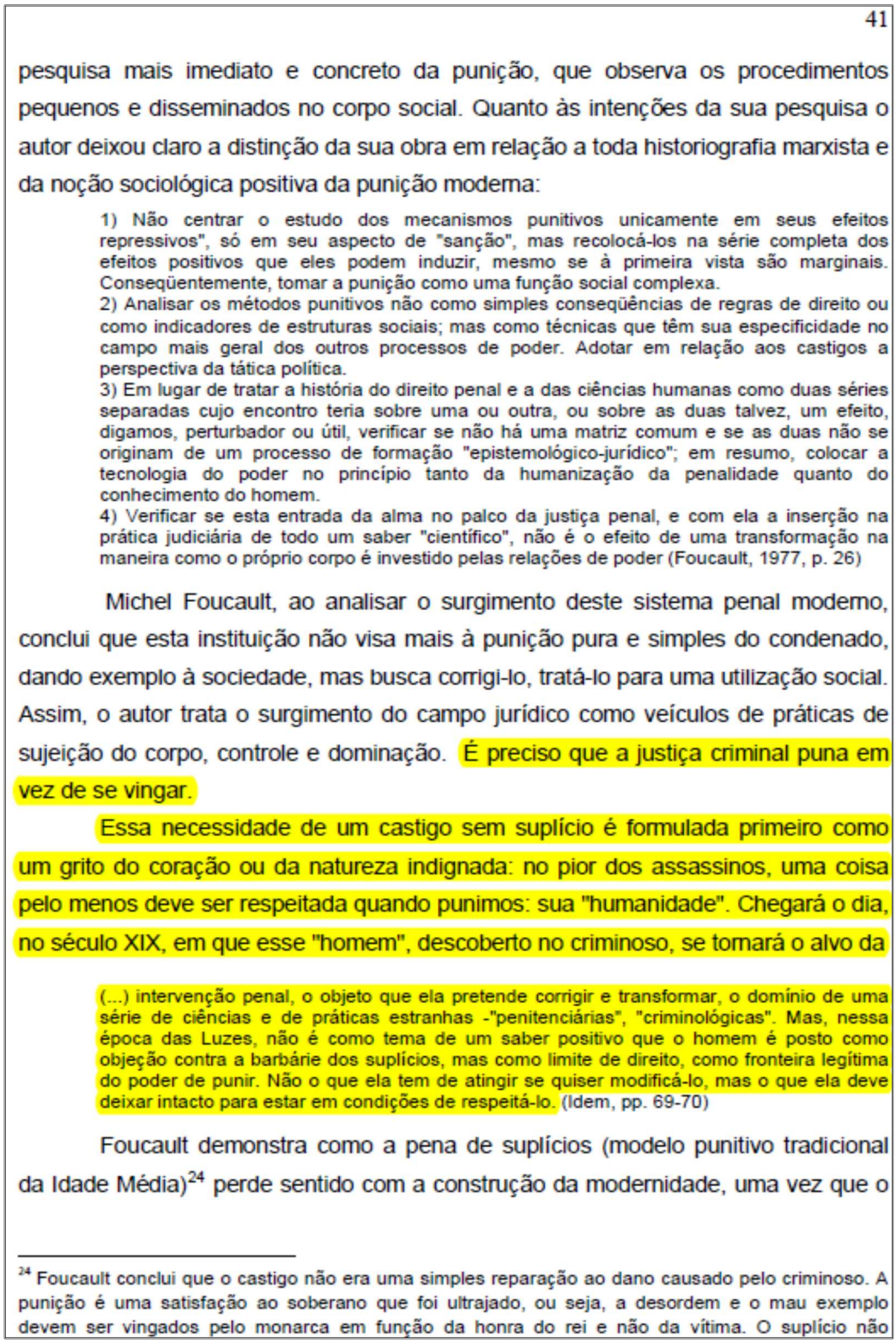
A análise da apropriação de “V&P” pela área de Educação no Brasil passa necessariamente pelo estudo de recepção para tentar entender o que é feito dessa apropriação. Tomando cuidado para não incorrer em juízos do uso. Apresento na Figura 11 um exemplo de uso não convencional de texto da obra na reprodução de uma página de tese na qual destaquei com marca texto na cor amarela todo o segmento “incorporado” de “V&P”.

O exemplo na Figura 11 apresentou palavras de “V&P” como sendo suas próprias na p. 41 em final de um parágrafo em que tratou de uma análise da obra. Iniciou com as palavras de “V&P” sem dar formatação de citação por seis linhas e em seguida abriu parênteses com

[18] F = Foucault.

reticências em citação adentrada continuando assim a citação já no formato acadêmico. O leitor fica com a impressão de que metade da citação de "V&P" são palavras do autor da tese. Outro exemplo de prática comum é a cópia de trecho de "V&P" invertendo ou modificando palavras como o uso de "toleradas e conquistadas" em substituição a "conquistadas e toleradas" conforme está no texto original. Essa inversão, contudo, não altera o sentido da frase.

Ocorrem também paráfrases que praticamente repetem o texto de "V&P". No Quadro 10 a título de exemplificação, apresento lado a lado, para comparação, alguns segmentos recortados de "V&P" com a sua ocorrência na T151 que foi a tese que mais se utilizou de segmentos retirados da obra. Na coluna da esquerda sob o título "V&P" copiei o texto da obra. Na coluna da direita sob o título T151 copiei os segmentos retirados da referida tese que correspondem ao segmento de "V&P". À esquerda de cada quadro acrescentei a numeração de 1 a 9 para referências. Apliquei também marcações no texto para facilitar a comparação dos segmentos: os segmentos sublinhados indicam as coincidências entre os dois textos; os segmentos ~~tachados~~ indicam os segmentos que foram excluídos na citação; as palavras em vermelho são aquelas que foram alteradas na citação; e as palavras em **negrito** são aquelas que foram acrescentadas. Sempre que possível, alinhei os textos coincidentes por meio de espaço nas entrelinhas.



41

pesquisa mais imediato e concreto da punição, que observa os procedimentos pequenos e disseminados no corpo social. Quanto às intenções da sua pesquisa o autor deixou claro a distinção da sua obra em relação a toda historiografia marxista e da noção sociológica positiva da punição moderna:

> 1) Não centrar o estudo dos mecanismos punitivos unicamente em seus efeitos repressivos", só em seu aspecto de "sanção", mas recolocá-los na série completa dos efeitos positivos que eles podem induzir, mesmo se à primeira vista são marginais. Conseqüentemente, tomar a punição como uma função social complexa.
> 2) Analisar os métodos punitivos não como simples conseqüências de regras de direito ou como indicadores de estruturas sociais; mas como técnicas que têm sua especificidade no campo mais geral dos outros processos de poder. Adotar em relação aos castigos a perspectiva da tática política.
> 3) Em lugar de tratar a história do direito penal e a das ciências humanas como duas séries separadas cujo encontro teria sobre uma ou outra, ou sobre as duas talvez, um efeito, digamos, perturbador ou útil, verificar se não há uma matriz comum e se as duas não se originam de um processo de formação "epistemológico-jurídico"; em resumo, colocar a tecnologia do poder no princípio tanto da humanização da penalidade quanto do conhecimento do homem.
> 4) Verificar se esta entrada da alma no palco da justiça penal, e com ela a inserção na prática judiciária de todo um saber "científico", não é o efeito de uma transformação na maneira como o próprio corpo é investido pelas relações de poder (Foucault, 1977, p. 26)

Michel Foucault, ao analisar o surgimento deste sistema penal moderno, conclui que esta instituição não visa mais à punição pura e simples do condenado, dando exemplo à sociedade, mas busca corrigi-lo, tratá-lo para uma utilização social. Assim, o autor trata o surgimento do campo jurídico como veículos de práticas de sujeição do corpo, controle e dominação. É preciso que a justiça criminal puna em vez de se vingar.

Essa necessidade de um castigo sem suplício é formulada primeiro como um grito do coração ou da natureza indignada: no pior dos assassinos, uma coisa pelo menos deve ser respeitada quando punimos: sua "humanidade". Chegará o dia, no século XIX, em que esse "homem", descoberto no criminoso, se tornará o alvo da

> (...) intervenção penal, o objeto que ela pretende corrigir e transformar, o domínio de uma série de ciências e de práticas estranhas -"penitenciárias", "criminológicas". Mas, nessa época das Luzes, não é como tema de um saber positivo que o homem é posto como objeção contra a barbárie dos suplícios, mas como limite de direito, como fronteira legítima do poder de punir. Não o que ela tem de atingir se quiser modificá-lo, mas o que ela deve deixar intacto para estar em condições de respeitá-lo. (Idem, pp. 69-70)

Foucault demonstra como a pena de suplícios (modelo punitivo tradicional da Idade Média)[24] perde sentido com a construção da modernidade, uma vez que o

[24] Foucault conclui que o castigo não era uma simples reparação ao dano causado pelo criminoso. A punição é uma satisfação ao soberano que foi ultrajado, ou seja, a desordem e o mau exemplo devem ser vingados pelo monarca em função da honra do rei e não da vítima. O suplício não

Figura 11 - Exemplo de apropriação de texto de "V&P".
Fonte: Própria do autor

	“V&P”	T151
1.	Esse jogo de sinais deve corresponder à mecânica das forças: diminuir o desejo que torna o crime atraente, aumentar o interesse que torna a pena temível; inverter a relação das intensidades, fazer que a representação da pena e de suas desvantagens seja mais viva que a do crime com seus prazeres. Toda uma mecânica, portanto, do interesse de seu movimento, da maneira como é representado e da vivacidade dessa representação. O legislador deve ser um arquiteto hábil que saiba ao mesmo tempo empregar todas as forças que possam contribuir para a solidez do edifício e amortecer todas as que poderiam arruiná-lo. Várias meios. "Ir direto à fonte do mal. Quebrar a mola que anima a representação do crime. Tornar sem força o interesse que a fez nascer. Atrás dos delitos de vadiagem, há a preguiça; ~~é esta~~ que se deve combater. [p. 88]	O objetivo da pena é diminuir o desejo que torna o crime atraente, a educação nas prisões deve quebrar a mola que anima a representação do crime. Atrás dos delitos há a vadiagem, há a preguiça que devem ser combatidas e novos hábitos reforçados pelos saberes escolar. [p. 178-179]
2.	que seja repartido em circuitos homogêneos que possam ser exercidos em toda parte, de maneira contínua e até o mais fino grão do corpo social. A reforma do direito criminal deve ser lida como uma estratégia para o remanejamento do poder de punir, [p. 69]	que fosse “repartido em circuitos homogêneos que possam ser exercidos em toda parte, de maneira contínua e até o mais fino grão do corpo social”. (Foucault, 2001b) A reforma do sistema jurídico brasileiro foi resultado de uma estratégia para o remanejamento do poder de punir, [p. 74]
3.	Eu gostaria ~~que~~ de vez em quando, depois de preparar os espíritos com um discurso fundamentado sobre a conservação da ordem social, sobre a utilidade dos castigos, se levassem os jovens, mesmo os homens, às minas, às obras, para contemplar o horrível destino dos proscritos. Essas peregrinações seriam mais úteis que as que os turcos fazem a Meca. [p. 93]	Eu gostaria de vez em quando, depois de preparar os espíritos com um discurso fundamentado sobre a conservação da ordem social, sobre as utilidades do castigo, se levassem os jovens, mesmo os homens, às minas, às obras, para contemplar o horrível destino dos proscritos. Essas peregrinações seriam mais úteis que as que os turcos fazem a Meca [p. 177]
4.	Se a recodificação for bem feita, se a cerimônia de luto se desenrolar como deve, o crime só poderá aparecer então como uma desgraça e o malfeitor como um inimigo a quem se reensina a vida social [p. 93]	É com essa missão que a educação e o trabalho devem ser ofertados ao “malfeitor”. Considerando, ainda, que o preso é ‘um inimigo a quem se reensina a vida social’ através da ‘pedagogia universal do trabalho’ e da aquisição de um mínimo de conhecimentos. [p. 179]
5.	Daí a ideia de uma casa que realizasse de uma certa maneira a pedagogia ~~universal~~ do trabalho para aqueles que se mostrassem refratários. [p. 100]	Daí a ideia de uma ‘casa’ **em** que **se** realizasse a pedagogia do trabalho e os transgressores incorporassem as regras sociais. [p. 177]
6.	Trabalho obrigatório em oficinas, ocupação constante dos detentos, custeio das despesas da prisão com esse trabalho, mas também retribuição individual dos prisioneiros para assegurar sua reinserção moral e material no mundo estrito da economia; [p. 102]	Estes tinham como finalidade o custeio das próprias despesas dos presos e a retribuição individual dos prisioneiros, para assegurar sua reinserção moral e material no mundo da economia. [p. 42]
7.	o detento nunca deve saber se está sendo observado; mas deve ter certeza de que sempre pode sê-lo. [p. 167]	o preso não sabe se está sendo observado, mas deve ter a certeza de que sempre **o** pode ser, [p. 165]

Quadro 10 - Levantamento de Utilização de segmentos de “V&P”.

(Continua)

	"V&P"	T151
8.	o Panóptico aparece como jaula cruel e sábia. ~~O fato de ele ter, até nosso tempo, dado lugar a tantas variações projetadas ou realizadas, mostra qual foi durante quase dois séculos sua intensidade imaginária. Mas o Panóptico não deve ser compreendido como um edifício onírico: é o diagrama de um mecanismo de poder levado à sua forma ideal; seu funcionamento, abstraindo-se de qualquer obstáculo, resistência ou desgaste, pode ser bem representado como~~ um puro sistema arquitetural e óptico: ~~é na realidade uma figura de tecnologia política que se pode e se deve destacar de qualquer uso específico.~~ É polivalente ~~em~~ suas aplicações: serve para emendar os prisioneiros, mas também para cuidar dos doentes, instruir os escolares, guardar os loucos, fiscalizar os operários, fazer trabalhar os mendigos e ociosos. É um tipo de implantação dos corpos no espaço, [p. 170]	Na visão de Foucault (1977, p. 172), o panóptico apareceu como jaula cruel e sábia, vez que abandona os castigos corporais pelo poder da observação, em um puro sistema arquitetural e óptico e polivalente suas aplicações servem para emendar os prisioneiros, mas também para cuidar dos doentes, instruir os escolares, guardar os loucos, fiscalizar os operários, fazer trabalhar os mendigos e ociosos, seria um tipo de implantação de corpos no espaço. [p. 165]
9.	O trabalho pelo qual o condenado atende a suas próprias necessidades requalifica o ladrão em operário dócil. E é nesse ponto que intervém a utilidade de uma retribuição pelo trabalho penal; ela impõe ao detento a forma "moral" do salário como condição de sua existência. O salário faz com que se adquira "amor e hábito" ao trabalho[38]; dá a esses malfeitores que ignoram a diferença entre o meu e o teu o sentido da propriedade [...] de um esquema da submissão individual e de ~~seu~~ ajustamento a um aparelho de produção. [p. 204] A extensão da pena não ~~deve medir~~ o "valor de troca" da infração; ela deve se ajustar à transformação "útil" do detento no decorrer de sua condenação. [p. 205]	Discutindo as ideias utilitaristas, Foucault afirma que o trabalho pelo qual o condenado atende a suas próprias necessidades requalifica o ladrão em operário dócil. E é nesse ponto que intervém a utilidade de uma retribuição pelo trabalho penal. Ela impõe ao detento a forma 'moral' do salário como condição de sua existência. (FOUCAULT, 1977) Para Foucault o salário faz com que se adquira 'amor e hábito' ao trabalho. Além da transformação em trabalhador dócil, a pena daria aos malfeitores a noção da diferença entre o 'meu e o teu', o sentido da propriedade, [...] de um esquema de submissão individual e de ajustamento a um aparelho de Estado. Finalmente, a pena não **é** o valor de troca da infração, mas o ajustamento do detento no decorrer da sua condenação. (Idem). [p. 201]

Quadro 10 - Levantamento de Utilização de segmentos de "V&P".
Fonte: Próprio autor.

Esses exemplos ilustram diversas formas de apropriação de "V&P" apresentando as seguintes peculiaridades:

1. Utilização de apenas alguns segmentos de “V&P” informando tratar-se de ideia de Foucault não apresentada como citação e sem indicar página onde essa ideia se encontra;
2. Indicação de referência “Foucault, 2001b” sendo que não existe esse ano no capítulo das referências, mas a citação é de “V&P” que está na tese referenciada como “Foucault, 1977”. Há ao mesmo tempo substituição de algumas palavras para aproveitar as estruturas de “V&P” utilizando-as para expressar as ideias trazidas na tese, o que caracteriza a utilização de Foucault em “V&P” como referencial teórico;
3. Citação declarada de “V&P”, contudo o texto foi sutilmente alterado, talvez para dar mais fluidez à leitura ou pode ter ocorrido que a alteração tenha se dado de forma inconsciente pelo datilógrafo no processo de redigitar a citação;
4. Utilização de uma frase de “V&P” cujo contexto, como um clichê, expressa perfeitamente o que o autor da tese deseja dizer mas que isolada se perde fora do contexto;
5. Utilização parafraseada, mas quase idêntica a trecho de “V&P” sem que haja uma indicação de que seja citação ou ideia de Foucault;
6. Reprodução de frase inteira de “V&P” sem abertura de aspas ou indicação de citação, mas apresentada como sendo ideia de Foucault em “V&P”;
7. Alterações/adaptações discretas no texto de “V&P” mas faz referência indicando ao leitor tratar-se de ideia de Foucault, mas sem indicar ao leitor de que se trata de citação;
8. Atribuição da ideia a “V&P”, indica a página, mas não utiliza aspas para indicar citação ao passo que altera o tempo verbal e utiliza apenas parte inicial e final de segmento de “V&P”; e
9. Cópia direta de “V&P” e atribuída a Foucault como paráfrase sendo, contudo, citação de “V&P” em que o próprio Foucault atribui a “Ch. Lucas, ***De la reforme des prisons***, vol. II, 1838 p. 313-314”. (V&P, p. 256). Faz ainda recortes de trechos inteiros com adaptação para se enquadrarem no discurso da tese.

Os segmentos utilizados de “V&P” denotam a apropriação da obra “V&P”. Compagnon (1996) ao tratar da questão da posse, apropriação e propriedade autoral de textos, cita Rousseau que atribui à perigrafia a origem da propriedade intelectual, literária, artística, estética que põe fim “ao delírio quanto à utilização do já dito”. Montaigne (1962) por sua vez, sugere que na condição de ser humano o autor terá ideias, atitudes, pensamentos que são

universais e que precisam ser expressos por palavras. Palavras essas que certamente implicarão o já dito.

Desde o processo de alfabetização de crianças a questão da necessidade de se expressar o "já dito" é levantada no trabalho com produção de textos; Osório e Viégas (2009, p. 4-5), por exemplo, afirmam:

> [...] é essencial em todo processo de ensino e de aprendizagem, em razão de que, nas interações verbais e produções escritas, o aluno tem a possibilidade de organizar seus enunciados num processo de construção e reconstrução do já dito.

Portanto, aquilo que se deseja dizer pode, no processo de construção e de reconstrução, ser buscado em algo que já tenha sido dito, e tomar a forma de alegações, empréstimos, citações, paráfrases ou alusões. Compagnon (1996, p. 38-39) também observa:

> O trabalho da escrita é uma reescrita já que se trata de converter elementos separados e descontínuos em um todo contínuo e coerente, de juntá-los, de compreendê-los (de tomá-los juntos), isto é, de lê-los: não é sempre assim? Reescrever, reproduzir um texto a partir de suas iscas, é organizá-las ou associá-las, fazer as ligações ou as transições que se impõem entre os elementos postos em presença um do outro: toda escrita é colagem e glosa, citação e comentário.

Permanece, no entanto, a questão de que se tudo que não seja "original" for retirado de uma obra, o que restará que seja propriamente do autor?

> O filósofo Chrysippus ajuntava a seus livros não apenas passagens, mas obras inteiras de outros autores e em um deles a Medéia, de Eurípedes; e Apollodorus dizia que quem subtraísse o que houvesse ali de estrangeiro, o seu papel ficaria em branco. Epicuro, inversamente, nos trezentos volumes que deixou, não havia semeado uma só alegação estrangeira (MONTAIGNE I, 1962, p. 26. In: COMPAGNON, 1996).

O próprio Foucault (2013, p. 268) define "A relação de apropriação: o autor não é exatamente nem o proprietário nem o responsável por seus textos; não é nem o produtor nem o inventor deles". O que remete ao exemplo dado por Motaigne (1962) ao se referir ao papel em branco que restaria após extraídas as citações, pois sugere, como Foucault o fez, que o autor não é proprietário de seus próprios textos.

Tomemos como exemplo ainda a obra-prima *Kubla Khan, "A vision* de Coleridge" (1816) que foi elaborada a partir de "empréstimos" copiados de textos de múltiplos outros autores e de obras diversas que, se subtraíssemos tudo que ali há de "estrangeiro" ficariam

apenas páginas em branco, o que restaria que fosse propriamente do autor seria o "resíduo que identifica, que individualiza cada texto na sua uni(ci)dade". (COMPAGNON, 1996, p. 140).

A forma de apropriação ilustrada na Figura 11 surge mais da paixão pela leitura do que propriamente da reescritura daquilo com o qual se concorda integralmente pois:

> [...] a citação tenta reproduzir na escrita uma paixão da leitura, reencontrar a fulguração instantânea da solicitação, pois é a leitura, solicitadora e excitante, que produz a citação. A citação repete, faz com que a leitura ressoe na escrita: é que, na verdade, leitura e escrita são a mesma coisa, a prática do texto que é prática do papel. A citação é a forma original de todas as práticas do papel, o recortar-colar. (COMPAGNON, 1996, p. 29)

Expressa-se assim a frustração da percepção que a melhor forma de dizer o já dito está justamente no que já foi dito, não há outro recurso a não ser de fazer minhas as suas palavras. "Efetivamente, as ligações são mais difíceis no caso das citações, pois é necessário não alterar nada e inseri-las assim como elas são". (COMPAGNON, 1996, p. 39). É o que também observamos nos exemplos 1, 4, 5, 6 e 8 do Quadro 10**,** que as palavras de "V&P" foram utilizadas como se fossem próprias do autor da tese redizendo aquilo que Foucault escreveu, concordando com tudo que está escrito.

Chaucer (1988, p. 22), no Século XII, já se manifestava preocupado com a questão da fidelidade ao texto e confessa aos seus leitores:

> Vocês sabem tão bem quanto eu que quem conta o conto de outro, se tiver senso de responsabilidade, tem a obrigação de repetir tão fielmente quanto possível todas as suas palavras, ainda que sejam grosseiras e indecentes. Caso contrário, o seu relato não corresponderá à realidade, perdendo-se em ficções e circunlóquios. O autor não deve poupar ninguém, nem mesmo seu irmão; e deve empregar, sem discriminação, todos os termos. O próprio Cristo usou de linguagem franca nas Santas Escrituras; e não me consta que haja ali qualquer imoralidade. Também Platão afirmou, para os que podem lê-lo, que as palavras devem ser gêmeas do ato. (CHAUCER, 1988, p. 22).

Sugere Chaucer que tudo aquilo dito por outra pessoa deverá ser reproduzido fielmente, na íntegra, para que corresponda à realidade, em oposição a lançar mão de paráfrases ou interpretações que deixam de ser aquilo que o autor disse.

Ainda "[...] na Idade Média, os eruditos que trabalhavam nas novas escolas do século XII e nas universidades que se formaram depois delas desenvolveram padrões elevados de citação precisa e códigos claros de citação [...]" (GRAFTON, 1998, p. 37) para padronizar a forma de redizer o já dito sem desrespeitar a autoria ou a propriedade da escrita.

Compagnon (1996, p. 148) apresenta, na visão de Hegel, a forma contundente que é colocada a questão da posse e da propriedade da escrita:

> Permanece, pois, mais perto da verdade da escrita, a apropriação: o que copia uma frase, o que desmascara um sujeito, o que zomba tanto do sujeito quanto do objeto. Isso não é meu, isso não sou eu, falo em nome de alguém; isso é meu sintoma, e o sintoma é sempre o discurso do outro, o real. Não há nada mais real que o roubo - ausente das considerações hegelianas sobre a propriedade, a não ser na forma do plágio -, o roubo da escrita que abala toda propriedade no seu fundamento.

Na contraposição temos as ideias de Sêneca[19] sobre a propriedade literária. Afirmava: "Não temos donos, somos todos proprietários", e que juntamente com Motaigne entendiam que a lei sobre a propriedade literária de 1793 seria um "contrassenso radical", a "abolição da propriedade da escrita".

Já a lei de Direitos Autorais[20] caminha nesse mesmo sentido, pois afirma:

> Art. 46. Não constitui ofensa aos direitos autorais:
> [...]
> III - a citação em livros, jornais, revistas ou qualquer outro meio de comunicação, de passagens de qualquer obra, para fins de estudo, crítica ou polêmica, na medida justificada para o fim a atingir, indicando-se o nome do autor e a origem da obra;

Legalmente, é bastante que aquele que utiliza citação indique o nome do autor e da obra de origem. O texto legal não especifica norma a ser utilizada para indicar a citação. Dessa forma, a apropriação exemplificada na Figura 11 atende à lei de Direitos Autorais, pois cita autor e obra, contudo não segue os padrões da ABNT para citações em trabalhos acadêmicos. Portanto, não há que se falar em "roubo da escrita" como citado por Compagnon (1996, p. 148), mas verifica-se um aparente plágio no sentido acadêmico por não se apresentar em determinada formatação definida em normas acadêmicas. Contudo, não existe aí violação de direito autoral.

No entanto, as práticas atuais na forma da citação, utilizando-se das aspas, datam de época posterior à de Chaucer e dos eruditos do século XII:

> Existe um sinal tipográfico da citação, um indicador que equivale a 'Eu cito': as aspas, que o impressor Guillaume teria inventado no século XVII para enquadrar, isolar um discurso apresentado em estilo direto ou uma citação. Anteriormente, apenas a repetição do nome próprio do autor citado, sob a forma de uma oração intercalada, 'diz fulano': preenchia

[19] SÉNÈQUE. **Ouvres de Sénèque le philosophe**, p. 179, t. I.
[20] Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998.

> essa função. O que as aspas dizem é que a palavra é dada a um outro, que o autor renuncia à enunciação em benefício de um outro: as aspas designam uma re-enunciação, ou uma renúncia a um direito de autor. Elas operam uma sutil divisão entre sujeitos e assinalam o lugar em que a silhueta do sujeito da citação se mostra em retirada, como uma sombra chinesa. (COMPAGNON, 1996, p. 52)

A academia -- escrava do modelo e da forma -- censura a todos aqueles que não se utilizam de suas convenções. Compagnon (1996, p. 42), ao citar Louis Aragon (1965) destaca:

> Se o modelo da citação, do texto, todo ele reescrito, assusta, fascina ainda mais. Ele toca no limite em que a escritura se perde em si mesma, na cópia. Reescrever, sim. 'Mas copiar', diz Aragon, 'isso é mal visto, observem que todo mundo copia, mas há aqueles que são espertos, que trocam os nomes, por exemplo...'

As citações 1, 2, 3, 8 e 9 exemplificadas no Quadro 10, embora fossem cópias, sofreram modificações e supressões na transcrição em um processo de acomodação do texto explicado por Compagnon (1996, p. 21) "[...] pois a frase que se sublinha é quase sempre a que se desejaria modificar ou suprimir -- modificá-la por pouco que seja para apropriar-se dela – [...]". E, por "frase que se sublinha", entende-se aquela que se destaca do texto de outrem com a intenção de citá-la.

Já Grafton (1998, p. 27) escreve que o "[...] reordenar [...] de modo a adequá-los a sua tese [...]" é uma prática histórica e muito mais comum do que se possa imaginar ressaltando as "[...] inevitáveis lacunas no procedimento normal de citação [...]" acrescentando que "[...] os casos exemplificam a falibilidade de todos os estudiosos [...]" que adequam e "[...] citam toda a série de provas sobre as quais se apoiam [...]" e escondem aquelas que as contradizem.

Mesmo nos segmentos discursivos menores, que conforme definido por Compagnon (1996, p. 34 e 15), produzem um "[...] deslocamento que aliena o sentido das práticas linguageiras [...]" e "[...] saturam-se de sentido, se fixam e se convertem em estereótipos [...]" e clichês que apropriados por vários autores formam um linguajar específico da área por estudiosos de Foucault na Educação. "Ora, o que são os estereótipos e os clichês senão justamente citações"? A importância disso é justamente "[...] porque a citação põe em circulação um objeto, e esse objeto tem um valor [...]" para o autor que, ao recitá-lo, se remete a todo o contexto em que o segmento foi discutido na obra.

Ao tomarmos então essas unidades menores, é possível dizer que "[...] a citação é exemplarmente uma frase: a menor unidade de linguagem autônoma e fechada sobre si mesma. A frase vive: podemos transplantá-la". (COMPAGNON, 1996, p. 36) Expressões como:

“supressão do espetáculo punitivo”, “relações de poder e de saber”, “o exercício do poder”, “superfície de contanto entre o corpo/indivíduo e o poder”, passam isoladamente a ter um sentido maior do que apenas as palavras utilizadas. Ao utilizar esses clichês o autor pressupõe que o leitor conheça todo o contexto em que foram discutidos em Foucault criando um intertexto com cumplicidade do leitor. Ou seja, como se estivesse dizendo: -- dito isso... por ser de conhecimento mútuo... nada mais há que se discutir.

4.6 OS CONTEXTOS EM QUE AS CITAÇÕES DE “V&P” SÃO UTILIZADOS

A análise das citações de “V&P” passam pela transposição do que está escrito em “V&P” para a relação da prática cultural do autor de cada tese. Tomei o cuidado, no transcorrer deste trabalho, evitar afirmar que os segmentos utilizados de “V&P”, quer como cópia, quer como citação, são “palavras de Foucault”, pois são de fato, as palavras de Raquel Ramalhete, tradutora para o português da obra “*Surveiller et Punir, naissance de la prison*”, esta sim, escrita por Foucault.

Se o que lemos de “V&P” é aquilo que a tradutora compreendeu que Foucault havia escrito, da mesma forma tivemos 27 novos “tradutores” de “V&P”, autores das teses analisadas, que fizeram suas interpretações individuais, tendo em vista suas próprias práticas culturais que refletiram nas teses a transposição de suas próprias leituras de “V&P”.

Para determinar esses contextos em que as ideias de “V&P” foram utilizadas por cada autor de tese, busquei nas próprias teses as informações que esclarecessem essas práticas culturais e a intertextualidade com “V&P”. Relacionei no Quadro 11 esse levantamento no qual informei a “Tese/Ano/Gênero” do Autor (T/A/G) e os “Dados” observados nas formas de “Área” ou subárea tratada pelo autor; “Palavras-chave” (aquelas informadas pelo autor); “Indicadores” (objetivos, propósitos); “Teorizações de Foucault” (conceitos utilizados por Foucault pinçados da tese); “Observações” (peculiaridades observadas na tese).

(Continua)

<table>
<tr><th>T/A/G</th><th>Dados</th></tr>
<tr><td>T124
2005
F</td><td colspan="2">Área: Formação de Professor de Artes Visuais
Palavras-Chave:
ensino de artes visuais, formação docente, gênero e educação, Michel Foucault, ética e estética docente.
Indicadores:
Relação de gênero, formação de professoras em arte.
Teorizações de Foucault:
estética da existência, ética escrita de si e relações entre sujeito e verdade
Observações:
- Relacionou “V&P” nas referências com ano 2002b mas <u>não fez citação</u> nem usou essa data no corpo da tese.
- “V&P” apareceu relacionada a prisão e ao poder disciplinar.
Foucault citado no resumo [p. 3] e nas palavras-chave - total de 381 vezes na tese incluindo capítulo das referências.
Título “V&P” apareceu 3 vezes em notas de rodapé e nas referências</td></tr>
<tr><td rowspan="3">T163
2005
F</td><td colspan="2">Área: Políticas Educacionais / Saúde
Palavras-Chave:
Humanização do parto. Educação: organização & administração. Vida. Corpo humano. Sexualidade. Governamentalidade. Biopolítica. SUS (BR).
Indicadores: - Estudo documental das políticas de humanização do parto do Ministério da Saúde.
- “texto nasceu do meu olhar de mulher, de mãe, de enfermeira, de professora”
Teorizações de Foucault: dispositivo pedagógico, humanização, sociedade disciplinar, disciplina, corpo, biopolítica, governamentalidade, poder e resistência
Observações:
- “V&P” apareceu em 2 notas de rodapé em que fez citação entre aspas mas alterou discretamente o texto para poder incluí-lo no seu texto (não ocorre alteração no sentido) - Situação 03 do Quadro 10.
- Realizou 2 citações com adentramento realizou exclusões e alterações devidamente sinalizadas para destacar apenas a fala que desejou apropriar.
- Realizou 4 paráfrases, com aspas em parte das expressões.
- Exemplo abaixo de tipo indefinido de texto criado com referência a “V&P”, utilizou aspas, marcou interrupções com [...] produziu um texto todo recortado mas que não se encontra dessa forma na página indicada.</td></tr>
<tr><td>“V&P”:
Não mais aqueles suplícios em que o condenado era arrastado sobre uma grade (para evitar que a cabeça arrebentasse contra o pavimento), seu ventre aberto, as entranhas arrancadas às pressas, para que ele tivesse tempo de as ver com seus próprios olhos. [p. 15]</td><td>T163:
“era convocado para assistir às exposições, às confissões públicas; os pelourinhos, as forcas, [as fogueiras] e os cadafalsos eram erguidos nas praças públicas ou à beira dos caminhos [...]. As pessoas não só [tinham] que saber, mas, também, ver com os próprios olhos” (FOUCAULT, 1999c, p. 15) [p. 103]</td></tr>
<tr><td colspan="2">- Essa fórmula de “citação” recortada se repetiu na p. 104.
Utilizou-se de recursos de juntar fragmentos
- Citou um trecho de “V&P” indicando a página correta com referência a Nascimento da Clínica.
Foucault citado no resumo [p. 7] - total de 131 vezes na tese incluindo capítulo das referências.
Título “V&P” apareceu uma vez nas referências</td></tr>
</table>

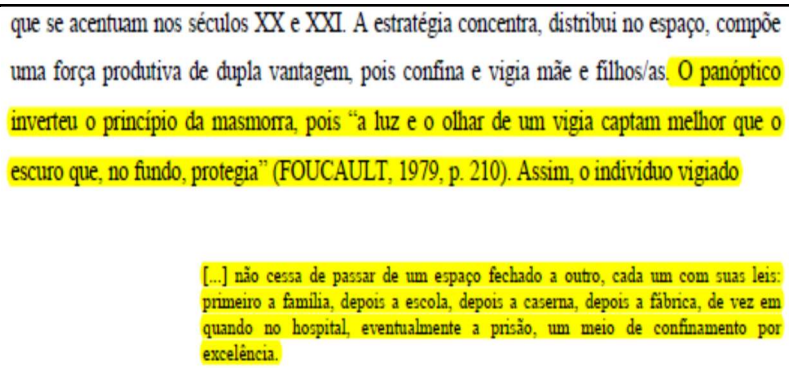
Quadro 11 -Indicadores das teses.

(Continuacão)

T/A/G	Dados
T100 2006 M	**Área**: Políticas Educacionais **Palavras-Chave:** Formação continuada — História Genealógica — Biopolítica — Alforria — Controles Reguladores **Indicadores:** **-** emergência da formação continuada de professores no Brasil - condições políticas para a emergência da formação continuada no Brasil **Teorizações de Foucault:** arqueologia, genealogia, disciplina, normalização **Observações**: Esse autor utilizou prioritariamente as citações adentradas e com aspas sempre para completar sua frase ou pensamento. Utilizou verbos que passam a palavra a Foucault. Foucault citado no resumo [p. 7] - total de 177 vezes na tese incluindo capítulo das referências. Título "V&P" apareceu 6 vezes na tese no corpo do texto e em notas de rodapé e nas referências
T126 2006 F	**Área**: Formação de professores séries iniciais **Palavras-Chave:** Formação cultural, disciplina corporal, séries iniciais do ensino fundamental, Michel Foucault, Teoria Crítica da Sociedade **Indicadores:** pesquisa empírica objetiva analisar as possíveis contribuições da disciplina corporal para o processo formativo realizado na escola. **Teorizações de Foucault:** Termos e conceitos comuns: dominação, força econômica, corpo produtivo e útil, sistema de sujeição, poder sobre o corpo, disciplinarização do corpo, panóptico, "corpos dóceis". **Observações**: Referência a "V&P" obra como todo. Nota de rodapé em que explicou que "V&P" trata de adestramento corporal e indução do indivíduo. Não fez nenhuma citação de "V&P" mas discorreu sobre muitos conceitos de Foucault. Foucault citado no resumo [p. 6] - total de 13 vezes na tese incluindo capítulo das referências. Título "V&P" apareceu uma vez nas referências
T160 2006 F	**Área:** Saúde **Palavras-Chave:** corpo grávido, gênero, práticas corporais, mídia **Indicadores:** -Estudos de Gênero e dos Estudos Culturais que se aproximam das teorizações pós-estruturalistas, em especial, das de Michel Foucault - examina a revista Pais e Filhos, **Teorizações de Foucault:** Cuidado de si. **Observações**: - Usa a expressão "políticas de saúde" entre aspas e indica que Foucault na p. 196 diz que: Os Estados percebem que os estudos específicos da vida corporal da população se apresentam como fontes propícias de intervenção, na medida em que as populações podem ser conhecidas, vigiadas, cuidadas, viabilizando a organização de "políticas de saúde", como denomina Foucault. Contudo Foucault não trata disso nessa página e nem se utiliza da expressão "políticas de saúde" [p. 20]. Na verdade, esse assunto é discutido em "1976 - A Política da Saúde no Século XVIII - Ditos e Escritos VII" - *"uma significação diferente; não mais supliciados, mas (re)formados, corrigidos, aqueles que receberiam aptidões, um certo número de qualidades" (FOUCAULT, 1979, p. 119).* Não é citação de "V&P" conforme referenciada, mas de "A verdade e as formas jurídicas". - *Nas palavras de Foucault (1979), foi desse modo que ocorreu o investimento nos corpos; visibilidade, educação e "gerenciamento" não foram outorgados apenas ao corpo do rei, mas também aos corpos individuais e aos corpos populacionais.* [p. 20] O tema é abordado em "Microfísica do Poder" e não em "V&P".

Quadro 11 -Indicadores das teses.

(Continuacão)

T/A/G	Dados
T160 2006 F	 que se acentuam nos séculos XX e XXI. A estratégia concentra, distribui no espaço, compõe uma força produtiva de dupla vantagem, pois confina e vigia mãe e filhos/as. O panóptico inverteu o princípio da masmorra, pois "a luz e o olhar de um vigia captam melhor que o escuro que, no fundo, protegia" (FOUCAULT, 1979, p. 210). Assim, o indivíduo vigiado [...] não cessa de passar de um espaço fechado a outro, cada um com suas leis: primeiro a família, depois a escola, depois a caserna, depois a fábrica, de vez em quando no hospital, eventualmente a prisão, um meio de confinamento por excelência. - Iniciou falando do Panóptico de "V&P", fez referência a "V&P" com página errada. 166 é a certa e usou citação adentrada de "Conversações" de Deleuze [p. 219], e não citou essa obra no capítulo das referências. - indicou citação de História da Sexualidade I como estando na p. 201, contudo a citação entre aspas é de "V&P" na página 117 [p. 92] - Indicou citação de "Em Defesa da Sociedade", mas é na verdade de "V&P" p. 119 [p. 135] - atribuiu a Deleuze uma citação retirada de "V&P" p. 183 [p. 17] e no capítulo das referências troca o título da obra informando que Foucault escreveu uma obra intitulada Gilles Deleuze, quando de fato foi Deleuze que publicou uma obra intitulada Michel Foucault. Foucault foi citado no resumo [p. 6] - total de 113 vezes na tese incluindo capítulo das referências. Título "V&P" apareceu uma vez nas referências
T041 2006 M	**Área**: História da Educação **Palavras-Chave:** Educação - Rio Grande do Sul - História. Centro de Pesquisas e Orientação Educacionais do Rio Grande do Sul. Políticas públicas - Educação - Rio Grande do Sul - História. **Indicadores:** Reforma, ciência e profissionalização da educação **Teorizações de Foucault:** - a estratégia analítica adotada e inspirada na obra de Michel Foucault - noção de regime de verdade **Observações**: - o autor, em nota de rodapé afirmou: "Trabalhar a partir das proposições de Michel Foucault tem suscitado, nos últimos anos, intensos debates. Enquanto alguns declaram sua rejeição ao suposto uso de uma linguagem codificada, obscura e controvertida, ao mesmo tempo em que denunciam a falta de método, o menosprezo pelos dados, a obscuridade filosófica, as simplificações excessivas e as abstrações, outros revelam sua aceitação; declaram-se mesmo "apaixonados em trabalhar com Foucault" ou o consideram vítima de uma má leitura e de uma má compreensão". - Utilizou de extensas notas de rodapé explicando os conceitos e parafraseando as obras. - fez a primeira referência a "V&P" em nota de rodapé mas diferentemente das demais notas extensas esta diz apenas "Ver também..." [p. 238] - Não houve citação de "V&P" na tese. Foucault citado no resumo [p. 14] - total de 42 vezes. Título "V&P" apareceu uma vez nas referências

Quadro 11 -Indicadores das teses.

(Continuacão)

T/A/G	Dados
T218 2007 F	**Área**: Políticas Educacionais **Palavras-Chave:** educação; política educacional; qualidade da educação; Banco Mundial. **Indicadores:** Projeto Nordeste de Educação Básica e o Funsdescola Análise do discurso governamental **Teorizações de Foucault:** -A metodologia utilizada foi a análise do discurso de linha francesa, derivada de Michel Pêcheux e matizada por Michel Foucault - ideias de Michel Foucault sobre saber e poder como metodologia da pesquisa **Observações**: Citação com aspas da p. 167, contudo com erro de referência pois no capítulo das referências listou como sendo 2001a. e citou como 2001. [p. 126] Foucault citado no resumo [p. 7] - total de 49 vezes na tese incluindo capítulo das referências. Título "V&P" apareceu uma vez nas referências
T127 2007 F	**Área**: Políticas Educacionais **Palavras-Chave:** Escola cidadã. Educação popular. Análise do discurso. Subjetividade. Relações de poder. Conhecimento. Verdade. Foucault, Michael. **Indicadores:** - perigos de sujeição à verdade **Teorizações de Foucault:** - fez uso das ferramentas operatórias da produção de Michel Foucault, na tentativa de proceder a uma crítica genealógica por meio de uma análise de discurso - práticas discursivas, poder, sujeição, discurso de verdade **Observações**: - 3 páginas contendo citações com aspas terminando a sentença. Em algumas as aspas foram um pouco deslocadas, mas no geral as citações são fiéis. Foucault citado no resumo e palavras chave - [p. 5] - total de 234 vezes na tese incluindo capítulo das referências. Título "V&P" apareceu uma vez nas referências
T057 2007 M	**Área**: Saúde **Palavras-Chave:** Corpo; **Saúde**; Mídia; Educação; Subjetividade **Indicadores:** produção biopolítica do corpo saudável mídia e subjetividade, cultura do excesso, moderação **Teorizações de Foucault:** luta contra as formas de assujeitamento dos modos de vida **Observações**: Fez uma breve explanação sobre o que é "V&P" e usou o nome da obra uma vez nessa primeira explicação. Parafraseou sobre disciplina sendo método de controle das operações do corpo. Foucault citado no resumo - [p. 7] - total de 70 vezes na tese incluindo capítulo das referências. Título "V&P" apareceu uma vez no corpo da tese [p. 91]

Quadro 11 -Indicadores das teses.

(Continuacão)

T/A/G	Dados
T009 2007 F	**Área**: Educação Física **Palavras-Chave:** cotidiano escolar; conhecimento; corporeidade; Educação Física **Indicadores:** Corporeidade, Conhecimento, Educação Física e escola **Teorizações de Foucault:** - noção de sujeito conferida pela modernidade, que desconsidera a complexidade da formação e da articulação genética e cultural na constituição do humano; passa pelo exame das influências dos aparatos disciplinares no ambiente escolar, especialmente aqueles fortemente presentes no trato corporal, segundo a perspectiva de Foucault; - travou um diálogo basicamente com Foucault e Certeau com o propósito de ir desvelando os espaços e os tempos de silêncios e de falatórios corporais no cotidiano escolar **Observações**: - A primeira vez que o título "V&P" foi citado foi em nota de rodapé. Logo no início da Tese p. 27 com ano 1983 mas nas referências usa 2005 - Fez um resumo em 3 parágrafos de "V&P". [p. 111-2] Foucault citado no resumo - [p. 12] - total de 39 vezes na tese incluindo capítulo das referências.
T056 2007 M	**Área**: Políticas Educacionais **Palavras-Chave:** Ensino Secundário, Liceus e Colégios, Exames Preparatórios. **Indicadores:** Educação secundária: a desoficialização do ensino público **Teorizações de Foucault:** Utilizando um corpo teórico de autores como Foucault, constatou-se o rigor disciplinar dessa vida escolar. Ambiente austero e fechado. Todos os gestos e atitudes estavam sujeitos ao controle e vigilância. Esse modelo de educação moldava alunos obedientes, disciplinados e ordeiros. Para isso o corpo dirigente e o corpo docente, assim como as disciplinas-saber cumpriam um papel vital. Ordenando, disciplinando, cerceando, incutindo, formavam competentemente futuros líderes. – Práticas de poder – Panóptico – Poder Disciplinar **Observações**: - Fez uso frequente de colagem de segmentos de "V&P" em alguns casos apresentou como paráfrases/polissemia, mas em outros não houve qualquer referência a "V&P". - [p. 15] Colocou "V&P" entre aspas e com letras minúsculas para compor expressão no texto. Foucault citado no resumo - [p. 5] - total de 31 vezes na tese incluindo capítulo das referências. Título "V&P" apareceu na p. 147 e na p. 15 "vigiar e punir" como uma expressão também entre aspas.
T091 2007 F	**Área**: Políticas Educacionais **Palavras-Chave:** Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes. Exame Nacional de Cursos. Avaliação da aprendizagem. Matemática – Ensino – Licenciatura. Professor – Formação – Matemática. **Indicadores:** o objetivo de analisar os instrumentos elaborados pelo MEC e seus pares para avaliar os cursos de graduação através de exames nacionais com apoio em Foucault mostra o modo como, historicamente, ocorreu a emergência da avaliação produtora de conhecimentos e verdades, constituindo modos de governar. - Informações obtidas em fontes documentais **Teorizações de Foucault:** estudo numa perspectiva foucaultiana, fazendo uso de alguns dos seus instrumentos operativos, tais como as noções de poder/saber, exame, disciplina, discurso e subjetivação **Observações**: Quando trata do tema exame o autor se utiliza de colagem de citações de "V&P" entremeadas por paráfrases com textos muito semelhantes a "V&P". Em meio ao grande número de citações o autor insere uma nota de rodapé com citação do mesmo trecho de "V&P".

Quadro 11 -Indicadores das teses.

(Continuacão)

T/A/G	Dados
(cont.)	Citação com aspas que atravessa um parágrafo inteiro - 6 linhas e para fugir ao uso de adentramento dividiu em duas partes substituindo "Resumindo" por "Ou seja" [p. 35-6]. Faz polissemia com indicação da página analisada [p. 36] Realizou cópia de diversos segmentos curtos sem qualquer referência ou aspas. Foucault citado no resumo - [p. 5] - total de 88 vezes na tese incluindo capítulo das referências. Título "V&P" apareceu na p. 109 em nota de rodapé e entre aspas.
T037 2008 M	**Área**: Sexualidade, Educação Artística **Palavras-Chave:** Juventude - Masculinidades - Educação - Arte - Corpo - Mídia **Indicadores:** perspectiva foucaultiana da análise do discurso **Teorizações de Foucault:** utilizou-se a perspectiva teórica de Michel Foucault; análise do discurso/enunciativa; cuidados de si; "grades de especificação"; massas informes; relações de poder, verdade e formas de produção do sujeito; relações de poder **Observações**: Atribuiu o ano 1999 a "V&P" e a História da Sexualidade 3 causando ambiguidade na p. 105 com uma citação adentrada indicando simplesmente o ano e p. 101. Foucault citado no resumo - [p. 5] - total de 76 vezes na tese incluindo capítulo das referências. Título "V&P" apareceu uma vez na p. 41 seguido de citação adentrada da p. 117
T029 2008 F	**Área**: Políticas Educacionais **Palavras-Chave:** Escola. Instituição. Cultura escolar. Movimentos instituintes. **Indicadores:** Fundamentou-se na produção existente no campo institucional, com base em Foucault; **Teorizações de Foucault:** escritos genealógicos e pós-estruturalistas; exercício de saber-poder; o exame; dominação e sujeição; vontade de verdade; **Observações**: Utilizou com mais frequência citações com adentramento. Foucault citado no Resumo - [p. 6] - total de 38 vezes na tese incluindo capítulo das referências. Título "V&P" apareceu apenas uma vez no capítulo das referências.
T110 2008 F	**Área**: Psicopedagogia **Palavras-Chave:** Psicopedagogia – Brasil. Escola nova. Foucault, Michel. **Indicadores:** A partir das lentes teórico-metodológicas dos Estudos Foucaultianos **Teorizações de Foucault:** Processos de normalização e disciplinamento; governamentalização; relação de poder; olhar genealógico; dispositivo disciplinar **Observações**: Fez 3 citações uma adentrada com omissão e as outras com aspas sem modificações. Recorreu a polissemia com mais frequência do que citações. Foucault citado no Resumo - [p. 7] - total de 132 vezes na tese incluindo capítulo das referências. Título "V&P" apareceu na p. 41 - na forma de nota de rodapé e na p. 43 em uma polissemia

Quadro 11 -Indicadores das teses.

(Continuacão)

T/A/G	Dados
T008 2008 M	**Área**: História da Educação **Palavras-Chave:** Infância. Educação. Racionalismo. Modernidade. Genealogia. Foucault, Michel. **Indicadores:** Inspirada nas pesquisas arqueológicas e genealógicas do filósofo Michel Foucault, **Teorizações de Foucault:** Condições e as regras para a produção de discursos; prática de si; perspectiva genealógica **Observações**: Em citação adentrada atribui a Foucault palavras de Demia [p. 121-2] Há um equilíbrio entre o uso de polissemia e de citações Há um discreto caso de cópia apresentada como polissemia [p. 116] Foucault citado no resumo - [p. 6] - total de 258 vezes na tese incluindo capítulo das referências. Título "V&P" apareceu uma vez na p. 57 na forma de Nota de Rodapé como objeto de debate de historiadores.
T020 2008 F	**Área**: História da Educação **Palavras-Chave:** Arquitetura Escolar, Espaço Escolar, Disciplina, História da Educação, Saúde. **Indicadores:** as características peculiares introduzidas pela arquitetura funcional e pelos saberes da medicina entraram na escola para preservar a saúde do indivíduo **Teorizações de Foucault:** Exercício do poder; a funcionalidade dos espaços; mecanismos disciplinares; biopolítica; biopoder; conceito de Verdade; o olho do poder; **Observações**: Prioriza a utilização de citação com aspas e usa uma nota de rodapé extensa que abrange duas páginas. Foucault citado na Introdução logo no início - [p. 12] - total de 24 vezes na tese incluindo capítulo das referências. Título "V&P" apareceu apenas no capítulo das referências.
T050 2009 F	**Área**: Psicopedagogia **Palavras-Chave:** Jovens. Linguagem. Imagens de pensamento. Estéticas existenciais. Educação **Indicadores:** inspirada nas contribuições de M. Foucault **Teorizações de Foucault:** Cuidar de si; assujeitamento **Observações**: Realizou apenas uma citação verdadeira de "V&P". Informou erroneamente 2 outras citações como sendo de "V&P" e não indicou página. Foucault citado no resumo - [p. 6] - total de 17 vezes na tese incluindo capítulo das referências. Título "V&P" apareceu apenas no capítulo das referências
T151 2009 F	**Área**: História da Educação **Palavras-Chave:** História da Educação Prisional, Prisão e Educação, Educação e Trabalho em Penitenciária **Indicadores:** Normalização do comportamento social; Penitenciária; objetivo situar as novas práticas punitivas da modernidade; apoiando nas teorizações de Foucault; genealogia **Teorizações de Foucault:** Disciplinamento; punição; panóptico; espaço prisional;

Quadro 11 -Indicadores das teses.

(Continuacão)

T/A/G	Dados
(cont.)	**Observações**: Cometeu erros de referência a citações: citou outras obras como se fossem "V&P" e citou "V&P" com referências equivocadas. [p. 74] Copiou trechos de "V&P" sem indicar citação. Utilizou muito de polissemia. É a tese que mais utilizou trechos de "V&P" e é a que mais fugiu das convenções acadêmicas. Foucault citado no resumo - [p. 4] - total de 97 vezes na tese incluindo capítulo das referências. Título "V&P" apareceu na Introdução p. 11 na forma de apresentação da obra e é referido um total de 6 vezes sendo a tese que mais usa o título.
T121 2009 F	**Área**: Saúde **Palavras-Chave:** Psicologia, Educação, fazer psicológico, dispositivos de poder, alteridade **Indicadores:** Deixando de lado os discursos classificatórios e prescritores das ciências Psi, a tese apresentada versa sobre a alteridade e o devir humano, seguindo a trilha de Foucault **Teorizações de Foucault:** governamentalidade; subjetivação; disciplinamento; corpos dóceis e úteis; mecanismos reguladores; controle social; biopolítica; biopoder; exame; macro e micropolítica; genealogia; relações de poder; hermenêutica de si; normalização; **Observações**: Apresentou 2 casos de polissemia e um de citação entre aspas em nota de rodapé. Cometeu um equívoco ao atribuir a "V&P" uma citação de Os Anormais. Foucault citado no resumo - [p. 6] - total de 93 vezes na tese incluindo capítulo das referências. Título "V&P" apareceu uma única vez na p. 32 na forma de nota de rodapé para indicar disciplinamento e corpos dóceis.
T200 2009 F	**Área**: Psicopedagogia **Palavras-Chave:** Educação. Professores. Sexualidade. Educação Sexual. Teoria das Representações Sociais. **Indicadores:** Os saberes sobre Sexualidade que sustentam as representações sociais de Educação Sexual no cotidiano de professores de escolas públicas. **Teorizações de Foucault:** sexualidade; saber-poder, verdade e regimes de verdades; corpos dóceis; vontade de saber; bio-poder **Observações**: No capítulo das referências registrou apenas os Capítulos *Recursos para o bom adestramento. A vigilância hierarquizada* (1987) e *Corpos dóceis* (1991) Interessante como que usou edições distintas para cada capítulo. Uma citação adentrada 2 segmentos de polissemia. Foucault citado no Resumo - [p. 5] - total de 159 vezes na tese incluindo capítulo das referências. Título "V&P" apareceu duas vezes no capítulo das referências e em nenhum outro lugar
T004 2009 M	**Área**: Linguagem / Educação Física / Artística - Dança **Palavras-Chave:** dança e educação, mídia, lições de dança, pós-modernidade **Indicadores:** A perspectiva dos Estudos Culturais e seus desdobramentos na Educação foram opções teórica-metodológica para trabalhar as relações entre dança, mídia e educação **Teorizações de Foucault:** subjetivação e governamento; sociedade de controle; biopoder; relações de poder; saber-poder; vontade de saber;

Quadro 11 -Indicadores das teses.

(Continuacão)

T/A/G	Dados
(Cont.)	**Observações**: Foucault citado no resumo - [p. 5] - total de 73 vezes na tese incluindo capítulo das referências. Título "V&P" apareceu somente na p. 262 no capítulo das referências Não há citação, paráfrase ou polissemia.
T201 2009 F	**Área**: História da Educação **Palavras-Chave:** Educação especial. História da educação. Saber médico. Saber jurídico **Indicadores:** analisou a constituição do campo da Educação Especial imersa na conjuntura nacional e internacional do século XIX e início do século XX, através das produções de intelectuais das áreas médica e jurídica desse período, artigos de jornais, relatórios de governo **Teorizações de Foucault:** Norma; normalidade; anormalidade; normalização; disciplina; vigilância; monstro humano; disciplina do corpo; exercício do poder; **Observações**: 2 casos de polissemia 2 casos de citação de pequenos segmentos (5 e 10 palavras) acompanhadas de paráfrase e polissemia 1 citação adentrada para descrever a marcação binária Foucault citado no resumo - [p. 8] - total de 36 vezes na tese incluindo capítulo das referências. Título "V&P" só apareceu na p. 155 no capítulo das referências.
T032 2009 M	**Área**: História da Educação **Palavras-Chave:** História da educação; Pedagogia; Vocabulário; Sociedade **Indicadores:** a expansão das disciplinas (no seu duplo sentido de saber e de poder) e do governamento – da governamentalidade, segundo analisou Foucault **Teorizações de Foucault:** saber e poder; governamentalidade; biopolítica; biopoder; **Observações**: Foi o único que insistiu informar Foucault foi professor e se referiu a ele como "Professor Foucault" 12 vezes na tese. Discorreu sobre como Foucault é sim interessado em educação Utilizou no capítulo das referências a obra em espanhol Vigilar y Castigar. Nacimiento de la prisión, México. Contudo, ao incluir citações utilizou a tradução para português e fez referência à obra em espanhol. Privilegiou citações adentradas embora as realizasse em 3 ocasiões Usou polissemia com grande frequência por ter Foucault como seu referencial teórico Foucault citado no Resumo - [p. 6] - total de 285 vezes na tese incluindo capítulo das referências. Título "V&P" apareceu pela primeira vez na p. 23 na forma de Polissemia num total de 5 vezes na obra.
T090 2010 F	**Área**: Saúde **Palavras-Chave:** inclusão escolar – inclusão social – Foucault – educação para todos **Indicadores:** Esta Tese tem o objetivo de problematizar como a inclusão escolar, como um processo político-educacional, se intensifica na sociedade atual; utilizou os conceitos de governamentalidade, governamento, biopoder e norma para compreender algumas práticas de inclusão escolar e social e suas estratégias a partir das noções desenvolvidas por Michel Foucault **Teorizações de Foucault:** governamentalidade; biopoder;

Quadro 11 -Indicadores das teses.

(Conclusão)

T/A/G	Dados
(Cont.)	**Observações**: Polissemia em 4 instâncias Citação com aspas em 2 instâncias Citação adentrada em 2 instâncias Nota de Rodapé em 1 instância com aspas Cópia de "V&P" em 1 segmento Utilizou Foucaul (sem o T) em duas referências no Capítulo das referências – provável erro de digitação. Foucault citado no Resumo - [p. 5] - total de 171 vezes na tese incluindo capítulo das referências. Título "V&P" apareceu pela primeira vez na p. 94 para introduzir uma citação e outras duas vezes em polissemia.
T157 2010 F	**Área**: Políticas Educacionais **Palavras-Chave:** Ensino Fundamental. Ampliação lei 11.274/06. Infância. Inclusão escolar. Governamentalidade. Governamento. Biopoder. Neoliberalismo. Foucault, Michel. **Indicadores:** Governamento da infância; Ensino Fundamental de 9 anos; **Teorizações de Foucault:** Disciplinamento e vigilância; mecanismos de objetivação e subjetivação; governamentalidade / governamento; verdade e poder; relações de dominação; biopoder / biopolítica; corpos dóceis; disciplina; dispositivos e estratégias; controle disciplinar; **Observações**: Ocorre Foucaul (sem o T) uma vez no capítulo das referências. Conceito mais discutido é governamentalidade Foucault citado no resumo - [p. 9] - total de 139 vezes na tese incluindo capítulo das referências. Título "V&P" apareceu uma vez na p. 58 na segunda vez que a obra é referida.
T113 2010 M	**Área**: Sexualidade **Palavras-Chave:** Formação Docente Continuada; Currículo; Sexualidade; Projeto Pedagógico. **Indicadores:** Ampliar o conceito de sexualidade com vistas a superar discursos especulativos que cristalizam noções e fixam estereótipos ou reduzem esse dispositivo a um tratamento preventivo às doenças sexualmente transmissíveis, com certa centralidade orbitando na anatomia humana. A fundamentação teórica se apoiou em autores da Teoria Crítica e Pós-Crítica, inspiradores da formação de professores, tais como: Apple, Foucault **Teorizações de Foucault:** biopoder; disciplinamento; poder-saber; parrhesia; jogos de verdade; subjetivação e assujeitamento. **Observações**: Relacionou "V&P" no capítulo das referências, mas não fez citação, paráfrase, polissemia ou cópia. Foucault citado no Resumo - [p. 7] - total de 35 vezes na tese incluindo capítulo das referências. Título "V&P" apareceu uma única vez no capítulo das referências

Quadro 11 -Indicadores das teses.
Fonte: Próprio autor.

4.7 A NOTA DE RODAPÉ

Constatada sua regularidade nas formas de apropriação de "V&P" nas teses estudadas, fez-se necessário incluir algumas considerações sobre essa forma de citação que está presente

nas notas de rodapé, sendo que elas também permitem que o autor se aproprie das palavras de "V&P" ou faça referência à obra. Grafton (1998) expõe que a importância da nota de rodapé sobrepuja inclusive a prática da simples citação pois:

> Em uma sociedade moderna, impessoal, na qual os indivíduos precisam, para a maioria dos ofícios, confiar em outros dos quais nada sabem, as credenciais fazem o que a recomendação pessoal costumava fazer: elas dão legitimidade. [...] as notas de rodapé conferem autoridade a um escritor. (GRAFTON, 1998, p. 19)

Acrescenta ainda que "[...] a nota de rodapé varia tão amplamente em natureza e conteúdo quanto qualquer outra prática científica ou tecnológica complexa. [...] Não variam apenas quanto ao estilo, mas também quanto às condições de sua produção [...]" (GRAFTON, 1998, p. 22). No entanto, ao se analisá-la, cautela deve ser empregada no sentido que:

> Tanto a experiência quanto a lógica, portanto, sugerem que a nota de rodapé não pode se encarregar de todas as tarefas, como afirmam os manuais: nenhuma acumulação de notas pode provar que cada afirmação no texto repousa em uma montanha inexpugnável de fatos comprovados. As notas existem, pelo contrário, para exercer duas outras funções. Em primeiro lugar, elas convencem. [...] Em segundo lugar, indicam as principais fontes. [...] Embora as notas de rodapé comumente não expliquem o curso exato da interpretação, [...] elas muitas vezes dão ao leitor que possui um espírito suficientemente crítico e aberto pistas para permitir que o imagine - em parte. Nenhum instrumental pode dar mais informações - ou mais garantia – do que essas. (GRAFTON, 1998, p. 30)

O autor da T041, defendida em 2006, nesse espírito, coloca em nota de rodapé, uma observação "suficientemente crítica" que permite entender o comportamento da época no tocante à recepção da Obra de Foucault quando afirma:

> Trabalhar a partir das proposições de Michel Foucault tem suscitado, nos últimos anos, intensos debates. Enquanto alguns declaram sua rejeição ao suposto uso de uma linguagem codificada, obscura e controvertida, ao mesmo tempo em que denunciam a falta de método, o menosprezo pelos dados, a obscuridade filosófica, as simplificações excessivas e as abstrações, outros revelam sua aceitação; declaram-se mesmo 'apaixonados em trabalhar com Foucault' ou o consideram vítima de uma má leitura e de uma má compreensão.

Esses "intensos debates" podem, em parte, justificar a hesitação e o receio de alguns estudiosos em declarar alguma leitura de obra de Foucault. Mas de fato o que se pode verificar é que Foucault realiza análises minuciosas e meticulosas das recorrências históricas apontando as regularidades - é extremamente atento ao trilhar dentro de sua obra, consegue desvelar fatos,

e passa de uma ideia para a seguinte no transcorrer da obra. Além disso ele tem a capacidade de retornar ao mesmo assunto na mesma obra ou até mesmo anos depois em outra obra, e continuar sua análise de onde a deixou.

Nas teses analisadas observou-se que na nota de rodapé os autores se sentem à vontade para incluir citações extensas entre aspas que, se colocadas no corpo da tese, teriam que ser em forma de citação adentrada acompanhada de uma análise criteriosa. Com a nota de rodapé a palavra é passada a "V&P" sem que o autor da tese necessite tecer comentários ou discutir aquilo que está dito ou se expor às rejeições dos críticos de Foucault.

4.8 AS APROPRIAÇÕES POR MEIO DE CITAÇÕES

Fazendo minhas as palavras de Pereira (2013, p. 226), esclareço que "[...] meu propósito não é desencadear uma patrulha contra a soberba acadêmica [...]" mas uma das ações que mais consumiram tempo na análise realizada foi a de buscar nos textos das teses as "verdadeiras" citações de "V&P". Verifiquei a ocorrência de citações que não foram declaradas como tal, as quais foram localizadas com auxílio do software *WCopyfind*, que apontou os trechos semelhantes para que se pudesse comparar visualmente os textos e determinar se eram de fato segmentos copiados de "V&P". Foram assim verificados casos em que o autor:

a) não utilizou corretamente das referências para indicar que são de "V&P"

Não se trata de novidade em trabalhos acadêmicos conforme observado por Grafton (1998, p. 178) que remete ao historiador Leclerc[21] do século XVIII afirmando que apenas quem "[...] não desejasse que suas afirmações fossem verificadas poderia recusar-se a citar suas fontes." Contudo o próprio Grafton (1998, p. 173-4) relaciona duas questões comuns que foram observadas com relação a citações na história: 1) Detalhes bibliográficos incompletos nas referências que ocorriam pela necessidade de citar obras que não mais se encontravam com o escritor; e 2) Citação de fontes não lidas e obtidas através de sumários e resenhas.

Essa prática foi observada em 10 teses: T037, T050, T056, T091, T121, T124, T151, T160, T163 e T218.

[21] LECLERC, J. ***Parrhasiana*.** Amsterdã, 1699-1701, I, p. 144.

b) utilizou segmentos de "V&P" sem indicar que seriam citação

Buscando as práticas do passado verifica-se que "Macróbio[22] muitas vezes deixava até mesmo de mencionar os escritores que citava literalmente nas suas volumosas e importantes *Saturnalia,*" (GRAFTON, 1998, p. 36) e Hume[23] se viu compelido a justificar sua "negligência em citar [...] autoridades" alegando ter feito sua "pesquisa de modo sistemático" o que lhe permitiria perfeitamente incluir as referências às citações, mas que optou por não fazê-lo pois "o problema era de estilo, não de pesquisa", (GRAFTON, 1998, p. 157).

Essa prática de cópia foi observada em 5 teses: T008, T056, T090, T091 e T151.

c) alterou, discretamente, o texto para assemelhar-se a paráfrase

Se trata de uma prática antiga da oralidade pois "[...] apareciam na prosa literária antiga, uma vez que o autor culto citava textos de memória, não de livros, muitas vezes introduzindo uma pequena mudança para mostrar que o havia feito desse modo [...]". (GRAFTON, 1998, p. 36)

Essa prática foi observada em 2 teses: T056 e T091.

d) indicou segmentos citados de outras obras como sendo de "V&P" e segmentos de "V&P" como sendo de outras obras

A hipótese mais provável para essa ocorrência[24] é que houve erro de digitação ou falha na conferência final, além das possibilidades 1) e 2) elencadas no item **a)**. Essa ocorrência foi verificada na:

- T163 citou segmento de "V&P" como se fosse de "Nascimento da Clínica";
- T160 citou segmento de "Conversações de Deleuze" como se fosse de "V&P", indicou segmentos de "V&P" como se fossem de "História da Sexualidade I", de "Em Defesa da Sociedade" e de "Foucault" (obra de Gilles Deleuze com esse título);
- T037 deixou ambígua uma citação ao informar o ano 1999 e registrar "V&P" e "História da Sexualidade 3" com esse mesmo ano no capítulo das referências;
- T050 apresentou erroneamente 2 citações de "Anti Édipo" de Deleuze como se fossem de "V&P", sem indicar página;
- T151 citou segmentos de "Microfísica do Poder" como se fossem de "V&P", citou segmento de "V&P" e fez referência a uma obra inexistente no capítulo das

[22] Ambrósio Teodósio Macróbio, escritor, filósofo e filólogo Romano, nascido por volta de 370 na África e autor das ***Saturnais***.

[23] Hume, D. **Cartas**, organizado por J.Y.T. Greig. Oxford, 1932, I, p. 284.

[24] Não seria o caso de uma "prática" tendo em vista que cada caso em que isso ocorreu há alguma forma de justificar um deslize, falta de atenção ou falha de conferência.

referências, cita palavras de Theodoro Adorno como se fossem de "V&P" sem indicar a página; e,

- T160 em que a autora fez uma inversão informando no capítulo das referências que Foucault teria escrito uma obra intitulada "Gilles Deleuze", quando na realidade foi Deleuze que publicou uma obra intitulada "Foucault".

Foi detectada uma coincidência, que elenquei aqui mais a título de curiosidade, pois poderia ser atribuída a erro de digitação, mas que ocorreu apenas com duas teses produzidas no mesmo ano, na mesma instituição e tiveram o mesmo orientador: a utilização de "FOUCAUL" (sem o t) uma única vez em cada tese, no capítulo das referências. Sinalizando que há possibilidade de compartilhamento de arquivos entre os estudiosos de Foucault.

Houve regularidade na recorrência dos casos **a), b), c) e d)** nas teses estudadas tendo em vista os exemplos evidenciados. No entanto, a frequência maior observada foi na ocorrência das citações devidamente referenciadas como parte integrante do texto da tese que foram utilizadas das seguintes maneiras:

- citações fieis entre aspas;
- citações fieis adentradas;
- utilização de trechos de "V&P" discretamente alterados para introduzir a citação de maneira que ela coubesse na redação; e
- utilização de parte da citação fora das aspas (deslocamento de aspas).

Uma peculiaridade observada neste inventário é que em 4 teses: T124, T126, T057 e T113, "V&P" é mencionada como obra referenciada, constando no capítulo das referências, sem realização de citações correspondentes. Grafton (1989, p. 19) identifica essa prática ao se referir especificamente a trabalhos acadêmicos de historiadores:

> Algumas vezes, os historiadores simplesmente citam uma obra; em outras, silenciosamente põem o sutil, mas mortal, 'cf.' ('compare', alemão 'vgl.') antes dela. Isso indica, pelo menos ao leitor experiente, que tanto uma visão alternativa aparece na obra citada quanto que ela está errada. Mas nem todo mundo que lê o livro conhece o código.

Esse "citar" descrito por Grafton pode também ser entendido como sendo o relacionar o título da obra, "V&P" no caso, no capítulo das referências.

Outra prática descrita por Grafton (1998, p. 34) diz respeito ao acadêmico que passa "[...] pelas fontes não para entendê-las, mas para garimpar em busca de citações que pudessem, quando descontextualizadas, fornecer sustentações sólidas para uma tese astuciosa". Cito, no entanto, esta prática mais por ser pitoresca, mas não como objeto de análise deste inventário.

4.9 SEGMENTOS COINCIDENTES CITADOS EM MAIS DE UMA TESE

Apesar de identificar a ocorrência de um total de 115 segmentos de "V&P" nas teses inventariadas, apenas 12 desses segmentos de "V&P" foram utilizados por mais de uma tese - o que sugere a relevância desses segmentos para a Área da Educação. Relacionei-os a seguir cotejando as formas de apropriação empregadas nas teses e suas regularidades de utilização.

> 1) [...] o sujeito que conhece, os objetos a conhecer e as modalidades de conhecimentos são outros tantos efeitos dessas implicações fundamentais do poder-saber e de suas transformações históricas. Resumindo, não é a atividade do sujeito de conhecimento que produziria um saber, útil ou arredio ao poder, mas o poder-saber, os processos e as lutas que o atravessam e que o constituem, que determinam as formas e os campos possíveis do conhecimento. (FOUCAULT, 1999c, p. 27)

Segmento encontrado na Primeira Parte "SUPLÍCIO" Capítulo I – "O corpo dos condenados", utilizado pelas T091 e T127:

- T091 utilizou este segmento dividido ao meio para fugir ao uso de adentramento. A estratégia utilizada foi substituir "Resumindo" por "Ou seja" e concluiu explicando que Foucault analisou o investimento político do corpo e da microfísica do poder ao tratar das relações de poder e de saber; e,
- T127 dividiu também o segmento ao meio exatamente no mesmo ponto e fez comentário dizendo que "o professor não está livre das amarras do poder e do saber" e encerrou esta afirmação com a segunda parte do segmento que utilizou para validar esta afirmação.

Ambas as teses recortaram o segmento e o vincularam ao conceito de "poder" e "saber" e procuraram evitar colocá-lo em destaque de citação adentrada de forma a não trazê-la a um destaque tipográfico como ocorre quando se usa citação adentrada.

> 2) Não se deveria dizer que a alma é uma ilusão, ou um efeito ideológico, mas afirmar que ela existe, que tem uma realidade, que é produzida permanentemente, em torno, na superfície, no interior do corpo pelo funcionamento de um poder que se exerce sobre os que são punidos - de uma maneira mais geral sobre os que são vigiados, treinados e corrigidos, sobre os loucos, as crianças, os escolares, os

> colonizados, sobre os que são fixados a um aparelho de produção e controlados durante toda a existência. Realidade histórica dessa alma, que, diferentemente da alma representada pela teologia cristã, não nasce faltosa e merecedora de castigo, mas nasce antes de procedimentos de punição, de vigilância, de castigo e de coação. Esta alma real e incorpórea não é absolutamente substância; e o elemento onde se articulam os efeitos de um certo tipo de poder e a referência de um saber, a engrenagem pela qual as relações de poder dão lugar a um saber possível, e o saber reconduz e reforça os efeitos de poder. Sobre essa realidade-referência, vários conceitos foram construídos e campos de análise foram demarcados: psique, subjetividade, personalidade, consciência, etc.; sobre ela técnicas e discursos científicos foram edificados; a partir dela, valorizaram-se as reivindicações morais do humanismo. (FOUCAULT, 1999c, p. 28-9)

Segmento encontrado na Primeira Parte "SUPLÍCIO" Capítulo I – "O corpo dos condenados", utilizado pelas T032 e T163:

- T032 utilizou do segmento como citação adentrada seccionada com [...]. Embora tenha utilizado a tradução para o português, a referência no capítulo das referências indicou a obra traduzida para o espanhol em razão do autor ser colombiano e ter o espanhol como língua materna. No entanto, a referência deveria ter sido feita à tradução para o português já que foi esse o segmento utilizado. O segmento foi utilizado para explorar a ideia do poder sobre o corpo; e,
- T163 substituiu quase duas linhas por "a alma" - iniciou a citação com aspas com "é produzida...." terminando com "... vigiados, treinados e corrigidos", eliminou 9 palavras, substituindo-as por [...] e terminou a citação com "toda a existência". Ao utilizar-se de trechos menores e seccionados a autora incorporou o texto ao seu próprio parágrafo usando aspas e assim fugindo da necessidade de fazer a citação adentrada. A autora tratou das práticas de cuidado do corpo e das almas.

Ambas as teses seccionaram o texto utilizando [...] para eliminar os trechos que não interessavam à sua análise e para reduzir o tamanho do texto citado. Afinal, embora a academia espere que citações sejam utilizadas, o uso excessivo é recebido com ressalvas pois "[...] um texto não tem por que ser um exercício de ventriloquismo ou mimetismo acadêmico, mas de outro modo, um exercício analítico e argumentativo que permita que o autor fale *por si*". (PEREIRA, 2013, p. 226).

> 3) [...] tornou-se algo que se fabrica; de uma massa informe, de um corpo inapto, fez-se a máquina de que se precisa; corrigiram-se aos poucos as posturas; lentamente uma coação calculada percorre cada parte do corpo, se assenhoreia dele, dobra o conjunto, torna-o perpetuamente disponível, e se prolonga, em silêncio, no

> automatismo dos hábitos; em resumo, foi ‘expulso o camponês’ e lhe foi dada a ‘fisionomia de soldado’. (FOUCAULT, 1999c, p. 117)

Segmento encontrado na Terceira Parte “DISCIPLINA” Capítulo I – “Os corpos dóceis”, utilizado pelas T037 e T160:

- T037 utilizou segmento na íntegra como citação adentrada. O autor utilizou as palavras de Foucault que descreve o corpo do soldado no século XVIII e o comparou aos atuais corpos adolescentes, adultos, femininos, masculinos. Ou seja, incluiu todos os seres humanos na equação do soldado do século XVIII;
- T160 seccionou o segmento para caber no discurso da autora – substituiu “fez-se máquina de que se precisa” por “faz-se uma gestante cuidadosa” e encerrou a citação com aspas com “cria-se o hábito” que não constam em “V&P”. Esta ocorrência teve características *sui generis* não apenas por incluir expressão que não consta na obra mas também por indicar que a citação é da obra História da Sexualidade I sendo que é de fato de “V&P”. A autora equiparou a formação do corpo do soldado do século XVIII à formação do corpo da gestante.

Ambas as teses trouxeram a descrição que Foucault fez da formação do corpo do soldado do século XVIII para o presente e aplicaram-na a civis.

> 4) Esses métodos que permitem o controle minucioso das operações do corpo, que realizam a sujeição constante de suas forças e lhes impõem uma relação de docilidade-utilidade, são o que podemos chamar as ‘disciplinas’. (FOUCAULT, 1999c, p. 118)

Segmento encontrado na Terceira Parte “DISCIPLINA” Capítulo I – “Os corpos dóceis”, utilizado pelas T032, T057 e T091:

- T032 utilizou como primeiro segmento de uma série de três que formaram uma citação adentrada formada por segmentos não contíguos, informou isso dizendo “em várias partes do seu livro ‘V&P’....”, no entanto ajuntou-os como um mosaico. Acrescentou o artigo “A”, que não está em “V&P”, para iniciar a citação. O autor utilizou os segmentos para indicar que Foucault estabeleceu uma relação entre disciplina, docilidade, utilidade e obediência;
- T057 apresentou segmento como polissemia, o autor não indicou a página, no entanto é uma cópia quase fiel, sendo que a única alteração foi no tempo verbal passando de “que realizam” para “realizando” dando a entender que foi sua própria interpretação de “V&P”. Utilizou o segmento para discorrer sobre os mecanismos

disciplinares responsáveis pelo adestramento do corpo que resultam em sua disciplinarização e docilização; e,

- T091 citou entre aspas para complementar uma ideia. Com este segmento a autora deu destaque à questão das disciplinas que permitem o controle sobre o corpo.

Embora a forma de utilização desse segmento tenha sido diversificada, a regularidade observada foi na sua utilização para demonstrar a disciplinarização do corpo conforme Foucault postula em "V&P".

> 5) O momento histórico das disciplinas é o momento em que nasce uma arte do corpo humano, que visa não unicamente o aumento de suas habilidades, nem tampouco aprofundar sua sujeição, mas a formação de uma relação que no mesmo mecanismo o torna tanto mais obediente quanto e mais útil. (FOUCAULT, 1999c, p. 119)

Segmento encontrado na Terceira Parte "DISCIPLINA" Capítulo I – "Os corpos dóceis", utilizado pelas T032 e T091:

- T032 utilizou como segundo segmento de uma série de três que formam uma citação adentrada formada por segmentos não contíguos, informou isso dizendo "em várias partes do seu livro 'V&P'....", no entanto ajuntou-os como um mosaico. O autor utilizou os segmentos para indicar que Foucault estabelece uma relação entre disciplina, docilidade, utilidade e obediência; e,
- T091 realizou cópia com pequenas alterações textuais substituiu "é o momento em que nasce" por "quando nasce", por exemplo. O leitor não foi informado de que é uma citação/paráfrase de Foucault. Caberia neste caso uma paráfrase, caso a autora tivesse feito a devida referência. A autora utilizou o segmento para indicar que Foucault estabelece uma relação entre disciplina, utilidade e obediência.

Embora as teses se apropriaram do segmento de forma distinta, a regularidade está na coincidência dos temas para as quais foi utilizado como ilustração "disciplina, utilidade e obediência".

> 6) A disciplina aumenta as forças do corpo (em termos econômicos de utilidade) e diminui essas mesmas forças (em termos políticos de obediência). (FOUCAULT, 1999c, p. 119)

Segmento encontrado na Terceira Parte "DISCIPLINA" Capítulo I – "Os corpos dóceis", utilizado pelas T032 e T127:

- T032 utilizou como terceiro segmento de uma série de três que formaram uma citação adentrada formada por segmentos não contíguos, informou isso dizendo "em várias partes do seu livro 'V&P'....", no entanto ajunta-os como um mosaico. O autor utilizou os segmentos para indicar que Foucault estabelece uma relação entre disciplina, docilidade, utilidade e obediência; e,
- T127 utilizou o segmento como citação entre aspas, no entanto fez o deslocamento das aspas iniciando a citação com "aumenta" deixando a impressão de que "A disciplina" é parte do texto da autora. A autora tratou da disciplinarização do corpo para tornar os indivíduos mais obedientes.

As duas teses apresentaram o segmento na forma de citações academicamente estabelecidas (adentrada e entre aspas). A regularidade no tratamento do tema está no seu uso para estabelecer relação entre a disciplina dos corpos e a obediência, segundo os postulados de Foucault.

> 7) O exame combina as técnicas da hierarquia que vigia e as da sanção que normaliza. É um controle normalizante, uma vigilância que permite qualificar, classificar e punir. (FOUCAULT, 1999c, p. 154)

Segmento encontrado no Capítulo II – "Os Recursos para o Bom Adestramento" – "O exame", utilizado pelas T056, T121 e T163

- T056 utilizou o segmento na forma de citação com aspas deslocadas. Citou todo o segmento, mas colocou aspas apenas na última sentença. O segmento constituiu um parágrafo inteiro introduzido com "Por fim...". No parágrafo anterior o autor desenvolveu suas ideias, sobre a sanção normalizadora, teceu considerações, inseriu a citação e mudou de assunto, como se tendo colocado a citação, e ter feito essa referência legitimasse sua ideia. O segmento é curto, mas, como constitui um parágrafo separado, caberia utilizá-lo como citação adentrada;
- T121 incluiu o segmento em citação com aspas em nota de rodapé. A autora utilizou a citação para definir o que seria uma "avaliação dos alunos" que era realizada em uma escola de educação infantil; e,
- T163 apresentou o segmento entre aspas em nota de rodapé para definir como Foucault entende o exame e concluiu que é entendido como uma combinação entre norma e vigilância.

A regularidade observada foi que as T121 e T163 priorizaram o segmento para definição de avaliação/exame ao passo que a T056 enfocou a utilização do exame para punir.

> 8) [...] a escola torna-se uma espécie de aparelho de exame ininterrupto que acompanha em todo o seu comprimento a operação do ensino. Tratar-se-á cada vez menos daquelas justas em que os alunos defrontavam forças e cada vez mais de uma comparação perpétua de cada um com todos, que permite ao mesmo tempo medir e sancionar. (FOUCAULT, 1999c, p. 155)

Segmento encontrado no Capítulo II – "Os Recursos para o Bom Adestramento" – "O exame", utilizado pelas T029 e T091:

- T029 introduziu uma citação adentrada com "Segundo Foucault, por meio do exame..." para demonstrar as consequências do exame que o tornam uma fonte de poder; e,
- T091 apresentou cópia do segmento sem indicar que foi retirado de "V&P" e o utilizou como se fossem suas próprias palavras para encerrar um parágrafo em que defende que o exame é um dispositivo de controle.

Embora as duas teses se apropriaram do texto de "V&P" de formas diferentes a regularidade dessa apropriação está em seu uso para demonstrar que o exame é um dispositivo de poder/controle.

> 9) A escola torna-se o local de elaboração da pedagogia. (FOUCAULT, 1999c, p. 155)

Segmento encontrado no Capítulo II – "Os Recursos para o Bom Adestramento" – "O exame", utilizado pelas T008 e T029:

- T008 colocou o segmento em forma de citação com aspas em que discutiu que a escola é onde se produz uma nova forma de saber e de poder; e,
- T029 utilizou o segmento antecedido por [...] em citação adentrada que se iniciou com o texto do início do parágrafo para demonstrar as consequências do exame que o tornam uma fonte de poder.

Ambas as teses fizeram referência correta a "V&P" em forma de citação ao se apropriarem do segmento. A regularidade está no seu uso para demonstrar que a escola é uma fonte de poder.

> 10) O Panóptico de Bentham é a figura arquitetural dessa composição. O princípio é conhecido: na periferia uma construção em anel; no centro, uma torre; esta é vazada de largas janelas que se abrem sobre a face interna do anel; a construção periférica é dividida em celas, cada uma atravessando toda a espessura da construção; elas têm duas janelas, uma para o interior, correspondendo as janelas da torre;

> outra, que dá para o exterior, permite que a luz atravesse a cela de lado a lado. (FOUCAULT, 1999c, p. 165-6)

Segmento encontrado no Capítulo III – "O Panoptismo", utilizado pelas T090 e T151:

- T090 realizou citação em Nota de Rodapé - utilizou de vários segmentos interrompidos por [...], mas não sinalizou uma das interrupções e adequou o texto com acréscimos. Errou o número da página onde está a citação. Utilizou o segmento para explicar os aparatos disciplinares que surtem efeito por meio da vigilância constante; e,
- T151 apresentou o segmento na forma de citação adentrada e o estendeu para englobar todo o parágrafo de "V&P". No parágrafo anterior a autora discorreu como a vigilância aparece como perspectiva utilitária de uma economia eficaz na administração de espaço e tempo do vigiar, teceu considerações, inseriu a citação e mudou de assunto, deixando que a citação legitimasse sua ideia.

A apropriação do segmento ocorreu na forma de citações, mesmo que em diferentes configurações, e a regularidade ocorreu quanto ao seu uso para explicar a forma que a vigilância influi na disciplina.

> 11) Em suma, o princípio da masmorra é invertido; ou antes, de suas três funções - trancar, privar de luz e esconder - só se conserva a primeira e suprimem-se as outras duas. A plena luz e o olhar de um vigia captam melhor que a sombra, que finalmente protegia. A visibilidade é uma armadilha. (FOUCAULT, 1999c, p. 166)

Segmento encontrado no Capítulo III – "O Panoptismo", utilizado pelas T151 e T160:

- T151 deu continuidade à citação do item 10 que apresentou o segmento na forma de citação adentrada e o estendeu para englobar todo o parágrafo de "V&P". No parágrafo anterior a autora discorreu como a vigilância aparece como perspectiva utilitária de uma economia eficaz na administração de espaço e tempo do vigiar, teceu considerações, inserir a citação e mudou de assunto, deixando que a citação legitimasse sua ideia; e,
- T160 introduziu o segmento com uma paráfrase e passou em seguida para citação com aspas - referência página 210 de "V&P", mas a citação está de fato na página 166. A autora enfatizou a questão do confinamento para otimizar a vigilância.

A regularidade na apropriação do segmento está no enfoque dado à vigilância como meio de controle.

> 12) O Panóptico é uma máquina maravilhosa que, a partir dos desejos mais diversos, fabrica efeitos homogêneos de poder. (FOUCAULT, 1999c, p. 166)

Segmento encontrado no Capítulo III – "O Panoptismo", utilizado pelas T163 e T218:

- T163 transcreveu o segmento em forma de citação entre aspas em nota de rodapé. A autora equiparou ao panóptico de Bentham ao sistema de saúde, objeto de sua tese, que supõe vigilâncias constantes; e,
- T218 colocou o segmento como citação com aspas no final de um parágrafo. Ao referenciar a citação apontou para uma referência inexistente no capítulo das referências pois indica "(FOUCAULT, 2001)" sendo que "V&P" é referenciado como ano "2001a" no capítulo das referências. A autora desenvolveu como a vigilância e o controle, ocorrem por meio da disciplina indicando que é importante que o detento saiba que está sendo vigiado, inseriu a citação e mudou de assunto, deixando que a citação legitimasse sua ideia.

Também neste segmento a regularidade na apropriação esteve no enfoque dado à vigilância como meio de controle.

4.9.1 Considerações possíveis sobre a apropriação nos segmentos coincidentes citados em mais de uma Tese

O cotejamento das apropriações de "V&P" realizada nos segmentos citados em mais de uma tese atendeu em grande parte às expectativas iniciais, no entanto, a análise elicitou também algumas surpresas. Inicio então pelas surpresas nas "irregularidades" e pelas "estratégias utilizadas" pelos autores ao se apropriar dos segmentos, conforme detalhado a seguir:

- Estratégia de seccionar segmentos para fugir ao uso de citação adentrada e poder incorporá-los ao parágrafo sem quebrar a regularidade na formatação do texto;
- Encadeamento de vários segmentos não contíguos em "V&P", apresentados como citação contígua produzindo uma espécie de mosaico;
- Realização de deslocamento de aspas. Faz citação mas coloca apenas uma parte dela entre aspas;

- Apresentação de citação entre aspas que corresponde a um parágrafo inteiro na tese quando caberia utilizar uma citação com adentramento;
- Cópia literal do texto ou realização de discretas alterações sem indicar que é citação de "V&P" dando a entender serem palavras do autor da tese;
- Cópia literal do texto ou realização de discretas alterações apresentadas como paráfrase ou polissemia;
- Equivoco ao referenciar uma obra em idioma estrangeiro e utilizar a citação em português;
- Substituição ou exclusão de palavras nos segmentos, mesmo quando citações, para "forçar" o texto a adquirir o sentido desejado;
- Alteração do tempo verbal ou da concordância nas citações para serem incorporadas ao parágrafo na tese;
- Indicação equivocada da página de onde a citação foi retirada;
- Indicação de referência não relacionada no capítulo das referências; e,
- Indicação equivocada da obra atribuindo a outra obra uma citação retirada de "V&P".

Afirmei anteriormente que meu propósito não foi de provocar um patrulhamento contra as práticas acadêmicas, portanto, cabe aqui um esclarecimento quanto ao destaque dado às (ir)regularidades: Ao realizar as leituras para identificar os segmentos utilizados de "V&P" esbarrei obrigatoriamente nas situações apontadas. Sendo que as 8 últimas elencadas foram as que causaram maior dificuldade na identificação e localização dos segmentos buscados.

Independentemente das estratégias utilizadas para a inserção das citações nas teses observei que houve as seguintes práticas:

- Referência ao fato histórico descrito em "V&P", como forma de ilustração ou metáfora, comparando o com uma ocorrência contemporânea diversa daquela apresentada em "V&P"; e,
- O autor desenvolve suas ideias sobre um determinado assunto, tece considerações, insere a citação e muda de assunto, como se tendo colocado a citação, e ter feito essa referência legitimasse sua ideia.

4.10 COTEJAMENTO DE SEGMENTOS DAS PARTES MAIS CITADAS DE “V&P”

4.10.1 O panoptismo

Foram selecionados segmentos citados da Terceira Parte “DISCIPLINA” Capítulo I – “O panoptismo”, que foi a parte de “V&P” mais citada, conforme levantamento do Quadro 08, para proceder ao cotejamento de formas de apropriação e de contexto:

> 1) Esse espaço fechado, recortado, vigiado em todos os seus pontos, onde os indivíduos estão inseridos num lugar fixo, onde os menores movimentos são controlados, onde todos os acontecimentos são registrados, onde um trabalho ininterrupto de escrita liga o centro e a periferia, onde o poder é exercido sem divisão, segundo uma figura hierárquica continua, onde cada indivíduo é constantemente localizado, examinado e distribuído. (FOUCAULT, 1999c, p. 163)

- T163 incluiu o segmento como citação com aspas e separou com [...] de forma a não passar de 3 linhas e utilizou ao final de uma sentença para validar a ideia que vinha desenvolvendo. O contexto é a descrição de um alojamento de doentes que podem ser vigiados por estar em lugar fixo. “V&P” contudo utiliza desse segmento para descrever o procedimento que era realizado para vigiar os “agentes” que adentravam uma casa onde alguém havia falecido por uma doença para purificá-la, de forma que esses agentes, vigiados, não saíssem das casas com algo com que não tivessem entrado – para evitar o roubo. Há diferença de contexto entre a tese e “V&P”;

> 2) Se é verdade que a lepra suscitou modelos de exclusão que deram até um certo ponto o modelo e como que a forma geral do grande Fechamento, já a peste suscitou esquemas disciplinares. Mais que a divisão maciça e binária entre uns e outros ela recorre a separações múltiplas, a distribuições individualizantes, a uma organização aprofundada das vigilâncias e dos controles, a uma intensificação e ramificação do poder. O leproso é visto dentro de uma prática da rejeição, do exílio-cerca; deixa-se que se perca lá dentro como numa massa que não tem muita importância diferenciar; os pestilentos são considerados num policiamento tático meticuloso onde as diferenciações individuais são os efeitos limitantes de um poder que se multiplica, se articula e se subdivide. O grande fechamento por um lado; o bom treinamento por outro. A lepra e sua divisão; a peste e seus recortes. Uma é marcada; a outra, analisada e repartida. O exílio

> do leproso e a prisão da peste não trazem consigo o mesmo sonho político. Um é o de uma comunidade pura, o outro, o de uma sociedade disciplinar. (FOUCAULT, 1999c, p. 164)

- T008 inseriu este segmento como uma longa citação adentrada. O autor da tese descreveu a forma como os loucos eram excluídos e as crianças eram disciplinadas na Era Clássica e comparou esse procedimento com os leprosos e os afetados pela peste usando o segmento de "V&P" para fazer esta descrição. Como se dissesse onde se lê lepra, leia-se loucos, onde se lê peste, leia-se crianças. Utilizou o segmento como uma metáfora passando a palavra para "V&P" explicar a ideia que apresentou;

> 3) [...] 'pestilentam-se' os leprosos; (FOUCAULT, 1999c, p. 165)

- T201 incluiu estas três palavras como citação entre aspas como se Foucault a tivesse bradado em algum momento de revolta. A autora escreve: "'Pestilentam-se os leprosos' proclama Foucault". Tanto a tese quanto "V&P" tratam de esquemas disciplinares, espaços de vigilância e lugares de exclusão. Contudo a citação não contribuiu para o entendimento do assunto, sequer para a validação de uma ideia. Apareceu apenas como uma forma de incluir uma citação de "V&P" ou como se fosse uma expressão já conhecida pelos leitores de Foucault, ou um de seus conceitos, e que automaticamente remeteria ao significado desejado sem ter que apresentar maiores explicações;

> 4) A divisão constante do normal e do anormal, a que todo indivíduo é submetido, leva até nós, e aplicando-os a objetos totalmente diversos, a marcação binária e o exílio dos leprosos; a existência de todo um conjunto de técnicas e de instituições que assumem como tarefa medir, controlar e corrigir os anormais, faz funcionar os dispositivos disciplinares que o medo da peste chamava. Todos os mecanismos de poder que, ainda em nossos dias, são dispostos em torno do anormal, para marcá-lo como para modificá-lo, compõem essas duas formas de que longinquamente derivam. (FOUCAULT, 1999c, p. 165)

- T201 inseriu este segmento como uma longa citação adentrada que utilizou para explicar o conceito de divisão binária. Passou a palavra a "V&P" e encerrou o assunto;

> 5) O Panóptico de Bentham é a figura arquitetural dessa composição. O princípio é conhecido: na periferia uma construção em anel; no

> centro, uma torre; esta é vazada de largas janelas que se abrem sobre a face interna do anel; a construção periférica é dividida em celas, cada uma atravessando toda a espessura da construção; elas têm duas janelas, uma para o interior, correspondendo às janelas da torre; outra, que dá para o exterior, permite que a luz atravesse a cela de lado a lado. (FOUCAULT, 1999c, p. 165-6)

- T090 inscreveu como citação entre aspas em longa nota de rodapé e faz recortes utilizando [...]. A autora da tese passou a palavra a "V&P" para explicar o que é o panóptico de Bentham;

> 6) Basta então colocar um vigia na torre central, e em cada cela trancar um louco, um doente, um condenado, um operário ou um escolar. Pelo efeito da contraluz, pode-se perceber da torre, recortando-se exatamente sobre a claridade, as pequenas silhuetas cativas nas celas da periferia. Tantas jaulas, tantos pequenos teatros, em que cada ator está sozinho, perfeitamente individualizado e constantemente visível. O dispositivo panóptico organiza unidades espaciais que permitem ver sem parar e reconhecer imediatamente. Em suma, o princípio da masmorra é invertido; ou antes, de suas três funções - trancar, privar de luz e esconder - só se conserva a primeira e suprimem-se as outras duas. A plena luz e o olhar de um vigia captam melhor que a sombra, que finalmente protegia. A visibilidade é uma armadilha. (FOUCAULT, 1999c, p. 166)

- T151 registrou os segmentos 5) e 6) acima como uma longa citação adentrada para descrever a arquitetura do tipo panóptica. A autora da tese introduziu a citação dizendo: "O filósofo descreve sintética e precisamente este modelo:", passou a palavra para "V&P" e encerrou o assunto;

> 7) Cada um, em seu lugar, está bem trancado em sua cela de onde é visto de frente pelo vigia; mas os muros laterais impedem que entre em contato com seus companheiros. É visto, mas não vê; objeto de uma informação, nunca sujeito numa comunicação. (FOUCAULT, 1999c, p. 166)

- T090 utilizou este segmento como um dos vários segmentos agrupados para formar uma longa citação entre aspas em longa nota de rodapé na qual realiza uma colagem de segmentos diversos em forma de citação para descrever o panóptico de Bentham;

> 8) [...] um estado consciente e permanente de visibilidade que assegura o funcionamento automático do poder. (FOUCAULT, 1999c, p. 166)

- T090 copiou o segmento em um mesmo parágrafo no qual realizou citações de outros segmentos com aspas;

> 9) Fazer com que a vigilância seja permanente em seus efeitos, mesmo se é descontínua em sua ação; que a perfeição do poder tenda a tornar inútil a atualidade de seu exercício; que esse aparelho arquitetural seja uma máquina de criar e sustentar uma relação de poder independente daquele que o exerce; enfim, que os detentos se encontrem presos numa situação de poder de que eles mesmos são os portadores. (FOUCAULT, 1999c, p. 166)

- T100 utilizou o segmento como citação adentrada para descrever o caráter virtual da vigilância sobre os detentos. Introduziu no meio da citação colchetes acrescentando "[e também, os escolares, os doentes, os executivos....]", de forma que transpôs a todos os seus sujeitos de pesquisa a mesma condição que "V&P" indicou para os detentos;

> 10) [...] se está sendo observado; mas deve ter certeza de que sempre pode sê-lo. (FOUCAULT, 1999c, p. 167)

- T151 realizou cópia do segmento e referiu-se a "V&P" ao final do parágrafo, contudo deixou a impressão de que seriam palavras da autora ou uma polissemia;

> 11) [...] O Panóptico é uma máquina maravilhosa que, a partir dos desejos mais diversos, fabrica efeitos homogêneos de poder. (FOUCAULT, 1999c, p. 167)

- T163 utilizou este segmento como citação com aspas em nota de rodapé. Suscintamente descreveu o panóptico e passou a palavra a "V&P" encerrando a ideia que vinha desenvolvendo;

> 12) [...] o Panóptico aparece como jaula cruel e sábia. (FOUCAULT, 1999c, p. 170)

- T151 produziu uma paráfrase, quase cópia, que muda apenas o tempo verbal de "aparece" para "apareceu";

> 13) [...] um puro sistema arquitetural e óptico: [...]
> É polivalente em suas aplicações: serve para emendar os prisioneiros, mas também para cuidar dos doentes, instruir os escolares, guardar os loucos, fiscalizar os operários, fazer trabalhar os mendigos e ociosos. É um tipo de implantação dos corpos no espaço, (FOUCAULT, 1999c, p. 170)

- T151 realizou cópia do segmento e referiu-se a "V&P" ao anunciar "Na visão de Foucault (1977, p. 172)", contudo não usou aspas e deixou a impressão de que seriam palavras da autora ou uma polissemia;

> 14) O panoptismo é capaz de reformar a moral, preservar a saúde, revigorar a indústria, difundir a instrução, aliviar os encargos públicos, estabelecer a economia como que sobre um rochedo, desfazer, em vez de cortar, o nó górdio das leis sobre os pobres, tudo isso com uma simples ideia arquitetural. (FOUCAULT, 1999c, p. 171)

- T090 realizou citação com aspas e atribuiu a Foucault uma citação de J. Bentham utilizada como citação destacada em "V&P". A citação é utilizada em final de parágrafo e encerra o assunto que a autora vinha desenvolvendo;

> 15) [...] a escola cristã não deve simplesmente formar crianças dóceis; deve também permitir vigiar os pais, informar-se de sua maneira de viver, seus recursos, sua piedade, seus costumes. A escola tende a constituir minúsculos observatórios sociais para penetrar até nos adultos e exercer sobre eles um controle regular: o mau comportamento de uma criança, ou sua ausência, é um pretexto legítimo, segundo Demia, para se ir interrogar os vizinhos, principalmente se há razão para se pensar que a família não dirá a verdade; depois os próprios pais, para verificar se eles sabem o catecismo e as orações, se estão decididos a arrancar os vícios das crianças, quantas camas há e como eles se repartem nelas durante a noite; a visita termina eventualmente com uma esmola, o presente de uma imagem, ou a doação de camas suplementares. (FOUCAULT, 1999c, p. 174-5)

- T008 incluiu o segmento como uma longa citação adentrada. Realizou um recorte utilizando [...] excluindo "segundo Demia", o que ocasionou que as palavras citadas fossem atribuídas a "V&P" e não mais a Demia. Com o segmento o autor passou a palavra a "V&P" e encerrou o assunto que ficou validado pela obra;

> 16) [...] um tipo de poder, uma modalidade para exercê-lo, que comporta todo um conjunto de instrumentos, de técnicas, de procedimentos, de níveis de aplicação, de alvos; ela é uma 'física' ou uma 'anatomia' do poder, uma tecnologia. E pode ficar a cargo seja de instituições 'especializadas' (as penitenciárias, ou as casas de correção do século XIX) seja de instituições que dela se servem como instrumento essencial para um fim determinado (as casas de educação, os hospitais), seja de instâncias preexistentes que nela encontram maneira de reforçar ou de reorganizar seus mecanismos internos de poder (um dia se precisará mostrar como as relações intrafamiliares, essencialmente na célula pais-filhos, se 'disciplinaram', absorvendo

> desde a era clássica esquemas externos, escolares, militares, depois médicos, psiquiátricos, psicológicos, que fizeram da família o local de surgimento privilegiado para a questão disciplinar do normal e do anormal), seja de aparelhos que fizeram da disciplina seu princípio de funcionamento interior (disciplinação do aparelho administrativo a partir da época napoleônica), seja enfim de aparelhos estatais que têm por função não exclusiva mas principalmente fazer reinar a disciplina na escala de uma sociedade (a polícia). (FOUCAULT, 1999c, p. 177-8

- T020 incluiu o segmento como citação com aspas em longa nota de rodapé abrangendo duas páginas passando a palavra a "V&P" para apresentar o conceito de disciplina. Fez recortes devidamente marcados com [...];

> 17) [...] da formação de uma sociedade disciplinar nesse movimento que vai das disciplinas fechadas, espécie de 'quarentena' social, até o mecanismo indefinidamente generalizável do 'panoptismo'. (FOUCAULT, 1999c, p. 178)

- T091 encerrou com este segmento um parágrafo todo construído de dois recortes de capítulos diferentes de "V&P" as quais justapôs para formar o parágrafo sem usar suas próprias palavras para construir a ideia. Assim, a citação encerrou uma ideia que foi introduzida por outra citação sem qualquer análise entre os dois recortes;

> 18) Nem as formas residuais do poder feudal, nem as estruturas da monarquia administrativa, nem os mecanismos locais de controle, nem o emaranhado instável que formavam todos juntos podia desempenhar esse papel: impedia-os de fazê-lo a extensão lacunosa e sem regularidade de sua rede, seu funcionamento muitas vezes conflitante, mas principalmente o caráter 'dispendioso' do poder exercido. (FOUCAULT, 1999c, p. 180)

- T091 apresentou o segmento como citação entre aspas em nota de rodapé passando a palavra a "V&P" para descrever o crescimento do aparelho de produção. Trocou a expressão "**formas** residuais" por "**forças** residuais" alterando o sentido da ideia;

> 19) Devem ser tomadas como técnicas que permitem ajustar, segundo esse princípio, a multiplicidade dos homens e a multiplicação dos aparelhos de produção (e como tal deve-se entender não só 'produção' propriamente dita, mas a produção de saber e de aptidões na escola, a produção de saúde nos hospitais, a produção de força destrutiva com o exército). (FOUCAULT, 1999c, p. 180)

- T091 incorporou o segmento em forma de paráfrase no final de um parágrafo. A paráfrase foi cópia do segmento com poucas alterações e encerrou o assunto indicando a página em que a ideia se encontra em "V&P";

> 20) [...] forças que se formam a partir da própria constituição de uma multiplicidade organizada; deve neutralizar os efeitos de contrapoder que dela nascem e que formam resistência ao poder que quer dominá-la: agitações, revoltas, organizações espontâneas, conluios - tudo o que pode se originar das conjunções horizontais. (FOUCAULT, 1999c, p. 181)

- T029 incluiu o segmento como citação adentrada, no entanto excluiu trechos sem indicar isso e fez recortes utilizando [...]. A autora da tese utilizou a citação para complementar a ideia que vinha desenvolvendo sobre o saber e as práticas relacionais da instituição, e ao excluir "deve neutralizar" altera o sentido original de forma a adequá-la ao seu argumento;

> 21) [...] instrumentos de poder anónimos e coextensivos à multiplicidade que regimentam, como a vigilância hierárquica, o registro contínuo, o julgamento e a classificação perpétuos. (FOUCAULT, 1999c, p. 181)

- T091 utilizou o segmento como citação entre aspas no início do parágrafo introduzido por "Segundo Foucault, a disciplina utilizou-se de" e complementa a ideia com a citação. Em seguida passou a uma polissemia baseada na citação; e,

> 22) As "Luzes" que descobriram as liberdades inventaram também as disciplinas. (FOUCAULT, 1999c, p. 183)

- T160 apresentou esse segmento logo na introdução para justificar sua intenção de fazer um diagnóstico sobre "o que somos" e também sobre "aquilo que estamos nos tornando". Teve uma utilização mais lúdica do que para comprovar alguma ideia. A autora equivocadamente atribuiu este segmento a uma obra de Deleuze. Ao relacionar sua bibliografia ela indica que Foucault escreveu uma obra chamada Deleuze, quando foi Deleuze que publicou uma obra chamada Foucault. Independente da troca, a citação é mesmo de "V&P".

Do cotejamento dos segmentos de O panoptismo verifiquei quais foram estratégias e práticas utilizadas pelos autores das teses na apropriação por meio da utilização dos segmentos de "V&P" os quais registrei abaixo indicando em quais segmentos ocorreram:

- Citação com aspas em final de sentença para validar uma ideia que o autor da tese vinha desenvolvendo [segmentos 1, 15 e 19];
- Reprodução de exemplo dado em "V&P" em um determinado contexto no passado para ilustrar ocorrência em outro contexto estudado pelo autor da tese [segmento 1];
- Longa citação adentrada utilizada como metáfora, passando a palavra a "V&P" encerrando em seguida o assunto [segmentos 2, 4, 15 e 20];
- Frase solta ou expressão retirada de "V&P" como frase de efeito ou clichê. Um intertexto no qual o autor da tese supõe que o leitor conheça o contexto e compreenda o que ele deseja explicitar sem ter que acrescentar nada [segmento 3];
- Longa citação entre aspas em nota de rodapé para passar a palavra a "V&P" sem ter que fazer comentários sobre o assunto citado [segmentos 5, 6, 11, 16 e 18];
- Colagem de diversos segmentos de diferentes partes de "V&P" reunidos como citações entre aspas em um mosaico para formar um parágrafo sem que haja texto do autor da tese [segmento 7 e 17];
- Cópia de segmento reunido em parágrafo que contém outras citações entre aspas sem intervenção do autor [segmento 8];
- Inclusão, exclusão ou alteração de texto em citação de forma a complementar ou adequar o texto de "V&P" ao contexto do autor da tese mesmo que altere o sentido original [segmentos 9 e 20];
- Cópia de texto de "V&P" indicando ser ideia da obra mas deixando a impressão de serem palavras do autor da tese [segmentos 11 e 19];
- Cópia com indicação de ser paráfrase onde o autor da tese modifica tempo verbal ou altera discretamente o texto de "V&P" [segmento 12];
- Cópia idêntica do texto com indicação de ser paráfrase. Como se o autor tivesse se esquecido de colocar as aspas [segmento 13];
- Reprodução de texto de autor citado por Foucault como se fossem palavras de "V&P" [segmentos 14 e 15];
- Citação entre aspas contribuindo no desenvolvimento de uma ideia em desenvolvimento [segmento 21]; e,
- Atribuição a outra obra citação retirada de "V&P" [segmento 22].

4.10.2 O corpo dos condenados

O próximo exercício foi cotejar os segmentos citados da Primeira Parte "SUPLÍCIO" Capítulo I – "O corpo dos condenados", que foi a segunda parte de "V&P" mais citada, conforme levantamento do Quadro 08, para proceder à verificação das formas de apropriação e de contexto:

> 1) Não tocar mais no corpo, ou o mínimo possível, e para atingir nele algo que não é o corpo propriamente. (FOUCAULT, 1999c, p. 14)

- T163 realizou cópia (não indicou ser citação) deste segmento com alterações mínimas no contexto de que o parto cesariano seria visto como uma prática fria de não tocar o corpo. Bem diverso do contexto que ocorre em "V&P" que utilizou este segmento para informar que as práticas punitivas vinham sendo aos poucos eliminadas de forma a não se tocar mais no corpo dos condenados. Contextos diferentes;

> 2) Sob o nome de crimes e delitos, são sempre julgados corretamente os objetos jurídicos definidos pelo Código. Porém julgam-se também as paixões, os instintos, as anomalias, as enfermidades, as inadaptações, os efeitos de meio ambiente ou de hereditariedade. Punem-se as agressões, mas, por meio delas, as agressividades, as violações e, ao mesmo tempo, as perversões, os assassinatos que são, também, impulsos e desejos. Dir-se-ia que não são eles que são julgados; se são invocados, é para explicar os fatos a serem julgados e determinar até que ponto a vontade do réu estava envolvida no crime. Resposta insuficiente, pois são as sombras que se escondem por trás dos elementos da causa, que são, na realidade, julgadas e punidas. Julgadas mediante recurso às 'circunstâncias atenuantes', que introduzem no veredicto não apenas elementos 'circunstanciais' do ato, mas coisa bem diversa, juridicamente não codificável: o conhecimento do criminoso, a apreciação que dele se faz, o que se pode saber sobre suas relações entre ele, seu passado e o crime, e o que se pode esperar dele no futuro. Julgadas também por todas essas noções veiculadas entre medicina e jurisprudência desde o século XIX (os 'monstros' da época de Georget, as 'anomalias psíquicas' da circular Chaumié, os 'pervertidos' e os 'inadaptados' dos laudos periciais contemporâneos) e que, pretendendo explicar um ato, não passam de maneiras de qualificar um indivíduo. Punidas pelo castigo que se atribui a função de tornar o criminoso 'não só desejoso, mas também capaz de viver respeitando a lei e de suprir às suas próprias necessidades'; são punidas pela economia interna de uma pena que,

> embora sancione o crime, pode modificar-se (abreviando-se ou, se for o caso, prolongando-se), conforme se transformar o comportamento do condenado; são punidas, ainda, pela aplicação dessas 'medidas de segurança' que acompanham a pena (proibição de permanência, liberdade vigiada, tutela penal, tratamento médico obrigatório) e não se destinam a sancionar a infração, mas a controlar o indivíduo, a neutralizar sua periculosidade, a modificar suas disposições criminosas, a cessar somente após obtenção de tais modificações. A alma do criminoso não é invocada no tribunal somente para explicar o crime e introduzi-la como um elemento na atribuição jurídica das responsabilidades; se ela é invocada cora tanta ênfase, com tanto cuidado de compreensão e tão grande aplicação 'científica', é para julgá-la, ao mesmo tempo que o crime, e fazê-la participar da punição. Em todo o ritual penal, desde a informação até a sentença e as últimas consequências da pena, se permitiu a penetração de um campo de objetos que vêm duplicar, mas também dissociar os objetos juridicamente definidos e codificados. (FOUCAULT, 1999c, p. 19-20)

- T151 fez citação adentrada desse extenso segmento para se apropriar das palavras de "V&P". Considerou que não haveria melhor maneira de redizer o já dito. A autora utilizou a citação para passar a palavra e reconheceu a extensão ao informar no parágrafo seguinte: "O longo argumento acima". O contexto é o mesmo na obra e na tese;

> 3) 1) Não centrar o estudo dos mecanismos punitivos unicamente em seus efeitos 'repressivos', só em seu aspecto de 'sanção', mas recolocá-los na série completa dos efeitos positivos que eles podem induzir, mesmo se à primeira vista são marginais. Consequentemente, tomar a punição como uma função social complexa.
> 2) Analisar os métodos punitivos não como simples consequências de regras de direito ou como indicadores de estruturas sociais; mas como técnicas que têm sua especificidade no campo mais geral dos outros processos de poder. Adotar em relação aos castigos a perspectiva da tática política.
> 3) Em lugar de tratar a história do direito penal e a das ciências humanas como duas séries separadas cujo encontro teria sobre uma ou outra, ou sobre as duas talvez, um efeito, digamos, perturbador ou útil, verificar se não há uma matriz comum e se as duas não se originam de um processo de formação 'epistemológico-jurídico'; em resumo, colocar a tecnologia do poder no princípio tanto da humanização da penalidade quanto do conhecimento do homem.
> 4) Verificar se esta entrada da alma no palco da justiça penal, e com ela a inserção na prática judiciária de todo um saber 'científico', não é o efeito de uma transformação na maneira como o próprio corpo é investido pelas relações de poder. (FOUCAULT, 1999c, p. 23-24)

- T151 fez citação adentrada desse extenso segmento para se apropriar das palavras de “V&P”. Considerou que não haveria melhor maneira de redizer o já dito. Utiliza a citação para passar a palavra. Não há descontextualização;

> 4) [...] o corpo também está diretamente mergulhado num campo político; as relações de poder têm alcance imediato sobre ele; elas o investem, o marcam, o dirigem, o supliciam, (FOUCAULT, 1999c, p. 25)

- T050 utilizou o segmento como citação com aspas mas acrescentou e retirou palavras. Trocou ainda “supliciam” por “suplicam” que altera o sentido. Em “V&P” este segmento descreve os estudos relativos ao corpo e como esses estudos contribuem para as relações de poder sobre o corpo. A autora da tese descreveu uma cena escolar em que o estudante foi submetido ao suplício pelas autoridades escolares. Embora o contexto seja diferente, o segmento foi utilizado na tese como uma metáfora e as palavras de “V&P” serviram para validar a ideia que vinha sendo desenvolvida;

> 5) [...] sujeitam-no a trabalhos, obrigam-no a cerimônias, exigem-lhe sinais. (FOUCAULT, 1999c, p. 25)

- T163 realizou uma paráfrase juntamente com o segmento alegando que o poder e a norma causam suplícios ao corpo grávido, ao passo que “V&P” utiliza o segmento para discorrer sobre como os condenados eram obrigados a trabalhar. Contextos diferentes;

> 6) [...] calculada, organizada, tecnicamente pensada, pode ser sutil, não fazer uso de armas nem do terror, e no entanto continuar a ser de ordem física. Quer dizer que pode haver um "saber" do corpo que não é exatamente a ciência de seu funcionamento, e um controle de suas forças que é mais que a capacidade de vencê-las: esse saber e esse controle constituem o que se poderia chamar a tecnologia política do corpo. Essa tecnologia é difusa, claro, raramente formulada em discursos contínuos e sistemáticos; compõe-se muitas vezes de peças ou de pedaços; utiliza um material e processos sem relação entre si. (FOUCAULT, 1999c, p. 26)

- T163 apresentou um parágrafo produzido por uma colagem do segmento trocando a ordem das sentenças alternando entre paráfrase e citação entre aspas. A autora discorreu sobre a humanização do parto no parágrafo anterior ao passo que em

"V&P" o segmento trata de como os condenados são obrigados a trabalhar sem que violência seja aplicada. Contextos diferentes;

> 7) O que significa que essas relações aprofundam-se dentro da sociedade, que não se localizam nas relações do Estado com os cidadãos ou na fronteira das classes e que não se contentam em reproduzir ao nível dos indivíduos, dos corpos, dos gestos e dos comportamentos, a forma geral da lei ou do governo. (FOUCAULT, 1999c, p. 26)

- T090 realizou deslocamento de aspas colocando apenas parte do segmento entre aspas como citação. A autora da tese utiliza-se de polissemia ao descrever o poder do estado sobre o cidadão e encerra sua ideia com a citação de "V&P" para validar sua ideia. Não houve descontextualização;

> 8) [...] deixa imaginar que só pode haver saber onde as relações de poder estão suspensas e que o saber só pode desenvolver-se fora de suas injunções, (FOUCAULT, 1999c, p. 27)

- T127 utilizou o segmento como citação com aspas para validar e concluir uma ideia que vinha desenvolvendo sobre as relações poder-saber em relação à verdade. "V&P" introduz o segmento dizendo ser preciso "renunciar a essa tradição" ao passo que a autora disse que seria preciso "deixar de pensar nisso". Embora num contexto maior "V&P" esteja tratando da relação poder-saber (micropoderes) a autora transportou a ideia para tratar do estabelecimento da verdade. Os contextos são diferentes e não se trata de metáfora – aproveitou as palavras de "V&P" para validar sua ideia;

> 9) [...] Temos antes que admitir que o poder produz saber (e não simplesmente favorecendo-o porque o serve ou aplicando-o porque é útil); que poder e saber estão diretamente implicados; que não há relação de poder sem constituição correlata de um campo de saber, nem saber que não suponha e não constitua ao mesmo tempo relações de poder. (FOUCAULT, 1999c, p. 27)

- T090 utilizou o segmento como citação adentrada, contudo suprime a terceira palavra "não" do segmento o que altera drasticamente o sentido do segmento, que passa a informar que "não há saber que suponha e constitua"... Tornou o sentido oposto ao pretendido em "V&P"; e T127 utilizou o segmento como citação com aspas para validar e concluir uma ideia que vinha desenvolvendo sobre as relações

poder-saber em relação à verdade. Embora este segmento de "V&P" trate de relação poder-saber a autora utilizou para comprovar o estabelecimento da verdade nessa mesma relação. Os contextos são diferentes e não se trata de metáfora – aproveitou as palavras de "V&P" para validar uma ideia que vinha desenvolvendo;

> 10) Essas relações de 'poder-saber' não devem então ser analisadas a partir de um sujeito do conhecimento que seria ou não livre em redação ao sistema do poder; (FOUCAULT, 1999c, p. 27)

- T127 alterou a introdução do segmento para "as relações de poder-saber não podem ser analisadas" e iniciou as aspas em "a partir". Dessa forma utilizou-se de deslocamento de aspas em citação e utiliza uma paráfrase seguida de citação passando em parte a palavra a "V&P" como forma de validar a ideia que vinha desenvolvendo. No parágrafo anterior a autora citou a introdução do assunto com citação de "V&P" e iniciou o parágrafo com "Este é o motivo pelo qual..." seguido da citação seguinte de "V&P". Na prática não houve opinião da autora que simplesmente passou de forma "discreta" a palavra a "V&P";

> 11) [...] o sujeito que conhece, os objetos a conhecer e as modalidades de conhecimentos são outros tantos efeitos dessas implicações fundamentais do poder-saber e de suas transformações históricas. Resumindo, não é a atividade do sujeito de conhecimento que produziria um saber, útil ou arredio ao poder, mas o poder-saber, os processos e as lutas que o atravessam e que o constituem, que determinam as formas e os campos possíveis do conhecimento. (FOUCAULT, 1999c, p. 27)

- T091 e T127 recortaram o segmento e o vincularam ao conceito de *poder e saber* e procuraram evitar colocá-lo em destaque de citação adentrada de forma a não trazê-lo a um destaque tipográfico como ocorre quando se usa citação adentrada;

> 12) Não se deveria dizer que a alma é uma ilusão, ou um efeito ideológico, mas afirmar que ela existe, que tem uma realidade, que é produzida permanentemente, em torno, na superfície, no interior do corpo pelo funcionamento de um poder que se exerce sobre os que são punidos - de uma maneira mais geral sobre os que são vigiados, treinados e corrigidos, sobre os loucos, as crianças, os escolares, os colonizados, sobre os que são fixados a um aparelho de produção e controlados durante toda a existência. Realidade histórica dessa alma, que, diferentemente da alma representada pela teologia cristã, não nasce faltosa e merecedora de castigo, mas nasce antes de procedimentos de punição, de vigilância, de castigo e de coação. (FOUCAULT, 1999c, p. 28)

- T032 e T163 seccionaram o texto utilizando [...] para eliminar os trechos que não interessavam à sua análise e para reduzir o tamanho do texto citado; a T032 utilizou o segmento em citação adentrada com [...] para indicar lacuna. Fez referência a obra em espanhol mas o segmento é da tradução para o português. O autor discutiu a constituição da "alma" moderna e passou a palavra a "V&P" em uma longa citação, em seguida mudou de assunto; a T163 tratou da alma pelo olhar do cristianismo, ao passo que "V&P" neste segmento apresenta a alma como o efeito da sujeição do homem no domínio sobre o corpo. Contextos diferentes;

> 13) [...] o elemento onde se articulam os efeitos de um certo tipo de poder e a referência de um saber, a engrenagem pela qual as relações de poder dão lugar a um saber possível, e o saber reconduz e reforça os efeitos de poder. (FOUCAULT, 1999c, p. 28)

- T090 discutiu na tese a ideia de alma conforme apresentada pelo cristianismo ao passo que "V&P" nesse segmento apresenta a alma como o efeito da sujeição do homem no domínio sobre o corpo e não cita o cristianismo. Contextos diferentes, mas se utiliza de "V&P" para validar sua ideia;

> 14) Sobre essa realidade-referência, vários conceitos foram construídos e campos de análise foram demarcados: psique, subjetividade, personalidade, consciência, etc.; sobre ela técnicas e discursos científicos foram edificados; a partir dela, valorizaram-se as reivindicações morais do humanismo. (FOUCAULT, 1999c, p. 28-29)

- T032 utilizou o segmento em citação adentrada com [...] para indicar lacuna. Fez referência a obra em espanhol mas o segmento é da tradução para o português. O autor discutiu a constituição da "alma" moderna e passou a palavra a "V&P" em uma longa citação, em seguida mudou de assunto;

> 15) [...] uma peça no domínio exercido pelo poder sobre o corpo. (FOUCAULT, 1999c, p. 29)

- T100 utilizou apenas um pequeno segmento de "V&P" para validar toda uma argumentação sobre o biopoder. Apresentou a citação entre aspas e continuou a argumentação. Não encerrou o assunto com a citação, utilizou-a para contribuir ao que já vinha discutindo; e,

> 16) A alma, efeito e instrumento de uma anatomia política; a alma, prisão do corpo. (FOUCAULT, 1999c, p. 29)

- T090 discutiu na tese a ideia de alma conforme apresentada pelo cristianismo ao passo que nesse segmento "V&P" apresenta a alma como o efeito da sujeição do homem no domínio sobre o corpo e não cita o cristianismo. Os contextos são diferentes e a autora da tese se utiliza de "V&P" para validar sua ideia.

Do cotejamento dos segmentos de "O corpo dos condenados" verifiquei quais foram estratégias e práticas utilizadas pelos autores das teses na apropriação por meio da utilização dos segmentos de "V&P" os quais registrei abaixo indicando em quais segmentos ocorreram:

- Cópia de segmento de "V&P" sem indicação de ter sido retirado da obra [segmento 1];
- Utilização de segmento de "V&P" mesmo que fora de contexto como forma a validar as ideias do autor da tese [segmentos 1, 4, 5, 12, 13 e 16];
- Exclusão, inclusão, alteração ou substituição de palavras do segmento citado de forma a forçar a validação das ideias [segmentos 4 e 9];
- Utilização de citação para passar a palavra a "V&P" encerrando o assunto com a citação sem emitir opinião ou juízo de valor sobre o assunto [segmentos 2, 3, 7, 9 e 10];
- Apresentação de citação curta entre aspas de forma a contribuir, além de validar, as ideias que vinham sendo discutidas. Nesse contexto a citação aparece em meio de parágrafo [segmento 15];
- Produção de parágrafo construído totalmente de segmentos de "V&P" sem que os segmentos estejam necessariamente na sequência que aparecem na obra [segmentos 6 e 11];
- Deslocamento de aspas - incluindo dentro das aspas apenas uma parte do segmento citado [segmentos 7 e 10]; e,
- Aplicação de segmento de "V&P" indicando ser de outra obra [segmentos 12 e 14].

Após realizar o cotejamento dos segmentos utilizados pela tese que mais utilizou de segmentos de "V&P", dos segmentos coincidentes citados em mais de uma tese, dos segmentos utilizados na parte mais citada, O panoptismo, e na segunda parte mais citada, O corpo dos condenados, examinei as demais citações (Anexo C) em busca de outras formas e estratégias de apropriação de "V&P" através do uso de citações e que não tivessem sido constatadas nos

cotejamentos realizados. Não observei nenhuma nova forma ou estratégia empregadas pelos autores das teses.

Observei também que, a prática identificada no resultado de análise das dissertações e teses produzidas no Programa de Pós Graduação em Educação do Centro de Ciências Humanas e Sociais da UFMS:

> Há forte tendência de constar nos relatórios procedimentos de análise documental, configurados por arquivos que tomam como referência um momento presente, enquanto um resgate e interlocução com o passado, estabelecendo processos de desvelamento das condições históricas que conduziram a emergência na atualidade de diferentes discursos chegando até a condição de acontecimento, fazendo assim, a distinção entre a percepção ou a sensibilidade que demarca o próprio movimento de investigação e a identificação do próprio objeto. (OSÓRIO e LEÃO, 2013, p. 30)

Foi também recorrente a utilização de citações de "V&P" nas teses estudadas para estabelecer esta interlocução do presente com o passado, principalmente quando os objetos da pesquisa foram as instituições.

Nas considerações a seguir, compilarei os resultados da pesquisa sobre a utilização de Foucault na produção científica em educação a partir de teses de doutorado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: EPÍTOME SOBRE O PERCURSO E ALGUNS RESULTADOS DA PESQUISA

Foram aqui reunidos os resultados da pesquisa sobre a utilização de Foucault na produção científica em educação a partir de teses de doutorado e foram tecidas algumas considerações possíveis reorganizadas e destacadas a seguir.

Ficou demonstrado que a obra "V&P" foi a mais citada de Foucault nos relatórios de tese estudados e que sua apropriação se deu por meio de diversas estratégias adotadas pelos autores na inclusão dos excertos, que por mais que exaustivamente discutidos pelos teóricos de Foucault, serão repisados a seguir para dar sustentação aos propósitos dos resultados da pesquisa.

A obra "V&P" foi a que mais teve socialização no Brasil, influenciando nas leituras das diferentes áreas de conhecimento, pois privilegia os imperativos institucionais através do estudo dos movimentos históricos, apresentando elementos conflitantes relacionados às possibilidades de análise do estado, das políticas e de diferentes objetos de estudo, principalmente no momento em que se permite estabelecer várias questões como as formas de regularização que permeiam as práticas sociais em constante busca por anormalidades, demarcando uma possibilidade de analisar um estado ou estágio alcançado em um determinado período pelos indivíduos, em uma dada sociedade, cujo exercício do autor é compreender artefatos regulatórios que sempre buscam métodos e condutas de domínios e preservação de usos e de costumes desses indivíduos.

Essa obra de Foucault permite reflexões sobre diferentes instituições, como estado, presídios, hospícios, hospitais, justiça, movimentos sociais, partidos políticos e políticas, entre outros espaços sociais que sempre lidam com privações, disciplinas e correções. Visando o estabelecimento de instrumentos de poder e saber, para explorar o indivíduo pelas diferentes formas de repressão, caminhando para uma prática de si. Cada um é recolocado em lugar distinto de sofrimento, de padecimento, de exame e de violências.

É também fundamental observar que, nos relatórios de teses analisados, fica patente a vinculação estabelecida entre "V&P" e as relações de poder nas instituições, mesmo que Foucault não tenha apresentado em suas obras, uma teoria do poder, mas se dedica à sua análise, em grande parte histórica, sobre as formas de se lidar com as relações de poder. Os relatórios

de teses buscam em “V&P” esses exemplos históricos como metáforas e paradigmas da exploração dos espaços de isolamento, do suplício e do exame. Por meio da obra pontuam o papel das instituições como sendo esses espaços do isolamento representados pelos objetos estudados, tais como o asilo, a clínica, os hospitais, as escolas e os próprios presídios, que trazem para si o sentido das fortalezas prisionais da era dos suplícios e que infligem rituais codificados de sujeição e do exame.

Outro aspecto, também recorrente nos trabalhos analisados, diz respeito à história política do corpo, tendo como objetivo mostrar sua constante sujeição e utilização econômica, que tornam possível seu funcionamento como força de trabalho. Os textos dos relatórios de tese remetem aos saberes sobre o corpo e sobre os controles de suas forças que constituem o que Foucault denomina “tecnologia política do corpo”, sendo esse exercício, sempre institucional, lidando com arquivos das práticas das leis penais aplicadas aos sentenciados, especialmente em relação às técnicas e métodos empregados para fazer com que os prisioneiros confessassem e pagassem pelos seus crimes, além de descrever a vida dos condenados nas cadeias.

Em “V&P”, Foucault cita que a estratégia para extrair a verdade do criminoso é conduzi-lo ao suplício, recorrendo a métodos de tortura do corpo e conduzindo às sentenças, sendo esta, uma das temáticas exploradas pelas subáreas políticas e história da educação nas instituições que nelas se projetam, na tentativa de realizar uma historiografia não convencional, porém retratam velhas estratégias, utilizando novas tecnologias para o exercício do suplício.

Entretanto, nos exemplos trazidos pelos relatórios das teses, o castigo não recai exatamente no uso do corpo do condenado, mas essencialmente sobre sua alma através de subjetividades, subjetivações e objetividades. As ilustrações trazidas de “V&P” servem, não apenas como exemplos, mas para demonstrar como as relações de poder passam a penetrar nas consciências de todos os indivíduos institucionalizados, acrescido do fato do corpo permanecer sempre vigiado mesmo que não tenha sido sentenciado ou punido.

Os autores das teses ganham também o respaldo de “V&P” nas análises que produzem sobre o comprometimento dos limites da individualidade na liberdade de cada um. Fica mais evidenciado quando se relacionam a questionamentos das instituições nas teses que discutem o papel das instituições, que deixam de ser espaços determinados com finalidades especificas, mas passam a ser uma forma de construção de individualidades que conduzem à fragilização do sujeito, que ocorrem através dos medos e das angustias. Baseados nos relatos de Foucault sobre a história dos condenados em que é possível projetar a realidade atual pelas diferentes formas de poder coercitivo, explicitando privações de direitos, de cidadania e os mecanismos

de controle social pelos dispositivos religiosos, econômicos e culturais exigindo nova forma de adequação de cada sujeito.

Quanto aos aspectos metodológicos formais, espelhei-me no detalhe de resultados quantitativos ao observar a frequência com que "V&P" era citada e referenciada pelos estudiosos da área de educação e, auxiliado por alguns instrumentos de análise linguística de *corpus*, pude identificar que a expressão educação vinha sendo empiricamente lida por interlocução com vários autores. Embora eu não tenha lidado com definições ou conceitos abordados, foquei nos métodos específicos de análise.

Discorri sobre a escolha e sobre os mecanismos utilizados para busca do *corpus* de análise para investigação da hipótese. A busca resultou na identificação 236 teses da área de Educação que tratam de Foucault, relacionadas no BTC, e na obtenção de 34 teses de doutorado em formato digital "baixadas" pelo Portal Domínio Público. Com as informações coletadas, comparei o quantitativo de teses produzidas, com o quantitativo de teses disponibilizadas *online* e realizei a estatística da produção dessas teses por ano, por instituição, e por região.

Examinei as teses em busca de referências às obras de Foucault e inventariei todas as suas obras referenciadas nas teses confirmando a hipótese que "V&P" é a obra de Foucault mais referenciada na área da educação no Brasil ocorrendo em 79% das teses da área da educação. Essa constatação, realizada com base na regularidade da sua ocorrência, levou à busca para solução da problemática da tese: saber como Foucault foi apropriado pela área da Educação no Brasil.

Ao verificar as formas de apropriação, que se deram por meio da realização de citações. Busquei, nas teses, todas as citações (segmentos de texto) de "V&P" para realizar o cotejamento de seu uso. O período de recorte foi de 2005 a 2010, e abrangeu a totalidade das teses disponíveis no Portal Domínio Público, sendo que 27 teses se utilizaram de alguma forma de referência a "V&P". A regularidade das citações comprovou que as partes mais citadas de "V&P" foram: "O panoptismo", "O corpo dos condenados", "O exame" e "Os corpos dóceis", todas com pelo menos 10 citações em cada.

Observou-se também que as subáreas: Políticas Educacionais e História da Educação foram as que mais utilizaram de segmentos de "V&P" para desenvolver suas teses. O cotejamento das formas de utilização das citações levantou que as expressões mais comuns para introduzir a citação foram: "segundo [autor]", "de acordo com [autor]" e "conforme [autor]"; e a expressão "perspectiva foucaultiana" foi a mais recorrente para introduzir referências.

O cotejamento das formas e estratégias recorrentes utilizadas para apropriação de "V&P" nas teses da área de educação no Brasil permitiu também observar que as tentativas de interlocução com a obra recaíram com incidência significativa nas temáticas de políticas e de história da educação nas instituições, adotando formas diferenciadas de leitura, ao mesmo tempo as próprias teses não estabeleceram elementos que permitissem explicar essas formas de apropriação.

Formalmente as apropriações se apresentaram como citações entre aspas, citações adentradas e citações em notas de rodapé. Contudo, nem todas as citações foram fiéis ao original ou mantiveram o rigor acadêmico e foram observadas as seguintes recorrências:

- Utilização segmentos de "V&P" sem indicar que seriam citação (Cópia);
- Utilização de segmentos de "V&P" como se fossem paráfrase;
- Utilização incorreta das referências indicando segmentos de outras obras como sendo de "V&P";
- Utilização incorreta das referências indicando segmentos citados de "V&P" como sendo de outras obras;
- Alteração de algumas palavras citadas de "V&P" para fazer com que a citação coubesse no contexto da tese;
- Utilização de parte da citação de "V&P" fora das aspas (deslocamento de aspas) dando impressão que parte do texto é do autor da tese;
- Bricolagem de segmentos de "V&P" formando um novo texto (até parágrafos inteiros) sem que o autor da tese utilizasse suas próprias palavras;
- Seccionamento de citações extensas de forma a incorporá-las ao parágrafo sem necessidade de realizar citação adentrada;
- Alteração ou descontextualização da citação mudando o sentido do texto de "V&P";
- Referência ao fato histórico descrito em "V&P", como forma de ilustração ou metáfora, comparando-o com uma ocorrência contemporânea diversa daquela apresentada em "V&P";
- Inserção da citação de "V&P" ao final de um assunto discutido na tese como forma de legitimar a ideia do autor;
- Inserção de frase ou expressão retirada de "V&P" utilizada como clichê, dispensando debates ou desenvolvimento da análise do tema; e,
- Citação de palavras de autor citado em "V&P" como se fossem palavras de Foucault.

As recorrências observadas no modo de tratar as citações de “V&P” aparentaram transmitir hesitação por parte dos autores que se viam em meio aos intensos debates suscitados pelo uso dos postulados de Foucault. Encontrando a rejeição de alguns e a paixão de outros. Dessa forma compreendo que a insegurança dos autores das teses, por se sentirem como que trilhando areias movediças epistemológicas, em apoio à perspectiva foucaultiana, se apropriassem das ideias de “V&P” da maneira mais velada possível, conferindo aos textos retirados da obra, o menor destaque possível sem chamar para si os debates que porventura ensejassem -- por conseguinte, levando ao apagamento de Foucault como autor, no mesmo processo descrito por ele próprio, ao discorrer sobre o que é um autor.

As leituras e pesquisas realizadas para as elucidações apontadas no bojo deste trabalho produziram ideias e evidências que suscitam continuar investigando, trilhando pelos múltiplos desdobramentos que cada resposta produz. Tal qual a utopia que surge como um horizonte, que ao aproximarmo-nos dois passos se afasta os mesmos dois passos. Se corremos mais dez passos, este novamente se afastará. Por mais que caminhemos, jamais alcançaremos o horizonte. -- Para que então serve a utopia? – foi indagado de um sábio, certa vez. -- Serve justamente para isso. Serve para nos fazer caminhar.[25]

Uma tese, contudo, precisa terminar. Pauso aqui a minha caminhada para olhar para trás e refletir sobre os passos já trilhados, sem deixar, é claro, de contemplar o horizonte fugidio.

[25] Inspirado em “Palabras andantes” de Eduardo Galeano”.

REFERÊNCIAS

ARAGON, Louis. ***La mise à mort***. Paris: Gallimard, 1965.

CASTRO, Edgardo. **Vocabulário de Foucault:** um percurso pelos seus temas, conceitos e autores. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

CHAUCER, Geoffrey. **Os contos de Cantuária.** [Trad. Paulo Vizioli]. São Paulo: T. A. Queiroz, 1988.

COLERIDGE, Samuel T. **Christabel: Kubla Khan, a vision: the pains of sleep**. Londres: William Bulmer and CO. Cleveland-Row, 1816.

COMPAGNON, Atoine. **O trabalho da citação**. [Trad. Cleonice P. B. Mourão] Belo Horizonte: Editora UFMG, 1996.

DEFERT, Daniel e Ewald, François. ***Dits et écrits*.** v. I-IV. Paris: Gallimard, 1994.

DELEUZE, Gilles. *Nietzsche et la philosophie*. Paris: Presses Universitaires de France, 1962, In: COMPAGNON, Atoine. **O trabalho da citação**. [Trad. Cleonice P. B. Mourão] Belo Horizonte: Editora UFMG, 1996.

DREYFUS, Hubert L.; RABINOW, Paul. **Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

FOUCAULT, M. **A Arqueologia do saber**. 6. ed. [Trad. Luiz F. B. Neves]. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

FOUCAULT, M. **As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas**. 8. ed. [Trad. Salma Tannus Muchail]. São Paulo: Martins Fontes, 1999a.

FOUCAULT, M. **Ditos e escritos** III. Estética: literatura e pintura, música e cinema. 3. ed. [Trad. Inês Autran Dourado Barbosa] Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade** 1. Ed. Graal - RJ, 1985.

FOUCAULT, M. ***Histoire de la sexualité II, l'usage des plaisirs*.** Paris: Gallimard, 1984a.

FOUCAULT, M. ***Histoire de la sexualité III, le souci de soi*.** Paris: Gallimard, 1984b.

FOUCAULT, M. ***Le pouvoir psychiatrique.*** *Cours au Collège de France*, 1973-1974. Paris: Seuil/Gallimard, 2003.

FOUCAULT, M. ***Les anormaux.*** *Cours au Collège de France*, 1974-1975. Paris: Gallimard, 1999b.

FOUCAULT, M. *Les Mots et les Choses: Une archéologie des sciences humaines*. Paris: Seuil, 1966.

FOUCAULT, M. *L'Herméneutique du sujet*. Paris: Seuil, 2001.

FOUCAULT, M. *Maladie mentale et personnalité***.** Paris: PUF, 1954.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Trad. e Org. de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1979

FOUCAULT, M. *Surveiller et punir, naissance de la prison***.** Paris: Gallimard, 1975.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir, nascimento da prisão.** 8. ed. [Trad. Raquel Ramalhete]. Petrópolis: Editora Vozes, 1999c.

GUERRA, Vânia M. L. e NOLASCO, Edgar C. (Orgs.). **Michel Foucault: entre o passado e o presente, 30 anos de (des)locamentos**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2015.

GRAFTON, Anthony. **As origens trágicas da erudição: pequeno tratado sobre a nota de rodapé**. Campinas, SP: Papirus, 1998.

HALLIDAY, M.A.K. "*Language Structure and Language Function*". In: LYONS, J. ***New Horizons in Linguistics***, Penguin Books, London, 1970.

MONTAIGNE, Michel de. *Oeuvres completes - Essais I, II, III***.** Paris: La Pléiade, 1962.

MORE, Sir Thomas. **Utopia.** ed. e trad. Robert M. Adams, New York: W.W. Norton & Company Inc., 1975.

OSÓRIO, A. C. do N. (Org.). **Diálogos em Foucault**. Campo Grande: Oeste, 2010. v.1. 264 p.

OSÓRIO, A. C. do N. Diálogos em Michel Foucault: a produção científica na educação especial. In MENDES, Enicéia G. e ALMEIDA, Maria A. (Orgs.). **Educação especial inclusiva: legados históricos e perspectivas futuras**. São Carlos: Marquezine & Manzini: ABPEE, 2015. p. 33-54.

OSÓRIO, A. C. do N. e LEÃO, T. C. L. O referencial foucaultiano na pesquisa: análise das dissertações e teses produzidas no PPGEdu/UFMS. In. OSÓRIO, A. C. do N. (Org.). **Poderes e saberes: corpus em educação**. Campo Grande, MS: Ed. Oeste, 2013. p. 17-38.

OSÓRIO, Alda M. do N. e VIÉGAS, Lilian M. D. C. **Uma possibilidade para a superação das dificuldades na aprendizagem da língua escrita: o texto e sua reescrita**. Anais 32 Reunião da ANPED, 2009.

ORLANDI, E. L. P. **Segmentar ou recortar**. In: Lingüística: questões e controvérsias. Uberaba, 1984. p. 9-26. (Série Estudos, 10).

PEREIRA, Marcos Villela. A escrita acadêmica: do excessivo ao razoável. **Rev. Bras. Educ**., Rio de Janeiro, v. 18, n. 52, p. 213-244, Mar. 2013. Disponível em 12/1/2015 em: <http: //www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782013000100013&lng=en&nrm=isso>.

SINCLAIR, J. *Corpus, concordance, collocation*. Oxford: Orford University Press, 1991.

VIEIRA, Renata de Almeida; MACIEL, Lizete Shizue Bomura. **Fonte investigadora em Educação:** registros do banco de teses da CAPES Educação e Pesquisa 2007, 33 (maio-agosto): Disponível em 12/2/2014 em: <http: //www.redalyc.org/articulo.oa?id=29833212> ISSN 1517-9702.

WELSCH, Wolfgang. **Mudança estrutural nas ciências humanas: diagnóstico e sugestões**. Educação, Porto Alegre, PUCRS, ano XXX, n. 2 (62), p. 237-258, maio/ago. 2007.

Ficha Catalográfica

SANTEE, Daniel Derrel

Foucault: ferramentas na produção científica em educação: um olhar a partir das teses de doutorado. / Daniel Derrel Santee. – Campo Grande, MS, 2016.

366 f.; 30cm

Orientador: Professor Doutor Antônio Carlos do Nascimento Osório.

Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Centro de Ciências Humanas e Sociais – Programa de Pós-graduação em Educação – Cursos de Mestrado e Doutorado.

1. Educação; 2. Michel Foucault; 3. Inventário; 4. Citações. I. OSÓRIO, Antônio Carlos do Nascimento. II. Título.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
CURSO DE DOUTORADO

DANIEL DERREL SANTEE

FOUCAULT: FERRAMENTAS NA PRODUÇÃO CIENTÍFICA EM EDUCAÇÃO: UM OLHAR A PARTIR DAS TESES DE DOUTORADO

VOLUME II
(ANEXOS)

CAMPO GRANDE/MS
2016

DANIEL DERREL SANTEE

FOUCAULT: FERRAMENTAS NA PRODUÇÃO CIENTÍFICA EM EDUCAÇÃO: UM OLHAR A PARTIR DAS TESES DE DOUTORADO

VOLUME II
(ANEXOS)

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação - Curso de Doutorado, do Centro de Ciências Humanas e Sociais, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Antônio Carlos do Nascimento Osório

CAMPO GRANDE/MS
2016

LISTA DE ANEXOS

ANEXO A – PLANILHA DE OCORRÊNCIAS DE REFERÊNCIAS ÀS OBRAS DE FOUCAULT 150

ANEXO B - RELATÓRIO DE DISTRIBUIÇÃO DAS CITAÇÕES NA OBRA VIGIAR E PUNIR 155

ANEXO C - RELATÓRIO DE DISTRIBUIÇÃO DAS CITAÇÕES DA OBRA VIGIAR E PUNIR NAS TESES 210

ANEXO A – PLANILHA DE OCORRÊNCIAS DE REFERÊNCIAS ÀS OBRAS DE FOUCAULT

		Textos citados nas Referências de autoria de Foucault	35	28	24	1	8	2	11	11	7	31	6	2	5	4	12	16	3	7	6	10	13	53	9	4	6	12	10	7	11	13	14	10	11	9
	223	Textos de outros autores nas Referências contendo o nome Foucault no título	23	10	8	1	15	0	4	13	1	21	0	1	3	6	1	10	0	5	4	7	8	8	2	2	0	2	4	12	0	10	22	12	6	2
	3160	Vezes em que o nome "Foucault" é usado no corpo da tese	348	117	165	36	85	12	108	28	43	206	68	36	37	24	85	120	0	68	31	107	104	245	20	14	91	80	150	55	35	271	128	115	97	31
	408	Vezes em que o nome "Foucault" é usado nas referências	33	14	12	2	21	1	5	14	6	28	2	3	5	7	3	27	3	8	7	12	28	13	4	4	6	13	9	18	1	14	43	24	14	4
	3568	Vezes em que o nome "Foucault" é usado Total	381	131	177	38	106	13	113	42	49	234	70	39	42	31	88	147	3	76	38	119	132	258	24	18	97	93	159	73	36	285	171	139	111	35
	34	**TEXTOS REFERENCIADOS / TESES ----------->**	**T124**	**T163**	**T100**	**T063**	**T185**	**T126**	**T160**	**T041**	**T218**	**T127**	**T057**	**T009**	**T023**	**T056**	**T091**	**T069**	**T072**	**T037**	**T029**	**T035**	**T110**	**T008**	**T020**	**T050**	**T151**	**T121**	**T200**	**T004**	**T201**	**T032**	**T090**	**T157**	**T224**	**T113**
79%	**27**	Vigiar e punir: nascimento da prisão	1	1	1			1	1	1	1	1	1	1		1	1			1	1		1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1			1
53%	**18**	A arqueologia do saber	1	1	1		1		1	1	1	1			1		1	1	1	1		1		1								1	1			1
50%	**17**	História da sexualidade I	1	1	1				1		1	1	1			1							1	1	1			1	1	1		1	1			1
44%	**15**	Microfísica do poder - 01. Verdade e poder			1			1		1	1	1	1				1				1	1	1		1			1	1		1			1		
41%	**14**	Curso do Collège de France - Em defesa da sociedade (1975-1976)	1	1	1				1								1						1	1		1	1		1	1	1	1	1			
38%	**13**	A ordem do discurso	1	1	1		1			1	1	1						1		1	1	1	1	1												
38%	**13**	Mf, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica - O sujeito e o poder	1	1	1							1	1		1					1			1	1								1	1	1	
35%	**12**	As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas	1	1		1						1			1		1	1	1					1				1						1	1
35%	**12**	Microfísica do poder - 17. A governamentalidade		1	1					1		1			1	1	1						1					1		1		1	1			
32%	**11**	História da sexualidade II	1	1	1		1					1					1							1				1	1				1			1
26%	**9**	Curso do Collège de France - A Hermeneutica do sujeito (1981-1982)	1									1						1		1			1	1							1			1	1	
24%	**8**	A verdade e as formas jurídicas		1	1				1												1	1	1	1	1		1								
24%	**8**	Curso do Collège de France - Os anormais (1974-1975)		1			1														1			1	1		1	1				1			
24%	**8**	Microfísica do poder - 12. Soberania e disciplina		1						1	1	1					1				1		1	1											
21%	**7**	(D&E V) 1984 - A ética do cuidado de si como prática de liberdade	1						1			1						1						1							1			1		
21%	**7**	História da sexualidade III	1				1					1								1							1							1	1
18%	**6**	(D&E III) 1969 - O que é um autor	1							1		1						1					1		1										
18%	**6**	Microfísica do poder - 02. Nietzsche, a genealogia e a história	1	1	1				1											1												1			
18%	**6**	Microfísica do poder - 09. Poder-corpo			1							1		1							1								1		1				
18%	**6**	Microfísica do poder - 14. O olho do poder		1	1											1							1	1	1										
18%	**6**	Microfísica do poder - 16. Sobre a história da sexualidade		1													1							1					1	1			1			
15%	**5**	(D&E II) 1984 - O que são as luzes?	1		1							1									1		1												
15%	**5**	(D&E V) 1984 - O cuidado com a verdade	1		1							1						1																		
15%	**5**	História da loucura (na idade clássica)					1																1					1		1					1
15%	**5**	Microfísica do poder - 04. Os intelectuais e o poder		1						1		1										1								1						

| | | |

	411	Textos citados nas Referências de autoria de Foucault	35	28	24	1	8	2	11	11	7	31	6	2	5	4	12	16	3	7	6	10	13	53	9	4	6	12	10	7	11	13	14	10	11	9
	223	Textos de outros autores nas Referências contendo o nome Foucault no título	23	10	8	1	15	0	4	13	1	21	0	1	3	6	1	10	0	5	4	7	8	8	2	2	0	2	4	12	0	10	22	12	6	2
	3160	Vezes em que o nome "Foucault" é usado no corpo da tese	348	117	165	36	85	12	108	28	43	206	68	36	37	24	85	120	0	68	31	107	104	245	20	14	91	80	150	55	35	271	128	115	97	31
	408	Vezes em que o nome "Foucault" é usado nas referências	33	14	12	2	21	1	5	14	6	28	2	3	5	7	3	27	3	8	7	12	28	13	4	4	6	13	9	18	1	14	43	24	14	4
	3568	Vezes em que o nome "Foucault" é usado Total	381	131	177	38	106	13	113	42	49	234	70	39	42	31	88	147	3	76	38	119	132	258	24	18	97	93	159	73	36	285	171	139	111	35
	34	**TEXTOS REFERENCIADOS / TESES ----------->**	**T124**	**T163**	**T100**	**T063**	**T185**	**T126**	**T160**	**T041**	**T218**	**T127**	**T057**	**T009**	**T023**	**T056**	**T091**	**T069**	**T072**	**T037**	**T029**	**T035**	**T110**	**T008**	**T020**	**T050**	**T151**	**T121**	**T200**	**T004**	**T201**	**T032**	**T090**	**T157**	**T224**	**T113**
9%	**3**	Resumo dos cursos do Collège de France - Segurança, território e população (1977-1978)			1							1																					1				
6%	**2**	(D&E II) 1970 - Theatrum philosophicum	1																					1												
6%	**2**	(D&E II) 1971 - Nietzsche, a Genealogia, a História																						1											1	
6%	**2**	(D&E II) 1972 - Retornar à história								1														1												
6%	**2**	(D&E III) 1966 - O pensamento do exterior																1																	1	
6%	**2**	(D&E IV) 1978 - A Sociedade Disciplinar em Crise															1							1												
6%	**2**	(D&E IV) 1980 - Mesa-redonda em 20 de Maio de 1978																				1		1												
6%	**2**	(D&E V) 1984 - Foucault	1																					1												
6%	**2**	(D&E V) 1984 - O retorno da moral	1															1																		
6%	**2**	Curso do Collège de France - O poder psiquiátrico (1973-1974)																						1								1				
6%	**2**	MF, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica - MF entrevistado por Dreyfus e Rabinow										1												1												
6%	**2**	Microfísica do poder - 11. Genealogia e poder			1																1															
6%	**2**	O Que é crítica? Qu'est-ce que la critique? Critique et Aufklarung										1			1																					
6%	**2**	Resumo dos cursos do Collège de France - A sociedade punitiva (1972-1973)																						1	1											
6%	**2**	Resumo dos cursos do Collège de France - Hermeneutica do sujeito (1981-1982)	1									1																								
6%	**2**	Resumo dos cursos do Collège de France - Nascimento da biopolítica (1978-1979)			1							1																								
6%	**2**	Resumo dos cursos do Collège de France - Teorias e instituições penais (1971-1972)			1							1																								
6%	**2**	Verdade e Subjetividade - in Revista de Comunicação e Linguagens			1							1																								
3%	**1**	(D&E I) 1957 - A Psicologia de 1850 a 1950																						1												
3%	**1**	(D&E I) 1961 - Prefácio (Folie et déraison)																						1												
3%	**1**	(D&E I) 1965 - Filosofia e Psicologia																						1												
3%	**1**	(D&E I) 1970 - Loucura, Literatura, Sociedade																						1												
3%	**1**	(D&E I) 1972 - Resposta a Derrida																						1												
3%	**1**	(D&E II) 1966 - O que é um filósofo?																						1												
3%	**1**	(D&E II) 1967 - As palavras e as imagens	1																																	

	411	Textos citados nas Referências de autoria de Foucault	35	28	24	1	8	2	11	11	7	31	6	2	5	4	12	16	3	7	6	10	13	53	9	4	6	12	10	7	11	13	14	10	11	9
	223	Textos de outros autores nas Referências contendo o nome Foucault no título	23	10	8	1	15	0	4	13	1	21	0	1	3	6	1	10	0	5	4	7	8	8	2	2	0	2	4	12	0	10	22	12	6	2
	3160	Vezes em que o nome "Foucault" é usado no corpo da tese	348	117	165	36	85	12	108	28	43	206	68	36	37	24	85	120	0	68	31	107	104	245	20	14	91	80	150	55	35	271	128	115	97	31
	408	Vezes em que o nome "Foucault" é usado nas referências	33	14	12	2	21	1	5	14	6	28	2	3	5	7	3	27	3	8	7	12	28	13	4	4	6	13	9	18	1	14	43	24	14	4
	3568	Vezes em que o nome "Foucault" é usado Total	381	131	177	38	106	13	113	42	49	234	70	39	42	31	88	147	3	76	38	119	132	258	24	18	97	93	159	73	36	285	171	139	111	35
	34	**TEXTOS REFERENCIADOS / TESES ----------->**	**T124**	**T163**	**T100**	**T063**	**T185**	**T126**	**T160**	**T041**	**T218**	**T127**	**T057**	**T009**	**T023**	**T056**	**T091**	**T069**	**T072**	**T037**	**T029**	**T035**	**T110**	**T008**	**T020**	**T050**	**T151**	**T121**	**T200**	**T004**	**T201**	**T032**	**T090**	**T157**	**T224**	**T113**
3%	**1**	(D&E II) 1967 - Sobre as maneiras de escrever a história																						1												
3%	**1**	(D&E II) 1968 - Sobre a Arqueologia das Ciências. Resposta ao Círculo de Epistemologia		1																																
3%	**1**	(D&E II) 1970 - A Posição de Cuvier na História da Biologia		1																																
3%	**1**	(D&E III) 1963 - A linguagem ao infinito	1																																	
3%	**1**	(D&E III) 1975 - A pintura fotogênica																1																		
3%	**1**	(D&E IV) 1974 - Da Natureza Humana: Justiça contra Poder																									1									
3%	**1**	(D&E IV) 1977 - Poder e saber			1																															
3%	**1**	(D&E IV) 1977 - Poderes e Estratégias																				1														
3%	**1**	(D&E IV) 1977 - Prefácio Anti-Édipo																								1										
3%	**1**	(D&E V) 1978 - A Evolução da Noção de "Indivíduo Perigoso" na Psiquiatria Legal do Século XIX																						1												
3%	**1**	(D&E V) 1978 - Sexualidade e política			1																															
3%	**1**	(D&E V) 1981 - Sexualidade e solidão	1																																	
3%	**1**	(D&E V) 1982 - O combate da castidade																						1												
3%	**1**	(D&E V) 1983 - O Uso dos Prazeres e as Técnicas de Si																1																		
3%	**1**	(D&E V) 1984 - Política e Ética: uma Entrevista																														1				
3%	**1**	(D&E V) 1988 - Verdade, poder e si mesmo	1																																	
3%	**1**	(D&E VI) 1980 - Conversa com Michel Foucault		1																																
3%	**1**	(D&E VI) 1981 - Da amizade como modo de vida																																	1	
3%	**1**	A Pintura de Manet - Le noir et la couleur - Conferência na Tunísia (1971)																1																		
3%	**1**	Como nace un "libro-experiencia" in KAMINSKY, El yo minimalista	1																																	
3%	**1**	Curso do Collège de France - Do governo dos vivos (1979-1980)																														1				
3%	**1**	Curso do Collège de France - La hermenéutica del sujeto (1981-1982)	1															x																		
3%	**1**	Da amizade como modo de vida (entrevista WEB)	1																																	
3%	**1**	Doença mental e psicologia																						1												
3%	**1**	El yo minimalista y otras conversaciones										1																								

| | | |

MICHEL FOUCAULT

VIGIAR E PUNIR

NASCIMENTO DA PRISÃO

Tradução de Raquel Ramalhete

29ª Edição

EDITORA VOZES
Petrópolis 2004

Sumário

Primeira Parte
SUPLÍCIO
CAP. I - O CORPO DOS CONDENADOS, 9
CAP. II - A OSTENTAÇÃO DOS SUPLÍCIOS, 30
NOTAS, 57

Segunda Parte
PUNIÇÃO
CAP. I - A PUNIÇÃO GENERALIZADA, 63
CAP. II - A MITIGAÇÃO DAS PENAS, 87
NOTAS, 109

Terceira Parte
DISCIPLINA
CAP. I - OS CORPOS DÓCEIS, 117
A arte das distribuições, 121
O controle da atividade, 127
A organização das gêneses, 132
A composição das forças, 137
CAP. II - OS RECURSOS PARA O BOM ADESTRAMENTO, 143
A vigilância hierárquica, 143
A sanção normalizadora, 148
O exame, 154
CAP. III - O PANOPTISMO, 162
NOTAS, 188

Quarta Parte
PRISÃO
CAP. I - INSTITUIÇÕES COMPLETAS E AUSTERAS, 195
CAP. II - ILEGALIDADE E DELINQUÊNCIA, 215
CAP. III - O CARCERÁRIO, 243
NOTAS, 255

Primeira Parte
SUPLÍCIO

Capítulo I
O corpo dos condenados

[Damiens fora condenado, a 2 de março de 1757], a pedir perdão publicamente diante da porta principal da Igreja de Paris [aonde devia ser] levado e acompanhado numa carroça, nu, de camisola, carregando uma tocha de cera acesa de duas libras; [em seguida], na dita carroça, na praça de Greve, e sobre um patíbulo que aí será erguido, atenazado nos mamilos, braços, coxas e barrigas das pernas, sua mão direita segurando a faca com que cometeu o dito parricídio, queimada com fogo de enxofre, e às partes em que será atenazado se aplicarão chumbo derretido, óleo fervente, piche em fogo, cera e enxofre derretidos conjuntamente, e a seguir seu corpo será puxado e desmembrado por quatro cavalos e seus membros e corpo consumidos ao fogo, reduzidos a cinzas, e suas cinzas lançadas ao vento.(1)

Finalmente foi esquartejado [relata a Gazette d'Amsterdam].(2) Essa última operação foi muito longa, porque os cavalos utilizados não estavam afeitos à tração; de modo que, em vez de quatro, foi preciso colocar seis; e como isso não bastasse, foi necessário, para desmembraras coxas do infeliz, cortar-lhe os nervos e retalhar-lhe as juntas...

Afirma-se que, embora ele sempre tivesse sido um grande praguejador, nenhuma blasfêmia lhe escapou dos lábios; apenas as dores excessivas faziam-no dar gritos horríveis, e muitas vezes repetia: "Meu Deus, tende piedade de mim; Jesus, socorrei-me". Os espectadores ficaram todos edificados com a solicitude do cura de Saint-Paul que, a despeito de sua idade avançada, não perdia nenhum momento para consolar o paciente.

[O comissário de polícia Bouton relata]: Acendeu-se o enxofre, mas o fogo era tão fraco que a pele das costas da mão mal e mal sofreu. Depois, um executor, de mangas arregaçadas acima dos cotovelos, tomou umas tenazes de aço preparadas ad hoc, medindo cerca de um pé e meio de comprimento, atenazou-lhe primeiro a barriga da perna direita, depois a coxa, daí passando às duas partes da barriga do braço direito; em seguida os mamilos. Este executor, ainda que forte e robusto, teve grande dificuldade em arrancar os pedaços de carne que tirava em suas tenazes duas ou três vezes do mesmo lado ao torcer, e o que ele arrancava formava em cada parte uma chaga do tamanho de um escudo de seis libras.

Depois desses suplícios, Damiens, que gritava muito sem contudo blasfemar, levantava a cabeça e se olhava; o

12 ▲

ferocidade de que todos queriam vê-los afastados, mostrando-lhes a freqüência dos crimes, fazendo o carrasco se parecer com criminoso, os juizes aos assassinos, invertendo no último momento os papéis, fazendo do supliciado um objeto de piedade e de admiração. Beccaria há muito dissera:

O assassinato que nos é apresentado como um crime horrível, vemo-lo sendo cometido friamente, sem remorsos.(7)

A execução pública é vista então como uma fornalha em que se acende a violência.

A punição vai-se tornando, pois, a parte mais velada do processo penal, provocando várias conseqüências: deixa o campo da percepção quase diária e entra no da consciência abstraia; sua eficácia é atribuída à sua fatalidade não à sua intensidade visível; a certeza de ser punido é que deve desviar o homem do crime e não mais o abominável teatro; a mecânica exemplar da punição muda as engrenagens. Por essa razão, a justiça não mais assume publicamente a parte de violência que está ligada a seu exercício. O fato de ela matar ou ferir já não é mais a glorificação de sua força, mas um elemento intrínseco a ela que ela é obrigada a tolerar e muito lhe custa ter que impor. As caracterizações da infâmia são redistribuídas: no castigo-espetáculo um horror confuso nascia do patíbulo; ele envolvia ao mesmo tempo o carrasco e o condenado: e se por um lado sempre estava a ponto de transformar em piedade ou em glória a vergonha infligida ao supliciado, por outro lado, ele fazia redundar geralmente em infâmia a violência legal do executor. Desde então, o escândalo e a luz serão partilhados de outra forma; é a própria condenação que marcará o delinqüente com sinal negativo e unívoco: publicidade, portanto, dos debates e da sentença; quanto à execução, ela é como uma vergonha suplementar que a justiça tem vergonha de impor ao condenado; ela guarda distância, tendendo sempre a confiá-la a outros e sob a marca do sigilo. É indecoroso ser passível de punição, mas pouco glorioso punir. Daí esse duplo sistema de proteção que a justiça estabeleceu entre ela e o castigo que ela impõe. A execução da pena vai-se tornando um setor autônomo, em que um mecanismo administrativo desonera a justiça, que se livra desse secreto mal-estar por um enterramento burocrático da pena. É um caso típico na França que a administração das prisões por muito tempo ficou sob a dependência do ministério do Interior, e a dos trabalhos forçados sob o controle da Marinha e das Colônias. E acima dessa distribuição dos papéis se realiza a negação teórica: o essencial da pena que nós, juizes, infligimos não creiais que consista em punir; o essencial é procurar corrigir, reeducar, "curar"; uma técnica de aperfeiçoamento recalca, na pena, a estrita expiação do mal, e liberta os magistrados do vil ofício de castigadores. Existe na justiça moderna e entre aqueles que a distribuem uma vergonha de punir, que nem sempre exclui o zelo; ela aumenta constantemente: sobre esta chaga pululam os psicólogos e o pequeno funcionário da ortopedia moral.

13 ▲

O desaparecimento dos suplícios é pois o espetáculo que se elimina; mas é também o domínio sobre o corpo que se extingue. Em 1787, dizia Rush:

Só posso esperar que não esteja longe o tempo em que as forças, o pelourinho, o patíbulo, o chicote, a roda, serão considerados, na história dos suplícios, como as marcas da barbárie dos séculos e dos países e como as provas da fraca influência da razão e da religião sobre o espírito humano.(8)

Efetivamente, Van Meenen ao abrir, sessenta anos mais tarde, o segundo congresso penitenciário, em Bruxelas, lembrava o tempo de sua infância como uma época passada:

Vi o solo semeado de rodas, de forcas, de patíbulos, de pelourinhos; vi esqueletos horrendamente estendidos sobre rodas.(9)

A marca a ferro quente foi abolida na Inglaterra (1834) e na França (1832); o grande suplício dos traidores já a Inglaterra não ousava aplicá-lo plenamente em 1820 (Thistlewood não foi esquartejado). Unicamente o chicote ainda permanecia em alguns sistemas penais (Rússia, Inglaterra, Prússia). Mas, de modo geral, as práticas punitivas se tornaram pudicas. Não tocar mais no corpo, ou o mínimo possível, e para atingir nele algo que não é o corpo propriamente. Dir-se-á: a prisão, a reclusão, os trabalhos forçados, a servidão de forçados, a interdição de domicílio, a deportação - que parte tão importante tiveram nos sistemas penais modernos - são penas "físicas": com exceção da multa, se referem diretamente ao corpo. Mas a relação castigo-corpo não é idêntica ao que ela era nos suplícios. O corpo encontra-se aí em posição de instrumento ou de intermediário; qualquer intervenção sobre ele pelo enclausuramento, pelo trabalho obrigatório visa privar o indivíduo de sua liberdade considerada ao mesmo tempo como um direito e como um bem. Segundo essa penalidade, o corpo é colocado num sistema de coação e de privação, de obrigações e de interdições. O sofrimento físico, a dor do corpo não são mais os elementos constitutivos da pena. O castigo passou de uma arte das sensações insuportáveis a uma economia dos direitos suspensos. Se a justiça ainda tiver que manipular e tocar o corpo dos justiçáveis, tal se fará à distância, propriamente, segundo regras rígidas e visando a um objetivo bem mais "elevado". Por efeito dessa nova retenção, um exército inteiro de técnicos veio substituir o carrasco, anatomista imediato do sofrimento: os guardas, os médicos, os capelães, os psiquiatras, os psicólogos, os educadores; por sua simples presença ao lado do condenado, eles cantam à justiça o louvor de que ela precisa: eles lhe garantem que o corpo e a dor não são os objetos últimos de sua ação punitiva. É preciso refletir no seguinte: um médico hoje deve cuidar dos condenados à morte até ao último instante - justapondo-se destarte como chefe do bem-estar, como agente de não-sofrimento, aos funcionários que, por sua vez, estão

Summary of Comments on Vigiar_e_Punir OCR.pdf

Page: 5

Number: 1 Author: Daniel Subject: Comment on Text Date: 20/12/2015 11:27:20
T163 - Polissemia obtida ao eliminar palavras - Quase cópia. [p. 212]

Que o castigo, se assim posso exprimir, fira mais a alma do que o corpo.17

Momento importante. O corpo e o sangue, velhos partidários do fausto punitivo, são substituídos. Novo personagem entra em cena, mascarado. Ter-

18 ▲

minada uma tragédia, começa a comédia, com sombrias silhuetas, vozes sem rosto, entidades impalpáveis. O aparato da justiça punitiva tem que ater-se, agora, a esta nova realidade, realidade incorpórea.

Pura informação teórica, repelida pela prática penal? Seria superficialidade afirmá-lo. A verdade é que punir, atualmente, não é apenas converter uma alma. Entretanto, o princípio de Mably não permaneceu como um piedoso voto. Por toda a moderna história da penalidade, é possível seguir-lhe os efeitos.

Em primeiro lugar, a substituição de objetos. Não queremos dizer com isso que, subitamente, se começou a punir outros crimes. Sem dúvida, a definição das infrações, sua hierarquia de gravidade, as margens de indulgência, o que era tolerado de fato e o que era permitido de direito - tudo isto modificou-se amplamente nos últimos duzentos anos. Muitos crimes perderam tal conotação, uma vez que estavam objetivamente ligados a um exercício de autoridade religiosa ou a um tipo de vida econômica; a blasfêmia deixou de se constituir em crime; o contrabando e o furto doméstico perderam parte de sua gravidade. Mas tais transformações não são, por certo, o mais importante: a divisão de permitido e proibido manteve, entre um e outro século, certa constância. Em compensação, o objeto "crime", aquilo a que se refere a prática penal, foi profundamente modificado: a qualidade, a natureza, a substância, de algum modo, de que se constitui o elemento punível, mais do que a própria definição formal. A relativa estabilidade da lei obrigou um jogo de substituições sutis e rápidas. Sob o nome de crimes e delitos, são sempre julgados corretamente os objetos jurídicos definidos pelo Código. Porém julgam-se também as paixões, os instintos, as anomalias, as enfermidades, as inadaptações, os efeitos de meio ambiente ou de hereditariedade. Punem-se as agressões, mas, por meio delas, as agressividades, as violações e, ao mesmo tempo, as perversões, os assassinatos que são, também, impulsos e desejos. Dir-se-ia que não são eles que são julgados; se são invocados, é para explicar os fatos a serem julgados e determinar até que ponto a vontade do réu estava envolvida no crime. Resposta insuficiente, pois são as sombras que se escondem por trás dos elementos da causa, que são, na realidade, julgadas e punidas. Julgadas mediante recurso às "circunstâncias atenuantes", que introduzem no veredicto não apenas elementos "circunstanciais" do ato, mas coisa bem diversa, juridicamente não codificável: o conhecimento do criminoso, a apreciação que dele se faz, o que se pode saber sobre suas relações entre ele, seu passado e o crime, e o que se pode esperar dele no futuro. Julgadas também por todas essas noções veiculadas entre medicina e jurisprudência desde o século XIX (os "monstros" da época de Georget, as "anomalias psíquicas" da circular Chaumié, os "pervertidos" e os "inadaptados" dos laudos periciais contemporâneos) e que, pretendendo explicar um ato, não passam de maneiras de qualificar um indivíduo. Punidas pelo castigo que se atribui a função de tornar o criminoso "não só desejoso, mas também capaz de viver respeitando a lei e de suprir às suas próprias necessi-

19 ▲

dades"; são punidas pela economia interna de uma pena que, embora sancione o crime, pode modificar-se (abreviando-se ou, se for o caso, prolongando-se), conforme se transformar o comportamento do condenado; são punidas, ainda, pela aplicação dessas "medidas de segurança" que acompanham a pena (proibição de permanência, liberdade vigiada, tutela penal, tratamento médico obrigatório) e não se destinam a sancionar a infração, mas a controlar o indivíduo, a neutralizar sua periculosidade, a modificar suas disposições criminosas, a cessar somente após obtenção de tais modificações. A alma do criminoso não é invocada no tribunal somente para explicar o crime e introduzi-la como um elemento na atribuição jurídica das responsabilidades; se ela é invocada com tanta ênfase, com tanto cuidado de compreensão e tão grande aplicação "científica", é para julgá-la, ao mesmo tempo que o crime, e fazê-la participar da punição. Em todo o ritual penal, desde a informação até a sentença e as últimas conseqüências da pena, se permitiu a penetração de um campo de objetos que vêm duplicar, mas também dissociar os objetos juridicamente definidos e codificados. O laudo psiquiátrico, mas de maneira mais geral a antropologia criminal e o discurso repisante da criminologia encontram aí uma de suas funções precisas: introduzindo solenemente as infrações no campo dos objetos susceptíveis de um conhecimento científico, dar aos mecanismos da punição legal um poder justificável não mais simplesmente sobre as infrações, mas sobre os indivíduos; não mais sobre o que eles fizeram, mas sobre aquilo que eles são, serão, ou possam ser. O suplemento de alma que a justiça garantiu para si é aparentemente explicativo e limitativo, e de fato anexionista. Faz 150 ou 200 anos que a Europa implantou seus novos sistemas de penalidade, e desde então os juizes, pouco a pouco, mas por um processo que remonta bem longe no tempo, começaram a julgar coisa diferente além dos crimes: a "alma" dos criminosos.

E, com isso, começaram a fazer algo diferente do que julgar. Ou, para ser mais exato, no próprio cerne da modalidade judicial do julgamento, outros tipos de avaliação se introduziram discretamente modificando no essencial suas regras de elaboração. Desde que a Idade Média construiu, não sem dificuldade e lentidão, a grande procedura do inquérito, julgar era estabelecer a verdade de um crime, era determinar seu autor, era aplicar-lhe uma sanção legal. Conhecimento da infração, conhecimento do responsável, conhecimento da lei, três condições que permitiam estabelecer

Page: 8

Number: 1 Author: Daniel Subject: Comment on Text Date: 07/12/2015 23:02:00
T151 - Longa citação adentrada. Houve adentramento também do parágrafo que introduz. Provavelmente erro de formatação. [p. 81]

proteger dele, como intervir para modificá-lo, se é melhor tentar reprimir ou tratar. Bem no começo de sua história, a perícia psiquiátrica tivera que formular proposições "verdadeiras" sobre a medida da participação da liberdade do infrator no ato que cometera; ela tem agora que sugerir uma receita sobre o que se poderia chamar seu "tratamento médico-judicial".

Resumindo: desde que funciona o novo sistema penal - o definido pêlos grandes códigos dos séculos XVIII e XIX -um processo global levou os juizes

22 ▲

a julgar coisa bem diversa do que crimes: foram levados em suas sentenças a fazer coisa diferente de julgar; e o poder de julgar foi, em parte, transferido a instâncias que não são as dos juizes da infração. A operação penal inteira carregou-se de elementos e personagens extrajurídicos. Pode-se dizer que não há nisso nada de extraordinário, que é do destino do direito absorver pouco a pouco elementos que lhe são estranhos. Mas uma coisa é singular na justiça criminal moderna: se ela se carrega de tantos elementos extrajurídicos, não é para poder qualificá-los juridicamente e integrá-los pouco a pouco no estrito poder de punir; é, ao contrário, para poder fazê-los funcionar no interior da operação penal como elementos não jurídicos; é para evitar que essa operação seja pura e simplesmente uma punição legal; é para escusar o juiz de ser pura e simplesmente aquele que castiga:

Naturalmente, damos um veredicto, mas ainda que reclamado por um crime, vocês bem podem ver que para nós funciona como uma maneira de tratar um criminoso; punimos, mas é um modo de dizer que queremos obter a cura.

A justiça criminal hoje em dia só funciona e só se justifica por essa perpétua referência a outra coisa que não é ela mesma, por essa incessante reinscrição nos sistemas não jurídicos. Ela está votada a essa requalificação pelo saber.

Sob a suavidade ampliada dos castigos, podemos então verificar um deslocamento de seu ponto de aplicação; e através desse deslocamento, todo um campo de objetos recentes, todo um novo regime da verdade e uma quantidade de papéis até então inéditos no exercício da justiça criminal. Um saber, técnicas, discursos "científicos" se formam e se entrelaçam com a prática do poder de punir.

Objetivo deste livro: uma história correlativa da alma moderna e de um novo poder de julgar; uma genealogia do atual complexo científico-judiciário onde o poder de punir se apóia, recebe suas justificações e suas regras, estende seus efeitos e mascara sua exorbitante singularidade.

Mas a partir de onde se pode fazer essa história da alma moderna em julgamento? Se nos limitarmos à evolução das regras de direito ou dos processos penais, corremos o risco de valorizar como fato maciço, exterior, inerte e primeiro, uma mudança na sensibilidade coletiva, um progresso do humanismo, ou o desenvolvimento das ciências humanas. Para estudar, como fez Durkheim1*, apenas as formas sociais gerais, corremos o risco de colocar como princípio da suavização punitiva processos de individualização que são antes efeitos das novas táticas de poder e entre elas dos novos mecanismos penais. O presente estudo obedece a quatro regras gerais:

1) Não centrar o estudo dos mecanismos punitivos unicamente em seus efeitos "repressivos", só em seu aspecto de "sanção", mas recolocá-los na série completa dos efeitos positivos que eles podem induzir, mesmo se à primeira

23 ▲

vista são marginais. Conseqüentemente, tomar a punição como uma função social complexa.

2) Analisar os métodos punitivos não como simples conseqüências de regras de direito ou como indicadores de estruturas sociais; mas como técnicas que têm sua especificidade no campo mais geral dos outros processos de poder. Adotar em relação aos castigos a perspectiva da tática política.

3) Em lugar de tratar a história do direito penal e a das ciências humanas como duas séries separadas cujo encontro teria sobre uma ou outra, ou sobre as duas talvez, um efeito, digamos, perturbador ou útil, verificar se não há uma matriz comum e se as duas não se originam de um processo de formação "epistemológico-jurídico"; em resumo, colocar a tecnologia do poder no princípio tanto da humanização da penalidade quanto do conhecimento do homem.

4) Verificar se esta entrada da alma no palco da justiça penal, e com ela a inserção na prática judiciária de todo um saber "científico", não é o efeito de uma transformação na maneira como o próprio corpo é investido pelas relações de poder.

Em suma, tentar estudar a metamorfose dos métodos punitivos a partir de uma tecnologia política do corpo onde se poderia ler uma história comum das relações de poder e das relações de objeto. De maneira que, pela análise da suavidade penal como técnica de poder, poderíamos compreender ao mesmo tempo como o homem, a alma, o indivíduo normal ou anormal vieram fazer a dublagem do crime como objetos da intervenção penal; e de que maneira um modo específico de sujeição pôde dar origem ao homem como objeto de saber para um discurso com status "científico".

Mas não tenho a pretensão de ter sido o primeiro a trabalhar nessa direção.(19)

Do grande livro de Rusche e Kirchheimer podemos guardar algumas referências essenciais. Abandonar em primeiro

Page: 10

Number: 1 Author: Daniel Subject: Highlight Date: 08/12/2015 00:40:13
T151 - Citação adentrada [p. 41]

lugar a ilusão de que a penalidade é antes de tudo (se não exclusivamente) uma maneira de reprimir os delitos e que nesse papel, de acordo com as formas sociais, os sistemas políticos ou as crenças, ela pode ser severa ou indulgente, voltar-se para a expiação ou procurar obter uma reparação, aplicar-se em perseguir o indivíduo ou em atribuir responsabilidades coletivas. Analisar antes os "sistemas punitivos concretos", estudá-los como fenômenos sociais que não podem ser explicados unicamente pela armadura jurídica da sociedade nem por suas opções éticas fundamentais; recolocá-los em seu campo de funcionamento onde a sanção dos crimes não é o único elemento; mostrar que as medidas punitivas não são simplesmente mecanismos "negativos" que permitem reprimir, impedir, excluir, suprimir;

24 ▲

mas que elas estão ligadas a toda uma série de efeitos positivos e úteis que elas têm por encargo sustentar (e nesse sentido, se os castigos legais são feitos para sancionar as infrações, pode-se dizer que a definição das infrações e sua repressão são feitas em compensação para manter os mecanismos punitivos e suas funções). Nessa linha, Rusche e Kirchheimer estabeleceram a relação entre os vários regimes punitivos e os sistemas de produção em que se efetuam: assim, numa economia servil, os mecanismos punitivos teriam como papel trazer mão-de-obra suplementar - e constituir uma escravidão "civil" ao lado da que é fornecida pelas guerras ou pelo comércio; com o feudalismo, e numa época em que a moeda e a produção estão pouco desenvolvidas, assistiríamos a um brusco crescimento dos castigos corporais - sendo o corpo na maior parte dos casos o único bem acessível; a casa de correção - o Hospital Geral, o Spinhuis ou Rasphuis - o trabalho obrigatório, a manufatura penal apareceriam com o desenvolvimento da economia de comércio. Mas como o sistema industrial exigia um mercado de mão-de-obra livre, a parte do trabalho obrigatório diminuiria no século XIX nos mecanismos de punição, e seria substituída por uma detenção com fim corretivo. Há sem dúvida muitas observações a fazer sobre essa correlação estrita.

Mas podemos sem dúvida ressaltar esse tema geral de que, em nossas sociedades, os sistemas punitivos devem ser recolocados em uma certa "economia política" do corpo: ainda que não recorram a castigos violentos ou sangrentos, mesmo quando utilizam métodos "suaves" de trancar ou corrigir, é sempre do corpo que se trata - do corpo e de suas forças, da utilidade e da docilidade delas, de sua repartição e de sua submissão. É certamente legítimo fazer uma história dos castigos com base nas idéias morais ou nas estruturas jurídicas. Mas pode-se fazê-la com base numa história dos corpos, uma vez que só visam à alma secreta dos criminosos?

Os historiadores vêm abordando a história do corpo há muito tempo. Estudaram-no no campo de uma demografia ou de uma patologia históricas; encararam-no como sede de necessidades e de apetites, como lugar de processos fisiológicos e de metabolismos, como alvos de ataques microbianos ou de vírus: mostraram até que ponto os processos históricos estavam implicados no que se poderia considerar a base puramente biológica da existência; e que lugar se deveria conceder na história das sociedades a "acontecimentos" biológicos como a circulação dos bacilos, ou o prolongamento da duração da vida.(21) Mas o corpo também está diretamente mergulhado num campo político; as relações de poder têm alcance imediato sobre ele; elas o investem, o marcam, o dirigem, o supliciam, sujeitam-no a trabalhos, obrigam-no a cerimônias, exigem-lhe sinais. Este investimento político do corpo está ligado, segundo relações complexas e recíprocas, à sua utilização econômica; é, numa boa proporção, como força de produção que o corpo é investido por relações de poder e de dominação; mas em compensação sua constituição como força de trabalho só

25 ▲

é possível se ele está preso num sistema de sujeição (onde a necessidade é também um instrumento político cuidadosamente organizado, calculado e utilizado); o corpo só se torna força útil se é ao mesmo tempo corpo produtivo e corpo submisso. Essa sujeição não é obtida só pêlos instrumentos da violência ou da ideologia; pode muito bem ser direta, física, usar a força contra a força, agir sobre elementos materiais sem no entanto ser violenta; pode ser calculada, organizada, tecnicamente pensada, pode ser sutil, não fazer uso de armas nem do terror, e no entanto continuar a ser de ordem física. Quer dizer que pode haver um "saber" do corpo que não é exatamente a ciência de seu funcionamento, e um controle de suas forças que é mais que a capacidade de vencê-las: esse saber e esse controle constituem o que se poderia chamar a tecnologia política do corpo. Essa tecnologia é difusa, claro, raramente formulada em discursos contínuos e sistemáticos; compõe-se muitas vezes de peças ou de pedaços; utiliza um material e processos sem relação entre si. O mais das vezes, apesar da coerência de seus resultados, ela não passa de uma instrumentação multiforme. Além disso seria impossível localizá-la, quer num tipo definido de instituição, quer num aparelho do Estado. Estes recorrem a ela; utilizam-na, valorizam-na ou impõem algumas de suas maneiras de agir. Mas ela mesma, em seus mecanismos e efeitos, se situa num nível completamente diferente. Trata-se de alguma maneira de uma microfísica do poder posta em jogo pêlos aparelhos e instituições, mas cujo campo de validade se coloca de algum modo entre esses grandes funcionamentos e os próprios corpos com sua materialidade e suas forças.

Ora, o estudo desta microfísica supõe que o poder nela exercido não seja concebido como uma propriedade, mas como uma estratégia, que seus efeitos de dominação não sejam atribuídos a uma "apropriação", mas a disposições, a manobras, a táticas, a técnicas, a funcionamentos; que se desvende nele antes uma rede de relações sempre tensas, sempre em atividade, que um privilégio que se pudesse deter; que lhe seja dado como modelo antes a batalha perpétua que o contrato que faz uma cessão ou a conquista que se apodera de um domínio. Temos em suma que admitir que esse poder se

Page: 11

Number: 1 Author: Daniel Subject: Comment on Text Date: 20/12/2015 23:13:15
T050 - Citação com aspas mas retira "também" e "diretamente". Provável erro de digitação supliciam no original e suplicam na tese. [p. 38]

Number: 2 Author: Daniel Subject: Highlight Date: 20/12/2015 17:26:10
T163 - Citação de fragmento que não corresponde ao original. [p. 165]

Number: 3 Author: Daniel Subject: Highlight Date: 20/12/2015 11:52:07
T163 - Citação com aspas. [p. 99]

Number: 4 Author: Daniel Subject: Comment on Text Date: 20/12/2015 12:05:27
T163 - Citação com inversão de ordem das frases [p. 99]

Number: 5 Author: Daniel Subject: Comment on Text Date: 20/12/2015 11:48:54
T163 - Citação com aspas e Reescritura para criar paráfrase. [p. 99]

exerce mais que se possui, que não é o "privilégio" adquirido ou conservado da classe dominante, mas o efeito de conjunto de suas posições estratégicas - efeito manifestado e às vezes reconduzido pela posição dos que são dominados. Esse poder, por outro lado, não se aplica pura e simplesmente como uma obrigação ou uma proibição, aos que "não têm"; ele os investe, passa por eles e através deles; apóia-se neles, do mesmo modo que eles, em sua luta contra esse poder, apóiam-se por sua vez nos pontos em que ele os alcança. O que significa que essas relações aprofundam-se dentro da sociedade, que não se localizam nas relações do Estado com os cidadãos ou na fronteira das classes e que não se contentam em reproduzir ao nível dos indivíduos, dos corpos, dos gestos e dos comportamentos, a forma geral da lei ou do governo; que se há continuidade (realmente elas se articulam bem, nessa forma, de acordo com toda uma série de complexas engrenagens),

26 ▲

não há analogia nem homologia, mas especificidade do mecanismo e de modalidade. Finalmente, não são unívocas; definem inúmeros pontos de luta, focos de instabilidade comportando cada um seus riscos de conflito, de lutas e de inversão pelo menos transitória da relação de forças. A derrubada desses "micropoderes" não obedece portanto à lei do tudo ou nada; ele não é adquirido de uma vez por todas por um novo controle dos aparelhos nem por um novo funcionamento ou uma destruição das instituições; em compensação nenhum de seus episódios localizados pode ser inscrito na história senão pêlos efeitos por ele induzidos em toda a rede em que se encontra.

Seria talvez preciso também renunciar a toda uma tradição que deixa imaginar que só pode haver saber onde as relações de poder estão suspensas e que o saber só pode desenvolver-se fora de suas injunções, suas exigências e seus interesses. Seria talvez preciso renunciar a crer que o poder enlouquece e que em compensação a renúncia ao poder é uma das condições para que se possa tornar-se sábio. Vemos antes que admitir que o poder produz saber (e não simplesmente favorecendo-o porque o serve ou aplicando-o porque é útil); que poder e saber estão diretamente implicados; que não há relação de poder sem constituição correlata de um campo de saber, nem saber que não suponha e não constitua ao mesmo tempo relações de poder. Essas relações de "poder-saber" não devem então ser analisadas a partir de um sujeito do conhecimento que seria ou não livre em redação ao sistema do poder; mas é preciso considerar ao contrário que o sujeito que conhece, os objetos a conhecer e as modalidades de conhecimentos são outros tantos efeitos dessas implicações fundamentais do poder-saber e de suas transformações históricas. Resumindo, não é a atividade do sujeito de conhecimento que produziria um saber, útil ou arredio ao poder, mas o poder-saber, os processos e as lutas que o atravessam e que o constituem, que determinam as formas e os campos possíveis do conhecimento.

Analisar o investimento político do corpo e a microfísica do poder supõe então que se reuncie — no que se refere ao poder — à oposição violência-ideologia, à metáfora da propriedade, ao modelo do contrato ou ao da conquista; no que se refere ao saber, que se renuncie à oposição do que é "interessado" e do que é "desinteressado", ao modelo do conhecimento e ao primado do sujeito. Dando à palavra um sentido diferente do que lhe era dado no século XVII por Petty e seus contemporâneos, poder-se-ia sonhar com uma "anatomia" política. Não seria o estudo de um Estado tomado como um "corpo" (com seus elementos, seus recursos e suas forças) mas não seria tampouco o estudo do corpo e do que lhe está conexo tomados como um pequeno Estado. Trataríamos aí do "corpo político" como conjunto dos elementos materiais e das técnicas que servem de armas, de reforço, de vias de comunicação e de pontos de apoio para as relações de poder e de saber que investem os corpos humanos e os submetem fazendo deles objetos de saber.

27 ▲

Trata-se de recolocar as técnicas punitivas - quer elas se apossem do corpo no ritual dos suplícios, quer se dirijam à alma- na história desse corpo político. Considerar as práticas penais mais como um capítulo da anatomia política, do que uma conseqüência das teorias jurídicas.

Kantorowitz(22) fez uma vez do "corpo do rei" uma análise notável: corpo duplo de acordo com a teologia jurídica formada na Idade Média, pois comporta além do elemento transitório que nasce e morre um outro que permanece através do tempo e se mantém como fundamento físico mas intangível do reino; em torno dessa dualidade que esteve, em sua origem, próxima do modelo cristológico, organizam-se uma iconografia, uma teoria política da monarquia, mecanismos jurídicos que ao mesmo tempo distinguem e ligam a pessoa do rei e as exigências da Coroa, e todo um ritual que encontra na coroação, nos funerais, nas cerimônias de submissão, seus tempos mais fortes. Poderíamos imaginar no pólo oposto o corpo do condenado; ele também tem seu estatuto jurídico; reclama seu cerimonial e impõe todo um discurso teórico, não para fundamentar o "mais poder" que afetava a pessoa do soberano, mas para codificar o "menos poder" que marca os que são submetidos a uma punição. Na região mais sombria do campo político, o condenado desenha a figura simétrica e invertida do rei. Seria preciso analisar o que se poderia chamar em homenagem a Kantorowitz o "mínimo corpo do condenado".

Se o suplemento de poder do lado do rei provoca o desdobramento de seu corpo, o poder excedente exercido sobre o corpo submetido do condenado não suscitou um outro tipo de desdobramento: o de um incorpóreo, de uma "alma", como dizia Mably. A história dessa microfísica do poder punitivo seria então uma genealogia ou uma peça para uma genealogia da "alma" moderna. A ver nessa alma os restos reativados de uma ideologia, antes reconheceríamos nela o correlativo

Page: 12

Number: 1 Author: Daniel Subject: Comment on Text Date: 14/12/2015 12:47:34
T090 - Citação com aspas. Deslocamento das aspas. [p. 107]

Number: 2 Author: Daniel Subject: Comment on Text Date: 20/12/2015 23:19:18
T127 - Citação com aspas para terminar uma sentença [p. 125]

Number: 3 Author: Daniel Subject: Comment on Text Date: 20/12/2015 23:16:04
T090 - Citação adentrada - suprimiu NÃO suponha [p. 107]
T127 - citação com aspas terminando uma sentença [p. 57]

Number: 4 Author: Daniel Subject: Comment on Text Date: 21/12/2015 09:56:12
T127 - Citação com aspas para terminar uma sentença [p. 125]

Number: 5 Author: Daniel Subject: Comment on Text Date: 21/12/2015 09:56:17
T091 - citação com aspas que atravessa um parágrafo inteiro - 6 linhas e para fugir ao uso de adentramento dividiu em duas partes substituindo "Resumindo" por "Ou seja" [p. 35]
T127 - Citação com aspas para terminar um parágrafo [p. 125]

atual de uma certa tecnologia do poder sobre o corpo. Não se deveria dizer que a alma é uma ilusão, ou um efeito ideológico, mas afirmar que ela existe, que tem uma realidade, que é produzida permanentemente, em torno, na superfície, no interior do corpo pelo funcionamento de um poder que se exerce sobre os que são punidos - de uma maneira mais geral sobre os que são vigiados, treinados e corrigidos, sobre os loucos, as crianças, os escolares, os colonizados, sobre os que são fixados a um aparelho de produção e controlados durante toda a existência. Realidade histórica dessa alma, que, diferentemente da alma representada pela teologia cristã, não nasce faltosa e merecedora de castigo, mas nasce antes de procedimentos de punição, de vigilância, de castigo e de coação. Esta alma real e incorpórea não é absolutamente substância; é o elemento onde se articulam os efeitos de um certo tipo de poder e a referência de um saber, a engrenagem pela qual as relações de poder dão lugar a um saber possível, e o saber reconduz e reforça os efeitos de poder. Sobre essa realidade-referência, vários conceitos foram construídos e campos de análise foram demarcados: psique, subjetividade, personalidade,

28 ▲

consciência, etc.; sobre ela técnicas e discursos científicos foram edificados; a partir dela, valorizaram-se as reivindicações morais do humanismo. Mas não devemos nos enganar: a alma, ilusão dos teólogos, não foi substituída por um homem real, objeto de saber, de reflexão filosófica ou de intervenção técnica. O homem de que nos falam e que nos convidam a liberar já é em si mesmo o efeito de uma sujeição bem mais profunda que ele. Uma "alma" o habita e o leva à existência, que é ela mesma uma peça no domínio exercido pelo poder sobre o corpo. A alma, efeito e instrumento de uma anatomia política; a alma, prisão do corpo.

Que as punições em geral e a prisão se originem de uma tecnologia política do corpo, talvez me tenha ensinado mais pelo presente do que pela história. Nos últimos anos, houve revoltas em prisões em muitos lugares do mundo. Os objetivos que tinham, suas palavras de ordem, seu desenrolar tinham certamente qualquer coisa de paradoxal. Eram revoltas contra toda uma miséria física que dura há mais de um século: contra o frio, contra a sufocação e o excesso de população, contra as paredes velhas, contra a fome, contra os golpes. Mas eram também revoltas contra as prisões-modelos, contra os tranqüilizantes, contra o isolamento, contra o serviço médico ou educativo. Revoltas cujos objetivos eram só materiais? Revoltas contraditórias contra a decadência, e ao mesmo tempo contra o conforto; contra os guardas, e ao mesmo tempo contra os psiquiatras? De fato, tratava-se realmente dos corpos e de coisas materiais em todos esses movimentos: como se trata disso nos inúmeros discursos que a prisão tem produzido desde o começo do século XIX. O que provocou esses discursos e essas revoltas, essas lembranças e invectivas foram realmente essas pequenas, essas ínfimas coisas materiais. Quem quiser tem toda liberdade de ver nisso apenas reivindicações cegas ou suspeitar que haja aí estratégias estranhas. Tratava-se bem de uma revolta, ao nível dos corpos, contra o próprio corpo da prisão. O que estava em jogo não era o quadro rude demais ou ascético demais, rudimentar demais ou aperfeiçoado demais da prisão, era sua materialidade na medida em que ele é instrumento e vetor de poder; era toda essa tecnologia do poder sobre o corpo, que a tecnologia da "alma" - a dos educadores, dos psicólogos e dos psiquiatras - não consegue mascarar nem compensar, pela boa razão de que não passa de um de seus instrumentos. É desta prisão, com todos os investimentos políticos do corpo que ela reúne em sua arquitetura fechada que eu gostaria de fazer a história. Por puro anacronismo? Não, se entendemos com isso fazer a história do passado nos termos do presente. Sim, se entendermos com isso fazer a história do presente. (23)

29 ▲

Capítulo II
A ostentação dos suplícios

A ordenação de 1670 regeu, até à Revolução, as formas gerais da prática penal. Eis a hierarquia dos castigos por ela descritos:

A morte, a questão com reserva de provas, as galeras, o açoite, a confissão pública, o banimento.

As penas físicas tinham, portanto, uma parte considerável. Os costumes, a natureza dos crimes, o status dos condenados as faziam variar ainda mais.

A pena de morte natural compreende todos os tipos de morte: uns podem ser condenados à forca, outros a ter a mão ou a língua cortada ou furada e ser enforcados em seguida; outros, por crimes mais graves, a ser arrebentados vivos e expirar na roda depois de ter os membros arrebentados; outros a ser arrebentados até a morte natural, outros a ser estrangulados e em seguida arrebentados, outros a ser queimados vivos, outros a ser queimados depois de estrangulados; outros a ter a língua cortada ou furada, e em seguida queimados vivos; outros a ser puxados por quatro cavalos, outros a ter a cabeça cortada, outros enfim a ter a cabeça quebrada.(1) [E Soulatges, de passagem, acrescenta que há também penas

Page: 13

Number: 1 Author: Daniel Subject: Comment on Text Date: 20/12/2015 11:44:23
T032 - Citação adentrada utiliza [...] para indicar lacuna. Referencia obra em espanhol mas a citação é da tradução para o português. [p. 132-3]
T163 -Citação com haspas utilizando os trechos que interessam separando com [...] [p. 134]

Number: 2 Author: Daniel Subject: Comment on Text Date: 14/12/2015 12:52:17
T090 - Citação adentrada. [p. 94]

Number: 3 Author: Daniel Subject: Comment on Text Date: 14/12/2015 11:13:27
T032 - Citação adentrada utiliza [...] para indicar lacuna. Referencia obra em espanhol mas a citação é da tradução para o português. [p. 133]

Number: 4 Author: Daniel Subject: Comment on Text Date: 14/12/2015 12:52:57
T090 - Citação adentrada. [p. 94]

Number: 5 Author: Daniel Subject: Comment on Text Date: 21/12/2015 09:56:33
T100 - Citação com aspas em final de frase para completar o sentido com palavras de V&P. [p. 87]

leves, de que a Ordenação não fala]: satisfação à pessoa ofendida, admoestação, repreensão, prisão temporária, abstenção de um lugar, e enfim as penas pecuniárias - muitas ou confiscação.

Não devemos no entanto nos enganar. Entre esse arsenal de horror e a prática cotidiana da penalidade, a margem era grande. Os suplícios não constituíam as penas mais frequentes, longe disso. Sem dúvida para nossos olhos atuais a proporção de veredictos de morte, na penalidade da era clássica, pode parecer considerável: as decisões do Châtelet durante o período de 1755 a 1785 comportam 9 a 10% de penas capitais - roda, forca ou fogueira2; em 260 sentenças, o Parlamento de Flandres pronunciou 39 condenações à morte, de 1721 a 1730 (e 26 em 500 entre 1781 e 1790).3 Mas não se deve esquecer que os tribunais encontravam muitos meios de abrandar os rigores da penalidade regular, seja recusando-se a levar adiante processos quando as infrações eram exageradamente castigadas, seja modificando a qualificação do crime; às vezes também o próprio poder real indicava não aplicar estritamente tal ordenação particularmente severa.4 De qualquer modo, a maior parte das condenações era banimento ou multa: numa jurisprudência como a do Châtelet (que só conhecia delitos relativamente graves) o banimento representou, entre 1755 e 1785, mais da metade das penas aplicadas. Ora, grande parte dessas penas não corporais era acompanhada a título acessório de penas que comportavam uma dimensão de suplício: exposição, roda, coleira de ferro, açoite, marcação com ferrete; era a regra para todas as condenações às galeras ou ao equivalente para as mulheres

30 ▲

- a reclusão no hospital; o banimento era muitas vezes precedido pela exposição e pela marcação com ferrete; a multa, às vezes, era acompanhada de açoite. Não só nas grandes e solenes execuções, mas também nessa forma anexa é que o suplício manifestava a parte significativa que tinha na penalidade; qualquer pena um pouco séria devia incluir alguma coisa do suplício.

Que é um suplício?

Pena corporal, dolorosa, mais ou menos atroz [dizia Jaucourt]; e acrescentava: "é um fenômeno inexplicável a extensão da imaginação dos homens para a barbárie e a crueldade.(5)

Inexplicável, talvez, mas certamente não irregular nem selvagem. O suplício é uma técnica e não deve ser equiparado aos extremos de uma raiva sem lei. Uma pena, para ser um suplício, deve obedecer a três critérios principais: em primeiro lugar, produzir uma certa quantidade de sofrimento que se possa, se não medir exatamente, ao menos apreciar, comparar e hierarquizar; a morte é um suplício na medida em que ela não é simplesmente privação do direito de viver, mas a ocasião e o termo final de uma graduação calculada de sofrimentos: desde a decapitação - que reduz todos os sofrimentos a um só gesto e num só instante: o grau zero do suplício - até o esquartejamento que os leva quase ao infinito, através do enforcamento, da fogueira e da roda, na qual se agoniza muito tempo; a morte-suplício é a arte de reter a vida no sofrimento, subdividindo-a em "mil mortes" e obtendo, antes de cessar a existência, the most exqidsite agonies.(6) O suplício repousa na arte quantitativa do sofrimento. Mas não é só: esta produção é regulada. O suplício faz correlacionar o tipo de ferimento físico, a qualidade, a intensidade, o tempo dos sofrimentos com a gravidade do crime, a pessoa do criminoso, o nível social de suas vítimas. Há um código jurídico da dor; a pena, quando é supliciante, não se abate sobre o corpo ao acaso ou em bloco; ela é calculada de acordo com regras detalhadas: número de golpes de açoite, localização do ferrete em brasa, tempo de agonia na fogueira ou na roda (o tribunal decide se é o caso de estrangular o paciente imediatamente, em vez de deixá-lo morrer, e ao fim de quanto tempo esse gesto de piedade deve intervir), tipo de mutilação a impor (mão decepada, lábios ou língua furados). Todos esses diversos elementos multiplicam as penas e se combinam de acordo com os tribunais e os crimes: "A poesia de Dante posta em leis", dizia Rossi; um longo saber físico-penal, em todo caso. Além disso, o suplício faz parte de um ritual. É um elemento na liturgia punitiva, e que obedece a duas exigências. Em relação à vítima, ele deve ser marcante: destina-se, ou pela cicatriz que deixa no corpo, ou pela ostentação de que se acompanha, a tomar infame aquele que é sua vítima; o suplício, mesmo se tem como função "purgar" o crime, não reconcilia; traça em torno, ou melhor, sobre o próprio corpo do condenado sinais que não devem se apagar; a memória dos homens, em todo caso, guardará a lembrança da exposição, da roda, da tortura ou do

31 ▲

sofrimento devidamente constatados. E pelo lado da justiça que o impõe, o suplício deve ser ostentoso, deve ser constatado por todos, um pouco como seu triunfo. O próprio excesso das violências cometidas é uma das peças de sua glória: o fato de o culpado gemer ou gritar com os golpes não constitui algo de acessório e vergonhoso, mas é o próprio cerimonial da justiça que se manifesta em sua força. Por isso sem dúvida é que os suplícios se prolongam ainda depois da morte: cadáveres queimados, cinzas jogadas ao vento, corpos arrastados na grade, expostos à beira das estradas. A justiça persegue o corpo além de qualquer sofrimento possível.

O suplício penal não corresponde a qualquer punição corporal: é uma produção diferenciada de sofrimentos, um ritual organizado para a marcação das vítimas e a manifestação do poder que pune: não é absolutamente a exasperação de uma justiça que, esquecendo seus princípios, perdesse todo o controle. Nos "excessos" dos suplícios, se investe toda a economia do poder.

O corpo supliciado se insere em primeiro lugar no cerimonial judiciário que deve trazer à luz a verdade do crime.

Page: 14

Number: 1 Author: Daniel Subject: Highlight Date: 20/12/2015 17:21:52
T163 - Citação com aspas - Segmentos unidos com [...] A única coincicência que mereceria haspas é "da exposição, da roda," que em nada se assemelha ao texto criado de recortes. [p. 31] No mais poderia ser paráfrase mas não tem essa proposta. [p. 104]

Number: 2 Author: Daniel Subject: Highlight Date: 20/12/2015 17:21:40
T163 - Citação com aspas - Segmentos unidos com [...] A única coincicência que mereceria haspas é "da exposição, da roda," que em nada se assemelha ao texto criado de recortes. [p. 31] No mais poderia ser paráfrase mas não tem essa proposta. [p. 104]

que é injusto mesmo se, na verdade, o acusado fosse culpado." Chegará o dia em que a singularidade dessa verdade judicial parecerá escandalosa: como se a justiça não tivesse que obedecer às regras da verdade comum: "Que se diria de uma meia-prova nas ciências demonstráveis? Que seria uma meia-prova geométrica ou algébrica?(12) Mas não devemos esquecer que essas exigências formais da prova jurídica eram um modo de controle interno do poder absoluto e exclusivo de saber.

A informação penal escrita, secreta, submetida, para construir suas provas, a regras rigorosas, é uma máquina que pode produzir a verdade na ausência do acusado. E por essa mesma razão, embora no estrito direito isso não seja necessário, esse procedimento vai necessariamente tender à confissão. Por duas razões: em primeiro lugar, porque esta constitui uma prova tão forte que não há nenhuma necessidade de acrescentar outras, nem de entrar na difícil e duvidosa combinação dos indícios; a confissão, desde que feita na forma correta, quase desobriga o acusador do cuidado de fornecer outras provas (em todo caso, as mais difíceis). Em seguida, a única maneira para que esse procedimento perca tudo o que tem de autoridade unívoca, e se torne efetiva-mente uma vitória conseguida sobre o acusado, a única maneira para que a verdade exerça todo o seu poder, é que o criminoso tome sobre si o próprio crime e ele mesmo assine o que foi sábia e obscuramente construído pela informação.(13)

Não é bastante [como dizia Ayrault que não gostava nem um pouco desses processos secretos] que os maus sejam justamente punidos. É preciso, se possível, que eles mesmos se julguem e se condenem.

No interior do crime reconstituído por escrito, o criminoso que confessa vem desempenhar o papel de verdade viva. A confissão, ato do sujeito crimi-

34 ▲

noso, responsável e que fala, é a peça complementar de uma informação escrita e secreta. Daí a importância dada à confissão por todo esse processo de tipo inquisitorial.

Daí também as ambigüidades de seu papel. Por um lado, tenta-se fazê-lo entrar no cálculo geral das provas; ressalta-se que ela não passa de uma delas; ela não é a evidência rei; assim como a mais forte das provas, ela sozinha não pode levar à condenação, deve ser acompanhada de indícios anexos, e de presunções; pois já houve acusados que se declararam culpados de crimes que não tinham cometido; o juiz deverá então fazer pesquisas complementares, se só estiver de posse da confissão regular do culpado. Mas, por outro lado, a confissão ganha qualquer outra prova. Até certo ponto ela as transcende; elemento no cálculo da verdade, ela é também o ato pelo qual o acusado aceita a acusação e reconhece que esta é bem fundamentada; transforma uma afirmação feita sem ele em uma afirmação voluntária. Pela confissão, o próprio acusado toma lugar no ritual de produção de verdade penal. Como já dizia o direito medieval, a confissão torna a coisa notória e manifesta. A esta primeira ambigüidade se sobrepõe uma segunda: investiga-se de novo a confissão como prova particularmente forte, que exige para levar à condenação apenas alguns indícios suplementares, que reduzem ao mínimo o trabalho de informação e a mecânica de demonstração; todas as formas possíveis de coerção serão utilizadas para obtê-la. Mas embora ela deva ser, no processo, a contrapartida viva e oral da informação escrita, a réplica desta, e como que sua autenticação por parte do acusado, será cercada de garantias e formalidades. Ela conserva alguma coisa de uma transação; por isso exige-se que seja "espontânea", que seja formulada diante do tribunal competente, que seja feita com toda consciência, que não trate de coisas impossíveis, etc.(14) Pela confissão, o acusado se compromete em relação ao processo; ele assina a verdade da informação.

Essa dupla ambigüidade da confissão (elemento de prova e contrapartida da informação; efeito de coação e transação semivoluntária) explica os dois grandes meios que o direito criminal clássico utiliza para obtê-la: o juramento que se pede ao acusado antes do interrogatório (ameaça por conseguinte de ser perjuro diante da justiça dos homens e diante da de Deus; e ao mesmo tempo, ato ritual de compromisso); a tortura (violência física para arrancar uma verdade que, de qualquer maneira, para valer como prova, tem que ser em seguida repetida, diante dos juizes, a título de confissão "espontânea"). No fim do século XVIII, a tortura será denunciada como resto das barbáries de uma outra época: marca de uma selvageria denunciada como "gótica". É verdade que a prática da tortura remonta à Inquisição, é claro, e mais longe ainda do que os suplícios dos escravos. Mas ela não figura no direito clássico como sua característica ou mancha. Ela tem seu lugar estrito num mecanismo penal

35 ▲

complexo em que o processo de tipo inquisitorial tem um lastro de elementos do sistema acusatório; em que demonstração escrita precisa de um correlato oral; em que as técnicas da prova administrada pêlos magistrados se misturam com os procedimentos de provas que eram desafios ao acusado; em que lhe é pedido - se necessário pela coação mais violenta- que desempenhe no processo o papel do parceiro voluntário; em que se trata em suma de produzir a verdade por um mecanismo de dois elementos - o do inquérito conduzido em segredo pela autoridade judiciária e o do ato realizado ritualmente pelo acusado. O corpo do acusado, corpo que fala e, se necessário, sofre, serve de engrenagem aos dois mecanismos; é por isso que, enquanto o sistema punitivo clássico não for totalmente reconsiderado, haverá muito poucas críticas radicais da tortura.(15) Com muito mais freqüência, simples conselhos de prudência:

O interrogatório é um meio perigoso de chegar ao conhecimento da verdade; por isso os juizes não devem recorrer a

Page: 16

Number: 1 Author: Daniel Subject: Comment on Text Date: 20/12/2015 23:43:46
T163 - Citação adentrada [p. 100]

primeiro lugar um caráter próprio a certos grandes crimes: ela se refere ao número de leis naturais e positivas, divinas ou humanas que eles violam, à ostentação escandalosa ou ao contrário à esperteza secreta com que foram cometidos, ao nível social e ao status dos que são seus autores e vítimas, à desordem que implicam ou ocasionam, ao horror que suscitam. Mas, na medida em que a punição põe em cena, aos olhos de todos, o crime em toda a sua severidade, deve assumir essa atrocidade: deve trazê-la à luz por meio de confissões, discursos, inscrições que a tornem pública; deve reproduzi-la em cerimônias que a apliquem ao corpo do culpado sob forma de humilhação e de sofrimento. A atrocidade é essa parte do crime que o castigo torna em suplício para fazer brilhar em plena luz: figura inerente

47 ▲

ao mecanismo que produz, no próprio coração da punição, a verdade visível do crime. O suplício faz parte do procedimento que estabelece a realidade do que é punido. Mas não é só: a atrocidade de um crime é também a violência do desafio lançado ao soberano: é o que vai provocar da parte dele uma réplica que tem por função ir mais longe que essa atrocidade, dominá-la, vencê-la por um excesso que a anula. A atrocidade que paira sobre o suplício desempenha portanto um duplo papel: sendo princípio da comunicação do crime com a pena, ela é por outro lado a exasperação do castigo em relação ao crime. Realiza ao mesmo tempo a ostentação da verdade e do poder; é o ritual do inquérito que termina e da cerimônia onde triunfa o soberano. E ela os une no corpo supliciado. A prática punitiva do século XIX procurará pôr o máximo de distância possível entre a pesquisa "serena" da verdade e a violência que não se pode eliminar inteiramente da punição. Será feito o possível para marcar a heterogeneidade que separa o crime que deve ser sancionado e o castigo imposto pelo poder público. Entre a verdade e a punição só deverá haver agora uma relação de conseqüência legítima. Que o poder que sanciona não se macule mais por um crime maior que o que ele quis castigar. Que fique inocente da pena que inflige. "Tratemos de proscrever tais suplícios. Eram dignos só dos monstros coroados que governaram os romanos".(41) Mas de acordo com a prática penal da época anterior, a proximidade do crime e do soberano no crime, a mistura que se fazia entre a "demonstração" e o castigo, não provinham de uma confusão bárbara: o que então se realizava era o mecanismo da atrocidade e suas ligações necessárias. A atrocidade da expiação organizava a redução ritual da infâmia pelo todo-poderoso.

Que o erro e a punição se intercomuniquem e se liguem sob a forma de atrocidade, não era a conseqüência de uma lei de talião obscuramente admitida. Era o efeito, nos ritos punitivos, de uma certa mecânica do poder: de um poder que não só não se furta a se exercer diretamente sobre os corpos, mas se exalta e se reforça por suas manifestações físicas; de um poder que se afirma como poder armado, e cujas funções de ordem não são inteiramente desligadas das funções de guerra; de um poder que faz valer as regras e as obrigações como laços pessoais cuja ruptura constitui uma ofensa e exige vingança; de um poder para o qual a desobediência é um ato de hostilidade, um começo de sublevação, que não é em seu princípio muito diferente da guerra civil; de um poder que não precisa demonstrar por que aplica suas leis, mas quem são seus inimigos, e que forças descontroladas os ameaçam; de um poder que, na falta de uma vigilância ininterrupta, procura a renovação de seu efeito no brilho de suas manifestações singulares; de um poder que se retempera ostentando ritualmente sua realidade de superpoder.

48 ▲

Ora, entre todas as razões pelas quais os castigos que reivindicarão a honra ser "humanos" substituirão as penas que não tinham vergonha de ser "atrozes", há uma que devemos analisar imediatamente, pois é inerente ao próprio suplício: ao mesmo tempo elemento de seu funcionamento e princípio de sua perpétua desordem.

Nas cerimónias do suplício, o personagem principal é o povo, cuja presença real e imediata é requerida para sua realização. Um suplício que tivesse sido conhecido, mas cujo desenrolar houvesse sido secreto, não teria sentido. Procurava-se dar o exemplo não só suscitando a consciência de que a menor infração corria sério risco de punição; mas provocando um efeito de terror pelo espetáculo do poder tripudiando sobre o culpado:

Em matéria criminal, o ponto mais difícil é a imposição da pena: é o objetivo e o fim do processo, e o único fruto, pelo exemplo e pelo terror, quando é bem aplicada ao culpado.(42)

Mas nessa cena de terror o papel do povo é ambíguo. Ele é chamado como espectador: é convocado para assistir às exposições, às confissões públicas; os pelourinhos, as forcas e os cadafalsos são erguidos nas praças públicas ou à beira dos caminhos; os cadáveres dos supliciados muitas vezes são colocados bem em evidência perto do local de seus crimes. As pessoas não só têm que saber, mas também ver com seus próprios olhos. Porque é necessário que tenham medo; mas também porque devem ser testemunhas e garantias da punição, e porque até certo ponto devem tomar parte nela. Ser testemunhas é um direito que eles têm e reivindicam; um suplício escondido é um suplício de privilegiado, e muitas vezes suspeita-se que não se realize em toda a sua severidade. Todos protestam quando no último instante se retira a vítima aos olhares dos espectadores. O caixa-geral do correio, exposto porque matara a mulher, é em seguida subtraído à multidão;

fazem-no subir numa carruagem de praça; se não estivesse bem escoltado, teria sido difícil defendê-lo dos maus tratos da populaça que queria justiçá-lo.(43)

Quando a mulher Lescombat é enforcada, tiveram a cautela de lhe esconder o rosto com uma "espécie de coifa"; ela leva um "lenço sobre o colo e a cabeça, o que faz o público murmurar muito e dizer que não era a Lescombat". O povo

Page: 23

Number: 1 Author: Daniel Subject: Comment on Text Date: 20/12/2015 12:33:23
T163 - Citação entre aspas em forma de colagem utilizando [...] equivoca-se na indicação da página de V&P. [p. 103]

31. A. Bruneau, Observations et maximes sur lês matières criminelles, 1715, p. 259.

32. J. de Damhoudère, Pratique judiciaire és causes civiles, 1572, p. 219.

33. A Gazette dês tribunaux de 6 de julho de 1837 descreve, segundo o Journal de Gloucester, o comportamento "atroz e asqueroso" de um executor que, depois de ter enforcado um condenado, "tomou o cadáver pêlos ombros, fê-lo voltar-se sobre si mesmo com violência e lhe bateu várias veses, dizendo: "Palhaço, está morto que chega?" Depois, voltando-se para a multidão, disse em tom de troça as frases mais indecentes".

34. Cena anotada por T.S. Gueulette, quando a execução do policial Montigny em 1737. Cf. R. Anchel, Crimes et châtiments au XVIIIe siècle, 1983, p. 62-69.

35. Cf. L. Duhamel, Lês exécutions capitales à Avignon, 1890, p. 25.

36. Na Borgonha, por exemplo, cf. Chassanée, Consuetudo Burgundi, fl. 55.

37. F. Serpillon, Code criminci, 1767, t. III, p. 1100, Blackstone: "É evidente que se um criminoso condenado a ser enforcado até que sobrevenha a morte escapa a esta por inabilidade do executor em algum ponto, o xerife tem que renovar a execução porque a sentença não foi executada; e que se as pessoas se deixassem levar por essa falsa compaixão, abrir-se-ia a porta a uma infinidade de tramóias" (Commentaire sur lê Code criminci d'Angleterre, trad. francesa, 1776, p. 201).

38. Ch. Loyseau, Cinq livres du droit dês offices, ed. de 1616, p. 80-81.

39. V.S.P. Hardy, 30 jan. 1769, p. 125 do volume impresso; 14 dez. 1779, p. 229; R. Anchel, Crimes et châtiments au XVIII6 siècle, p. 162-163, conta a história de Antoine Bulleteix que já está ao pé do cadafalso, quando chega um cavaleiro trazendo o famoso pergaminho. Gritam "viva o Rei"; levam Bulleteix para a taverna, enquanto o escrivão recolhe dinheiro para ele no chapéu.

40. Brantôme, Mémoires La vie dês hommes illustres, ed. de 1722, t. II, p. 191-192.

41. C.E. de Pastoret, a respeito da pena dos regicidas, Dês lois pénales, 1790, vol. II, p. 61.

42. A. Bruneau, Observations et maximes sur lês affaires criminelles, 1715. Prefácio não paginado da primeira parte.

43. S.P. Hardy, Mês loisirs, vol. I, impresso, p. 328.

44. T.S. Gueulette, citado por R. Anchel, Crimes et châtiments au XVIIIe siècle, p. 70-71.

45. Na primeira vez em que a guilhotina foi utilizada, a Chronique de Paris conta que o povo se queixava porque não via nada e cantava; "Queremos nossas forcas de volta" (V.J. Laurence, A History of Capital Punishment, 1432, p. 71s).

46. T.S. Gueulette, citado por R. Anchel, p. 63. A cena se passa em 1737.

47. Marquês de Argenson, Journal etmémoires, vol. VI, p. 241. Cf. o Journal de Barbier, t. IV, p. 455.Um dos primeiros episódios desse caso é aliás muito característico da agitação popular no século XVIII em torno da justiça penal. O tenente-geral de polícia, Berryer, mandara recolher "as crianças libertinas e vadias"; os policiais só consentem em devolvê-las aos pais "à força de dinheiro"; murmura-se que é para servir aos prazeres do rei. A multidão, que apanhou um denunciante, o massacra "com uma desumanidade até o último excesso", e o "arrasta depois de morto, com acorda no pescoço, até a porta do senhor Berryer". Ora, esse denunciante era um ladrão que deveria ter sido posto na roda com seu companheiro Baffiat, se não tivesse aceito o papel de denunciante da polícia; o conhecimento que tinha dos fios de todas as intrigas tornavam-no apreciado pela polícia; e ele era "muito estimado" em sua nova profissão. Temos aí um exemplo muito carregado: um movimento de revolta, provocado por um meio de repressão relativamente novo, e que não é a justiça penal, mas a polícia; um caso dessa colaboração técnica entre delinquentes e policiais, que se torna sistemática a partir do século XVIII, um motim em que o povo se encarrega de supliciar um condenado que escapou indevidamente ao cadafalso.

48. H. Fielding, An Inquiry, in The Causes of the Late Increase of Robbers, 1751, p. 61.

59 ▲

49. A. Boucher d'Argis, Observations sur lês lois criminelles, 1781, p. 128-129. Boucher d'Argis era conselheiro no Châtelet.

50. H. Fielding, loc. cit., p. 41.

51. C. Dupaty, Mémoire pour trois hommes condamnés à la roue, 1786, p. 247.

52. S.P. Hardy, Mês loisírs, 14 de janeiro de 1781, t. IV, p. 394.

53. Sobre o descontentamento provocado por esse tipo de condenação, v. Hardy, Mês loisirs, 1.1, p. 319; t. III, p. 227-228; t. IV, p. 180.

54. Transmitido por R. Anchel, Crimes et châtiments, au XVIII6 siècles, 1937, p. 226.

55. Marquês de Argenson, Jounal et Mémoires, t. VI, p. 241.

56. Hardy relata numerosos casos desses: assim como o roubo considerável cometido na própria casa onde o tenente encarregado do setor criminal estava instalado para assistir a uma execução. Mês loisirs, t. IV, p. 56.

57. V.D. Richet, La France moderne, 1974, p. 118-119.

58. L. Duhamel, Lês Exécutions capitales à Avignon au XVIII6 siècle, 1890, p. 5-6. Cenas desse género ainda se passaram no século XIX; J. Laurence cita algumas em A History of Capital Punishment, 1932, p. 195-198 e p. 56.

59. S.P. Hardy, Mês loisirs, t. III, 11 de maio de 1775, p. 67.

60. Corre, Documents de criminologie rétrospective, 1896, p. 257.

61. Citado in L. Duhamel, p. 32.

62. Arquivos do Puy-de-Dôme. Citado in M. Juillard, Brigandage et contrabande en haute Auvergne au XVIHesiècle, 1937, p. 24.

63. Queixa de J.D. Langlade, executado em Avignon a 12 de abril de 1768.

64. "Biblioteca azul" era uma coleção de livros populares de capa azul, geralmente adaptações de romances, medievais de cavalaria (N.T.).

65. Foi o caso de Tanguy executado na Bretanha por volta de 1940. É verdade que antes de ser condenado ele começara uma longa penitência ordenada pelo confessor. Conflito entre a justiça civil e a penitência religiosa: Vide sobre o assunto A. Corre, Documents de criminologie rétrospective, 1895, p. 21. Corre se refere a Trevedy, Une promenade à la montagne de justice et à la tombe Tanguy.

66. Aqueles que R. Mandrou chama os dois grandes: Cartouche e Mandrin, a quem se deve acrescentar Guilleri (De la culture populaire aux XVIIe et XVIIIe siècles, 1964, p. 112). Na Inglaterra, Jonathan Wild, Jack Sheppard, Claude Duval tinham um papel bastante semelhante.

67. A impressão e a difusão dos almanaques, folhetins, etc., estava em princípio sob rígido controle.

68. Encontramos esse título tanto na Biblioteca Azul da Normandia quanto na de Troyes (v. R. Helot La Bibliothèque bleue en Normandie, 1928).

69. V. por ex. Lacrecelle: "Para satisfazer essa necessidade de emoções fortes que nos atormenta, para aprofundar a impressão de um grande exemplo, deixam-se circular essas histórias horrorosas; então os poetas do povo delas se apoderam divulgando-as por toda parte. Alguma família um dia ouve cantar à sua porta o crime e o suplício de seus filhos" (Discours sur lês peines infamantes, 1784, p. 106).

60 ▲

Segunda Parte
PUNIÇÃO

CAPÍTULO I
A PUNIÇÃO GENERALIZADA

Que as penas sejam moderadas e proporcionais aos delitos, que a de morte só seja imputada contra os culpados assassinos, e sejam abolidos os suplícios que revoltem a humanidade.(1)

O protesto contra os suplícios é encontrado em toda parte na segunda metade do século XVIII: entre os filósofos e teóricos do direito; entre juristas, magistrados, parlamentares; nos chaiers de doléances(2) e entre os legisladores das assembléias. É preciso punir de outro modo: eliminar essa confrontação física entre soberano e condenado; esse conflito

frontal entre a vingança do príncipe e a cólera contida do povo, por intermédio do supliciado e do carrasco. O suplício tornou-se rapidamente intolerável. Revoltante, visto da perspectiva do povo, onde ele revela a tirania, o excesso, a sede de vingança e o "cruel prazer de punir".(3) Vergonhoso, considerado da perspectiva da vítima, reduzida ao desespero e da qual ainda se espera que bendiga "o céu e seus juizes por quem parece abandonada".(4) Perigoso de qualquer modo, pelo apoio que nele encontram, uma contra a outra, a violência do rei e a do povo. Como se o poder soberano não visse, nessa emulação de atrocidades, um desafio que ele mesmo lança e que poderá ser aceito um dia: acostumado a "ver correr sangue", o povo aprende rápido que "só pode se vingar com sangue".(5) Nessas cerimônias que são objeto de tantas investidas adversas, percebem-se o choque e a desproporção entre a justiça armada e a cólera do povo ameaçado. Nessa relação Joseph de Maistre reconhecerá um dos mecanismos fundamentais do poder absoluto: o carrasco forma a engrenagem entre o príncipe e o povo; a morte que ele leva é como a dos camponeses escravizados que construíram São Petersburgo por cima dos pântanos e das pestes: ela é princípio de universalidade; da vontade singular do déspota, ela faz uma lei para todos, e de cada um desses corpos destruídos, uma pedra para o Estado; que importa que atinja inocentes! Nessa mesma violência, ritual e dependente do caso, os reformadores do século XVIII denunciaram, ao contrário, o que excede, de um lado e de outro, o exercício legítimo do poder: a tirania, segundo eles, se opõe à revolta; elas se reclamam reciprocamente. Duplo perigo. [2] preciso que a justiça criminal puna em vez de se vingar.

Essa necessidade de um castigo sem suplício é formulada primeiro como um grito do coração ou da natureza indignada: no pior dos assassinos, uma coisa pelo menos deve ser respeitada quando punimos: sua "humanidade". Chegará o dia, no século XIX, em que esse "homem", descoberto no criminoso, se

63 ▲

tornará o alvo da [3] intervenção penal, o objeto que ela pretende corrigir e transformar, o domínio de uma série de ciências e de práticas estranhas -"penitenciárias", "criminológicas". Mas, nessa época das Luzes, não é como tema de um saber positivo que o homem é posto como objeção contra a barbárie dos suplícios, mas como limite de direito, como fronteira legítima do poder de punir. Não o que ela tem de atingir se quiser modificá-lo, mas o que ela deve deixar intacto para estar em condições de respeitá-lo. Noli me tangere. Marca o ponto de parada imposto à vingança do soberano. O "homem" que os reformadores puseram em destaque contra o despotismo do cadafalso é também um homem-medida: não das coisas, mas do poder.

O problema, portanto, é: como esse homem-1 imite serviu de objeção à prática tradicional dos castigos? De que maneira ele se tornou a grande justificação moral do movimento de reforma? Por que esse horror tão unânime pêlos suplícios e tal insistência lírica por castigos que fossem "humanos"? Ou. o que dá no mesmo, como se articulam um sobre o outro, numa única estratégia, esses dois elementos sempre presentes na reivindicação de uma penalidade suavizada: "medida" e "humanidade"? São esses elementos, tão necessários e no entanto tão incertos, tão confusos e ainda tão associados na mesma relação duvidosa, que encontramos hoje, sempre que abordamos o problema de uma economia dos castigos. Tem-se a impressão de que o século XVIII abriu a crise dessa economia e propôs para resolvê-la a lei fundamental de que o castigo deve ter a "humanidade" como "medida", sem poder dar um sentido definitivo considerado entretanto incontornável. É preciso então contar o nascimento e a primeira história dessa enigmática "suavidade".

Glorificam-se os grandes "reformadores" - Beccaria, Servan, Dupaty ou Lacretelle, Duport, Pastoret, Target, Bergasse; os redatores dos Cahiers e os Constituintes - por terem imposto essa suavidade a um aparato judiciário e a teóricos "clássicos" que, já no fim do século XVIII, a recusavam, e com um rigor argumentado.(6)

Temos entretanto que recolocar essa reforma num processo que os historiadores isolaram recentemente ao estudar os arquivos judiciários: o afrouxamento da penalidade no decorrer do século XVIII, ou, de maneira mais precisa, o duplo movimento pelo qual, durante esse período, os crimes parecem perder violência, enquanto as punições, reciprocamente, reduzem em parte sua intensidade, mas à custa de múltiplas intervenções. Desde o fim do século XVII, com efeito, nota-se uma diminuição considerável dos crimes de sangue e, de um modo geral, das agressões físicas; os delitos contra a propriedade parecem prevalecer sobre os crimes violentos; o roubo e a vigarice sobre os assassinatos,

64 ▲

os ferimentos e golpes; a delinqüência difusa, ocasional, mas freqüente das classes mais pobres é substituída por uma delinqüência limitada e "hábil"; os criminosos do século XVII são "homens prostrados, mal alimentados, levados pêlos impulsos e pela cólera, criminosos de verão"; os do XVIII, "velhacos, espertos, matreiros que calculam", criminalidade de "marginais(7)"; modifica-se enfim a organização interna da delinqüência: os grandes bandos de malfeitores (assaltantes formados em pequenas unidades armadas, tropas de contrabandistas que faziam fogo contra os agentes do Fisco, soldados licenciados ou desertores que vagabundeiam juntos) tendem a se dissociar; mais bem caçados, sem dúvida, obrigados a se fazer menores para passar despercebidos - não mais que um punhado de homens, muitas vezes - contentam-se com operações mais furtivas, com menor demonstração de forças e menores riscos de massacres.

A liquidação física ou o deslocamento institucional de grandes quadrilhas... deixa, depois de 1755, o campo livre para uma delinqüência antipropriedade que agora se mostra individualista ou passa a ser exercida por grupos bem pequenos, compostos de ladrões de capote ou batedores de carteira: em número não superior a quatro pessoas.(8)

Page: 32

Number: 1 Author: Daniel Subject: Highlight Date: 20/12/2015 23:46:53
T151 - Cópia de V&P que emenda na citação adentrada com o trecho seguinte. [p 41]

Number: 2 Author: Daniel Subject: Comment on Text Date: 20/12/2015 23:46:27
T151 - primeiro parágrafo é cópia do texto da obra sem referência nem marca de citação. Apenas o fim faz referência. [p. 41]

Number: 3 Author: Daniel Subject: Highlight Date: 20/12/2015 23:47:15
T151 - Citação adentrada que é continuação da cópia de V&P. [p. 41]

uma confusão entre dois tipos de poder: o que presta justiça e formula uma sentença aplicando a lei e o que faz a própria lei. Enfim pela existência de toda uma série de privilégios que tornam incerto o exercício da justiça: há tribunais, processos, partes litigantes, até delitos que são "privilegiados" e se situam fora do direito comum.18 Isso não passa de uma das inúmeras formulações de críticas velhas de pelo menos meio século e que denunciam, todas, nessa desnaturação, o princípio de uma justiça irregular. A justiça penal é irregular em primeiro lugar pela multiplicidade das instâncias que estão encarregadas de realizá-la, sem nunca constituir uma pirâmide única e contínua.(19) Mesmo deixando de lado as jurisdições religiosas, é necessário considerar as descontinuidades, as sobreposições e os conflitos entre as diferentes justiças: as dos senhores que são ainda importantes para a repressão dos pequenos delitos; as do rei que são elas mesmas numerosas e mal coordenadas (as cortes soberanas estão em constante conflito com os bailados [bailliages] e principalmente com os tribunais presidiais [présidiaux] recentemente criados como instâncias intermediárias); as que, de direito ou de fato, estão a cargo de instâncias administrativas (como os intendentes) ou policiais (como os prebostes e os chefes de polícia); a que se deveria ainda acrescentar o direito que tem o rei ou seus representantes de tomar decisões de internamento ou de exílio fora de qualquer procedimento regular. Essas instâncias múltiplas, por sua própria superabundância, se neutralizam e são incapazes de cobrir o corpo social em toda a sua extensão. A confusão torna essa justiça penal paradoxalmente lacunosa. Lacunosa devido às diferenças de costumes e de procedimentos, apesar da Ordenação Geral de 1670; lacunosa pêlos conflitos internos de competência; lacunosa pêlos interesses particulares - políticos ou econômicos - que a cada instante é levada a defender; lacunosa enfim devido às intervenções do poder real que pode impedir o curso regular e austero da justiça, pêlos perdões, comutações, evocações em conselho ou pressões diretas sobre os magistrados.

67 ▲

A má economia do poder e não tanto a fraqueza ou a crueldade é o que ressalta da crítica dos reformadores. Poder excessivo nas jurisdições inferiores que podem - ajudadas pela pobreza e pela ignorância dos condenados -negligenciar as apelações de direito e mandar executar sem controle sentenças arbitrárias; poder excessivo do lado de uma acusação à qual são dados quase sem limite meios de prosseguir, enquanto que o acusado está desarmado diante dela, o que leva os juizes a ser, às vezes severos demais, às vezes, por reação, indulgentes demais; poder excessivo para os juizes que podem se contentar com provas fúteis se são "legais" e que dispõem de uma liberdade bastante grande na escolha da pena; poder excessivo dado à "gente do rei", não só em relação aos acusados, mas também aos outros magistrados; poder excessivo enfim exercido pelo rei, pois ele pode suspender o curso da justiça, modificar suas decisões, cassar os magistrados, revogá-los ou exilá-los, substituí-los por juizes por comissão real. A paralisia da justiça está ligada menos a um enfraquecimento que a uma distribuição mal regulada do poder, a sua concentração em um certo número de pontos e aos conflitos e descontinuidades que daí resultam.

Ora, essa disfunção do poder provém de um excesso central: o que se poderia chamar o "superpoder" monárquico que identifica o direito de punir com o poder pessoal do soberano. Identificação teórica que faz do rei afonsjustitiae; mas cujas conseqüências práticas são verificáveis até no que parece se opor a ele e limitar seu absolutismo. É porque o rei, por razões de tesouraria, se arroga o direito de vender ofícios de justiça que lhe "pertencem" que ele tem diante de si magistrados, proprietários de seus cargos, não só indóceis, mas ignorantes, interesseiros, prontos ao compromisso. É porque cria constantemente novos ofícios que ele multiplica os conflitos de poder e de atribuição. É porque exerce um poder muito rigoroso sobre sua "gente" e lhes confere um poder quase discricionário que ele intensifica os conflitos na magistratura. É por ter posto a justiça em concorrência com um excesso de procedimentos de urgência (jurisdições dos prebostes ou dos chefes de polícia) ou com medidas administrativas, que ele paralisa a justiça regular, que a torna às vezes indulgente e incerta, mas às vezes precipitada e severa(20).

Não são tanto, ou não são só os privilégios da justiça, sua arbitrariedade, sua arrogância arcaica, seus direitos sem controle que são criticados; mas antes a mistura entre suas fraquezas e seus excessos, entre seus exageros e suas lacunas, e sobretudo o próprio princípio dessa mistura, o superpoder monárquico. O verdadeiro objetivo da reforma, e isso desde suas formulações mais gerais, não é tanto fundar um novo direito de punir a partir de princípios mais eqüitativos; mas estabelecer uma nova "economia" do poder de castigar, assegurar uma melhor distribuição dele, fazer com que não fique concentrado demais em alguns pontos privilegiados, nem partilhado demais entre instâncias

68 ▲

que se opõem; que seja repartido em circuitos homogêneos que possam ser exercidos em toda parte, de maneira contínua e até o mais fino grão do corpo social.(21) A reforma do direito criminal deve ser lida como uma estratégia para o remanejamento do poder de punir, de acordo com modalidades que o tornam mais regular, mais eficaz, mais constante e mais bem detalhado em seus efeitos; enfim, que aumentem os efeitos diminuindo o custo econômico (ou seja, dissociando-o do sistema da propriedade, das compras e vendas, da venalidade tanto dos ofícios quanto das próprias decisões) e seu custo político (dissociando-o do arbitrário do poder monárquico). A nova teoria jurídica da penalidade engloba na realidade uma nova "economia política" do poder de punir. Compreende-se então por que essa "reforma" não teve um ponto de origem único. Não foram os mais esclarecidos dos expostos à ação da justiça, nem os filósofos inimigos do despotismo e amigos da humanidade, não foram nem os grupos sociais opostos aos parlamentares que suscitaram a

Page: 34

Number: 1 Author: Daniel Subject: Comment on Text Date: 20/12/2015 23:58:00
T151 - Citação com aspas mas indicando outra obra que não V&P. [p. 74]

Number: 2 Author: Daniel Subject: Comment on Text Date: 20/12/2015 23:58:56
T151 - Cópia utiliza da estrutura, modifica o início para "a reforma do sistema jurídico brasileiro" não faz referência. [p. 74]

ilegalidade que estava integrada em suas condições de existência. Assim se associavam aos crimes a glorificação e o anátema; a ajuda efetiva e o medo alternavam-se em relação a essa população movediça, da qual todos se sentiam tão próximos e temerosos de que dela podia nascer o crime. A ilegalidade popular envolvia o núcleo da criminalidade que era ao mesmo tempo sua forma extrema e o perigo interno.

Ora, entre essa ilegalidade de baixo e as das outras castas sociais, não havia exatamente convergência, nem oposição fundamental. De maneira geral as diversas ilegalidades próprias a cada grupo tinham umas com as outras relações que eram ao mesmo tempo de rivalidade, de concorrência, de conflitos de interesse, e de apoio recíproco, de cumplicidade: a recusa por parte dos camponeses em pagar certos foros estatais ou eclesiásticos não era obrigatoriamente mal vista pêlos proprietários de terras: a não aplicação pêlos artesãos dos regulamentos de fábrica era muitas vezes encorajada pêlos novos empresários; o contrabando - prova-o a história de Mandrin, recebido por toda a população, acolhido nos castelos e protegido pêlos parlamentares - tinha amplo apoio. Enfim, no século XVII as diferentes rejeições do fisco fizeram as camadas da população entre si afastadas se coligarem em graves revoltas. Em suma, o jogo recíproco das ilegalidades fazia parte da vida política e econômica da sociedade. Mais ainda: na brecha diariamente alargada pela ilegalidade popular ocorrera um certo número de transformações (por exemplo, o desuso dos regulamentos de Colbert, as inobservâncias das barreiras alfandegárias no reino, o deslocamento das práticas corporativas); ora, dessas transformações a burguesia tivera necessidade; e sobre elas fundamentara uma parte do crescimento econômico. A tolerância tomava-se então estímulo.

Mas na segunda metade do século XVIII o processo tende a se inverter. Primeiro com o aumento geral da riqueza, mas também com o grande crescimento demográfico, o alvo principal da ilegalidade popular tende a ser não mais

71 ▲

em primeira linha os direitos, mas os bens: a pilhagem, o roubo, tendem a substituir o contrabando e a luta armada contra os agentes do fisco. E nessa medida os camponeses, os colonos, os artesãos são muitas vezes a vítima principal. Lê Trosne sem dúvida exagerava apenas uma tendência real quando descrevia os camponeses que sofriam com as extorsões dos vagabundos, mais ainda que antigamente com as exigências dos feudais: os ladrões agora se teriam abatido sobre eles como uma nuvem de insetos nocivos, devorando as colheitas, arrasando os celeiros.(22) Podemos dizer que se abriu progressivamente no século XVIII uma crise da ilegalidade popular; e nem os movimentos do início da Revolução (em torno da recusa dos direitos senhoriais), nem aqueles mais tardios aos quais acresciam a luta contra os direitos dos proprietários, o protesto político e religioso, a recusa do recrutamento na realidade não o restabeleceram em sua forma antiga e acolhedora. Além do mais, se uma boa parte da burguesia aceitou, sem muitos problemas, a ilegalidade dos direitos, ela a suportava mal quando se tratava do que considerava seus direitos de propriedade. Nada mais característico a esse respeito que o problema da delinqüência no campo no fim do século XVIII e principalmente a partir da Revolução."3 A passagem a uma agricultura intensiva exerce sobre os direitos de uso, sobre as tolerâncias, sobre as pequenas ilegalidades aceitas, uma pressão cada vez mais cerrada. Além do mais, adquirida em parte pela burguesia, despojada dos encargos feudais que sobre ela pesavam, a propriedade da terra tornou-se uma propriedade absoluta: todas as tolerâncias que o campesinato adquirira ou conservara (abandono de antigas obrigações ou consolidação de práticas irregulares: direito de pasto livre(24), de recolher lenha, etc.) são agora perseguidas pêlos novos proprietários que lhes dão a posição de infração pura e simples (provocando dessa forma, na população, uma série de reações em cadeia, cada vez mais ilegais, ou, se quisermos, cada vez mais criminosas: quebra de cercas, roubo ou massacre de gado, incêndios, violências, assassinatos.(23) A ilegalidade dos direitos, que muitas vezes assegurava a sobrevivência dos mais despojados, tende, com o novo estatuto da propriedade, a tornar-se uma ilegalidade de bens. Será então necessário puni-la.

E essa ilegalidade, se é mal suportada pela burguesia na propriedade imobiliária, é intolerável na propriedade comercial e industrial: o desenvolvimento dos portos, o aparecimento de grandes armazéns onde se acumulam mercadorias, a organização de oficinas de grandes dimensões (com uma massa considerável de matéria-prima, de ferramentas, de objetos fabricados, que pertencem ao empresário e são difíceis de vigiar) exigem também uma repressão rigorosa da ilegalidade. A maneira pela qual a riqueza tende a investir, segundo escalas quantitativas totalmente novas, nas mercadorias e nas máquinas supõe uma intolerância sistemática e armada à ilegalidade. O fenômeno é evidentemente muito sensível onde o desenvolvimento é mais intenso. Dessa

72 ▲

urgência em reprimir as inúmeras práticas de ilegalidade, Colquhoun procurara dar provas em números só para a cidade de Londres: segundo as estimativas dos empresários e seguradoras, o roubo de produtos importados da América e depositados às margens do Tamisa subia, em média, a 250.000 libras; ao todo, roubavam-se cerca de 500.000 cada ano só no porto de Londres (e isso sem levar em conta os arsenais); a que se deviam acrescentar 700.000 libras para a própria cidade. E nessa pilhagem permanente, três fenômenos, segundo Colquhoun, deviam ser considerados: a cumplicidade e muitas vezes a participação ativa dos empregados, dos vigias, dos contramestres e dos trabalhadores: "todas as vezes que estiver reunida no mesmo lugar uma grande quantidade de trabalhadores, haverá necessariamente muitos maus elementos"; a existência de toda uma organização de comércio ilícito; que começa nas oficinas ou nas docas, passa em seguida pêlos receptadores - receptadores por atacado especializados num certo tipo de mercadorias e receptadores de

Page: 36

Number: 1 Author: Daniel Subject: Comment on Text Date: 08/12/2015 00:42:48
T151 - Cópia [p. 75]

varejo, cujas vitrines só oferecem "uma miserável exposição de velhos ferros, trapos, roupas em mau estado", enquanto o depósito da loja esconde "munições navais de grande valor, cavilhas e pregos de cobre, pedaços de ferro fundido e de metais preciosos, de produção das índias Ocidentais, móveis e bagagens comprados de trabalhadores de todo tipo" - depois por revendedores e mascates que espalham longe, no campo, o produto dos roubos(26); enfim a fabricação de dinheiro falso (haveria, disseminadas por toda a Inglaterra, 40 a 50 fábricas de dinheiro falso trabalhando permanentemente). Mas o que facilita essa imensa empresa de depredação e ao mesmo tempo de concorrência é todo um conjunto de tolerâncias: algumas valem como espécies de direitos adquiridos (direito, por exemplo, de recolher em torno do navio os pedaços de ferro e as pontas de corda ou de revender as varreduras de açúcar); outras são da ordem da aceitação moral: a analogia que essa pilhagem mantém, no espírito de seus autores, com o contrabando os "familiariza com essa espécie de delitos cuja enormidade não sentem".(27)

É portanto necessário controlar e codificar todas essas práticas ilícitas. É preciso que as infrações sejam bem definidas e punidas com segurança, que nessa massa de irregularidades toleradas e sancionadas de maneira descontínua com ostentação sem igual seja determinado o que é infração intolerável, e que lhe seja infligido um castigo de que ela não poderá escapar. Com as novas formas de acumulação de capital, de relações de produção e de estatuto jurídico da propriedade, todas as práticas populares que se classificavam, seja numa forma silenciosa, cotidiana, tolerada, seja numa forma violenta, na ilegalidade dos direitos, são desviadas à força para a ilegalidade dos bens. O roubo tende a tornar-se a primeira das grandes escapatórias à legalidade, nesse movimento que vai de uma sociedade da apropriação jurídico-política a uma sociedade da apropriação dos meios e produtos do trabalho. Ou para dizer as coisas de outra

73 ▲

maneira: a economia das ilegalidades se reestruturou com o desenvolvimento da sociedade capitalista. A ilegalidade dos bens foi separada da ilegalidade dos direitos. Divisão que corresponde a uma oposição de classes, pois, de um lado, a ilegalidade mais acessível às classes populares será a dos bens - transferência violentadas propriedades; de outro a burguesia, então, se reservará a ilegalidade dos direitos: a possibilidade de desviar seus próprios regulamentos e suas próprias leis; de fazer funcionar todo um imenso setor da circulação econômica por um jogo que se desenrola nas margens da legislação - margens previstas por seus silêncios, ou liberadas por uma tolerância de fato. E essa grande redistribuição das ilegalidades se traduzirá até por uma especialização dos circuitos judiciários; para as ilegalidades de bens - para o roubo - os tribunais ordinários e os castigos; para as ilegalidades de direitos - fraudes, evasões fiscais, operações comerciais irregulares -jurisdições especiais com transações, acomodações, multas atenuadas, etc. A burguesia se reservou o campo fecundo da ilegalidade dos direitos. E ao mesmo tempo em que essa separação se realiza, afirma-se a necessidade de uma vigilância constante que se faça essencialmente sobre essa ilegalidade dos bens. Afirma-se a necessidade de se desfazer da antiga economia do poder de punir que tinha como princípios a multiplicidade confusa e lacunosa das instâncias, uma repartição e uma concentração de poder correlatas com uma inércia de fato e uma inevitável tolerância, castigos ostensivos em suas manifestações e incertos em sua aplicação. Afirma-se a necessidade de definir uma estratégia e técnicas de punição em que uma economia da continuidade e da permanência substituirá a da despesa e do excesso. Em suma, a reforma penal nasceu no ponto de junção entre a luta contra o superpoder do soberano e a luta contra o infrapoder das ilegalidades conquistadas e toleradas. E se foi outra coisa que o resultado provisório de um encontro de pura circunstância, é porque entre esse superpoder e esse infrapoder se estendia uma rede de relações. A forma da soberania monárquica, ao mesmo tempo que colocava do lado do soberano a sobrecarga de um poder brilhante, ilimitado, pessoal, irregular e descontínuo, deixava do lado dos súditos lugar livre para uma ilegalidade constante; esta era como a correlata daquele tipo de poder. Se bem que atacar-se às diversas prerrogativas do soberano era atacar ao mesmo tempo o funcionamento das ilegalidades. Os dois objetivos estavam em continuidade. E, segundo as circunstâncias ou as táticas particulares, os reformadores faziam passar um na frente do outro. Lê Trosne, o fisiocrata que foi conselheiro no tribunal presidial de Orléans, pode servir de exemplo aqui. Em 1764, ele publica uma memória sobre a vadiagem: viveiro de ladrões e assassinos "que vivem no meio da sociedade sem serem seus membros", que fazem "uma verdadeira guerra contra todos os cidadãos", que estão entre nós "naquele estado que se supõe ter existido antes do estabelecimento da sociedade civil". Contra eles, pede as mais severas penas (e

74 ▲

estranha, significativamente, que se tenha mais indulgência para com eles que para com os contrabandistas); quer que a polícia seja reforçada, que a cavalaria os persiga ajudada pela população vítima de seus roubos; pede que essas pessoas inúteis e perigosas "sejam adquiridas pelo Estado e lhe pertençam como escravos a seus senhores"; e, se for o caso, que se organizem batidas coletivas nos bosques para desentocá-los, sendo dado um salário a cada um que fizer uma captura: "Pois dá-se uma recompensa de 10 libras por uma cabeça de lobo. Um vagabundo é infinitamente mais perigoso para a sociedade".(28) Em 1777, em Vues sur Ia justice criminelle, o mesmo Lê Trosne pede que sejam reduzidas as prerrogativas da parte pública, que os acusados sejam considerados inocentes até a eventual condenação, que o juiz seja um justo árbitro entre eles e a sociedade, que as leis sejam "fixas, constantes, determinadas da maneira mais precisa", de modo que os súditos saibam "a que se expõem" e que os magistrados não sejam mais que o "órgão da lei".(29) Para Lê Trosne, como para tantos outros na mesma época, a luta pela delimitação do poder de punir se articula diretamente com a exigência de submeter a ilegalidade popular a um controle mais estrito e mais constante. Compreende-se que a crítica dos

Page: 37

Number: 1 Author: Daniel Subject: Comment on Text Date: 07/12/2015 22:35:15
T151 -Citação com aspas - inverte conquistadas e toleradas [p. 75]

suplícios tenha tido tanta importância na reforma penal: pois era uma figura onde se uniam, de modo visível, o poder ilimitado do soberano e a ilegalidade sempre desperta do povo. A humanidade das penas é a regra que se dá a um regime de punições que deve fixar limites a um e à outra. O "homem" que se pretende fazer respeitar na pena à a forma jurídica e moral que se dá a essa dupla delimitação.

Mas se é verdade que a reforma, como teoria penal e como estratégia do poder de punir, foi ideada no ponto de coincidência desses dois objetivos, sua estabilidade futura se deveu ao fato de que o segundo ocupou, por muito tempo, um lugar prioritário. Foi porque a pressão sobre as ilegalidades populares se tomou na época da Revolução, depois no Império, finalmente durante todo o século XIX, um imperativo essencial, que a reforma pôde passar da condição de projeto à de instituição e conjunto prático. Quer dizer que se, aparentemente, a nova legislação criminal se caracteriza por uma suavização das penas, uma codificação mais nítida, uma considerável diminuição do arbitrário, um consenso mais bem estabelecido a respeito do poder de punir (na falta de uma partilha mais real de seu exercício), ela é apoiada basicamente por uma profunda alteração na economia tradicional das ilegalidades e uma rigorosa coerção para manter seu novo ajustamento. Um sistema penal deve ser concebido como um instrumento para gerir diferencialmente as ilegalidades, não para suprimi-las a todas.

75 ▲

Deslocar o objetivo e mudar sua escala. Definir novas táticas para atingir um alvo que agora é mais ténue mas também mais largamente difuso no corpo social. Encontrar novas técnicas às quais ajustar as punições e cujos efeitos adaptar. Colocar novos princípios para regularizar, afinar, universalizar a arte de castigar. Homogeneizar seu exercício. Diminuir seu custo econômico e político aumentando sua eficácia e multiplicando seus circuitos. Em resumo, constituir uma nova economia e uma nova tecnologia do poder de punir: tais são sem dúvida as razões de ser essenciais da reforma penal no século XVIII.

Ao nível dos princípios, essa nova estratégia é facilmente formulada na teoria geral do contrato. Supõe-se que o cidadão tenha aceito de uma vez por todas, com as leis da sociedade, também aquela que poderá puni-lo. O criminoso aparece então como um ser juridicamente paradoxal. Ele rompeu o pacto, é portanto inimigo da sociedade inteira, mas participa da punição que se exerce sobre ele. O menor crime ataca toda a sociedade; e toda a sociedade - inclusive o criminoso - está presente na menor punição. O castigo penal é então uma função generalizada, coextensiva ao corpo social e a cada um de seus elementos. Coloca-se então o problema da "medida" e da economia do poder de punir.

Efetivamente a infração lança o indivíduo contra todo o corpo social; a sociedade tem o direito de se levantar em peso contra ele, para puni-lo. Luta desigual: de um só lado todas as forças, todo o poder, todos os direitos. E tem mesmo que ser assim, pois aí está representada a defesa de cada um. Constitui-se assim um formidável direito de punir, pois o infrator torna-se o inimigo comum. Até mesmo pior que um inimigo, é um traidor pois ele desfere seus golpes dentro da sociedade. Um "monstro". Sobre ele, como não teria a sociedade um direito absoluto? Como deixaria ela de pedir sua supressão pura e simples? E se é verdade que o princípio dos castigos deve estar subscrito no pacto, não é necessário, logicamente, que cada cidadão aceite a pena extrema para aqueles dentre eles que os atacam como organização?

Todo malfeitor, atacando o direito social, torna-se, por seus crimes, rebelde e traidor da pátria; a conservação do Estado é então incompatível com a sua; um dos dois tem que perecer, e, quando se faz perecer o culpado, é menos como cidadão que como inimigo.(30)

O direito de punir deslocou-se da vingança do soberano à defesa da sociedade. Mas ele se encontra então recomposto com elementos tão fortes, que se torna quase mais temível. O malfeitor foi arrancado a uma ameaça, por natureza, excessiva, mas é exposto a uma pena que não se vê o que pudesse limitar. Volta de um terrível superpoder. E necessidade de colocar um princípio de moderação ao poder do castigo.

Quem não tem arrepios de horror ao ver na história tantos tormentos horríveis e inúteis, inventados e usados friamente por monstros que se davam o nome de sábios?(31) [Ou ainda]: As leis me chamam para o castigo do maior dos crimes. Vou com todo o furor que ele me inspirou. Mas

76 ▲

como? Meu furor ainda o ultrapassa... Deus que imprimistes em nossos corações a aversão à dor por nós mesmos e nossos semelhantes, são então esses seres que criastes tão fracos e sensíveis que inventaram suplícios tão bárbaros, tão refinados?(32)

O princípio da moderação das penas, mesmo quando se trata de castigar o inimigo do corpo social, se articula em primeiro lugar como um discurso do coração. Melhor, ele jorra como um grito do corpo que se revolta ao ver ou ao imaginar crueldades demais. A formulação do princípio de que a penalidade deve permanecer "humana" é feita, entre os reformadores, na primeira pessoa. Como se se exprimisse imediatamente a sensibilidade daquele que fala; como se o corpo do filósofo ou do teórico viesse, entre a fúria do carrasco e do supliciado, afirmar sua própria lei e impô-la finalmente a toda a economia das penas. Lirismo que manifesta a impotência em encontrar o fundamento racional de um cálculo penal? Entre o princípio contratual que rejeita o criminoso para fora da sociedade e a imagem do monstro

Page: 38

Number: 1 Author: Daniel Subject: Comment on Text Date: 08/12/2015 00:19:29
T151 - Citação adentrada - altera aceito -> aceitado [p. 179]

exposto. A nocividade de um delito e seu valor de indução não

82 ▲

são os mesmos, de acordo com o status do infrator; o crime de um nobre é mais nocivo para a sociedade que o de um homem do povo.(51) Enfim, já que o castigo quer impedir a reincidência, ele tem que levar bem em conta o que é o criminoso em sua natureza profunda, o grau presumível de sua maldade, a qualidade intrínseca de sua vontade:

De dois homens que cometeram o mesmo crime, em que proporção é menos culpado aquele que mal tinha o necessário com relação àquele a quem sobrava o supérfluo? De dois perjuros, em que medida é mais criminoso aquele em que se procurou, desde a infância, imprimir sentimentos de honra com relação àquele que, abandonado à natureza, nunca recebeu educação?(52)

Vemos aí ao mesmo tempo a necessidade de uma classificação paralela dos crimes e dos castigos e a necessidade de uma individualização das penas, em conformidade com as características singulares de cada criminoso. Essa individualização vai representar um peso muito grande em toda a história do direito penal moderno; aí está sua fundamentação; sem dúvida em termos de teoria do direito e do acordo com as exigências da prática cotidiana, ela está em oposição radical com o princípio da codificação; mas do ponto de vista de uma economia do poder de punir, e das técnicas através das quais se pretende pôr em circulação, em todo o corpo social, sinais de punição exatamente ajustados, sem excessos nem lacunas, sem "gasto" inútil de poder mas sem timidez, vê-se bem que a codificação do sistema delitos-castigos e a modulação do par criminoso-punição vão a par e se chamam um ao outro. A individualização aparece como o objetivo derradeiro de um código bem adaptado.

Ora, essa individualização é muito diferente, em natureza, das modulações da pena que se encontravam na jurisprudência antiga. Esta — e nesse ponto ela estava de acordo com a prática penitenciária cristã — usava duas séries de variáveis para ajustar o castigo, as da "circunstância" e as da "intenção". Ou seja, elementos que permitiam classificar o ato em si mesmo. A modulação da pena provinha de uma "casuística" em sentido lato.(53) Mas o que começa a se esboçar agora é uma modulação que se refere ao próprio infrator, à sua natureza, a seu modo de vida e de pensar, a seu passado, à "qualidade" e não mais à intenção de sua vontade. Percebe-se, mas como um lugar ainda deixado vazio, o local onde, na prática penal, o saber psicológico virá substituir a jurisprudência casuística. Claro que no fim do século XVIII esse momento ainda está longe. Procura-se a ligação código-individualização nos modelos científicos da época. A história natural oferecia sem dúvida o esquema mais adequado: a taxinomia das espécies segundo uma gradação ininterrupta. Procura-se constituir um Einné dos crimes e das penas, de maneira a que cada infração particular, e cada indivíduo punível possa, sem nenhuma margem de arbítrio, ser atingido por uma lei geral.

83 ▲

Deve-se compor uma tabela de todos os gêneros de crimes que se notam nas diferentes regiões. De acordo com o inventário dos crimes, dever-se-á fazer uma divisão em espécies. A melhor regra para essa divisão é, parece-me, separar os crimes pelas diferenças de objetos. Essa divisão deve ser tal que cada espécie seja bem distinta da outra e cada crime particular, considerado em todas as suas relações, seja colocado entre aquele que deve precedê-lo e aquele que deve seguí-lo, e na mais justa gradação; esta tabela, enfim, deve ser de tal modo que possa se aproximar de outra tabela que será feita para as penas, e de maneira a que elas possam corresponder exatamente uma à outra.(54)

Em teoria, ou antes, em sonho, a dupla taxinomia dos castigos e dos crimes pode resolver o problema: como aplicar leis fixas a indivíduos singulares?

Mas longe desse modelo especulativo, formas de individualização antropológica estavam, na mesma época, se constituindo de maneira ainda muito rudimentar. Em primeiro lugar com a noção de reincidência. Não que esta fosse desconhecida nas antigas leis criminais.(55) Mas tende a tornar-se uma qualificação do próprio delinqüente, susceptível de modificar a pena pronunciada: de acordo com a legislação de 1791, os reincidentes, em quase todos os casos, eram passíveis de ter a pena dobrada: segundo a lei de Floreal ano X, deviam ser marcados com a letra R; e o Código Penal de 1810 indicava-lhes ou o máximo da pena, ou a pena imediatamente superior. Mas, através da reincidência, não se visa o autor de um ato definido pela lei, mas o sujeito delinqüente, uma certa vontade que manifesta seu caráter intrinsecamente criminoso. Pouco a pouco, à medida que, no lugar do crime, a criminalidade se torna o objeto da intervenção penal, a oposição entre primário e reincidente tenderá a tornar-se mais importante. E a partir dessa oposição, reforçando-a em muitos pontos, vemos na mesma época formar-se a noção de crime "passional" - crime involuntário, irrefletido, ligado a circunstâncias extraordinárias, que não tem por certo a desculpa da loucura, mas promete nunca ser um crime habitual. Lê Peletier já observava, em 1791, que a sutil gradação das penas que ele apresentava à Constituinte podia desviar do crime "o maldoso que, de sangue-frio, medita uma ação má", e pode ser retido pelo temor da pena; que, em compensação, ela é impotente contra os crimes devidos às "paixões violentas que não calculam"; mas que isso tem pouca importância, pois tais crimes não mostram da parte de seus autores "nenhuma maldade calculada".(56)

Sob a humanização das penas, o que se encontra são todas essas regras que autorizam, melhor, que exigem a "suavidade", como uma economia calculada do poder de punir. Mas elas exigem também um deslocamento no ponto de aplicação desse poder: que não seja mais o corpo, com o jogo ritual dos sofrimentos excessivos, das marcas ostensivas no ritual dos suplícios; que seja o espírito ou antes um jogo de representações e de sinais que circulem discretamente mas com necessidade e evidência no espírito de todos. Não mais o corpo, mas a alma, dizia Mably. E vemos bem o que se deve entender por esse termo: o correlato de uma técnica de poder. Dispensam-se as velhas "anato-

84 ▲

mias" punitivas. Mas teremos entrado por isso, verdadeiramente, na era dos castigos incorpóreos?

No ponto de partida, podemos então colocar o projeto político de classificar exatamente as ilegalidades, de generalizar a função punitiva, e de delimitar, para controlá-lo, o poder de punir. Ora, daí se definem duas linhas de objetivação do crime e do criminoso. De um lado, o criminoso designado como inimigo de todos, que têm interesse em perseguir, sai do pacto, desqualifica-se como cidadão e surge trazendo em si como que um fragmento selvagem de natureza; aparece como o celerado, o monstro, o louco talvez, o doente e logo o "anormal". É a esse título que ele se encontrará um dia sob uma objetivação científica, e o "tratamento" que lhe é correlato. De outro lado, a necessidade de medir, de dentro, os efeitos do poder punitivo prescreve táticas de intervenção sobre todos os criminosos, atuais ou eventuais: a organização de um campo de prevenção, o cálculo dos interesses, a entrada em circulação de representações e sinais, a constituição de um horizonte de certeza e verdade, o ajustamento das penas a variáveis cada vez mais sutis, tudo isso leva igualmente a uma objetivação dos crimes e dos criminosos. Nos dois casos, vemos que a relação de poder que fundamenta o exercício da punição começa a ser acompanhada por uma relação de objeto na qual se encontram incluídos não só o crime como fato a estabelecer segundo normas comuns, mas o criminoso como indivíduo a conhecer segundo critérios específicos. Vemos também que essa relação de objeto não vêm se sobrepor, de fora, à prática punitiva, como faria uma proibição imposta à fúria dos suplícios pêlos limites da sensibilidade, ou como faria uma interrogação, racional ou "científica" sobre o que é o homem que se pune. Os processos de objetivação nascem nas próprias táticas do poder e na distribuição de seu exercício.

Entretanto, esses dois tipos de objetivação que se definem com os projetos de reforma penal são muito diferentes entre si, por sua cronologia e por seus efeitos. A objetivação do criminoso fora da lei, como homem da natureza, não passa ainda de uma virtualidade, uma linha de fuga, onde se entrecruzam os temas da crítica política e as figuras do imaginário. Será necessário esperar muito tempo para que o homo criminalis se torne um objeto definido num campo de conhecimento. A outra objetivação, ao contrário, teve efeitos muito mais rápidos e decisivos na medida em que estava mais diretamente ligada à reorganização do poder de punir; codificação, definição dos papéis, tarifação das penas, regras de procedimento, definição do papel dos magistrados. E também porque se apoiava sobre o discurso já constituído dos Ideólogos. Este fornecia com efeito, pela teoria dos interesses, das representações e dos sinais,

85 ▲

pelas séries e gêneses que reconstituía, uma espécie de receita geral para o exercício do poder sobre os homens: o "espírito" como superfície de inscrição para o poder, com a semiologia por instrumento; a submissão dos corpos pelo controle das idéias; a análise das representações como princípio, numa política dos corpos bem mais eficaz que a anatomia ritual dos suplícios. O pensamento dos ideólogos não foi apenas uma teoria do indivíduo e da sociedade; desenvolveu-se como uma tecnologia dos poderes sutis, eficazes e econômicos, em oposição aos gastos suntuários do poder dos soberanos. Ouçamos mais uma vez Servan: as idéias de crime e de castigo têm que estar fortemente ligadas e

se suceder sem intervalo...Quando tiverdes conseguido formar assim a cadeia das idéias na cabeça de vossos cidadãos, podereis então vos gabar de conduzi-los e de ser seus senhores. Um déspota imbecil pode coagir escravos com correntes de ferro; mas um verdadeiro político os amarra bem mais fortemente com a corrente de suas próprias idéias; é no plano fixo da razão que ele ata a primeira ponta; laço tanto mais forte quanto ignoramos sua tessitura e pensamos que é obra nossa; o desespero e o tempo roem os laços de ferro e de aço, mas são impotentes contra a união habitual das idéias, apenas conseguem estreitá-la ainda mais; e sobre as fibras moles do cérebro funda-se a base inabalável dos mais sólidos impérios.(57)

Essa semiotécnica das punições, esse "poder ideológico" é que, pelo menos em parte, vai ficar em suspenso e será substituído por uma nova anatomia política em que o corpo novamente, mas numa forma inédita, será o personagem principal. E essa nova anatomia política permitirá recruzar as duas linhas divergentes de objetivação que vemos formar-se no século XVIII: a que rejeita o criminoso para "o outro lado" - o lado de uma natureza contra a natureza; e a que procura controlar a delinqüência por uma anatomia calculada das punições. Um exame da nova arte de punir mostra bem a substituição da semiotécnica punitiva por uma nova política do corpo.

86 ▲

CAPÍTULO II
A MITIGAÇÃO DAS PENAS

A arte de punir deve portanto repousar sobre toda uma tecnologia da representação. A empresa só pode ser bem sucedida se estiver inscrita numa mecânica natural.

Semelhante à gravitação dos corpos, uma força secreta nos empurra sempre para nosso bem-estar. Esse impulso só é afetado pêlos obstáculos que as leis lhe opõem. Todas as várias ações do homem são efeitos dessa tendência interior.

Encontrar para um crime o castigo que convém é encontrar a desvantagem cuja idéia seja tal que torne definitivamente sem atração a idéia de um delito. É uma arte das energias que se combatem, arte das imagens que se associam, fabricação de ligações estáveis que desafiem o tempo. Importa constituir pares de representação de valores opostos, instaurar diferenças quantitativas entre as forças em questão, estabelecer um jogo de sinais-obstáculos que possam submeter o movimento das forças a uma relação de poder.

Que a idéia do suplício esteja sempre presente no coração do homem fraco e domine o sentimento que o arrasta para o crime.(1)

Esses sinais-obstáculos devem constituir o novo arsenal das penas, como as marcas-vinditas organizavam os antigos suplícios. Mas, para funcionar, têm que obedecer a várias condições:

1) Ser tão pouco arbitrários quanto possível. É verdade que é a sociedade que define, em função de seus interesses próprios, o que deve ser considerado como crime: este, portanto, não é natural. Mas se queremos que a punição possa sem dificuldade apresentar-se ao espírito assim que se pensa no crime, é preciso que, de um ao outro, a ligação seja a mais imediata possível: de semelhança, de analogia, de proximidade. É preciso dar

à pena toda a conformidade possível com a natureza de delito, a fim de que o medo de um castigo afaste o espírito do caminho por onde era levado na perspectiva de um crime vantajoso.(2)

A punição ideal será transparente ao crime que sanciona; assim, para quem a contempla, ela será infalivelmente o sinal do crime que castiga; e para quem sonha com o crime, a simples idéia do delito despertará o sinal punitivo. Vantagem para a estabilidade da ligação, vantagem para o cálculo das proporções entre crime e castigo e para a leitura quantitativa dos interesses; pois tomando a forma de uma conseqüência natural, a punição não aparece como o efeito arbitrário de um poder humano.

87 ▲

Tirar ao castigo o delito é a melhor maneira de proporcionar a punição ao crime. Se é isso o triunfo da justiça, é também o triunfo da liberdade, pois então, não vindo mais as penas da vontade do legislador, mas da natureza das coisas, não se vê mais o homem fazer violência ao homem.(3)

Na punição analógica, o poder que pune se esconde.

Os reformadores apresentaram uma série inteira das penas naturais por instituição, e das que retomam em sua forma o conteúdo do crime. Vermeil, por exemplo: os que abusam da liberdade pública serão privados da sua; serão retirados os direitos civis dos que abusarem das vantagens da lei e dos privilégios das funções públicas; a multa punirá o peculato e a usura; a confiscação punirá o roubo; a humilhação, os delitos de "vanglória"; a morte, o assassinato; a fogueira, o incêndio. Quanto ao envenenador, o carrasco lhe apresentará uma taça cujo conteúdo lhe jogará no rosto, para esmagá-lo com o horror de seu crime ao fazê-lo ver sua imagem, e o meterá em seguida numa caldeira de água fervente.(4)

Simples sonho? Talvez. Mas o princípio de uma comunicação simbólica é de novo claramente formulado por Lê Peletier, quando apresenta em 1791 a nova legislação criminal:

Tem que haver relações exatas entre a natureza do delito e a natureza da punição; aquele que foi feroz em seu crime sofrerá dores físicas; aquele que tiver sido preguiçoso será obrigado a um trabalho penoso; aquele que foi abjeto sofrerá uma pena de infâmia.(5)

Apesar de crueldades que lembram muito o Antigo Regime, é um mecanismo bem diverso que funciona nessas penas analógicas. Não se opõem mais o atroz ao atroz numa justa de poder; não é mais a simetria da vingança, é a transparência do sinal ao que ele significa; pretende-se, no teatro dos castigos, estabelecer uma relação imediatamente inteligível aos sentidos e que possa dar lugar a um cálculo simples. Uma espécie de estética razoável da pena.

Não é só nas belas-artes que se deve seguir fielmente a natureza; as instituições políticas, pelo menos as que têm um caráter de sabedoria e elementos de duração, se fundamentam na natureza.(6)

Que o castigo decorra do crime; que a lei pareça ser uma necessidade das coisas, e que o poder aja mascarando-se sob a força suave da natureza.

2) Esse jogo de sinais deve corresponder à mecânica das forças: diminuir o desejo que torna o crime atraente, aumentar o interesse que torna a pena temível; inverter a relação das intensidades, fazer que a representação da pena e de suas desvantagens seja mais viva que a do crime com seus prazeres. Toda uma mecânica, portanto, do interesse de seu

Page: 44

Number: 1 Author: Daniel Subject: Highlight Date: 08/12/2015 00:04:46
T151 - Cópia - uso de fragmento mas mantendo a ideia de F [p. 178]

movimento, da maneira como é representado e da vivacidade dessa representação.

O legislador deve ser um arquiteto hábil que saiba ao mesmo tempo empregar todas as forças que possam contribuir para a solidez do edifício e amortecer todas as que poderiam arruiná-lo.(7)

Várias meios. "Ir direto à fonte do mal.8 quebrar a mola que anima a representação do crime. Tornar sem força o interesse que a fez nascer. Atrás dos delitos de vadiagem, há a preguiça; é esta que se deve combater.

88 ▲

Não teremos sucesso trancando os mendigos em prisões infectas que são antes cloacas [será preciso obrigá-los ao trabalho]. Empregá-los é a melhor maneira de puni-los.(9)

Contra uma paixão má, um bom hábito; contra uma força, outra força; mas o importante é a força da sensibilidade e da paixão, não as do poder com suas armas.

Não devemos deduzir todas as penas desse princípio tão simples, tão feliz e já conhecido de escolhê-las no que há de mais deprimente para a paixão que levou ao crime cometido?(10)

Fazer funcionar contra ela mesma a força que levou ao delito. Dividir o interesse, servir-se dele para tornar temível a pena. Que o castigo o irrite e o estimule mais do que o erro que encorajara. Se o orgulho fez cometer um crime, que seja ferido, que se revolte com a punição. A eficácia das penas infamantes é se apoiarem sobre a vaidade que estava na raiz do crime. Os fanáticos se glorificam tanto de suas opiniões quanto dos suplícios que suportam por elas. Que se faça então funcionar contra o fanatismo a teimosia orgulhosa que o sustenta: "Comprimi-lo pelo ridículo e pela vergonha; se humilharmos a orgulhosa vaidade dos fanáticos diante de uma grande multidão de espectadores, devemos esperar efeitos felizes dessa pena". De nada serviria, ao contrário, impor-lhes dores físicas.(11)

Reanimar um interesse útil e virtuoso, cujo enfraquecimento é provado pelo crime. O sentimento de respeito pela propriedade - a de riquezas mas também a de honra, de liberdade, de vida - o malfeitor o perde quando rouba, calunia, seqüestra ou mata. É preciso então que lhe seja reensinado. E começaremos a ensiná-lo nele mesmo: ele sentirá o que é perder a livre disposição de seus bens, de sua honra, de seu tempo e de seu corpo, para, por sua vez, respeitá-lo nos outros.(12) A pena que forma sinais estáveis e facilmente legíveis deve assim recompor a economia dos interesses e a dinâmica das paixões.

3) Conseqüentemente, utilidade de uma modulação temporal. A pena transforma, modifica, estabelece sinais, organiza obstáculos. Qual seria sua utilidade se se tornasse definitiva? Uma pena que não tivesse termo seria contraditória: todas as restrições por ela impostas ao condenado e que, voltando a ser virtuoso, ele nunca poderia aproveitar, não passariam de suplícios; e o esforço feito para reformá-lo seria pena e custo perdidos, pelo lado da sociedade. Se há incorrigíveis, temos que nos resolver a eliminá-los. Mas para todos os outros as penas só podem funcionar se terminam. Análise aceita pêlos Constituintes: o Código de 1791 prevê a morte para os traidores e os assassinos; todas as outras penas devem ter um termo (o máximo é de vinte anos).

Mas, principalmente, o papel da duração deve estar integrado à economia da pena. Os suplícios, em sua violência, corriam o risco de ter esse resultado: quanto mais grave o crime, menos longo era seu castigo. A duração intervinha, sem dúvida, no antigo sistema das penas: dias de pelourinho, anos de banimen-

89 ▲

to, horas passadas a expirar na roda. Mas era um tempo de prova, não de transformação concertada. A duração deve agora permitir a ação própria do castigo:

Uma série prolongada de privações penosas, poupando à humanidade o horror das torturas, afeta muito mais o culpado que um instante passageiro de dor... Ela renova sem cessar aos olhos do povo que serve de testemunha a lembrança das leis vingadoras e faz a todos os momentos reviver um terror salutar.(13)

O tempo, operador da pena.

Ora, a frágil mecânica das paixões não permite que as pressionemos da mesma maneira nem com a mesma insistência à medida que elas se reaprumam; é bom que a pena se atenue com os efeitos que produz. Pode naturalmente ser fixa, no sentido de que é determinada para todos, da mesma maneira, pela lei; seu mecanismo interno deve ser variável. Em seu projeto à Constituinte, Lê Peletier propunha penas de intensidade regressiva: um condenado à pena mais grave só irá para a masmorra (corrente nos pés e nas mãos, escuridão, solidão, pão e água) durante uma primeira fase; terá a possibilidade de trabalhar dois, depois três dias por semana. Depois dos dois primeiros terços da pena, poderá passar ao regime da "limitação" (masmorra iluminada, corrente em torno da cintura, trabalho solitário durante cinco dias na semana, mas em comum os outros dois dias; esse trabalho será pago e lhe permitirá melhorar seu passadio). Enfim, quando se aproximar do fim da pena, poderá passar ao regime da prisão:

Poderá se reunir com os outros prisioneiros todos os dias para um trabalho comum. Se preferir, poderá trabalhar sozinho. Sua comida será o que lhe render seu trabalho.(14)

Page: 45

Number: 1 Author: Daniel Subject: Highlight Date: 08/12/2015 00:06:20
T151 - Cópia - [p. 178]

Number: 2 Author: Daniel Subject: Highlight Date: 08/12/2015 00:05:35
T151 - Cópia - com pouquíssimas alterações na p. 178-179:
O objetivo da pena é diminuir o desejo que torna o crime atraente, a educação nas prisões deve quebrar a mola que anima a representação do crime. Atrás dos delitos há a vadiagem, há a preguiça que devem ser combatidas

Luto cujo sentido deve ser claro para todos; cada elemento de seu ritual deve falar, dizer o crime, lembrar a lei, mostrar a necessidade da punição, justificar sua medida. Cartazes, placas, sinais, símbolos devem ser multiplicados, para que cada um possa apreender seus significados. A publicidade da punição não deve espalhar um efeito físico de terror; deve abrir um livro de leitura. Lê Peletier propunha que o povo, uma vez por mês, pudesse visitar os condenados

em seu doloroso reduto: lerá traçado em grandes caracteres, acima da porta da masmorra, o nome do culpado, o crime e o julgamento.(20)

E no estilo ingênuo e militar das cerimônias imperiais, Bexon imaginará alguns anos mais tarde todo um quadro heráldico penal:

O condenado à morte será conduzido ao cadafalso num carro "tingido ou pintado de preto entremeado de vermelho"; se traiu, terá uma camisa vermelha sobre a qual estará escrita, na frente e atrás, a palavra "traidor"; se for parricida, terá a cabeça coberta com um véu negro e em sua camisa serão bordados punhais ou os instrumentos de morte de que se tiver servido; se envenenou, sua camisa vermelha será ornamentada com serpentes e outros animais venenosos.(21)

Essa lição legível, essa recodificação ritual, devem ser repetidas com toda a freqüência possível; que os castigos sejam uma escola mais que uma festa; um livro sempre aberto mais que uma cerimônia. A duração que torna o castigo eficaz para o culpado também é útil para os espectadores. Estes devem poder consultar a cada instante o léxico permanente do crime e do castigo. Pena secreta, pena perdida pela metade. Seria necessário que as crianças pudessem vir aos lugares onde é executada; lá fariam suas aulas cívicas. E os homens feitos lá reaprenderiam periodicamente as leis. Concebamos os lugares de castigos como um Jardim de Leis que as famílias visitariam aos domingos.

92 ▲

Eu gostaria que de vez em quando, depois de preparar os espíritos com um discurso fundamentado sobre a conservação da ordem social, sobre a utilidade dos castigos, se levassem os jovens, mesmo os homens, às minas, às obras, para contemplar o horrível destino dos proscritos. Essas peregrinações seriam mais úteis que as que os turcos fazem a Meca.(22)

E Lê Peletier considerava que essa visibilidade dos castigos era um dos princípios fundamentais do novo Código Penal:

Frequentemente e em momentos marcados, a presença do povo deve levar a vergonha à cabeça do culpado; e a presença do culpado no estado penoso a que foi reduzido por seu crime deve dar à alma do povo uma útil instrução.(23)

Bem antes de ser concebido como objeto de ciência, pensa-se no criminoso como elemento de instrução. Depois da visita de caridade para partilhar do sofrimento dos prisioneiros - o século XVII a inventara ou restabelecera -pensou-se nessas visitas de crianças que viriam aprender como a justiça da lei vem se aplicar ao crime: lição viva no museu da ordem.

6) Então se poderá inverter na sociedade o tradicional discurso do crime. Grave preocupação para os fazedores de leis no século XVIII: como apagar a glória duvidosa dos criminosos? Como fazer calar-se a epopéia dos grandes malfeitores cantada pêlos almanaques, folhetins, as narrativas populares? Se a recodificação for bem feita, se a cerimônia de luto se desenrolar como deve, o crime só poderá aparecer então como uma desgraça e o malfeitor como um inimigo a quem se reensina a vida social. Em lugar dessas louvações que tornam o criminoso um herói, só se propagarão então no discurso dos homens esses sinais-obstáculos que impedem o desejo do crime pelo receio calculado do castigo. A mecânica positiva funcionará totalmente na linguagem de todos os dias, e esta a fortalecerá sem cessar com novas narrativas. O discurso se tornará o veículo da lei: princípio constante da recodificação universal. Os poetas do povo se juntarão enfim aos que se chamam a si mesmos "missionários da razão eterna"; tornar-se-ão moralistas.

Pleno dessas imagens terríveis e dessas idéias salutares, cada cidadão virá espalhá-las em sua família, e aí, com longas narrativas feitas com tanto calor quanto avidamente ouvidas, seus filhos em torno dele abrirão suas jovens memórias para receber, em traços inalteráveis, a idéia do crime e do castigo, o amor pelas leis e pela pátria, o respeito e a confiança na magistratura. Os habitantes do campo, testemunhas também desses exemplos, os semearão em torno de suas cabanas, o gosto pela virtude criará raízes nessas almas grosseiras, enquanto que o mau, consternado pela alegria pública, assustado de ver tantos inimigos, talvez venha a renunciar a seus projetos cujo resultado é tão rápido quanto funesto.(24)

Eis então como devemos imaginar a cidade punitiva. Nas encruzilhadas, nos jardins, à beira das estradas que são refeitas ou das pontes que são construídas, em oficinas abertas a todos, no fundo de minas que serão visitadas, mil pequenos teatros de castigos. Para cada crime, sua lei; para cada criminoso, sua pena. Pena visível, pena loquaz, que diz tudo, que explica, se justifica,

93 ▲

convence: placas, bonés, cartazes, tabuletas, símbolos, textos lidos ou impressos, isso tudo repete incansavelmente o Código. Cenários, perspectivas, efeitos de ótica, fachadas às vezes ampliam a cena, tornam-na mais temível, mas também mais clara. Do lugar onde está colocado o público, poder-se-ia acreditar em certas crueldades que, na realidade, não

Page: 47

Number: 1 Author: Daniel Subject: Comment on Text Date: 07/12/2015 23:57:48
T151 - Citação adentrada [p. 177]

Number: 2 Author: Daniel Subject: Highlight Date: 08/12/2015 00:43:31
T151 - Cópia de trechos [p. 179]

punitivo. Seu prestígio, ainda maior dado o fato de que os mais recentes vinham da Inglaterra e principalmente da América, teria permitido superar o duplo obstáculo constituído pelas regras seculares do direito e o funcionamento despótico da prisão. Muito rapidamente, teriam afastado as maravilhas punitivas imaginadas pêlos reformadores, e imposto a realidade séria da detenção. A importância desses modelos foi grande, não se deve duvidar. Mas são justamente eles que antes de fornecer a solução trazem problemas: o de sua existência e o de sua difusão. Como puderam nascer e principalmente como puderam ser aceitos de maneira tão geral? Pois é fácil mostrar que, se apresentam um certo número de pontos em comum com os princípios gerais da reforma penal, em muitos pontos são inteiramente heterogêneos a ela, e às vezes mesmo incompatíveis.

99 ▲

O mais antigo desses modelos, o que passa por ter, de perto ou de longe, inspirado todos os outros, é o Rasphuis de Amsterdam, aberto em 1596.(44) Destinava-se em princípio a mendigos ou a jovens malfeitores. Seu funcionamento obedecia a três grandes princípios: a duração das penas podia, pelo menos dentro de certos limites, ser determinada pela própria administração, de acordo com o comportamento do prisioneiro (essa latitude podia, aliás, ser prevista pela sentença: em 1597 um detento era condenado a doze anos de prisão, que podiam se reduzir a oito, se seu comportamento fosse satisfatório). O trabalho era obrigatório, feito em comum (aliás a cela individual só era utilizada a título de punição suplementar; os detentos dormiam 2 ou 3 em cada cama, em celas que continham 4 a 12 pessoas); e pelo trabalho feito, os prisioneiros recebiam um salário. Enfim um horário estrito, um sistema de proibições e de obrigações, uma vigilância contínua, exortações, leituras espirituais, todo um jogo de meios para "atrair para o bem" e "desviar do mal", enquadrava os detentos no dia-a-dia. Pode-se tomar o Rasphuis de Amsterdam como exemplo básico. Historicamente, faz a ligação entre a teoria, característica do século XVI, de uma transformação pedagógica e espiritual dos indivíduos por um exercício contínuo, e as técnicas penitenciárias imaginadas na segunda metade do século XVIII. E deu às três instituições que são então implantadas os princípios fundamentais que cada uma desenvolverá numa direção particular.

A cadeia de Gand organizou o trabalho penal em torno principalmente de imperativos econômicos. A razão dada é que a ociosidade é a causa geral da maior parte dos crimes. Um levantamento - um dos primeiros sem dúvida -feito sobre os condenados na jurisdição de Alost, em 1749, mostra que os malfeitores não eram

artesões ou lavradores (os operários só pensam no trabalho que os alimenta), mas vagabundos que se dedicavam à mendicância.(45)

Daí a idéia de uma casa que realizasse de uma certa maneira a pedagogia universal do trabalho para aqueles que se mostrassem refratários. Quatro vantagens: diminuir o número de processos criminais que custam caro ao Estado (poder-se-iam assim economizar mais de 100.000 libras em Flandres); não ser mais necessário adiar os impostos para os proprietários dos bosques arruinados pêlos vagabundos; formar uma quantidade de novos operários, o que "contribuiria, pela concorrência, a diminuir a mão-de-obra"; enfim permitir aos verdadeiros pobres ter os benefícios, sem divisão, da caridade necessária. Essa pedagogia tão útil reconstituirá no indivíduo preguiçoso o gosto pelo trabalho, recolocá-lo-á por força num sistema de interesses em que o trabalho será mais vantajoso que a preguiça, formará em torno dele uma pequena sociedade reduzida, simplificada e coercitiva onde aparecerá claramente a máxima: quem quer viver tem que trabalhar. Obrigação do trabalho, mas

100 ▲

também retribuição que permite ao detento melhorar seu destino durante e depois da detenção.

O homem que não encontra sua subsistência deve absolutamente ser levado ao desejo de procurá-la pelo trabalho; ela lhe é oferecida pela polícia e pela disciplina; de alguma maneira, ele é obrigado a se entregar; a atração do ganho o excita, em seguida: corrigido em seus hábitos, acostumado a trabalhar, alimentado sem inquietação com alguns lucros que reserva para a saída [ele aprendeu uma profissão] que lhe garante uma subsistência sem perigo.(47)

Reconstrução do Homo oeconomicus, que exclui a utilização de penas muito breves - o que impediria a aquisição das técnicas e do gosto pelo trabalho, ou definitivas - o que tomaria inútil qualquer aprendizagem.

O prazo de seis meses é curto demais para corrigir os criminosos, e levá-los ao espírito de trabalho; [em compensação] o prazo perpétuo os desespera; ficam indiferentes à correção dos hábitos e ao espírito de trabalho; só se ocupam com projetos de evasão e de revolta; e já que não foram julgados quanto a serem privados da vida, por que procurar torná-la insuportável?(48)

A duração da pena só tem sentido em relação a uma possível correção, e a uma utilização econômica dos criminosos corrigidos.

Ao princípio do trabalho, o modelo inglês acrescenta, como condição essencial para a correção, o isolamento. O esquema fora dado em 1775, por Hanway, que o justificava em primeiro lugar por razões negativas: a promiscuidade na prisão dá maus exemplos e possibilidades de evasão no imediato, de chantagem ou de cumplicidade para o futuro. A prisão se pareceria demais com uma fábrica deixando-se os detentos trabalhar em comum. As razões positivas em seguida: o isolamento constitui "um choque terrível", a partir do qual o condenado, escapando às más influências, pode

Page: 51

Number: 1 Author: Daniel Subject: Highlight Date: 08/12/2015 00:02:21
T151 - Cópia da estrutura básica do segmento. [p. 177]

fazer meia-volta e redescobrir no fundo de sua consciência a voz do bem; o trabalho solitário se tornará então tanto um exercício de conversão quanto de aprendizado; não reformará simplesmente o jogo de interesses próprios ao homo oeconomicus, mas também os imperativos do indivíduo moral. A cela, esta técnica do monarquismo cristão e que só subsistia em países católicos, torna-se nessa sociedade protestante o instrumento através do qual se podem reconstituir ao mesmo tempo o homo oeconomicus e a consciência religiosa. Entre o crime e a volta ao direito e à virtude, a prisão constituirá um "espaço entre dois mundos", um lugar para as transformações individuais que devolverão ao Estado os indivíduos que este perdera. Aparelho para modificar os indivíduos que Hanway chama um "reformatório".(49) São esses princípios gerais que Howard e Blackstone põem em prática em 1779 quando a independência dos Estados Unidos impede as deportações e se prepara uma lei para modificar o sistema de penas. O encarceramento, com a finalidade de transformação da alma e do comportamento, faz sua entrada no sistema das leis civis. O preâmbulo da lei, redigido por Blackstone e Howard, descreve o encarceramento individual em

101 ▲

sua tríplice função de exemplo temível, de instrumento de conversão e de condição para um aprendizado: submetidos

a uma detenção isolada, a um trabalho regular e à influência da instrução religiosa [certos criminosos poderiam] não só assustar aqueles que ficassem tentados a imitá-los, mas ainda eles mesmos se corrigirem e contrair o hábito do trabalho.(50)

Donde a decisão de construir duas penitenciárias, uma para os homens, outra para as mulheres, onde os detentos isolados seriam obrigados "aos trabalhos mais servis e mais compatíveis com a ignorância, a negligência e a obstinação dos criminosos": andar numa roda para movimentar uma máquina, fixar um cabrestante, polir mármore, bater cânhamo, raspar pau-campeche, retalhar trapos, fazer cordas e sacos. Na realidade só uma penitenciária foi construída, a de Gloucester, e que só parcialmente correspondia ao esquema inicial: confinamento total para os criminosos mais perigosos; para os outros, trabalho em comum durante o dia e separação à noite.

Enfim, o modelo de Filadélfia. O mais famoso, sem dúvida, porque surgia ligado às inovações políticas do sistema americano e também porque não foi votado, como os outros, ao fracasso imediato e ao abandono; foi continuamente retomado e transformado até às grandes discussões dos anos 1830 sobre a reforma penitenciária. Em muitos pontos, a prisão de Walnut Street, aberta em 1790, sob a influência direta dos meios quaker, retomava o modelo de Gand e de Gloucester.(51) Trabalho obrigatório em oficinas, ocupação constante dos detentos, custeio das despesas da prisão com esse trabalho, mas também retribuição individual dos prisioneiros para assegurar sua reinserção moral e material no mundo estrito da economia; os condenados são então

constantemente empregados em trabalhos produtivos para fazê-los suportares gastos da prisão, para não deixá-los na inação e para lhes preparar alguns recursos para o momento em que deverá cessar seu cativeiro.(52)

A vida é então repartida de acordo com um horário absolutamente estrito, sob uma vigilância ininterrupta: cada instante do dia é destinado a alguma coisa, prescreve-se um tipo de atividade e implica obrigações e proibições:

Todos os prisioneiros se levantam cedo de madrugada, de maneira que depois de terem feito as camas, se terem lavado e atendido a outras necessidades, começam o trabalho geralmente ao nascer do sol. A partir desse momento, ninguém pode entrar nas salas ou outros lugares que não sejam as oficinas e locais designados para seus trabalhos... No fim do dia, toca um sino que os avisa para deixar o trabalho... Eles têm meia hora para arrumar as camas, e depois disso não lhes é mais permitido conversar alto e fazer o mínimo ruído.(53)

Como em Gloucester, o confinamento solitário não é total: é para certos condenados que em outras épocas teriam recebido a morte, e para aqueles que no interior da prisão merecem uma punição especial:

102 ▲

Lá, sem ocupação, sem nada para distraí-lo, à espera e na incerteza do momento em que será libertado [o prisioneiro passa] longas horas ansiosas, trancado em pensamentos que se apresentam ao espírito de todos os culpados.(54)

Como em Gand, enfim, a duração do encarceramento pode variar com o comportamento do detento: os inspetores da prisão, depois de consultar o processo, obtêm das autoridades - e isso sem dificuldades até pelos anos 1820 - o perdão para os detentos que se comportarem bem.

Walnut Street comporta além disso um certo número de traços que lhe são específicos, ou pelo menos que desenvolvem o que estava virtualmente presente nos outros modelos. Em primeiro lugar o princípio da não-publicidade da pena. Se a condenação e o que a motivou devem ser conhecidos por todos, a execução da pena, em compensação, deve ser feita em segredo; o público não deve intervir nem como testemunha, nem como abonador da punição; a certeza de que, atrás dos muros, o detento cumpre sua pena deve ser suficiente para constituir um exemplo: terminados aqueles espetáculos de rua criados pela lei de 1786, quando impôs a certos condenados obras públicas a executar nas cidades ou estradas.(55) O castigo e a correção que este deve operar são processos que se desenrolam entre o prisioneiro e aqueles que o vigiam. Processos que impõem uma transformação do indivíduo inteiro - de seu corpo e de seus hábitos pelo

Page: 52

Number: 1 Author: Daniel Subject: Comment on Text Date: 21/12/2015 11:21:43
T151 Cópia [p. 42]

era previsto que as penas não seriam proclamadas publicamente, que os prisioneiros seriam levados à casa de correção à noite, que os guardiães se comprometeriam sob juramento a não lhes revelar a identidade e não seria permitida nenhuma visita (T. Sellin), Pioneering in Penology, p. 27-28).

56. Primeiro relatório dos inspetores de Walnut Street, citado por Teeters, p. 53-54.

57. J. Turnbull, Visite à Ia prison de Philadelphie, trad. 1797, p. 27.

113 ▲

58. B. Rush, que foi um dos inspetores, nota o seguinte depois de urna visita a Walnut Street: "Cuidados morais: pregação, leitura de bons livros, limpeza das roupas e dos quartos, banhos; fala-se em voz baixa, pouco vinho, o mínimo de fumo, pouca conversa obscena ou profana. Trabalho constante: horta bem cuidada; está bonita: 1 .200 cabeças de repolho". In N.K. Teeters, The cradle of penitentiary, 1935, p. 50.

59. Minutes of the Board, 16 de junho de 1797, citado in N.K. Teeters, op. cit., p. 59.

60. W. Blackstone, Commentaire sur lê Code criminei d'Angleterre, trad. francesa, 1776, p. 19.

61. W. Bradford, An Inquiry How Far thc Punishment of Death Is Necessary in Pennsylvania, 1793, p. 3.

62. B. Rush, An Inquiry into the Effects of Public Punishments, 1787, p. 14. Esta ideia de um aparelho para transformar já se encontra em Hanway no projeto de um "reformatório": "A ideia de hospital e a de malfeitor são incompatíveis; mas tentemos fazer da prisão um reformatório (reformatory) autêntico e eficaz, em vez de que seja como as outras uma escola de vício" (Defects of Police, p. 52).

63. B. Rush, An Inquiry into thc Effects of Public Punishments, 1787, p. 13.

64. Cf. as críticas que Rush fazia aos espetáculos punitivos, particularmente aos que imaginara Dufriche de Valazé, An Inquiry into the Effects or Public Punishments, 1787, p. 5-9.

114 ▲

Terceira Parte
DISCIPLINA

CAPÍTULO I
OS CORPOS DÓCEIS

Eis como ainda no início do século XVII se descrevia a figura ideal do soldado. O soldado é antes de tudo alguém que se reconhece de longe; que leva os sinais naturais de seu vigor e coragem, as marcas também de seu orgulho: seu corpo é o brasão de sua força e de sua valentia; e se é verdade que deve aprender aos poucos o ofício das armas - essencialmente lutando - as manobras como a marcha, as atitudes como o porte da cabeça se originam, em boa parte, de uma retórica corporal da honra:

Os sinais para reconhecer os mais idôneos para esse ofício são a atitude viva e alerta, a cabeça direita, o estômago levantado, os ombros largos, os braços longos, os dedos fortes, o ventre pequeno, as coxas grossas, as pernas finas e os pés secos, pois o homem desse tipo não poderia deixar de ser ágil e forte: [tornado lanceiro, o soldado] deverá ao marchar tomar a cadência do passos para ter o máximo de graça e gravidade que for possível, pois a Lança é uma arma honrada e merece ser levada com um porte grave e audaz.(1)

Segunda metade do século XVIII: o soldado tornou-se algo que se fabrica; de uma massa informe, de um corpo inapto, fez-se a máquina de que se precisa; corrigiram-se aos poucos as posturas; lentamente uma coação calculada percorre cada parte do corpo, se assenhoreia dele, dobra o conjunto, torna-o perpetuamente disponível, e se prolonga, em silêncio, no automatismo dos hábitos; em resumo, foi "expulso o camponês" e lhe foi dada a "fisionomia de soldado".(2) Os recrutas são habituados a

Page: 60

Number: 1 Author: Daniel Subject: Comment on Text Date: 21/12/2015 00:33:02
T037 - Citação adentrada e seguida de indicação do título V&P [p. 41]
T160 - Citação com aspas que indica ser de "História da Sexualidade I" mas é na verdade de V&P [p. 92]

Number: 2 Author: Daniel Subject: Comment on Text Date: 21/12/2015 09:57:05
T160 - Citação com aspas que indica ser de "História da Sexualidade I" mas é na verdade de V&P [p. 92]

manter a cabeça ereta e alta; a se manter direito sem curvar as costas, a fazer avançar o ventre, a salientar o peito, e encolher o dorso; e a fim de que se habituem, essa posição lhes será dada apoiando-os contra um muro, de maneira que os calcanhares, a batata da perna, os ombros e a cintura encostem nele, assim como as costas das mãos, virando os braços para fora, sem afastá-los do corpo... ser-lhes-á igualmente ensinado a nunca fixar os olhos na terra, mas a olhar com ousadia aqueles diante de quem eles passam... a ficar imóveis esperando o comando, sem mexer a cabeça, as mãos nem os pés... enfim a marchar com passo firme, com o joelho e a perna esticados, a ponta baixa e para foram...(3)

Houve, durante a época clássica, uma descoberta do corpo como objeto e alvo de poder. Encontraríamos facilmente sinais dessa grande atenção dedicada então ao corpo - ao corpo que se manipula, se modela, se treina, que obedece, responde, se torna hábil ou cujas forças se multiplicam. O grande livro do Homem-máquina foi escrito simultaneamente em dois registros: no anátomo-metafísico, cujas primeiras páginas haviam sido escritas por Descartes e que os médicos, os filósofos continuaram; o outro, técnico-político, constituído por

117 ▲

um conjunto de regulamentos militares, escolares, hospitalares e por processos empíricos e refletidos para controlar ou corrigir as operações do corpo. Dois registros bem distintos, pois tratava-se ora de submissão e utilização, ora de funcionamento e de explicação: corpo útil, corpo inteligível. E entretanto, de um ao outro, pontos de cruzamento. "O Homem-máquina" de La Mettrie é ao mesmo tempo uma redução materialista da alma e uma teoria geral do adestramento, no centro dos quais reina a noção de "docilidade" que une ao corpo analisável o corpo manipulável. 1 dócil um corpo que pode ser submetido, que pode ser utilizado, que pode ser transformado e aperfeiçoado. Os famosos autômatos, por seu lado, não eram apenas uma maneira de ilustrar o organismo: eram também bonecos políticos, modelos reduzidos de poder: obsessão de Frederico II, rei minucioso das pequenas máquinas, dos regimentos bem treinados e dos longos exercícios.

Nesses esquemas de docilidade, em que o século XVIII teve tanto interesse, o que há de tão novo? Não é a primeira vez, certamente, que o corpo é objeto de investimentos tão imperiosos e urgentes; em qualquer sociedade, o corpo está preso no interior de poderes muito apertados, que lhe impõem limitações, proibições ou obrigações. Muitas coisas entretanto são novas nessas técnicas. A escala, em primeiro lugar, do controle: não se trata de cuidar do corpo, em massa, grosso modo, como se fosse uma unidade indissociável mas de trabalhá-lo detalhadamente; de exercer sobre ele uma coerção sem folga, de mantê-lo ao nível mesmo da mecânica — movimentos, gestos atitude, rapidez: poder infinitesimal sobre o corpo ativo. O objeto, em seguida, do controle: não, ou não mais, os elementos significativos do comportamento ou a linguagem do corpo, mas a economia, a eficácia dos movimentos, sua organização interna; a coação se faz mais sobre as forças que sobre os sinais; a única cerimônia que realmente importa é a do exercício. A modalidade enfim: implica numa coerção ininterrupta, constante, que vela sobre os processos da atividade mais que sobre seu resultado e se exerce de acordo com uma codificação que esquadrinha ao máximo o tempo, o espaço, os movimentos. 2 Esses métodos que permitem o controle minucioso das operações do corpo, que realizam a sujeição constante de suas forças e lhes impõem uma relação de docilidade-utilidade, são o que podemos chamar as "disciplinas". Muitos processos disciplinares existiam há muito tempo: nos conventos, nos exércitos, nas oficinas também. Mas as disciplinas se tornaram no decorrer dos séculos XVII e XVIII fórmulas gerais de dominação. Diferentes da escravidão, pois não se fundamentam numa relação de apropriação dos corpos; é até a elegância da disciplina dispensar essa relação custosa e violenta obtendo efeitos de utilidade pelo menos igualmente grandes. Diferentes também da domesticidade, que é uma relação de dominação constante, global, maciça, não analítica, ilimitada e estabelecida sob a forma da vontade singular do patrão, seu "capricho". Diferentes da vassalidade que é

118 ▲

uma relação de submissão altamente codificada, mas longínqua e que se realiza menos sobre as operações do corpo que sobre os produtos do trabalho e as marcas rituais da obediência. Diferentes ainda do ascetismo e das "disciplinas" de tipo monástico, que têm por função realizar renúncias mais do que aumentos de utilidade e que, se implicam em obediência a outrem, têm como fim principal um aumento do domínio de cada um sobre seu próprio corpo. 3 momento histórico das disciplinas é o momento em que nasce uma arte do corpo humano, que visa não unicamente o aumento de suas habilidades, nem tampouco aprofundar sua sujeição, mas a formação de uma relação que no mesmo mecanismo o torna tanto mais obediente quanto é mais útil, e inversamente. Forma-se então uma política das coerções que são um trabalho sobre o corpo, uma manipulação calculada de seus elementos, de seus gestos, de seus comportamentos. O corpo humano entra numa maquinaria de poder que o esquadrinha, o desarticula e o recompõe. Uma "anatomia política", que é também igualmente uma "mecânica do poder", está nascendo; ela define como se pode ter domínio sobre o corpo dos outros, não simplesmente para que façam o que se quer, mas para que operem como se quer, com as técnicas, segundo a rapidez e a eficácia que se determina. A disciplina fabrica assim corpos submissos e exercitados, corpos "dóceis". 4 disciplina aumenta as forças do corpo (em termos econômicos de utilidade) e diminui essas mesmas forças (em termos políticos de obediência). Em uma palavra: ela dissocia o poder do corpo; faz dele por um lado uma "aptidão", uma "capacidade" que ela procura aumentar; e inverte por outro lado a energia, a potência que poderia resultar disso, e faz dela uma relação de sujeição estrita. 5 Se a exploração econômica separa a força e o produto do trabalho, digamos que a coerção disciplinar

Page: 61

Number: 1 Author: Daniel Subject: Highlight Date: 21/12/2015 09:57:15
T020 - Citação com aspas em meio a parágrafo, "de acordo com F." [p. 57]

Number: 2 Author: Daniel Subject: Comment on Text Date: 21/12/2015 09:57:23
T032 - Citação adentrada com adequação do texto (acrescentou A) e deixou de usar [...] para indicar lacuna. [p.136]
T057 - Fez referência com paráfrase quase idêntica à obra sem indicar página. [p. 91]
T091 - Citação entre aspas integrada ao texto do autor em início de parágrafo. [p. 34]

Number: 3 Author: Daniel Subject: Comment on Text Date: 19/12/2015 22:38:33
T032 - Citação adentrada. Deixou de usar [...] para indicar quebra de continuidade. [p. 136]
T091 - Cópia de semento [p. 34].

Number: 4 Author: Daniel Subject: Comment on Text Date: 21/12/2015 00:37:16
T160 - Atribui equivocadamente o segmento a "Em defesa da sociedade" e adapta com colchetes para seu uso [p. 135]

Number: 5 Author: Daniel Subject: Comment on Text Date: 21/12/2015 09:55:34
T032 - Citação adentrada deixou de usar [...] para indicar lacuna. [p.136]
T127 - Citação com aspas. No Original a citação começa já com "A disciplina... portanto as aspas foram colocadas um pouco depois. Deslocamento das aspas. [p. 84]

Number: 6 Author: danielsantee Subject: Comentário do texto Date: 21/12/2015 09:52:10
T009 - Citação com aspas em final de parágrafo. [p. 117]

[1]Estabelece no corpo o elo coercitivo entre uma aptidão aumentada e uma dominação acentuada.

A "invenção" dessa nova anatomia política não deve ser entendida como uma descoberta súbita. Mas como uma multiplicidade de processos muitas vezes mínimos, de origens diferentes, de localizações esparsas, que se recordam, se repetem, ou se imitam, apóiam-se uns sobre os outros, distinguem-se segundo seu campo de aplicação, entram em convergência e esboçam aos poucos a fachada de um método geral. Encontramo-los em funcionamento nos colégios, muito cedo; mais tarde nas escolas primárias; investiram lentamente o espaço hospitalar; e em algumas dezenas de anos reestruturam a organização militar. Circularam às vezes muito rápido de um ponto a outro (entre o exército e as escolas técnicas ou os colégios e liceus), às vezes lentamente e de maneira mais discreta (militarização insidiosa das grandes oficinas). A cada vez, ou quase, impuseram-se para responder a exigências de conjuntura: aqui uma inovação industrial, lá a recrudescência de certas doenças epidêmicas, acolá a invenção do fuzil ou as vitórias daPrússia. O que não impede que se inscrevam, no total, nas transformações gerais e essenciais que necessariamente serão determinadas.

119 ▲

Não se trata de fazer aqui a história das diversas instituições disciplinares, no que podem ter cada uma de singular. Mas de localizar apenas numa série de exemplos algumas das técnicas essenciais que, de uma a outra, se generalizaram mais facilmente. Técnicas sempre minuciosas, muitas vezes íntimas, mas que têm sua importância: porque definem um certo modo de investimento político e detalhado do corpo, uma nova "microfísica" do poder; e porque não cessaram, desde o século XVII, de ganhar campos cada vez mais vastos, como se tendessem a cobrir o corpo social inteiro. Pequenas astúcias dotadas de um grande poder de difusão, arranjos sutis, de aparência inocente, mas profundamente suspeitos, dispositivos que obedecem a economias inconfessáveis, ou que procuram coerções sem grandeza, são eles entretanto que levaram à mutação do regime punitivo, no limiar da época contemporânea. Descrevê-los implicará na demora sobre o detalhe e na atenção às minúcias: sob as mínimas figuras, procurar não um sentido, mas uma precaução; recolocá-las não apenas na solidariedade de um funcionamento, mas na coerência de uma tática. Astúcias, não tanto de grande razão que trabalha até durante o sono e dá um sentido ao insignificante, quanto da atenta "malevolência" que de tudo se alimenta.[2] A disciplina é uma anatomia política do detalhe.

Para advertir os impacientes, lembremos o marechal de Saxe:

Aqueles que cuidam dos detalhes muitas vezes parecem espíritos tacanhos, entretanto esta parte é essencial, porque ela é o fundamento, e é impossível levantar qualquer edifício ou estabelecer qualquer método sem ter os princípios. Não basta ter o gosto pela arquitetura. É preciso conhecer a arte de talhar pedras.(4)

Dessa "arte de talhar pedras" haveria uma longa história a ser escrita -história da racionalização utilitária do detalhe na contabilidade moral e no controle político. A era clássica não a inaugurou; ela a acelerou, mudou sua escala, deu-lhe instrumentos precisos, e talvez tenha encontrado alguns ecos para ela no cálculo do infinitamente pequeno ou na descrição das características mais tênues dos seres naturais. Em todo caso, o "detalhe" era já há muito tempo uma categoria da teologia e do ascetismo: todo detalhe é importante, pois aos olhos de Deus nenhuma imensidão é maior que um detalhe, e nada há tão pequeno que não seja querido por uma dessas vontades singulares. Nessa grande tradição da eminência do detalhe viriam se localizar, sem dificuldade, todas as meticulosidades da educação cristã, da pedagogia escolar ou militar, de todas as formas, finalmente, de treinamento. Para o homem disciplinado, como para o verdadeiro crente, nenhum detalhe é indiferente, mas menos pelo sentido que nele se esconde que pela entrada que aí encontra o poder que quer apanhá-lo. Característico, esse hino às "pequenas coisas" e à sua eterna importância, cantado por Jean-Baptiste de La Salle, em seu Tratado sobre as Obrigações dos Irmãos das Escolas Cristãs. A mística do cotidiano aí se associa à disciplina do minúsculo.

120 ▲

Como é perigoso negligenciar as pequenas coisas. É um pensamento bem consolador para uma alma como a minha, pouco indicada para as grandes ações, pensar que a fidelidade às pequenas coisas pode, por um progresso insensível, elevar-nos à mais eminente santidade: porque as pequenas coisas nos dispõem às grandes... Pequenas coisas, meu Deus, infelizmente dirá alguém, que podemos fazer de grande para Vós, criaturas fracas e mortais que somos. Pequenas coisas: se as grandes se apresentassem, praticá-las-íamos? Não as creríamos acima de nossas forças? Pequenas coisas: e se Deus as aceita e quer recebê-las como grandes? Pequenas coisas; acaso já as experimentamos? acaso as julgamos pela experiência? Pequenas coisas; somos então culpados, se, vendo-as como tais, as recusamos? Pequenas coisas; são elas entretanto que, com o tempo, formaram grandes santos! Sim, pequenas coisas mas grandes móveis, grandes sentimentos, grande fervor, grande ardor, e em conseqüência grandes méritos, grandes tesouros, grandes recompensas.(5)

[3]A minúcia dos regulamentos, o olhar esmiuçante das inspeções, o controle das mínimas parcelas da vida e do corpo darão em breve, no quadro da escola, do quartel, do hospital ou da oficina, um conteúdo laicizado, uma racionalidade econômica ou técnica a esse cálculo místico do ínfimo e do infinito. E uma História do Detalhe no século XVIII, colocada sob o signo de Jean-Baptiste de La Salle, esbarrando em Leibniz e Buffon, passando por Frederico II, atravessando a pedagogia, a medicina, a tática militar e a economia, deveria chegar ao homem que sonhara no fim do século ser um novo Newton, não mais aquele das imensidões do céu ou das massas planetárias, mas dos "pequenos corpos", dos pequenos

Page: 62

Number: 1 Author: daniel.santee Subject: Comentário do texto Date: 21/12/2015 09:57:33
T009 - Continuação de citação com aspas em final de parágrafo. [p. 117]

Number: 2 Author: Daniel Subject: Comment on Text Date: 18/12/2015 18:35:21
T157 - Citação com aspas deslocadas - A disciplina foi tirada das aspas. [p. 58]

Number: 3 Author: Daniel Subject: Comment on Text Date: 21/12/2015 10:37:17
T056 - Citação com aspas no meio do parágrafo para dar continuidade à ideia que vem desenvolvendo. [p. 120]

movimentos, das pequenas ações; ao homem que respondeu a Monge ("Só havia um mundo a ser descoberto"):

Que ouvi eu? Mas o mundo dos detalhes, quem jamais pensou neste ou naquele? Desde meus quinze anos, eu acreditava nele. Cuidei disso então, e essa lembrança vive em mim, como uma idéia fixa que nunca me abandonará... Esse outro mundo é o mais importante de todos os que me orgulhei de descobrir: de pensar nisso, dói-me a alma.(6)

Ele não o descobriu; mas sabemos que empreendeu organizá-lo, e quis distribuir em torno de si um dispositivo de poder que lhe permitisse perceber até o menor acontecimento do Estado que governava; pretendia, com a rigorosa disciplina que fazia reinar, "abraçar o conjunto dessa vasta máquina sem que lhe pudesse escapar o mínimo detalhe".(7)

Uma observação minuciosa do detalhe, e ao mesmo tempo um enfoque político dessas pequenas coisas, para controle e utilização dos homens, sobem através da era clássica, levando consigo todo um conjunto de técnicas, todo um corpo de processos e de saber, de descrições, de receitas e dados. E desses esmiuçamentos, sem dúvida, nasceu o homem do humanismo moderno.(8)

A ARTE DAS DISTRIBUIÇÕES

A disciplina procede em primeiro lugar à distribuição dos indivíduos no espaço. Para isso, utiliza diversas técnicas.

121 ▲

1) A disciplina às vezes exige a cerca, a especificação de um local heterogêneo a todos os outros e fechado em si mesmo. Local protegido da monotonia disciplinar. Houve o grande "encarceramento" dos vagabundos e dos miseráveis; houve outros mais discretos, mas insidiosos e eficientes.

Colégios: o modelo do convento se impõe pouco a pouco; o internato aparece como o regime de educação senão o mais freqüente, pelo menos o mais perfeito; torna-se obrigatório em Louis-le-Grand quando, depois da partida dos jesuítas, fez-se um colégio-modelo.(9)

Quartéis: é preciso fixar o exército, essa massa vagabunda; impedir a pilhagem e as violências; acalmar os habitantes que suportam mal as tropas de passagem; evitar os conflitos com as autoridades civis; fazer cessar as deserções; controlar as despesas. A ordenação de 1719 prescreve a construção de várias centenas de quartéis, imitando os já organizados no sul do país; o encarceramento neles será estrito:

O conjunto será fechado e cercado por uma muralha de dez pés de altura que rodeará os ditos pavilhões, a trinta pés de distância de todos os lados - e isto para manter as tropas em ordem e em disciplina e que o oficial esteja em condições de responder por ela.(10)

Em 1745, havia quartéis em 320 cidades aproximadamente; e estimava-se mais ou menos em 200.000 homens a capacidade total dos quartéis em 1775.(11) Ao lado das oficinas espalhadas criam-se também grandes espaços para as indústrias, homogêneos e bem delimitados: as manufaturas reunidas primeiro, depois as fábricas, na segunda metade do século XVIII (as forjas da Chaussade ocupam toda a península de Medina, entre Nièvre e Loire; para instalar a fábrica de Indret em 1777, Wilkinson, à custa de aterros e diques, cria uma ilha no Loire; Toufait constrói Lê Creusot no vale de La Charbonnière que ele remodela e instala na própria fábrica alojamentos operários); é uma mudança de escala, é também um novo tipo de controle. A fábrica parece claramente um convento, uma fortaleza, uma cidade fechada; o guardião "só abrirá as portas à entrada dos operários, e depois que houver soado o sino que anuncia o reinicio do trabalho"; quinze minutos depois, ninguém mais terá o direito de entrar; no fim do dia, os chefes de oficina devem entregar as chaves ao guarda suíço da fábrica que então abre as portas.(12) É porque, à medida que se concentram as forças de produção, o importante é tirar delas o máximo de vantagens e neutralizar seus inconvenientes (roubos, interrupção do trabalho, agitações e "cabalas"); de proteger os materiais e ferramentas e de dominar as forças de trabalho:

A ordem e a polícia que se deve manter exigem que todos os operários sejam reunidos sob o mesmo teto, a fim de que aquele dos sócios que está encarregado da direção da fábrica possa prevenir e remediar os abusos que poderiam se introduzir entre os operários e impedir desde o início que progridam.(13)

2) Mas o princípio de "clausura" não é constante, nem indispensável, nem suficiente nos aparelhos disciplinares. Estes trabalham o espaço de maneira

122 ▲

muito mais flexível e mais fina. E em primeiro lugar segundo o princípio da localização imediata ou do qitadriculamento. Cada indivíduo no seu lugar; e em cada lugar, um indivíduo. Evitar as distribuições por grupos; decompor as implantações coletivas; analisar as pluralidades confusas, maciças ou fugidias. O espaço disciplinar tende a se dividir em tantas parcelas quando corpos ou elementos há a repartir. É preciso anular os efeitos das repartições indecisas, o desaparecimento descontrolado dos indivíduos, sua circulação difusa, sua coagulação inutilizável e perigosa; tática de antideserção, de antivadiagem, de antiaglomeração. Importa estabelecer as presenças e as ausências, saber onde e como encontrar os indivíduos, instaurar as comunicações úteis, interromper as outras, poder a cada instante vigiar o

Page: 63

Number: 1 Author: Daniel Subject: Comment on Text Date: 21/12/2015 11:10:10
T056 - Citação com adentramento. Menciona o professor com papel de controlar, fiscalizar, impor, punir, vigiar. Repete duas vezes a mesma citação [p. 148 e 206]

comportamento de cada um, apreciá-lo, sancioná-lo, medir as qualidades ou os méritos. Procedimento, portanto, para conhecer, dominar e utilizar. A disciplina organiza um espaço analítico.

E ainda aí ela encontra um velho procedimento arquitetural e religioso: a cela dos conventos. Mesmo se os compartimentos que ele atribui se tornam puramente ideais, o espaço das disciplinas é sempre no fundo, celular. Solidão necessária do corpo e da alma, dizia um certo ascetismo: eles devem, ao menos por momentos, se defrontar a sós com a tentação e talvez com a severidade de Deus.

O sono é a imagem da morte, o dormitório é a imagem do sepulcro... embora os dormitórios sejam comuns, os leitos entretanto estão arrumados de tal modo e se fecham tão exatamente por meio de cortinas que as moças podem se levantar e se deitar sem se verem.(14)

Mas isso ainda não passa de uma forma muito tosca.

3) A regra das localizações funcionais vai pouco a pouco, nas instituições disciplinares, codificar um espaço que a arquitetura deixava geralmente livre e pronto para vários usos. Lugares determinados se definem para satisfazer não só à necessidade de vigiar, de romper as comunicações perigosas, mas também de criar um espaço útil. O processo aparece claramente nos hospitais, principalmente nos hospitais militares e marítimos. Na França, parece que Rochefort serviu de experiência e de modelo. Um porto, e um porto militar, é, com circuitos de mercadorias, de homens alistados por bem ou à força, de marinheiros embarcando e desembarcando, de doenças e de epidemias, um lugar de deserção, de contrabando, de contágio: encruzilhada de misturas perigosas, cruzamento de circulações proibidas. O hospital marítimo deve então cuidar, mas por isso mesmo deve ser um filtro, um dispositivo que afixa e quadrícula; tem que realizar uma apropriação sobre toda essa mobilidade e esse formigar humano, decompondo a confusão da ilegalidade e do mal. A vigilância médica das doenças e dos contágios é aí solidária de toda uma série de outros controles: militar sobre os desertores, fiscal sobre as mercadorias, administrativo sobre os remédios, as rações, os desaparecimentos, as curas, as mortes, as simulações.

123 ▲

Donde a necessidade de distribuir e dividir o espaço com rigor. As primeiras medidas tomadas em Rochefort se referiam às coisas mais que aos homens, às mercadorias preciosas mais que aos doentes. As distribuições da vigilância fiscal e econômica precedem as técnicas de observação médica: localização dos medicamentos em caixas fechadas, registro de sua utilização; um pouco mais tarde, é estabelecido um sistema para verificar o número real de doentes, sua identidade, as unidades de onde procedem; depois regulamentam-se suas idas e vindas, são obrigados a ficar em suas salas; a cada leito é preso o nome de quem se encontra nele; todo indivíduo tratado é inscrito num registro que o médico deve consultar durante a visita; mais tarde virão o isolamento dos contagiosos, os leitos separados. Pouco a pouco um espaço administrativo e político se articula em espaço terapêutico; tende a individualizar os corpos, as doenças, os sintomas, as vidas e as mortes; constitui um quadro real de singularidades justapostas e cuidadosamente distintas. Nasce da disciplina um espaço útil do ponto de vista médico.

Nas fábricas que aparecem no fim do século XVIII, o princípio do quadriculamento individualizante se complica. Importa distribuir os indivíduos num espaço onde se possa isolá-los e localizá-los; mas também articular essa distribuição sobre um aparelho de produção que tem suas exigências próprias. É preciso ligar a distribuição dos corpos, a arrumação espacial do aparelho de produção e as diversas formas de atividade na distribuição dos "postos". A esse princípio obedece a manufatura de Oberkampf em Jouy. Ela se compõe de uma série de oficinas especificadas segundo cada grande tipo de operações: para os impressores, os encaixadores, os coloristas, as pinceladoras, os gravadores, os tintureiros. O maior dos edifícios, construído em 1791, por Toussaint Barre, tem cento e dez metros de comprimento e três andares. O térreo é reservado, essencialmente, à impressão em bloco; contém 132 mesas dispostas em duas fileiras ao longo da sala com 88 janelas: cada impressor trabalha a uma mesa, com seu "puxador", encarregado de preparar e espalhar as tintas. Ao todo 264 pessoas. Na extremidade de cada mesa, uma espécie de cabide sobre o qual o operário coloca para secar a tela que ele acabou de imprimir. Percorrendo-se o corredor central da oficina, é possível realizar uma vigilância ao mesmo tempo geral e individual; constatar a presença, a aplicação do operário, a qualidade de seu trabalho; comparar os operários entre si, classificá-los segundo sua habilidade e rapidez; acompanhar os sucessivos estágios da fabricação. Todas essas seriações formam um quadriculado permanente: as confusões se desfazem(16); a produção se divide e o processo de trabalho se articula por um lado segundo suas fases, estágios ou operações elementares, e por outro, segundo os indivíduos que o efetuam, os corpos singulares que a ele são aplicados: cada variável dessa força - vigor, rapidez, habilidade, constância -pode ser observada, portanto caracterizada, apreciada, contabilizada e transmi-

124 ▲

tida a quem é o agente particular dela. Assim afixada de maneira perfeitamente legível a toda série dos corpos singulares, a força de trabalho pode ser analisada em unidades individuais. Sob a divisão do processo de produção ao mesmo tempo que ela, encontramos, no nascimento da grande indústria, a decomposição individualizante da força de trabalho; as repartições do espaço disciplinar muitas vezes efetuaram uma e outra.

4) Na disciplina, os elementos são intercambiáveis, pois cada um se define pelo lugar que ocupa na série, e pela distância que o separa dos outros. A unidade não é portanto nem o território (unidade de dominação), nem o local

Page: 64

Number: 1 Author: Daniel Subject: Comment on Text Date: 21/12/2015 11:10:16
T056 - Continuação da Citação com adentramento. Menciona o professor com papel de controlar, fiscalizar, impor, punir, vigiar. Repete duas vezes a mesma citação [p. 148 e 206]

(unidade de residência), mas a posição na fila: o lugar que alguém ocupa numa classificação, o ponto em que se cruzam uma linha e uma coluna, o intervalo numa série de intervalos que se pode percorrer sucessivamente. A disciplina, arte de dispor em fila, e da técnica para a transformação dos arranjos. Ela individualiza os corpos por uma localização que não os implanta, mas os distribui e os faz circular numa rede de relações.

Vejamos o exemplo da "classe". Nos colégios dos jesuítas, encontrava-se ainda uma organização ao mesmo tempo binária e maciça: as classes, que podiam ter até duzentos ou trezentos alunos, eram divididas em grupos de dez; cada um desses grupos, com seu decurião, era colocado em um campo, o romano ou o cartaginês; a cada decúria correspondia uma decúria adversa. A forma geral era a da guerra e da rivalidade; o trabalho, o aprendizado, a classificação eram feitos sob a forma de justa, pela defrontação dos dois exércitos; a participação de cada aluno entrava nesse duelo geral; ele assegurava, por seu lado, a vitória ou as derrotas de um campo; e os alunos determinavam um lugar que correspondia à função de cada um e a seu valor de combatente no grupo unitário de sua decúria.(17) Podemos notar aliás que essa comédia romana permitia associar aos exercícios binários da rivalidade uma disposição espacial inspirada na legião, com suas fileiras, hierarquia e vigilância piramidal. Não esquecer que de um modo geral o modelo romano, na época das Luzes, desempenhou um duplo papel; em seu aspecto republicano, era a própria instituição da liberdade; em seu aspecto militar, era o esquema ideal da disciplina. A Roma do século XVIII e da Revolução é a do Senado e da legião, do Fórum e dos campos militares. Até o Império, a referência romana veiculou, de maneira ambígua, o ideal jurídico da cidadania e a técnica dos processos disciplinares. Em todo caso, o que havia de estritamente disciplinar na fábula antiga permanentemente representada nos colégios jesuítas superou o que havia de justa e de guerra em mímica. Pouco a pouco - mas principalmente depois de 1762 - o espaço escolar se desdobra; a classe torna-se homogênea, ela agora só se compõe de elementos individuais que vêm se colocar uns ao lado dos outros sob os olhares do mestre. A ordenação por fileiras, no século XVIII, começa a definir a grande forma de repartição dos indivíduos na ordem escolar:

125 ▲

filas de alunos na sala, nos corredores, nos pátios; colocação atribuída a cada um em relação a cada tarefa e cada prova; colocação que ele obtém de semana em semana, de mês em mês, de ano em ano; alinhamento das classes de idade umas depois das outras; sucessão dos assuntos ensinados, das questões tratadas segundo uma ordem de dificuldade crescente. E nesse conjunto de alinhamentos obrigatórios, cada aluno segundo sua idade, seus desempenhos, seu comportamento, ocupa ora uma fila, ora outra; ele se desloca o tempo todo numa série de casas; umas ideais, que marcam uma hierarquia do saber ou das capacidades, outras devendo traduzir materialmente no espaço da classe ou do colégio essa repartição de valores ou dos méritos. Movimento perpétuo onde os indivíduos substituem uns aos outros, num espaço escondido por intervalos alinhados.

A organização de um espaço serial foi uma das grandes modificações técnicas do ensino elementar. Permitiu ultrapassar o sistema tradicional (um aluno que trabalha alguns minutos com o professor, enquanto fica ocioso e sem vigilância o grupo confuso dos que estão esperando). Determinando lugares individuais tornou possível o controle de cada um e o trabalho simultâneo de todos. Organizou uma nova economia do tempo de aprendizagem. Fez funcionar o espaço escolar como uma máquina de ensinar, mas também de vigiar, de hierarquizar, de recompensar. J.-B. de La Salle imaginava uma classe onde a distribuição espacial pudesse realizar ao mesmo tempo toda uma série de distinções: segundo o nível de avanço dos alunos, segundo o valor de cada um, segundo seu temperamento melhor ou pior, segundo sua maior ou menor aplicação, segundo sua limpeza, e segundo a fortuna dos pais. Então, a sala de aula formaria um grande quadro único, com entradas múltiplas, sob o olhar cuidadosamente "classificador" do professor:

Haverá em todas as salas de aula lugares determinados para todos os escolares de todas as classes, de maneira que todos os da mesma classe sejam colocados num mesmo lugar e sempre fixo. Os escolares das lições mais adiantadas serão colocados nos bancos mais próximos da parede e em seguida os outros segundo a ordem das lições avançando para o meio da sala... Cada um dos alunos terá seu lugar marcado e nenhum o deixará nem trocará sem a ordem e o consentimento do inspetor das escolas. [Será preciso fazer com que] aqueles cujos pais são negligentes e têm piolhos fiquem separados dos que são limpos e não os têm; que um escolar leviano e distraído seja colocado entre dois bem comportados e ajuizados, que o libertino ou fique sozinho ou entre dois piedosos.(18)

As disciplinas, organizando as "celas", os "lugares" e as "fileiras" criam espaços complexos: ao mesmo tempo arquiteturais, funcionais e hierárquicos. São espaços que realizam a fixação e permitem a circulação; recortam segmentos individuais e estabelecem ligações operatórias; marcam lugares e indicam valores; garantem a obediência dos indivíduos, mas também uma melhor economia do tempo e dos gestos. São espaços mistos: reais pois que regem a disposição de edifícios, de salas, de móveis, mas ideais, pois projetam-se sobre essa organização caracterizações, estimativas, hierarquias. A primeira das grandes operações da disciplina é então a constituição de "quadros vivos" que

126 ▲

transformam as multidões confusas, inúteis ou perigosas em multiplicidades organizadas. A constituição de "quadros" foi um dos grandes problemas da tecnologia científica, política e econômica do século XVIII; arramar jardins de plantas e de animais, e construir ao mesmo tempo classificações racionais dos seres vivos; observar, controlar, regularizar a circulação

Page: 65

Number: 1 Author: Daniel Subject: Comment on Text Date: 18/12/2015 18:19:25
T157 - Citação com aspas em final de parágrafo [p. 60]

Number: 2 Author: daniel.santee Subject: Comentário do texto Date: 07/12/2015 16:43:02
T020 - Citação com aspas [p. 91-2]

das mercadorias e da moeda e estabelecer assim um quadro econômico que possa valer como princípio de enriquecimento; inspecionar os homens, constatar sua presença e sua ausência, e constituir um registro geral e permanente das forças armadas; repartir os doentes, dividir com cuidado e espaço hospitalar e fazer uma classificação sistemática das doenças: outras tantas operações conjuntas em que os dois constituintes - distribuição e análise, controle e inteligibilidade - são solidários. O quadro, no século XVIII, é ao mesmo tempo uma técnica de poder e um processo de saber. Trata-se de organizar o múltiplo, de se obter um instrumento para percorrê-lo e dominá-lo; trata-se de lhe impor uma "ordem". Como o chefe militar de que falava o naturalista Guilbert, o médico, o economista fica

cego pela imensidão, atordoado pela multidão... as inúmeras combinações que resultam da multiplicidade dos objetos, tantas atenções reunidas constituem um peso acima de suas forças. A ciência da guerra moderna, ao se aperfeiçoar, ao se aproximar dos verdadeiros princípios, poderia se tornar mais simples e menos difícil; [os exércitos] com táticas simples, análogas, flexíveis a todos os movimentos... seriam mais fáceis de mexer e de conduzir.(19)

Tática, ordenamento espacial dos homens; taxinomia, espaço disciplinar dos seres naturais; quadro económico, movimento regulamentado das riquezas.

Mas o quadro não tem a mesma função nesses diversos registros. Na ordem da economia, permite a medida das quantidades e a análise dos movimentos. Sob a forma da taxinomia, tem por função caracterizar (e em consequência reduzir as singularidades individuais) e constituir classes (portanto excluir as considerações de número). Mas sob a forma de repartição disciplinar, a colocação em quadro tem por função, ao contrário, tratar a multiplicidade por si mesma, distribuí-la e dela tirar o maior número possível de efeitos. Enquanto a taxinomia natural se situa sobre o eixo que vai do caráter à categoria, a tática disciplinar se situa sobre o eixo que liga o singular e o múltiplo. Ela permite ao mesmo tempo a caracterização do indivíduo como indivíduo, e a colocação em ordem de uma multiplicidade dada. Ela é a condição primeira para o controle e o uso de um conjunto de elementos distintos: a base para uma microfísica de um poder que poderíamos chamar "celular".

O CONTROLE DA ATIVIDADE

1) O horário: é uma velha herança. As comunidades monásticas haviam sem dúvida sugerido seu modelo estrito. Ele se difundiria rapidamente. Seus

127 ▲

três grandes processos - estabelecer as cesuras, obrigar a ocupações determinadas, regulamentar os ciclos de repetição - muito cedo foram encontrados nos colégios, nas oficinas, nos hospitais. Dentro dos antigos esquemas, as novas disciplinas não tiveram dificuldade para se abrigar; as casas de educação e os estabelecimentos de assistência prolongavam a vida e a regularidade dos conventos de que muitas vezes eram anexos. O rigor do tempo industrial guardou durante muito tempo uma postura religiosa; no século XVII, o regulamento das grandes manufaturas precisava os exercícios que deviam escandir o trabalho:

Todas as pessoas..., chegando a seu ofício de manhã, antes de trabalhar começarão lavando as mãos, oferecerão seu trabalho a Deus, farão o sinal da cruz e começarão a trabalhar".(20).

mas ainda no século XIX, quando se quiser utilizar populações rurais na indústria, será necessário apelar a congregações, para acostumá-las ao trabalho em oficinas; os operários são enquadrados em "fábricas-conventos". A grande disciplina militar formou-se, nos exércitos protestantes de Maurício de Orange e de Gustavo Adolfo, através de uma rítmica do tempo escandida pelos exercícios de piedade; a vida no exército deve ter, dizia Boussanelle bem mais tarde, algumas "das perfeições do próprio claustro".(21) Durante séculos, as ordens religiosas foram mestras de disciplinas: eram os especialistas do tempo, grandes técnicos do ritmo e das atividades regulares. Mas esses processos de regularização temporal que elas herdam as disciplinas os modificam. Afinando-os primeiro. Começa-se a contar por quartos de hora, minutos e segundos. No exército, é claro: Guibert mandou proceder sistematicamente a cronome-tragens de tiro de que Vauban tivera a ideia. Nas escolas elementares, a divisão do tempo torna-se cada vez mais esmiuçante; as atividades são cercadas o mais possível por ordens a que se tem que responder imediatamente:

À última pancada do relógio, um aluno baterá o sino, e, ao primeiro toque, todos os alunos se porão de joelhos, com os braços cruzados e os olhos baixos. Terminada a oração, o professor dará um sinal para os alunos se levantarem, um segundo para saudarem Cristo, e o terceiro para se sentarem.(22)

No começo do século XIX, serão propostos para a escola mútua horários como o seguinte: 8,45 entrada do monitor, 8,52 chamada do monitor, 8,56 entrada das crianças e oração, 9 horas entrada nos bancos, 9,04 primeira lousa, 9,08 fim do ditado, 9,12 segunda lousa, etc.(23) A extensão progressiva dos assalariados acarreta por seu lado um quadriculamento cerrado do tempo:

Se acontecer que os operários cheguem mais tarde que em quarto de hora depois que tocar a campanhia...(24); aquele companheiro que for chamado durante o trabalho e que perder mais de cinco minutos...; aquele que não estiver em

Page: 66

Number: 1 Author: daniel.santee Subject: Comentário do texto Date: 07/12/2015 16:45:59
T020 - Citação com aspas [p. 92]

Number: 2 Author: daniel.santee Subject: Comentário do texto Date: 21/12/2015 11:22:46
T008 - Citação adentrada corretamente atribui a La Salle utilizando "apud" [p. 124]

seu trabalho na hora precisa...(25)

Mas procura-se também garantir a qualidade do tempo empregado: controle ininterrupto, pressão dos fiscais, anulação de tudo o que possa perturbar e distrair; trata-se de constituir um tempo integralmente útil:

128 ▲

É expressamente proibido durante o trabalho divertir os companheiros com gestos ou de outra maneira, fazer qualquer brincadeira, comer, dormir, contar histórias e comédias(26); [e mesmo durante a interrupção para a refeição], não será permitido contar histórias, aventuras ou outras conversações que distraiam os operários de seu trabalho; é expressamente proibido a qualquer operário, e sob qualquer pretexto que seja, introduzir vinho na fábrica e beber nas oficinas.(27)

O tempo medido e pago deve ser também urn tempo sem impureza nem defeito, um tempo de boa qualidade, e durante todo o seu transcurso o corpo deve ficar aplicado a seu exercício. A exatidão e a aplicação são, com a regularidade, as virtudes fundamentais do tempo disciplinar. Mas não é isso o mais novo. Outros modos de proceder são mais característicos das disciplinas.

2) A elaboração temporal do ato: vejamos duas maneiras de controlar a marcha de uma tropa. Começo do século XVII:

Acostumar os soldados a marchar por fila ou em batalhão, a marchar na cadência do tambor. E, para isso, começar com o pé direito a fim de que toda a tropa esteja levantando o mesmo pé ao mesmo tempo.(28)

Metade do século XVIII, quatro tipos de passo:

O comprimento do pequeno passo será de um pé, o do passo comum, do passo dobrado e do passo de estrada de dois pés, medidos ao todo de um calcanhar ao outro; quanto à duração, a do pequeno passo e do passo comum serão de um segundo, durante o qual se farão dois passos dobrados; a duração do passo de estrada será de um pouco mais de um segundo. O passo obliquo será feito no mesmo espaço de um segundo; terá no máximo 18 polegadas de um calcanhar ao outro... O passo comum será executado mantendo-se a cabeça alta e o corpo direito, conservando-se o equilíbrio sucessivamente sobre uma única perna, e levando a outra à frente, a perna esticada, a ponta do pé um pouco voltada para fora e baixa para aflorar sem afetaçao o terreno sobre o qual se deve marchar e colocar o pé na terra, de maneira que cada parte se apoie ao mesmo tempo sem bater contra a terra.(29)

Entre essas duas prescrições, um novo conjunto de obrigações é imposto, outro grau de precisão na decomposição dos gestos e dos movimentos, outra maneira de ajustar o corpo a imperativos temporais.

O que é definido pela ordenação de 1766 não é um horário - um quadro geral para uma atividade; é mais que um ritmo coletivo e obrigatório, imposto do exterior; é um "programa"; ele realiza a elaboração do próprio ato; controla do interior seu desenrolar e suas fases. Passamos de uma forma de injunção que media ou escandia os gestos a uma trama que os obriga e sustenta ao longo de todo o seu encadeamento. Define-se uma espécie de esquema anátomo-cronológico do comportamento. O ato é decomposto em seus elementos; é definida a posição do corpo, dos membros, das articulações; para cada movimento é determinada uma direção, uma amplitude, uma duração; é prescrita sua ordem de sucessão. O tempo penetra o corpo, e com ele todos os controles minuciosos do poder.

3) Donde o corpo e o gesto postos em correlação: o controle disciplinar não consiste simplesmente em ensinar ou impor uma série de gestos definidos;

129 ▲

impõe a melhor relação entre um gesto e a atitude global do corpo, que é sua condição de eficácia e de rapidez. No bom emprego do corpo, que permite um bom emprego do tempo, nada deve ficar ocioso ou inútil: tudo deve ser chamado a formar o suporte do ato requerido. Um corpo bem disciplinado forma o contexto de realização do mínimo gesto. Uma boa caligrafia, por exemplo, supõe uma ginástica - uma rotina cujo rigoroso código abrange o corpo por inteiro, da ponta do pé à extremidade do indicador. Deve-se

manter o corpo direito, um pouco voltado e solto do lado esquerdo, e algo inclinado para a frente, de maneira que, estando o cotovelo pousado na mesa, o queixo possa ser apoiado na mão, a menos que o alcance da vista não o permita; a perna esquerda deve ficar um pouco mais avançada que a direita, sob a mesa. Deve-se deixar uma distância de dois dedos entre o corpo e a mesa; pois não só se escreve com mais rapidez, mas nada é mais nocivo à saúde que contrair o hábito de apoiar o estômago contra a mesa; a parte do braço esquerdo, do cotovelo até à mão, deve ser colocada sobre a mesa. O braço direito deve estar afastado do corpo cerca de três dedos, e sair aproximadamente cinco dedos da mesa, sobre a qual deve apoiar ligeiramente. O mestre ensinará aos escolares a postura que estes devem manter ao escrever, e a corrigirá seja por sinal seja de outra maneira, quando dela se afastarem.(30)

Um corpo disciplinado é a base de um gesto eficiente.

4) A articulação corpo-objeto: a disciplina define cada uma das relações que o corpo deve manter com o objeto que

Page: 67

Number: 1 Author: Daniel Subject: Highlight Date: 07/12/2015 16:47:44
T020 - Citação adentrada [p. 92]

Number: 2 Author: Daniel Subject: Highlight Date: 07/12/2015 16:50:25
T020 - Citação adentrada - finalização da citação anterior marcada com [...] [p. 92]

manipula. Ela estabelece cuidadosa engrenagem entre um e outro.

Leve a arma à frente. Em três tempos. Levanta-se o fuzil com a mão direita, aproximando-o do corpo para mantê-lo perpendicularmente em frente ao joelho direito, a ponta do cano à altura do olho, apanhando-o batendo com a mão esquerda, o braço esticado colado ao corpo à altura do cinturão. No segundo, traz-se o fuzil com a mão esquerda diante de si, o cano para dentro entre os dois olhos, a prumo, a mão direita o apanha pelo punho, com o braço esticado, o guarda-mato apoiado sobre o primeiro dedo, a mão esquerda à altura da alça de mira, o polegar estendido ao longo do cano contra a soleira. No terceiro, a mão esquerda deixa o fuzil e cai ao longo da coxa, a mão direita o eleva, com o fecho para fora e em frente ao peito, com o braço direito meio esticado, o cotovelo colado ao corpo, o polegar estendido contra o fecho, apoiado ao primeiro parafuso, o cão apoiado sobre o primeiro dedo, o cano a prumo.(31)

Temos aí um exemplo do que se poderia chamar a codificação instrumental do corpo. Consiste em uma decomposição do gesto global em duas séries paralelas: a dos elementos do corpo que serão postos em jogo (mão direita, mão esquerda, diversos dedos da mão, joelho, olho, cotovelo etc.), a dos elementos do objeto manipulado (cano, alça de mira, cão, parafuso etc.); coloca-os depois em correlação uns com os outros segundo um certo número de gestos simples (apoiar, dobrar); finalmente fixa a ordem canônica em que cada uma dessas correlações ocupa um lugar determinado. A esta sintaxe forçada é que os teóricos militares do século XVIII chamavam "manobra". A receita tradicional dá lugar a prescrições explícitas e coercitivas. Sobre toda a superfície de contato entre o corpo e o objeto que o manipula, o poder vem se introduzir, amarra-os um ao outro. Constitui um complexo corpo-arma, corpo-instrumento, corpo-

130 ▲

máquina. Estamos inteiramente longe daquelas formas de sujeição que só pediam ao corpo sinais ou produtos, formas de expressão ou o resultado de um trabalho. A regulamentação imposta pelo poder é ao mesmo tempo a lei de construção da operação. E assim aparece esse caráter do poder disciplinar: tem uma função menos de retirada que de síntese, menos de extorsão do produto que de laço coercitivo com o aparelho de produção.

5) A utilização exaustiva: o princípio que estava subjacente ao horário em sua forma tradicional era essencialmente negativo; princípio da não-ociosidade; é proibido perder um tempo que é contado por Deus e pago pêlos homens; o horário devia conjurar o perigo de desperdiçar tempo - erro moral e desonestidade econômica. Já a disciplina organiza uma economia positiva; coloca o princípio de uma utilização teoricamente sempre crescente do tempo: mais exaustão que emprego; importa extrair do tempo sempre mais instantes disponíveis e de cada instante sempre mais forças úteis. O que significa que se deve procurar intensificar o uso do mínimo instante, como se o tempo, em seu próprio fracionamento, fosse inesgotável; ou como se, pelo menos, por uma organização interna cada vez mais detalhada, se pudesse tender para um ponto ideal em que o máximo de rapidez encontra o máximo de eficiência. E a essa técnica mesma que era usada nos famosos regulamentos da infantaria prussiana que a Europa inteira imitou depois das vitórias de Frederico II(32): quanto mais se decompõe o tempo, quanto mais se multiplicam suas subdivisões, quanto melhor o desarticulamos desdobrando seus elementos internos sob um olhar que os controla, mais então pode-se acelerar uma operação, ou pelo menos regulá-la segundo um rendimento ótimo de velocidade; daí essa regulamentação do tempo da ação que foi tão importante no exército e que devia sê-lo para toda a tecnologia da atividade humana: o regulamento prussiano de 1743 previa 6 tempos para pôr a arma ao pé, 4 para estendê-la, 13 para colocá-la ao contrário sobre o ombro, etc. Por outros meios, a escola mútua também foi disposta como um aparelho para intensificar a utilização do tempo; sua organização permitia desviar o caráter linear e sucessivo do ensino do mestre; regulava o contraponto de operações feitas, ao mesmo tempo, por diversos grupos de alunos sob a direção dos monitores e dos adjuntos, de maneira que cada instante que passava era povoado de atividades múltiplas, mas ordenadas; e por outro lado o ritmo imposto por sinais, apitos, comandos impunha a todos normas temporais que deviam ao mesmo tempo acelerar o processo de aprendizagem e ensinar a rapidez como uma virtude.(33)

A única finalidade dessas ordens é... acostumar as crianças a executar rapidamente e bem as mesmas operações, diminuir tanto quanto possível pela celeridade a perda de tempo acarretada pela passagem de uma operação a outra.(34)

Ora, através dessa técnica de sujeição, um novo objeto vai-se compondo e lentamente substituindo o corpo mecânico - o corpo composto de sólidos e comandado por movimentos, cuja imagem tanto povoara os sonhos dos que

131 ▲

buscavam a perfeição disciplinar. Esse novo objeto é o corpo natural, portador de forças e sede de algo durável; é o corpo suscetível de operações especificadas, que têm sua ordem, seu tempo, suas condições internas, seus elementos constituintes. O corpo, tornando-se alvo dos novos mecanismos do poder, oferece-se a novas formas de saber. Corpo do exercício mais que da física especulativa; corpo manipulado pela autoridade mais que atravessado pêlos espíritos animais; corpo do treinamento útil e não da mecânica racional, mas no qual por essa mesma razão se anunciará um certo número de exigências de natureza e de limitações funcionais. É ele que Guibert descobre na crítica que faz das manobras excessivamente artificiais. No exercício que lhe é imposto e ao qual resiste, o corpo desenha suas correlações essenciais e rejeita espontaneamente o incompatível:

Entremos na maior parte de nossas escolas de exercício, veremos todos aqueles infelizes soldados em atitudes coagidas e

Page: 68

Number: 1 Author: daniel.santee Subject: Comentário do texto Date: 07/12/2015 11:53:56
T008 - Citação adentrada [p. 129]

utilizáveis num resultado último, que é a capacidade final de um indivíduo. Recolhe-se a dispersão temporal para lucrar com isso e conserva-se o domínio de uma duração que escapa. O poder se articula diretamente sobre o tempo; realiza o controle dele e garante sua utilização.

Os procedimentos disciplinares revelam um tempo linear cujos momentos se integram uns nos outros, e que se orienta para um ponto terminal e estável. Em suma, um tempo "evolutivo". Ora, é preciso lembrar que no mesmo momento as técnicas administrativas e econômicas de controle manifestavam um tempo social de tipo serial, orientado e cumulativo: descoberta de uma evolução em termos de "progresso". As técnicas disciplinares, por sua vez, fazem emergir séries individuais: descoberta de uma evolução em termos de "gênese". Progresso das sociedades, gênese dos indivíduos, essas duas grandes "descobertas" do século XVIII são talvez correlatas das novas técnicas de poder e, mais precisamente, de uma nova maneira de gerir o tempo e torná-lo útil, por recorte segmentar, por sedação, por síntese e totalização. Uma macro e uma microfísica do poder permitiram, não certamente a invenção da história (já há um bom tempo ela não precisava mais ser inventada), mas a integração de uma dimensão temporal, unitária, cumulativa no exercício dos controles e na prática das dominações. A historicidade "evolutiva", assim como se constitui então -e tão profundamente que ainda hoje é para muitos uma evidência - está ligada a um modo de funcionamento do poder, da mesma forma que a "história-rememoração" das crônicas, das genealogias, das proezas, dos reinos e dos atos esteve muito tempo ligada a uma outra modalidade do poder. Com as novas técnicas de sujeição, a "dinâmica" das evoluções contínuas tende a substituir a "dinástica" dos acontecimentos solenes.

Em todo caso, o pequeno continuum temporal da individualidade-gênese parece ser mesmo, como a individualidade-célula ou a individualidade-organismo, um efeito e um objeto da disciplina. E no centro dessa seriação do tempo encontramos um procedimento que é, para ela, o que era a colocação em "quadro" para a repartição dos indivíduos ou o recorte celular: ou ainda, o que era a "manobra" para a economia das atividades e o controle orgânico. O ponto em apreço é o "exercício", a técnica pela qual se impõe aos corpos tarefas ao mesmo tempo repetitivas e diferentes, mas sempre graduadas. Dirigindo o comportamento para um estado terminal, o exercício permite uma perpétua caracterização do indivíduo seja em relação a esse termo, seja em relação aos outros indivíduos, seja em relação a um tipo de percurso. Assim, realiza, na forma da continuidade e da coerção, um crescimento, uma observação, uma

136 ▲

qualificação. Antes de tomar essa forma estritamente disciplinar, o exercício teve uma longa história: é encontrado nas práticas militares, religiosas, universitárias - às vezes ritual de iniciação, cerimônia preparatória, ensaio teatral, prova. Sua organização linear, continuamente progressiva, seu desenrolar genético ao longo do tempo têm, pelo menos no exército e na escola, introdução tardia. E sem dúvida de origem religiosa. Em todo caso, a idéia de um "programa" escolar que acompanharia a criança até o termo de sua educação e que implicaria de ano em ano, de mês em mês, em exercícios de complexidade crescente, apareceu primeiro, parece, num grupo religioso, os Irmãos da Vida Comum.(44) Fortemente inspirados por Ruysbroeck e na mística renana, transpuseram à educação uma parte das técnicas espirituais - e não só à educação dos clérigos, mas à dos magistrados e comerciantes: o tema da perfeição, em direção à qual o mestre exemplar conduz, torna-se entre eles o de um aperfeiçoamento autoritário dos alunos pelo professor; os exercícios cada vez mais rigorosos propostos pela vida ascética tornam-se tarefas de complexidade crescente que marcam a aquisição progressiva do saber e do bom comportamento; o esforço de toda a comunidade para a salvação torna-se o concurso coletivo e permanente dos indivíduos que se classificam uns em relação aos outros. Foram talvez processos de vida e de salvação comunitárias o primeiro núcleo de métodos destinados a produzir aptidões individualmente caracterizadas mas coletivamente úteis.(45) Sob sua forma mística ou ascética, o exercício era uma maneira de ordenar o tempo aqui de baixo para a conquista da salvação. Vai pouco a pouco, na história do Ocidente, inverter o sentido guardando algumas características: serve para economizar o tempo da vida, para acumulá-lo de uma maneira útil, e para exercer o poder sobre os homens por meio do tempo assim arrumado. O exercício, transformado em elemento de uma tecnologia política do corpo e da duração, não culmina num mundo além; mas tende para uma sujeição que nunca terminou de se completar.

A COMPOSIÇÃO DAS FORÇAS

"Comecemos destruindo o antigo preconceito segundo o qual pensava-se aumentar a força de uma tropa aumentando-lhe a profundidade. Todas as leis físicas sobre o movimento tornam-se quimeras quando queremos adaptá-las à tática.(46)

Desde o fim do século XVII, o problema técnico da infantaria foi de libertar-se do modelo físico da massa. Armada de lanças e mosquetões - lentos, imprecisos, que não permitiam ajustar um alvo e mirar - uma tropa era usada ou como um projétil, ou como um muro ou uma fortaleza: "a temível infantaria do exército da Espanha"; a repartição dos soldados nessa massa era feita principalmente segundo sua antiguidade e valentia; no centro, encarregados de fazer peso e volume, de dar densidade ao corpo, os mais novatos; na frente, nos

137 ▲

ângulos ou pêlos lados, os soldados mais corajosos ou reputados os mais hábeis. Passou-se no decorrer da época clássica a

Page: 71

Number: 1 Author: daniel.santee Subject: Comentário do texto Date: 07/12/2015 01:36:12
T008 - Citação entre aspas em meio de parágrafo. [p. 64]

desta.(53)

Mas é sem dúvida no ensino primário que esse ajustamento das cronologias diferentes será mais útil. Do século XVII até a introdução, no começo do XIX, do método Lancaster, o mecanismo complexo da escola mútua se cons-

139 ▲

truirá uma engrenagem depois da outra: confiaram-se primeiro aos alunos mais velhos tarefas de simples fiscalização, depois de controle do trabalho, em seguida, de ensino; e então no fim das contas, todo o tempo de todos os alunos estava ocupado seja ensinando seja aprendendo. A escola torna-se um aparelho de aprender onde cada aluno, cada nível e cada momento, se estão combinados como deve ser, são permanentemente utilizados no processo geral de ensino. Um dos grandes partidários da escola mútua dá a medida desse progresso:

Numa escola de 360 crianças, o professor que quisesse instruir cada aluno por sua vez durante uma sessão de três horas só poderia dar meio minuto a cada um. Pelo novo método, todos os 360 alunos escrevem, lêem ou contam durante duas horas e meia cada um.(54)

3) Essa combinação cuidadosamente medida das forças exige um sistema preciso de comando. Toda a atividade do indivíduo disciplinar deve ser repartida e sustentada por injunções cuja eficiência repousa na brevidade e na clareza; a ordem não tem que ser explicada, nem mesmo formulada; é necessário e suficiente que provoque o comportamento desejado. Do mestre de disciplina àquele que lhe é sujeito, a relação é de sinalização: o que importa não é compreender a injunção, mas perceber o sinal, reagir logo a ele, de acordo com um código mais ou menos artificial estabelecido previamente. Colocar os corpos num pequeno mundo de sinais a cada um dos quais está ligada uma resposta obrigatória e só uma: técnica do treinamento que

exclui despoticamente em tudo a menor representação, e o menor murmúrio; o soldado disciplinado começa a obedecer ao que quer que lhe seja ordenado; sua obediência é pronta e cega; a aparência de indocilidade, o menor atraso seria um crime.(55)

O treinamento das escolares deve ser feito da mesma maneira; poucas palavras, nenhuma explicação, no máximo um silêncio total que só seria interrompido por sinais - sinos, palmas, gestos, simples olhar do mestre, ou ainda aquele pequeno aparelho de madeira que os Irmãos das Escolas Cristãs usavam; era chamado por excelência o "Sinal" e devia significar em sua brevidade maquinal ao mesmo tempo a técnica do comando e a moral da obediência.

O primeiro e principal uso do sinal é atrair de uma só vez todos os olhares dos escolares para o mestre e fazê-los ficar atentos ao que ele lhes quer comunicar. Assim, toda vez que este quiser chamar a atenção das crianças e fazer parar qualquer exercício, baterá uma vez. Um bom escolar, toda vez que ouvir o ruído do sinal pensará ouvir a voz do mestre ou antes a voz de Deus mesmo que o chame pelo nome. Entrará então nos sentimentos do jovem Samuel, dizendo com ele no fundo de sua alma: Senhor, eis-me aqui.

O aluno deverá aprender o código dos sinais e atender automaticamente a cada um deles.

Feita a oração, o mestre dará uma pancada de sinal, olhando a criança que quer mandar ler, lhe fará sinal de começar. Para fazer parar o que está lendo, dará uma pancada de sinal... Para fazer sinal ao que está lendo de se corrigir, quando pronunciou mal uma letra, uma sílaba ou uma palavra, dará

140 ▲

duas pancadas sucessivamente e seguidas. Se, após se ter corrigido, ele não recomeça na palavra que pronunciou mal, porque leu várias depois dela, o mestre dará três pancadas sucessivamente uma em seguida da outra para lhe fazer sinal de recuar de algumas palavras e continuará a fazer esse sinal, até o escolar chegar à sílaba ou à palavra que pronunciou mal.(56)

A escola mútua levará ainda mais longe esse controle dos comportamentos pelo sistema dos sinais a que se tem que reagir imediatamente. Até as ordens verbais devem funcionar como sinalização:

Entrem em seus bancos. À palavra Entrem, as crianças colocam com ruído a mão direita sobre a mesa e ao mesmo tempo passam a perna para dentro do banco; às palavras em seus bancos, eles passam a outra perna e se sentam diante das lousas... Pegar-lousas, à palavra pegar, as crianças levam a mão direita ao barbante que serve para suspender a lousa ao prego que está diante deles, e com a esquerda pegam a lousa pelo meio; à palavra lousas, eles a soltam e a colocam sobre a mesa.(57)

Em resumo, pode-se dizer que a disciplina produz, a partir dos corpos que controla, quatro tipos de individualidade, ou antes uma individualidade dotada de quatro características: é celular (pelo jogo da repartição espacial), é orgânica (pela codificação das atividades), é genética (pela acumulação do tempo), é combinatória (pela composição das forças). E, para tanto, utiliza quatro grandes técnicas: constrói quadros; prescreve manobras; impõe exercícios; enfim, para realizar a combinação das forças, organiza "táticas". A tática, arte de construir, com os corpos localizados, atividades codificadas e as aptidões formadas, aparelhos em que o produto das diferentes forças se encontra majorado por sua combinação

Page: 73

Number: 1 Author: daniel.santee Subject: Comentário do texto Date: 07/12/2015 11:54:52
T008 - Citação adentrada [p. 129]

Number: 2 Author: daniel.santee Subject: Comentário do texto Date: 07/12/2015 11:43:34
T008 - Citação entre aspas utilizando corretamente "apud" pois F. Cita Samuel Bernard. [p. 128]

Number: 3 Author: daniel.santee Subject: Comentário do texto Date: 07/12/2015 10:52:55
T008 - Citação adentrada corretamente atribui a La Salle utilizando "apud" [p. 124]

Number: 4 Author: daniel.santee Subject: Comentário do texto Date: 07/12/2015 10:53:36
T008 - Continuação da Citação adentrada corretamente atribui a La Salle utilizando "apud" [p. 124]

calculada é sem dúvida a forma mais elevada da prática disciplinar. Nesse saber, os teóricos do século XVIII viam o fundamento geral de toda a prática militar, desde o controle e o exercício dos corpos individuais, até à utilização das forças específicas às multiplicidades mais complexas. Arquitetura, anatomia, mecânica, economia do corpo disciplinar;

aos olhos da maior parte dos militares, a tática não passa de um ramo da vasta ciência da guerra; aos meus, ela é a base dessa ciência; ela é a própria ciência, pois ensina a constituir as tropas, a ordená-las, a movê-las, a mandá-las combater; pois só ela pode completar o número e manejar a multidão; ela incluirá enfim o conhecimento dos homens, das armas, das tensões, das circunstâncias, pois são todos esses conhecimentos reunidos que devem determinar esses movimentos.(58) [Ou ainda]: Esse termo (tática)... dá a idéia da posição respectiva dos homens que compõem uma tropa, das diversas tropas que compõem um exército, de seus movimentos e ações, das relações que têm entre si.(59)

É possível que a guerra como estratégia seja a continuação da política. Mas não se deve esquecer que a "política" foi concebida como a continuação senão exata e diretamente da guerra, pelo menos do modelo militar como meio fundamental para prevenir o distúrbio civil. A política, como técnica da paz e da ordem internas, procurou pôr em funcionamento o dispositivo do exército perfeito, da massa disciplinada, da tropa dócil e útil, do regimento no acampamento e nos campos, na manobra e no exercício. Nos grandes Estados do século XVIII, o exército garante a paz civil sem dúvida porque é uma força real, uma espada sempre ameaçadora, mas também porque é uma técnica e um saber que

141 ▲

podem projetar seu esquema sobre o corpo social. Se há uma série guerra-política que passa pela estratégia, há uma série exército-política que passa pela tática. É a estratégia que permite compreender a guerra como uma maneira de conduzir a guerra entre os Estados; é a tática que permite compreender o exército como um princípio para manter a ausência de guerra na sociedade civil. A era clássica viu nascer a grande estratégia política e militar segundo a qual as nações defrontam suas forças econômicas e demográficas; mas viu nascer também a minuciosa tática militar e política pela qual se exerce nos Estados o controle dos corpos e das forças individuais. "O" militar- a instituição militar, o personagem do militar, a ciência militar, tão diferentes do que caracterizava antes o "homem de guerra" - se especifica, durante esse período, no ponto de junção entre a guerra e os ruídos da batalha por um lado, a ordem e o silêncio obediente da paz por outro. O sonho de uma sociedade perfeita é facilmente atribuído pêlos historiadores aos filósofos e juristas do século XVIII; mas há também um sonho militar da sociedade; sua referência fundamental era não ao estado de natureza, mas às engrenagens cuidadosamente subordinadas de uma máquina, não ao contrato primitivo, mas às coerções permanentes, não aos direitos fundamentais, mas aos treinamentos indefinidamente progressivos, não à vontade geral mas à docilidade automática.

Dever-se-ia tornar a disciplina nacional [dizia Guibert].

O Estado que eu idealizo terá uma administração simples, sólida, fácil de governar. Parecerá com essas imensas máquinas, que com molas pouco complicadas produzem grandes efeitos; a força desse Estado nascerá de sua força, sua prosperidade de sua prosperidade. O tempo que destrói tudo aumentará sua potência. Ele desmentirá esse preconceito vulgar que leva a imaginar que os impérios estão submetidos a uma lei imperiosa de decadência e ruína.(60)

O regime napoleônico não está longe e com ele essa forma de Estado que lhe subsistirá e que não se deve esquecer que foi preparado por juristas mas também por soldados, conselheiros de Estado e oficiais baixos, homens de lei e homens de acampamento. A referência romana que acompanha essa formação inclui claramente esse duplo índice: os cidadãos e os legionários, a lei e a manobra. Enquanto os juristas procuravam no pacto um modelo primitivo para a construção ou a reconstrução do corpo social, os militares e com eles os técnicos da disciplina elaboravam processos para a coerção individual e coletiva dos corpos.

142 ▲

CAPÍTULO II
OS RECURSOS
PARA O BOM ADESTRAMENTO

Walhausen, bem no início do século XVII, falava da "correta disciplina", como uma arte do "bom adestramento".(1) O poder disciplinar é com efeito um poder que, em vez de se apropriar e de retirar, tem como função maior "adestrar"; ou sem dúvida adestrar para retirar e se apropriar ainda mais e melhor. Ele não amarra as forças para reduzi-las; procura ligá-las para multiplicá-las e utilizá-las num todo. Em vez de dobrar uniformemente e por massa tudo o que lhe está submetido, separa, analisa, diferencia, leva seus processos de decomposição até às singularidades necessárias e

Page: 74

Number: 1 Author: Daniel Subject: Highlight Date: 20/12/2015 17:50:12
T163 - Citação com aspas com lacuna não indicada. Exclui cerca de 6 linhas. [p. 59]

suficientes. "Adestra" as multidões confusas, móveis, inúteis de corpos e forças para uma multiplicidade de elementos individuais - pequenas células separadas, autonomias orgânicas, identidades e continuidades genéticas, segmentos combinatórios. A disciplina "fabrica" indivíduos; ela é a técnica específica de um poder que toma os indivíduos ao mesmo tempo como objetos e como instrumentos de seu exercício. Não é um poder triunfante que, a partir de seu próprio excesso, pode-se fiar em seu superpoderio; é um poder modesto, desconfiado, que funciona a modo de uma economia calculada, mas permanente. Humildes modalidades, procedimentos menores, se os compararmos aos rituais majestosos da soberania ou aos grandes aparelhos do Estado. E são eles justamente que vão pouco a pouco invadir essas formas maiores, modificar-lhes os mecanismos e impor-lhes seus processos. O aparelho judiciário não escapará a essa invasão, mal secreta. O sucesso do poder disciplinar se deve sem dúvida ao uso de instrumentos simples: o olhar hierárquico, a sanção normalizadora e sua combinação num procedimento que lhe é específico, o exame.

A VIGILÂNCIA HIERÁRQUICA

O exercício da disciplina supõe um dispositivo que obrigue pelo jogo do olhar; um aparelho onde as técnicas que permitem ver induzam a efeitos de poder, e onde, em troca, os meios de coerção tornem claramente visíveis aqueles sobre quem se aplicam. Lentamente, no decorrer da época clássica, são construídos esses "observatórios" da multiplicidade humana para as quais a história

das ciências guardou tão poucos elogios. Ao lado da grande tecnologia dos óculos, das lentes, dos feixes luminosos, unida à fundação da física e da cosmologia novas, houve as pequenas técnicas das vigilâncias múltiplas e entrecruzadas, dos olhares que devem ver sem ser vistos; uma arte obscura da luz e do visível preparou em surdina um saber novo sobre o homem, através de técnicas para sujeitá-lo e processos para utilizá-lo.

Esses "observatórios" têm um modelo quase ideal: o acampamento militar. É a cidade apressada e artificial, que se constrói e remodela quase à vontade; é o ápice de um poder que deve ter ainda mais intensidade, mas também mais discrição, por se exercer sobre homens de armas. No acampamento perfeito, todo o poder seria exercido somente pelo jogo de uma vigilância exata; e cada olhar seria uma peça no funcionamento global do poder. O velho e tradicional plano quadrado foi consideravelmente afinado de acordo com inúmeros esquemas. Define-se exatamente a geometria das aléias, o número e a distribuição das tendas, a orientação de suas entradas, a disposição das filas e das colunas; desenha-se a rede dos olhares que se controlam uns aos outros:

Na praça d'armas, tiram-se cinco linhas, a primeira fica a 16 pés da segunda; as outras ficam a 8 pés uma da outra; e a última fica a 8 pés dos tabardos. Os tabardos ficam a 10 pés das tendas dos oficiais inferiores, precisamente em frente ao primeiro bastão. Uma rua de companhia tem 51 pés de largura... Todas as tendas ficam a dois pés umas das outras. As tendas dos subalternos ficam em frente às ruelas de suas companhias. O bastão de trás fica a 8 pés da última tenda dos soldados e a porta olha para a tenda dos capitães... As tendas dos capitães ficam levantadas em frente às ruas de suas companhias. A porta olha para as próprias companhias.(2)

O acampamento é o diagrama de um poder que age pelo efeito de uma visibilidade geral. Durante muito tempo encontraremos no urbanismo, na construção das cidades operárias, dos hospitais, dos asilos, das prisões, das casas de educação, esse modelo do acampamento ou pelo menos o princípio que o sustenta: o encaixamento espacial das vigilâncias hierarquizadas. Princípio do "encastramento". O acampamento foi para a ciência pouco confessável das vigilâncias o que a câmara escura foi para a grande ciência da ótica.

Toda uma problemática se desenvolve então: a de uma arquitetura que não é mais feita simplesmente para ser vista (fausto dos palácios), ou para vigiar o espaço exterior (geometria das fortalezas), mas para permitir um controle interior, articulado e detalhado - para tornar visíveis os que nela se encontram; mais geralmente, a de uma arquitetura que seria um operador para a transformação dos indivíduos: agir sobre aquele que abriga, dar domínio sobre seu comportamento, reconduzir até eles os efeitos do poder, oferecê-los a um conhecimento, modificá-los. As pedras podem tornar dócil e conhecível. O velho esquema simples do encarceramento e do fechamento - do muro espesso, da porta sólida que impedem de entrar ou de sair - começa a ser substituído pelo cálculo das aberturas, dos cheios e dos vazios, das passagens e das

transparências. Assim é que o hospital-edifício se organiza pouco a pouco como instrumento de ação médica: deve permitir que se possa observar bem os doentes, portanto, coordenar melhor os cuidados; a forma dos edifícios, pela cuidadosa separação dos doentes, deve impedir os contágios; a ventilação que se faz circular em torno de cada leito deve enfim evitar que os vapores deletérios se estagnem em volta do paciente, decompondo seus humores e multiplicando a doença por seus efeitos imediatos. O hospital - aquele que se quer aparelhar na segunda metade do século, e para o qual se fizeram tantos projetos depois do segundo incêndio do Hôtel-Dieu - não é mais simplesmente o teto onde se abrigavam a miséria e a morte próxima; é, sem sua própria materialidade, um operador terapêutico.

Page: 75

Number: 1 Author: Daniel Subject: Highlight Date: 20/12/2015 17:51:08
T163 - Citação com aspas com lacuna não indicada. Exclui cerca de 6 linhas. [p. 59]

Number: 2 Author: Daniel Subject: Comment on Text Date: 21/12/2015 10:46:02
T056 - Produz uma paráfrase por demais idêntica à obra. [p.121]

Number: 3 Author: Daniel Subject: Comment on Text Date: 10/12/2015 16:19:14
T200 - citação adentrada introduzida com "conforme palavras do próprio autor." [p. 140]

Number: 4 Author: Daniel Subject: Comment on Text Date: 21/12/2015 11:04:53
T056 - Parágrafo elaborado por colagem de segmentos de V&P que ora se apresentam como paráfrase e ora como citação entre aspas. [p. 121]

Number: 5 Author: Daniel Subject: Comment on Text Date: 21/12/2015 11:23:42
T056 - Cópia - usa como paráfrase mas muito semelhante ao texto na obra. [p. 121]

Mas se os operários preferem o enquadramento de tipo corporativo a esse novo regime de vigilância, os patrões, quanto a eles, reconhecem nisso um elemento indissociável do sistema da produção industrial, da propriedade privada e do lucro. Em nível de fábrica, de grande forja ou de mina,

os objetos de despesa são tão multiplicados, que a menor infidelidade sobre cada objeto daria no total uma fraude imensa, que não somente absorveria os lucros, mas levaria atonte dos capitais...; a mínima imperícia desapercebida e por isso repetida cada dia pode se tornar funesta à empresa ao ponto de anulá-la em muito pouco tempo; [donde o fato que só agentes, diretamente dependentes do proprietário, e designados só para esta tarefa poderão zelar] para que não haja um tostão de despesa inútil, para que não haja um momento perdido no dia; seu papel será de vigiar os operários, visitar todas as obras, instruir o comitê sobre todos os acontecimentos.(7)

A vigilância torna-se um operador econômico decisivo, na medida em que é ao mesmo tempo uma peça interna no aparelho de produção e uma engrenagem específica do poder disciplinar.(8)

Mesmo movimento na reorganização do ensino elementar; especificação da vigilância e integração à relação pedagógica. O desenvolvimento das escolas paroquiais, o aumento de seu número de alunos, a inexistência de métodos que permitissem regulamentar simultaneamente a atividade de toda uma turma, a desordem e a confusão que daí provinham tornavam necessária a organização dos controles. Para ajudar o mestre, Batencour escolhe entre os melhores alunos toda uma série de "oficiais", intendentes, observadores, monitores, repetidores, recitadores de orações, oficiais de escrita, recebedores de tinta, capelães e visitadores. Os papéis assim definidos são de duas ordens: uns correspondem a tarefas materiais (distribuir a tinta e o papel, dar as sobras aos pobres, ler textos espirituais nos dias de festa, etc.); outros são da ordem da fiscalização:

Os "observadores" devem anotar quem sai do banco, quem conversa, quem não tem o terço ou o livro de orações, quem se comporta mal na missa, quem comete alguma imodéstia, conversa ou grita na rua; os "admonitores" estão encarregados de "tomar conta dos que falam ou fazem zunzum ao estudar as lições, dos que não escrevem ou brincam"; os "visitadores" vão se informar, nas famílias, sobre os alunos que estiveram ausentes ou cometeram faltas graves. Quanto aos "intendentes", fiscalizam todos os outros oficiais. Só os "repetidores" têm um papel pedagógico: têm que fazer os alunos ler dois a dois, em voz baixa.(9)

Ora, algumas dezenas de anos mais tarde, Demia volta a uma hierarquia do mesmo tipo, mas as funções de fiscalização agora são quase todas duplicadas por um papel pedagógico: um submestre ensina a segurar a pena, guia a mão, corrige os erros e ao mesmo tempo "marca as faltas quando se discute"; outro submestre tem as mesmas tarefas na classe de leitura; o intendente que controla os outros oficiais e zela pelo comportamento geral é também encarregado de

"adequar os recém-chegados aos exercícios da escola"; os decuriões fazem recitar as lições e "marcam" os que não as sabem.(10) Temos aí o esboço de uma instituição tipo escola mútua em que estão integrados no interior de um dispositivo único três procedimentos: o ensino propriamente dito, a aquisição dos conhecimentos pelo próprio exercício da atividade pedagógica, enfim uma observação recíproca e hierarquizada. Uma relação de fiscalização, definida e regulada, está inserida na essência da prática do ensino: não como uma peça trazida ou adjacente, mas como um mecanismo que lhe é inerente e multiplica sua eficiência.

A vigilância hierarquizada, contínua e funcional não é, sem dúvida, uma das grandes "invenções" técnicas do século XVIII, mas sua insidiosa extensão deve sua importância às novas mecânicas de poder, que traz consigo. O poder disciplinar, graças a ela, torna-se um sistema "integrado", ligado do interior à economia e aos fins do dispositivo onde é exercido. Organiza-se assim como um poder múltiplo, automático e anônimo; pois, se é verdade que a vigilância repousa sobre indivíduos, seu funcionamento é de uma rede de relações de alto a baixo, mas também até um certo ponto de baixo para cima e lateralmente; essa rede "sustenta" o conjunto, e o perpassa de efeitos de poder que se apoiam uns sobre os outros: fiscais perpetuamente fiscalizados. O poder na vigilância hierarquizada das disciplinas não se detém como uma coisa, não se transfere como uma propriedade; funciona como uma máquina. E se é verdade que sua organização piramidal lhe dá um "chefe", é o aparelho inteiro que produz "poder" e distribui os indivíduos nesse campo permanente e contínuo. O que permite ao poder disciplinar ser absolutamente indiscreto, pois está em toda parte e sempre alerta, pois em princípio não deixa nenhuma parte às escuras e controla continuamente os mesmos que estão encarregados de controlar; e absolutamente "discreto", pois funciona permanentemente e em grande parte em silêncio. A disciplina faz "funcionar" um poder relacional que se auto-sustenta por seus próprios mecanismos e substitui o brilho das manifestações pelo jogo ininterrupto dos olhares calculados. Graças às técnicas de vigilância, a "física" do poder, o domínio sobre o corpo se efetuam segundo as leis da óticae de mecânica, segundo um jogo de espaços, de linhas, de telas, de feixes, de graus, e sem recurso, pelo menos em princípio, ao excesso, à força, à violência. Poder que é em aparência ainda menos "corporal" por ser mais sabiamente "físico".

A SANÇÃO NORMALIZADORA

Page: 77

Number: 1 Author: Daniel Subject: Comment on Text Date: 18/12/2015 18:31:04
T157 - Citação com aspas em meio de parágrafo. sobre a vigilância. [p. 58-9]

1) No orfanato do cavaleiro Paulet, as sessões do tribunal que se reunia todas as manhãs davam lugar a um cerimonial:

Encontramos todos os alunos em formação, alinhamento, imobilidade e silêncio perfeitos. O major, jovem da nobreza de dezesseis anos, estava fora da fila, a espada na mão; à sua ordem, a tropa se abalou ao passo duplo para formar o círculo. O conselho se reuniu no centro; cada oficial fez o

148 ▲

relatório de sua tropa nas vinte e, quatro horas. Os acusados foram admitidos a se justificar; ouviram-se as testemunhas; deliberou-se e, quando se chegou a um acordo, o major prestou contas em voz alta do número dos culpados, da natureza dos delitos e dos castigos ordenados. A tropa em seguida desfilou na maior ordem.(11)

Na essência de todos os sistemas disciplinares, funciona um pequeno mecanismo penal. É beneficiado por uma espécie de privilégio de justiça, com suas leis próprias, seus delitos especificados, suas formas particulares de sanção, suas instâncias de julgamento. As disciplinas estabelecem uma "infra-penalidade"; quadriculam um espaço deixado vazio pelas leis; qualificam e reprimem um conjunto de comportamentos que escapava aos grandes sistemas de castigo por sua relativa indiferença.

Ao entrar os companheiros deverão saudar-se reciprocamente; ...ao sair deverão guardar as mercadorias e ferramentas que utilizaram e em época de serão apagar a lâmpada; é expressamente proibido divertir os companheiros com gestos ou de outra maneira; [eles deverão] se comportar honesta e decentemente; [quem se ausentar por mais de cinco minutos sem avisar o Sr. Oppenheim será] anotado por meio-dia; [e para que fique certo que nada será esquecido nessa justiça criminal miúda, é proibido fazer] qualquer coisa que puder prejudicar o Sr. Oppenheim e seus companheiros.(12)

Na oficina, na escola, no exército funciona como repressora toda uma micropenalidade do tempo (atrasos, ausências, interrupções das tarefas), da atividade (desatenção, negligência, falta de zelo), da maneira de ser (grosseria, desobediência), dos discursos (tagarelice, insolência), do corpo (atitudes "in-corretas", gestos não conformes, sujeira), da sexualidade (imodéstia, indecência). Ao mesmo tempo é utilizada, a título de punição, toda uma série de processos sutis, que vão do castigo físico leve a privações ligeiras e a pequenas humilhações. Trata-se ao mesmo tempo de tornar penalizáveis as frações mais tênues da conduta, e de dar uma função punitiva aos elementos aparentemente indiferentes do aparelho disciplinar: levando ao extremo, que tudo possa servir para punir a mínima coisa; que cada indivíduo se encontre preso numa universalidade punível-punidora.

Pela palavra punição, deve-se compreender tudo o que é capaz de fazer as crianças sentir a falta que cometeram, tudo o que é capaz de humilhá-las, de confundi-las: ...uma certa frieza, uma certa indiferença, uma pergunta, uma humilhação, uma destituição de posto.(13)

2) Mas a disciplina traz consigo uma maneira específica de punir, e que é apenas um modelo reduzido do tribunal. O que pertence à penalidade disciplinar é a inobservância, tudo o que está inadequado à regra, tudo o que se afasta dela, os desvios. É passível de pena o campo indefinido do não-conforme: o soldado comete uma "falta" cada vez que não atinge o nível requerido; a "falta" do aluno é, assim como um delito menor, uma inaptidão a cumprir suas tarefas. O regulamento da infantaria prussiana impunha tratar com "todo o rigor possível" o soldado que não tivesse aprendido a manejar corretamente o fuzil. Do mesmo modo,

149 ▲

quando um escolar não tiver guardado o catecismo da véspera, poder-se-á obrigá-lo a aprender o daquele dia, sem nenhum erro, e deverá repeti-lo no dia seguinte; ou será obrigado a ouvi-lo de pé ou de joelhos, ou com as mãos postas, ou então lhe será imposta alguma outra penitência.

A ordem que os castigos disciplinares devem fazer respeitar é de natureza mista: é uma ordem "artificial", colocada de maneira explícita por uma lei, um programa, um regulamento. Mas é também uma ordem, definida por processos naturais e observáveis: a duração de um aprendizado, o tempo de um exercício, o nível de aptidão têm por referência uma regularidade, que é também uma regra. As crianças das escolas cristãs nunca devem ser colocadas numa "lição" de que ainda não são capazes, pois estariam correndo o perigo de não poder aprender nada; entretanto a duração de cada estágio é fixada de maneira regulamentar e quem, no fim de três meses, não houver passado para a ordem superior deve ser colocado, bem em evidência, no banco dos "ignorantes". A punição em regime disciplinar comporta uma dupla referência jurídico-natural.

3) O castigo disciplinar tem a função de reduzir os desvios. Deve portanto ser essencialmente corretivo. Ao lado das punições copiadas ao modelo judiciário (multas, açoite, masmorra), os sistemas disciplinares privilegiam as punições que são da ordem do exercício - aprendizado intensificado, multiplicado, muitas vezes repetido: o regulamento de 1766 para a infantaria previa que os soldados de primeira classe "que mostrarem alguma negligência ou má vontade serão enviados para a última classe", e só poderão voltar à primeira, depois de novos exercícios e um novo exame. Como dizia, por seu lado, J.-B. de La Salle:

Page: 78

Number: 1 Author: Daniel Subject: Comment on Text Date: 21/12/2015 11:00:30
T056 - Cópia e colagem de segmentos de V&P sem referência [p. 121]

comportamento e seus progressos; e os das primeiras classes também descerão para as outras se relaxarem e se relatórios reunidos e desvantajosos mostrarem que não merecem mais as distribuições e prerrogativas das primeiras classes...". A classificação que pune deve tender a se extinguir. A "classe vergonhosa" só existe para desaparecer: "A fim de julgar a espécie de conversão dos alunos da classe vergonhosa que nela se comportam bem", eles serão reintroduzidos nas outras classes, suas roupas lhes serão devolvidas; mas ficarão com seus camaradas de infâmia durante as refeições e as recreações; aí permanecerão se não continuarem a se comportar bem; daí "sairão absolutamente, se derem satisfação tanto nessa classe quanto nessa divisão". Duplo efeito conseqüentemente dessa penalidade hierarquizante: distribuir os alunos segundo suas aptidões e seu comportamento, portanto segundo o uso que se poderá fazer deles quando saírem da escola; exercer sobre eles uma pressão constante, para que se submetam todos ao mesmo modelo, para que sejam obrigados todos juntos "à subordinação, à docilidade, à atenção nos estudos e nos exercícios, e à exata prática dos deveres e de todas as partes da disciplina". Para que, todos, se pareçam.

Em suma, a arte de punir, no regime do poder disciplinar, não visa nem a expiação, nem mesmo exatamente a repressão. Põe em funcionamento cinco operações bem distintas: relacionar os atos, os desempenhos, os comportamentos singulares a um conjunto, que é ao mesmo tempo campo de comparação, espaço de diferenciação e princípio de uma regra a seguir. Diferenciar os indivíduos em relação uns aos outros e em função dessa regra de conjunto -que se deve fazer funcionar como base mínima, como média a respeitar ou como o ótimo de que se deve chegar perto. Medir em termos quantitativos e hierarquizar em termos de valor as capacidades, o nível, a "natureza" dos indivíduos.

152 ▲

Fazer funcionar, através dessa medida "valorizadora", a coação de uma conformidade a realizar. Enfim traçar o limite que definirá a diferença em relação a todas as diferenças, a fronteira externa do anormal (a "classe vergonhosa" da Escola Militar). A penalidade perpétua que atravessa todos os pontos e controla todos os instantes das instituições disciplinares compara, diferencia, hierarquiza, homogeniza, exclui. Em uma palavra, ela normaliza.

Opõe-se então termo por termo a uma penalidade judiciária que tem a função essencial de tomar por referência, não um conjunto de fenômenos observáveis, mas um corpo de leis e de textos que é preciso memorizar; não diferenciar indivíduos, mas especificar atos num certo número de categorias gerais; não hierarquizar mas fazer funcionar pura e simplesmente a oposição binária do permitido e do proibido; não homogeneizar, mas realizar a partilha, adquirida de uma vez por todas, da condenação. Os dispositivos disciplinares produziram uma "penalidade da norma" que é irredutível em seus princípios e seu funcionamento à penalidade tradicional da lei. O pequeno tribunal que parece ter sede permanente nos edifícios da disciplina, e às vezes toma a forma teatral do grande aparelho judiciário, não deve iludir: ele não conduz, a não ser por algumas continuidades formais, os mecanismos da justiça criminal até à trama da existência cotidiana; ou ao menos não é isso o essencial; as disciplinas inventaram - apoiando-se aliás sobre uma série de processos muito antigos -um novo funcionamento punitivo, e é este que pouco a pouco investiu o grande aparelho exterior que parecia reproduzir modesta ou ironicamente. O funcionamento jurídico-antropológico que toda a história da penalidade moderna revela não se origina na superposição à justiça criminal das ciências humanas, e nas exigências próprias a essa nova racionalidade ou ao humanismo que ela traria consigo; ele tem seu ponto de formação nessa técnica disciplinar que fez funcionar esses novos mecanismos de sanção normalizadora.

Aparece, através das disciplinas, o poder da Norma. Nova lei da sociedade moderna? Digamos antes que desde o século XVIII ele veio unir-se a outros poderes obrigando-os a novas delimitações; o da Lei, o da Palavra e do Texto, o da Tradição. O Normal se estabelece como princípio de coerção no ensino, com a instauração de uma educação estandardizada e a criação das escolas normais; estabelece-se no esforço para organizar um corpo médico e um quadro hospitalar da nação capazes de fazer funcionar normas gerais de saúde; estabelece-se na regularização dos processos e dos produtos industriais.(18) Tal como a vigilância e junto com ela, a regulamentação é um dos grandes instrumentos de poder no fim da era clássica. As marcas que significavam status, privilégios, filiações, tendem a ser substituídas ou pelo menos acrescidas de um conjunto de graus de normalidade, que são sinais de filiação a um corpo social homogêneo, mas que têm em si mesmos um papel de classificação, de hierarquização

153 ▲

e de distribuição de lugares. Em certo sentido, o poder de regulamentação obriga à homogeneidade; mas individualiza, permitindo medir os desvios, determinar os níveis, fixar as especialidades e tornar úteis as diferenças, ajustando-as umas às outras. Compreende-se que o poder da norma funcione facilmente dentro de um sistema de igualdade formal, pois dentro de uma homogeneidade que é a regra, ele introduz, como um imperativo útil e resultado de uma medida, toda a gradação das diferenças individuais.

O EXAME

O exame combina as técnicas da hierarquia que vigia e as da sanção que normaliza. É um controle normalizante, uma vigilância que permite qualificar, classificar e punir. Estabelece sobre os indivíduos uma visibilidade através da qual eles são diferenciados e sancionados. É por isso que, em todos os dispositivos de disciplina, o exame é altamente

Page: 80

Number: 1 Author: Daniel Subject: Comment on Text Date: 21/12/2015 11:24:01
T100 - Citação com aspas. Inicia um pensamento e termina com a citação. Utiliza Conforme F. [p. 112]
T163 - Citação em fragmento com aspas [p. 103]

Number: 2 Author: Daniel Subject: Comment on Text Date: 19/12/2015 22:38:15
T091 - Cópia de segmento [p. 36].

Number: 3 Author: Daniel Subject: Comment on Text Date: 20/12/2015 12:43:28
T163 - Citaçao com aspas em nota de rodapé contendo referência a Foucault, 1998 sendo que essa data é o Nascimento da Clínica e a citação é de V&P que lá é indicado como sendo 1999c. [p. 36]

Number: 4 Author: Daniel Subject: Comment on Text Date: 20/12/2015 12:44:04
T163 - Citaçao com aspas em nota de rodapé contendo referência a Foucault, 1998 sendo que essa data é o Nascimento da Clínica e a citação é de V&P que lá é indicado como sendo 1999c. [p. 36]

Number: 5 Author: Daniel Subject: Comment on Text Date: 21/12/2015 11:29:57
T091 - faz paráfrase muito próximo ao texto da Obra mas faz a devida referência. [p. 36]

Number: 6 Author: Daniel Subject: Comment on Text Date: 21/12/2015 11:05:46
T056 - combinação de paráfrase de mínima reescritura com trecho de citação. [p. 122]
T121 - Citação entre aspas em nota de rodapé para definir o exame. "Segundo Foucault" e a citação, ponto. [p. 54]
T163 - Citação com haspas em nota de Rodapé [p. 37]

Number: 7 Author: Daniel Subject: Highlight Date: 21/12/2015 11:30:20
T163 - Citação com haspas em nota de Rodapé [p. 37]

ritualizado. Nele vêm-se reunir a cerimônia do poder e a forma da experiência, a demonstração da força e o estabelecimento da verdade. No coração dos processos de disciplina, ele manifesta a sujeição dos que são percebidos como objetos e a objetivação dos que se sujeitam. A superposição das relações de poder e das de saber assume no exame todo o seu brilho visível. Mais uma inovação da era clássica que os historiadores deixaram na sombra. Faz-se a história das experiências com cegos de nascença, meninos-lobo ou com a hipnose. Mas quem fará a história mais geral, mais vaga, mais determinante também, do "exame" - de seus rituais, de seus métodos, de seus personagens e seus papéis, de seus jogos de perguntas e respostas, de seus sistemas de notas e de classificação? Pois nessa técnica delicada estão comprometidos todo um campo de saber, todo um tipo de poder. Fala-se muitas vezes da ideologia que as "ciências" humanas pressupõem, de maneira discreta ou declarada. Mas sua própria tecnologia, esse pequeno esquema operatório que tem tal difusão (da psiquiatria à pedagogia, do diagnóstico das doenças à contratação de mão-de-obra), esse processo tão familiar do exame, não põe em funcionamento, dentro de um só mecanismo, relações de poder que permitem obter e constituir saber? O investimento político não se faz simplesmente ao nível da consciência, das representações e no que julgamos saber, mas ao nível daquilo que torna possível algum saber.

Uma das condições essenciais para a liberação epistemológica da medicina no fim do século XVIII foi a organização do hospital como aparelho de "examinar". O ritual da visita é uma de suas formas mais evidentes. No século XVII, o médico, vindo de fora, juntava a sua inspeção vários outros controles - religiosos, administrativos; não participava absolutamente da gestão cotidiana do hospital. Pouco a pouco a visita tornou-se mais regular, mais rigorosa, principalmente mais extensa: ocupou uma parte cada vez mais importante do

154 ▲

funcionamento hospitalar. Em 1661, o médico do Hotel-Dieu de Paris era encarregado de uma visita por dia; em 1687, um médico "expectante" devia examinar, à tarde, certos doentes mais graves. Os regulamentos do século XVIII determinam os horários da visita, e sua duração (duas horas no mínimo); insistem para que um rodízio permita que seja realizado todos os dias "inclusive domingo de Páscoa"; enfim em 1771 institui-se um médico residente, encarregado de "prestar todos os serviços de seu estado, tanto de noite como de dia, nos intervalos entre uma visita e outra de um médico de fora".(19) A inspeção de antigamente, descontínua e rápida, se transforma em uma observação regular que coloca o doente em situação de exame quase perpétuo. Com duas conseqüências: na hierarquia interna, o médico, elemento até então exterior, começa a suplantar o pessoal religioso e a lhe confiar um papel determinado mas subordinado, na técnica do exame; aparece então a categoria do "enfermeiro"; quanto ao próprio hospital, que era antes de tudo um local de assistência, vai tornar-se local de formação e aperfeiçoamento científico: viravolta das relações de poder e constituição de um saber. O hospital bem "disciplinado" constituirá o local adequado da "disciplina" médica; esta poderá então perder seu caráter textual e encontrar suas referências menos na tradição dos autores decisivos que num campo de objetos perpetuamente oferecidos ao exame.

Do mesmo modo, a escola torna-se uma espécie de aparelho de exame ininterrupto que acompanha em todo o seu comprimento a operação do ensino. Tratar-se-á cada vez menos daquelas justas em que os alunos defrontavam forças e cada vez mais de uma comparação perpétua de cada um com todos, que permite ao mesmo tempo medir e sancionar. Os Irmãos das Escolas Cristãs queriam que seus alunos fizessem provas de classificação todos os dias da semana: o primeiro dia para a ortografia, o segundo para a aritmética, o terceiro para o catecismo da manhã, e de tarde para a caligrafia, etc. Além disso, devia haver uma prova todo mês, para designar os que merecessem ser submetidos ao exame do inspetor.(20) Desde 1775, há na escola de Ponts et Chaussées 16 exames por ano: 3 de matemática, 3 de arquitetura, 3 de desenho, 2 de caligrafia, 1 de corte de pedras, 1 de estilo, 1 de levantamento de planta, 1 de nivelamento, 1 de medição de edifícios.(21) O exame não se contenta em sancionar um aprendizado; é um de seus fatores permanentes: sustenta-o segundo um ritual de poder constantemente renovado. O exame permite ao mestre, ao mesmo tempo em que transmite seu saber, levantar um campo de conhecimentos sobre seus alunos. Enquanto que a prova com que terminava um aprendizado na tradição corporativa validava uma aptidão adquirida - a "obra-prima" autentificava uma transmissão de saber já feita - o exame é na escola uma verdadeira e constante troca de saberes: garante a passagem dos conhecimentos do mestre ao aluno, mas retira do aluno um saber destinado e reservado ao mestre. A escola torna-se o local de elaboração da pedagogia. E do mesmo modo como o

155 ▲

processo do exame hospitalar permitiu a liberação epistemológica da medicina, a era da escola "examinatória" marcou o início de uma pedagogia que funciona como ciência. A era das inspeções e das manobras indefinidamente repetidas, no exército, marcou também o desenvolvimento de um imenso saber tático que teve efeito na época das guerras napoleônicas.

O exame supõe um mecanismo que liga um certo tipo de formação de saber a uma certa forma de exercício do poder.

I) O exame inverte a economia da visibilidade no exercício do poder: tradicionalmente, o poder é o que se vê, se mostra, se manifesta e, de maneira paradoxal, encontra o princípio de sua força no movimento com o qual a exibe.

Page: 81

Number: 1 Author: Daniel Subject: Comment on Text Date: 21/12/2015 11:30:25
T091 - Citação com aspas em nota de rodapé repetida na p. 46-7 [V&P p. 154] [p. 109]

Number: 2 Author: Daniel Subject: Comment on Text Date: 19/12/2015 23:50:14
T091 - Citação com aspas a parte inicial e final do parágrafo em V&P com deslocamento de aspas. [p. 47]

Number: 3 Author: Daniel Subject: Comment on Text Date: 19/12/2015 23:33:48
T091 - Cópia de V&P mas atribui como polissemia a Microfísica do Poder. [p. 37]

Number: 4 Author: Daniel Subject: Comment on Text Date: 19/12/2015 23:34:17
T091 - cópia de segmento sem referência [p. 37]

Number: 5 Author: Daniel Subject: Comment on Text Date: 19/12/2015 23:35:04
T091 - cópia de segmento sem referência [p. 37]

Number: 6 Author: Daniel Subject: Comment on Text Date: 19/12/2015 23:37:43
T029 - Citação adentrada. Utiliza "segundo F" [p. 72]
T091 - segmento utilizado sem referência [p. 37]

Number: 7 Author: Daniel Subject: Comment on Text Date: 21/12/2015 11:30:52
T091 - Citação entre aspas em final de parágrafo iniciando com "Conforme F." [p. 38]

Number: 8 Author: daniel.santee Subject: Comentário do texto Date: 21/12/2015 11:36:11
T008 - Citação com aspas em meio de parágrafo. [p. 117]
T029 - Citação adentrada. Utiliza "segundo F" e completa lacuna entre citação anterior (fragmenta o parágrafo) [p. 72]

recebe como status sua própria individualidade, e onde está estatutariamente ligado aos traços, às medidas, aos desvios, às "notas" que o caracterizam e fazem dele, de qualquer modo, um "caso".

Finalmente, o exame está no centro dos processos que constituem o indivíduo como efeito e objeto de poder, como efeito e objeto de saber. É ele que, combinando vigilância hierárquica e sanção normalizadora, realiza as grandes funções disciplinares de repartição e classificação, de extração máxima das forças e do tempo, de acumulação genética contínua, de composição ótima das aptidões. Portanto, de fabricação da individualidade celular, orgânica, genética e combinatória. Com ele se ritualizam aquelas disciplinas que se pode caracterizar com uma palavra dizendo que são uma modalidade de poder para o qual a diferença individual é pertinente.

As disciplinas marcam o momento em que se efetua o que se poderia chamar a troca do eixo político da individualização. Nas sociedades de que o regime feudal é apenas um exemplo, pode-se dizer que a individualização é máxima do lado em que a soberania é exercida e nas regiões superiores do poder. Quanto mais o homem é detentor de poder ou de privilégio, tanto mais é marcado como indivíduo, por rituais, discursos, ou representações plásticas. O "nome de família" e a genealogia que situam, dentro de um conjunto de parentes, a realização de proezas que manifestam a superioridade das forças e que são imortalizadas por relatos, as cerimônias que marcam, por sua ordenação, as relações de poder, os monumentos ou as doações que dão uma outra vida depois da morte, os faustos e os excessos da despesa, os múltiplos laços de vassalagem e de suserania que se entrecruzam, tudo isso constitui outros procedimentos de uma individualização "ascendente". Num regime disciplinar, a individualização, ao contrário, é "descendente" à medida que o poder se torna mais anônimo e mais funcional, aqueles sobre os quais se exerce tendem a ser mais fortemente individualizados; e por fiscalizações mais que por cerimônias, por observações mais que por relatos comemorativos, por medidas comparativas que têm a "norma" como referência, e não por genealogias que dão os

160 ▲

ancestrais como pontos de referência; por "desvios" mais que por proezas. Num sistema de disciplina, a criança é mais individualizada que o adulto, o doente o é antes do homem são, o louco e delinqüente mais que o normal e o não-delinqüente. É em direção aos primeiros, em todo caso, que se voltam em nossa civilização todos os mecanismos individualizantes; e quando se quer individualizar o adulto são, normal e legalista, agora é sempre perguntando-lhe o que ainda há nele de criança, que loucura secreta o habita, que crime fundamental ele quis cometer. Todas as ciências, análises ou práticas com radical "psico", têm seu lugar nessa troca histórica dos processos de individualização. O momento em que passamos de mecanismos histórico-rituais de formação da individualidade a mecanismos científico-disciplinares, em que o normal tomou o lugar do ancestral, e a medida o lugar do status, substituindo assim a individualidade do homem memorável pela do homem calculável, esse momento em que as ciências do homem se tornaram possíveis, é aquele em que foram postas em funcionamento uma nova tecnologia do poder e uma outra anatomia política do corpo. E se da Idade Média mais remota até hoje a "aventura" é o relato da individualidade, a passagem do épico ao romanesco, do feito importante à singularidade secreta, dos longos exílios à procura interior da infância, das justas aos fantasmas, se insere também na formação de uma sociedade disciplinar. São as desgraças do pequeno Hans e não mais "o bom Henriquinho" que contam a aventura de nossa infância. O Roman de La Rose é escrito hoje em dia por Mary Barnes; no lugar de Lancelot, o presidente Schreber.

Muitas vezes se afirma que o modelo de uma sociedade que teria indivíduos como elementos constituintes é tomada às formas jurídicas abstraias do contrato e da troca. A sociedade comercial se teria representado como uma associação contratual de sujeitos jurídicos isolados. Talvez. A teoria política dos séculos XVII e XVIII parece com efeito obedecer a esse esquema. Mas não se deve esquecer que existiu na mesma época uma técnica para constituir efetivarhente os indivíduos como elementos correlatos de um poder e de um saber. O indivíduo é sem dúvida o átomo fictício de uma representação "ideológica" da sociedade; mas é também uma realidade fabricada por essa tecnologia específica de poder que se chama a "disciplina". Devemos que deixar de descrever sempre os efeitos de poder em termos negativos: ele "exclui", "reprime", "recalca", "censura", "abstrai", "mascara", "esconde". Na verdade o poder produz; ele produz realidade; produz campos de objetos e rituais da verdade. O indivíduo e o conhecimento que dele se pode ter se originam nessa produção.

Mas emprestar tal poderio às astúcias muitas vezes minúsculas da disciplina, não seria lhes conceder muito? De onde podem elas tirar tão vastos efeitos?

161 ▲

CAPÍTULO III
O PANOPTISMO

Eis as medidas que se faziam necessárias, segundo um regulamento do fim do século XVII, quando se declarava a

Page: 84

Number: 1 Author: Daniel Subject: Highlight Date: 18/12/2015 18:45:19
T157 - Citação adentrada sobre o Exame como instrumento central na pedagogia moderna. [p. 59]

Number: 2 Author: Daniel Subject: Comment on Text Date: 06/12/2015 23:42:46
T110 - Citação entre aspas [p. 166]

Number: 3 Author: Daniel Subject: Comment on Text Date: 21/12/2015 11:07:11
T056 - Citação com aspas, utiliza parte da citação fora das aspas (deslocamento de aspas) [p. 148]

Number: 4 Author: Daniel Subject: Comment on Text Date: 06/12/2015 23:48:40
T110 - Citação adentrada [p. 166]

Number: 5 Author: Daniel Subject: Comment on Text Date: 07/12/2015 00:31:11
T110 - Citação entre aspas continuação da citação adentrada da página anterior [p. 167]

Number: 6 Author: Daniel Subject: Comment on Text Date: 06/12/2015 22:36:10
T029 - Citação com adentramento. Conclui pensamento do parágrafo anterior. Não foi fiel às palavras da obra. Trocou que por de e excluiu algumas palavras. [p. 75]

peste numa cidade.(1)

Em primeiro lugar, um policiamento espacial estrito: fechamento, claro, da cidade e da "terra", proibição de sair sob pena de morte, fim de todos os animais errantes; divisão da cidade em quarteirões diversos onde se estabelece o poder de um intendente. Cada rua é colocada sob a autoridade de um síndico; ele a vigia; se a deixar, será punido de morte. No dia designado, ordena-se todos que se fechem em suas casas: proibido sair sob pena de morte. O próprio síndico vem fechar, por fora, a porta de cada casa; leva a chave, que entrega ao intendente de quarteirão; este a conserva até o fim da quarentena. Cada família terá feito suas provisões; mas para o vinho e o pão, se terá preparado entre a rua e o interior das casas pequenos canais de madeira, que permitem fazer chegar a cada um sua ração, sem que haja comunicação entre os fornecedores e os habitantes; para a carne, o peixe e as verduras, utilizam-se roldanas e cestas. Se for absolutamente necessário sair das casas, tal se fará por turnos, e evitando-se qualquer encontro. Só circulam os intendentes, os síndicos, os soldados da guarda e também entre as casas infectadas, de um cadáver ao outro, os "corvos", que tanto faz abandonar à morte: é "gente vil, que leva os doentes, enterra os mortos, limpa e faz muitos ofícios vis e abjetos". Espaço recortado, imóvel, fixado. Cada qual se prende a seu lugar. E, caso se mexa, corre perigo de vida, por contágio ou punição.

A inspeção funciona constantemente. O olhar está alerta em toda parte: "Um corpo de milícia considerável, comandado por bons oficiais e gente de bem", corpos de guarda nas portas, na prefeitura e em todos os bairros para tornar mais pronta a obediência do povo, e mais absoluta a autoridade dos magistrados, "assim como para vigiar todas as desordens, roubos e pilhagens". Às portas, postos de vigilância; no fim de cada rua, sentinelas. Todos os dias, o intendente visita o quarteirão de que está encarregado, verifica se os síndicos cumprem suas tarefas, se os habitantes têm queixas; eles "fiscalizam seus atos". Todos os dias também o síndico passa na rua por que é responsável; pára diante de cada casa; manda colocar todos os moradores às janelas (os que habitassem nos fundos teriam designada uma janela dando para a rua onde ninguém mais poderia se mostrar); chama cada um por seu nome; informa-se do estado de todos, um por um - "no que os habitantes serão obrigados a dizer a verdade,

162 ▲

sob pena de morte"; se alguém não se apresentar à janela, o síndico deve perguntar a razão: "Ele assim descobrirá facilmente se escondem mortos ou doentes". Cada um trancado em sua gaiola, cada um à sua janela, respondendo a seu nome e se mostrando quando é perguntado, é a grande revista dos mortos e dos vivos.

Essa vigilância se apóia num sistema de registro permanente: relatórios dos síndicos aos intendentes, dos intendentes aos almotacés ou ao prefeito. No começo da "apuração" se estabelece o papel de todos os habitantes presentes na cidade um por um; nela se anotam "o nome, a idade, o sexo, sem exceção de condição"; um exemplar para o intendente do quarteirão, um segundo no escritório da prefeitura, um outro para o síndico poder fazer a chamada diária. Tudo o que é observado durante as visitas, mortes, doenças, reclamações, irregularidades, é anotado e transmitido aos intendentes e magistrados. Estes têm o controle dos cuidados médicos; e um médico responsável; nenhum outro médico pode cuidar, nenhum boticário preparar os remédios, nenhum confessor visitar um doente, sem ter recebido dele um bilhete escrito "para impedir que se escondam e se tratem, à revelia dos magistrados, doentes do contágio". O registro do patológico deve ser constante e centralizado. A relação de cada um com sua doença e sua morte passa pelas instâncias do poder, pelo registro que delas é feito, pelas decisões que elas tomam.

Cinco ou seis dias depois do começo da quarentena procede-se à purificação das casas, uma por uma. Manda-se sair todos os moradores; em cada cômodo levantam-se ou penduram-se "os móveis e as mercadorias"; espalha-se perfume; ele é queimado depois de bem fechadas as janelas, as portas e até os buracos de fechadura que se enche de cera. Finalmente fecha-se a casa inteira enquanto se consome o perfume; como na entrada, revistam-se os perfumadores "na presença dos moradores da casa, para ver se eles não têm à saída qualquer coisa que não tivessem ao entrar". Quatro horas depois, os moradores podem entrar em casa.

Esse espaço fechado, recortado, vigiado em todos os seus pontos, onde os indivíduos estão inseridos num lugar fixo, onde os menores movimentos são controlados, onde todos os acontecimentos são registrados, onde um trabalho ininterrupto de escrita liga o centro e a periferia, onde o poder é exercido sem divisão, segundo uma figura hierárquica contínua, onde cada indivíduo é constantemente localizado, examinado e distribuído entre os vivos, os doentes e os mortos - isso tudo constitui um modelo compacto do dispositivo disciplinar. A ordem responde à peste; ela tem como função desfazer todas as confusões: a da doença que se transmite quando os corpos se misturam; a do mal que se multiplica quando o medo e a morte desfazem as proibições. Ela prescreve a cada um seu lugar, a cada um seu corpo, a cada um sua doença e sua morte,

163 ▲

a cada ura seu bem, por meio de um poder onipresente e onisciente que se subdivide ele mesmo de maneira regular e ininterrupta até a determinação final do indivíduo, do que o caracteriza, do que lhe pertence, o do que lhe acontece. Contra a peste que é mistura, a disciplina faz valer seu poder que é de análise. Houve em torno da peste uma ficção literária da festa: as leis suspensas, os interditos levantados, o frenesi do tempo que passa, os corpos se misturando sem respeito, os indivíduos que se desmascaram, que abandonam sua identidade estatutária e a figura sob a qual eram

Page: 85

Number: 1 Author: Daniel Subject: Comment on Text Date: 21/12/2015 11:36:45
T163 - Citação com aspas utilizando de fragmentos separados por [...] [p. 81]

reconhecidos, deixando aparecer uma verdade totalmente diversa. Mas houve também um sonho político da peste, que era exatamente o contrário: não a festa coletiva, mas as divisões estritas; não as leis transgredidas, mas a penetração do regulamento até nos mais finos detalhes da existência e por meio de uma hierarquia completa que realiza o funcionamento capilar do poder; não as máscaras que se colocam e se retiram, mas a determinação a cada um de seu "verdadeiro" nome, de seu "verdadeiro" lugar, de seu "verdadeiro" corpo e da "verdadeira" doença. Apeste como forma real e, ao mesmo tempo, imaginária da desordem tem a disciplina como correlato médico e político. Atrás dos dispositivos disciplinares se lê o terror dos "contágios", da peste, das revoltas, dos crimes, da vagabundagem, das deserções, das pessoas que aparecem e desaparecem, vivem e morrem na desordem.

1 e é verdade que a lepra suscitou modelos de exclusão que deram até um certo ponto o modelo e como que a forma geral do grande Fechamento, já a peste suscitou esquemas disciplinares. Mais que a divisão maciça e binária entre uns e outros ela recorre a separações múltiplas, a distribuições individualizantes, a uma organização aprofundada das vigilâncias e dos controles, a uma intensificação e ramificação do poder. O leproso é visto dentro de uma prática da rejeição, do exílio-cerca; deixa-se que se perca lá dentro como numa massa que não tem muita importância diferenciar; os pestilentos são considerados num policiamento tático meticuloso onde as diferenciações individuais são os efeitos limitantes de um poder que se multiplica, se articula e se subdivide. O grande fechamento por um lado; o bom treinamento por outro. A lepra e sua divisão; a peste e seus recortes. Uma é marcada; a outra, analisada e repartida. O exílio do leproso e a prisão da peste não trazem consigo o mesmo sonho político. Um é o de uma comunidade pura, o outro, o de uma sociedade disciplinar. Duas maneiras de exercer poder sobre os homens, de controlar suas relações, de desmanchar suas perigosas misturas. A cidade pestilenta, atravessada inteira pela hierarquia, pela vigilância, pelo olhar, pela documentação, a cidade imobilizada no funcionamento de um poder extensivo que age de maneira diversa sobre todos os corpos individuais - é a utopia da cidade perfeitamente governada. A peste (pelo menos aquela que permanece no estado de previsão) é a prova durante a qual se pode definir idealmente o exercício do

164 ▲

poder disciplinar. Para fazer funcionar segundo a pura teoria os direitos e as leis, os juristas se punham imaginariamente no estado de natureza; para ver funcionar suas disciplinas perfeitas, os governantes sonhavam com o estado de peste. No fundo dos esquemas disciplinares, a imagem da peste vale por todas as confusões e desordens; assim como a imagem da lepra, do contato a ser cortado, está no fundo do esquema de exclusão.

Esquemas diferentes, portanto, mas não incompatíveis. Lentamente, vemo-los se aproximarem; e é próprio do século XIX ter aplicado ao espaço de exclusão de que o leproso era o habitante simbólico (e os mendigos, os vagabundos, os loucos, os violentos formavam a população real) a técnica de poder própria do "quadriculamento" disciplinar. Tratar os "leprosos" como "pestilentos", projetar recortes finos da disciplina sobre o espaço confuso do internamento, trabalhá-lo com os métodos de repartição analítica do poder, individualizar os excluídos, mas utilizar processos de individualização para marcar exclusões - isso é o que foi regularmente realizado pelo poder disciplinar desde o começo do século XIX: o asilo psiquiátrico, a penitenciária, a casa de correção, o estabelecimento de educação vigiada, e por um lado os hospitais, de um modo geral todas as instâncias de controle individual funcional num duplo modo: o da divisão binária e da marcação (louco-não louco; perigoso-inofensivo; normal-anormal); e o da determinação coercitiva, da repartição diferencial (quem é ele; onde deve estar; como caracterizá-lo, como reconhecê-lo; como exercer sobre ele, de maneira individual, uma vigilância constante, etc.). De um lado, 3 pestilentam-se" os leprosos; impõem-se aos excluídos a tática das disciplinas individualizantes; e de outro lado a universalidade dos controles disciplinares permite marcar quem é "leproso" e fazer funcionar contra ele os mecanismos dualistas da exclusão. 4 divisão constante do normal e do anormal, a que todo indivíduo é submetido, leva até nós, e aplicando-os a objetos totalmente diversos, a marcação binária e o exílio dos leprosos; a existência de todo um conjunto de técnicas e de instituições que assumem como tarefa medir, controlar e corrigir os anormais, faz funcionar os dispositivos disciplinares que o medo da peste chamava. Todos os mecanismos de poder que, ainda em nossos dias, são dispostos em torno do anormal, para marcá-lo como para modificá-lo, compõem essas duas formas de que longinquamente derivam.

5 O Panóptico de Bentham é a figura arquitetural dessa composição. O princípio é conhecido: na periferia uma construção em anel; no centro, uma torre; esta é vazada de largas janelas que se abrem sobre a face interna do anel; a construção periférica é dividida em celas, cada uma atravessando toda a

165 ▲

espessura da construção; elas têm duas janelas, uma para o interior, correspondendo às janelas da torre; outra, que dá para o exterior, permite que a luz atravesse a cela de lado a lado. 1 basta então colocar um vigia na torre central, e em cada cela trancar um louco, um doente, um condenado, um operário ou um escolar. Pelo efeito da contraluz, pode-se perceber da torre, recortando-se exatamente sobre a claridade, as pequenas silhuetas cativas nas celas da periferia. Tantas jaulas, tantos pequenos teatros, em que cada ator está sozinho, perfeitamente individualizado e constantemente visível. O dispositivo panóptico organiza unidades espaciais que permitem ver sem parar e reconhecer imediatamente. 2 Em suma, o princípio da masmorra é invertido; ou antes, de suas três funções - trancar, privar de luz e esconder - só se conserva a primeira e suprimem-se as outras duas. A plena luz e o olhar de um vigia captam melhor que a sombra, que finalmente

Page: 86

Number: 1 Author: daniel.santee Subject: Comentário do texto Date: 07/12/2015 12:08:22
T008 - Citação adentrada [p. 233]

Number: 2 Author: Daniel Subject: Highlight Date: 11/12/2015 18:59:05
T201 - Citação com aspas acompanhada de paráfrase. [p. 138]

Number: 3 Author: Daniel Subject: Highlight Date: 11/12/2015 19:01:41
T201 - Citação de um pequeno segmento com aspas seguida de paráfrase. [p. 138]

Number: 4 Author: Daniel Subject: Highlight Date: 11/12/2015 19:07:11
T201 - Citação com aspas [p. 138]

Number: 5 Author: daniel.santee Subject: Comentário do texto Date: 14/10/2014 17:22:36 -04'00'
T020 - usou só o fragmento

Number: 6 Author: Daniel Subject: Comment on Text Date: 20/12/2015 12:52:53
T090 - Citação em nota de rodapé utilizando segmentos interrompidos [...] [p. 66]
T151 - Citação adentrada. [p. 47]
T163 - Parafraseia em nota de rodapé [p. 214]

Number: 7 Author: Daniel Subject: Comment on Text Date: 07/12/2015 22:20:54
T151 - Citação adentrada [p. 47]

Number: 8 Author: Daniel Subject: Comment on Text Date: 14/12/2015 12:38:06
T090 - Citação em nota de rodapé utilizando segmentos interrompidos [...] [p. 66]
T151 - Citação adentrada [p. 47]

Number: 9 Author: Daniel Subject: Comment on Text Date: 21/12/2015 11:37:19
T151 - Citação adentrada [p. 47]
T160 - Citação com aspas - Inicia falando do Panóptico, cita V&P página 210 mas citação está de fato na página 166. [p. 77]

protegia. A visibilidade é uma armadilha.

O que permite em primeiro lugar - como efeito negativo - evitar aquelas massas compactas, fervilhantes, pululantes, que eram encontradas nos locais de encarceramento, os pintados por Goya ou descritos por Howard. Cada um, em seu lugar, está bem trancado em sua cela de onde é visto de frente pelo vigia; mas os muros laterais impedem que entre em contato com seus companheiros. É visto, mas não vê; objeto de uma informação, nunca sujeito numa comunicação. A disposição de seu quarto, em frente da torre central, lhe impõe uma visibilidade axial; mas as divisões do anel, essas celas bem separadas, implicam uma invisibilidade lateral. E esta é a garantia da ordem. Se os detentos são condenados não há perigo de complô, de tentativa de evasão coletiva, projeto de novos crimes para o futuro, más influências recíprocas; se são doentes, não há perigo de contágio; loucos, não há risco de violências recíprocas; crianças, não há "cola", nem barulho, nem conversa, nem dissipação. Se são operários, não há roubos, nem conluios, nada dessas distrações que atrasam o trabalho, tornam-no menos perfeito ou provocam acidentes. A multidão, massa compacta, local de múltiplas trocas, individualidades que se fundem, efeito coletivo, é abolida em proveito de uma coleção de individualidades separadas. Do ponto de vista do guardião, é substituída por uma multiplicidade enumerável e controlável; do ponto de vista dos detentos, por uma solidão seqüestrada e olhada.(2)

Daí o efeito mais importante do Panóptico: induzir no detento um estado consciente e permanente de visibilidade que assegura o funcionamento automático do poder. Fazer com que a vigilância seja permanente em seus efeitos, mesmo se é descontínua em sua ação; que a perfeição do poder tenda a tornar inútil a atualidade de seu exercício; que esse aparelho arquitetural seja uma máquina de criar e sustentar uma relação de poder independente daquele que o exerce; enfim, que os detentos se encontrem presos numa situação de poder de que eles mesmos são os portadores. Para isso, é ao mesmo tempo excessivo e

166 ▲

muito pouco que o prisioneiro seja observado sem cessar por um vigia: muito pouco, pois o essencial é que ele se saiba vigiado; excessivo, porque ele não tem necessidade de sê-lo efetivamente. Por isso Bentham colocou o princípio de que o poder devia ser visível e inverificável. Visível: sem cessar o detento terá diante dos olhos a alta silhueta da torre central de onde é espionado. Inverificável: o detento nunca deve saber se está sendo observado; mas deve ter certeza de que sempre pode sê-lo. Para tornar indecidível a presença ou a ausência do vigia, para que os prisioneiros, de suas celas, não pudessem nem perceber uma sombra ou enxergar uma contraluz, previu Bentham, não só persianas nas janelas da sala central de vigia, mas, por dentro, separações que a cortam em ângulo reto e, para passar de um quarto a outro, não portas, mas biombos: pois a menor batida, uma luz entrevista, uma claridade numa abertura trairiam a presença do guardião.(3) O Panóptico é uma máquina de dissociar o par ver-ser visto: no anel periférico, se é totalmente visto, sem nunca ver; na torre central, vê-se tudo, sem nunca ser visto.(4)

Dispositivo importante, pois automatiza e desindividualiza o poder. Este tem seu princípio não tanto numa pessoa quanto numa certa distribuição concertada dos corpos, das superfícies, das luzes, dos olhares; numa aparelhagem cujos mecanismos internos produzem a relação na qual se encontram presos os indivíduos. As cerimônias, os rituais, as marcas pelas quais se manifesta no soberano o mais-poder são inúteis. Há uma maquinaria que assegura a dissimetria, o desequilíbrio, a diferença. Pouco importa, conseqüentemente, quem exerce o poder. Um indivíduo qualquer, quase tomado ao acaso, pode fazer funcionar a máquina: na falta do diretor, sua família, os que o cercam, seus amigos, suas visitas, até seus criados.(5) Do mesmo modo que é indiferente o motivo que o anima: a curiosidade de um indiscreto, a malícia de uma criança, o apetite de saber de um filósofo que quer percorrer esse museu da natureza humana, ou a maldade daqueles que têm prazer em espionar e em punir. Quanto mais numerosos esses observadores anônimos e passageiros, tanto mais aumentam para o prisioneiro o risco de ser surpreendido e a consciência inquieta de ser observado. O Panóptico é uma máquina maravilhosa que, a partir dos desejos mais diversos, fabrica efeitos homogêneos de poder.

Uma sujeição real nasce mecanicamente de uma relação fictícia. De modo que não é necessário recorrer à força para obrigar o condenado ao bom comportamento, o louco à calma, o operário ao trabalho, o escolar à aplicação, o doente à observância das receitas. Bentham se maravilha de que as instituições panópticas pudessem ser tão leves: fim das grades, fim das correntes, fim das fechaduras pesadas: basta que as separações sejam nítidas e as aberturas bem distribuídas. O peso das velhas "casas de segurança", com sua arquitetura de fortaleza, é substituído pela geometria simples e econômica de uma "casa de

167 ▲

certeza". A eficácia do poder, sua força limitadora, passaram, de algum modo, para o outro lado - para o lado de sua superfície de aplicação. Quem está submetido a um campo de visibilidade, e sabe disso, retoma por sua conta as limitações do poder; fá-las funcionar espontaneamente sobre si mesmo; inscreve em si a relação de poder na qual ele desempenha simultaneamente os dois papéis; torna-se o princípio de sua própria sujeição. Em conseqüência disso mesmo, o poder externo, por seu lado, pode-se aliviar de seus fardos físicos; tende ao incorpóreo; e quanto mais se aproxima desse limite, mais esses efeitos são constantes, profundos, adquiridos em caráter definitivo e continuamente recomeçados: vitória perpétua que evita qualquer defrontamento físico e está sempre decidida por antecipação.

Page: 87

Number: 1 Author: Daniel Subject: Highlight Date: 21/12/2015 00:04:30
T151 - Citação adentrada [p. 47]

Number: 2 Author: Daniel Subject: Comment on Text Date: 14/12/2015 12:53:34
T090 - Citação em nota de rodapé utilizando segmentos interrompidos [...] houve interrupção sem utilização de [...] adequa o texto acrescentando "Cada um" [p. 66]

Number: 3 Author: Daniel Subject: Comment on Text Date: 14/12/2015 12:24:46
T090 - Cópia - utiliza o segmento sem fazer referência. [p. 66]

Number: 4 Author: Daniel Subject: Comment on Text Date: 20/12/2015 23:37:53
T100 - Citação com adentramento. Inicia a frase e completa a sentença com a citação de V&P. Utiliza F. descreve e afirma. [p. 147]

Number: 5 Author: Daniel Subject: Highlight Date: 21/12/2015 00:05:36
T151 - Cópia de V&P não indica página mas indica que é V&P [p.165]

Number: 6 Author: Daniel Subject: Comment on Text Date: 21/12/2015 11:42:13
T163 - Citação com aspas em nota de rodapé. [p. 214].
T218 - Citação com aspas, contudo com erro de referência pois no capítulo das referências lista como sendo 2001a. [p. 126]

Bentham não diz se se inspirou, em seu projeto, no zoológico que Lê Vaux construíra em Versalhes: primeiro zoológico cujos elementos não estão, como tradicionalmente, espalhados em um parque(6): no centro, um pavilhão octogonal que, no primeiro andar, só comportava uma peça, o salão do rei; todos os lados se abriam com largas janelas, sobre sete jaulas (o oitavo lado estava reservado para a entrada), onde estavam encerradas diversas espécies de animais. Na época de Bentham, esse zoológico desaparecera. Mas encontramos no programa do Panóptico a preocupação análoga da observação individualizante, da caracterização e da classificação, da organização analítica da espécie. O Panóptico é um zoológico real; o animal é substituído pelo homem, a distribuição individual pelo grupamento específico e o rei pela maquinaria de um poder furtivo. Fora essa diferença, o Panóptico, também, faz um trabalho de naturalista. Permite estabelecer as diferenças: nos doentes, observar os sintomas de cada um, sem que a proximidade dos leitos, a circulação dos miasmas, os efeitos do contágio misturem os quadros clínicos; nas crianças, anotar os desempenhos (sem que haja limitação ou cópia), perceber as aptidões, apreciar os caracteres, estabelecer classificações rigorosas e, em relação a uma evolução normal, distinguir o que é "preguiça e teimosia" do que é "imbecilidade incurável"; nos operários, anotar as aptidões de cada um, comparar o tempo que levam para fazer um serviço, e, se são pagos por dia, calcular seu salário em vista disso.(7)

Este é um dos aspectos. Por outro lado, o Panóptico pode ser utilizado como máquina de fazer experiências, modificar o comportamento, treinar ou retreinar os indivíduos. Experimentar remédios e verificar seus efeitos. Tentar diversas punições sobre os prisioneiros, segundo seus crimes e temperamento, e procurar as mais eficazes. Ensinar simultaneamente diversas técnicas aos operários, estabelecer qual é a melhor. Tentar experiências pedagógicas - e particularmente abordar o famoso problema da educação reclusa, usando crianças encontradas; ver-se-ia o que acontece quando aos dezesseis ou dezoito anos rapazes e moças se encontram; poder-se-ia verificar se, como pensa

168 ▲

Helvetius, qualquer pessoa pode aprender qualquer coisa; poder-se-ia acompanhar "a genealogia de qualquer ideia observável"; criar diversas crianças em diversos sistemas de pensamento, fazer alguns acreditarem que dois e dois não são quatro e que a lua é um queijo, depois juntá-los todos quando tivessem vinte ou vinte e cinco anos; haveria então discussões que valeriam bem os sermões ou as conferências para as quais se gasta tanto dinheiro; haveria pelo menos ocasião de fazer descobertas no campo da metafísica. O Panóptico é um local privilegiado para tornar possível a experiência com homens, e para analisar com toda certeza as transformações que se pode obter neles. O Panóptico pode até constituir-se em aparelho de controle sobre seus próprios mecanismos. Em sua torre de controle, o diretor pode espionar todos os empregados que tem a seu serviço: enfermeiros, médicos, contramestres, professores, guardas; poderá julgá-los continuamente, modificar seu comportamento, impor-lhes métodos que considerar melhores; e ele mesmo, por sua vez, poderá ser facilmente observado. Um inspetor que surja sem avisar no centro do Panóptico julgará com uma única olhadela, e sem que se possa esconder nada dele, como funciona todo o estabelecimento. E aliás, fechado como está no meio desse dispositivo arquitetural, o diretor não está comprometido com ele? O médico incompetente que tiver deixado o contágio se espalhar, o diretor de prisão ou de oficina que tiver sido inábil serão as primeiras vítimas da epidemia ou da revolta.

Meu destino, diz o mestre do Panóptico, está ligado ao deles (ao dos detentos) por todos os laços que pude inventar.(8)

O Panóptico funciona como uma espécie de laboratório de poder. Graças a seus mecanismos de observação, ganha em eficácia e em capacidade de penetração no comportamento dos homens; um aumento de saber vem se implantar em todas as frentes do poder, descobrindo objetos que devem ser conhecidos em todas as superfícies onde este se exerça.

Cidade pestilenta, estabelecimento panóptico, as diferenças são importantes. Elas marcam, com um século e meio de distância, as transformações do programa disciplinar. Num caso, uma situação de exceção: contra um mal extraordinário, o poder se levanta; torna-se em toda parte presente e visível; inventa novas engrenagens; compartimenta, imobiliza, quadrícula; constrói por algum tempo o que é ao mesmo tempo a contracidade e a sociedade perfeita; impõe um funcionamento ideal, mas que no fim das contas se reduz, como o mal que combate, ao dualismo simples vida-morte: o que se mexe traz a morte, e mata-se o que se mexe. O Panóptico ao contrário deve ser compreendido como um modelo generalizável de funcionamento; uma maneira de definir as relações

169 ▲

do poder com a vida cotidiana dos homens. Bentham sem dúvida o apresenta como uma instituição particular, bem fechada em si mesma. Muitas vezes se fez dele uma utopia do encarceramento perfeito. Diante das prisões arruinadas, fervilhantes, e povoadas de suplícios gravadas por Piranese, o Panóptico aparece como jaula cruel e sábia. O fato de ele ter, até nosso tempo, dado lugar a tantas variações projetadas ou realizadas, mostra qual foi durante quase dois séculos sua intensidade imaginária. Mas o Panóptico não deve ser compreendido como um edifício onírico: é o diagrama de um mecanismo de poder levado à sua forma ideal; seu funcionamento, abstraindo-se de qualquer obstáculo, resistência ou desgaste, pode ser bem representado como um puro sistema arquitetural e óptico: é na realidade uma figura de tecnologia política que se pode e se deve destacar de qualquer uso específico.

Page: 88

Number: 1 Author: Daniel Subject: Comment on Text Date: 21/12/2015 00:16:23
T151 - paráfraseia mudando apenas tempo verbal [p. 165]

Number: 2 Author: Daniel Subject: Highlight Date: 07/12/2015 23:09:32
T151- Cópia de V&P apresentada como paráfrase. [p 165]

polivalente em suas aplicações: serve para emendar os prisioneiros, mas também para cuidar dos doentes, instruir os escolares, guardar os loucos, fiscalizar os operários, fazer trabalhar os mendigos e ociosos. É um tipo de implantação dos corpos no espaço, de distribuição dos indivíduos em relação mútua, de organização hierárquica, de disposição dos centros e dos canais de poder, de definição de seus instrumentos e de modos de intervenção, que se podem utilizar nos hospitais, nas oficinas, nas escolas, nas prisões. Cada vez que se tratar de uma multiplicidade de indivíduos a que se deve impor uma tarefa ou um comportamento, o esquema panóptico poderá ser utilizado.

Ele é [ressalvadas as modificações necessárias] aplicável a todos os estabelecimentos onde, nos limites de um espaço que não é muito extenso, é preciso manter sob vigilância um certo número de pessoas.(9)

Em cada uma de suas aplicações, permite aperfeiçoar o exercício do poder. E isto de várias maneiras: porque pode reduzir o número dos que o exercem, ao mesmo tempo em que multiplica o número daqueles sobre os quais é exercido. Porque permite intervir a cada momento e a pressão constante age antes mesmo que as faltas, os erros, os crimes sejam cometidos. Porque, nessas condições, sua força é nunca intervir, é se exercer espontaneamente e sem ruído, é constituir um mecanismo de efeitos em cadeia. Porque sem outro instrumento físico que uma arquitetura e uma geometria, ele age diretamente sobre os indivíduos; "dá ao espírito poder sobre o espírito". O esquema panóptico é um intensificador para qualquer aparelho de poder: assegura sua economia (em material, em pessoal, em tempo); assegura sua eficácia por seu caráter preventivo, seu funcionamento contínuo e seus mecanismos automáticos. É uma maneira de obter poder

numa quantidade até então sem igual, um grande e novo instrumento de governo...; sua excelência consiste na grande força que é capaz de dar a qualquer instituição a que seja aplicado.(10)

170 ▲

Uma espécie de "ovo de Colombo" na ordem da política. Ele é capaz com efeito de vir se integrar a uma função qualquer (de educação, de terapêutica, de produção, de castigo); de aumentar essa função, ligando-se intimamente a ela; de constituir um mecanismo misto no qual as relações de poder (e de saber) podem-se ajustar exatamente, e até nos detalhes, aos processos que é preciso controlar; de estabelecer uma proporção direta entre o "mais-poder" e a "mais-produção". Em suma, faz com que o exercício do poder não se acrescente de fora, como uma limitação rígida ou como um peso, sobre as funções que investe, mas que esteja nelas presente bastante sutilmente para aumentar-lhes a eficácia aumentando ele mesmo seus próprios pontos de apoio. O dispositivo panóptico não é simplesmente uma charneira, um local de troca entre um mecanismo de poder e uma função; é uma maneira de fazer funcionar relações de poder numa função, e uma função para essas relações de poder. O panoptismo é capaz de

reformar a moral, preservar a saúde, revigorar a indústria, difundir a instrução, aliviar os encargos públicos, estabelecer a economia como que sobre um rochedo, desfazer, em vez de cortar, o nó górdio das leis sobre os pobres, tudo isso com uma simples ideia arquitetural.(11)

Além disso, o arranjo dessa máquina é tal que seu fechamento não exclui uma presença permanente do exterior: vimos que qualquer pessoa pode vir exercer na torre central as funções de vigilância, e que fazendo isso pode adivinhar a maneira como é exercida a vigilância. Na realidade, qualquer instituição panóptica, mesmo que seja tão cuidadosamente fechada quanto uma penitenciária, poderá sem dificuldade ser submetida a essas inspeções ao mesmo tempo aleatórias e incessantes: e isso não só por parte dos controladores designados, mas por parte do público; qualquer membro da sociedade terá direito de vir constatar com seus olhos como funcionam as escolas, os hospitais, as fábricas, as prisões. Não há, conseqüentemente, risco de que o crescimento de poder devido à máquina panóptica possa degenerar em tirania; o dispositivo disciplinar será democraticamente controlado, pois será sem cessar acessível "ao grande comité do tribunal do mundo"(12) Esse panóptico, sutilmente arranjado para que um vigia possa observar, com uma olhadela, tantos indivíduos diferentes, permite também a qualquer pessoa vigiar o menor vigia. A máquina de ver é uma espécie de câmara escura em que se espionam os indivíduos; ela torna-se um edifício transparente onde o exercício do poder é controlável pela sociedade inteira.

O esquema panóptico, sem se desfazer nem perder nenhuma de suas propriedades, é destinado a se difundir no corpo social; tem por vocação tornar-se aí uma função generalizada. A cidade pestilenta dava um modelo disciplinar excepcional: perfeito mas absolutamente violento; à doença que trazia a morte, o poder opunha sua perpétua ameaça de morte; a vida nela se reduzia a sua expressão mais simples; era contra o poder da morte o exercício minucioso do direito de gládio. O Panóptico, ao contrário, tem um papel de amplificação; se organiza o poder, não é pelo próprio poder, nem pela salvação

171 ▲

imediata de uma sociedade ameaçada: o que importa é tornar mais fortes as forças sociais - aumentar a produção, desenvolver a economia, espalhar a instrução, elevar o nível da moral pública; fazer crescer e multiplicar.

Como reforçar esse poder de tal maneira que, longe de atrapalhar esse processo, longe de pesar sobre ele com suas exigências e seu peso, ele, ao contrário, o facilite? Que intensificador de poder poderá ao mesmo tempo ser um multiplicador de produção? Como o poder, aumentando suas forças, poderá fazer crescer as da sociedade em vez de

Page: 89

Number: 1 Author: Daniel Subject: Comment on Text Date: 07/12/2015 23:09:09
T151 - parafraseia alterando apenas o tempo do verbo. [p. 165]

Number: 2 Author: Daniel Subject: Comment on Text Date: 14/12/2015 12:30:00
T090 - Citação com aspas - realiza adequações ao texto da obra: arquitetural -> de arquitetura e suprime trecho [p. 66]

ponderáveis: a ignorância de Deus, a preguiça (com todo o seu cortejo de bebedeira, de impureza, de furtos, de banditismo) e a formação dessas tropas de mendigos, sempre prontos a provocar desordens públicas e "que só servem para esgotar os fundos do Hôtel-Dieu".(13) Mas, no começo da Revolução, a finalidade prescrita ao ensino primário será, entre outras coisas, "fortificar", "desenvolver o corpo", dispor a criança "para qualquer trabalho mecânico no futuro", dar-lhe "uma capacidade de visão rápida e global, uma mão firme, hábitos rápidos".(14) As disciplinas funcionam cada vez mais como técnicas que fabricam indivíduos úteis. Daí se libertarem elas de sua posição marginal nos confins da sociedade, e se destacarem das formas de exclusão ou de expiação, de encarceramento ou retiro. Daí desfazerem elas lentamente seu parentesco com as regularidades e os muros religiosos. Daí também tenderem a se implantar nos setores mais importantes, mais centrais, mais produtivos da sociedade; e se fixarem em algumas das grandes funções essenciais: na produção manufatureira, na transmissão de conhecimentos, na difusão das aptidões e do know-how, no aparelho de guerra. Daí enfim a dupla tendência que vemos se desenvolver no decorrer do século XVIII de multiplicar o número das instituições de disciplina e de disciplinar os aparelhos existentes.

2) A ramificação dos mecanismos disciplinares: enquanto por um lado os estabelecimentos de disciplina se multiplicam, seus mecanismos têm uma certa tendência a se desinstitucionalizar, a sair das fortalezas fechadas onde funcionavam e a circular em estado "livre"; as disciplinas maciças e compactas se decompõem em processos flexíveis de controle, que se pode transferir e adaptar. Às vezes, são os aparelhos fechados que acrescentam à sua função interna e específica um papel de vigilância externa desenvolvendo uma margem de controles laterais. Assim, a escola cristã não deve simplesmente formar crianças dóceis; deve também permitir vigiar os pais, informar-se de sua maneira de viver, seus recursos, sua piedade, seus costumes. A escola tende a constituir minúsculos observatórios sociais para penetrar até nos adultos e exercer sobre eles um controle regular: o mau comportamento de uma criança, ou sua ausência, é um pretexto legítimo, segundo Demia, para se ir interrogar os vizinhos, principalmente se há razão para se pensar que a família não dirá a verdade; depois os próprios pais, para verificar se eles sabem o catecismo e as

174 ▲

orações, se estão decididos a arrancar os vícios das crianças, quantas camas há e como eles se repartem nelas durante a noite; a visita termina eventualmente com uma esmola, o presente de uma imagem, ou a doação de camas suplementares.(15) Da mesma maneira o hospital é concebido cada vez mais como ponto de apoio para a vigilância médica da população externa; depois do incêndio do Hôtel-Dieu em 1772, muita gente pede que se substituam os grandes estabelecimentos, tão pesados e desorganizados, por uma série de hospitais de pequena dimensão; teriam por função recolher os doentes do bairro, mas também reunir informações, tomar conta dos fenómenos endémicos ou epidêmicos, abrir dispensários, dar conselhos aos moradores e manter as autoridades a par do estado sanitário da região.(16) Vemos também se difundirem os procedimentos disciplinares, não a partir de instituições fechadas, mas de focos de controle disseminados na sociedade. Grupos religiosos, associações de beneficência muito tempo desempenharam esse papel de "disciplinamento" da população. Desde a Contra-Reforma até à filantropia da monarquia de julho, multiplicaram-se iniciativas desse tipo; tinham objetivos religiosos (a conversão e a moralização), económicos (o socorro e a incitação ao trabalho), ou políticos (tratava-se de lutar contra o descontentamento ou a agitação). Que seja suficiente citar a título de exemplo os regulamentos para as companhias de caridade das paróquias parisienses. O território a cobrir está dividido em bairros e cantões, que são repartidos pêlos membros da companhia. Estes têm que visitá-los regularmente.

Eles trabalharão para impedir os maus locais, tabacarias, academias, jogos, escândalos públicos, blasfémias, impiedades, e outras desordens que possam chegar a seu conhecimento.

Terão também que fazer visitas individuais aos pobres; e os pontos de informação são precisados no regulamento: estabilidade de habitação, conhecimento das orações, frequência aos sacramentos, conhecimento de um ofício, moralidade (e "se não caíram na pobreza por sua culpa"); enfim

é preciso se informar direito de que maneira se comportam em casa, se mantêm paz entre si e com os vizinhos, se têm o cuidado de criar os filhos no temor de Deus... se não deitam os filhos crescidos de sexo diferente juntos e com eles, se não há libertinagem e carícias nas famílias, principalmente para com as filhas crescidas. Se há dúvida de que sejam casados, é preciso pedir-lhes uma certidão de casamento.(17)

3) A estatização dos mecanismos de disciplina: na Inglaterra, foram grupos privados de inspiração religiosa que, muito tempo, realizaram as funções de disciplina social.(18) Na França, se uma parte desse papel ficou nas mãos das sociedades de patronatos ou de auxílio, outra - e sem dúvida a mais considerável - foi muito cedo ocupada pelo sistema policial.

A organização de uma polícia centralizada durante muito tempo foi considerada pêlos contemporâneos como a expressão mais direta do absolutismo real; o soberano quisera ter

175 ▲

um magistrado a quem pudesse confiar diretamente suas ordens, seus recados, suas intenções, e fosse encarregado da execução das ordens e das cartas de prego.(19)

Page: 91

Number: 1 Author: daniel.santee Subject: Comentário do texto Date: 07/12/2015 10:26:32
T008 - Citação com adentramento retirando "segundo Demia" para dar impressão de que foi F. quem disse [p. 121-2]

Com efeito ao mesmo tempo em que retomavam um certo número de funções preexistentes - procura dos criminosos, vigilância urbana, controle económico e político - os chefes de polícia e a chefia geral que os coroava em Paris as transpunham para uma máquina administrativa, unitária e rigorosa:

Todos os raios de força e de instrução que partem da circunferência chegam ao chefe geral... É ele que faz funcionar as rodas cujo conjunto produz a ordem e a harmonia. Os efeitos de sua administração só podem ser bem comparados aos movimentos dos corpos celestes.(20)

Mas se a polícia como instituição foi realmente organizada sob a forma de um aparelho de Estado, e se foi mesmo diretamente ligada ao centro da soberania política, o tipo de poder que exerce, os mecanismos que põe em funcionamento e os elementos aos quais ela os aplica são específicos. É um aparelho que deve ser coextensivo ao corpo social inteiro, e não só pêlos limites extremos que atinge, mas também pela minúcia dos detalhes de que se encarrega. O poder policial deve-se exercer "sobre tudo": não é entretanto a totalidade do Estado nem do reino como corpo visível e invisível do monarca; é a massa dos acontecimentos, das ações, dos comportamentos, das opiniões -"tudo o que acontece"(21); o objeto da polícia são essas "coisas de todo instante", essas "coisas à-toa" de que falava Catarina II em sua Grande Instrução.(22) Com a polícia estamos no indefinido de um controle que procura idealmente atingir o grão mais elementar, o fenómeno mais passageiro do corpo social:

O ministério dos magistrados e oficiais de polícia é dos mais importantes; os objetos que ele abarca são de certo modo indefinidos, só podemos percebê-los por um exame suficientemente detalhado(23): o infinitamente pequeno do poder político.

E para se exercer, esse poder deve adquirir o instrumento para uma vigilância permanente, exaustiva, onipresente, capaz de tornar tudo visível, mas com a condição de se tornar ela mesma invisível. Deve ser como um olhar sem rosto que transforme todo o corpo social em um campo de percepção: milhares de olhos postados em toda parte, atenções móveis e sempre alerta, uma longa rede hierarquizada, que, segundo Lê Maire, comporta para Paris os 48 comissários, os 20 inspetores, depois os "observadores", pagos regularmente, os "moscas abjetas" retribuídos por dia, depois os denunciadores, qualificados de acordo com a tarefa, enfim as prostitutas. E essa incessante observação deve-se acumular numa série de relatórios e de registros; ao longo de todo o século XVIII, um imenso texto policial tende a recobrir a sociedade graças a uma organização documentária complexa.(24) E ao contrário dos métodos de escrita judiciária ou administrativa, o que é assim registrado são comportamentos, atitudes, virtualidades, suspeitas - uma tomada de contas permanente do comportamento dos indivíduos.

176 ▲

Ora, é preciso notar que esse controle policial, se está inteiro "na mão do rei", não funciona numa só direção. É na realidade um sistema de entrada dupla: tem que responder, ligando o aparelho de justiça às vantagens imediatas do rei; mas é também capaz de responder às solicitações de baixo; em sua imensa maioria, as famosas cartas de prego, que foram muito tempo símbolo do arbítrio real e que politicamente desqualificaram a prática da detenção, eram na realidade solicitadas por famílias, mestres, notáveis locais, habitantes de bairros, curas de paróquia e tinham por função fazer sancionar com um internamento toda uma infrapenalidade, a da desordem, da agitação, da desobediência, do mau comportamento; o que Ledoux queria expulsar de sua cidade arquite-turalmente perfeita, e que chamava os "delitos de falta de vigilância". Em suma, a polícia do século XVIII, a seu papel de auxiliar de justiça na busca aos criminosos e de instrumento para o controle político dos complôs, dos movimentos de oposição ou das revoltas, acrescenta uma função disciplinar. Função complexa, pois une o poder absoluto do monarca às mínimas instâncias de poder disseminadas na sociedade; pois, entre essas diversas instituições fechadas de disciplina (oficinas, exércitos, escolas), estende uma rede intermediária, agindo onde aquelas não podem intervir, disciplinando os espaços não disciplinares; mas que ela recobre, liga entre si, garante com sua força armada: disciplina intersticial e metadisciplina. "O soberano, com uma polícia disciplinada, acostuma o povo à ordem e à obediência".(25)

A organização do aparelho policial no século XVIII sanciona uma generalização das disciplinas que alcança as dimensões do Estado. Se bem que a polícia tenha estado ligada da maneira mais explícita a tudo o que, no poder real, excedia o exercício da justiça regulamentada, compreende-se por que a polícia pôde resistir com um mínimo de modificações à reorganização do poder judiciário; e por que ela não parou de lhe impor cada vez mais pesadamente, até hoje, suas prerrogativas; é sem dúvida porque ela é seu braço secular; mas é também porque bem melhor que a instituição judiciária, ela se identifica, por sua extensão e seus mecanismos, com a sociedade de tipo disciplinar. Seria entretanto inexato pensar que as funções disciplinares tenham sido confiscadas e absorvidas definitivamente por um aparelho de Estado.

A "disciplina" não pode se identificar com uma instituição nem com um aparelho; ela é um tipo de poder, uma modalidade para exercê-lo, que comporta todo um conjunto de instrumentos, de técnicas, de procedimentos, de níveis de aplicação, de alvos; ela é uma "física" ou uma "anatomia" do poder, uma tecnologia. E pode ficar a cargo seja de instituições "especializadas" (as penitenciárias, ou as casas de correção do século XIX) seja de instituições que dela se servem como instrumento essencial para um fim determinado (as casas de educação, os hospitais), seja de instâncias

Page: 92

Number: 1 Author: Daniel Subject: Highlight Date: 21/12/2015 11:51:17
T020 - Citação com aspas em nota de rodapé - Rodapé extendendo-se da página 91 à 92 para apresentar o conceito de disciplina. faz omissões devidamente marcadas com [...] [p. 91-2]

preexistentes que nela encontram maneira de reforçar ou de reorganizar seus mecanismos internos de poder (um

177 ▲

dia se precisará mostrar como as relações intrafamiliares, essencialmente na célula pais-filhos, se "disciplinaram", absorvendo desde a era clássica esquemas externos, escolares, militares, depois médicos, psiquiátricos, psicológicos, que fizeram da família o local de surgimento privilegiado para a questão disciplinar do normal e do anormal), seja de aparelhos que fizeram da disciplina seu princípio de funcionamento interior (disciplinação do aparelho administrativo a partir da época napoleônica), seja enfim de aparelhos estatais que têm por função não exclusiva mas principalmente fazer reinar a disciplina na escala de uma sociedade (a polícia).

Pode-se então falar, em suma, da formação de uma sociedade disciplinar nesse movimento que vai das disciplinas fechadas, espécie de "quarentena" social, até o mecanismo indefinidamente generalizável do "panoptismo". Não que a modalidade disciplinar do poder tenha substituído todas as outras; mas porque ela se infiltrou no meio das outras, desqualificando-as às vezes, mas servindo-lhes de intermediária, ligando-as entre si, prolongando-as, e principalmente permitindo conduzir os efeitos de poder até os elementos mais ténues e mais longínquos. Ela assegura uma distribuição infinitesimal das relações de poder.

Poucos anos depois de Bentham, Julius redigia a certidão de nascimento dessa sociedade.(26) Falando do princípio panóptico, dizia que nele se via bem mais que um talento arquitetural: um acontecimento na "história do espírito humano". Aparentemente, não passa da solução de um problema técnico; mas através dela se constrói um tipo de sociedade. A Antiguidade foi uma civilização do espetáculo. "Tornar acessível a uma multidão de homens a inspeção de um pequeno número de objetos": a esse problema respondia a arquitetura dos templos, dos teatros e dos circos. Com o espetáculo predominavam a vida pública, a intensidade das festas, a proximidade sensual. Naqueles rituais em que corria sangue, a sociedade encontrava vigor e formava um instante como que um grande corpo único: A Idade Moderna coloca o problema contrário:

Proporcionar a um pequeno número, ou mesmo a um só, a visão instantânea de uma grande multidão.

Numa sociedade em que os elementos principais não são mais a comunidade e a vida pública, mas os indivíduos privados por um lado, e o Estado por outro, as relações só podem ser reguladas numa forma exatamente inversa ao espetáculo:

No tempo moderno, estava reservado à influência sempre crescente do Estado, à sua intervenção cada dia mais profunda em todos os detalhes e relações da vida social, aumentar e aperfeiçoar as garantias estatais, utilizando e dirigindo para essa grande finalidade a construção e a distribuição de edifícios destinados a vigiar ao mesmo tempo uma grande multidão de homens.

Julius via como um processo histórico cabalmente realizado o que Bentham descrevera como um programa técnico. Nossa sociedade não é de espetáculos, mas de vigilância; sob a superfície das imagens, investem-se os corpos em

178 ▲

profundidade; atrás da grande abstração da troca, se processa o treinamento minucioso e concreto das forças úteis; os circuitos da comunicação são os suportes de uma acumulação e centralização do saber; o jogo dos sinais define os pontos de apoio do poder; a totalidade do indivíduo não é amputada, reprimida, alterada por nossa ordem social, mas o indivíduo é cuidadosamente fabricado, segundo uma tática das forças e dos corpos. Somos bem menos gregos que pensamos. Não estamos nem nas arquibancadas nem no palco, mas na máquina panóptica, investidos por seus efeitos de poder que nós mesmos renovamos, pois somos suas engrenagens. A importância, na mitologia histórica, da personagem napoleônica, tem talvez aí uma de suas origens: encontra-se no ponto de junção do exercício monárquico e ritual da soberania e do exercício hierárquico e permanente da disciplina indefinida. É aquele que descortina tudo com um só olhar, mas a que nenhum detalhe, por ínfimo que seja, escapa jamais:

Podeis julgar que nenhuma parte do Império está privada de vigilância, que nenhum crime, nenhum delito, nenhuma contravenção deve permanecer sem punição, e que o olho do génio que tudo sabe acender abarca o conjunto dessa vasta máquina, sem que o mínimo detalhe lhe possa escapar.(27)

A sociedade disciplinar, no momento de sua plena eclosão, assume ainda com o Imperador o velho aspecto do poder de espetáculo. Como monarca ao mesmo tempo usurpador do antigo trono e organizador do novo Estado, ele recolheu numa figura simbólica e derradeira todo o longo processo pelo qual os faustos da soberania, as manifestações necessariamente espetaculares do poder apagaram-se um por um no exercício cotidiano da vigilância, num panoptismo em que a penetração dos olhares entrecruzados há de em breve tornar inúteis a águia e o sol.

A formação da sociedade disciplinar está ligada a um certo número de amplos processos históricos no interior dos quais ela tem lugar: económicos, jurídico-políticos, científicos, enfim.

1) De uma maneira global, pode-se dizer que as disciplinas são técnicas para assegurar a ordenação das multiplicidades humanas. É verdade que não há nisso nada de excepcional, nem mesmo de característico: a qualquer

Page: 93

Number: 1 Author: Daniel Subject: Highlight Date: 21/12/2015 11:51:36
T020 - Continuação da Citação com aspas em nota de rodapé - Rodapé extendendo-se da página 91 à 92 para apresentar o conceito de disciplina. faz omissões devidamente marcadas com [...] [p. 91-2]

Number: 2 Author: Daniel Subject: Comment on Text Date: 19/12/2015 23:46:22
T091- Citação entre aspas. [p. 34]

sistema de poder se coloca o mesmo problema. Mas o que é próprio das disciplinas, é que elas tentam definir em relação às multiplicidades uma tática de poder que responde a três critérios: tornar o exercício do poder o menos custoso possível (economicamente, pela parca despesa que acarreta; politicamente, por sua discrição, sua fraca exteriorização, sua relativa invisibilidade, o pouco de resistência que suscita); fazer com que os efeitos desse poder social sejam levados a seu máximo de intensidade e estendidos tão longe quanto possível, sem fracasso, nem lacuna; ligar enfim esse crescimento "económico" do poder

179 ▲

e o rendimento dos aparelhos no interior dos quais se exerce (sejam os aparelhos pedagógicos, militares, industriais, médicos), em suma fazer crescer ao mesmo tempo a docilidade e a utilidade de todos os elementos do sistema. Esse triplo objetivo das disciplinas responde a uma conjuntura histórica bem conhecida. É por um lado a grande explosão demográfica do século XVIII: aumento da população flutuante (fixar é um dos primeiros objetivos da disciplina; é um processo de antinomadismo); mudança da escala quantitativa dos grupos que importa controlar ou manipular (do começo do século XVII às vésperas da Revolução Francesa, a população escolar se multiplicou, como sem dúvida a população hospitalizada; o exército em tempo de paz contava no fim do século XVIII mais de 200.000 homens). O outro aspecto da conjuntura é o crescimento do aparelho de produção, cada vez mais extenso e complexo, cada vez mais custoso também e cuja rentabilidade urge fazer crescer. O desenvolvimento dos modos disciplinares de proceder responde a esses dois processos ou antes sem dúvida à necessidade de ajustar sua correlação. Nem as formas residuais do poder feudal, nem as estruturas da monarquia administrativa, nem os mecanismos locais de controle, nem o emaranhado instável que formavam todos juntos podia desempenhar esse papel: impedia-os de fazê-lo a extensão lacunosa e sem regularidade de sua rede, seu funcionamento muitas vezes conflitante, mas principalmente o caráter "dispendioso" do poder exercido. Dispendioso em vários sentidos: porque diretamente custava muito ao Tesouro, porque o sistema dos ofícios venais ou o da cobrança dos impostos pesava de maneira indireta e muito sobre a população, porque as resistências que encontrava o arrastavam a um ciclo de reforço perpétuo, porque procedia essencialmente por retirada (retirada de dinheiro ou de produtos pelo fisco monárquico, senhorial, eclesiástico; retirada de homens ou de tempo pêlos serviços obrigatórios ou pêlos alistamentos, pelo encarceramento de vagabundos ou seu banimento). O desenvolvimento das disciplinas marca a aparição de técnicas elementares do poder que derivam de uma economia totalmente diversa: mecanismos de poder que, em vez de vir "em dedução", integram-se de dentro à eficácia produtiva dos aparelhos, ao crescimento dessa eficácia, e à utilização do que ela produz. As disciplinas substituem o velho princípio "retirada-violência" que regia a economia do poder pelo princípio "suavidade-produção-lucro". Devem ser tomadas como técnicas que permitem ajustar, segundo esse princípio, a multiplicidade dos homens e a multiplicação dos aparelhos de produção (e como tal deve-se entender não só "produção" propriamente dita, mas a produção de saber e de aptidões na escola, a produção de saúde nos hospitais, a produção de força destrutiva com o exército).

Nessa tarefa de ajustamento, a disciplina encontra alguns problemas a resolver, para os quais a antiga economia do poder não estava suficientemente aparelhada. Pode fazer diminuir a "desutilidade" dos fenómenos de massa:

180 ▲

reduzir aquilo que, numa multiplicidade, faz com que esta seja muito menos manejável que uma unidade; reduzir o que se opõe à utilização de cada um de seus elementos e de sua soma; reduzir tudo o que nela possa anular as vantagens do número; é por isso que a disciplina fixa; ela imobiliza ou regulamenta os movimentos; resolve as confusões, as aglomerações compactas sobre as circulações incertas, as repartições calculadas. Ela deve também dominar todas as forças que se formam a partir da própria constituição de uma multiplicidade organizada; deve neutralizar os efeitos de contrapoder que dela nascem e que formam resistência ao poder que quer dominá-la: agitações, revoltas, organizações espontâneas, conluios - tudo o que pode se originar das conjunções horizontais. Daí o fato de as disciplinas utilizarem processos de separação e de verticalidade, de introduzirem entre os diversos elementos de mesmo plano barreiras tão estanques quanto possível, de definirem redes hierárquicas precisas, em suma de oporem à força intrínseca e adversa da multiplicidade o processo da pirâmide contínua e individualizante. Elas devem também fazer crescer a utilidade singular de cada elemento da multiplicidade, mas por meios que sejam os mais rápidos e menos custosos, ou seja, utilizando a própria multiplicidade como instrumento desse crescimento: daí, para extrair dos corpos o máximo de tempo e de forças, esses métodos de conjunto que são os horários, os treinamentos coletivos, os exercícios, a vigilância ao mesmo tempo global e minuciosa. É preciso, além disso, que as disciplinas façam crescer o efeito de utilidade próprio às multiplicidades, e que tornem cada uma delas mais útil que a simples soma de seus elementos; é para fazer crescer os efeitos utilizáveis do múltiplo que as disciplinas definem táticas de distribuição, de ajustamento recíproco dos corpos, dos gestos e dos ritmos, de diferenciação das capacidades, de coordenação recíproca em relação a aparelhos ou a tarefas. Enfim, a disciplina tem que fazer funcionar as relações de poder não acima, mas na própria trama da multiplicidade, da maneira mais discreta possível, articulada do melhor modo sobre as outras funções dessas multiplicidades, e também o menos dispendiosamente possível: atendem a isso instrumentos de poder anónimos e coextensivos à multiplicidade que regimentam, como a vigilância hierárquica, o registro contínuo, o julgamento e a classificação perpétuos. Em suma, substituir um poder que se manifesta pelo brilho dos que o exercem, por um poder que objetiva insidiosamente aqueles aos quais é aplicado; formar um saber a respeito destes, mais que patentear os sinais faustosos da soberania. Em uma

Page: 94

Number: 1 Author: Daniel Subject: Comment on Text Date: 21/12/2015 11:49:10
T091 - Citação em nota de rodapé - troca formas -> forças [p.34]

Number: 2 Author: Daniel Subject: Comment on Text Date: 19/12/2015 23:49:13
T091 - faz referência e usa como paráfrase com texto muito semelhante ao original. [p. 34]

Number: 3 Author: Daniel Subject: Comment on Text Date: 06/12/2015 22:52:06
T029 - Citação com adentramento e reorganização do texto. Não foi fiel às palavras da obra. Excluiu "própria constituição" [p. 76]

Number: 4 Author: Daniel Subject: Comment on Text Date: 19/12/2015 23:48:02
T091 - Citação com aspas iniciando com segundo F. e concluindo com Desse modo. [p. 33]

palavra, as disciplinas são o conjunto das minúsculas invenções técnicas que permitiram fazer crescer a extensão útil das multiplicidades fazendo diminuir os inconvenientes do poder que, justamente para torná-las úteis, deve regê-las. Uma multiplicidade, seja uma oficina ou uma nação, um exército ou uma escola, atinge o limiar da disciplina quando a relação de uma para com a outra torna-se favorável.

181 ▲

Se a decolagem económica do Ocidente começou com os processos que permitiram a acumulação do capital, pode-se dizer, talvez, que os métodos para gerir a acumulação dos homens permitiram uma decolagem política em relação a formas de poder tradicionais, rituais, dispendiosas, violentas e que, logo caídas em desuso, foram substituídas por uma tecnologia minuciosa e calculada da sujeição. Na verdade os dois processos, acumulação de homens e acumulação de capital, não podem ser separados; não teria sido possível resolver o problema da acumulação de homens sem o crescimento de um aparelho de produção capaz ao mesmo tempo de mante-los e de utilizá-los; inversamente, as técnicas que tornam útil a multiplicidade cumulativa de homens aceleram o movimento de acumulação de capital. A um nível menos geral, as mutações tecnológicas do aparelho de produção, a divisão do trabalho, e a elaboração das maneiras de proceder disciplinares mantiveram um conjunto de relações muito próximas.(28) Cada uma das duas tornou possível a outra, e necessária; cada uma das duas serviu de modelo para a outra. A pirâmide disciplinar constituiu a pequena célula de poder no interior da qual a separação, a coordenação e o controle das tarefas foram impostos e tornaram-se eficazes; e o quadriculamen-to analítico do tempo, dos gestos, das forças dos corpos, constituiu um esquema operatório que pôde facilmente ser transferido dos grupos a submeter para os mecanismos da produção; a projeção maciça dos métodos militares sobre a organização industrial foi um exemplo dessa modelação da divisão do trabalho a partir de esquemas de poder. Mas em compensação a análise técnica do processo de produção, sua decomposição "maquinal" se projetaram sobre a força de trabalho que tinha como tarefa realizá-lo: a constituição dessas máquinas disciplinares onde são compostas e assim amplificadas as forças individuais que elas associam é o efeito dessa projeção. Digamos que a disciplina é o processo técnico unitário pelo qual a força do corpo é com o mínimo ónus reduzida como força "política", e maximalizada como força útil. O crescimento de uma economia capitalista fez apelo à modalidade específica do poder disciplinar, cujas fórmulas gerais, cujos processos de submissão das forças e dos corpos, cuja "anatomia política", em uma palavra, podem ser postos em funcionamento através de regimes políticos, de aparelhos ou de instituições muito diversas.

2) A modalidade panóptica do poder - ao nível elementar, técnico, humildemente físico em que se situa — não está na dependência imediata nem no prolongamento direto das grandes estruturas jurídico-políticas de uma sociedade; ela não é entretanto absolutamente independente. Historicamente, o processo pelo qual a burguesia se tornou no decorrer do século XVIII a classe politicamente dominante, abrigou-se atrás da instalação de um quadro jurídico explícito, codificado, formalmente igualitário, e através da organização de um regime de tipo parlamentar e representativo. Mas o desenvolvimento e a

182 ▲

generalização dos dispositivos disciplinares constituíram a outra vertente, obscura, desse processo. A forma jurídica geral que garantia um sistema de direitos em princípio igualitários era sustentada por esses mecanismos miúdos, cotidianos e físicos, por todos esses sistemas de micropoder essencialmente inigualitários e assimétricos que constituem as disciplinas. E se, de uma maneira formal, o regime representativo permite que direta ou indiretamente, com ou sem revezamento, a vontade de todos forme a instância fundamental da soberania, as disciplinas dão, na base, garantia da submissão das forças e dos corpos. As disciplinas reais e corporais constituíram o subsolo das liberdades formais e jurídicas. O contrato podia muito bem ser imaginado como fundamento ideal do direito e do poder político; o panoptismo constituía o processo técnico, universalmente difundido, da coerção. Não parou de elaborar em profundidade as estruturas jurídicas da sociedade, para fazer funcionar os mecanismos efetivos do poder ao encontro dos quadros formais de que este dispunha. As "Luzes" que descobriram as liberdades inventaram também as disciplinas.

Aparentemente as disciplinas não constituem nada mais que um infradi-reito. Parecem prolongar, até um nível infinitesimal das existências singulares, as formas gerais definidas pelo direito; ou, ainda, aparecem como maneiras de aprendizagem que permitem aos indivíduos se integrarem a essas exigências gerais. Constituiriam o mesmo tipo de direito fazendo-o mudar de escala, e assim tornando-o mais minucioso e sem dúvida mais indulgente. Temos antes que ver nas disciplinas uma espécie de contradireito. Elas têm o papel preciso de introduzir assimetrias insuperáveis e de excluir reciprocidades. Em primeiro lugar porque a disciplina cria entre os indivíduos um laço "privado", que é uma relação de limitações inteiramente diferente da obrigação contratual; a aceitação de uma disciplina pode ser subscrita por meio de contrato; a maneira como ela é imposta, os mecanismos que faz funcionar, a subordinação não reversível de uns em relação aos outros, o "mais-poder" que é sempre fixado do mesmo lado, a desigualdade de posição dos diversos "parceiros" em relação ao regulamento comum opõem o laço disciplinar e o laço contratual, e permitem sistematicamente falsear este último a partir do momento em que tem por conteúdo um mecanismo de disciplina. Sabemos, por exemplo, quantos procedimentos reais acomodam a seus objetivos a função jurídica do contrato de trabalho: a disciplina de oficina não é o menos importante. Além disso, enquanto os sistemas jurídicos qualificam os sujeitos de direito, segundo normas universais, as disciplinas caracterizam, classificam, especializam; distribuem ao longo de uma escala, repartem em torno

Page: 95

Number: 1 Author: Daniel Subject: Comment on Text Date: 21/12/2015 11:57:57
T160 - Atribui a Deleuze, na obra Foucault, essa citação de V&P [p. 183] - Troca também no capítulo das referências atribui a F. uma obra com título Gilles Deleuze o que não está correto. [p. 17]

20. N.T. Dês Essarts, Dictionnaire universal de police, 1787, p. 344, 528.

21. Lê Maire, numa memória redigida a pedido de Sartine, para responder a dezesseis perguntas de Joseph II sobre a polícia parisiense. Essa memória foi publicada por Gazier em 1879.

22. Suplemento à Instruction pour Ia rédaction d'un nouveau code, 1769, § 535.

23. N. Delamare, Traité de Ia police, 1705, prefácio sem numeração de página.

24. Sobre os registros da polícia no século XVIII, podemos nos reportar a M. Chassaigne, La Lieutenance générale de police, 1906.

25. E. de Vattel, Lê Droit dês gens, 1768, p. 162.

26. N.H. Julius, Leçons sur lês prisons, trad. Francesa, 1831, vol. I, p. 384-386.

27. J.B. Treilhard, Motifs du code d'instruction criminelle, 1808, p. 14.

28. Cf. K. Marx, O Capital, livro I, 4ª seção, cap. XIII. E a análise muito interessante de F. Guerry e D. Deleule, Lê Corps productif, 1973.

29. Cf., quanto a este assunto, Michel Tort, Q.1,1974.

192 ▲

Quarta Parte
PRISÃO

CAPÍTULO I
INSTITUIÇÕES COMPLETAS E AUSTERAS

A prisão é menos recente do que se diz quando se faz datar seu nascimento dos novos códigos. A forma-prisão preexiste à sua utilização sistemática nas leis penais. Ela se constituiu fora do aparelho judiciário, quando se elaboraram, por todo o corpo social, os processos para repartir os indivíduos, fixá-los e distribuí-los espacialmente, classificá-los, tirar deles o máximo de tempo, e o máximo de forças, treinar seus corpos, codificar seu comportamento contínuo, mantê-los numa visibilidade sem lacuna, formar em torno deles um aparelho completo de observação, registro e notações, constituir sobre eles um saber que se acumula e se centraliza. A forma geral de uma aparelhagem para tornar os indivíduos dóceis e úteis, através de um trabalho preciso sobre seu corpo, criou a instituição-prisão, antes que a lei a definisse como a pena por excelência. No fim do século XVIII e princípio do século XIX se dá a passagem a uma penalidade de detenção, é verdade; e era coisa nova. Mas era na verdade abertura da penalidade a mecanismos de coerção já elaborados em outros lugares. Os "modelos" da detenção penal - Gand, Gloucester, Walnut Street -marcam os primeiros pontos visíveis dessa transição, mais que inovações ou pontos de partida. A prisão, peça essencial no conjunto das punições, marca certamente um momento importante na história da justiça penal: seu acesso à "humanidade". Mas também um momento importante na história desses mecanismos disciplinares que o novo poder de classe estava desenvolvendo: o momento em que aqueles colonizam a instituição judiciária. Na passagem dos dois séculos, uma nova legislação define o poder de punir como uma função geral da sociedade que é exercida da mesma maneira sobre todos os seus membros, e na qual cada um deles é igualmente representado; mas, ao fazer da detenção a pena por excelência, ela introduz processos de dominação característicos de um tipo particular de poder. Uma justiça que se diz "igual", um aparelho judiciário que se pretende "autónomo", mas que é investido pelas assimetrias das sujeições disciplinares, tal é a conjunção do nascimento da prisão, "penadas sociedades civilizadas"(1).

Pode-se compreender o caráter de obviedade que a prisão-castigo muito cedo assumiu. Desde os primeiros anos do século XIX, ter-se-á ainda consciência de sua novidade; e entretanto ela surgiu tão ligada, e em profundidade, com o próprio funcionamento da sociedade, que relegou ao esquecimento todas as outras punições que os reformadores do século XVIII haviam imaginado. Pareceu sem alternativa, e levada pelo próprio movimento da história:

195 ▲

Não foi o acaso, não foi o capricho do legislador que fizeram do encarceramento a base e o edifício quase inteiro de nossa escala penal atual: foi o progresso das ideias e a educação dos costumes.(2)

E se, em pouco mais de um século, o clima de obviedade se transformou, não desapareceu. Conhecem-se todos os inconvenientes da prisão, e sabe-se que é perigosa quando não inútil. E entretanto não "vemos" o que pôr em seu lugar. Ela é a detestável solução, de que não se pode abrir mão.

Essa "obviedade" da prisão, de que nos destacamos tão mal, se fundamenta em primeiro lugar na forma simples da "privação de liberdade". Como não seria a prisão a pena por excelência numa sociedade em que a liberdade é um bem que pertence a todos da mesma maneira e ao qual cada um está ligado por um sentimento "universal e constante"?(3) Sua perda tem portanto o mesmo preço para todos; melhor que a multa, ela é o castigo "igualitário". Clareza de certo modo jurídica da prisão. Além disso ela permite quantificar exatamente a pena segundo a variável do tempo. Há uma forma-salário da prisão que constitui, nas sociedades industriais, sua "obviedade" económica. E permite que ela pareça como uma reparação. Retirando tempo do condenado, a prisão parece traduzir concretamente a ideia de que a infração lesou, mais além da vítima, a sociedade inteira. Obviedade econômico-moral de uma penalidade que contabiliza os castigos em dias, em meses, em anos e estabelece equivalências quantitativas delitos-duração. Daí a expressão tão frequente, e que está tão de acordo com o funcionamento das punições, se bem que contrária à teoria estrita do direito penal, de que a pessoa está na prisão para "pagar sua dívida". A prisão é "natural" como é "natural" na nossa sociedade o uso do tempo para medir as trocas.(4)

Mas a obviedade da prisão se fundamenta também em seu papel, suposto ou exigido, de aparelho para transformar os indivíduos. Como não seria a prisão imediatamente aceita, pois se só o que ela faz, ao encarcerar, ao retreinar, ao tornar dócil, é reproduzir, podendo sempre acentuá-los um pouco, todos os mecanismos que encontramos no corpo social? A prisão: um quartel um pouco estrito, uma escola sem indulgência, uma oficina sombria, mas, levando ao fundo, nada de qualitativamente diferente. Esse duplo fundamento - jurídico-econômico por um lado, técnico-disciplinar por outro - fez a prisão aparecer como a forma mais imediata e mais civilizada de todas as penas. E foi esse duplo funcionamento que lhe deu imediata solidez. Uma coisa, com efeito, é clara: a prisão não foi primeiro uma privação de liberdade a que se teria dado em seguida uma função técnica de correção; ela foi desde o início uma "detenção legal" encarregada de um suplemento corretivo, ou ainda uma empresa de modificação dos indivíduos que a privação de liberdade permite fazer funcionar no sistema legal. Em suma, o encarceramento penal, desde o início do século

196 ▲

XIX, recobriu ao mesmo tempo a privação de liberdade e a transformação técnica dos indivíduos.

Lembremos um certo número de fatos. Nos códigos de 1808 e de 1810, e nas medidas que os seguiram ou os precederam imediatamente, o encarceramento nunca se confunde com a simples privação de liberdade. É, ou deve ser em todo caso, um mecanismo diferenciado e finalizado. Diferenciado pois não deve ter: a mesma forma, consoante se trate de um indiciado ou de um condenado, de um contraventor ou de um criminoso: cadeia, casa de correção, penitenciária devem em princípio corresponder mais ou menos a essas diferenças, e realizar um castigo não só graduado em intensidade, mas diversificado em seus objetivos. Pois a prisão tem um fim, apresentado de saída:

Como a lei inflige penas umas mais graves que outras, não pode permitir que o indivíduo condenado a penas leves se encontre preso no mesmo local que o criminoso condenado a penas mais graves...; se a pena infligida pela lei tem como objetivo principal a reparação do crime, ela pretende também que o culpado se emende.(5)

E deve-se requerer essa transformação aos efeitos internos do encarceramento. Prisão-castigo, prisão-aparelho:

A ordem que deve reinar nas cadeias pode contribuir fortemente para regenerar os condenados; os vícios da educação, o contágio dos maus exemplos, a ociosidade... originaram crimes. Pois bem, tentemos fechar todas essas fontes de corrupção; que sejam praticadas regras de sã moral nas casas de detenção; que, obrigados a um trabalho de que terminarão gostando, quando dele recolherem o fruto, os condenados contraiam o hábito, o gosto e a necessidade da ocupação; que se dêem respectivamente o exemplo de uma vida laboriosa; ela logo se tornará uma vida pura; logo começarão a lamentar o passado, primeiro sinal avançado de amor pelo dever.(6)

As técnicas corretivas imediatamente fazem parte da armadura institucional da detenção penal.

Devemos lembrar também que o movimento para reformar as prisões, para controlar seu funcionamento, não é um fenómeno tardio. Não parece sequer ter nascido de um atestado de fracasso devidamente lavrado. A "reforma" da prisão é mais ou menos contemporânea da própria prisão. Ela é como que seu programa. A prisão se encontrou, desde o início, engajada numa série de mecanismos de acompanhamento, que aparentemente devem corrigi-la, mas que parecem fazer parte de seu próprio funcionamento, de tal modo têm estado ligados a sua existência em todo o decorrer de sua história. Houve, imediatamente, uma tecnologia loquaz da prisão. Inquéritos: o de Chaptal já em 1801 (quando se tratava de fazer

chapeleiro reduzido ao desemprego tem que ir "ao abatedouro humano fabricar alvaiade a 2 francos por dia"(30); sobre o tema de que a filantropia dá muita importância às condições de trabalho dos detentos, mas negligencia as do trabalhador livre: "Temos certeza de que, se os prisioneiros trabalhassem com mercúrio, por exemplo, a ciência seria bem mais rápida do que é para encontrar meios de preservar os trabalhadores do perigo de suas emanações: 'Esses pobres condenados!', diria aquele que quase não fala dos operários douradores. Que se há de fazer, é preciso ter matado ou roubado para atrair a compaixão ou o interesse dos outros". Sobre o tema principalmente de que se a prisão tender a se tornar uma oficina, logo para lá serão enviados os mendigos e os desempregados, reconstituindo assim os velhos "hospitais gerais" da França ou as workhouses da Inglaterra.(31) Houve ainda, principalmente depois da votação da lei de 1844, petições e cartas - uma petição é recusada pela Câmara de Paris, que "achou desumano que se propusesse empregar assassinos, ladrões, em trabalhos que pertencem agora a alguns milhares de operários"; "a Câmara preferiu Barrabás a nós"(32); operários tipógrafos enviam uma carta ao ministro ao tomarem conhecimento de que foi instalada uma gráfica na Central de Melun:

Tendes a escolher entre reprovados justamente atingidos pela lei, e cidadãos que sacrificam seus dias, na abnegação e na probidade, à existência de suas famílias, tanto quanto à riqueza da pátria.(33)

Ora, a toda essa campanha as respostas dadas pelo governo e pela administração são muito constantes. O trabalho penal não pode ser criticado pelo desemprego que provocaria: com sua parca extensão, seu fraco rendimento, ele não pode ter incidência geral sobre a economia. Não é como atividade de produção que ele é intrinsecamente útil, mas pêlos efeitos que toma na mecânica humana. É um princípio de ordem e de regularidade; pelas exigências que lhe são próprias, veicula, de maneira insensível, as formas de um poder rigoroso; sujeita os corpos a movimentos regulares, exclui a agitação e a distração, impõe uma hierarquia e uma vigilância que serão ainda mais bem aceitas, e penetrarão ainda mais profundamente no comportamento dos condenados, por fazerem parte de sua lógica: com o trabalho,

a regra é introduzida numa prisão, ela reina sem esforço, sem emprego de nenhum meio repressivo e violento. Ocupando-se o detento, são-lhe dados hábitos de ordem e de obediência; tornamo-lo diligente e ativo, de preguiçoso que era... com o tempo, ele encontra no movimento regular da casa, nos trabalhos manuais a que foi submetido... um remédio certo contra os desvios de sua imaginação.(34)

O trabalho penal deve ser concebido como sendo por si mesmo uma maquinaria que transforma o prisioneiro violento, agitado, irrefletido em uma peça que desempenha seu papel com perfeita regularidade. A prisão não é uma oficina; ela é, ela tem que ser em si mesma uma máquina de que os detentos-

operários são ao mesmo tempo as engrenagens e os produtos; ela os "ocupa" e isso

continuamente, mesmo se fora com o único objetivo de preencher seus momentos. Quando o corpo se agita, quando o espírito se aplica a um objeto determinado, as ideias importunas se afastam, a calma renasce na alma.(35)

Se, no fim das contas, o trabalho da prisão tem um efeito económico, é produzindo indivíduos mecanizados segundo as normas gerais de uma sociedade industrial:

O trabalho é a providência dos povos modernos; serve-lhes como moral, preenche o vazio das crenças e passa por ser o princípio de todo bem. O trabalho devia ser a religião das prisões. A uma sociedade-máquina, seriam necessárias meios de reforma puramente mecânicas.(36)

Fabricação de indivíduos-máquinas, mas também de proletários; efetiva-mente, quando o homem possui apenas "os braços como bens", só poderá viver "do produto de seu trabalho, pelo exercício de uma profissão, ou do produto do trabalho alheio, pelo ofício do roubo"; ora, se a prisão não obrigasse os malfeitores ao trabalho, ela reproduziria em sua própria instituição, pelo fisco, essa vantagem de uns sobre o trabalho de outros:

A questão da ociosidade é a mesma que na sociedade; é do trabalho dos outros que têm que viver os detentos, se não vivem do seu próprio.(37)

O trabalho pelo qual o condenado atende a suas próprias necessidades requalifica o ladrão em operário dócil. E é nesse ponto que intervém a utilidade de uma retribuição pelo trabalho penal; ela impõe ao detento a forma "moral" do salário como condição de sua existência. O salário faz com que se adquira "amor e hábito" ao trabalho(38); dá a esses malfeitores que ignoram a diferença entre o meu e o teu o sentido da propriedade - "daquela que se ganhou com o suor do rosto"(39); ensina-lhes também, a eles que viveram na dissipação, o que é a previdência, a poupança, o cálculo do futuro(40); enfim, propondo uma medida do trabalho feito, permite avaliar quantitativamente o zelo do detento e os progressos de sua regeneração.(41) O salário do trabalho penal não retribui uma produção; funciona como motor e marca transformações individuais: uma ficção jurídica, pois não representa a "livre" cessão de uma força de trabalho, mas um artifício que se supõe eficaz nas técnicas de correção.

A utilidade do trabalho penal? Não é um lucro; nem mesmo a formação de uma habilidade útil; mas a constituição de uma relação de poder, de uma forma económica vazia, de um esquema da submissão individual e de seu ajustamento a um aparelho de produção.

Page: 107

Number: 1 Author: Daniel Subject: Comment on Text Date: 20/12/2015 11:34:49
T163 - Citação adentrada. [p. 46]

Number: 2 Author: Daniel Subject: Comment on Text Date: 08/12/2015 00:24:56
T151 - Cópia [p. 201]

Number: 3 Author: Daniel Subject: Highlight Date: 08/12/2015 00:34:53
T151 - Cópia [p. 201]

Number: 4 Author: Daniel Subject: Highlight Date: 08/12/2015 00:37:22
T151 - Cópia [p. 201]

Imagem perfeita do trabalho de prisão: a oficina de mulheres em Clair-vaux; a exatidão silenciosa da maquinaria humana atinge aí o rigor regulamentar do convento:

204 ▲

Num púlpito, acima do qual há um crucifixo, está sentada uma freira; diante dela, e alinhadas em duas fileiras, as prisioneiras efetuam a tarefa que lhes é imposta, e como domina quase exclusivamente o trabalho de agulha, resulta que o mais rigoroso silêncio é constantemente mantido... Parece que nessas salas tudo respira a penitência e a expiação. Ocorre-nos, como por um movimento espontâneo, os tempos dos veneráveis hábitos desta tão antiga habitação; lembra-nos os penitentes voluntários que aqui se fechavam para dizer adeus ao mundo.(42)

3) Mas a prisão excede a simples privação de liberdade de uma maneira mais importante. Ela tende a tornar-se um instrumento de modulação da pena: um aparelho que, através da execução da sentença de que está encarregado, teria o direito de retomar, pelo menos em parte, seu princípio. É claro que esse "direito" não foi recebido pela instituição carcerária no século XIX, nem mesmo ainda no XX, salvo sob uma forma fragmentária (por via das liberações condicionais, das semiliberdades, da organização das centrais de reforma). Mas deve-se notar que foi muito cedo reclamado pêlos responsáveis pela administração penitenciária, como a própria condição de um bom funcionamento da prisão, e de sua eficácia nessa tarefa de regeneração que a própria justiça lhe confia.

Assim para a duração do castigo: ela permite quantificar exatamente as penas, graduá-las segundo as circunstâncias, e dar ao castigo legal a forma mais ou menos explícita de um salário; mas corre o risco de não ter valor corretivo, se for fixada em caráter definitivo, ao nível do julgamento. A extensão da pena não deve medir o "valor de troca" da infração; ela deve se ajustar à transformação "útil" do detento no decorrer de sua condenação. Não um tempo-me-dida, mas um tempo com meta prefixada. Mais que a forma do salário, a forma da operação.

Do mesmo modo que o médico prudente pára a medicação ou continua com ela conforme o doente tenha ou não chegado à cura perfeita, assim também, na primeira dessas duas hipóteses, a expiação deveria cessar diante da regeneração completa do condenado; pois, nesse caso, qualquer detenção se terá tornado inútil, e portanto tão desumana para com o regenerado quanto inútil e onerosa para o Estado.(43)

A justa duração da pena deve portanto variar não só com o ato e suas circunstâncias, mas com a própria pena tal como ela se desenrola concretamen-te. O que equivale a dizer que, se a pena deve ser individualizada, não é a partir do indivíduo-infrator, sujeito jurídico de seu ato, autor responsável do delito, mas a partir do indivíduo punido, objeto de uma matéria controlada de transformação, o indivíduo em detenção inserido no aparelho carcerário, modificado por este ou a ele reagindo.

O importante é apenas reformar o mau. Uma vez operada essa reforma, o criminoso deve voltar à sociedade.(44)

A qualidade e o conteúdo da infração não deveriam tampouco ser determinados só pela natureza da infração. A gravidade jurídica de um crime não

205 ▲

tem absolutamente valor de sinal unívoco para o caráter corrigível ou não do condenado. Particularmente a distinção crime-contravenção, a que o código faz corresponder a distinção entre prisão e reclusão ou trabalhos forçados, não é operatória em termos de regeneração. É a opinião quase geral formulada pêlos diretores de penitenciárias, quando de uma pesquisa feita pelo ministério em 1836:

Os contraventores são em geral os mais viciosos... Entre os criminosos, encontram-se muitos homens que sucumbiram à violência de suas paixões e às necessidades de uma família numerosa. O comportamento dos criminosos é bem melhor que o dos contraventores; os primeiros são mais submissos, mais laboriosos que os últimos, que são em geral ladinos, devassos, preguiçosos.(45)

Donde a idéia de que o rigor punitivo não deve estar em proporção direta com a importância penal do ato condenado. Nem determinado de uma vez por todas.

Operação corretora, o encarceramento tem suas exigências e peripécias próprias. Seus efeitos é que devem determinar suas etapas, agravações temporárias, atenuações sucessivas; o que Charles Lucas chamava "a classificação móvel das moralidades". O sistema progressivo aplicado em Genebra desde 1825(46) foi muitas vezes reclamado na França. Sob a forma, por exemplo, dos três setores: o de prova para a generalidade dos detentos, o setor de punição e o setor de recompensa para os que estão no caminho da melhora.(47) Ou sob a forma das quatro fases: período de intimidação (privação de trabalho e de qualquer relação interior ou exterior); período de trabalho (isolamento mas trabalho que depois da fase de ociosidade forçada seria acolhido como um benefício); regime de moralização ("conferências" mais ou menos frequentes com os diretores e os visitantes oficiais); período de trabalho em comum.(48) Se o princípio da pena é sem dúvida uma decisão de justiça, sua gestão, sua qualidade e seus rigores devem pertencer a um mecanismo autónomo que controla os efeitos da punição no próprio interior do aparelho que os produz. Todo um regime de punições e de recompensas que não é simplesmente uma maneira de fazer respeitar o regulamento da prisão,

Page: 108

Number: 1 Author: Daniel Subject: Highlight Date: 08/12/2015 00:34:43
T151 - Cópia [p. 201]

vem se articular sobre a de outra classe e outra espécie humana. Uma zoologia das subespécies sociais, uma etnologia das civilizações de malfeitores, com seus ritos e língua, se esboçam numa forma de paródia. Mas aí se manifesta entretanto o trabalho de constituição de uma nova objetividade onde o criminoso pertence a uma tipologia ao mesmo tempo natural e desviante. A delinquência, desvio patológico da espécie humana, pode ser analisada como síndromes mórbidas ou como grandes formas teratológicas. Com a classificação de Ferrus, temos uma das primeiras conversões da velha "etnografia" do crime em uma tipologia sistemática dos delinquentes. É uma análise rápida, é verdade, mas nela vemos funcionar claramente o princípio de que a delinquência deve ser especificada menos em função da lei que da norma. Três tipos de condenados:

Há os que são dotados "de recursos intelectuais superiores à média de inteligência que estabelecemos", mas que se tornam perversos quer pelas "tendências de sua organização" e "predisposição inata"; quer por uma "lógica perniciosa", por uma "moral iníqua", por uma "perigosa apreciação dos deveres sociais". Para esses seria necessário o isolamento de dia e de noite, o passeio solitário, e quando for preciso mante-los em contato com os outros, usar "uma máscara leve em tela metálica, parecida com as que se usam para cortar pedras ou na esgrima". A segunda categoria é feita de condenados "viciosos, limitados, embrutecidos ou passivos que são arrastados ao mal por indiferença pela vergonha como pelo bem, por covardia, por preguiça, digamos, e falta de resistência às más incitações": o regime que lhes convém é mais de educação do que de repressão, e se possível de educação mútua: isolamento de noite, trabalho em comum de dia, conversas permitidas, só em voz alta, leituras em comum, seguidas de interrogações recíprocas, sancionadas por recompensas. Enfim, há os condenados "inaptos ou incapazes" que uma "organização incompleta torna impróprios para qualquer ocupação que exija esforços pensados e força de vontade, que se encontram então na impossibilidade de sustentar a concorrência do trabalho com os operários inteligentes, e não tendo nem instrução bastante para conhecer os deveres sociais, nem inteligência bastante para compreendê-los e combater seus instintos pessoais, são levados ao crime por sua própria incapacidade. Para esses, a solidão só serviria para fomentar a inércia; devem portanto viver em comum, mas de maneira a formar grupos pouco numerosos, sempre estimulados por ocupações coletivas, e submetidos a uma vigilância rígida.(69)

Assim se estabelece progressivamente um conhecimento "positivo" dos delinquentes e de suas espécies, muito diferente da qualificação jurídica dos delitos e de suas circunstâncias: mas distinto também do conhecimento médico que permite ressaltar a loucura do indivíduo e apagar, conseqüentemente, o caráter delituoso do ato. Ferrus enuncia claramente o princípio:

212 ▲

Os criminosos considerados em massa são apenas loucos; haveria injustiça para com esses últimos, se os confundíssemos com homens coincidentemente perversos.

Nesse novo saber importa qualificar "cientificamente" o ato enquanto delito e principalmente o indivíduo enquanto delinquente. Surge a possibilidade de uma criminologia.

O correlativo da justiça penal é o próprio infrator, mas o do aparelho penitenciário é outra pessoa; é o delinquente, unidade biográfica, núcleo de "periculosidade", representante de um tipo de anomalia. E se é verdade que à detenção privativa de liberdade que o direito definira a prisão acrescentou o "suplemento" do penitenciário, este por sua vez introduziu um personagem a mais, que se meteu entre aquele que a lei condena e aquela que executa essa lei. Onde desapareceu o corpo marcado, recortado, queimado, aniquilado do supliciado, apareceu o corpo do prisioneiro, acompanhado pela individualidade do "delinquente", pela pequena alma do criminoso, que o próprio aparelho do castigo fabricou como ponto de aplicação do poder de punir e como objeto do que ainda hoje se chama a ciência penitenciária. Dizem que a prisão fabrica delinquentes; é verdade que ela leva de novo, quase fatalmente, diante dos tribunais aqueles que lhe foram confiados. Mas ela os fabrica no outro sentido de que ela introduziu no jogo da lei e da infração, do juiz e do infrator, do condenado e do carrasco, a realidade incorpórea da delinquência que os liga uns aos outros e, há um século e meio, os pega todos juntos na mesma armadilha.

A técnica penitenciária e o homem delinquente são de algum modo irmãos gêmeos. Ninguém creia que foi a descoberta do delinquente por uma raciona-lidade científica que trouxe para as velhas prisões o aperfeiçoamento das técnicas penitenciárias. Nem tampouco que a elaboração interna dos métodos penitenciários terminou trazendo à luz a existência "objetiva" de uma delinquência que a abstração e a inflexibilidade judiciárias não podiam perceber. Elas apareceram as duas juntas e no prolongamento uma da outra como um conjunto tecnológico que forma e recorta o objeto a que aplica seus instrumentos. E é essa delinquência, formada nos subterrâneos do aparelho judiciário, ao nível das "obras vis" de que a justiça desvia os olhos, pela vergonha que sente de punir os que condena, é ela que se faz presente agora nos tribunais serenos e na majestade das leis; ela é que tem que ser conhecida, avaliada, medida, diagnosticada, tratada, quando se proferem sentenças, é ela agora, essa anomalia, esse desvio, esse perigo inexorável, essa doença, essa forma de existência, que deverão ser considerados ao se reelaborarem os códigos. A delinquência é a vingança da prisão contra a justiça. Revanche tão temível que pode fazer calar o juiz. É então que os criminologistas se impõem.

213 ▲

Mas devemos não esquecer que a prisão, figura concentrada e austera de todas as disciplinas, não é um elemento endógeno no sistema penal definido entre os séculos XVIII e XIX. O tema de uma sociedade punitiva e de uma semiotécnica geral da punição que sustentou os códigos "ideológicos" - bec-carianos ou benthamianos - não fazia apelo ao uso universal da prisão. Essa prisão vem de outro lugar - dos mecanismos próprios a um poder disciplinar. Ora, apesar dessa heterogeneidade, os mecanismos e os efeitos da prisão se difundiram ao longo de toda a justiça criminal moderna; a delinquência e os delinquentes a infestaram toda. Será necessário procurar a razão dessa temível "eficácia" da prisão. Mas já podemos anotar uma coisa: a justiça penal definida no século XVIII pêlos reformadores traçava duas linhas de objetivação possíveis do criminoso, mas duas linhas divergentes: uma era a série dos "monstros", morais ou políticos, caídos do pacto social; outra, a do sujeito jurídico requa-lificado pela punição. Ora, o "delinquente" permite justamente unir as duas linhas e constituir com a caução da medicina, da psicologia ou da criminologia, um indivíduo no qual o infrator da lei e o objeto de uma técnica científica se superpõem - aproximadamente. Que o enxerto da prisão no sistema penal não tenha acarretado reação violenta de rejeição se deve sem dúvida a muitas razões. Uma delas é que, ao fabricar delinqüência, ela deu à justiça criminal um campo unitário de objetos, autentificado por "ciências" e que assim lhe permitiu funcionar num horizonte geral de "verdade".

A prisão, essa região mais sombria do aparelho de justiça, é o local onde o poder de punir, que não ousa mais se exercer com o rosto descoberto, organiza silenciosamente um campo de objetividade em que o castigo poderá funcionar em plena luz como terapêutica e a sentença se inscrever entre os discursos do saber. Compreende-se que a justiça tenha adotado tão facilmente uma prisão que não fora entretanto filha de seus pensamentos. Ela lhe era agradecida por isso.

214 ▲

CAPÍTULO II
ILEGALIDADE E DELINQUÊNCIA

No que se refere à lei, a detenção pode ser privação de liberdade. O encarceramento que a realiza sempre comportou um projeto técnico. A passagem dos suplícios, com seus rituais de ostentação, com sua arte misturada à cerimónia do sofrimento, a penas de prisões enterradas em arquiteturas maciças e guardadas pelo segredo das repartições, não é passagem a uma penalidade indiferenciada, abstraia e confusa; é a passagem de uma arte de punir a outra, não menos científica que ela. Mutação técnica. Dessa passagem, um sintoma e um resumo: a substituição, em 1837, da cadeia dos forçados pelo carro celular.

A cadeia, tradição que remontava à época das galeras, ainda subsistia sob a monarquia de julho. A importância que parece ter adquirido como espetáculo no começo do século XIX talvez esteja ligada ao fato de que ela juntava numa só manifestação dois modos de castigo: o caminho para a detenção se desenrolava como um cerimonial de suplício.(1) Os relatos da "última cadeia" - na verdade, as que cruzaram a França em todos os sentidos no verão de 1836 - e de seus escândalos permitem encontrar esse funcionamento, bem estranho às regras da "ciência penitenciária". À saída, um ritual de cadafalso; é a selagem das coleiras de ferro e das cadeias, no pátio de Bicêtre: o forçado fica com a nuca virada sobre a bigorna, como uma estaca de ferro; mas desta vez a arte do carrasco, ao martelar, é não esmagar a cabeça - habilidade invertida que sabe não dar a morte.

O grande pátio de Bicêtre exibe os instrumentos do suplício: várias fileiras de cadeias com suas gargantilhas. Os artoupans (chefes dos guardas), ferreiros temporários, dispõem a bigorna e o martelo. À grade do caminho da ronda estão coladas todas aquelas cabeças com uma expressão indiferente ou atrevida, e que o operador vai rebitar. Mais alto, em todos os andares da prisão, vêem-se pernas e braços pendurados pelas grades dos cubículos, parecendo um bazar de carne humana; são os detentos que vêm assistir à toalete de seus companheiros da véspera... ei-los na atitude do sacrifício. Estão sentados no chão, emparelhados ao acaso e de acordo com o tamanho; esses ferros de que cada um deve levar 8 libras por seu lado pesam-lhes sobre os joelhos. O operador passa-os em revista tomando a medida das cabeças e adaptando os enormes colares de uma polegada de espessura. Para rebitar uma gargantilha é necessário o concurso de três carrascos: um aguenta a bigorna, o outro mantém reunidos os dois lados do colar de ferro e preserva com os dois braços estendidos a cabeça do paciente, e o terceiro bate com pancadas redobradas e achata o cravo sob seu martelo maciço. Cada golpe abala a cabeça e o corpo... aliás, não se pensa no perigo que a vítima poderia correr se o martelo se desviasse; esta impressão é nula, ou antes ela se desfaz diante da impressão profunda de horror que se experimenta ao contemplar a criatura de Deus num tal rebaixamento.(2)

215 ▲

Depois é a dimensão do espetáculo público; segunda a Gazette dês tribunaux(3), mais de 100.000 pessoas vêem a cadeia partir de Paris a 19 de julho: "A descida da Courtille ao Mardi Gras..." A ordem e a riqueza vêm ver passar de longe a grande tribo nómade acorrentada, essa outra espécie, a "raça diferente que tem o privilégio de povoar os campos

inclinar-se cada vez mais para o roubo fácil e tornar-se em parte coisa de marginais, isolados no meio de uma população que lhes era hostil - pudemos assistir, nos últimos anos do século XVIII, à reconstituição de certos laços ou ao estabelecimento de novas relações; não, como diziam os contemporâneos, que os líderes da agitação popular tivessem sido criminosos, mas porque as novas formas do direito, os rigores da regulamentação, as exigências ou do Estado, ou dos proprietários, ou dos empregadores, e as técnicas mais cerradas de vigilância, multiplicavam as ocasiões de delito, e faziam se bandear para o outro lado da lei muitos indivíduos que, em outras condições, não teriam passado para a criminalidade especializada; foi tendo por fundo as novas leis sobre a propriedade, tendo também por fundo o recrutamento recusado, que uma ilegalidade camponesa se desenvolveu nos últimos anos da Revolução, multiplicando as violências, as agressões, os roubos, as pilhagens, e até as grandes formas de "banditismo político"; foi também tendo por fundo uma legislação ou regulamento muito pesados (referentes ao certificado de reservista, aos aluguéis, aos horários, às ausências) que se desenvolveu uma vagabundagem operária que muitas vezes ia de par com a estrita delinqüência. Toda uma série de práticas ilegais que durante o

228 ▲

século anterior tinham tido tendência a se decantar e se isolar parecem agora reatar relações para formar uma nova ameaça.

Tríplice generalização das ilegalidades populares na passagem dos dois séculos (e fora mesmo de uma extensão quantitativa que é problemática e ainda fica por medir): trata-se de sua inserção num horizonte político geral; de sua articulação explícita sobre lutas sociais; da comunicação entre diferentes formas e níveis de infração. Esses processos não seguiram sem dúvida um desenvolvimento pleno; certamente não se formou no começo do século XIX uma ilegalidade maciça, ao mesmo tempo política e social. Mas em sua forma esboçada e apesar de sua dispersão foram suficientemente marcados para servir de suporte ao grande medo de uma plebe que se acredita toda em conjunto criminosa e sediciosa, ao mito da classe bárbara, imoral e fora da lei que, do império à monarquia de julho, está continuamente no discurso dos legisladores, dos filantropos, ou dos pesquisadores da vida operária. São processos que encontramos atrás de toda uma série de afirmações bem estranhas à teoria penal do século XVIII: que o crime não é uma virtualidade que o interesse ou as paixões introduziram no coração de todos os homens, mas que é coisa quase exclusiva de uma certa classe social; que os criminosos, que antigamente eram encontrados em todas as classes sociais, saem agora "quase todos da última fileira da ordem social"(36); "que nove décimos de matadores, de assassinos, de ladrões e de covardes procedem do que chamamos a base social"(37); que não é o crime que torna estranho à sociedade, mas antes que ele mesmo se deve ao fato de que se está na sociedade como um estranho, que se pertence àquela "raça abastarda" de que falava Target, àquela "classe degradada pela miséria cujos vícios se opõem como um obstáculo invencível às generosas intenções que querem combatê-la"(38); que nessas condições seria hipocrisia ou ingenuidade acreditar que a lei é feita para todo mundo em nome de todo mundo; que é mais prudente reconhecer que ela é feita para alguns e se aplica a outros; que em princípio ela obriga a todos os cidadãos, mas se dirige principalmente às classes mais numerosas e menos esclarecidas; que, ao contrário do que acontece com as leis políticas ou civis, sua aplicação não se refere a todos da mesma forma(39); que nos tribunais não é a sociedade inteira que julga um de seus membros, mas uma categoria social encarregada da ordem sanciona outra fadada à desordem:

Percorrei os locais onde se julga, se prende, se mata... Um fato nos chama a atenção sempre; em toda parte vedes duas classes bem distintas de homens, dos quais uns se encontram sempre nos assentos dos acusadores e dos juizes, e os outros nos bancos dos réus e dos acusados.

O que é explicado pelo fato de que os últimos, por falta de recursos e de educação, não sabem permanecer nos limites da probidade legal(40), tanto que a linguagem da lei que se pretende universal é, por isso mesmo, inadequada; ela deve ser, se é para ser eficaz, o discurso de uma classe a outra, que não tem nem as mesmas idéias que ela, nem as mesmas palavras:

229 ▲

Ora, com nossas línguas pudicas, desdenhosas, e embaraçadas com a etiqueta, será fácil fazer-se compreender por aqueles que nunca ouviram senão o dialeto rude, pobre, irregular, mas vivo, franco, pitoresco do mercado, dos cabarés e da feira... Que língua, que método seria preciso usar na redação das leis para agir de maneira eficaz sobre o espírito inculto dos que podem menos resistir às tentações do crime?(41)

A lei e a justiça não hesitam em proclamar sua necessária dissimetria de classe.

Se tal é a situação, a prisão, ao aparentemente "fracassar", não erra seu objetivo; ao contrário, ela o atinge na medida em que suscita no meio das outras uma forma particular de ilegalidade, que ela permite separar, pôr em plena luz e organizar como um meio relativamente fechado mas penetrável. Ela contribui para estabelecer uma ilegalidade, visível, marcada, irredutível a um certo nível e secretamente útil - rebelde e dócil ao mesmo tempo; ela desenha, isola e sublinha uma forma de ilegalidade que parece resumir simbolicamente todas as outras, mas que permite deixar na sombra as que se quer ou se deve tolerar. Essa forma é a delinqüência propriamente dita. Não devemos ver nesta a forma mais intensa e mais nociva da ilegalidade, aquela que o aparelho penal deve mesmo tentar reduzir pela prisão por causa do perigo que

Page: 121

Number: 1 Author: Daniel Subject: Comment on Text Date: 20/12/2015 12:59:46
T163 - Citação com aspas. [p. 56]

De acordo com essa perspectiva, a infância consiste em um transcendental, no sentido kantiano, ou seja, é condição de possibilidade do conhecimento e da experiência. E é o que torna possível a história:

> [...] é sobre esta diferença, sobre esta descontinuidade que encontra o seu fundamento a historicidade do ser humano. Somente porque existe uma infância do homem, somente porque a linguagem não se identifica com o humano e há uma diferença entre língua e discurso, entre semiótico e semântico, somente por isto existe história, somente por isto o homem é um ser histórico (id., p. 64).

É por esse motivo que a *in-fância* do homem não pode ser marcada pela descontinuidade postulada por Ariès. Afinal, ela é historicizante, mas não historicizável: "a origem de um tal 'ente' não pode ser *historicizada*, porque é ela mesma *historicizante*, é ela mesma a fundar a possibilidade de que exista algo como uma 'história'" (id., p. 61).

Um enfoque genealógico suspeita desses esforços em preservar fora da história as condições de possibilidade de uma experiência e "[...] reintroduz no devir tudo aquilo que se havia acreditado imortal no homem" (FOUCAULT, 2000a [1971], p. 271). Porém, não se trata, simplesmente, de criticar na concepção de infância construída por Agamben a ausência de limites espaço-temporais – *a priori* formais kantianos, que remetem a um sujeito transcendental (CAYGILL, 2000). As pesquisas arqueológicas de Foucault também assumem a distinção kantiana do transcendental[42]. Elas consistem em investigações das condições de possibilidade da formação de domínios específicos do saber (MACHADO, 1988). No entanto, o transcendental, em Foucault, é rigorosamente distinto do transcendente[43]. É imanente ao que condiciona. Assim, ao afirmar que as regras de construção dos discursos situam-se em um nível pré-discursivo, Foucault (2000b, p. 84) observa: "[...] com a condição de que se admita que esse pré-discursivo pertence, ainda, ao discursivo". E, ao propor uma analítica do poder, com o intuito de pensar as condições de possibilidade da constituição moderna do sujeito da sexualidade, salienta: "parece-me que se deve compreender o poder, primeiro, como a multiplicidade de correlações de força imanentes ao domínio onde se exercem e constitutivas de sua organização" (FOUCAULT, 2001c, p. 88)[44].

[42] Foucault (2004a [1984a], p. 234) sustenta que seu trabalho insereve-se no espaço de pensamento instaurado por Kant: "se Foucault está inscrito na tradição filosófica, é certamente na tradição *crítica* de Kant, e seria possível nomear sua obra *História crítica do pensamento*". Tal reconhecimento também aparece nos comentários de Foucault (1984, 2000a [1984]) ao artigo de Kant (1974) sobre o Iluminismo.

[43] Por transcendente, Foucault (2000a [1971]) compreende uma instância unitária e perene, construída pela historiografia de inspiração metafísica, a fim de elidir a fugacidade e dispersão dos acontecimentos.

[44] Nesse sentido, a disseminação das técnicas disciplinares, durante a Era Clássica, consiste na condição de possibilidade do estabelecimento da prisão como estratégia predominante de punição legal ao crime na Era Moderna (FOUCAULT, 1987).

Summary of Comments on 008_cp083382_anotado.pdf

Page: 44

Number: 1 Author: Daniel Subject: Highlight Date: 07/12/2015 01:22:08
Polissemia em nota de Rodapé sobre técnicas disciplinares da era clássica. [p. 44]

A passagem da oposição simples razão-desrazão para uma estrutura ternária – o homem, sua verdade, sua loucura – abre o espaço de uma interioridade. Entre a verdade alienada (loucura) e a verdade realizada (razão) constitui-se uma distância interior, que compete ao homem percorrer por meio de um trabalho moral. Em contrapartida, a oposição razão-desrazão acarreta um processo bem diferente: a exclusão social do sujeito desarrazoado.

Essa radical transformação nas formas de subjetivação é o que torna possível o aparecimento dos discursos psicológicos. Em tais discursos, as equivalências entre infantilidade e loucura são freqüentes e os movimentos pendulares de um sujeito entre a infância/loucura e a adultez/razão geralmente são descritos em termos de evolução/regressão e diagnosticados como saúde/patologia mental[69]. Nesse sentido, o evolucionismo psicológico cumpre a função de conferir cientificidade aos saberes psicopatológicos, tal como o modelo biológico-evolucionista para a historiografia (FOUCAULT, 2000a [1972]):

> *A origem das espécies* esteve, na metade do século XIX, no início de uma renovação considerável nas ciências do homem; ela provocou o abandono do "mito newtoniano" e assegurou sua substituição através de um "mito darwiniano", cujos temas imaginários ainda não desapareceram totalmente do horizonte dos psicólogos (FOUCAULT, 1999a [1957], p. 126).

Porém, esse evolucionismo também se refere à exigência de desenvolvimento moral, que incide sobre o sujeito psicológico. Em suas análises das instituições disciplinares, Foucault (1987, p. 145) assinala que as disciplinas instituem séries segmentarmente divididas, hierarquicamente definidas e orientadas para um ponto ideal: "os procedimentos disciplinares revelam um tempo linear cujos momentos se integram uns nos outros, e que se orienta para um ponto terminal e estável. Em suma, um tempo 'evolutivo'". Essa temporalidade evolutiva é um aspecto crucial da lógica disciplinar. Em seus pontos terminais, ela fixa normas de conduta, que orientam o trabalho moral de um sujeito[70].

Em DeMause, o sentido da evolução do sujeito psicológico não é linear, ou seja, não se trata de um desenvolvimento moral da criança ao adulto – aliás, da não razão à razão – que, mal orientado, implica a anormalidade. O processo evolutivo descrito pelo historiador norte-americano envolve a capacidade de retorno dos pais à idade psíquica dos

[69] Em *Os anormais*, Foucault propõe que a infantilização da conduta anormal, na segunda metade do século XIX, é a condição de possibilidade da disseminação social da psiquiatria.

[70] Sobre as relações entre o sujeito psicológico e o poder disciplinar, Foucault (1997a, p. 42-3) afirma: "o panoptismo, a disciplina e a normalização caracterizam esquematicamente essa nova investida do poder sobre os corpos, efetuada no século XIX. E o sujeito psicológico, tal como emerge nesse momento (dado a um conhecimento possível, suscetível de aprendizado, de formação e de adestramento, lugar eventual de desvios patológicos e de intervenções normalizadoras), é apenas o avesso desse processo de sujeição. O sujeito psicológico nasce no ponto de encontro do poder e do corpo: é o efeito de uma certa 'física política'".

Page: 64

Number: 1 Author: Daniel Subject: Highlight Date: 07/12/2015 01:28:11
Citação entre aspas em meio a parágrafo. [p. 136]

Corazza assinala que na Antigüidade há ao menos duas formas dos pais livrarem-se das crianças que não pretendem criar: o infanticídio e a exposição. A exposição consiste no ato de abandonar a criança em um local público, de modo a que ela possa, se a sorte lhe for favorável, ser recolhida pela caridade alheia. Enquanto no sistema infanticida operam apenas a mão que mata e a criança morta, na exposição entram (ou não) em cena outras forças, que podem ser de ordem filantrópica, mas que também podem ser cães famintos. A partir do Renascimento, a prática da exposição passa a ser problematizada, mas é no século XVIII que ela se constitui em uma questão de governo:

> Questão moral e biológica da raça, da espécie, do corpo social e do corpo de cada indivíduo, principalmente das mulheres e das crianças; questão ligada ao aumento e à necessidade de regular a população, de distribuir e agrupar os indivíduos nas cidades e vilas, de administrar os recursos na gestão econômica das riquezas (id, p. 62).

A partir dos séculos XVII e XVIII, algumas instituições caritativas passam a ocupar-se, especificamente, do problema das crianças expostas. Com o intuito de coibir a exposição indiscriminada, tais instituições estabelecem formas ordenadas de recolhimento e cuidado das crianças abandonadas. Um mecanismo específico, destinado a preservar a identidade dos expositores – e, dessa forma, a favorecer a centralização da exposição –, deu nome a essas instituições; a Roda:

> A Roda consistia em um cilindro de madeira, incrustado em uma parede de pedra, onde era preso por um eixo vertical que a fazia girar, com uma parte da superfície lateral aberta, por onde eram introduzidas as crianças. Tal dispositivo permitia que, do lado de fora, pudesse ser colocada a exposta e, após um giro, esta passasse para dentro do estabelecimento, sem um contato direto entre quem estivesse em seu interior com quem estivesse no exterior, de modo que tanto o depositário quanto o recebedor não pudessem ver-se reciprocamente. Puxava-se então uma corda com uma sineta, para avisar a vigilante, ou "Rodeira", que uma exposta acabava de ser deixada, e o expositor retirava-se do local, sem ser identificado (id, p. 70).

Por meio dessas Casas da Roda, as crianças abandonadas escapam das formas caóticas da exposição tradicional, mas imediatamente ingressam em uma nova racionalidade, de tipo disciplinar (FOUCAULT, 1987). Se, por um lado, os feixes de luz desse dispositivo ocultam aquele que expõe, por outro, submetem a criança a um regime de visibilidade panóptica. A partir de seu recolhimento, a exposta é individualizada, mediante uma atribuição numérica e um sistema de registros; seu cotidiano – sono, alimentação, saúde, vestuário e afazeres – é minuciosamente codificado; seu destino – onde e com quem deve ficar e até que idade; como viabilizar seu reconhecimento, caso venham buscá-la; que formas de

Page: 100

Number: 1 Author: Daniel Subject: Highlight Date: 07/12/2015 01:32:30
Polissemia sobre a racionalidade disciplinar.

Page: 111

Number: 1 Author: Daniel Subject: Highlight Date: 07/12/2015 01:33:35
Polissemia sobre o cunho disciplinar e práticas discursivas.

4. O ADVENTO DE UMA RACIONALIDADE INFANTILIZANTE

4.1. A INSTAURAÇÃO DA ESCOLA MODERNA

Talvez Kohan (2003) leia os diálogos platônicos com as lentes do arquivo da Modernidade, pois é nessa trama discursiva que os enunciados infância, adultez e educação encontram o solo de sua existência. É no momento em que a sociabilidade tradicional perde sua antiga familiaridade e seu sistema de aprendizagem, que implica a mistura das idades, torna-se alvo de intensa problematização, que se formam os discursos moralizadores e as instituições disciplinares que constituem infância e adultez como enunciados distintos, ainda que em pressuposição recíproca. Mediante um golpe de força, as nascentes sociedades modernas distinguem e separam adultos e crianças – e, ato contínuo, enclausuram os infantis: "a escola moderna opera, pois, a partir de uma espécie de violência primal: irrompe dividindo as idades e especificando saberes, experiências e aprendizagens para cada uma delas" (NARODOWSKI, 1994, p. 57). E tal gesto é constitutivo do modo de ser infantil: "[...] a ser criança se aprende e, sobretudo, se aprende na escola" (id., p. 59). Em suma, a escola moderna infantiliza.

E esse processo é o *a priori* histórico da emergência de um saber com pretensão de cientificidade: a pedagogia. O que nós, modernos, denominamos educação – e, em uma ilusão retrospectiva, projetamos sobre outras culturas – tem como matriz um feixe de práticas discursivas e não discursivas de cunho disciplinar (FOUCAULT, 1987), dotado de grande poder normativo e constituinte do objeto sobre o qual opera: a infância. Gradativamente, o núcleo pedagógico-escolar da educação coloniza distintas instituições sociais e estabelece os parâmetros para a criação familiar da criança normal e para o tratamento clínico da anormal: pediatria, psicopedagogia e psiquiatria infantil, dentre outros saberes de normalização da infância.

Narodowski (1994) sustenta que a infância é, simultaneamente, o ponto de partida e de chegada da produção pedagógica, a condição *sine qua non* de sua existência. No entanto, observa que os historiadores da educação costumam abstrair a historicidade da infância, considerando-a uma experiência universal, a partir da qual os discursos pedagógicos conformam seu objeto singular – o aluno: "a pedagogia elabora uma analítica da infância em situação escolar" (id., p. 25). Desde essa perspectiva, existe a infância em geral, objeto dado a

> [...] registros dos costumes da aprendizagem, ainda muito influenciados pelos hábitos de uma época em que não se dosava a matéria transmitida às crianças, e em que estas eram logo completamente mergulhadas na sociedade: tudo lhes era dado desde o início. As crianças misturavam-se imediatamente aos adultos (id., p. 248).

A puerilidade a que se refere Erasmo é uma etapa da vida no sentido tradicional, visto que não opera separações importantes no convívio social. *A civilidade pueril*, ainda que se dirija a um público que denominamos adulto, com o intuito de promover o refinamento do comportamento dos que estão deixando de ser o que nomeamos crianças, tem uma aplicação difusa, uma irradiação vaga, descontínua, incerta. Por um lado, almeja instalar nos pueris

> [...] controles minuciosos e ordenados sobre o corpo: controles que visam a obtenção de autocontroles; censuras internalizadas e automação de gestos para o convívio público, de tal maneira que se passa a ensaiar um roteiro supostamente universal de como se comportar (BOTO, 2002, p. 22).

Por outro, faltam-lhe os instrumentos coercitivos para impor esses controles; fundamentalmente, aqueles pelos quais os intelectuais renascentistas têm aversão e que se enfeixam na disciplina escolar.

Retomando a distinção proposta por Foucault (2001b), a moralidade intrínseca aos manuais de civilidade, ainda que rigorosa, faz um apelo muito mais estético – um convite sedutor aos plebeus para que incorporem alguns aspectos da sofisticação aristocrática –, do que promove a codificação das condutas. Se os tratados de civilidade têm um lugar na história da educação é porque os colégios jesuítas (ARIÈS, 1981; BOTO, 2002) e, posteriormente, pedagogos intimamente vinculados à instituição escolar – como Comenius e La Salle (NARODOWSKI, 1994) – integram suas prescrições em um regime de vigilância panóptica do aluno (FOUCAULT, 1987). Mas nesse preciso momento, transpõe-se o limiar do humanismo renascentista[101].

É nos colégios jesuítas do século XVI que irrompe o projeto educacional moderno. De acordo com Boto (2002, p. 26), o método de ensino organizado pela Companhia de Jesus estrutura-se "[...] com base nas idéias de exposição (*pre lectio*), exercício, repetição e disciplina". E, do esforço empreendido no sentido da construção de um plano de estudos

[101] Acerca dessa descontinuidade, Durkheim (*apud* BOTO, 2002, p. 23-4) observa: "entregue a si, o humanismo estava determinando um renascimento do espírito pagão; propuseram-se os jesuítas a torná-lo um instrumento da educação cristã. Para isso, porém, era-lhes preciso, numa certa medida, esvaziar as obras dos escritores antigos de seu conteúdo positivo; isto é, esvaziá-las de seu paganismo, para conservar apenas sua forma e animá-la com um espírito cristão". Penso que os jesuítas destroem não apenas o paganismo do humanismo renascentista, mas também sua ligação a uma estética da existência, decorrente de um retorno ao estoicismo e à problemática do governo de si (FOUCAULT, 2003 [1978a]).

Page: 114

Number: 1 Author: Daniel Subject: Highlight Date: 07/12/2015 01:34:44
Polissemia sobre vigilância panóptica.

> convém, de modo que lhe pareça mais haver merecido uma classe mais elevada do que achar-se abaixo daquela em que foi colocado. Na última classe, de regra, não admita rapazes já crescidos nem crianças muito novas, a menos que sejam notavelmente bem dotados, mesmo se os pais os houvessem enviado só para terem uma boa educação (*apud* BOTO, 2002, p. 30)[102].

No entanto, o procedimento disciplinar do exame, que combina vigilância hierárquica e sanção normalizadora (FOUCAULT, 1987), não se restringe ao momento do ingresso na escola, mas perpassa todo o funcionamento dos colégios da Companhia de Jesus e visa discernir os bons dos maus alunos: "os melhores são traçados e nomeados. Os ineptos serão corrigidos; e os incorrigíveis, serão eliminados" (BOTO, 2002, p. 31). E tal sistema de avaliação tem como marco de referência critérios meticulosamente definidos:

> *Obediência*: Obedeçam todos aos seus professores e, tanto nas aulas como em casa, observem com toda a diligência o método de estudo por eles prescrito. *Diligência*: Apliquem-se aos estudos com seriedade e constância; sejam assíduos em freqüentar cedo as aulas, e diligentes em ouvir e repetir as lições e dar conta dos outros exercícios. Se não houverem compreendido bem algum ponto ou sobre ele tiverem dúvida, consultem o Professor. *Tranqüilidade e silêncio*: Nas aulas não vão de um para outro lado; mas fique cada um no seu lugar, modesto e silencioso, atento a si e aos seus trabalhos. Sem licença do Professor não saiam da aula. Não estraguem nem manchem os bancos, a cátedra, as cadeiras, as paredes, portas e janelas ou outros lugares, com desenhos, ou escrituras, com canivete ou de outra maneira. *Fugir das más companhias*: Fujam das companhias más ou simplesmente suspeitas; tratem somente com aqueles cujo convívio e exemplo possa aproveitar no estudo e na virtude. *Livros de que se devem abster*. Abstenham-se completamente da leitura de livros perniciosos e inúteis. *Proibidos espetáculos e teatros*: Não vão a espetáculos públicos, comédias, nem a execução de condenados; e, sem licença dos Professores e do Prefeito de estudos, não representem nenhum papel em teatros de fora. *Piedade*: Esforcem-se por conservar a sinceridade e pureza da alma e obedecer com toda fidelidade à lei divina. Recomendem-se com freqüência e com fervor a Deus (ao Sagrado Coração de Jesus), à Santíssima Virgem e aos demais santos. Implorem muitas vezes a ajuda dos Santos Anjos, especialmente do Anjo da Guarda. Observem a modéstia sempre e em toda parte, mas principalmente na igreja e na aula (*apud* BOTO, 2002, p. 32).

O *Ratio Studiorum* consiste no grau zero da história da pedagogia, é saber pedagógico pré-conceitual, formado pelo fervilhar dos discursos diretamente implicados no fazer cotidiano da escola e anteriores a qualquer lapidação teórica. Como todo tratado pedagógico que se preze, orienta processos graduais de ensino e aprendizagem, prescreve conteúdos a serem ministrados, define as responsabilidades das autoridades competentes, fixa modos de avaliação dos alunos e estabelece um quadro de virtudes cognitivas, morais e

[102] Em relação à ausência de correspondência entre classe de aula e faixa etária nos primórdios da escolarização moderna, a que se referem também Ariès (1981) e Postman (2005), Varela e Alvarez-Uría (1991, p. 20) comentam o seguinte: "nos colégios dos jesuítas, por exemplo, no começo não funcionava a separação por idades: a entrada podia fazer-se desde os 6 até os 12 anos e era o nível de instrução, marcado sobretudo pelo nível de conhecimento do latim, o que servia para agrupar os pequenos e os maiores".

Page: 116

Number: 1 Author: daniel.santee Subject: Comentário do texto Date: 07/12/2015 12:19:08
Polissemia/cópia sobre a sanção normalizadora que se aproxima muito ao texto da obra trocando apenas "combina/combinando" [p. 160]

sociais, que serve como horizonte de todo o trabalho educacional. Sua condição de possibilidade é o ato moderno que discrimina e aparta adultos e crianças, confinando os infantis. Na Modernidade, a escola constitui-se como um espaço privilegiado, onde se exerce uma nova técnica de poder – as disciplinas – e produz-se uma nova forma do saber: "a escola torna-se o local de elaboração da pedagogia" (FOUCAULT, 1987, p. 166). E, sobretudo, no qual se delineia uma nova subjetividade: o sujeito de infância.

No que concerne aos modos de subjetivação que o projeto educacional moderno põe em movimento, pode-se afirmar que se organizam em estreitas margens de liberdade. A infância delineada no *Ratio Studiorum* tem de ser obediente, diligente, tranqüila, silenciosa, modesta, decente e piedosa. Sem dúvida, as técnicas disciplinares envolvem uma forte codificação da conduta. No entanto, não implicam o completo engessamento de suas formas de subjetivação, pois, como observa Foucault (2004a [1984c]), mesmo em moralidades cujos tentáculos quase sufocam as práticas de si, essas sempre encontram brechas para proliferar, ludibriando o assujeitamento, ainda que sejam constantemente reintegradas por ele, em uma agonística sem fim (DELEUZE, 1996). É por esse motivo que o enunciado infância consiste em uma dispersão, em uma multiplicidade irredutível a uma forma homogênea.

4.2. A INFÂNCIA COMENIANA

4.2.1. A Pedagogia Comeniana

Se, como sugere Kohan (2003), o vocábulo infância parece remontar à Roma republicana, tendo entrado, como vimos no próprio Kohan e em Ariès (1981), em distintas redes enunciativas – Roma imperial, Europa feudal, Modernidade –, remanejando em cada uma seu sentido de não falante; e se, como propõe esta tese, o aparecimento do enunciado infância – da injunção a que se enuncie a infância – é contemporâneo ao corte que instaura a escolarização moderna, talvez seja pertinente postular que o conceito infância principia a esboçar-se na pedagogia de Comenius.

Narodowski (1994, p. 44) observa que na *Didática magna* Comenius "[...] não se aprofunda nas qualidades intrínsecas ao ser infantil", pois nessa obra "[...] a infância não é objeto de uma reflexão explícita". Para a pedagogia comeniana, importa descrever a ordem perfeita – ao mesmo tempo natural e racional – dos processos de ensino e aprendizagem. Tal

Page: 117

Number: 1 Author: Daniel Subject: Highlight Date: 07/12/2015 01:38:19
Citação com aspas meio de parágrafo. [p. 155]

em uma instituição de confinamento, a fim de conduzi-la no caminho da salvação – não apenas sua, mas da própria espécie humana. Porém, preservar a inocência infantil talvez não seja o único objetivo do projeto de escolarização massiva, para o qual Comenius convoca os esforços de Estados, igrejas e particulares. Como se interroga Corazza (2002c, p. 147): "firmemente fundado na inocência e na superioridade do infantil, deslocadas dos Evangelistas, de qual categoria enunciativa Comenius retira a necessidade premente de educar todas as crianças pelo tempo inteiro de suas vidas?".

É ainda no âmbito do discurso cristão que se situa a resposta. Desde a perda do paraíso, a humanidade encontra-se em um mundo contaminado pelo pecado: "é preciso educar os humanos infantis, porque embora sejam, como todos, essencialmente bons, o mundo é mau e os tenta com seus perversos exemplos e corrupção crescente" (id., p. 147). É nesse contexto que Comenius (*apud* CORAZZA, 2002c, p. 148) cita Cícero: "[...] apenas somos dados à luz e começamos a ser educados, rebolamo-nos continuamente em toda a espécie de imundícies, de tal maneira que parece que, juntamente com o leite da ama, bebemos os erros". Filha das tentações da carne, a infância torna-se partícipe da culpabilidade adulta. A partir dessa operação discursiva, Corazza postula que a infância comeniana constitui-se pela sobreposição de dois enunciados: 1) o enunciado de sua pureza e inocência, modelo para os adultos; e 2) o enunciado de sua culpa herdada dos pais, motivo para sua salvação/educação.

Tal articulação discursiva inscreve-se nas novas técnicas de governo moral dos indivíduos e das populações, inspiradas no antigo poder pastoral (FOUCAULT, 2003 [1981]). É em torno da culpabilidade que se erige o projeto educacional moderno. Governa-se as crianças em instituições de confinamento, a fim de que não mais se misturem com a concupiscência dos adultos – pais e criados[108]. Mas também se governa os adultos, atribuindo à família a responsabilidade moral por seus filhos, o dever de criá-los de acordo com os valores cristãos, de transmitir bons exemplos a eles e de enviá-los para a escola:

> [...] a escola cristã não deve simplesmente formar crianças dóceis; deve também permitir vigiar os pais, informar-se de sua maneira de viver, seus recursos, sua piedade, seus costumes. A escola tende a constituir minúsculos observatórios sociais para penetrar até nos adultos e exercer sobre eles um controle regular: o mau comportamento de uma criança, ou sua ausência, é um pretexto legítimo [...] para se ir interrogar os vizinhos, principalmente se há razão para se pensar que a família não dirá a verdade; depois os próprios pais, para verificar se eles sabem o catecismo e as orações, se estão decididos a arrancar os vícios das crianças, quantas camas há e como eles se repartem nelas durante a noite; a visita termina eventualmente com

[108] "Ah! a temível promiscuidade dos criados – mesmo os piores adversários da escola reconheciam que este era um argumento poderoso em seu favor" (ARIÈS, 1981, p. 244).

Page: 121

Number: 1 Author: Daniel Subject: Highlight Date: 07/12/2015 10:25:58
Citação adentrada. Realiza interrupções com [...] para selecionar apenas os trechos que interessam - Retira "Segundo Demia" para dar impressão de que foi F. quem disse. (p. 174-5)

> Uma esmola, o presente de uma imagem, ou a doação de camas suplementares (FOUCAULT, 1987, p. 186).

Nesse sentido, se a inocência infantil é um modelo para os adultos é porque esses devem infantilizar-se perante uma forma de racionalidade estratégica, que determina que os homens sejam seres racionais. E se a infância é culpabilizada é para que empreenda o trabalho moral de constituir-se como sujeito racional. Tal é o horizonte da obra de Comenius (*apud* CORAZZA, 2002c, p. 147): "[...] todos aqueles que nasceram homens, nasceram para o mesmo fim principal, para serem homens, ou seja, criatura racional, senhora das outras criaturas, imagem verdadeira do seu Criador". Deus: racionalidade perfeita, da qual os humanos devem ser a imagem e semelhança.

E esse é o sistema de dispersão da infância comeniana: a racionalidade como imperativo moral, cuja aquisição progressiva se dá pela submissão duradoura a uma disciplina metódica. Nos primórdios da escolarização moderna, a infantilização ainda é um processo incipiente. No início do século XVII, quando Comenius elabora seu ideal pansófico – ensinar tudo a todos –, trata-se de promover a infância, de fazer com que os pequenos homens tornem-se alunos, a fim de criar as condições para que se construam como sujeitos infantis. Comenius não é apenas o arauto da escolarização, mas também o profeta da infantilização. *Mutatis mutandi*, toda a pedagogia da Era Clássica segue seus passos.

4.2.2. A Escola Lassalista

No final do século XVII, Jean Baptiste de La Salle organiza uma nova ordem religiosa católica – os Irmãos das Escolas Cristãs –, a qual "[...] produz um importante movimento escolar, tanto no plano da fundação de escolas como [...] no da geração de discurso pedagógico" (NARODOWSKI, 1994, p. 74). No que concerne à história da infância, a principal diferença entre a pedagogia comeniana e a lassalista gira em torno do problema da disciplina. Em Comenius (*apud* BOTO, 2002, p. 40), a disciplina é um aspecto fundamental do funcionamento escolar:

> Escola sem disciplina é como moinho sem água. Assim como o moinho pára quando lhe tiram a água, também a escola procede com lentidão se lhe for retirada a disciplina. Igualmente, na lavoura que não é mondada logo nascem entre as sementes cizânias danosíssimas, e a árvore que não é podada torna-se selvagem e gera gemas inúteis. No entanto, isso não significa que a escola deva ser cheia de gritos, pancadas, cóleras, mas sim de vigilância e atenção contínua dos docentes e dos alunos. Que outra coisa é a disciplina senão um método seguro para fazer que os alunos sejam realmente alunos?

Page: 122

Number: 1 Author: Daniel Subject: Highlight Date: 07/12/2015 10:26:24
Continuação da Citação adentrada. Realiza interrupções com [...] para selecionar apenas os trechos que interessam - Retira "Segundo Demia" para dar impressão de que foi F. quem disse. [p. 174-5]

vigilância de si próprio e elabore-se como sujeito de infância, isto é, assujeitado a uma racionalidade moral que lhe é estranha[109].

Se, por um lado, o aluno torna-se objeto de uma mirada onipresente nas escolas lassalistas, por outro, é emudecido pela mesma técnica que o penetra com o olhar. Nas palavras de La Salle (id., p. 115): "O silêncio é um dos principais meios para estabelecer e conservar a ordem nas escolas. Por isso, todos os mestres farão com que seja rigorosamente observado em sua respectiva aula, não tolerando que se fale sem sua licença". E tal emudecimento não se restringe à voz dos alunos, mas também inclui os demais ruídos do corpo: "La Salle estipula a necessidade de silêncio até nos passos que dão os alunos. Não se deve ouvir ruído algum, além da ordem do professor ou a leitura de uma criança" (NARODOWSKI, 1994, p. 116).

O apogeu dessa tática do silêncio é o método dos sinais. La Salle (*apud* FOUCAULT, 1987, p. 150) descreve o princípio que o organiza e seu modo de funcionamento:

> O primeiro e principal uso do sinal é atrair de uma só vez todos os olhares dos escolares para o mestre e fazê-los ficar atentos ao que ele lhes quer comunicar. Assim, toda vez que este quiser chamar a atenção das crianças e fazer parar qualquer exercício, baterá uma vez. Um bom escolar, toda vez que ouvir o ruído do sinal pensará ouvir a voz do mestre ou antes a voz de Deus mesmo que o chama pelo nome. Entrará então nos sentimentos do jovem Samuel, dizendo com ele no fundo de sua alma: Senhor, eis-me aqui. [...] Feita a oração, o mestre dará uma pancada de sinal [e], olhando a criança que quer mandar ler, lhe fará sinal de começar. Para fazer parar o que está lendo, dará uma pancada de sinal... Para fazer sinal ao que está lendo de se corrigir, quando pronunciou mal uma letra, uma sílaba ou uma palavra, dará duas pancadas sucessivamente e seguidas. Se após se ter corrigido, ele não recomeça na palavra que pronunciou mal, porque leu várias depois dela, o mestre dará três pancadas sucessivamente uma em seguida da outra para lhe fazer sinal de recuar de algumas palavras e continuará a fazer esse sinal, até o escolar chegar à sílaba ou à palavra que pronunciou mal.

No entanto, o aluno das escolas lassalistas não é apenas um objeto olhado e calado; ele também é registrado. A partir da observação constante, constróem-se descrições

[109] Embora *O panóptico*, de Jeremy Bentham (SILVA, 2000), tenha sido escrito várias décadas depois da obra de La Salle (NARODOWSKI, 1994), as técnicas panópticas de exercício do poder disciplinar disseminam-se nas sociedades européias ocidentais desde o início da Era Clássica (FOUCAULT, 1987). A originalidade de Bentham está em havê-las descrito sob a forma de uma utopia-programa: "[...] se a idéia do panopticon é anterior a Bentham, na verdade foi Bentham que realmente a formulou. E batizou. A própria palavra 'panopticon' é fundamental. Designa um princípio de conjunto. Sendo assim, Bentham não imaginou simplesmente uma figura arquitetural destinada a resolver um problema específico, como o da prisão, o da escola ou o dos hospitais. Ele anuncia uma verdadeira invenção que ele diz ser 'o ovo de Colombo'. E, na verdade, é aquilo que os médicos, os penalistas, os industriais, os educadores procuravam que Bentham lhes propõe: ele descobriu uma tecnologia de poder própria para resolver os problemas de vigilância" (FOUCAULT, 1995f, p. 211).

Page: 124

Number: 1 Author: Daniel Subject: Highlight Date: 07/12/2015 10:52:51
Citação adentrada corretamente atribui a La Salle utilizando "apud" [p. 140-1]

Number: 2 Author: Daniel Subject: Highlight Date: 07/12/2015 11:30:22
Polissemia em Nota de Rodapé tratando das técnicas panópticas.

exaustivas de seu comportamento: os catálogos escolares ou fichas pessoais. De acordo com La Salle (*apud* NARODOWSKI, 1994, p. 124-5), neles devem constar:

> [...] nome e sobrenome do aluno, tempo de freqüência escolar, lição e ordem da lição em que se encontra, o caráter de seu espírito, se é piedoso na igreja e durante as orações, se não tem algum vício, como o de mentir, jurar, furtar, o da impureza, gula, etc. Se tem boa vontade ou se é incorrigível; como é preciso proceder com ele, se as correções lhe são úteis ou não, se é assíduo em freqüentar a escola ou não, se as ausências foram numerosas ou raras, se foram justificadas ou não, com permissão ou sem ela; se foi exato em chegar no horário e antes que o professor, se é aplicado na aula e se o é espontaneamente; se não se deixa levar por conversas e brincadeiras, se aproveita o que lhe é ensinado, se é promovido regularmente, se permaneceu, em cada lição, somente pelo tempo previsto ou mais; neste caso, se por culpa própria ou por ter espírito lento; se sabe bem o catecismo e as orações ou as ignora; se é obediente na escola, se não tem caráter difícil, obstinado ou inclinado a resistir ao professor; se não é mimado pelos pais; se estes não aceitam o que o mestre corrige, se às vezes se queixam [...].

Vigiado, silenciado e anotado, o aluno lassalista também é falado. E isso de duas formas: 1) descrito pelos pais, especialmente no ato que transfere a autoridade familiar sobre os filhos para a escola:

> O Irmão Diretor não receberá nenhum aluno que não seja apresentado pelo pai ou a mãe ou a pessoa com a qual reside, ou parente de idade razoável, tendo certeza de que vem da parte dos pais. [O responsável pela admissão da criança deve perguntar] se já freqüentou a escola, por que razão a deixou [...] se é de bons costumes [...] se sofre de algum distúrbio ou enfermidade corporal [...] se não freqüenta companheiros libertinos [...]. Que não durma na cama do pai ou da mãe, nem de alguma de suas irmãs, nem de nenhuma outra pessoa de outro sexo (id., p. 129);

2) e enunciado também por si próprio, em circunstâncias rigorosamente delimitadas pelo mecanismo disciplinar do exame. Em conjunto, essas falas compõem a anamnese do aluno, instrumento indissociável de sua ficha escolar.

Esses procedimentos lassalistas conferem densidade à experiência da infância. Em Comenius, temos a infância como objeto do saber: uma representação, no sentido que lhe confere a episteme clássica de relação transparente entre as palavras e as coisas (FOUCAULT, 2002a); o ponto originário em uma série racional (NARODOWSKI, 1994). Com La Salle, os sujeitos infantis constituem-se – por efeitos de resistência (DELEUZE, 1996) – em redes panópticas de poder, as quais os viram pelo avesso, a fim de extrair um conhecimento a seu respeito; uma verdade, com a qual possam identificar-se (FOUCAULT, 1987; NARODOWSKI, 1994). Comenius pedagogiza a infância. La Salle a escolariza. Enunciam a infância desde lugares distintos, mas conduzem o mesmo processo de infantilização. Fundamentalmente, trata-se de os sujeitos infantis elaborarem-se como

Page: 125

Number: 1 Author: Daniel Subject: Highlight Date: 07/12/2015 11:39:26
Polissemia - a mesma realizada também em nota de rodapé na p. 124

Em contrapartida, na escola mútua o método pedagógico organiza-se em torno do monitor, o qual é convocado a assumir um papel protagonista no ensino de colegas menos avançados nos estudos, ao mesmo tempo em que dá continuidade a sua formação, freqüentemente com outros monitores. É essa alternância de funções entre o ensino e a aprendizagem o que confere aos métodos mútuos seu caráter de ruptura com a simultaneidade áulica. Entre o professor e os alunos iniciantes, encontram-se monitores dotados de autonomia suficiente para conduzir uma parte significativa do processo de escolarização. Ainda que seu poder docente seja subsidiário da autoridade do professor e que se restrinja à execução das atividades planejadas pelo mestre, os monitores consistem em uma peça decisiva na engrenagem da escola mútua.

Mas a que ordem de problemas vem responder a escola mútua? Samuel Bernard (*apud* FOUCAULT, 1987, p. 149), um dos entusiastas do método monitoreal, exalta sua eficácia: "uma escola de 360 crianças, o professor que quisesse instruir cada aluno por sua vez durante uma sessão de três horas só poderia dar meio minuto a cada um. Pelo novo método, todos os 360 alunos escrevem, lêem ou contam durante duas horas e meia cada um". Trata-se de um velho problema – maximizar a produtividade dos esforços docentes, por meio de um incremento na racionalidade do sistema –, mas em uma nova conjuntura. A queda da taxa de mortalidade infantil no século XVIII, o expressivo número de crianças pobres fora da escola, as exigências de formação de mão de obra para a incipiente organização fabril, a emancipação das ex-colônias européias na América e a dificuldade dos Estados nacionais em promover a escolarização massiva, dentre outros fatores, tornam premente a necessidade de expandir a oferta educacional.

No entanto, o projeto de elevar exponencialmente a absorção escolar sem precisar aumentar os recursos docentes disponíveis, após gerar uma forte empolgação inicial, em poucas décadas torna-se objeto de críticas ferozes e entra em declínio. Gradativamente, o uso de monitores reflui a sua condição anterior de tática pontual dos métodos simultâneos. De acordo com Narodowski (1994, p. 176), o fracasso da escola mútua decorre de que os resultados obtidos não correspondem ao proclamado incremento de eficiência: "as razões que aqui e ali se argúem para abolir o método onde antes ele havia sido instalado são, primordialmente, a lentidão na aprendizagem e a desordem que promovia". Fomentar a indisciplina; essa é a principal acusação que sofre o método monitoreal. Tal situação coloca um problema: a escola mútua, ao delegar aos monitores uma parcela do saber/poder docente, abala os alicerces disciplinares da educação?

Page: 128

Number: 1 Author: Daniel Subject: Highlight Date: 07/12/2015 11:44:35
Citação entre aspas com utilização correta de "apud" pois F. cita Samuel Bernard. [p. 140]

Em sua análise dos procedimentos disciplinares, Foucault (1987, p. 137) destaca o rigoroso quadriculamento do tempo vigente nesses colégios:

> No começo do século XIX, serão propostos para a escola mútua horários como o seguinte: 8,45 entrada do monitor, 8,52 chamada do monitor, 8,56 entrada das crianças e oração, 9 horas entrada nos bancos, 9,04 primeira lousa, 9,08 fim do ditado, 9,12 segunda lousa [...].

Tal organização temporal almeja extrair o máximo de produtividade dos alunos:

> [...] a escola mútua também foi disposta como um aparelho para intensificar a utilização do tempo; sua organização permitia desviar o caráter linear e sucessivo do ensino do mestre; regulava o contraponto de operações feitas, ao mesmo tempo, por diversos grupos de alunos sob a direção dos monitores e dos adjuntos, de maneira que cada instante que passava era povoado de atividades múltiplas, mas ordenadas; e por outro lado o ritmo imposto por sinais, apitos, comandos impunha a todos normas temporais que deviam ao mesmo tempo acelerar o processo de aprendizagem e ensinar a rapidez como uma virtude (id., p. 140).

E, desde a perspectiva da constituição das técnicas disciplinares, o método monitoreal não consiste em uma ruptura frente ao simultâneo, mas em seu aperfeiçoamento:

> Do século XVII até a introdução, no começo do XIX, do método Lancaster, o mecanismo complexo da escola mútua se construirá uma engrenagem depois da outra: confiaram-se primeiro aos alunos mais velhos tarefas de simples fiscalização, depois de controle do trabalho, em seguida, de ensino; e então no fim das contas, todo o tempo de todos os alunos estava ocupado seja ensinando seja aprendendo. A escola torna-se um aparelho de aprender onde cada aluno, cada nível e cada momento, se estão combinados como deve ser, são permanentemente utilizados no processo geral de ensino (id., p. 149).

Narodowski (1994, p. 145-6) realça o panoptismo da escola mútua:

> Enquanto na pedagogia dos séculos XVII e XVIII [...] o modelo panóptico começava a construir-se, o projeto de instrução monitoreal leva os postulados de J. Bentham a limites até então inexplorados pelo discurso pedagógico.

E a fronteira que tal método transpõe é, precisamente, aquela rigorosamente preservada pelos modelos calcados na simultaneidade: a que elabora os alunos como objetos de uma mirada homogeneizante. Na escola mútua, todos olham e, simultaneamente, são olhados. Os corpos infantis são cindidos e feitos, ao mesmo tempo, sujeito e objeto de vigilância.

Em tal modalidade de panoptismo, a obsessão pelo silêncio culmina em um sistema de sinais ainda mais meticuloso. No livro de Madame Quignon (*apud* NARODOWSKI, 1994, p. 153-4), *Manual para as escolas elementares de meninas, ou*

Page: 129

Number: 1 Author: Daniel Subject: Highlight Date: 07/12/2015 11:50:39
Citação com adentramento [p. 127]

Number: 2 Author: Daniel Subject: Highlight Date: 07/12/2015 11:53:37
Citação adentrada [p. 131]

Number: 3 Author: Daniel Subject: Highlight Date: 07/12/2015 11:55:17
T008 - Citação adentrada [p. 139-40]

que lança mão de técnicas de revelação de si – para si próprio e para o outro –, de decifração do pensamento e de purificação da alma. E implica não apenas a renúncia a si próprio – na medida em que a carne é constitutiva desse sujeito –, em prol da elevação espiritual, como a renúncia ao governo de si, pois a relação do monge com seu diretor espiritual é de estrita obediência.

A fim de purgar sua experiência religiosa, os reformadores do cristianismo adotam a vida monástica como modelo ético. No entanto, introduzem uma diferença crucial. Ser monge consiste na escolha de uma minoria, a qual almeja afastar-se de sua coletividade, com o intuito de conduzir-se de um modo mais santo (ORTEGA, 1999). Em contrapartida, nas escolas cristãs – freqüentemente situadas junto aos seminários (FOUCAULT, 2002b) – tal orientação ética é a imposição de uma minoria a todos, que devem levar uma existência sem pecado. Fruto da confluência de duas moralidades que se fundam em práticas de liberdade – a vida monástica e a civilidade humanista –, a civilidade cristã constitui-se como um código moral autoritário e universalizante. Não por acaso, a proliferação das escolas modernas – e, por meio delas, da civilidade cristã – é contemporânea da disseminação das técnicas disciplinares de exercício do poder (FOUCAULT, 1987).

Porém, a civilidade, ao passar de humanista a cristã, não muda apenas no sentido de pender das artes da existência para uma codificação das condutas. No que concerne à parte de si próprio à qual um sujeito deve elaborar, a mudança também é significativa. Na civilidade humanista, um sujeito é incitado a lapidar os resíduos de camponês medieval que o habitam. E isso por meio de uma atribuição de sentido a seus gestos e movimentos e de uma modulação seletiva desses impulsos corpóreos. Na civilidade cristã, um sujeito tem de perscrutar sua alma, interrogando-se sobre o sentido oculto de seus sonhos, impressões, devaneios, lembranças, pensamentos e vontades. E, identificada sua origem pecaminosa, deve renunciar a esse fragmento de si mesmo. Na civilidade humanista, os outros são os iguais, com quem um sujeito compartilha esforços de criação de si. Na cristã, o outro é a autoridade que vigia e a quem um sujeito tem de confessar-se. Em uma, visa-se à constituição ético-estética de si. Em outra, salvar a alma do inferno. Na Modernidade, a moral constitui-se como um código, ao invés de uma ética, no momento em que o reformismo cristão captura a civilidade humanista e a impõe a todos, por meio da escolarização disciplinar[155].

[155] De acordo com Elias (1994), o controle social do comportamento torna-se um imperativo ao mesmo tempo em que se formam as monarquias absolutistas e se estabelecem hierarquias sociais mais rígidas, isto é, no século XVII.

Page: 176

Number: 1 Author: Daniel Subject: Highlight Date: 07/12/2015 11:56:36
Polissemia sobre Técnicas Disciplinares e exercício do poder.

O *a priori* histórico desses infantis auto-regulados – ou, mais precisamente, regulados em coletividades que tensionam as hierarquias disciplinares – é a infância que irrompe nas dobras do projeto freudiano de prevenção de neuroses, da qual tais subjetividades consistem em uma derivação, por certo desautorizada por Freud. Se, em suas múltiplas emergências – comeniana, rousseauniana, freudiana, dentre outras –, a infância parece manter vínculos indissociáveis com a educação disciplinar, tais infantis mostram que esses laços não são necessários, mas contingentes.

No que tange ao viés clínico do texto sobre educação das *Novas conferências introdutórias sobre psicanálise*, ele decorre da irredutibilidade do caráter disciplinar do processo educacional. Na medida em que educar implica, obrigatoriamente, suprimir impulsos poderosos, a análise das crianças visa auxiliá-las a incorporar a norma cultural de renúncia pulsional e a dos educadores almeja que sua intervenção produza o menor dano possível. Porém, a clínica também se faz presente como modelo epistêmico. Quando interdita aos educadores analíticos a crítica da ordem estabelecida, Freud (1996 [1933b], p. 148-9) argumenta nos seguintes termos:

> [...] não compete ao médico, que é chamado para tratar um caso de pneumonia, preocupar-se com coisas tais como, por exemplo, se o paciente é um homem honesto, um suicida, ou um criminoso, se merece continuar vivo ou se se deveria querer mantê-lo com vida. Esse outro objetivo que se deseja dar à educação também será um objetivo tendencioso, e não é da competência do analista decidir entre as partes.

2 isso porque a clínica, no registro dos saberes – assim como as disciplinas, no domínio dos poderes –, é constitutiva do indivíduo (FOUCAULT, 1987, 2004c).

Tal perspectiva clínica, que tem como referência o indivíduo, permeia as análises da cultura em *O mal-estar na civilização*. Assim, no que concerne ao processo civilizador Freud (1996 [1930], p. 118) o compara à evolução psíquica individual: "[...] o desenvolvimento da civilização constitui um processo especial, comparável à maturação normal do indivíduo [...]". No que diz respeito ao sistema de regras e valores morais de uma cultura, o psicanalista acrescenta:

> Pode-se afirmar que também a comunidade desenvolve um superego sob cuja influência se produz a evolução cultural. [...] O superego de uma época de civilização tem origem semelhante à do superego de um indivíduo. Ele se baseia na impressão deixada atrás de si pelas personalidades dos grandes líderes [...]. Outro ponto de concordância entre o superego cultural e o individual é que o primeiro, tal como o último, estabelece exigências ideais estritas, cuja desobediência é punida pelo 'medo da consciência' (id., p. 166-7).

Page: 223

Number: 1 Author: Daniel Subject: Highlight Date: 07/12/2015 12:17:17
Polissemia disciplinas e domínio dos poderes.

Number: 2 Author: Daniel Subject: Highlight Date: 07/12/2015 12:06:04
Polissemia sobre disciplinas e domínio dos poderes.

> tão-somente o conhecimento. É aí que, parece-me, o que chamei de "momento cartesiano" encontra seu lugar e sentido, sem que isto signifique que é de Descartes que se trata, que foi exatamente ele o inventor, o primeiro a realizar isto tudo.

É nesse cenário cartesiano que o sujeito da experiência é assujeitado ao epistêmico (AGAMBEN, 2005).

Na medida em que a loucura encontra-se inteiramente do lado da não razão, a Era Clássica reserva a ela procedimentos sumários de exclusão homogeneizante. Em contrapartida, uma vez que a infância situa-se nos níveis elementares de uma forma de racionalidade, tal época adota em relação a ela técnicas disciplinares de inclusão individualizante. Na Era Clássica, loucura e infância herdam, respectivamente, os lugares imaginários atribuídos pelas sociedades tradicionais à lepra e à peste, assim como os regimes de práticas com que tais males são combatidos:

> [1]e é verdade que a lepra suscitou modelos de exclusão que deram até um certo ponto o modelo e como que a forma geral do grande Fechamento, já a peste suscitou esquemas disciplinares. Mais que a divisão maciça e binária entre uns e outros, ela recorre a separações múltiplas, a distribuições individualizantes, a uma organização aprofundada das vigilâncias e dos controles, a uma intensificação e ramificação do poder. O leproso é visto dentro de uma prática da rejeição, do exílio-cerca; deixa-se que se perca lá dentro como numa massa que não tem muita importância diferenciar; os pestilentos são considerados num policiamento tático meticuloso onde as diferenciações individuais são os efeitos limitantes de um poder que se multiplica, se articula e se subdivide. O grande fechamento por um lado; o bom treinamento por outro. A lepra e sua divisão; a peste e seus recortes. Uma é marcada; a outra, analisada e repartida. O exílio do leproso e a prisão da peste não trazem consigo o mesmo sonho político. Um é o de uma comunidade pura, o outro, o de uma sociedade disciplinar (FOUCAULT, 1987, p. 175).

Na episteme clássica, as palavras e as coisas encaixam-se, por meio da representação. E isso porque o sujeito do conhecimento desse sistema de pensamento é ilimitado, isto é, o saber por ele produzido tende a desdobrar-se em quadros completos, em totalidades acabadas. Por esse motivo, o racionalismo clássico não se opõe a Deus, mas apóia-se nele: "para demonstrar que o conhecimento era um conhecimento fundado, em verdade, nas coisas do mundo, Descartes precisou afirmar a existência de Deus" (FOUCAULT, 2001d, p. 19). Na episteme moderna, o sujeito transcendental só pensa se tocado pelo sensível, o que consiste em um limite ao conhecimento – o qual pressupõe a morte de Deus.

Inspirada em *O futuro de uma ilusão*, de Freud, Corazza (2006) comenta que as subjetividades modernas ainda choram o pai morto e que, por esse motivo, erigem a infância como a nova ilusão que as consola. Desde essa perspectiva, a infância consiste em uma

Page: 233

Number: 1 Author: Daniel Subject: Highlight Date: 07/12/2015 12:08:11
Citação adentrada [p. 164]

Certeau (1994) acrescenta que essa atuação social sobre o corpo tanto se deu no âmbito do saber (ciência/razão) quanto no do direito (leis), ambos entendidos como instâncias modernas de poder. Para ele:

> Não há direito que não se inscreva sobre corpos. Ele domina o corpo. A própria idéia de um indivíduo isolável do grupo se instaurou com a necessidade, sentida pela justiça penal, de corpos que devem ser marcados por um castigo e, pelo direito matrimonial, de corpos que se devem marcar com um preço nas transações entre coletividades (op. cit., p. 231).

Esta mesma idéia é remetida igualmente pelo autor ao poder do saber, indicando que os corpos se fazem texto, marcados pela impressão simbólica e ambivalente da razão e da lei.

Foucault[1] utiliza o termo 'disciplinas' para designar os mecanismos normatizadores que a sociedade moderna institucionalizou, e que permitiram um controle minucioso tanto do corpo individual quanto do corpo social. Essas técnicas disciplinares utilizadas desde o século XVIII, por diversas instituições, atuaram sobre os indivíduos na tentativa de torná-los autocontrolados, obedientes e conformados aos preceitos sociais. A particularidade dessas técnicas residia no propósito velado de se tornarem invisíveis, repassando para o interior do indivíduo o imperativo de domínio. Conforme relata Foucault, o que ocorreu foi um "investimento político do corpo" ligado à sua utilização através de um saber que extrapolou as questões meramente funcionais e atuou no controle das capacidades humanas, forjando um ser dócil e obediente, porém forte e capaz fisicamente.

1.3. Os corpos no cotidiano: entrecruzamentos complexos

A escola, instituição importante na divulgação e propagação desses preceitos, serviu como local privilegiado para difundir - pela via também da Educação Física - essa ordem disciplinar que confere ao corpo um modelo comportamental e gestual padronizado e alinhado ao modelo capitalista/burguês.

Se nos reportarmos às origens históricas da escola moderna, verificaremos que seus objetivos possuíam estreitas vinculações ao modelo de organização econômica e social capitalista e ao liberalismo clássico. Patto (1999) indica três importantes vertentes que impulsionaram a política de sua criação ainda no século XIX, na Europa: a crença no poder da

[1] As obras aqui utilizadas foram: FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 1983. FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

Summary of Comments on 009_cp040852_anotado.pdf

Page: 27

Number: 1 Author: Daniel Subject: Highlight Date: 06/12/2015 18:47:43
Menciona V&P com a referência em Nota de Rodapé. Realiza um resumo do que entende que a obra transmite. Reconhece que F. trata de História.

Number: 2 Author: Daniel Subject: Highlight Date: 26/11/2015 08:49:26
A primeira vez que o título V&P é citado é em nota de rodapé.

e, que data do século XVIII, o qual oferece um cenário para o desenvolvimento de um tipo de subjetividade ancorada no detalhamento dos gestos e movimentos corporais como forma de atuação e limite do sujeito.

Compreender o sujeito que se forma como um sistema de múltiplas possibilidades dadas pela sua capacidade autopoiética, aliada à deriva estrutural e aos ruídos comunicacionais, exige resgatar algumas das possibilidades proporcionadas pelo contexto sociohistórico e cultural no qual ele se desenvolve. O percurso da gota d'água que se inicia com o seu nascimento tem pela frente uma montanha que, embora esteja em permanente transformação e oferecendo diversos e diferentes trajetos, possui especificidades anteriormente constituídas e que balizam a variabilidade de percursos possíveis. Assim como as possibilidades, muitos limites estão colocados pelo relevo, clima, inclinação e altitude da montanha.

Na construção do sujeito, o contexto social, político, histórico e cultural formalizam as balizas da montanha, denotando limites e possibilidades de percursos possíveis. Assim, discutir o investimento no corpo como forma de construção de uma determinada subjetividade que se iniciou a partir do século XVIII no mundo ocidental me parece fundamental para a compreensão das possibilidades e impossibilidades de percursos dos sujeitos inseridos nesse contexto.

5.1. Emergência do poder disciplinar: coação corporal autorizada X punição física repudiada

O momento histórico do nascimento desse investimento é o momento da emergência do modelo capitalista de organização social, política e econômica do mundo ocidental, cuja arte da dominação torna-se imperiosa e imprescindível. Porém, diferentemente da dominação exercida até o século XVII, a descoberta do corpo como objeto e alvo do poder origina uma forma de exercício do poder que utiliza técnicas de sujeição - denominadas 'disciplinas' por Foucault – não mais exclusivamente punitivas, mas engendradas numa mecânica de utilidade/docilidade com vistas à formação de sujeitos autocontrolados.

Foucault (2005) alerta para a relação de utilidade e obediência que se inaugura nesse momento. A ação do poder sobre o corpo não é simplesmente de sujeição, mas de economia eficiente. Há que se ter em vista que, no mundo capitalista, a função do tempo e do espaço

Page: 111

Number: 1 Author: Daniel Subject: Highlight Date: 21/12/2015 09:54:12
Polissemia - Faz um resumo de V&P em 3 parágrafos .

tomam dimensões econômicas. A eficácia dos movimentos significa maior produtividade, maior utilidade, maior exploração das forças. A sofisticação anatômica do detalhamento dos movimentos corporais eficazes para uma determinada ação explicita um aumento da necessidade da economia dos gestos. A relação cada vez mais eficiente entre tempo e movimento surge como uma exigência do modelo socioeconômico que desponta a partir do século XVIII, estabelecendo fundamentais modificações nas formas de dominação através do corpo.

Várias instituições tiveram primazia na disseminação dessa nova maquinaria do poder: os hospitais, os quartéis, as indústrias e as escolas. Em todas, entretanto, a utilização do tempo e do espaço na relação com o movimento corporal eficiente foi/é um procedimento freqüentemente usado, buscando tornar a vida cotidiana mecanicamente planejada; o tempo, esquadrinhado; o espaço, analiticamente definido.

Nos rituais do cotidiano escolar, é possível observarmos vários indícios dessa mecânica de poder. No entanto, as aulas de Educação Física possuem condições especialmente adequadas para deixar emergir com maior nitidez as ambigüidades próprias do controle corporal exercido pela escola. Por um lado, a natureza da atividade física e o espaço em que ela acontece oferecem maiores possibilidades de expansão corporal ao aluno, que, ao se sentir mais liberado da fiscalização escolar, sente-se autorizado a descumprir regras de aula; por outro, as disciplinas corporais impostas pela escola historicamente incitam a priorização, nas aulas de Educação Física, das práticas direcionadas ao adestramento e à docilidade corporal.

Um cenário comum do início das aulas de Educação Física escolar é o da chegada dos alunos desejosos por espaços livres e liberados de controle e autoridade. As famosas correrias para todos os lados, a intensa movimentação e as falas de todos ao mesmo tempo sugerem uma momentânea soltura de amarras, uma expansão da corporeidade, que, na maioria das vezes, fica proibida e reprimida no interior das salas de aula. Esse momento de aparente descontrole, a exemplo dos recreios, pode também oferecer indícios de faces ocultas dos sujeitos.

Foi exatamente num momento como esse que pudemos (eu e meus alunos-mestres) observar a instigante ambivalência presente na relação entre a escola e as crianças do CAIC - em especial, no que diz respeito ao valor dos conhecimentos que expressam em seus movimentos -, que, se por um lado, mantinham-se subalternizadas aos rígidos controles

Page: 112

Number: 1 Author: Daniel Subject: Highlight Date: 21/12/2015 09:54:01
Continuação da Polissemia - Faz um resumo de V&P em 3 parágrafos

corpo vai, assim, tornando-se alvo de estudos e cuidados, com vistas à sua utilização moralmente eficiente, disciplinada, controlada e racionalizada.

Desde a postura correta e ereta, passando pelos cuidados com a higiene pessoal, até o incentivo à prática regular de atividades físicas orientadas, o que se pode observar é que o corpo, da forma como nos vai mostrando Foucault, torna-se um alvo no qual o poder disciplinar atua incessantemente. Na escola, a Educação Física era sua principal aliada. Delimita-se, assim, a função original da Educação Física na escola: uma prática com objetivos disciplinadores/controladores do corpo, visando à formação de uma sociedade sadia e forte fisicamente, porém moralmente obediente, submissa e dominada. Como bem nos alerta Foucault, "[...] a exploração econômica separa a força e o produto do trabalho, digamos que a coerção disciplinar estabelece no corpo o elo coercitivo entre uma aptidão aumentada e uma dominação acentuada (2005:119)".

Sem inicialmente responsabilizar-se pela veiculação e propagação do que a escola considerava conhecimento, a Educação Física vai se estabelecendo como espaço privilegiado de disciplinarização, adestramento e treinamento dos gestos, movimentos e padrões corporais supostamente adequados ao bom desempenho escolar, social e moral das crianças e dos adolescentes.

As técnicas de aprendizagem de um determinado padrão de motricidade utilizadas durante muito tempo; a subserviência aos aparatos do poder disciplinar, especialmente aqueles transpostos arbitrariamente dos ambientes médicos e militares para o interior das escolas; a permissão de sua subalternização decorrente do binarismo milenar corpo/mente e a visão restrita e míope do corpo como um conjunto de ossos, músculos e órgãos vão apresentando um quadro complexo que, por um lado, reserva à Educação Física um lugar marginal e, por outro, central no ambiente escolar.

Marginal por permanecer como uma atividade/disciplina julgada sem importância enquanto espaço de construção de conhecimentos importantes à vida dos indivíduos; e central por caracterizar-se como um espaço privilegiado e necessário em que o poder disciplinar avança, imprimindo suas marcas nos 'corpossujeitos', sendo atenuada, muitas vezes, por traços lúdicos e prazerosos.

Ao aceitar o papel de marginal/central, a Educação Física vai, de certa forma, entrando num jogo de luz e sombra em que a visibilidade corporal fica a serviço de um poder que manipula mais do que auxilia os sujeitos em seus percursos escolares e de vida. Ao iluminar

Page: 117

Number: 1 Author: Daniel Subject: Highlight Date: 21/12/2015 09:52:41
Citação com aspas - Inicia o parágrafo falando sobre postura e cuidados e termina o parágrafo com citação. [p. 119]

classificasse-os a partir da medida hierárquica de maior ou menor proximidade com o padrão. Essas são ações que coagem sem necessariamente punir; normalizam sem reprimir; enquadram sem castigar; excluem sem homogeneizar.

Compreender as estratégias utilizadas por um poder que não tem face (FOUCAULT, 2005), mas que engendra suas teias na própria formação da subjetividade; que está em todos os lugares e em parte alguma; que invade não simplesmente os comportamentos dos sujeitos através de castigos, mas de suas vontades, de suas ambições, de seus desejos mais íntimos, primitivos e privados, parece-me fundamental para darmos conta de compreendermos a vigilância à qual todos estamos expostos e expomos os outros. No entanto, o caráter totalizador que muitas vezes damos a esse poder não nos auxilia a potencializar as condições e capacidades de resistência, criação, produção e socialização de conhecimentos que se viabilizam e se exibem, especialmente no cotidiano escolar.

Parece urgente, portanto, perceber que, por mais paradoxal que pareça, muitas vezes é através da corporeidade que as crianças articulam suas astúcias e suas táticas para livrarem-se da submissão a que estão expostas pelo poder disciplinar no ambiente escolar. Aos mapas fixados e determinados de ocupação e esquadrinhamento dos lugares, os sujeitos escolares respondem com a feitura de espaços inusitados e repletos de criatividade. Os movimentos das crianças do CAIC vão nos mostrando mais do que pujantes habilidades: resistência e criação ancoradas numa feitura própria dos lugares predeterminados. Transformando os lugares em espaços praticados, vão percorrendo, marcando e transformando os mapas escolares; inscrevendo, através da sua corporeidade, uma história que, embora possua um contexto sociocultural comum, possui igualmente a singularidade dos sujeitos e das redes criadas pelas relações que estabelecem.

É ainda Morin (1975:82) quem nos ajuda a compreender a função das transgressões e rebeldias juvenis, a partir de um núcleo cultural comum, como fontes de criação das variações e das novidades. Desde os hominídeos, a reprodução cultural se beneficiou das transgressões infanto-juvenis para operarem diversificações progressivas e regressivas na cultura. A alta complexidade do humano se relaciona diretamente ao grande tempo de exposição ao aprendizado cultural da infância e da juventude, o que indica um importante ponto de diferenciação entre o humano e os demais animais. Assim, apesar de todo o trabalho educativo de inserção em uma determinada cultura e do aprendizado dela, é típico e saudável apresentar comportamentos transgressores e rebeldes nessa fase da vida, embora não se tenha

Page: 122

Number: 1 Author: Daniel Subject: Highlight Date: 21/12/2015 09:53:32
Polissemia sobre subjetividade.

conta de produzir o brasileiro apto a atuar de forma competente na modernização necessária ao desenvolvimento do capitalismo, ou ainda, o Estado precisava administrar a vida da população brasileira de forma organizada pois, para alcançar o almejado progresso, era necessário transformar a realidade.

> O movimento típico do conhecimento científico moderno é prático, transformador de realidades. Conhecimento interventor e classificatório é verdade, mas com um sentido *construtivista*, de construção de realidades. A razão moderna não apenas explica a realidade; *modela-a*. Para isto intervém nela, ordena-a. Põe ordem na realidade, uma ordem especifica, com características próprias, identificáveis (LUZ, 1988, p. 4).

A partir dessas idéias, é deflagrado um movimento disciplinador da sociedade brasileira, tendo como alvo os corpos dos brasileiros educáveis, os corpos dóceis que precisavam ser modelados para tornarem-se úteis ao país. De acordo com Foucault (1998, p. 118), "é dócil todo corpo que pode ser submetido, que pode ser utilizado, que pode ser transformado e aperfeiçoado". Por meio da educação pretendia-se realizar essa tarefa. À escola estava sendo dedicada especial atenção, pois a ela era solicitada uma renovação; o ensino das primeiras letras não mais, mas, sim, uma escola onde seria constituído o "novo homem brasileiro", o sujeito dessa educação. Nessa perspectiva, uma mudança substancial começa a ser empreendida. A educação, que antes competia à família, passa para a tutela do Estado, que se empenha em exercer controle sobre o indivíduo, não o indivíduo-corpo, isolado, mas aquele que faz parte de um coletivo, "corpo múltiplo, corpo com inúmeras cabeças, se não infinito pelo menos numerável", a população (FOUCAULT, 2002, p. 292). É a educação como uma estratégia "biopolítica"[60].

A "biopolítica" constitui

> Uma tecnologia de poder que não exclui a primeira, que não exclui a técnica disciplinar, mas a embute, que a integra, que a modifica parcialmente e que, sobretudo, vai utilizá-la implantando-se de certo modo nela, e incrustando-se efetivamente graças a essa técnica disciplinar prévia. Essa nova técnica não suprime a técnica disciplinar simplesmente porque é de outro nível, está noutra

[60] O termo "biopolítica" ou "biopoder" é usado pela primeira vez por Michel Foucault na conferência "O nascimento da Medicina Social" realizada no Rio de Janeiro, em 1974, e, posteriormente, publicada por Roberto Machado no livro Microfísica do Poder, em 1979.

Summary of Comments on 020_cp118638_anotado.pdf

Page: 57

Number: 1 Author: Daniel Subject: Highlight Date: 07/12/2015 16:09:25
Citação com aspas em meio de parágrafo. Utiliza "de acordo com F." [p. 118]

O projeto arquitetônico do Centro Educacional Carneiro Ribeiro, elaborado pelos arquitetos Diógenes Rebouças, da Bahia, e Hélio Duarte, de São Paulo, foi previsto para atender, em sua capacidade máxima, um contingente de 4.000 alunos. O conjunto era formado por quatro escolas-classe, constituídas apenas de salas de aula, doze no mínimo, e cômodos para o professor, para receber 1000 alunos, cada uma, em dois turnos, cada um com 500 alunos, e uma escola-parque com salas de dança, música, teatro, educação artística, salas de desenho e artes industriais, biblioteca, museu, restaurante, dependências para a administração, ginásio de educação física, serviços gerais e residência ou internato para as crianças abandonadas. A escola-parque receberia os 4.000 alunos em dois turnos, 2.000 pela manhã e 2.000 pela tarde. A freqüência dos alunos a esses espaços ocorreria de forma alternada, ou seja, os grupos se revezariam, em turnos diferentes, de quatro horas cada, entre as escolas-classe e a escola-parque.

> A filosofia da escola visa a oferecer à criança um retrato da vida em sociedade, com as suas atividades diversificadas e o seu ritmo de "preparação" e "execução", dando-lhe as experiências de estudo e de ação responsáveis. Se na *escola-classe* predomina o sentido preparatório da escola, na *escola-parque*, nome que se conferiu ao conjunto de edifícios de atividades de trabalho, sociais, de educação física e de arte, predomina o sentido de atividade completa, com as suas fases de preparo e de consumação, devendo o aluno exercer em sua totalidade o senso de responsabilidade e ação prática, seja no trabalho, que não é um exercício, mas a fatura de algo completo e de valor utilitário, seja nos jogos e na recreação, seja nas atividades sociais, seja no teatro ou nas salas de música e dança, seja na biblioteca, que não é só de estudo mas de leitura e de fruição dos bens do espírito.
> Trata-se de escola destinada não somente a reproduzir a comunidade humana, mas de erguê-la a nível superior ao existente no país (TEIXEIRA, 1962, p. 25-26).

O modelo de escola proposto apresentava o espaço estruturado de acordo com as atividades que ali seriam realizadas, ou seja, buscava contemplar as finalidades do programa educacional. Além disso, o tipo de organização disciplinar[81] conferido ao espaço escolar possibilitava "a

[81] O conceito de disciplina utilizado neste trabalho é tomado de Foucault (1998, p. 177-178), [1]ntendendo-a, nessa perspectiva, como "um tipo de poder, uma modalidade para exercê-lo, que comporta todo um conjunto de instrumentos, de técnicas, de procedimentos, de níveis de aplicação, de alvos; ela é uma 'física' ou uma 'anatomia' do poder, uma tecnologia. E pode ficar a cargo seja de instituições 'especializadas' (...), seja de instituições que dela se servem como instrumento essencial para um fim determinado (as casas de educação, os hospitais), seja de instâncias preexistentes que nela encontram maneira de reforçar ou de reorganizar seus mecanismos internos de poder (...), seja de aparelhos que fizeram da disciplina seu princípio de funcionamento

Page: 91

Number: 1 Author: Daniel Subject: Highlight Date: 07/12/2015 16:34:17
Citação com aspas em nota de rodapé - Rodapé extendendo-se da página 91 à 92 para apresentar o conceito de disciplina. faz omissões devidamente marcadas com [...] [p. 177-8]

constituição de 'quadros vivos' que transformam as multidões confusas, inúteis ou perigosas em multiplicidades organizadas". Ou ainda, colocar os indivíduos em quadros, isto é, reparti-los de forma disciplinar, tinha por função "tratar a multiplicidade por si mesma, distribuí-la e dela tirar o maior número possível de efeitos" (FOUCAULT, 1998, p. 126-127).

> do bom emprego do corpo, que permite um bom emprego do tempo, nada deve ficar ocioso ou inútil: tudo deve ser chamado a formar o suporte do ato requerido. (...) Um corpo disciplinado é a base de um gesto eficiente (Idem, p. 130).

O ensino de saberes úteis à vida em sociedade; a realização de atividades diversificadas, em dois turnos de trabalho com os alunos/ indivíduos distribuídos em espaços apropriados; o desenvolvimento das aptidões individuais que esse tipo de organização podia proporcionar; o tempo, que funcionava como um dispositivo de vigilância, regendo o desempenho e qualificando o indivíduo em cada etapa do programa; uma operação contínua que compara cada um com todos, estabelecendo classificações, eis algumas características dessa espécie de laboratório de poder, uma "máquina de fazer experiências", induzir comportamentos, inventar o ideal. Nesse espaço arquitetural escolar, compartimentado, especializado, destinado a ensinar a viver, projetava-se "o fora" que se queria "dentro" do espaço escolar. Aquele aparato projetava o mecanismo de funcionamento da almejada sociedade urbano industrial, com a qual o país alcançaria patamares de desenvolvimento para a concretização do progresso alardeado desde a instalação do regime republicano. Ali seria produzido o "novo homem brasileiro" apto a estar e a fazer funcionar o mundo moderno.

> O controle social e econômico ocorre nas escolas não somente na forma de áreas de conhecimento que as escolas possuem ou nas tendências que encaminham – as regras e as rotinas para manter a ordem, o currículo (...) que reforça as normas de trabalho, obediência, pontualidade e assim por diante. O controle é exercido também através das formas de significado que a escola distribui. Isto é, o "*corpus* formal do conhecimento escolar" pode se tornar uma forma de controle social e econômico.
> As escolas não controlam apenas pessoas; elas também ajudam a controlar significados. Desde que preservam e distribuem o que é considerado como o "conhecimento legítimo" – o conhecimento que "todos devemos ter" –, as escolas conferem legitimação

terior (...), seja enfim de aparelhos estatais que têm por função não exclusiva, mas principalmente fazer reinar a disciplina na escala de uma sociedade (a polícia)".

Page: 92

Number: 1 Author: Daniel Subject: Highlight Date: 07/12/2015 16:43:27
Citação com aspas [p. 126-7]

Number: 2 Author: Daniel Subject: Highlight Date: 07/12/2015 16:45:00
Citação com aspas [p. 127]

Number: 3 Author: Daniel Subject: Highlight Date: 07/12/2015 16:48:13
Citação adentrada com omissão devidamente marcada com [...] [p. 130]

Number: 4 Author: Daniel Subject: Highlight Date: 07/12/2015 16:50:19
Citação adentrada - finalização da citação anterior marcada com [...] [p. 130]

Number: 5 Author: Daniel Subject: Highlight Date: 07/12/2015 16:37:42
Continuação da Citação com aspas em nota de rodapé - Rodapé exterdendo-se da página 91 à 92 para apresentar o conceito de disciplina. faz omissões devidamente marcadas com [...] [p. 177-8]

RESUMO

O presente trabalho focaliza a cultura escolar articulando as perspectivas institucional e cultural, as quais a configuram como realidade multidimensionada, dialética e em constante movimento. Fundamentou-se na produção existente no campo institucional, com base em Foucault (1979, 1987 e 1996), Castoriadis (1982) e Lourau (1996); no campo organizacional, com apoio em Ball (1996); no campo da teoria da cultura, cujos alicerces foram buscados em Williams (1979, 1982 e 2002), e no campo da cultura escolar, embasado em Viñao Frago (1995, 1998 e 2005). Foi, portanto, nosso objetivo a construção de referenciais que sustentassem o desvelamento da cultura escolar, o conhecimento e compreensão da cultura de escolas públicas de educação básica e a formulação de propostas voltadas a contribuir com a tematização e transformação da cultura existente, tornando-a mais próxima dos atuais desafios da educação contemporânea. A investigação desenvolveu-se numa perspectiva qualitativa e de estudos culturais, compreendendo pesquisa bibliográfica, observação participante, análise documental e entrevistas em duas escolas de ensino fundamental e médio da rede pública estadual, localizadas em Ponta Grossa, Paraná. A inserção nas escolas se deu em momentos coletivos como reuniões pedagógicas e conselhos de classe, e também no encaminhamento cotidiano do trabalho pedagógico, acompanhando especialmente os professores em hora-atividade e os diretores e pedagogos no exercício da gestão escolar. Além dos projetos pedagógicos das escolas e atas de conselho de classe, foram analisados também documentos políticos da Secretaria de Estado da Educação, voltados a orientar e institucionalizar o trabalho das instituições escolares. Quanto à metodologia para aproximação à cultura da escola, os pressupostos teóricos foram confrontados com as políticas a que se relacionavam e com a prática escolar, conforme sugere Viñao Frago (1995). Os dados coletados apontaram, inicialmente, a atuação instituinte das escolas face às políticas advindas do Estado, acatando-as parcialmente, atribuindo-lhes caráter formal, flexibilizando-as ou até mesmo negando-as. Diante delas, as escolas demonstraram criar mecanismos próprios para a gestão do trabalho pedagógico, desenvolvendo estilos particulares de se relacionar com os resultados educacionais e as questões cotidianas. Observamos que esses mecanismos têm levado as escolas a se manterem relativamente fechadas em relação ao contexto social e às mudanças que elas mesmas reconhecem necessárias em sua comunidade local, bem como a utilizarem estratégias para resolução de problemas e modalidades de comunicação que dificultam seu autoconhecimento, reflexão sobre sua prática e, conseqüentemente, transformação. Explica-**se, assim, a não consolidação dos movimentos instituintes "micro" e a manutenção da uma** tradição funcionalista e burocrática na gestão do trabalho pedagógico. Essa tradição assume uma posição ativa, ag**indo como uma espécie de "meso-micropolítica" da escola,** desencadeada quiçá para evitar mudanças e/ou para se proteger. Por fim, entendemos que as condições de trabalho e a cultura docente, a fixidez estrutural de elementos como o tempo e os espaços escolares, trazidas pelas políticas e naturalizadas pelas escolas, e a ausência de processos sólidos de formação continuada, capazes de fazer emergir os sentidos existentes e a epistemologia da prática escolar, são fatores fortemente impeditivos da transformação emancipatória da instituição escolar.

Palavras-chave: Escola. Instituição. Cultura escolar. Movimentos instituintes.

Summary of Comments on 029_cp060185_anotado.pdf

Page: 6

Number: 1 Author: Daniel Subject: Highlight Date: 06/12/2015 22:12:27
Refere-se a V&P por ano no resumo.

Disciplinas[9] são técnicas de regulação desenvolvidas no interior das instituições (entre as quais a escola) a fim de exercer o domínio sobre os sujeitos, de fabricá-los como homens autônomos e racionais (em congruência com o ideal do projeto de modernidade), governando-os em direção à obediência política e à docilidade para o trabalho (MARSHALL, 1993).

As disciplinas exercem um poder sobre os indivíduos e seus corpos que vai muito além da visão jurídica (e estreita) de poder. O poder de que se utilizam emana dos saberes que são construídos no interior da própria instituição, a partir das inter-relações lá efetivadas; emanam da prática, da experiência, da realidade institucional, sendo portanto históricos e a ela referentes.

O poder exercido pelas disciplinas não possui uma natureza exibicionista ou de ostentação; ao contrário, mostra-se sutil e quase imperceptível. Suas técnicas extrapolam em **muito a tradicional "repressão", podendo utilizar**-se de mecanismos como a aceitação, o consentimento, a vigilância, a normalização, a avaliação, a recompensa e, especialmente, o exame.

O exame é uma forma de operar, um esquema que busca, ao mesmo tempo, produzir saberes a fim de exercer poder e, por meio do poder, transmitir esses mesmos saberes. Informações sobre a realidade e os sujeitos são inquiridas, registradas, classificadas, analisadas e sancionadas, compondo um campo de saber. Segundo Foucault (1987, p. 166), por meio do exame,

> a escola torna-se uma espécie de aparelho de exame ininterrupto que acompanha em todo o seu comprimento a operação de ensino. Tratar-se-á cada vez menos daquelas justas em que os alunos defrontavam forças e cada vez mais de uma comparação perpétua de cada um com todos, que permite ao mesmo tempo medir e sancionar. [...] A escola torna-se o local de elaboração da pedagogia.

Os saberes que a técnica de exame produz convertem-se em fonte de poder, pois permitem manejar as disciplinas com maior respaldo e, conseqüentemente, sutileza, desencadeando processos que terminam por dominar os sujeitos. Segundo Marshall (1993, p.

[9] De acordo com Foucault (1987), na organização e funcionamento escolar, as disciplinas se fazem presentes por meio de práticas como o cerceamento, a definição precisa e a otimização dos espaços, o controle do tempo individual em relação ao tempo coletivo, visando, igualmente, a otimizá-lo através de uma relação direta e articulada com os corpos e destes entre si, a organização da aprendizagem através de seqüências analíticas e individualizadas, a serem detalhadamente examinadas e a valorização do indivíduo apenas na medida em que compõe um grupo [produtivo] em relação ao qual se ajusta combinando ações sob um comando preciso.

Page: 72

Number: 1 Author: Daniel Subject: Highlight Date: 06/12/2015 22:17:37
Citação adentrada - Utiliza "Segundo F." fragmenta o parágrafo com [..] [p.155]

Number: 2 Author: Daniel Subject: Highlight Date: 06/12/2015 22:22:37
Polissemia em Nota de Rodapé para se referir a como F. entende Disciplina em V&P. Emprega "De acordo com".

apoiar as instituições para que se percebam de dentro, fornecendo a elas instrumentos de análise, auxiliando-as a perceber a realidade e as temáticas institucionais, a analisar, enfim, a **construir um "sumário topológico e geológico da batalha" (FOUCAULT, 1979, p. 151).**

Ao valorizar os saberes locais, aqueles que se localizam nas relações sociais de poder na instituição, a genealogia está, na verdade, valorizando a prática. Trata-se de uma nova **racionalidade em termos de produção de conhecimento, que não pretende "reabilitar"** conhecimentos até então desconsiderados pela ciência acoplando-os ao discurso científico vigente, mas sim produzi-los a partir de sua própria racionalidade.

A superação da polarização entre teoria e prática, agora atribuindo aos saberes que circulam na prática também a condição de verdades, reflete o posicionamento que Foucault (1979; 1987) dá ao poder e sua relação direta e intensa com o saber.

Quando se aborda a instituição por meio de uma lógica descendente, pautada na racionalidade científica, o poder é entendido como uma categoria única, uma forma jurídica que está no Estado e dele decorre. É algo que, por cessão ou contrato, mostra-se possível de transferência, como que possuindo uma materialidade. No âmbito institucional, tal poder é dominado por aqueles que estão em posições ou papéis ligados a quem produz o conhecimento (os intelectuais universais, as universidades...) e/ou quem modera sua produção e dele se apropria (o Estado e aqueles a quem delega autoridade para exercer o governo; a economia).

Para Foucault (1979), o poder tem outra configuração. Ao defender a validade dos saberes que circulam na prática, o autor o posiciona como toda prática social e institucional que se organiza de tais saberes. Não é um mero exercício de repressão (embora ele não negue que muitos fenômenos se adaptam a ela), mas essencialmente um movimento que, permeando todas as relações sociais, produz saberes sobre os indivíduos e a realidade, capta-os por meio de disciplinas ou de outros mecanismos e, assim, os fabrica:

> Devemos de deixar de descrever sempre os efeitos de poder em termos negativos: ele «exclui», «reprime», «recalca», «censura», «abstrai», «mascara» e «esconde». Na verdade, o poder produz; ele produz realidade; produz campos de objetos e rituais da verdade. O indivíduo e o conhecimento que dele se pode ter se originam nessa produção. (FOUCAULT, 1987, p. 172).

Se o saber se origina das práticas relacionais da instituição, o poder que elas permitem exercer circula em cadeia, exerce-se em rede, pois os indivíduos também podem,

Page: 75

Number: 1 Author: Daniel Subject: Highlight Date: 06/12/2015 22:23:54
Polissemia de V&P com respeito a poder e saber.

Number: 2 Author: Daniel Subject: Highlight Date: 06/12/2015 22:37:17
Citação com adentramento para concluir um pensamento iniciado no parágrafo anterior. sutil alteração no texto, trocando "que" por "de" e acrescentando "e"[p. 151]

por meio das próprias disciplinas, fornecer saber e sofrer poder; extrair saber e exercer poder. Ao mesmo tempo em que gera saber para poder se exercer, o poder faz nascer saberes e contrapoderes:

> [...] forças que se formam a partir de uma multiplicidade organizada; [...] efeitos de contrapoder que dela [da disciplina] nascem e que formam resistência ao poder que quer dominá-la: agitações, revoltas, organizações espontâneas, conluios – tudo o que pode se originar das conjunções horizontais. (FOUCAULT, 1987, p. 193).

A esse respeito, Machado (1979, p. 12) assevera que, para Foucault "os poderes periféricos e moleculares não foram confiscados e absorvi**dos pelo aparelho de Estado", mas** fazem-se presentes nos sujeitos, devendo ser buscados nas redes e capilaridades da instituição, em seus formatos locais. Tais procedimentos levam a considerar o poder como uma espécie de força fluida e a defender a possibilidade de os indivíduos gozarem de certa independência e autonomia em relação ao que se passa em nível de Estado, já que os poderes não se localizam ora lá, ora nos sujeitos, mas em toda parte, através das práticas e das relações sociais. O poder é, nessa perspectiva, não um bem concreto que se dá ou troca; ele é um exercício, apresenta-se nas ações dos sujeitos e, por isso, em relações de políticas, de força e não de simples repressão, como normalmente se considera.

O poder funciona como uma prática política, uma guerra continuada por diferentes meios e ações que buscam impor, neutralizar e/ou suspender ações realizadas. Para tanto, é importante conhecer suas microtecnologias[11], os instrumentos materiais dos quais se mune, estudando-os por seu lado externo, pelas práticas reais que utiliza. Pouco adianta questionar como o soberano aparece no topo; importante é compreender como os súditos foram **constituídos súditos através de diferentes corpos, forças, energias e matérias: "Para mim, o** problema é evitar a questão – central para o direito – da soberania e da obediência dos indivíduos que lhe são submetidos – e fazer aparecer em seu lugar o problema da dominação e da sujeição**" (FOUCAULT, 1979, p. 182).**

A compreensão da mecânica do poder reafirma não apenas a validade como também a necessidade de uma análise ascendente da instituição, a fim de que se possa perceber como as trajetórias, histórias, táticas de poder local são subjugadas, apropriadas e transformadas por

[11] Segundo Hoskin (1993, **p. 36), as microtecnologias "reúnen el ejercicio del poder y la construcción del saber** en la organización del espacio y del tempo siguiendo líneas ordenadas, de manera que faciliten formas constantes de vigilancia y la puesta en acción de la evaluación y **el juicio".**

Page: 76

Number: 1 Author: Daniel Subject: Highlight Date: 06/12/2015 22:43:59
Citação com adentramento e reorganização do texto para caber no discurso. Não foi fiel às palavras da obra. Excluiu "própria constituição" [p. 181]

1. Por que Foucault?

É verdade que nos seus livros, Michel Foucault não se interessou explicitamente pela educação ou pela pedagogia, mas nos seus últimos cursos, recentemente publicados, e em algumas das suas últimas palestras e entrevistas, podemos descobrir um Foucault interessado nos problemas pedagógicos. No fim das contas, ele foi professor e, apesar da importância da sua produção bibliográfica, seu trabalho mais intenso e extenso (como se aprecia agora na publicação dos seus cursos) foi durante suas pesquisas e nas suas aulas como professor da Cátedra *História dos Sistemas de Pensamento* no *Collège de France*.

Em uma das suas últimas entrevistas, na Universidade de Vermont em 1982, e talvez contrariamente àquilo que se esperaria de um pensador crítico das formas de poder e os seus vínculos com formas de saber, Foucault declarava:

> Penso que a partir desse tema geral é preciso ser, ao mesmo tempo, extremadamente prudente e empírico. Nada prova, por exemplo, que na relação pedagógica – quer dizer, na relação de ensino, essa passagem que vai daquele que sabe mais àquele que sabe menos – a auto-gestão produza os melhores resultados; nada prova, pelo contrário, que isso não paralise as coisas (Foucault, 2004a, p. 223).

Em outra entrevista, pouco antes de morrer, Foucault voltava ao mesmo tema ao rejeitar a desqualificação das práticas pedagógicas por seu caráter de práticas de Saber–poder:

> Não vejo onde está o mal na prática de alguém que, num dado jogo de verdade, sabendo mais do que o outro, lhe diz o que é preciso fazer, ensina-lhe, transmite-lhe um saber, comunica-lhe técnicas; o problema é de preferência saber como será possível evitar nessas práticas – nas quais o poder não pode deixar de ser exercido e não é ruim em si mesmo – os efeitos de dominação que farão com que um garoto seja submetido à autoridade arbitrária de um professor primário; um estudante, à tutela de um professor autoritário etc. Acredito que é preciso colocar esse problema em termos de regras de direito, de técnicas racionais de governo e de *êthos*, de prática de si e de liberdade (Foucault, 2004b, p. 284).

Mas a vinculação de Foucault à educação parece ser muito mais forte que aquilo que pode derivar-se dos comentários dessas entrevistas. Segundo Hoskin (1994), todo o trabalho de Foucault teria uma chave educativa e, por isso, poder-se-ia considerar um *criptoeducador*. Para Hoskin, o hífen nas relações saber–poder que Foucault analisou, ou terceiro termo nessa relação, aquele que permite vincular ambos sem que um se reduza ao outro, são as práticas educacionais: práticas historicamente mutáveis, através das quais os homens aprendem a aprender. Seguindo as análises de Foucault em *As palavras e as coisas* e no *Nascimento da clínica*, Hoskin se pergunta como foi possível que determinados intelectuais – que foram

Summary of Comments on 032_cp116511_anotado.pdf

Page: 22

Number: 1 Author: Daniel Subject: Highlight Date: 13/12/2015 20:49:00
Discorre sobre Foucault e Educação

formados numa particular formação discursiva por **professores pertencentes a tal** 'episteme'– pudessem abandonar essas formas discursivas e inaugurar outras maneiras de pensar, aprender a aprender de uma maneira diferente daquela na qual eles tinham-se formado. A resposta estava, diz Hoskin, justamente na mudança das próprias práticas educativas que seriam esse hífen, essa dobradiça entre o saber e o poder, aquilo que permitiria uma outra forma de organização das relações saber–poder. Foi isso o que aconteceu com as práticas de exame no século XVIII: sua introdução nas práticas educativas, tanto nos hospitais como nas outras instituições disciplinares, permitiu que certas formas de poder se relacionassem com certas formas de saber e constituíssem outras relações saber–poder, outros saberes (como a medicina moderna e a pedagogia) e outras formas de poder (como a disciplina).

Da mesma forma, seria a introdução de determinadas mudanças nas práticas educativas que levaria, já no século XIX, à constituição de outros saberes como a biologia, a filologia e a **economia. Assim, enquanto o** 'seminário' como inovação pedagógica introduzida na universidade alemã estaria na base da constituição da filologia, o laboratório significou uma novidade na formação científica no contexto francês que levaria à formação da biologia e, finalmente, o ensino simultâneo, como inovação apropriada no Reino Unido, estaria vinculado à constituição da Economia (HOSKIN, 1993).

1. ideia de pensar as práticas educativas como a dobradiça entre poder e saber merece uma análise mais detalhada, em particular para ir além da superestimação de certas práticas pe**dagógicas como, por exemplo, o 'exame'** que Hoskin coloca como o elemento-chave não só nas análises foucaultianas de *Vigiar e Punir*, mas também nos seus trabalhos posteriores. Porém, retomo desse autor, embora – como se verá – em outro sentido, a sua ideia de que **aquilo que Foucault descobriu foi "algo muito simples (ainda raro):** o caráter central da **educação na construção da Modernidade" (**HOSKIN, 1994, p. 33).

No seu curso *Segurança, Território, População*, o professor Foucault assinala que o governamento das crianças foi um dos problemas fundamentais do século XVII (FOUCAULT, 2008a), problema que levou ao desenho de múltiplas propostas sobre a sua educação e instrução, física, moral e intelectual. Anos antes no seu curso *O poder psiquiátrico* (2005), Foucault havia mostrado que a disciplina, de fenômeno reduzido aos círculos monásticos, passou, pouco a pouco, desde o fim da Idade Média, a atingir outros setores da população: inicialmente, a juventude dos colégios, cuja disciplinarização levou a uma moralização e submissão daquela porção da população, até então mais ou menos livre. Mas foi nos seus cursos *O Governos dos vivos* e, principalmente, na *Hermenêutica do sujeito* (2002) que o problema pedagógico aparece mais ampla e nitidamente.

Page: 23

Number: 1 Author: Daniel Subject: Highlight Date: 13/12/2015 21:12:53
A explicação do porque o Exame é um dos capítulos mais citados.

Sem dúvida, dentre os livros de Foucault, *Vigiar e Punir* é aquele que mais influência tem exercido sobre as análises no campo da educação e da pedagogia. As elaborações em torno das disciplinas e do exame marcaram fortemente as interpretações sobre a escola, a pedagogia e a educação na Modernidade e, apesar das advertências do próprio Foucault sobre o caráter 'positivo' das relações de poder, poder-se-ia dizer que os estudos realizados sob a perspectiva daquele livro, pouco apostaram na transformação da tradicional imagem repressiva e autoritária outorgada à escola e à pedagogia, constituindo uma espécie de 'obstáculo epistemológico'[11]. Mas com a publicação dos seus cursos, essa situação está mudando, como se pode perceber nos trabalhos publicados nos últimos anos[12]. Nessa virada dos estudos sobre a escola, a educação e a pedagogia em chave foucaultiana, é possível perceber claramente um duplo deslocamento: 1) das já tradicionais análises disciplinares (cuja ênfase se colocava na domesticação e sujeição operada pela escola e justificada pela pedagogia) para a problematização da ética (constituição de si e subjetivação) e do governamento (de si e dos outros); e 2) da escola (como instituição a serviço das disciplinas) para a pedagogia (como conjunto de saberes e práticas relacionadas com o governamento de si e dos outros).

O principal resultado desse deslocamento é uma revitalização das elaborações pedagógicas que, diferentemente das análises anteriores, talvez muito mais centradas no problema da sujeição e da submissão e no papel 'domesticador' da pedagogia, agora salientam sua função na produção de 'formas de subjetivação', ora na Antiguidade, ora na Modernidade. E isso tem a ver, fundamentalmente, com a proximidade entre pedagogia e filosofia, entre cuidado de si e práticas pedagógicas, entre 'espiritualidade' (ascese) e acesso à verdade que mostra Foucault nos seus últimos trabalhos. É por estes motivos que as ferramentas foucaultianas resultam muito úteis e pertinentes para os propósitos desta pesquisa. Se Foucault foi ou não um *criptoeducador*, se seus trabalhos estiveram intimamente ligados com análises educacionais, não é esse o foco desta pesquisa. O que vale a pena salientar são as possibilidades que seu pensamento abre para aqueles interessados em pensar a nossa atualidade de um jeito diferente.

[11] Segundo Caruso (2005): "A difusão da obra de Foucault no campo da pedagogia, sob a profunda impressão causada pelas teses de *Vigiar e Punir*, não teve em conta os aspectos ligados à biopolitica e à governamentabilidade. A plasticidade dos exemplos selecionados por Foucault para descrever as técnicas disciplinares no ensino se converteu numa espécie de obstáculo epistemológico, e confinou à instituição moderna denominada 'escola' e à cena do ensino ligado ao método global ou frontal a ser consideradas meramente como criaturas do poder disciplinar" (p. 60).

[12] *Vide*, entre outros: Peters; Besley (2008), Popkewitz (2008), Peters (2006), Potte-Bonneville (2006), Gallo (2006), Caruso (2005), Runge (2005), Quiceno (2005), Ramos do Ó (2003), Hunter (1998).

Page: 24

Number: 1 Author: Daniel Subject: Highlight Date: 13/12/2015 21:18:46
Polissemia Vigiar e Punir na Educação

Number: 2 Author: Daniel Subject: Highlight Date: 14/12/2015 09:31:10
Polissemia em nota de rodapé sobre a relação de V&P com educação.

para que os outros se governem a si mesmos (e antes que educação, neste caso, falaríamos de *edução*, de cuidado de si ou de condução de si mesmo).

No contexto deste trabalho de pesquisa, considera-se o fato de educar no sentido de uma arte, a arte da educar; melhor seria dizer as artes de educar, pois não se trata de uma arte que tenha se desenvolvido homogeneamente ao longo da história ocidental. E educar no sentido das artes de educar não é uma atividade mais ou menos espontânea ou inconsciente; pelo contrário, trata-se de umas práticas refletidas, pensadas e mais ou menos sistematizadas, daí a arte pode ser entendida segundo o conceito grego de *techne*[23]. De maneira geral, e para efeitos das análises que serão desenvolvidas neste trabalho, agrupei tais práticas em duas categorias: práticas de ensino e práticas pedagógicas, cuja emergência remonta à Grécia clássica e às duas modalidades ou modos da Paidéia desenvolvidos nessa sociedade: o 'modo sofístico' e o 'modo socrático'. O primeiro levou à constituição de uma arte do ensino, onde a retórica e depois a dialética ocuparam lugar de destaque. O segundo constituiu uma 'arte da existência', ou 'exercícios espirituais' no dizer de Hadot (2006), e confunde-se com a Paidéia socrática e a psicagogia[24] cristã. Mas nem sempre funcionaram de maneira oposta ou separada; pelo contrário, particularmente durante a Idade Média, um e outro modo operaram conjuntamente no cristianismo quando a filosofia antiga passou a ser auxiliar da teologia (HADOT, 2006) e, assim, o 'modo sofístico' esteve vinculado ao ensino da doutrina enquanto os 'exercícios espirituais' (modo socrático) ligaram-se às práticas cristãs de vida.

Na Renascença e, particularmente desde o século XVII, o modo sofístico passou a ser predominante no momento em que a arte do ensino atravessa o limiar de discursividade ou positividade com a constituição da Didática e se formula, pela primeira vez, a ideia de 'ensinar tudo a todos'. A Didática inaugura a sociedade do ensino que coincide com aquela que Foucault designou como 'sociedade disciplinária', particularmente porque o ensino

[23] **"A palavra** *techne* tem em grego um raio de ação muito mais extenso que a nossa palavra *arte*. Designa toda profissão prática baseada em determinados conhecimentos especializados e, portanto, não só a pintura, a escultura, a arquitetura e a música, mas também, e com maior razão ainda, a medicina, a estratégia militar ou a arte da navegação. Aquela palavra significa que estas tarefas práticas ou estas atividades profissionais não correspondem à mera rotina, mais baseiam-se em regras gerais e conhecimentos sólidos; neste sentido, o grego *techne* corresponde freqüentemente, na terminologia filosófica de Platão e Aristóteles, à moderna palavra *teoria*, sobretudo nos passos em que se contrapõe à mera experiência. *Techne*, por sua vez, distingue-se, como teoria, da 'teoria' no sentido platônico da 'ciência pura', já que aquela teoria (a *techne*) é sempre concebida em função de **uma prática"** (JAEGER, 1995, p. 450).

[24] **"Se chamamos "pedagógica", portanto, esta relação que consiste em dotar um sujeito qualquer de uma série de aptidões previamente definidas, podemos, creio, chamar "psicagógica" a transmis**são de uma verdade que não tem por função dotar um sujeito qualquer de aptidões etc., mas modificar o modo de ser do sujeito a quem nos endereçamos. (FOUCAULT, 2006b, p.493).

Page: 44

Number: 1 Author: Daniel Subject: Highlight Date: 13/12/2015 23:05:42
Definição de F. de Pedagogia

no período e nas temáticas trabalhadas por ambos os pesquisadores, podem resultar complementares em alguns de seus aspectos. No campo da análise da constituição e desenvolvimento da escola moderna, Varela e Alvarez-Uría (1983, 1991, 1995) têm mostrado algumas das possibilidades da utilização das ferramentas e resultados desses dois autores.

No caso particular deste trabalho, considero úteis as contribuições de Elias para compreender aquilo que tenho denominado de 'sociedade educativa' e de *Homo educabilis*. Com já disse no primeiro capítulo, acredito que, desde a Modernidade clássica (século XVII) até hoje, assistimos a um processo de constituição de uma sociedade na qual ensinar e aprender foram atividades-chave para o governamento da população. Trata-se de um processo no qual é possível diferenciar, pelo menos, dois momentos particulares: um primeiro que tenho chamado de 'sociedade do ensino', constituído a partir dos séculos XVI e XVII e outro denominado, seguindo outros autores, 'sociedade da aprendizagem' cujo aparecimento aconteceu nos primórdios do século XX. Também nesse processo é possível identificar duas formas de ser do sujeito moderno, esse que Elias chama de *Homo clausus*: a primeira delas e que corresponde ao momento da 'sociedade do ensino' é a que denominei de *Homo docibilis*; a segunda forma, que corresponde **ao 'Estado educador' ou 'sociedade educadora'**, é a que nomeei de *Homo civilis*; e a terceira, vinculada à 'sociedade da aprendizagem' é a que nomeei de *Homo discentis*. Mas, de maneira geral, e desde a perspectiva aqui adotada, entendemos o *Homo clausus* de Elias como um *Homo educabilis*, isto é, como um sujeito definido por sua capacidade para ser instruído, educado, formado e por sua habilidade para aprender, características que não resultam incompatíveis com a capacidade de autocoação, autogovernamento e controle emocional que Elias encontra no indivíduo moderno; pelo contrário, são estas últimas fundamento (e resultado ao mesmo tempo) da instrução, educação, formação ou aprendizagem.

Em sentido geral, tanto no *Homo educabilis* quanto no *Homo clausus*:

> Tais controles individuais e automáticos, que têm sua origem na vida **comum, por exemplo, no "pensamento racional" ou a "consciência moral",** se intercalam de modo mais forte e firme que nunca entre os impulsos passionais e afetivos de um lado e os músculos do outro e impedem com sua maior força que os primeiros orientem os segundos, isto é, à ação, sem uma permissão dos aparatos de controle (ELIAS, 1989, p. 41).

Nos termos de Foucault, trata-se da constituição da 'alma' moderna pela ação de uma determinada tecnologia de poder sobre o corpo, daí que:

> Não se deveria dizer que a alma é uma ilusão, ou um efeito ideológico. Porém, sim que existe, que tem uma realidade, que está produzida

Page: 132

Number: 1 Author: Daniel Subject: Highlight Date: 14/12/2015 11:12:11
Citação adentrada utiliza [...] para indicar lacuna. Referencia obra em espanhol mas a citação é da tradução para o português. [p.28]

> permanentemente em torno, na superfície e no interior do corpo pelo funcionamento de um poder que se exerce sobre aqueles que se castiga, de uma maneira mais geral sobre aqueles que se vigia, se educa e corrige, sobre os loucos, as crianças, os colegiais, os colonizados, sobre aqueles que se sujeitam a um aparato de produção e se controla ao longo de toda a sua existência. Realidade histórica dessa alma, que à diferença da alma cristã, não nasce culpável e castigável, mas que nasce de procedimentos de castigo, de vigilância, de pena e de coação [...] Sobre essa realidade-referência se tem construído conceitos diversos e se tem delimitado campos de análise: psique, subjetividade, personalidade, consciência, etc.; sobre ela se tem edificado técnicas e discursos científicos; a partir dela, se tem dado validez às reivindicações morais do humanismo (FOUCAULT, 2001, p. 3).

Porém, as razões e os procedimentos para gerar os controles individuais são diferentes no caso do *Homo docibilis* e do *Homo discentis*, particularmente devido ao fato de que os saberes e práticas sobre os quais se constituíram não são os mesmos. A Didática e a *polícia* deram forma ao primeiro, enquanto a Psicopedagogia (francófona e anglo-saxônica), no desdobramento da governamentalidade liberal — como se mostrará em próximo capítulo — formou o segundo.

4.4.1. Docilidade e disciplina

A palavra dócil é derivada do termo latim *doceo* **que significa "fazer aprender, ensinar" (**MEILLET, 1951). Segundo o dicionário etimológico de Roquefort (1829), *docile* se refere à capacidade de receber instrução, mas também a quem é doce e obediente ou se deixa governar; *docilité* é a qualidade de voltar dócil, submisso ou próprio para ser instruído; também quer dizer disposição para a obediência. Erasmo e Vives já tinham explorado este conceito nos seus textos. O flamengo, no seu *De pueris statim ac liberaliter instituendis*, tinha assinalado que:

> Apenas existe disciplina para a qual o homem não nasça mais ou menos dócil, se se insiste nos seus preceitos e na sua prática [...]
> Para essas coisas pequenas [o hábito de boas obras nas crianças] tem docilidade maior a idade tenra que por sua própria natureza é flexível para qualquer posição, porque ainda não está afetada por aqueles vícios que se compraz em reproduzir se algum se lhe põe diante **[...]**
> Esse afã de mimetismo pode proporcionar a primeira conjectura do seu engenho e da sua docilidade. Assim que o homem nasce, tem atitude imediata para aprender moralidade. E logo que começarem a falar, já é hábil para aprender letras. A principal razão consiste em que possui docilidade (ERASMO, 1956c, p. 936).

Por sua parte, Vives, no seu *Tratado da alma*, também utiliza o termo no mesmo sentido de Erasmo:

Page: 133

Number: 1 Author: Daniel Subject: Highlight Date: 14/12/2015 11:11:33

Number: 2 Author: Daniel Subject: Highlight Date: 14/12/2015 11:12:55
Citação adentrada utiliza [...] para indicar lacuna. Referencia obra em espanhol mas a citação é da tradução para o português. [p. 28-9]

> ciência, pois esta aprende-se mal sem aquela" [2]. E Cícero escreveu: "A filosofia moral prepara os espíritos para receber a boa semente" [3] (COMENIUS, 2001 [1631], p. 80).

A docilidade implica, então, em submissão e obediência e estas devem ser adquiridas como parte de um processo de disciplinamento, cuja meta final é o domínio de si mesmo:

> Mas como as crianças não possuem (pelo menos não todas) um juízo sólido e racional, será de grande ajuda ensinar-lhes a fortaleza e o domínio de si, habituando-as a fazer mais a vontade dos outros que a sua, ou seja, a obedecer imediatamente aos superiores em todas as coisas (COMENIUS, 2002 [1631], p. 265).

Se a disciplina é, finalmente, um autocontrole, este só pode ser atingido como parte de um processo (educativo) que, por sua vez, tem alicerces na submissão e obediência, e estas duas não são simplesmente o efeito da repressão ou coerção dos adultos, mas sim, a condição para que a criança aprenda o domínio de si; isso significa que são condição para atingir o autocontrole e autogovernamento. No momento de obedecer ao adulto, a criança não só está submetendo-se; também e, principalmente, está adquirindo a fortaleza necessária para, mais tarde, governar-se, pois, como **afirma Comenius: "Para adquirir fortaleza é preciso vencer**-se a **si mesmo" (**COMENIUS, 2002 [1631], p. 265).

Foucault já tinha estabelecido essa relação entre disciplina, docilidade, utilidade e obediência em várias partes do seu livro *Vigiar e Punir*.

> A 1sses métodos que permitem o controle minucioso das operações do corpo, que garantem a sujeição constante das suas forças e lhes impõem uma relação de docilidade-utilidade, é o que se pode chamar de **"disciplinas"**.
> 2. momento histórico das disciplinas é o momento em que nasce uma arte do corpo humano, que não tende unicamente ao aumento das suas habilidades, nem tampouco a fazer mais pesada a sua sujeição, mas à formação de um vínculo que, no mesmo mecanismo, o faz tanto mais obediente quanto mais útil.
> 3. disciplina aumenta as forças do corpo (em termos econômicos de utilidade) e diminui essas mesmas forças (em termos políticos de obediência) (FOUCAULT, 2001, pp. 141-142).

Porém, são os estudos de Melton (2002) e Hunter (1998) os que oferecem uma visão detalhada do processo de constituição do indivíduo moderno a partir da análise do funcionamento da disciplina no processo de escolarização de amplas camadas da população européia, nos séculos XVII e XVIII. Eles salientam a importância da 'pedagogia cristã' nesse processo, cujo resultado apontava para a conformação de um sujeito capaz de se preocupar pela própria conduta, de exercer uma autocoação, de se 'autogovernar'. Uma das contribuições interessantes desses autores para a presente análise tem a ver com as antinomias

Page: 136

Number: 1 Author: Daniel Subject: Highlight Date: 14/12/2015 10:11:21
Citação adentrada com adequação do texto (acrescentou A) e deixou de usar [...] para indicar lacuna. [p.118]

Number: 2 Author: Daniel Subject: Highlight Date: 14/12/2015 10:13:25
Citação adentrada deixou de usar [...] para indicar lacuna. [p.119]

Number: 3 Author: Daniel Subject: Highlight Date: 14/12/2015 10:14:08
Citação adentrada deixou de usar [...] para indicar lacuna. [p. 119]

'estrutura pragmática' que o prefigurava e que estava presente na forma como os urbanistas tentam refletir e modificar o espaço urbano:

> O meio vai ser, portanto, aquilo em que se faz a circulação. O meio é um conjunto de dados naturais, rios, pântanos, morros, é um conjunto de dados artificiais, aglomeração de indivíduos, aglomeração de casas, etc. O meio é certo número de efeitos, que são efeitos de massa que agem sobre todos os que aí residem. É um elemento dentro do qual se faz um encadeamento circular dos efeitos e das causas, já que o que é efeito, de um lado, vai se tornar causa, do outro [...] O meio aparece como um campo de intervenção em que, em vez de atingir os indivíduos como um conjunto de sujeitos de direito capazes de ações voluntárias — o que acontecia no caso da soberania —, em vez de atingi-los como uma multiplicidade de organismos, de corpos capazes de desempenhos, e de desempenhos requeridos como na disciplina, vai-se procurar atingir, precisamente, uma população. (FOUCAULT, 2008a, p. 28).

Veremos que esse esquema técnico do meio será importante nas novas reflexões educativas: o meio será uma variável que incidirá na educação. Pode-se pensar, por exemplo, **que para Rousseau a cidade não era um bom 'meio' para educar, mas o campo sim. Um** último elemento a salientar é o problema da liberdade. No seu curso *Nascimento da biopolítica*, Foucault mostra como a liberdade ocupou lugar central na nova forma da razão governamental no século XVIII, mas com isso, o professor esclarece que não quer dizer que **entre os séculos XVIII e XIX a 'quantidade de liberdade' aumentou, pois quando fala em** liberdade não faz referência a um universal que apresentaria, através do tempo, uma consumação gradual ou variações quantitativas ou ainda, amputações mais ou menos graves: trata-se de uma particular relação entre governantes e governados, onde a prática governamental, antes que respeitar ou garantir determinada liberdade, precisa dela; isto é, uma prática governamental liberal é consumidora de liberdade, pois só pode funcionar se há, efetivamente, uma série de liberdades: liberdade de mercado, liberdade do vendedor e do comprador, liberdade de discussão, livre exercício do direito à propriedade, liberdade de expressão etc. Nesse sentido, diz Foucault que a nova razão governamental tem necessidade de liberdade, a nova arte governamental consome liberdade e, por isso, está obrigada a produzi-la (FOUCAULT, 2008b). A liberdade é, então, um produto das novas práticas **governamentais que Foucault chama de liberais: "O liberalismo não é o que aceita a liberdade.** O liberalismo é o que se propõe fabricá-la a cada instante, suscitá-la e produzi-**la [...]".** (FOUCAULT, 2008b, p. 88).

Todavia, a liberdade funciona paradoxalmente, pois ao mesmo tempo em que deve ser fabricada e consumida, dever ser, também regulada, controlada; quer dizer, a liberdade só

Page: 146

Number: 1 Author: Daniel Subject: Highlight Date: 13/12/2015 23:24:19

funciona no marco de uma série de coações e regulamentações e se recordará aqui que a produção dessa liberdade acontece na era das disciplinas, no marco da chamada sociedade disciplinar descrita pelo próprio Foucault em *Vigiar e Punir*. Esse paradoxo acontece porque as tecnologias de governamento não são como momentos ou etapas da evolução das práticas governamentais, onde o aparecimento de uma implica no apagamento da precedente. Elas coexistem e operam se articulando. Nesse sentido, devemos lembrar que:

> De sorte que as coisas não devem de forma nenhuma ser compreendidas como a substituição de uma sociedade de soberania por uma sociedade de disciplina, e mais tarde de uma sociedade de disciplina por uma sociedade, digamos, de governo. Temos, de fato, um triângulo — soberania, disciplina e gestão governamental —, uma gestão governamental cujo alvo principal é a população e cujos mecanismos essenciais são os dispositivos de segurança. (FOUCAULT, 2008a, p. 142).

5.2. O SURGIMENTO DA 'EDUCAÇÃO'

Ao contrário do que se possa pensar, o conceito de educação é relativamente recente na linguagem do saber pedagógico. Teve sua aparição no fim do século XVII e sua delimitação acontece nos séculos XVIII e XIX. Vários autores permitem corroborar essa asseveração. René Hubert, no seu *Tratado de Pedagogia Geral*, afirma o seguinte:

> Segundo o dicionário geral de Hatzfeld, Daimesteter e Thomas, [o termo *éducation*] não encontramo-lo na língua francesa antes de 1527. Está em todos os léxicos a partir de 1549, assim como no dicionário francês-latino de Robert Estienne, onde é relacionado com a alimentação[119]. Porém, ele só aparecera raramente nos textos. Além disso, etimologicamente não é mais que uma transcrição do latim, devido aos humanistas do Renascimento. O latim empregava a palavra correspondente sem deferência para o cultivo das plantas, o cuidado dos animais, a nutrição e a instituição dos seres humanos. Em 1649 [1694], a Academia Francesa não conhece ainda mais que a primeira acepção dessa palavra. Só entende a educação como a formação do espírito e do corpo, e a faz consistir na instrução[120]: **"o cuidado que se tem** com a instrução das crianças, seja no que se refere aos exercícios do espírito, **seja no que se refere aos exercícios do corpo" (**HUBERT, 1952, p. 13).

[119] **"**Educatio: *Nourrissier*. Educatrix. Educatrix, pen. prod. Verbale foem. gen. Colum. *Nourrisse*. Educatio, Verbale. Cic. *Nourriture, Education*. EDUCO educis, pen. prod. eduxi, eductum, educere. *Tirer ou Mener hors*. Colores educere. Catul. *Produire fleurs de diverses couleurs*. Educere cirneam vini. Plaut. *Tirer hors***"** (ESTIENNE, 1552, p. 453).

[120] **"**Education. s. f. Le soin qu'on prend de l'instruction des enfants, soit en ce qui regarde les exercices de l'esprit, soit en ce qui regarde les exercices du corps. *Bonne education. mauvaise education. l'education des enfants. prendre soin de l'education des enfants. il se sent bien de la bonne education qu'il a euë*. EFF**"**. (ACADÉMIE FRANÇAISE, 1694).

Page: 147

Number: 1 Author: Daniel Subject: Highlight Date: 13/12/2015 23:25:00
Polissemia sobre sociedade disciplinar.

Educação[131]. Dessa forma, a educação e seus desenvolvimentos — e já não só o ensino — estiveram no âmago dos discursos pedagógicos.

Voltando às palavras de Rousseau transcritas no início desta seção, devemos aceitar que ele tinha razão quando temia que o seu assunto permanecesse como novidade depois do seu livro, pois suas elaborações só serão plenamente desenvolvidas no fim do século XIX com as psicopedagogias francófona e anglo-saxônica. Em outras palavras, considero aqui que o *Emílio* **é como o esboço de um novo 'regime de veridição'**[132] no campo do saber pedagógico; esboço que só será plenamente atualizado e desenvolvido um século depois, com a constituição das psicopedagogias baseadas fundamentalmente na Biologia e na Psicologia **experimental. Nesse sentido, será preciso salientar que a constituição de um novo 'regime de veridição' não é assunto de um autor ou uma** obra em particular; ela implica em um processo anônimo que envolve (que cria) autores e obras, que funcionam como suas superfícies de emergência e desenvolvimento. O *Emílio* é essa primeira superfície de emergência de novos enunciados ou regras de verdade para o discurso pedagógico moderno liberal, que só até os **primórdios do século XX funcionará como um 'regime de veridição' propriamente dito.**

Interessante, também, é observar que esse novo pensamento aparece justamente no momento de expansão das disciplinas, no momento da consolidação da sociedade disciplinar (FOUCAULT, 2001), de tal forma que poderíamos dizer que é o próprio dispositivo disciplinar que, na sua atualização, produz uma nova disposição de saber/poder. O funcionamento social dos dispositivos, isso que chamaríamos da sua atualização social, constitui as condições de possibilidade para novos dispositivos e, por isso, os dispositivos não são estruturas fixas ou sólidas, mas disposições que mudam ao tempo em que se expandem. A mudança é imanente a **cada dispositivo. Assim, o 'dispositivo de soberania' em sua expansão social estabeleceu as condições para o aparecimento do 'dispositivo disciplinar' e a atualização deste produziu, por sua vez, condições para o novo 'dispositivo de seguridade', por isso** Foucault não fala em termos de apagamento ou abandono de um dispositivo por outro, mas de ênfases e articulações múltiplas e móveis ou de superposições entre uns e outros. Para o caso que

[131] **Em particular, como analisarei mais adiante, desde Herbart com sua proposta de uma "educação através do ensino"**, ainda que posteriores propostas tenham considerado a possibilidade de falar de uma Didática ou Teoria **da Formação humana no lugar da "pedagogia"** (*vide*, por exemplo, WILLMANN, 1948 [1882]), se tratava de uma recomposição da didática clássica que, sobre a base do conceito de *Bildung* (formação), estendeu o problema da erudição na direção da educação (*institutio*). Estes aspectos serão analisados com mais detalhe em próxima seção. De outro lado, a Didática continuou se desenvolvendo como campo específico de saber sobre os problemas do ensinar e aprender constituindo, por exemplo, uma Didática geral (*allgemeine Didaktik*) e específica (*Fachdidaktik*).

[132] **"[...] o regime de veridição não é uma certa lei da verdade, [mas sim] o conjunto das regras que permitem** estabelecer, a propósito de um discurso dado, quais enunciados poderão ser caracterizados, nele, como verdadeiros ou falsos", (FOUCAULT, 2008b, p.49).

Page: 157

Number: 1 Author: Daniel Subject: Highlight Date: 14/12/2015 11:15:21
Polissemia sobre saber/poder e dispositivo.

de nacionalidade (vide manifestações em épocas de Copa do Mundo). O futebol experimenta os atos de uma batalha, mas não é a guerra. Assim, destaco a visibilidade que permite ao futebol ser um dos espaços de maior ocupação do universo masculino. Se não estamos inseridos em alguma dessas posições do masculino (guerra, futebol, etc.), procuramos por outras inserções em numerosas e distintas imagens que criamos e emolduramos, imagens que compomos fisicamente, na imaginação – pintadas, esculpidas, fotografadas, impressas ou filmadas. Contudo, lembrando um pouco ainda o tema da guerra, não poderia deixar de mencionar a descrição que Foucault (1999) faz em *Vigiar e Punir* sobre o corpo do soldado no séc. XVIII. Ele salienta que

> De uma massa informe, de um corpo inapto, fez-se a máquina de que se precisa; corrigiram-se aos poucos as posturas; lentamente uma coação calculada percorre cada parte do corpo, se assenhoreia dele, dobra o conjunto, torna-o perpetuamente disponível, e se prolonga, em silêncio, no automatismo dos hábitos; em resumo, foi "expulso o camponês" e lhe foi dada a "fisionomia de soldado". (FOUCAULT, 1999, p.117)

A escrita de Foucault se faz atual se pensarmos que, mesmo distanciando-nos do corpo do soldado, tantas outras "massas informes" são fabricadas, recompõem-se de corpos adolescentes, adultos, femininos, masculinos. Seria importante ressaltar também que, juntamente com essas imagens, "novas identidades" são pregadas e anunciadas constantemente, no caso, sobre o que é ser homem[19] nos dias de hoje, sob os mais diversos aspectos – físico, moral e sensível. Para o sujeito do sexo masculino, segundo Nolasco, a masculinidade é mais que um termo identitário, "expressão de sua marca sexual. Ela representa um modo de inserção e reconhecimento, característica do vigor de organizações coletivas e desdobramento da rubrica alteritária" (NOLASCO, 2001, p.193).

cabeças decepados". Ver a propósito a reportagem *Killing Fields, versão Al-Sadar* em "Mídia sem máscara". Disponível em: http://midiasemmascara.org/artigo.php?sid=2571. Acesso em: 05 jul. 2005.

[19] Refiro-me à construção do "ser homem" e não "mulher", por ser este o objeto de estudo nesta tese.

Summary of Comments on 037_cp059644_anotado.pdf

Page: 41

Number: 1 Author: Daniel Subject: Highlight Date: 06/12/2015 21:13:12
Citação adentrada

comportamento de homens e de mulheres e mesmo a visão de feminilidade e, como nos interessa aqui de modo especial, de masculinidades.

Alguns autores, ao discutirem sobre masculinidades hoje, usam a expressão "crise da masculinidade", mas acredito ser mais apropriado pensar sobre uma "crise da subjetivação". Sobre esta última, Foucault já nos dizia:

> Deve-se, antes de mais nada, pensar numa crise do sujeito, ou melhor, da subjetivação: numa dificuldade na maneira pela qual o indivíduo pode se constituir enquanto sujeito moral de suas condutas, e nos esforços para encontrar na aplicação de si o que pode permitir-lhe sujeitar-se a regras e finalizar sua existência. (1999, p.101)

E pensar na existência de uma crise se subjetivação como proponho aqui se faz necessário compreender como fomos e ainda somos capturados em nossa história por determinados acontecimentos e práticas. Primeiro, entender aquilo que Foucault (1995) classifica como "práticas divisórias" em relação aos seus estudos sobre o sujeito e a objetivação do mesmo. As práticas divisórias se relacionam à divisão do sujeito no seu interior e em relação aos outros. E para Foucault este processo objetiva o sujeito. Tais práticas são apresentadas por ele através de alguns exemplos, entre eles, o doente e o sadio, o louco e o são e os bons meninos.

Seguindo os caminhos de Foucault, e trazendo-os para o campo dessa investigação, repito a pergunta[50] do autor, desta vez não me referindo à sanidade dos sujeitos, mas às masculinidades dos mesmos. Refazendo a pergunta de Foucault, é preciso investigar: o que significa na nossa sociedade uma masculinidade nomeada como a hegemônica? Segundo Foucault, existem três tipos de lutas:

[50] Por exemplo, para descobrir o que significa, na nossa sociedade, a sanidade, talvez devêssemos investigar o que ocorre no campo da insanidade; e o que se compreende por legalidade, no campo da ilegalidade. E, para compreender o que são as relações de poder, talvez devêssemos investigar as formas de resistência e as tentativas de dissociar estas relações (FOUCAULT, 1995, p. 234).

Page: 105

Number: 1 Author: Daniel Subject: Highlight Date: 06/12/2015 21:31:47
erroneamente atribuida a V&P sendo que é de fato de História da Sexualidade 3 que também aparece nas referências com o ano 1999.

- Mas nada, estou cansada do desrespeito de vocês! Menino, vocês tem que nos respeitar!

- Você fica! (colocando a mão no peito de um dos garotos).

- Mas eu sou testemunha dele...

- Que testemunha o quê?! Ele não precisa de testemunhas! Você fica! Eu já disse!

Entram todos e a porta do corredor, que dá acesso às três salas (coordenação, sala da orientadora educacional e uma sala maior, onde ficam os professores), se fecha.

No corredor externo, o corpo discente, que ficou de fora, comenta com a faxineira: - *Nem minha mãe fala assim comigo! A gente tem sangue na veia!* A funcionária faz um movimento afirmativo com a cabeça concordando com o comentário do menino.

Do lado de fora, a pesquisadora fica a assistir as imagens sem som através do vidro que faz a sala parecer um aquário. Na leitura dos corpos, ela tenta decifrar o que acontece lá dentro.

O corpo discente, que aparentava não mais do que dezesseis ou dezessete anos, é sentado em uma cadeira. Colocado no seu "devido" lugar, o corpo vai se encolhendo, perdendo sua vitalidade jovem como se fosse desaparecer, escorrer pela cadeira como uma pasta disforme que se vai dissolvendo em direção ao chão na medida em que o corpo docente (agora não mais tão passivos) e gestor crescem soberanos em força e poder, como gigantes, sobre o corpo de estudante acuado. Gestos impositivos, dedos em riste e expressões inaudíveis, mas visivelmente autoritárias, saíam de suas bocas enquanto as palavras de Foucault (1977) ressoavam no ouvido da pesquisadora dizendo-lhe que "o corpo está mergulhado num campo político onde as relações de poder têm alcance imediato sobre eles; elas o investem, o marcam, o dirigem, o suplicam..." (p.28)

Summary of Comments on 050_cp111614_anotado.pdf

Page: 38

Number: 1 Author: Daniel Subject: Highlight Date: 07/12/2015 19:11:31
Citação com aspas mas retira "também" e "diretamente". Provável erro de digitação supliciam no original e suplicam na tese. [p. 25]

Por essa citação, fica claro que a assunção da culpa por Pasolini é retórica. Na verdade, ele se coloca radicalmente contra o fascismo do consumo preparado pelos "pais" burgueses que abençoaram o regime de Mussolini. O ódio contra os filhos, que incide principalmente contra os jovens proletários, refere-se à revolta do escritor contra a incapacidade deles de enxergarem que o consumo lhes negaria a única riqueza que manteria sua capacidade de indignar-se: a diferença.

A versão de Pasolini é convincente, posto que o advento e a consolidação do capitalismo produziu um *modus vivendi* cujo bem supremo passaria a ser regido pelas razões do mercado, situando nossos conflitos na superfície das relações sociais, entre homens/mulheres. Estas mudanças seminais estariam criando um individualismo sem precedentes para a vida colocando-nos "em dívida" por nossa suposta passividade diante das distorções sociais.

Sob esta perspectiva, e amparado numa tradição conformista, o olhar reduz o espectro de visão e nos seduz a concordar com Pasolini. Diante deste mundo onde "fascismo está em todos nós, assombrando nossos espíritos e nossas condutas cotidianas" (FOUCAULT, 1977), alguém deve pagar a conta, e Pasolini parece saber quem.

Porém, se compartilharmos dos sentimentos de Pasolini corremos o risco de nos deter nas imagens de anjos imponentes e arcanjos mensageiros que transmitem a verdade e a vontade divina, ao invés de buscar na alegoria dos anjos de Benjamin a possibilidade das gerações futuras escaparem dos determinismos que lhes impõem as gerações passadas. Não podemos esquecer que para o filósofo alemão, a felicidade capaz de suscitar nossa inveja do futuro estaria justamente no ar que já respiramos do passado, ar que concede a cada geração uma força messiânica para a qual o passado dirige um apelo. (Tese II, 1994, p.223)

Para o autor, existe uma "frágil força messiânica" em cada geração de homens e mulheres que pode tornar-se potente, a partir do entendimento de que o passado está presente de forma muito diferente do que normalmente o concebemos: "Alguém na terra está à nossa espera". Em que sentido? Enquanto em diversas religiões se espera o Messias para a salvação da humanidade, nas interpretações limitadas do materialismo histórico se espera um ato

Page: 71

Number: 1 Author: Daniel Subject: Highlight Date: 07/12/2015 19:26:29
Indica erroneamente citação de V&P. Não indica página.

> messiânico que venha de fora da sociedade ou do "desenvolvimento das leis da história" para emancipá-la; que em última instância não é outra coisa se não a esperança por um Messias. No sentido inverso, Benjamin buscou elementos do messianismo judaico para denunciar que o tempo linear, ininterrupto e progressivo é uma construção ideológica do capitalismo e que "... não há um Messias enviado dos céus. (...) a tarefa messiânica é inteiramente atribuída às gerações humanas. O único Messias possível é coletivo (...) a humanidade oprimida." (MATELA, 2008, p.17).

Uma leitura mais atenta das "imagens angelicais" trazidas por Benjamin nos leva a perceber que os anjos talmúdicos anunciam muito menos um tempo apocalíptico do que um tempo que rompe com a cronologia linear da história, inaugurando cesuras temporais que possibilitam uma nova percepção da realidade. Uma percepção que retire a tão propagada indiferença, característica de nosso tempo, do campo da Moral, da falta e da culpa.

Imagens Angelicais cujas aparições nos fazem ver que as imagens têm políticas e produzem movimento; intensidades que criam fôlego na medida em que asas se desdobram, removendo continuidades, espalhando fragmentos passíveis de reconfigurações quando conseguimos nos libertar da "arrogância da tradição" cujos olhares estão fixados na aura das experiências do passado, nos impedindo de assumir *nossa pobreza externa e interna* para que, despojados dessas lembranças, possamos criar modos existenciais *mais decentes*, de conviver, comover e compartilhar com o outro. Portanto, há que se ouvir, mais uma vez, Foucault (1977):

> Não exija da política que ela restabeleça os "direitos" do indivíduo, tais como a filosofia os definiu. O indivíduo é produto do poder. O que é preciso é "desindividualizar" pela multiplicação e pelo deslocamento, pelo agenciamento de combinações diferentes. O grupo não deve ser elo orgânico que une indivíduos hierarquizados, mas um constante gerador de "desindividualização".

Bem sei o quanto é difícil abrirmos mão de uma política que nos impele em direção à tradição, pois é ela que nos situa, demarcando expectativas, orientando

O que não nos impede de estabelecer uma experiência com o passado.

Page: 72

Number: 1 Author: Daniel Subject: Highlight Date: 07/12/2015 19:25:50
Indica erroneamente ser de V&P. Não indica página.

17 de latim; 14 de francês; 6 de inglês; 3 de geografia; 12 de aritmética, álgebra e geometria; um de desenho; 9 de música (RPP, 1848, p.18).

Desde os primeiros colégios até o estabelecimento dos grandes educandários, como o Colégio Gomes, uma longa trajetória do ensino secundário esteve presente nos relatórios, nos regulamentos, nos programas, nos rastros, nos fragmentos, nas lembranças, nas imagens, no quase esquecido... Esta pesquisa tenta, dentro do possível, não deixar essa história morrer.

A leitura de jornais da época, de antigos almanaques, de textos de memórias, de velhos e surrados manuais acabava pouco a pouco não apenas me seduzindo, mas me instigando a procurar novos rastros, a retomar antigas trilhas, e muitas e muitas vezes refazer a caminhada.

Nas pistas e investigações abertas por Foucault[1], é possível perceber as estratégias do poder nas estruturas internas dos Liceus e Colégios, moldando, disciplinando, estabelecendo padrões, uniformizando, calando vozes, reprimindo gestos, criando modelos a serem seguidos. Esse poder capilar entranha-se nas relações cotidianas, incitando, persuadindo, tornando-se ao mesmo tempo sedutor e corruptor, daí as emulações, os prêmios, mas também, as delações, os castigos, as punições, o "vigiar e punir" presente no dia-a-dia.

Em seus estudos, Foucault não elaborou uma teoria específica para as instituições educativas, mas percebeu que enquanto "instituições de seqüestro", o poder disciplinador se faz presente. Quando estuda o surgimento da "governamentalidade"[2], no final do século XVI e início do século XVII, aponta o aparecimento no Ocidente de dispositivos de segurança, tendência que conduziu incessantemente durante muito tempo, à proeminência deste tipo de poder, que segundo o autor levou ao aparecimento de uma série de aparelhos específicos de governo e de um conjunto de saberes.

Sabe-se que o século XIX, sob certos aspectos, está impregnado pelas idéias de secularização e laicidade. O domínio do Estado se impõe cada vez mais forte. "A instrução e formação sistemática de seus filhos na escola nacional, fazem parte, na segunda metade do século XIX e em princípios do século XX, das medidas gerais do bom governo" (VARELA e ALVAREZ-URIA, 1992, p.88).

[1] Foucault (1984, 1996, 2005).
[2] Foucault (1996).

Summary of Comments on 056_cp051080_anotado.pdf

Page: 15

Number: 1 Author: Daniel Subject: Highlight Date: 21/12/2015 10:33:32
Polissemia - Coloca V&P entre aspas e com letras minúsculas para compor expressão no texto. Fala sobre a obra e faz referência em nota de rodapé.

agentes nesse processo, os quais denominamos: o corpo dirigente, o corpo docente e o corpo discente.

Na busca de entendimento relativo à organização e funcionamento do Liceu D. Afonso e, posteriormente, seu sucessor o Ateneu Rio-Grandense, alicerçamos um conjunto de idéias e conceitos a partir do trabalho de: Foucault (1984, 1996); Vincent, Lahire e Thin (2001); Compère (1985); Caron (1996); Enguita (1989); Petitat (1994); Alvarez-Uria e Varela (1991).

Particularmente as análises desenvolvidas por Foucault, sobre as práticas do poder no interior das instituições, aqui no caso, os Liceus, foram fundamentais para um entendimento mais amplo das relações constitutivas de um grupo de pessoas dentro de uma instituição educativa. Trabalhando o conceito de poder disciplinador foi possível compreender e esmiuçar o estudo da documentação analisada, especialmente os diversos regulamentos e estatutos (1846, 1851, 1857, 1859, 1870, 1872), no que se refere ao controle do tempo e do espaço, a vigilância atenta sobre os alunos, assim como os demais mecanismos de disciplinamento: prêmios, emulações, recompensas, ameaças e punições postas em prática.

A escola é um espaço atravessado por tempos diferentes, justapostos, que aparece na forma e estrutura de seus prédios, no entorno, no estilo de suas fachadas, no mobiliário, nas cores, no tamanho dos corredores, nos tipos de janelas e portas, etc. Em sua obra "A Face Oculta da Escola", Enguita explicita o espaço escolar como um espaço de cerceamento, vigilância e controle.

> Os estudantes vêem atribuídos espaços para cada momento ou cada atividade do dia, sem poder dispor livremente deles. As salas de aula e os laboratórios permanecem fechados quando neles não se desenvolvem atividades docentes ou discentes programadas, os períodos de recreio devem ser passados nos lugares indicados, os corredores devem ser lugares de passagem e não cenários de concentrações, a área dos gabinetes da direção está proibida, o bar só está aberto em certas horas, a saída da sala de aula deve ser expressamente autorizada... Professores e bedéis colaborarão na tarefa de assegurar que cada um permaneça no lugar que lhe corresponde. (1989, p.185).

Page: 117

Number: 1 Author: Daniel Subject: Highlight Date: 21/12/2015 10:33:45
Polisseima - alicerçado em V&P e Microfísica do Poder

Number: 2 Author: Daniel Subject: Highlight Date: 21/12/2015 10:34:02
Polissemia - Práticas do Poder de V&P

A configuração do espaço sempre esteve presente em nossa sociedade e o espaço escolar dentro dessa realidade parece ter-se cristalizado, já que, praticamente o mesmo tipo de escola vem sendo construído e mobiliado. Salvo um que outro elemento que parece destoar do conjunto, o espaço de uma sala de aula durante quase todo o século XIX permaneceu praticamente imutável, nos remetendo a um espaço-tempo congelado. Nesse século, para não dizermos também o século XVIII, o espaço escolar determinou um enquadramento e controle dos alunos, conferindo a cada um seu lugar demarcado. Dentro desse padrão, os alunos são severamente disciplinados e ordenados. Nessa estrutura, os agentes controladores, panópticos, garantem a disciplina, evitam o ócio e mantém os "corpos submissos", na expressão de Foucault (1984).

Ao falar dessa organização, Durkheim (1995, p.116), comenta que se "há uma palavra que vem espontaneamente aos lábios para descrevê-la: é a de enclausuramento". Dando continuidade ao seu raciocínio, conclui que "tamanha máquina social só pode funcionar, evidentemente, quando todas as engrenagens que a compõem movem-se de acordo com um plano harmonioso e uma regra definida" (1995, p.119).

Por sua vez, Snyders (1974, p.271), em seu ensaio "os séculos XVII e XVIII", da obra coletiva História da Pedagogia, aponta que o caráter mais evidente dos colégios do século XVIII, e uma das causas do sucesso dos jesuítas, são o esforço para fazer viver de maneira metódica uma mocidade turbulenta. É o internato que corresponde profundamente ao fim colimado pelo Colégio: "e um internato que leve bem longe o rigor da clausura"; "as saídas para a casa dos pais são extremamente raras", "as férias fora do colégio, muito reduzidas". Os Colégios buscam agora instaurar um universo exclusivamente pedagógico, e marcado por dois traços essenciais: "separação do mundo" e, dentro desse recinto reservado, "vigilância constante".

O que mais se esperava das crianças era obediência e submissão, não apenas delas, mas de todos, tanto os professores como os regentes tinham que prestar contas de suas atividades aos reitores; estes, por sua vez, por meio de diversos regulamentos também prestavam contas às autoridades. Por todos os meios possíveis, as autoridades procuravam isolar os alunos do mundo real, desse modo explicasse o ensino do latim durante a maior parte do curso como

Page: 118

Number: 1 Author: Daniel Subject: Highlight Date: 21/12/2015 11:11:04
Polissemia - Panótico em V&P

Para a autora, por tratar-se de uma instituição jovem, nascida sob forte pressão da demanda social que exprime este afluxo de jovens, "o Colégio de exercícios" (*le collège d'exercice*) mostrou-se mais permeável às pedagogias e aos conteúdos novos. Mas a inovação mais radical reside menos na mudança dos conteúdos que na própria organização dos estudos. Jean Standock, diretor do Colégio de Montaigu (1483-1504), ex-discípulo dos Irmãos de Vida Comum, introduziu, em seu estabelecimento, as práticas de seus antigos mestres: as crianças do mesmo nível são agrupadas para adquirir os mesmos conhecimentos, estes sendo graduados de acordo com a sua progressão (COMPÈRE, 1985, p.24).

Por fim, Compère aborda com grande sutileza o que preliminarmente define como: *Un monde clos*? (Um mundo fechado). O termo "clausura" torna o Colégio semelhante a um convento cujos pensionistas seriam os religiosos. A identificação, para Compère, parece excessiva: "O religioso morre para o mundo". O pensionista, ao contrário, longe de impor um estilo de vida comum, respeita e ratifica as diferenças sociais.

> O jovem aristocrata aí penetra com todo o arsenal próprio à sua condição: um superior inicia-o no hábito guerreiro e no manejo das armas, um preceptor supervisiona seus estudos; um ou vários empregados domésticos velam por seu conforto. (COMPÈRE, 1985, p.103).

Entre os mecanismos disciplinares utilizados pela estrutura de poder (o poder panóptico), encontra-se "a minúcia dos regulamentos, o olhar esmiuçante das inspeções, o controle das mínimas parcelas da vida e do corpo" (FOUCAULT, 1984, p.129). Em diversos artigos dos numerosos Estatutos do Liceu (1846, 1851, 1859, etc.) e Regulamentos dos Colégios (1892), vemos o "exercício de poder" presente. Punindo, cerceando, castigando, impondo normas, horários, outorgando-se o direito de premiar. O olhar controlador se faz ser obedecido. Alguns artigos do Regulamento de 1857 do Liceu D. Afonso também se afinam com essa perspectiva: Art. 89 §3º "Privação de uma parte ou da totalidade do recreio", ou §4º "Prisão que será em um lugar claro e fácil de ser inspecionado", ou ainda: Art. 125. "As obrigações dos professores são: 1º Remeter ao diretor uma nota mensal sobre o comportamento e aplicação dos alunos", não bastava esse controle dos professores sobre os alunos, o "poder" ainda exige dos

Page: 120

Number: 1 Author: Daniel Subject: Highlight Date: 21/12/2015 10:37:41
Citação com aspas no meio do parágrafo para dar continuidade à ideia que vem desenvolvendo. [p. 121]

inspetores quase a mesma atividade: "Art. 133. §3º Organizar um relatório diário e semanal sobre o comportamento e aplicação dos alunos da sua classe, que enviará ao diretor"[52].

O poder disciplinador atua com o intuito de controlar, incitar, organizar, estimular, inibir, ou seja, buscam enquadrar os alunos num modelo considerado ideal, "alunos dóceis e úteis". Somente em casos extremos, onde esse controle e possíveis sanções não tiverem eficácia, serão permitidos mecanismos mais duros, inclusive a expulsão dos alunos, caso do §6º do Art. 89.

Para Foucault (1984, p.153), o sucesso do poder disciplinador ocorre de maneira bastante clara, se deve ao uso de instrumentos simples: o olhar hierárquico, a sanção normalizadora e sua combinação num procedimento que lhe é específico, o exame.

O olhar hierárquico reflete-se no modelo de construções adotadas para os colégios, toda uma problemática se desenvolve, não mais uma arquitetura para ser admirada, mas agora para permitir um controle interior, articulado e detalhado - para tornar visíveis os que nela se encontram" (FOUCAULT, 1984, p.154). Não mais o simples encarceramento e fechamento, não mais o muro espesso, a porta sólida, que impedem de sair ou de entrar, tudo começa a ser substituído pelo "cálculo das aberturas, dos cheios e dos vazios, das passagens e das transparências" (FOUCAULT, 1984, p.155).

Outro aspecto da chave de sucesso dessa estrutura é a sanção normalizadora, na essência de todos os sistemas disciplinares (aqui, a escola), funciona um pequeno aparato penal. Existem pequenas punições, relativas ao tempo: atrasos, ausências, interrupções; à atividade: desatenção, negligência, falta de zelo; a maneira de ser: grosseria, desobediência; aos discursos: tagarelice, insolência; ao corpo: atitude incorreta, gestos proibidos, falta de higiene; à sexualidade: imodéstia, indecência, decoro. Ao mesmo tempo, são utilizados processos sutis de punição, que vão desde castigos físicos leves a privações ligeiras e a pequenas humilhações.

[52] As diversas citações foram retiradas do "Regulamento do 1º de Junho de 1857" para a Instrução Primaria e Secundaria da Provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul. In: Coleção dos Actos, Regulamentos, e Instruções expedidas pela Presidência da Provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul em 1857. Tomo 13ª parte 2ª. Porto Alegre: Typ. Do Correio do Sul, 1858. (p.18-40). O mesmo encontra-se disponibilizado (CD) em anexo no final do trabalho.

Page: 121

Number: 1 Author: Daniel Subject: Highlight Date: 21/12/2015 10:46:08
Paráfrase com cópia de segmento de V&P alterando apenas "disciplinzr" para "disciplinador". Há indicação de página mas não foram utilizadas aspas. [p. 143]

Number: 2 Author: Daniel Subject: Highlight Date: 21/12/2015 10:53:30
Parágrafo elaborado por colagem de segmentos de V&P que ora se apresentam como paráfrase e ora como citação entre aspas. [p. 144-5]

Number: 3 Author: Daniel Subject: Highlight Date: 21/12/2015 10:54:31
Parágrafo elaborado por colagem de segmentos de V&P que ora se apresentam como paráfrase e ora como citação entre aspas. [p. 144-5]

Number: 4 Author: Daniel Subject: Highlight Date: 29/11/2015 17:34:52
Parágrafo elaborado por colagem de segmentos de V&P que ora se apresentam como paráfrase e ora como citação entre aspas. [p. 144-5]

Number: 5 Author: Daniel Subject: Highlight Date: 21/12/2015 11:06:13
Cópia e colagem de segmentos de V&P sem referência [p. 149]

Por fim, o exame que combina as técnicas da hierarquia que vigia e as da sanção que normaliza. "É um controle normalizante, uma vigilância que permite qualificar, classificar e punir" (FOUCAULT, 1985, p.164).

A situação européia traçada por Caron relata que o quadro de vida dos alunos de colégios e liceus estava longe do ideal pedagógico esboçado por alguns teóricos. Ao contrário, o que tínhamos era "construções freqüentemente vestutas, dormitórios mal aquecidos e mal arejados; pátios estreitos e desnudos". [...] Victor Duruy, então inspetor geral em 1863, ao visitar o Liceu de Poitiers, constata: "como envergonhado de suas muralhas negras, de seu ar de hospital e de prisão" (*apud* CARON, 1996, p.156).

Os horários agora determinam o fluxo de vida tanto dos alunos como dos mestres. Horários rígidos e controlados, "horários de prisioneiros". "O interno encarcerado assemelha-se ao detento", embora possa parecer um tanto exagerada essa comparação, ela não fica muito distante do quadro real. Levanta-se cedo (em geral 5 da manhã), deita-se ao cair da noite (em torno das oito). Durante essas quinze horas de atividade, apenas cinco horas de curso, em média, e mais seis horas de estudo, ou seja, onze horas pelo menos em posição sentada e, teoricamente, silenciosa (CARON, 1996, p.157-158).

Veremos a seguir, como as autoridades construíam todo um aparato de controle, onde muitos dos dirigentes e docentes funcionavam como "olhos e ouvidos" dessa estrutura.

2.1. O Corpo Dirigente

O "laço federativo", que unia as Províncias e o Império, estava organizado em torno da nomeação dos Presidentes de Província. Distribuíam-se os poderes em duas ordens de atividades: o poder Legislativo, a cargo da Assembléia com a sanção dos presidentes; o poder Executivo, constituído pelo Presidente e as repartições que lhe eram subordinadas: a Secretaria do Governo, os órgãos e serviços de arrecadação, da instrução, de obras públicas e a polícia, não havendo poder Judiciário.

Interessa, para o presente trabalho, verificar como dentro dessa estrutura se organizavam as Províncias. como era "jogado" o jogo político. Quem

Page: 122

Number: 1 Author: Daniel Subject: Highlight Date: 29/11/2015 17:13:09
Um misto de paráfrase com citação. Faz referência F. 1985 contudo não há essa obra no capítulo das referências. Metade da citação está sem aspas. [p. 154]

todo um corpo de procedimentos e práticas, todo um ritual de normas, padrões, determinações emerge. A figura do professor é exemplar no cumprimento desse papel, o de controlar, fiscalizar, impor, punir, vigiar.

> Importa estabelecer as presenças e as ausências, saber onde e como encontrar os indivíduos, instaurar as comunicações úteis, interromper as outras, poder a cada instante vigiar o comportamento de cada um, apreciá-lo, sancioná-lo, medir as qualidades ou os méritos. Procedimento, portanto, para conhecer, dominar e utilizar. A disciplina organiza um espaço analítico. (FOUCAULT, 1984, p.131).

Para Foucault (1984, p.171), "quanto mais poder e privilégio possuir o homem, "tanto mais é marcado como indivíduo, por rituais, discursos, ou representações plásticas". O momento ápice, a glorificação do poder do professor se exemplifica no momento do exame[87].

Em grande parte do século XIX, o corpo docente, fará parte das políticas públicas engendradas pelo Estado, na qual a profissionalização do professor estará presente. Essa profissionalização está intimamente ligada não apenas à competência pedagógica, mas também a exigência de uma conduta moral e religiosa de acordo com os princípios éticos da época. Este novo estatuto de mestre enquanto autoridade moral implica, de acordo com Varela e Alvarez-Uria (1992, p.80), que além de detentores do conhecimento, só eles têm as chaves da correta interpretação dos alunos, assim como do programa que os mesmos têm de seguir para adquirirem os comportamentos e os princípios que correspondem as suas condições e idades.

As diversas advertências dos Presidentes das Províncias, assim como, dos Inspetores da Instrução Pública, não deixam dúvidas que nos primórdios do estabelecimento do Liceu, os processos de seleção do corpo docente, além de precário, muitas vezes pecavam pelos interesses políticos, onde nem sempre preponderava a competência do professor. Os primeiros regulamentos, em muitos

[87] Além das próprias obras de Foucault, alguns trabalhos revelam a vitalidade desse autor, em termos gerais sobre a vida e o pensamento do autor: Eribon (1996); Billouet (2003); para uma abordagem no campo da educação, a coletânea organizada por Silva (2002), obra útil pela abordagem desenvolvida que vai desde trabalho docente, avaliação educacional, governamentalidade, curriculo até práticas disciplinares. Do mesmo modo: Veiga-Neto (2004); e a coletânea organizada por Kohan e Gondra (2006).

Page: 148

Number: 1 Author: Daniel Subject: Highlight Date: 21/12/2015 10:43:23
Citação com adentramento. [p.123] - Menciona o professor com papel de controlar, fiscalizar, impor, punir, vigiar. [p. 123]

Number: 2 Author: Daniel Subject: Highlight Date: 21/12/2015 11:07:24
Citação com aspas, utiliza parte da citação fora das aspas [p. 160]

O exame não apenas combinava as técnicas da hierarquia e da sanção que normaliza, conforme esclarece Foucault (1984, p.164), como era também uma vigilância que permitia qualificar, classificar e punir.

As provas eram escritas e orais. Iniciava-se pelas provas escritas e pelos alunos do primeiro ano, e assim sucessivamente. Tinham início pela parte da manhã (9 horas) e eram de caráter público. Após o sorteio do ponto, o mesmo para toda turma, os alunos tinham duas horas para a sua elaboração[121] (REGULAMENTO de 1872).

A prova escrita, no exame de línguas, consistia na escrita de trechos de autores clássicos latinos, franceses, ingleses e alemães, a partir de um ditado feito por um dos examinadores. Esses trechos deveriam depois ser vertidos para o português. Nesses exames não era permitido o uso de dicionários, o máximo que podiam era indagar um ou outro significado de uma palavra.

Quanto à prova oral, os pontos sorteados para a prova escrita estavam automaticamente eliminados. Na prova oral, o ponto para cada aluno era diverso. O exame oral de línguas consistia na leitura, tradução e análise gramatical de

Page: 197

Number: 1 Author: Daniel Subject: Highlight Date: 29/11/2015 19:17:37
Paráfrase de trecho citado na p. 122 que não é atribuído a V&P. [p. 154]

ao narrar a situação do ensino primário e secundário desse Município, uma das condições facilmente identificada é a falta de "utensílios" para as escolas.

> Com efeito, não podem as cadeiras públicas continuar por mais tempo a sentir as faltas que em seguida aponta esta Câmara, e são: falta de relógio, de taboa para exercícios, de um mapa do Brasil, e de um Atlas geográfico. Estes objetos são indispensáveis em uma aula regular, e principalmente o Atlas geográfico, pois que sem o seu auxílio não poderá nunca o professor, por mais inteligente e instruído que seja, fazer com que um menino possa compreender a situação dos países cujos nomes conhece de cor, a forma dos mesmos países, de suas posições em relação aos outros, etc. (RELATÓRIO DO ESTADO DA INSTRUÇÃO PÚBLICA. Ofício de 08.01.1879, Arquivo do autor).

As reclamações eram constantes, "bancos, mesas, livros, louças e mais utensílios tem sido reclamados"; em diversas escolas visitadas pelos responsáveis. "Bancos, classes, mesas, taboas, relógio, livros, papel, enfim tudo falta" (RELATÓRIO DO ESTADO DA INSTRUÇÃO PÚBLICA. Ofício de 08.01.1879).

Desse modo, a sala de aula pode ser considerada o espaço por excelência do convívio escolar. Ali no recinto fechado de um espaço reduzido, alunos e professores se relacionam diariamente. Uma disputa velada de poder ocorre à vista de todos.

O controle sobre o corpo discente é feito por técnicas e estratégias, que a maquinaria engendra. Valorização dos "bons comportamentos", avaliação das disciplinas, exames, premiações. O olhar panóptico vigia tudo e todos, desde atitudes, gestos, comportamentos, condutas, notas, ou seja, todos os espaços escolares são vigiados: corredores, pátios, salas. Mesmo quando não existe a presença física de alguém, o aluno é induzido a comportar-se como se houvesse um olhar permanente e atento.

> Importa estabelecer as presenças e as ausências, saber onde e como encontrar os indivíduos, instaurar as comunicações úteis, interromper as outras, poder a cada instante vigiar o comportamento de cada um, apreciá-lo, sancioná-lo, medir as qualidades ou os méritos. Procedimento, portanto, para conhecer, dominar e utilizar. A disciplina organiza um espaço analítico. (FOUCAULT, 1984, p.131).

Page: 206

Number: 1 Author: Daniel Subject: Highlight Date: 29/11/2015 19:22:37
Citação com adentramento repetida da p. 148 sobre o mesmo assunto. [p. 123]

Em relação aos alunos, foi possível constatar que aqueles formados pelo Liceu pertenciam a uma classe social médio-baixa. Por sua vez, os filhos das elites sul-rio-grandenses freqüentavam os grandes colégios particulares, caso emblemático, o Colégio Gomes.

Em que pese todas essas assertivas, tentou-se (e isso pode ser verificado nos diversos programas) constituir um modelo de educação onde os jovens ficassem submetidos a um controle rigoroso, não dispensando a prática da delação e a aplicação de castigos. Partia-se do pressuposto que aos colégios cabia a prática de salvaguardar os bons costumes. Daí as censuras, as proibições, os autores escolhidos, os trechos selecionados. Todos os gestos, atitudes, comportamentos, estavam efetivamente sob controle. A vigilância poderia aparentemente ser difusa, quando na prática era efetiva e permanente.

conceito de "poder disciplinador" de Foucault permitiu compreender o papel desempenhado pelos diversos regulamentos (1846, 1851, 1857, 1859, 1870, 1872), no controle do tempo e do espaço. Do mesmo modo, como a maquinaria escolar utilizava os mecanismos de controle: prêmios, emulações, recompensas, punições, para formar e disciplinar os alunos. O poder disciplinador atuava com o intuito de controlar, organizar, inibir, moldar os alunos num modelo considerado ideal, ou seja, alunos dóceis e obedientes. Somente em casos extremos, onde esse controle disciplinar não fosse suficiente, seriam adotados mecanismos mais violentos, caso, por exemplo, da expulsão dos elementos considerados perniciosos.

Aparentemente poderia se deduzir de uma obediência total às normas, não existindo atos de protestos. Mesmo assim, nas entrelinhas de alguns artigos, é possível perceber o quanto atos de rebeldia estavam presentes. Acompanhando um pouco a realidade de diversos colégios brasileiros, podemos aventar que o contexto sul rio-grandense não seria muito diferente. Essas pequenas "rupturas" eram as contraposições (táticas) que os alunos opunham a uma estrutura totalizante e repressora. Embora visando os exames preparatórios, um traço marcante dessa educação era sua formação humanística clássica centrada no conhecimento da alta latinidade e nas línguas vivas. Esse ensino secundário baseia-se na leitura, na memorização, e na

Page: 331

Number: 1 Author: Daniel Subject: Highlight Date: 29/11/2015 19:28:02
Conceito de F. "poder disciplinar"

Foucault voltaria a abordar o conceito de biopolítica dois anos após aquela conferência no Rio de Janeiro, quando no último capítulo de *A vontade de saber,* publicado em 1976, discutiu a forma como as disciplinas do corpo e as regulações da população se tornaram estratégias fundamentais para a configuração de um determinado poder sobre a vida, o qual desde então ele passaria a chamar de biopoder.

Para o autor, o biopoder que se desenvolve nas sociedades européias desde o século XVII, a partir de uma anatomopolítica dos corpos e de uma biopolítica das populações, difere do poder soberano ao qual sucede, em razão de gerir as forças que submete, muito mais do que destruí-las (FOUCAULT, 1988).

Tecnologia política de amplo alcance, constituída por dois grandes pólos em torno dos quais o poder sobre a vida vem se desenvolvendo, o biopoder de que nos fala Foucault se dirige tanto ao corpo dos indivíduos quanto à vida da espécie, controlando a totalidade das ações humanas.

O controle do ser humano pela anatomopolítica do corpo-máquina operada no interior das instituições sociais modernas, tais como a escola e a fábrica, já tinha sido analisado por Foucault no livro *Vigiar e punir*, publicado em 1975, no qual o autor discute os mecanismos disciplinares responsáveis pelo adestramento do corpo, que resultam em sua disciplinarização e docilização.

Segundo o filósofo, as disciplinas são métodos que permitem o controle minucioso das operações do corpo, realizando a sujeição constante de suas forças para a obtenção de melhores resultados, criando com isso, no mesmo movimento, corpos submissos e úteis (FOUCAULT, 1987).

A anatomopolítica como modalidade de exercício do poder sobre a vida, foi descrita por Foucault a partir de suas estratégias de confinamento dos corpos dos

Summary of Comments on 057_cp058275_anotado.pdf

Page: 91

Number: 1 Author: Daniel Subject: Highlight Date: 24/11/2015 23:45:58
Fala sobre V&P.

Number: 2 Author: Daniel Subject: Highlight Date: 25/11/2015 00:02:34
citação apresentada como paráfrase com alteração discreta trocando "que realizam" por "realizando" [p. 118]

Neste estudo, busquei compreender algumas práticas de inclusão escolar e social e suas estratégias a partir das noções de Michel Foucault[1]. Recorri a algumas contribuições desse autor que me ajudaram a entender o papel da educação nas mudanças do mundo atual. Isso significa que tomei como principais ferramentas analíticas, os conceitos de governamentalidade, governamento, biopoder e norma (Foucault 1999, 2002, 2005, 2008, 2008a). Nesse exercício de análise, utilizo tais conceitos de modo a entrelaçá-los numa rede discursiva sobre inclusão escolar e social. Assim, a governamentalidade será utilizada para entender a estatística como uma tecnologia e prática de governamento, ou seja, para analisar como se conduz as condutas dos homens (das crianças e jovens considerados deficientes). A prática da gestão do risco social como uma racionalidade política contemporânea, tem como foco de ações tanto as coletividades quanto as individualidades. Tal racionalidade implica conduzir condutas individuais e coletivas, fazendo com que cada um se responsabilize em prover suas necessidades, contribuindo com a melhoria dos índices de saúde, educação e desenvolvimento do país, visando diminuir a dependência do Estado e atingir as metas de um desenvolvimento sustentável para a nação. Nesse sentido, é útil trazer a norma como ferramenta para mostrar o individual e o coletivo operando simultaneamente – a norma pode tanto se aplicar a um corpo que ser disciplinar quanto a uma população que ser quer regulamentar. É a dupla realidade da norma como regra de conduta e como regularidade funcional, que faz dela um operador tão útil para o biopoder. Trata-se, portanto, de mostrar o biopoder como um tipo de ação sobre os corpos, sobre a gestão da vida e de seus processos cuja ênfase não recai tanto sobre a imposição de respeito às regras, mas sobre a produção de comportamentos, subjetividades e identidades – ser normal/ anormal/, capaz/ incapaz, incluído/ excluído.

Este trabalho foi desenvolvido numa abordagem que se propõe fazer o *caminho das problematizações*, ou seja, num tipo de análise que se distancia das verdades únicas e crenças que hoje vem sendo aceitas no campo da educação e da inclusão. E dentro de tal abordagem, esta investigação tem como pano de fundo *a inclusão como constructo histórico ressignificado no contexto político e educacional.*

---

ou seja, diferenciando a instância do Estado (a instância que governa) do ato ou ação de governar. "Sua ambiguidade manifesta-se a cada momento em que ela aparece, exigindo que o leitor decida de que governo se está falando" (Veiga-Neto, 2002c, p.21). Para Foucault (1999a), não se trata de pensar o poder e a ação política como algo que possa se distribuir, no Estado, a partir de um centro de irradiação, mas se trata de pensar a ação sendo distribuída microscopicamente pelo tecido social; por isso, parece ser mais adequado falarmos em "práticas de governamento" (Veiga-Neto, 2002c, p.21). Dessa forma, para diferenciar a qual governo estou me referindo, adoto o termo governamento sempre que me referir à ação de governar.

Summary of Comments on 090_cp137455_anotado.pdf

Page: 26

Number: 1 Author: Daniel Subject: Highlight Date: 14/12/2015 15:56:07
Polissemia sobre conceitos de governamentalidade, governamento, biopoder e norma

Number: 2 Author: Daniel Subject: Highlight Date: 14/12/2015 16:11:30
Não existe esta referência.

Nessa visão seletiva, a aprendizagem considerada útil ocorria num espaço organizado – a sala de aula –, e extremamente competitivo. Num espaço de observação permanente, baseado por um sistema de recompensas e punições, "as lições eram curtas e a pedagogia "inquiridora" (exigindo recitação e respostas) ou matética (exigindo aprendizagem mecânica) e seguida por exame" (Jones, 1999, p.112).

Em relação aos aparatos disciplinares, Foucault (1999, p.165) refere-se ao *panóptico*[11] como um dispositivo para "tornar visíveis" as pessoas que capturam (crianças) e para "tornar eficazes" os processos que realizam (aprender). Desse modo, pode-se supor que um dos efeitos importantes do *panóptico* seja o de induzir, por exemplo, na criança "um estado consciente e permanente de visibilidade que assegura o funcionamento automático do poder. E ainda: "O panoptismo é capaz de reformar a moral, preservar a saúde, revigorar a indústria, difundir a instrução, aliviar os encargos públicos... tudo isso com uma simples ideia de arquitetura" (Foucault, 1999, p.171).

A partir de tais fundamentos, um método considerado correto de educação poderia ser cientificamente estabelecido por meio das ciências humanas da Psicologia e da Sociologia e das ciências médicas que inculcassem hábitos de saúde na população (Jones,1999). Tais ciências estariam criando as condições de possibilidade para que a criança se tornasse um cidadão útil através de estágios de desenvolvimento. Esse desenvolvimento da natureza infantil de inspiração rousseauniana adquiriu força nos experimentos pedagógicos de Pestalozzi e tornou-se regularizado e cientificizado no pensamento pedagógico de Herbart, Spencer, Froebel, Dewey, Montessori e Macmillan, em que pesem suas diferenças. Nessa pedagogia do desenvolvimento que, tinha como objetivo um ensino eficiente e cientÍfico, era central o papel do "bom" professor "tanto como um modelo a ser imitado quanto como um facilitador da aprendizagem através do fazer" (Jones, 1999, p.114).

Melhorar a eficiência na docência assim como melhorar a eficiência das escolas, no sentido de dar uma educação útil para seus educandos, era o objetivo principal dessa educação progressivista. De certa maneira, a criação de uma metodologia de ensino cientificamente objetificável só foi possível a partir de um conjunto de estudos e dados sociométricos e um

[11] Foucault (1999, p.171) explica tal dispositivo da seguinte forma: "O *Panóptico* de Bentham é a figura arquitetural dessa composição. O princípio é conhecido: na periferia uma construção em anel; no centro, uma torre; esta é vazada de largas janelas que se abrem sobre a face interna do anel; a construção periférica é dividida em celas, cada uma atravessando toda a espessura da construção; elas têm duas janelas, uma para o interior, correspondendo às janelas da torre; outra, que dá para o exterior, permite que a luz atravesse a cela de lado a lado. [...] Cada ator está sozinho, perfeitamente individualizado e constantemente visível. O dispositivo *panóptico* organiza unidades espaciais que permitem ver sem parar e reconhecer imediatamente. [...] Cada um é visto, mas não vê; objeto de uma informação, nunca sujeito numa comunicação".

Page: 66

Number: 1 Author: Daniel Subject: Highlight Date: 14/12/2015 12:39:44
Polissemia sobre o Panóticoe visibilidade.

Number: 2 Author: Daniel Subject: Highlight Date: 14/12/2015 12:28:39
Cópia do texto de V&P - [p.166]

Number: 3 Author: Daniel Subject: Highlight Date: 14/12/2015 12:31:14
Citação com aspas - realiza adequações ao texto da obra: arquitetural -> de arquitetura e suprime trecho de ("estabelecer" até "pobres") [p. 171]

Number: 4 Author: Daniel Subject: Highlight Date: 14/12/2015 12:44:16
Citação em Nota de Rodapé - utiliza de vários segmentos interrompidos por [...] mas não sinaliza uma das interrupções e adequa o texto com acréscimos. Erra o número da página onde está a citação - indica p. 171 mas é [p. 165-6]

inteligência. A imbecilidade, que é uma espécie de demência natural, não é absolutamente um pecado" (*apud* Misès, 177, p.15).

A partir do século XII, é importante lembrar a influência das heresias que atribuíam à ideia de uma "demonização" do homem, reforçando a noção do pecado e do mal como origem da loucura e da possessão. Parece que o sentido dado à Inquisição como uma prática da Igreja Católica para "arrancar o demônio" do corpo da pessoa era justificado pela "purificação pelas chamas". Segundo esse raciocínio, se poderia explicar também a existência de cegos, mudos, paralíticos, loucos e leprosos como instrumentos de Deus para alertar os homens e mulheres sobre comportamentos considerados adequados ou para salientar a importância da caridade. Vê-se surgir, no final da Idade Média, as Irmandades de Caridade, mais conhecidas por Santas Casas de Misericórdia que estavam baseadas nessa concepção de ajuda aos necessitados, fundadas pelo ideário cristão (Bianchetti, 2003).

Misès (1997) aponta que ao longo da era cristã e até nossos dias, tais manifestações cruéis de rejeição misturam-se a sentimentos de culpabilidade e a projetos de reparação (proteção, piedade, supervalorização, assistencialismo).

Nesse sentido, Foucault (2005, p.87) argumenta que "a loucura começa a vizinhar-se com o pecado, e é talvez aí que se estabelecerá, por séculos, esse parentesco entre o desatino e a culpabilidade que o alienado experimenta hoje, como sendo um destino, e que o médico descobre como verdade da natureza".

A partir de tais considerações, pode-se perceber uma mudança de paradigma do campo da filosofia para o campo da teologia, de uma dicotomia que deixa de ser corpo-mente e passa a ser corpo-alma. A alma passa a merecer toda atenção e cuidado, assim como o corpo mereceu certa atenção quando foi entendido como "templo da alma". Isso nos ajuda a entender a *ascese*, os jejuns, a abstinência, a autoflagelação e também a fogueira da inquisição como forma de purificação dos pecados de corpo-carne, bem como perceber que com o moralismo cristão/ católico, a diferença passa a ser sinônimo de pecado.

Em *Vigiar e Punir*, Foucault (1999) refere-se à alma como:

> [...] o elemento onde se articulam os efeitos de um certo tipo de poder e a referência de um saber, a engrenagem pela qual as relações de poder dão lugar a um saber possível, e o saber reconduz e reforça os efeitos de poder. [...] A alma, efeito e instrumento de uma anatomia política; a alma, prisão do corpo. (Foucault, 1999, p.28-29)

A partir disso, pode-se dizer que a mitologia, a bruxaria, as crenças sobrenaturais dominaram e afetaram a visão da deficiência, decorrendo daí certos julgamentos morais, perseguições, encarceramentos, etc. Enfim, meios claramente demonstrativos de valores de

Page: 94

Number: 1 Author: Daniel Subject: Highlight Date: 14/12/2015 12:51:47
Citação adentrada [p.28-9]

grande característica da infância. De certa forma, é tal estado de dependência e incompletude que justifica a sua tutela.

Alvarez-Uría (1996) procura mostrar como a família e a escola como espaços de normalização e controle social, acabam substituindo a prisão e o manicômio. E é nesse sentido que "a infância passa a ser o alvo principal dos mecanismos de normalização" (Alvarez-Uría, 1996, p.103). Nessa lógica, a escola passa a criar categorias definindo uma tipologia, assim como estabelecendo lugares para esses sujeitos. Esse autor marca duas situações importantes para se pensar a infância anormal e delinquente. Primeira situação: "o atraso no ritmo de aprendizagem de uma série de crianças foi atribuído a problemas de inteligência, alterações psíquicas" (Alvarez-Uría, 1996, p.103). Esse grupo de crianças não-adaptadas e atrasadas no seu desempenho escolar foi considerado anormal. Segunda situação: o desinteresse pela escola e pelo estudo por parte de um grupo de crianças, oriundas de classes populares, acabou por definir tal grupo como crianças delinquentes.

Para essas crianças e jovens considerados anormais e delinquentes, foram criados, então, instituições de controle. Foucault (1999), em ***Vigiar e Punir***, vai analisar instituições como, por exemplo, a prisão e o manicômio como espaços importantes para manter a ordem social, pois na falta de tais espaços parece que seria impossível a produção dos sujeitos "normais", dos sujeitos adaptados. Em suma, são espaços de defesa da sociedade. Suas análises estão baseadas a partir do desenvolvimento dos poderes disciplinares, mecânicas das sujeições exercidas pelas disciplinas que contribuem para criar ao mesmo tempo o que denominou uma sociedade de normalização. As instituições como a prisão e o manicômio criam ficções para a manutenção da ordem estabelecida, ou seja, a ficção da liberdade e a ficção da racionalidade do sistema. A função desses espaços é produzir ficções, entendidos como espaços de poder que operam como laboratórios sociais – são espaços de observação, de experimentação e de tratamento de sujeitos que se caracterizam por sua periculosidade social.

Segundo Alvarez-Uría (1996), é importante salientar que com o funcionamento das pedagogias corretivas, mas, principalmente das pedagogias psicológicas, começa-se a perceber uma renovação no campo da pedagogia atingindo diretamente as instituições escolares. Esse autor aponta que "através da infância desviada se produz uma miniaturização da lógica psiquiátrica e criminológica como um prolongamento e transformação desse paradigma" (Alvarez-Uría, 1996, p. 104). Com isso, produz-se uma certa "flexibilização dos códigos, uma ampliação das respectivas populações e um afrouxamento das velhas estruturas materiais de isolamento, tratamento e proteção dos socialmente perigosos" (Alvarez-Uría, 1996, p.104).

Page: 101

Number: 1 Author: Daniel Subject: Highlight Date: 14/12/2015 16:01:48
Polissemia sobre anormais, deliguentes, instituições de controle.

espaços de inclusão que devem "caber todos", independentemente de suas capacidades cognitivas, físicas, etc.

Conforme já referi, Michel Foucault (2001), em *Os Anormais*, chama a atenção para a substituição do modelo da lepra pelo modelo da peste. Tais modelos correspondem a um processo histórico importante que foi denominado de tecnologias de poder. Passou-se de uma tecnologia de poder que expulsa, que exclui, que bane, que marginaliza a uma tecnologia de poder que é um poder positivo, um poder que fabrica, que observa, que sabe e que multiplica a partir de seus próprios efeitos. Pensar nos processos de inclusão e exclusão dos grupos ou indivíduos (escolares), como uma forma de exercício de poder, significa trazê-los para dentro da cidade (da escola, da sala de aula) para que sejam normalizados, disciplinados e classificados – não necessariamente nessa ordem –, e criando os assim chamados direitos e deveres específicos para esse sujeito. De um modo geral, esse processo é o que Foucault chama de processo de normalização através da inclusão.

Nessa direção, a noção de poder em Foucault permite pensar em dois deslocamentos. O primeiro diz respeito ao espaço ocupado pelo Estado como o ponto focal a partir do qual emana todo o poder, pois, para Foucault (1997, p.89), "o poder está em toda parte; não porque englobe tudo e sim porque provém de todos os lugares". Tal perspectiva é importante para analisar o Estado incorporando uma analítica do poder que extravasa a pura noção repressiva. E, exatamente nesse ponto está o segundo deslocamento que é o da própria ressignificação da noção: o filósofo propõe ver o poder como produtor de verdades, de conhecimento, com positividade, ao contrário da tradição de ver o poder como sinônimo de sanção negativa. Isso significa dizer que tais relações "aprofundam-se dentro da sociedade, que não se localizam nas relações do Estado com os cidadãos ou na fronteira das classes e que não se contentam em reproduzir ao nível dos indivíduos, dos grupos, dos gestos e dos comportamentos, a forma geral da lei ou do governo" (Foucault, 1999, p.26). Ainda, sobre o poder, esse autor completa dizendo que:

> [...] temos antes que admitir que o poder produz saber (e não simplesmente favorecendo-o porque o serve ou aplicando-o porque útil); que poder e saber estão diretamente implicados; que não há relação de poder sem constituição correlata de um campo de saber, nem saber que suponha e não constitua ao mesmo tempo relações de poder. (Foucault, 1999, p.27)

Associada à questão do poder, vale ressaltar a dupla realidade da norma. Ou seja, de um lado: norma como regra de conduta, como oposição à irregularidade e à desordem; de outro lado: norma como regularidade funcional, como oposição ao patológico e à doença. E é essa dupla realidade da norma que faz dela um operador tão útil para o biopoder. Ela se

Page: 107

Number: 1 Author: Daniel Subject: Highlight Date: 14/12/2015 12:48:51
Citação com aspas. Deslocamento das aspas. [p. 26]

Number: 2 Author: Daniel Subject: Highlight Date: 14/12/2015 12:50:28
Citação adentrada - suprimiu "NÃO suponha" o que altera drasticamente o sentido. [p. 27]

coloca, ao mesmo tempo, sobre um corpo individual e sobre um corpo coletivo do qual esse corpo individual faz parte e ao qual contribui para dar sentido. Assim, a norma pode ser entendida como:

> [...] uma medida que simultaneamente individualiza, permite individualizar incessantemente, e ao mesmo tempo torna comparável; como um princípio de comparação, de comparabilidade, de medida comum, que se institui na pura referência de grupo a si próprio, a partir do momento em que só se relaciona consigo mesmo; como o resultado de um conjunto de operações que institui e dá sentido a polaridades cujos pólos guardam sempre uma relação assimétrica entre si. (Ewald, 1993, p.86)

Esse autor esclarece que "a norma designa uma medida que serve para apreciar o que é conforme à regra e o que dela se distingue, mas esta já não se encontra ligada a idéia de rectidão; a sua referência já não é seu esquadro" (Ewald, 1993, p.79). Assim, "a norma toma agora o seu valor de jogo das operações entre o normal e o anormal ou entre o normal e o patológico" (Ewald, 1993, p.79). Nesse sentido, o vocabulário da norma se amplia consideravelmente: norma já não se refere apenas ao normal, mas à normalidade, ao normativo e à normalização.

Na obra *Foucault, a Norma e o Direito*, Ewald (1993) indica que embora Foucault tenha estudado vários domínios da ordem normativa, ele não foi um filósofo da *norma*. Porém, ao estudar as relações sujeito-verdade, verificou um certo entrecruzamento entre estas (normas) e as práticas normativas. Assim, Foucault analisa três práticas normativas: as disciplinas, a segurança e a normalização técnica. Sobre essa questão, seguem algumas considerações.

É importante salientar que a norma, no âmbito das instituições disciplinares (como, por exemplo, a escola), assim como individualiza também homogeneíza seu espaço social de forma que procura potencializar a utilidade dos indivíduos (aprendizagem, produção de comportamentos, etc.).

Em *Vigiar e Punir*, Michel Foucault (1999) descreve como aconteceu o deslocamento (a passagem) da sociedade soberana da época clássica para a sociedade disciplinar moderna. O que acontece nessa época é uma inversão da função da sociedade – de disciplina-bloqueio para a disciplina-mecanismo; sua função de controle e repressão se desloca para uma função de produtividade e positividade, ou seja, produção de corpos dóceis, potencializando a utilidade dos indivíduos. A difusão das disciplinas permite, assim, o surgimento de uma sociedade de comunicação. De acordo com Foucault (*apud* Ewald, 1993, p.83), a *norma*, ou o *normativo* é,

Page: 108

Number: 1 Author: Daniel Subject: Highlight Date: 14/12/2015 16:02:37
Polissemia sobre passagem da sociedade soberana para a sociedade disciplinar.

Assim, é importante destacar que um novo direito começa a instalar-se a partir da segunda metade do século XVIII, uma outra tecnologia de poder, que não a disciplinar. Uma tecnologia de poder que não exclui a técnica disciplinar, mas a integra, a embute; uma nova tecnologia que se instala e se dirige à multiplicidade dos homens na medida em que ela forma uma massa global afetada por processos que são próprios da vida – o nascimento, a morte, a produção, a doença, etc. (Foucault, 2005). Portanto, a ênfase não está mais na anátomo-política do corpo humano, mas na biopolítica da espécie humana.

O interessante aqui é perceber que o biopoder não se opõe ao poder disciplinar, mas, ao contrário, é complementar a ele, ou seja, tanto o biopoder quanto o poder disciplinar são tecnologias de poder complementares. Se o poder disciplinar é uma tecnologia centrada no corpo e, portanto, um mecanismo de individualização, o biopoder aparece como uma tecnologia exercida sobre a vida, sobre a espécie, e não sobre o indivíduo, constituindo-se num mecanismo de massificação. Da mesma forma que a tecnologia do poder disciplinar tem como objeto a sujeição do corpo do indivíduo, tornando-o dócil e manipulável, a tecnologia do biopoder é exercida sobre um corpo, mas não um corpo individual, e sim coletivo – a população.

Nessa nova tecnologia de poder, não é exatamente com a sociedade que se lida e nem com o indivíduo-corpo, mas com um novo corpo – um corpo múltiplo com inúmeras cabeças e numerável.

Temos, assim, um novo elemento em cena: a *população*. Esse novo corpo político, distinto do corpo individual e do corpo social, a um só tempo instituído por e objeto sobre o qual o biopoder se exerce, é a *população* (Foucault 1999a). "A biopolítica lida com a população, e a população como problema político, como problema a um só tempo científico e político, como problema biológico e como problema de poder (...)" (Foucault, 2005, p.292-293).

Em *Ditos e Escritos*, volume III, Foucault apresenta a noção de biopolítica defendendo a seguinte hipótese:

> [...] com o capitalismo, não passamos de uma medicina coletiva para uma medicina particular, senão que foi justamente o contrário que aconteceu; o capitalismo que se desenvolveu no final do século XVIII e no início do século XIX antes de mais nada socializou um primeiro objeto, o corpo, em função da força produtiva, da força de trabalho. O controle da sociedade sobre os indivíduos não se faz somente pela consciência ou pela ideologia, mas no corpo e pelo corpo. Para a sociedade capitalista, é o biopolítico que importava antes de mais nada, a biologia, o somático, o corporal. O corpo é uma realidade biopolítica; a medicina é uma estratégia biopolítica. [...] É certo que o corpo humano foi reconhecido política e socialmente como uma

Page: 113

Number: 1 Author: Daniel Subject: Highlight Date: 14/12/2015 16:06:14
Não existe esta referência.

modificados. E, essa modificação vai muito mais além do que uma simples mudança de metodologia ou de avaliação. Trata-se da constituição de um outro sujeito.

Nesse sentido: "Al hablar de las "nuevas" tecnologías, entonces, debe quedar en claro que lo más nuevo tal vez no sea la tecnología, la cosa en sí, sino todos los otros cambios que la acompañan." (BURBULES; CALLISTER, 2001, p. 23).

E, é pensando nessas mudanças que considero o *corpus*, da minha pesquisa, na sua diversidade, e ao me deter em discursos que aparentemente são "naturais" e "arbitrários", busco pensá-los no seu poder de constituir os professores de Matemática que se pretende formar. Ou seja: de que forma os discursos contidos nos exames nacionais brasileiros, subjetivam os licenciandos de Matemática, transformando-os em determinados sujeitos, ao mesmo tempo que esses discursos podem estar sendo modificados pelos efeitos da globalização e das TICs.

Considerando as TICs como uma técnica de poder e o exame como um controle normalizante, que, segundo Foucault (1987) constitui o indivíduo tanto como efeito e objeto de poder, quanto como efeito e objeto de saber, é possível tratar o ENC e o ENADE como um instrumento que contribui para a subjetivação e para produção de indivíduos normalizados, do mesmo modo como as TICs servem a esse mesmo propósito.

Além disso, as formas do exercício de poder articuladas ao ENC e ao ENADE se dão de maneiras diversas – não servem apenas como um instrumento que orientará as ações da Secretaria de Ensino Superior (SESu) do Ministério de Educação "no sentido de estimular e fomentar iniciativas voltadas para a melhoria da qualidade do ensino", como também uma estratégia que subsidia o Conselho Nacional de Educação (CNE) no reconhecimento de cursos e habilitações, o credenciamento e o recredenciamento periódico das Instituições de Educação Superiores (INEP, 2006a), as quais são indispensáveis inclusive a sua sustentação e atuação eficaz, tornando visível as transformações nos cursos de Licenciatura Plena em Matemática, pois tal poder intervém diretamente na realidade concreta dos indivíduos.

Lara (2001), ao mostrar que tanto a disciplina Matemática cujas normas procuram assegurar uma distribuição "correta" dos indivíduos, como o exame, visto como uma tecnologia que individualiza e normaliza, são formas de governo de populações, possibilita que a disciplina Matemática seja tomada como um conjunto de conhecimentos para o controle minucioso do modo de pensar, raciocinar e agir do aluno. É, então, pela imposição desse modo de pensar e pela sujeição a ele, que se produzem determinados tipos de pensamentos. E é por meio de provas graduadas, que abordam conteúdos hierarquizados e determinados por um programa curricular, que essa Matemática exerce seu poder disciplinador. Os alunos são

Summary of Comments on 091_cp046176_anotado.pdf

Page: 23

Number: 1 Author: Daniel Subject: Highlight Date: 30/11/2015 19:16:49
Polissemia - conceitos: exame, controle normalizante, indivíduo, objeto de poder.

contratadas para elaborar os enunciados das questões que deverão ser respondidas pelos alunos. O esperado, principalmente, pelas universidades, é que o aluno apresente um bom desempenho, o que demonstraria sua capacidade de "ensinar" Matemática de acordo com as necessidades da sociedade atual.

Assim, a produção de tais subjetividades é, portanto, um efeito do conhecimento normatizado pelos especialistas que compõem a Comissão de Matemática, ao mesmo tempo que deve, também, ser normatizado pelos efeitos da incorporação das TICs na educação, uma vez que a sociedade atual está impregnada por discurso científico e tecnológico que exige um sujeito capaz de dar conta das novas TICs.

Para conduzir este estudo estruturei minha tese em seis capítulos.

No primeiro capítulo, *A emergência da Avaliação,* procuro tornar visível o modo como a avaliação surgiu historicamente como "questão de governo". Penso que, a partir dessa análise histórica, não apenas se possa mostrar, como já fez Foucault (1987), a emergência da avaliação na sociedade disciplinar, como também a sua constituição como "forma de governo" nas chamadas sociedades de controle, a ponto de podermos dizer que estamos vivendo, na atualidade, uma "era da avaliação".

No segundo capítulo, intitulado como *Avaliação, Globalização e TICs,* buscarei, num primeiro momento, retomar alguns estudos sobre os efeitos da globalização e das TICs na sociedade de controle com o intuito de mostrar que tais exigências implicam não somente um modo de governar os outros, mas também um modo de produzir o sujeito. Entre tais estudos, destaco: Negri e Hardt (2001), Negri e Lazzarato (2001), Dale (2004), Barone (2000), Miranda (1997), Rifkin (2001), Castells (2003), Santos (2003). A partir disso, procuro dar visibilidade ao modo como ações políticas e o modo de olhar o mundo, a partir de uma sociedade globalizada atravessada pelas TICs, criou a necessidade da adoção de práticas de avaliação contínua, não somente do sistema de educação, mas do desempenho dos serviços, da satisfação do usuário, dos indicadores epidemiológicos, enfim, cria condições de possibilidade para a constituição da "era da avaliação".

No terceiro capítulo, *A Avaliação como sistemática da educação,* procuro mostrar através de um estudo histórico, que com as novas exigências produzidas pelas TICs e pelos efeitos da globalização, o modo de governo que a avaliação constitui, em particular no Brasil, é outro. Ou seja, mudam as formas de avaliação, sua função e seu lugar, lugar este central nos sistemas educacionais brasileiros. Central porque é a avaliação que impõe os critérios e a direção ao ensino e à aprendizagem, ao estabelecer-se, na atualidade, como critério de qualidade.

Page: 25

Number: 1 Author: Daniel Subject: Highlight Date: 30/11/2015 19:22:54
Polissemia - Avaliação, sociedade disciplinar, governo - [essa mesma frase é repetida na p. 28]

Number: 1 Author: Daniel Subject: Highlight Date: 30/11/2015 19:23:56
Polissemia - Avaliação, sociedade disciplinar, governo - [repetição da p. 25]

1 A EMERGÊNCIA DA AVALIAÇÃO

"[...] somos forçados a produzir a verdade pelo poder que exige essa verdade e que necessita dela para funcionar; temos de dizer a verdade, somos coagidos, somos condenados a confessar a verdade ou a encontrá-la. O poder não pára de questionar, de nos questionar; não pára de inquirir, de registrar; ele institucionaliza a busca da verdade, ele a profissionaliza, ele a recompensa".
Michel Foucault

Ao tomar a avaliação como tema central desta tese, busquei, num primeiro momento, perceber o modo como ela vem sendo tratada na maioria dos estudos que se realizam em torno desse tema.

Sem dúvida, essa não é uma questão nova e, ao retomar, na introdução dessa tese, algumas concepções de avaliação, em particular da avaliação no âmbito educacional e institucional, diferentes idéias e categorizações são encontradas, principalmente no que diz respeito à dissemelhança entre avaliação educacional ou da aprendizagem e avaliação institucional.

Em qualquer uma das concepções que foram apresentadas a avaliação determina um campo de saber, e, embora não perca sua eficácia para "investigar", para "localizar necessidades" ou para "diagnosticar realidades", meu argumento é que é possível mostrar que, ao produzir um determinado saber, seja sobre a população, seja sobre o indivíduo, a avaliação ultrapassa sua concepção de instrumento e constitui um modo de observar e uma maneira de experimentar. Constitui, portanto, um modo de validar um saber, de criar saberes, possibilitando a generalização desse saber e sua imposição ou não como formas de governo.

Para dar conta de tal argumento, minha intenção, num primeiro momento, é tornar visível o modo como a avaliação surgiu historicamente como "questão de governo". Penso que, a partir dessa análise histórica, não apenas se possa mostrar, como já fez Foucault (1987), a emergência da avaliação na sociedade disciplinar, como também a sua constituição como "forma de governo" nas chamadas sociedades de controle, a ponto de podermos dizer que estamos vivendo, na atualidade, uma "era da avaliação".

e instrução para os postos de trabalho (políticas educacionais), por exemplo. Ou seja, a estatística constitui-se como instrumento necessário para poder formular políticas públicas.

Com a grande explosão demográfica do século XVIII e com o crescimento do aparelho de produção, se torna visível a preocupação em extrair mais tempo e trabalho dos corpos (FOUCAULT, 1987). Pois, quanto maior a população, maior é a necessidade de conhecê-la para governá-la de maneira mais econômica e, esse campo de conhecimento só se tornou possível através da estatística.

Assim, a estatística constitui-se como um instrumento de governo para o controle da população e, ao fornecer conhecimento sobre a população, ela configura-se como condição de possibilidade para a emergência da sociedade disciplinar.

1.2 DO GOVERNO DA POPULAÇÃO AO GOVERNO DAS PESSOAS: O EXAME

Com a explosão demográfica e a Revolução Francesa de 1789, ocorre um aumento muito grande da população escolar, da população hospitalizada e do exército. Ocorre, portanto, um aumento da população flutuante e da quantidade dos grupos que importa controlar e manipular. Como efeito aumentam as multiplicidades humanas e o aparelho de produção. E, para dar conta de fixar a população e ordenar tais multiplicidades torna-se necessária uma técnica de poder característica da disciplina.

Para tanto, segundo Foucault (1987, p.193), a disciplina utiliza-se de "instrumentos de poder anônimos e coextensivos à multiplicidade que regimentam, como a vigilância hierárquica, o registro contínuo, o julgamento e a classificação perpétuos". Desse modo, as disciplinas são técnicas que definem uma tática de poder capaz de: tornar o exercício de poder menos custoso; maximizar os efeitos desse poder social, estendendo-o o mais longe possível; ligar o crescimento econômico do poder ao rendimento dos aparelhos no interior dos quais se exerce; enfim, fazer crescer ao mesmo tempo a docilidade e a utilidade de todos os elementos contidos no sistema. Tais características também dariam conta do crescimento do aparelho de produção, que tornava-se cada vez mais extenso, complexo e custoso, necessitando de uma

Page: 33

Number: 1 Author: Daniel Subject: Highlight Date: 30/11/2015 19:25:13
Polissemia - extrair mais tempo e trabalho dos corpos.

Number: 2 Author: Daniel Subject: Highlight Date: 19/12/2015 23:48:39
Citação com aspas iniciando com segundo F. e concluindo com Desse modo. (p. 181)

racionalização[19]. Pois, tais técnicas permitem ajustar tanto a multiplicidade dos homens como a multiplicação dos aparelhos de produção, considerando-se produção num sentido mais amplo: produção de saber e de aptidões na escola, de saúde nos hospitais e de força destrutiva no exército (FOUCAULT, 1987, p.192).

Além disso, as disciplinas eram vistas como métodos que permitem o controle minucioso das operações do corpo, que realizam a sujeição constante de suas forças e lhe impõem uma relação de docilidade-utilidade" (FOUCAULT, 1987, p. 126). Pode-se falar, segundo Foucault (1987, p. 189), da formação de uma sociedade disciplinar nesse movimento que vai das disciplinas fechadas, espécie de "quarentena" social, até o mecanismo indefinidamente generalizável do "panoptismo"".

É importante destacar que isso não significa que a soberania seja eliminada por outra forma de governo[20]. O que ocorre é um deslocamento através da estatística que mostra a população como um dado, passando a ser considerada como um campo de intervenção, como objeto da técnica de governo, isolando a economia política como ciência e como técnica de intervenção de governo sobre essa população conhecida.

Consolida-se assim, o momento histórico das disciplinas, quando nasce uma arte do corpo humano, que além de pretender o aumento das suas habilidades pretende estabelecer a formação de uma relação que o torna tanto mais obediente quanto é mais útil, e inversamente. Trata-se de uma política das coerções chamada de "anatomia política", que define de que modo pode se ter o poder sobre o corpo dos outros para não só fazerem o que se quer, mas para que operem como se quer.

Assim, através de técnicas, fabricam corpos submissos e exercitados, ou seja, aumentam a sua obediência, em termos políticos, e sua utilidade, em termos econômicos, pois dissocia o poder do corpo em aptidão e capacidade.

A sociedade disciplinar foi marcada pelos dispositivos[21] de confinamento, entre eles a família, a fábrica, a prisão, o hospício, o exército e a escola, tratados por Foucault como dispositivos específicos de um poder que toma os indivíduos ao mesmo tempo como objeto e

[19] Para Foucault (1987, p. 192), Nem as forças residuais do poder feudal, nem as estruturas da monarquia administrativa, nem os mecanismos locais de controle, nem o emaranhado instável que formavam todos juntos podia desempenhar esse papel: impedia-os de fazê-lo a extensão lacunosa e em regularidade de sua rede, seu funcionamento muitas vezes conflitante, mas principalmente o caráter "dispendioso" do poder exercido".
[20] Foucault (1979, p. 188) afirma que: "A teoria da soberania continuou não só existindo como uma ideologia do direito, como também organizando os códigos jurídicos inspirados nos códigos napoleônicos de que a Europa se dotou no século XIX.".
[21] Foucault (1979, p. 244) entende, por dispositivo "um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre estes elementos".

Page: 34

Number: 1 Author: Daniel Subject: Highlight Date: 19/12/2015 23:49:14
Paráfrase muito semelhante ao texto de V&P [p. 180]

Number: 2 Author: Daniel Subject: Highlight Date: 19/12/2015 22:35:16
Citação entre aspas integrada ao texto do autor em início de parágrafo. [p. 118]

Number: 3 Author: Daniel Subject: Highlight Date: 19/12/2015 23:46:59
Citação entre aspas que encerra o parágrafo [p. 178]

Number: 4 Author: Daniel Subject: Highlight Date: 19/12/2015 22:39:38
Cópia de segmento. [p. 119]

Number: 5 Author: Daniel Subject: Highlight Date: 21/12/2015 11:52:32
Citação entre aspas em nota de rodapé. [p. 180]

como instrumento de seu exercício. O poder, nas sociedades disciplinares é exercido através da distribuição espacial, do controle das atividades estabelecidas por ritmos regulares, fixos, atividades nas quais são desenvolvidas habilidades e capacidades particulares através de exercícios, num dado período de tempo.

Assim, as sociedades disciplinares são vistas como uma forma de governo de populações que, através de repartições – adultos/crianças, doentes/não-doentes, trabalhador/não-trabalhador – são tomadas como segmentos que precisam ser vistos, conhecidos, confinados, vigiados, controlados, enfim, governados.

O modo econômico como as disciplinas operam evidencia que é mais rentável vigiar do que punir, ou seja, nessa perspectiva, quanto mais econômico é o modo com que opera, mais racional se torna. E são todas essas técnicas que, associadas ao poder sobre a vida, Foucault chama de biopoder. Para Negri e Hardt (2001), biopoder, no sentido foucaultiano, é tratado como "a forma de poder que regula a vida social por dentro, acompanhando-a, interpretando-a, absorvendo-a e a rearticulando" (p. 43). Assim, o biopoder, "se refere a uma situação na qual o que está diretamente em jogo no poder é a produção e a reprodução da própria vida" (NEGRI; HARDT, 2001, p. 43).

Para que o poder seja exercido através da disciplina várias condições devem ser satisfeitas. Entre elas, a distribuição espacial, o controle das atividades, o exercício, a combinação de forças. Desse modo, a "disciplina produz individualidades, pois controla os corpos e, através desse controle, faz com que o corpo obtenha condições de funcionamento próprio baseado no que foi determinado pela disciplina, aparecendo relações de subordinação e de submissão física às regras" (LARA, 2001, p. 27). E, ao mesmo tempo, no eixo cognitivo, "aparecem as disposições dos saberes e suas relações. É dessa forma que se manifesta o poder da norma fazendo com que a disciplina estabeleça as condições de veracidade de um saber. Pelo exercício do poder, o saber desenvolvido é usado para governar os sujeitos" (p. 27).

Em "Verdade e Poder", Foucault (1979, p.13-14) deixa claro que por verdade não quer dizer "o conjunto das coisas verdadeiras a descobrir ou a aceitar", mas sim o "conjunto das regras segundo as quais se distingue o verdadeiro do falso e se atribui ao verdadeiro efeitos específicos de poder". Assim, ela está "circularmente ligada a sistemas de poder, que a produzem e apóiam, e a efeitos de poder que ela induz e que a reproduzem. "Regime" da verdade.".

Além disso, para Foucault (1987, p. 30), "o sujeito que conhece, os objetos a conhecer e as modalidades de conhecimentos são outros tantos efeitos dessas implicações fundamentais do poder-saber e de suas transformações históricas.". Ou seja: "não é a atividade do sujeito do

Page: 35

Number: 1 Author: Daniel Subject: Highlight Date: 19/12/2015 22:33:37
citação com aspas que atravessa um parágrafo inteiro - 6 linhas e para fugir ao uso de adentramento dividiu em duas partes substituindo "Resumindo" por "Ou seja" [p. 27]

conhecimento que produziria um saber, útil ou arredio ao poder, mas o poder-saber, os processos e as lutas que o atravessam e que o constituem, que determinam as formas e os campos possíveis do conhecimento".

É com esse sentido que Foucault (1987) faz a análise do investimento político do corpo e da microfísica do poder, ou seja, tratando as relações de poder e de saber que investem os corpos humanos e os submetem a objetos de saber.

Assim, o poder da norma aparece com as disciplinas como um dispositivo de poder que possibilita o estabelecimento de um padrão constituído como normal, tendo a função de classificar, distribuir, substituir ou acrescentar graus de normalidade e, juntamente com a vigilância e a sanção, exercer o poder da individualização como normal ou anormal.

O poder da norma se instala, junto com outros poderes, na escola – como coerção no ensino –, no hospital – organizando um corpo médico e um quadro hospitalar – e, na indústria – regularizando seus processos e seus produtos.

Ao lado da vigilância hierárquica, vista como uma máquina que repousa sobre os indivíduos, a norma constitui-se num dispositivo disciplinar que individualiza à medida que permite medir desvios, determinar níveis, fixar especialidades e tornar úteis as diferenças (FOUCAULT, 1987, p. 164).

Mas o que mais se torna relevante para esta tese é que, através de todas essas técnicas, a disciplina tem por alvo e resultado os indivíduos em sua singularidade. E esse poder de individualização terá o exame como instrumento fundamental.

Considerado como uma vigilância permanente, o exame se constitui como um dispositivo que permite medir, classificar e distribuir os indivíduos, normalizando-os. Além disso, permite que o indivíduo seja localizado possibilitando, portanto, sua utilização máxima. Assim, é através do exame que a individualidade se constitui como um elemento pertinente para o exercício do poder.

Utilizando-se de técnicas documentárias, o exame cria condições que tornam possíveis a organização de campos comparativos que ocasionam a classificação, a formação de categorias, o estabelecimento de médias e a fixação de normas. Possibilita, portanto, que os indivíduos sejam regulados, diferenciados e comparados entre si, pois verifica suas capacidades e aptidões em relação a um padrão estabelecido, tornando cada um "um caso" que, ao mesmo tempo que se constitui um objeto para o conhecimento se constitui uma tomada para o poder (FOUCAULT, 1987, p.170). Assim, o exame está no cruzamento do poder e do saber, através do qual o indivíduo é objetivado, podendo ser descrito e analisado, na medida em que é medido, qualificado e classificado.

Page: 36

Number: 1 Author: Daniel Subject: Highlight Date: 30/11/2015 21:27:35
citação com aspas que atravessa um parágrafo inteiro - 6 linhas e para fugir ao uso de adentramento dividiu em duas partes substituindo "Resumindo" por "Ou seja" [p. 27]

Number: 2 Author: Daniel Subject: Highlight Date: 30/11/2015 20:11:43
Polissemia do parágrafo anterior

Number: 3 Author: Daniel Subject: Highlight Date: 19/12/2015 22:38:53
Cópia de segmento. [p. 153]

Number: 4 Author: Daniel Subject: Highlight Date: 21/12/2015 11:31:11
Paráfrase com cópia [p. 154]

Number: 5 Author: Daniel Subject: Highlight Date: 21/12/2015 11:53:08
Paráfrase - [p. 151]

É importante salientar, que o exame emerge como ponto central [1]dos processos que constituem o indivíduo como efeito e objeto de poder, como efeito e objeto de saber" (FOUCAULT, 1987, p. 171). Entramos assim, como afirma Foucault, na *era do exame interminável* e da objetivação limitadora. É o momento em que o exame, visto como uma avaliação, produz saber sobre os indivíduos objetivando-os, colocando-os num campo de vigilância onde estão comprometidos com toda uma quantidade de documentos que os captam e os fixam.

Assim, a avaliação, na forma de exame, emerge na sociedade disciplinar como um instrumento que produz conhecimento, classificando os indivíduos de acordo com uma norma estabelecida, possibilitando, portanto, um determinado modo mais econômico de governá-lo.

Além disso, os efeitos dessa avaliação são visíveis dentro dos dispositivos disciplinares. No caso do hospital, destaca-se o surgimento da categoria de enfermeiro, possibilitada pela inspeção descontínua e rápida que transforma-se, na sociedade disciplinar, numa vigilância regular submetendo o doente a uma situação de exame quase contínua. Assim, o médico que antes [2]não participava efetivamente da gestão cotidiana do hospital, não tendo horários fixos de visita e dependendo para sua inspeção de outros controles – entre eles religiosos e administrativos –, desloca-se para o interior do hospital que deixa de ser visto como local de assistência tornando-se um local de formação e aperfeiçoamento científico. [3]É o hospital que "bem disciplinado" constituirá o local apropriado da disciplina médica, pois passará a existir no interior do hospital um campo documental, tornando-o mais do que um lugar de cura, mas, também, um lugar de registro, acúmulo e formação de saber.

Trata-se do surgimento da clínica, pois ao possibilitar [4]a organização do hospital como aparelho de "examinar", o exame hospitalar, desloca a intervenção médica e disciplinariza o espaço hospitalar constituindo-o "como lugar de formação e transmissão do saber" (FOUCAULT, 1979, p. 111). Penso ser preciso colocar em evidência, que o exame emerge dentro do hospital como um instrumento, um mecanismo que possibilita governar de um determinado modo.

Do mesmo modo, uma pedagogia que funciona como ciência foi possibilitada pela era da escola "examinatória". Se antes era difícil caracterizar a aptidão de cada aluno situando seu nível e suas capacidades para verificar a utilização que se podia fazer delas, na sociedade disciplinar, ao [5]tornar-se um aparelho de exame ininterrupto que acompanha em todo o seu comprimento a operação do ensino, a escola utiliza-se do exame cada vez mais como um dispositivo de controle para uma comparação perpétua de cada um com todos, permitindo ao mesmo tempo medir e sancionar.

Page: 37

Number: 1 Author: Daniel Subject: Highlight Date: 30/11/2015 21:30:37
Citação com aspas adaptando o verbo antes das aspas para poder caber na estrutura do autor. Deslocamento de aspas. [p. 160]

Number: 2 Author: Daniel Subject: Highlight Date: 19/12/2015 23:35:33
cópia de segmento [p. 154]

Number: 3 Author: Daniel Subject: Highlight Date: 30/11/2015 22:03:07
Cópia de segmento com discreta adaptação retirando aspas originais de V&P. [p.155]

Number: 4 Author: Daniel Subject: Highlight Date: 19/12/2015 23:33:15
Cópia de V&P mas atribuí como polissemia a Microfísica do Poder. [p. 154]

Number: 5 Author: Daniel Subject: Highlight Date: 19/12/2015 23:38:20
Cópia de segmento com discreta alteração [p. 155]

Assim, a escola constitui-se, através do exame, como o local da pedagogia, pois conforme Foucault (1987, p. 166), "o exame não se contenta em sancionar um aprendizado; é um de seus fatores permanentes: sustenta-o segundo um ritual de poder constantemente renovado".

Destaco, nesse ponto, que a avaliação é tomada como um instrumento que irá verificar se os conhecimentos transmitidos pelo professor foram apreendidos pelos alunos e que permitirá ao mestre levantar um campo de conhecimento sobre o seu aluno para poder intervir de maneira mais eficaz sobre o seu aprendizado. Pois o exame, a prova, autentica uma transmissão de saber já feita pelo professor ao mesmo tempo que retira do aluno a apropriação desse saber. O que quero argumentar é que, ao se instaurar dentro da escola, a avaliação constitui-se como mecanismo que possibilita a produção de um saber de como se ensina e de como se aprende, dando condições, portanto, para que, do mesmo modo que o hospital se tornasse clínica, a escola se tornasse o local da pedagogia. Ou seja, até esse momento, antes da emergência do exame, não era preocupação da escola criar modos de ensino que tornasse a aprendizagem menos custosa e, tampouco era preocupação do hospital organizar um corpo médico e um quadro hospitalar. É a avaliação que possibilita pensar desse modo, possibilitando, portanto, governar o indivíduo de acordo com sua individualidade (ou seja, a partir do que já se conhece sobre ele).

Trata-se do momento em que os mecanismos histórico-rituais de formação da individualidade – cerimônias, relatos comemorativos, genealogias que dão os ancestrais como pontos de referência, proezas –, dão lugar aos mecanismos científico-disciplinares – fiscalizações, observações, medidas comparativas tendo a norma como referência, desvios. Ou seja, o normal aparece no lugar do ancestral e a medida no lugar do status, fazendo com que o homem deixe de ser memorável para tornar-se calculável.

Para Foucault (1987), momento histórico em que uma nova tecnologia de poder e uma outra anatomia política do corpo, criaram condições de possibilidade para as ciências do homem, as ciências "clínicas". Pois, o horizonte teórico ao qual as disciplinas referir-se-ão não poderá ser o edifício do direito da soberania, mas o domínio das ciências humanas, pois seu discurso não é o da regra jurídica, mas da norma, não da lei, mas da normalização, sendo a sua jurisprudência um saber clínico.

De acordo com Foucault (1990, p. 362), "não resta dúvida de que a emergência histórica de cada uma das ciências humanas tenha ocorrido por ocasião de um problema, de uma exigência, de um obstáculo de ordem teórica ou prática". Exemplo disso foram as novas normas impostas aos indivíduos pela sociedade industrial, no decurso do século XIX, que

Page: 38

Number: 1 Author: Daniel Subject: Highlight Date: 19/12/2015 23:39:52
Citação entre aspas em final de parágrafo iniciando com "Conforme F." (p. 155)

Number: 2 Author: Daniel Subject: Highlight Date: 30/11/2015 21:12:56
Polissemia sobre as novas tecnologias.,

qualquer momento poderá haver algo produtivo emanando de um cérebro". Tal afirmação torna visível a necessidade da avaliação constante.

Além disso, é possível mostrar que as transformações experimentadas pela sociedade, sobretudo na época atual, fazem com que novas exigências sejam feitas à educação e à escola, tendo em vista uma maior produtividade, qualidade e competitividade, como efeitos de uma economia de mercado ligada ao crescente processo de globalização.

Na perspectiva de Barriga (2003), no marco das políticas de globalização um conjunto de práticas se generalizou, entre elas, o sistema de avaliação, em particular na universidade, com suas técnicas disciplinares, das quais destaca-se o exame, mostrando-se como um mecanismo eficaz para consolidar modelos desejados, tendo forte relação com a regulação.

Assim, embora tenhamos formas de controle contínuo, avaliação contínua e a ação da formação permanente, através do sistema de avaliação, podemos encontrar, como previu Deleuze (1992), estratégias de poder antigas tomadas de empréstimo, mas que retornam à cena devidamente ressignificadas. E, o que sustento, nesse estudo, é que essa ressignificação se explicita, principalmente, na intensificação da avaliação, fazendo com que ela se generalize, tornando-a contínua, infinita em todos os níveis, em todos os momentos.

Tomando o caso específico do Brasil e a avaliação dos sistemas de educação, a avaliação operacionalizada pelo INEP, autarquia federal vinculada ao MEC–, atravessa todos os níveis do sistema educativo: Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB); Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM); Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (ENCCEJA); Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Ensino Superior) (ENADE).

Assim, através de levantamentos estatísticos – censos – e avaliativos – exames – que atravessam todos os níveis e modalidades de ensino, o INEP, agência ligada ao MEC, desenvolve sua missão de "promover estudos, pesquisas e avaliações sobre o Sistema Educacional Brasileiro". Seu objetivo com isso, é de "subsidiar a formulação e implementação de políticas públicas para a área educacional a partir de parâmetros de qualidade e eqüidade, bem como produzir informações claras e confiáveis aos gestores, pesquisadores, educadores e público em geral" (INEP, 2006b).

Mostra-se visível que tal sistema de avaliação utiliza-se de uma das técnicas principais da sociedade disciplinar, o exame. No entanto, o que quero ressaltar é que a avaliação, aqui, não serve apenas como instrumento de controle do MEC, mas como a própria forma de governo utilizada pelo MEC e seus pares, pois "manifesta a sujeição dos que são percebidos como objetos e a objetivação dos que se sujeitam", e, também, institui o saber, já que trata-se

Page: 46

Number: 1 Author: Daniel Subject: Highlight Date: 19/12/2015 22:43:23
Citação com aspas a parte início e final do parágrafo em V&P com deslocamento de aspas. [p. 154]
Repete a mesma citação em nota de rodapé na p. 109.

de um investimento político que "não se faz simplesmente ao nível da consciência, das representações e no que julgamos saber, mas ao nível daquilo que torna possível um saber" (FOUCAULT, 1987, p. 165).

Contudo, é importante mostrar que nem sempre o sistema de avaliação constitui-se dessa forma no Brasil. Ou seja, todos esses mecanismos de avaliação surgiram historicamente, cada um num determinado momento, mas que, aos poucos, vão tornando-se contínuos.

No caso da avaliação institucional, as propostas para sua realização provêm, de acordo com Barriga (2003, p. 85), de três atores:

> As políticas para educação superior estabelecidas pelos governos nacionais, as propostas que emanam dos organismos internacionais e as propostas estruturadas pelos especialistas em educação superior ou associações profissionais, que consideram que o credenciamento profissional se constitui em um elemento chave para o desempenho profissional em razão da globalização e dos processos de integração econômica.

Desse modo, torna-se necessário perceber e analisar como as políticas educacionais, entendidas como políticas públicas, se apresentam no atual contexto socioprodutivo e político brasileiro.

Vale ressaltar que, segundo Costa e Zainko (2004, p. 125), membros da Comissão Especial de Avaliação SESu/MEC, embora seja um tema antigo, "a Avaliação sempre esteve presente no cotidiano da Universidade, seja como instrumento regulador, seja como reflexão crítica de suas ações com vistas à transformação social, nem sempre contudo sob uma perspectiva de globalidade e de participação".

Para as autoras:

> É, porém, neste momento de profundas transformações no contexto nacional e internacional sobre o papel das Universidades que a discussão ganha novas e importantes dimensões, principalmente quando associada às necessidades de construção de uma *nova universidade* [*grifo das autoras*] e de fazer frente às exigências no Brasil, de uma política atual para a Educação Superior. (COSTA; ZAINKO, 2004, p. 125-126).

Logo, conforme as autoras: "A globalização é, sem dúvida alguma, um dos fenômenos ligados às transformações mundiais da sociedade contemporânea que exercem maior influência sobre o ser e o fazer da universidade." (COSTA; ZAINKO, 2004, p. 127).

De acordo com Costa e Zainko (2004, p. 126), nesse momento [de globalização], faz-se necessário pensar nos desafios aos quais as universidades contemporâneas estarão submetidas e também de repensar o papel da universidade neste contexto, em especial nos

Page: 47

Number: 1 Author: Daniel Subject: Highlight Date: 19/12/2015 23:31:09
Citação com aspas a parte inicial e final do parágrafo em V&P com deslocamento de aspas. [p. 154]

Page: 109

Number: 1 Author: Daniel Subject: Highlight Date: 19/12/2015 22:42:34
Citação com aspas em nota de rodapé repetida da p. 47 (V&P p. 154)

4. 1 OS OBJETIVOS DO EXAME PARA O CURSO DE LICENCIATURA EM MATEMÁTICA

Segundo o INEP: "O Relatório-síntese do Exame Nacional de Cursos (ENC-Provão) fornece informações gerais sobre o desempenho dos cursos participantes a cada ano." (INEP, 2006i), as quais "poderão contribuir, dessa forma, para um processo de avaliação permanente das propostas, dos projetos e das práticas pedagógicas vigentes na instituição de educação superior" (INEP, 2006f). Há assim, uma intencionalidade explícita do MEC e seus pares de "contribuir" para uma melhoria dos cursos de graduação:

> Os relatórios do Exame Nacional de Cursos são encaminhados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais "Anísio Teixeira" (Inep) à Secretaria de Educação Superior (SESu), órgão do Ministério da Educação responsável pela política e gestão do sistema nacional de ensino superior. A SESu/MEC deverá utilizar os resultados do Exame para orientar suas ações no sentido de estimular e fomentar iniciativas voltadas para a **melhoria da qualidade do ensino**. A efetiva qualidade do ensino passa obrigatoriamente pela adequada utilização de mecanismos institucionais disponíveis, sendo um deles a deliberação do Conselho Nacional de Educação (CNE), quanto ao reconhecimento de cursos e habilitações, ao credenciamento e ao recredenciamento periódico das instituições de educação superior. Para a execução desse trabalho, o CNE contará com os relatórios das avaliações dos cursos, além de outros dados decorrentes de análises de documentações e de acompanhamentos. Os relatórios das avaliações fornecerão subsídios para que o CNE desempenhe, com maior segurança, as suas atribuições legais, zelando pela qualidade do ensino brasileiro. (INEP, 2006a, grifos meus).

O fato das avaliações realizadas pelo INEP subsidiarem os processos de recredenciamento de instituições de ensino superior e de reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos superiores, como demonstrado anteriormente e corroborado por essa afirmação do INEP, faz com que o MEC tenha o poder de definir como todos os futuros profissionais deverão ser formados. Embora também seja objetivo do MEC avaliar as instituições e os cursos em relação as suas condições de ensino, sua organização didático-pedagógica, seu corpo docente e suas instalações, pretendo focalizar meu estudo na avaliação do desempenho dos estudantes. Através do exame – uma das estratégias mais eficazes de governo apontadas por Foucault[49]–, o MEC procura instituir uma verdade sobre o perfil, os

[49] Em **Vigiar e punir**, Foucault (1987, p. 164-165) afirma que é no exame que "vêm-se reunir a cerimônia do poder e a forma da experiência, a demonstração da força e o estabelecimento da verdade. [...] ele manifesta a sujeição dos que são percebidos como objetos e a objetivação dos que se sujeitam".

Por mais uma dessas "guinadas da vida", iniciei o Mestrado querendo produzir uma nova teoria —melhor que outras, diga-se de passagem— e terminei realizando um estudo sobre a licenciatura justamente em uma perspectiva que abdica da busca pela verdade última ou pela verdade mais verdadeira que outras, contentando-se em "dar 'peças' ou 'bocados', verdades modestas, novos relances, estranhos, que não implicam um silêncio de estupefação ou um burburinho de comentários, mas que sejam utilizáveis por outros como as chaves de uma caixa de ferramentas", conforme escreveu Ewald (2000, p.26), ao comentar o *Vigiar e Punir* de Michel Foucault.

Nesse deslocamento, embora tendo no horizonte das minhas preocupações a licenciatura em geral, tomei como objeto de estudo um programa de licenciaturas específico localizado e datado. Sobre esses cursos[7], perguntei-me, em termos bastante gerais, não o que eles são, mas como se tornaram possíveis, como funcionam e como se ativam as relações de poder no seu, digamos, interior. Conectadas com essas questões gerais, mais adiante serão abordadas e discutidas algumas questões mais específicas.

Para abordar dessa maneira as *Licenciaturas Parceladas*, utilizei principalmente as noções de poder —incluindo-se aí o poder disciplinar e o biopoder— e de dispositivo, de Michel Foucault. Essas ferramentas permitiram-me olhar para esses cursos enquanto um dispositivo de subjetivação e governamento. No sentido aqui empregado, o governamento não se refere, apenas e simplesmente, a um conjunto de ações unidirecionais que partiriam de algum centro irradiador e atingiriam a todos e cada um dos indivíduos, dirigindo-os em sua passividade e aceitação. Diferente disso, governar as pessoas "é sempre um difícil e versátil equilíbrio de complementaridade e conflito entre técnicas que asseguram a coerção e processos por meio dos quais o eu é construído e modificado por si próprio" (Foucault, 1993, p.207). Em resumo, governar pode ser um pouco mais difícil do que se possa pensar comumente: não basta que uns mandem e outros obedeçam; é

[7] Através do Projeto de *Licenciaturas Parceladas*, a UNEMAT oferece os seguintes cursos de licenciatura plena: Ciências Biológicas, Geografia, História, Letras, Matemática e Pedagogia, com habilitação para as séries/ciclos iniciais do Ensino Fundamental.

Summary of Comments on 100_cp026857_anotado.pdf

Page: 25

Number: 1 Author: Daniel Subject: Highlight Date: 22/11/2015 20:47:16
Cita comentador de V&P.

Nesse cuidadoso estudo sobre o pensamento comeniano, em que focaliza a *Didática Magna*, esse autor oferece uma passagem significativa para a argumentação que venho desenvolvendo, que, embora um pouco longa, vale a pena reproduzir:

> um professor para muitos alunos que se acham num mesmo nível de aprendizagem, transmitindo a todos e ao mesmo tempo um mesmo saber, sempre com o mesmo método, e necessariamente acompanhado por um mesmo texto. Essa cena repetida nas outras salas de aula da escola e, por sua vez, em todas e em cada uma das escolas de um mesmo território. Todos ao mesmo tempo; todos tratando dos mesmos temas, do mesmo modo e com os mesmos recursos. Essa é a paisagem pintada pela pedagogia comeniana. Essa é a imagem pintada pela Pedagogia moderna. (Narodowski, 2001, p.74).

Sabendo-se que essa paisagem foi pintada em meados do século XVII, parece-me fácil perceber a magnitude do seu alcance e visualizar a vivacidade dos seus traços, das suas formas e das suas tonalidades. Parece-me também que a distribuição (espacial) dos corpos e a dos saberes e o ordenamento (temporal) das atividades estão contemplados nessa paisagem através das posições —físicas e sociais— do professor e dos alunos, da disposição ordenada dos saberes e da percepção do espaço-tempo homogeneamente distribuídos, dentre muitos outros aspectos.

Para além da contribuição de Comenius para o estabelecimento da modernidade pedagógica, "nos textos comenianos, desliza, de maneira quase imperceptível, um esboço daquilo que Michel Foucault denominou de uma instituição de seqüestro" (Narodowski, 2001, p.13). E, uma vez que Foucault (1987) descreveu minuciosamente a organização espaciotemporal disciplinar, característica das instituições de seqüestro, não me parece difícil visualizar o emaranhado que se configura entre o espaço-tempo, as relações de poder e a Escola, ao longo da Modernidade.

Mas, é claro que o mundo mudou e continua mudando. Depois de Comenius, muitos outros continuaram produzindo saberes sobre a Escola, seja combatendo o pensamento comeniano, seja aperfeiçoando-o. Assim, também o espaço e o tempo modernos foram pensados e manipulados de outras maneiras. E, também, as relações de poder contemporâneas não são mais as mesmas.

Page: 73

Number: 1 Author: Daniel Subject: Highlight Date: 20/12/2015 23:31:19
Polissemia sobre instituições de sequestro.

disciplinar e das tecnologias do biopoder[29], de modo mais objetivo, além de discutir as relações entre ambas. Penso que essa discussão reportada a seguir, contribui para apoiar a argumentação que venho desenvolvendo acerca dos controles reguladores e também do deslocamento nas relações de poder.

Segundo Foucault (1999c), a tecnologia disciplinar instala-se no final do século XVII e no decorrer do século XVIII. Ele refere-se a essa tecnologia como sendo

> todos aqueles procedimentos pelos quais se assegurava a distribuição espacial dos corpos individuais (sua separação, seu alinhamento, sua colocação em série e em vigilância) e a organização, em torno desses corpos individuais, de todo um campo de visibilidade. Eram também as técnicas pelas quais se incumbiam desses corpos, tentavam aumentar-lhes a força útil através do exercício, do treinamento, etc. (p.288).

Apenas a título de lembrete —a respeito da relação imanente entre espaço, tempo, poder e escola que estou questionando também neste capítulo— é notável que todos esses procedimentos disciplinares se dão nas instituições de seqüestro, como a escola, e incluem uma intensa manipulação de espaços e tempos abstraídos e, portanto, moldáveis.

Após a instalação da tecnologia disciplinar, segundo Foucault (1999c), a tecnologia regulamentadora instala-se a partir da segunda metade do século XVIII[30].

Nessa tecnologia, segundo Foucault (1999c),

> trata-se sobretudo de estabelecer mecanismos reguladores que, nessa população global com seu campo aleatório, vão poder fixar um equilíbrio, manter uma média, estabelecer uma espécie de homeóstase, assegurar compensações; em suma, de instalar mecanismos de previdência em torno desse aleatório que é inerente a uma população de seres vivos, de otimizar, se vocês preferirem, um estado de vida: *mecanismos como vocês vêem, como os mecanismos disciplinares, destinados em suma a maximizar forças e extraí-las, mas que passam por caminhos inteiramente diferentes* (p.293-294, grifo meu).

[29] O *poder disciplinar* foi tematizado, especialmente, em *Vigiar e Punir* (Foucault, 1987). E a questão do *Biopoder* foi tratada, mais especificamente, no primeiro livro da *História da Sexualidade*, intitulado *A Vontade de Saber* (1988), na Aula do dia 17 de março de 1976, publicada no livro *Em Defesa da Sociedade* (1999c) e nos cursos *Segurança, Território e População* e *Nascimento da Biopolítica*, cujos resumos foram publicados no livro *Resumo dos Cursos do Collège de France – 1970/1982* (1997a).

[30] Penso que essa defasagem temporal, entre a instalação da tecnologia disciplinar e a instalação da tecnologia regulamentadora, permite que se fale em sociedades disciplinares, apesar de —na ordem das *relações* de poder— a tecnologia disciplinar constituir o biopoder, ao articular-se com a tecnologia regulamentadora.

Page: 77

Number: 1 Author: Daniel Subject: Highlight Date: 20/12/2015 23:31:53
Polissemia em nota de rodapé sobre "poder disciplinar"

corpo e alma, eu diria que se, antes, a disciplina enfatizava as suas operações sobre o corpo —essas operações eram mais, digamos, corpóreas e, por isso, mais perceptíveis— agora, ela enfatiza as suas operações sobre a alma —essas operações são mais, digamos, etéreas, mais refinadas; agora, as operações disciplinares atuam mais diretamente sobre as almas a serem fabricadas e menos diretamente sobre os corpos a serem docilizados: as coisas se passam como se a disciplina descobrisse que, na gestão da vida que habita o corpo, pode ser mais econômico investir mais diretamente sobre a alma. É claro que não quero, com esse pequeno exercício de pensamento, dizer que existe uma alma separável do corpo, já que a alma é "uma peça no domínio exercido pelo poder sobre o corpo" (Foucault, 1987, p.29). Com esse exercício, estou apontando apenas uma mudança de ênfase em que a tecnologia disciplinar estaria sendo percebida como mais tênue, mais suave, devido à sua integração ao exercício de um poder, cujo objetivo central é gerir a vida. Ou melhor, penso que essa mudança de ênfase seja, em grande medida, resultante da integração do poder disciplinar a "um poder que se aplica à vida dos indivíduos; mesmo que se fale nos corpos dos indivíduos, o que mais importa é que tais corpos são tomados naquilo que eles têm em comum: a vida, o pertencimento a uma espécie" (Veiga-Neto, 2003a, p.87).

Essa mudança de ênfase pode ser explicada, parcialmente, por dois aspectos da história do próprio poder em sua relação inextricável com as formas de saber. Um primeiro aspecto é o desenvolvimento daquilo que Foucault (1979e) chamou de "as condições reais da opinião, as *media*, uma materialidade que obedece aos mecanismos da economia e do poder em forma de imprensa, edição, depois de cinema e televisão" (p.224); e, mais recentemente em forma de *Internet*. Um segundo aspecto da história do poder que se liga à aparente "suavização" das relações de poder disciplinar é que, atualmente, o mecanismo do poder "precisa de uma imensa rede de saber, não somente para funcionar, mas também para se esconder" (Foucault, 2004a, p.36). A intensificação dessa necessidade do saber é uma característica do exercício contemporâneo tanto do poder disciplinar quanto do poder regulamentador, e o exercício do poder nessas condições implica que o poder é cada

Page: 87

Number: 1 Author: Daniel Subject: Highlight Date: 20/12/2015 23:33:38
Citação com aspas em final de frase para completar o sentido com palavras de V&P. [p. 29]

exemplo típico desse espetáculo grotesco é o suplício de Damiens, relatado detalhadamente no primeiro capítulo de *Vigiar e Punir*.

Em uma série de conferências, proferidas na PUC do Rio de Janeiro, no período de 21 a 25 de maio de 1973 e publicadas, posteriormente, em forma de livro com o título *A Verdade e as Formas Jurídicas*, Foucault (1999b) descreve, minuciosamente, uma variedade de *controles sociais* —feitos pela sociedade sobre si própria— que teriam se efetivado na Europa, durante os séculos XVII e XVIII, como parte do processo de constituição da sociedade disciplinar.

Mais especificamente na *Conferência 4*, Foucault (1999b) exemplifica esses controles, citando organizações sociais que se desenvolveram na Inglaterra e na França. No caso inglês, ele analisa em primeiro lugar o caso das comunidades religiosas *quakers* e metodistas. Ele argumenta que pela realização de viagens de inspeção "essas sociedades tinham o duplo objetivo de assistência e vigilância". E também, acrescento eu, de controle do comportamento de seus membros (p.89). Pois,

> ao mesmo tempo em que os assistiam, elas se atribuíam a possibilidade e o direito de observar *em que condições* era dada a assistência: observar *se o indivíduo que não trabalhava estava efetivamente* doente, *se sua pobreza* e miséria eram devidas à devassidão, à bebedeira, aos vícios, etc. (p.90, grifo meu).

Em segundo lugar, Foucault (1999b) descreve a *Sociedade para a Reforma das Maneiras (do comportamento, da conduta)* e a *Sociedade para a Supressão dos Vícios*, que não eram propriamente religiosas, mas que funcionaram como instâncias de controle social, atuando principalmente no controle dos comportamentos. A primeira "se propunha a reformar as maneiras: fazer respeitar o domingo, [...] impedir o jogo, a bebedeira, reprimir a prostituição, o adultério, as imprecações, as blasfêmias, tudo o que pudesse manifestar desprezo para com Deus" (p.90). E a segunda tinha "por objetivo fazer respeitar o domingo, impedir a circulação dos livros licenciosos e obscenos, introduzir ações na justiça contra a má literatura e mandar fechar as casas de jogos e prostituição" (p.91).

Em terceiro lugar, Foucault (1999b) aborda o que ele chama de "grupos de auto-defesa de caráter para-militar". Esses grupos "surgiram em resposta às

Page: 96

Number: 1 Author: Daniel Subject: Highlight Date: 20/12/2015 23:34:03
Polissemia sobre "suplício de Damiens" no primeiro capítulo.

inclui quem solicitava ao Rei essas ordens e por quais motivos. Segundo Foucault (1999b),

> a maioria delas, as dezenas de milhares de *lettres-de-cachet* enviadas pela monarquia eram, na verdade, solicitadas por indivíduos diversos: maridos ultrajados por suas esposas, pais de família descontentes com seus filhos, famílias que queriam se livrar de um indivíduo, comunidades religiosas perturbadas por alguém, uma comuna descontente com seu cura, etc. Todos esses indivíduos ou pequenos grupos pediam ao intendente do rei uma *lettre-de-cachet*; este fazia um inquérito para saber se o pedido era justificado. Quando isto ocorria, ele escrevia ao ministro do rei encarregado do assunto, solicitando enviar uma *lettre-de-cachet* permitindo a alguém mandar prender sua mulher que o engana, seu filho que é muito gastador, sua filha que se prostitui ou o cura da cidade que não demonstra boa conduta, etc. (p.96).

Ao examinar esse funcionamento das ***lettres-de-cachet***, Foucault (1999b) observa que

> eram instrumentos de controle, de certa forma espontâneos, controle por baixo, que a sociedade, a comunidade, exercia sobre si mesma. A *lettre-de-cachet* consistia portanto em uma forma de regulamentar a moralidade cotidiana da vida social, uma maneira do grupo ou dos grupos — familiares, religiosos, paroquiais, regionais, locais, etc.— assegurarem seu próprio policiamento e sua própria ordem (p97).

A respeito das condutas que demandavam a solicitação das ***lettres-de-cachet***, Foucault (1999b) afirma que elas se referiam e sancionavam basicamente os comportamentos de três "tipos": as condutas de imoralidade, as condutas religiosas julgadas perigosas e dissidentes e, também, os comportamentos relativos aos conflitos de trabalho.

Ainda comentando esse sistema de controle social, Foucault (1999b) argumenta que "a prisão, que vai se tornar a grande punição do século XIX, tem sua origem precisamente nesta prática para-judiciária da ***lettre-de-cachet***, utilização do poder real pelo controle espontâneo dos grupos" (p.98). Além de ser a grande punição do século XIX, a prisão é, também, a instituição de seqüestro exemplar e característica da sociedade disciplinar, cujo funcionamento é analisado por Foucault, em *Vigiar e Punir*.

Page: 98

Number: 1 Author: Daniel Subject: Highlight Date: 20/12/2015 23:34:41
Polissemia sobre instituição de sociedade disciplinar.

Seguindo essa maneira de ver como as coisas são historicamente fabricadas, vou discutir a emergência da formação de professores relacionando-a, basicamente, com a disciplina e com a Escola modernas, no contexto da transformação da sociedade de soberania para a sociedade de disciplina.

As chamadas escolas normais são constitutivas da emergência das relações de poder disciplinar. Conforme Foucault (1987), "o Normal se estabelece como princípio de coerção no ensino, com a instauração de uma educação estandardizada e a criação das escolas normais" (p.153). Penso que se pode afirmar que as escolas normais seriam, digamos, tipos bastante específicos da própria Escola Moderna, principalmente pelo papel que ela desempenha. O papel desempenhado pelas escolas normais é justamente o de "formar" os professores, tornando-os conformes à norma, isto é, normais. E, certamente por serem considerados normais os professores podem ser vistos, eles próprios, como normas sociais, como referências ao menos para o comportamento das crianças pequenas. Talvez se possa dizer, também, que as escolas normais formam aqueles que ocupam as torres de vigia da instituição de seqüestro.

Por um lado, um dos grandes defensores da Escola Moderna, que Foucault chama acima de educação estandardizada, foi Comenius; e, por outro lado, a história da educação considera que o criador da Escola Normal foi João Batista La Salle. Se, historicamente, ambos estão separados pelas questões religiosas, uma vez que o primeiro localiza-se do lado da Reforma protestante e o segundo está do lado da Contra-Reforma, no campo específico da educação escolar, ambos, cada um à sua maneira, contribuem para a emergência da Escola Moderna. Comenius é considerado como um grande organizador do pensamento educacional da época, propondo algo como um sistema. Enquanto isso, La Salle militou mais no dia-a-dia escolar e a partir daí extraiu formulações ligadas mais diretamente à organização escolar e ao funcionamento disciplinar do ensino. Ao fim e ao cabo, em termos da Modernidade, ambos poderiam perfeitamente ser parceiros na construção do Projeto e na implementação da Escola Moderna. É claro que isso soaria como uma espécie de heresia, desde um ponto de vista restrito, mas penso que desde uma perspectiva ampla essa parceria é perfeitamente viável, inclusive porque Comenius e La Salle são

Page: 112

Number: 1 Author: Daniel Subject: Highlight Date: 20/12/2015 23:36:11
Citação com aspas. Inicia um pensamento e termina com a citação. Utiliza Conforme F. [p. 153]

No posicionamento espaciotemporal contemporâneo o limite não desaparece, mas ele é flexibilizado. Isto significa que ele pode ser ampliando ou diminuído, ou melhor, significa que os limites são movidos conforme a estratégia política. Assim, pode-se modificar a localização de um limite, pode-se erguer outro onde não havia, pode-se também suprimir limites indesejáveis, e assim por diante. E, também, determinados critérios tidos como irrelevantes e até mesmo dispensáveis podem tornar-se pré-condição de uma hora para outra.

Essa flexibilidade do limite repercute, por exemplo, no âmbito da disciplinaridade. Com a efetivação dessa flexibilidade, não se é mais obrigado a cumprir os mesmos horários todos os dias e nem a percorrer os mesmos espaços. Mas, nem por isso a disciplina desaparece, ela continua funcionando e até melhor do que antes, pois se torna muito mais sutil, torna-se mesmo desejável. Assim, continua-se seqüestrando o tempo. E, o que é mais grave, o tempo é seqüestrado num clima de contentamento por efeito da possibilidade de escolher o que e quando fazer. A disciplina funciona de modo bem mais eficiente, pois ela se articula ao discurso da "democracia" que introduz —e até certo ponto obriga— ao exercício da escolha.

Ainda no âmbito das relações de poder disciplinar, ocorrem outras mudanças a partir da passagem da Modernidade para a Contemporaneidade. Por exemplo, Foucault (1987), ao descrever o panoptismo, já apontava para um caráter virtual da vigilância, afirmando que o efeito mais importante do panóptico é

> fazer com que a vigilância *seja permanente em seus efeitos, mesmo se é descontínua em sua ação*; que a perfeição do poder tenda a *tornar inútil a atualidade* de seu exercício; que esse aparelho arquitetural seja uma máquina de criar e sustentar *uma relação de poder independente daquele que o exerce*; enfim, que os detentos [e também, os escolares, os doentes, os executivos...] se encontrem *presos numa situação de poder de que eles mesmos são portadores* (p.166, grifo meu).

Seria, por acaso, o telefone celular uma testemunha "tagarela" e móvel de que a virtualidade benthamiana teria sido atualizada com a Contemporaneidade? Nesses trinta anos, que nos separam da publicação de *Vigiar e Punir*, muitas coisas aconteceram, especialmente, no desenvolvimento de novas tecnologias de comunicação e de informação, que contribuíram para que a vigilância

Page: 147

Number: 1 Author: Daniel Subject: Highlight Date: 20/12/2015 23:38:01
Citação com adentramento. Inicia a frase e completa a sentença com a citação de V&P. Utiliza F. descreve e afirma. [p. 166]

Number: 2 Author: Daniel Subject: Highlight Date: 20/12/2015 23:38:44
Polissemia sobre o ano de publicação.

Trata-se de um entendimento elitista da cultura (letrada, acadêmica) como o melhor que se pensou e se disse no mundo. Munidos de "cultura", por meio da educação, os sujeitos supostamente estariam livres dos constrangimentos dos males sociais, livres da barbárie, da incivilidade e da ignorância. Foi sobre tal concepção de cultura, e alimentando essa mesma concepção, que a escola moderna foi edificada, produzindo e disseminando uma preocupação, digamos, sanitarista (limpar a sujeira do mundo) e salvacionista (tirar os sujeitos da menoridade, da selvageria, da inépcia, da rudeza).

Conectadas a tal preocupação, encontram-se as idéias de disciplinamento e de normalização. Como bem demonstrou Michel Foucault (1987), o advento da Modernidade está intimamente imbricado com o funcionamento de dispositivos disciplinares de poder, que passam a atravessar o que esse autor chama de instituições de seqüestro: a fábrica, a prisão, o quartel, o manicômio e, também, a escola. Tais dispositivos funcionam em situações em que o tempo depende de uma rotina rígida e inflexível, realizada num espaço fixo, que põe em confinamento tanto os que impõem a rotina quanto os que são submetidos a ela. Ainda que em posições diferenciadas, ambos são capturados pela disciplina: ambos permanecem presos ao lugar, que sugere um tempo e um espaço racionalmente organizados. Por isso, as sociedades disciplinares – que emergiram na constituição da Modernidade – são conhecidas por fazerem circular dispositivos de poder que operam a partir da delimitação de um espaço fechado, distribuindo os corpos no espaço, ordenando o tempo, compondo uma relação produtiva entre espaço-tempo.

O século XVIII marca o que se pode chamar de passagem da primeira para a segunda Modernidade, em que estão imbricados, numa relação imanente, a revolução industrial, o Iluminismo, o transcendental kantiano, a idéia de futuro como progresso, a fisiocracia e o liberalismo, a economia política, a emergência das sociedades de gestão governamental, o funcionamento do dispositivo de seguridade (Foucault, 2006), entre outros. Nesse sentido – apesar de o poder disciplinar seguir atuando ativamente na nova lógica característica da segunda Modernidade –, a mobilidade pode ser entendida como o ponto chave da diferença (de percepção e uso do tempo e do espaço) que há entre as formas de ordenação tipicamente disciplinares e as formas de ordenação que começaram a se instituir no século XVIII, em imanência com o Iluminismo, e que se intensificaram no século XX, junto à revolução tecnológica.

Summary of Comments on 110_cp083412_anotado.pdf

Page: 34

Number: 1 Author: Daniel Subject: Highlight Date: 06/12/2015 23:28:21
Polissemia explicando funcionamento de dispositivos disciplinares de poder.

me muito fecundo e, nesse sentido, penso que eu, enquanto pesquisadora na área da Educação, tive e ainda tenho muito a aprender com ele, não apenas no que se refere aos conceitos, às ferramentas teóricas, mas também aos procedimentos de investigação. Venho me valendo de bocados das teorizações foucaultianas desde o curso de Mestrado, numa tentativa de ver nessas teorizações algumas possibilidades de leituras a que elas se abrem. Nesse sentido, tenho procurado fazer um uso do pensamento de Foucault não como demonstração, mas como uma amostra, operando com recortes interesseiros e interessados de minha parte no que se refere aos cruzamentos possíveis de se fazer com as questões da Educação, da Pedagogia, da escola...

Acontece que, ao conhecer e estudar o curso de 1978, e a partir das discussões que foram sendo travadas com o grupo de pesquisa do qual participo, coordenado pelo Professor Alfredo Veiga-Neto, percebi um deslocamento operado no próprio pensamento de Foucault, em suas teorizações feitas em torno das lógicas sociais e das formas de racionalidade política, especialmente a partir das sociedades de soberania. E tive que interpretar de novo o que eu já havia lido do próprio autor, quando este afirma que devemos compreender as coisas não em termos de substituição de uma sociedade pela outra. Embora isso tivesse sido por mim significado na época em que realizei minha pesquisa de Mestrado, naquela ocasião meu movimento foi o de observar em especial as rupturas e a troca de ênfases entre uma sociedade de soberania para uma sociedade disciplinar[9]. Daí que me foi possível, na ocasião do Mestrado, estabelecer algumas relações e situar as práticas escolares – tal como as conhecemos hoje – na Modernidade, entendendo-as como disciplinares e, *portanto*, modernas. Cheguei a fazer, na Dissertação, alguma breve distinção entre práticas soberanas, práticas disciplinares (que eu entendia como modernas) e práticas que, na época, chamei tão-somente de contemporâneas, valendo-me especialmente das discussões de Deleuze (1992) sobre as sociedades de controle. E, apesar de eu ter falado em poder disciplinar (que se dirige ao homem-corpo) e biopoder (que se dirige ao homem-espécie) – e apesar também de eu ter aprendido, com Foucault (1999b), que o poder disciplinar (século XVII) se desenvolveu antes do biopoder (século XVIII) – meu entendimento era o de que ambas as formas de poder estavam

[9] Isso se deu a partir da leitura e do estudo de alguns livros e textos de Foucault, publicados no Brasil, tais como: *Vigiar e Punir* (1987); *Microfísica do Poder* (1992) – em especial os textos "Soberania e Disciplina", "Verdade e Poder", "A Governamentalidade" e "O Olho do Poder" –; *História da Sexualidade I* (1993) – em especial o texto "Direito de Morte e Poder Sobre a Vida" –; *A Verdade e as Formas Jurídicas* (1996) – em especial as "Conferências IV e V" –; e *Em Defesa da Sociedade* (1999b) – em especial a "Aula de 17 de Março de 1976".

Page: 41

Number: 1 Author: Daniel Subject: Highlight Date: 06/12/2015 23:34:42
Menciona o título em Nota de Rodapé indicando que autor lera V&P

E foi a partir destes entendimentos que o tal "desbloqueio da arte de governar" fez (um novo) sentido para mim. No momento em que as artes de governar – mesmo sendo tematizadas já no final do século XVI – se vêem bloqueadas, emergem as disciplinas. É no lento deslocamento do século XVI para o século XVIII (ou seja, da soberania para a gestão governamental) que surgem e se desenvolvem as disciplinas (no século XVII). Mas as artes de governar, que são condições de possibilidade para as sociedades de gestão governamental, não puderam se desbloquear, embora elas tenham sido a grande preocupação no final do século XVI. Daí surgem as monarquias administrativas (típicas das sociedades disciplinares), envoltas em questões de como governar. Nesse sentido, não existem necessariamente três momentos um após o outro. Mas existe um deslocamento entre soberania e gestão governamental. Nesse deslocamento, emergem as disciplinas que puderam ir desbloqueando, ao longo de um século (XVII), as artes de governar. Portanto, hoje, há uma articulação de outros mecanismos (de soberania e de disciplina) dispostos como o dispositivo contemporâneo, de seguridade, de gestão governamental. Ou seja, houve uma governamentalização do Estado administrativo soberano, entre o final do século XVI e o início do século XVIII. Enquanto essa governamentalização acontecia, enquanto aconteciam as transformações referentes ao desbloqueio (do bloqueio ao desbloqueio), e como parte desse processo, surgem e atuam as disciplinas – muito bem descritas por Foucault (1987), em *Vigiar e Punir*.

O novo modo como passei a entender as lógicas de ordenação social acabou redirecionando os rumos desta minha pesquisa. Explico: na ocasião da defesa da Proposta de Tese – que aconteceu antes de eu realizar o estudo do curso ***Seguridade, Território, População*** – argumentei em favor de um possível descompasso entre escola moderna e sociedade atual. Diante do que eu estava entendendo como descompasso, a Psicopedagogia seria "o elo, a conexão, a teia que reconfigura as práticas escolares [entendidas como modernas] à luz das transformações sociais – elas próprias sendo intensificadas e novamente produzidas quando em contato com os saberes psicopedagógicos" (Coutinho, 2006, p.107)[10]. A hipótese não estava de todo errada; mas o desenvolvimento da pesquisa evidenciou que este possível descompasso é, no caso específico da Psicopedagogia, em parte apenas aparente. Digo isso porque o desenrolar da investigação fez emergir certas continuidades antes não previstas.

[10] O próprio título da Proposta de Tese resumiu em si o argumento central defendido; a Proposta foi assim intitulada: *No descompasso entre escola moderna e sociedade atual: a Psicopedagogia entra em cena...*

Page: 43

Number: 1 Author: Daniel Subject: Highlight Date: 06/12/2015 23:35:09
Menciona V&P com relação às disciplinas.

Acontece que a cada um desses elementos não se atribui o mesmo juízo de valor. A um deles atribui-se uma força positiva, indiscutível, evidente, privilegiada, restando ao outro um significado negativo, rejeitado, proibitivo, contraproducente. A colocação dos sujeitos na primeira posição pode variar, dependendo do lugar de onde se fala e da lógica predominante a partir da qual as práticas escolares estão organizadas. Quase sempre, nesses binários, o primeiro elemento é o positivo e isso decorre não de uma sua suposta "natureza intrínseca", mas do arbitrário do ato de quem nomeia. Ou seja, uma das principais características da instauração de uma dicotomia é a assimetria das relações de poder com que opera. Como explica Veiga-Neto (2001a, p.234), "quem parte e reparte fica com a melhor parte".

Foucault (1987) chama a atenção para a idéia de que aquilo que se convencionou chamar de normal ou anormal são categorias que estão sob um mesmo quadro de referência: a norma, que é uma referência do indivíduo não com ele mesmo, mas em relação com o universo mais amplo dos indivíduos. A norma organiza, dispõe os elementos de uma população. Daí que não há conceito de norma sem conceito de população – entendida como um corpo múltiplo, que tem uma regularidade própria. Se não há norma sem população, então a norma não é algo natural, algo que seja da natureza, algo próprio: ela é sim estabelecida arbitrariamente – e sua emergência está envolvida na histórica transformação dos processos de individualização dos sujeitos.

Referindo-se a tal transformação, Foucault (1991;1995) fala em duas formas de individualização: a ascendente e a descendente.

A individualização ascendente é característica das sociedades de soberania, nas quais os sujeitos eram tão mais individualizados quanto maior fosse seu privilégio e prestígio social, seja pelos papéis que exerciam enquanto indivíduos, seja por feitos que realizavam e que eram considerados grandiosos, seja pela família de tradição a qual pertenciam; enfim, pela detenção de domínios diversos, mas exclusivos dos soberanos. A principal estratégia de individualização característica da Idade Média era a dominação violenta: tratava-se sobretudo de domesticar e escravizar os sujeitos para dominá-los e submetê-los aos soberanos (senhores feudais, padres, clero, entre outros). Daí que esta era uma estratégia de individualização do tipo ascendente: quanto mais se detinha domínio sobre outros, mais individualizado se era.

Page: 165

Number: 1 Author: Daniel Subject: Highlight Date: 06/12/2015 23:41:00
Polissemia do conceito anormal.

A individualização descendente é característica das sociedades disciplinares, nas quais se dá visibilidade a todos os sujeitos, exercitando seus corpos, dotando-os de capacidades, aumentando suas habilidades e suas forças de trabalho, ao mesmo tempo em que torna estes corpos obedientes e úteis. A principal estratégia de individualização característica do início da Modernidade passa a ser o poder disciplinar (anônimo e funcional): trata-se agora não de dominação violenta e apropriação dos corpos, mas de disciplinamento desses corpos, dando muito mais destaque a eles do que ao poder que se exerce sobre eles. Nesse sentido, esse tipo de individualização, ao se estender a todas as pessoas, tende a produzir seus efeitos mais intensamente naquelas pessoas sobre as quais o poder se exerce ainda mais sagazmente: quanto mais o poder disciplinar for arguto, sutil, refinado, maior será a individualização das pessoas a quem ele se dirige. Nas palavras de Foucault (1987, p.160), "as disciplinas marcam o momento em que se efetua o que se poderia chamar a troca do eixo político da individualização"; a individualização deixa de ser "ascendente", para se tornar uma "individualização descendente":

> num sistema de disciplina, a criança é mais individualizada que o adulto; o doente o é antes do homem são; o louco e o delinqüente mais que o normal e o não delinqüente. É em direção aos primeiros que se voltam todos os mecanismos individualizantes; e quando se quer individualizar o adulto são, normal e legalista, agora é sempre perguntando-lhe o que ainda há nele de criança, que loucura secreta o habita, que crime fundamental ele quis cometer. (id., p.161)

Nesse sentido, os alvos das tecnologias disciplinares de poder são, principalmente, as pessoas que estão nas margens da sociedade: são essas as pessoas que devem ser, antes de tudo, recuperadas e trazidas para o centro. Está aí uma das principais cartadas deste tipo de individualização: é a partir de seu processamento que os sujeitos tornam-se indivíduos detalhadamente caracterizados, e, assim, é a partir daí que se podem identificar as margens e que se podem distinguir as pessoas que devem ser recuperadas daquelas que *já* estão no centro. A individualização tem, assim, uma função singularizadora: ela atribui a cada sujeito determinadas características que passam a ser próprias dele, determinadas marcas e traços que passam a pertencer somente a ele, lhe confere determinados sinais que passam a ser únicos e particulares, aponta minuciosamente suas peculiaridades, enfim, coloca em evidência o caráter de exclusividade de cada sujeito em especial, tornando-o *indivíduo singular*. Esse processo permite que os elementos que compõem as massas possam ser

Page: 166

Number: 1 Author: Daniel Subject: Highlight Date: 06/12/2015 23:43:23
Citação entre aspas [p. 160]

Number: 2 Author: Daniel Subject: Highlight Date: 07/12/2015 00:32:55
Citação adentrada com omissão de "em todo caso" sem utilização de [...] [p. 161]

divididos em partes, para melhor serem examinados, esquadrinhados, conhecidos no detalhe e, enfim, codificados. O múltiplo é devidamente decomposto e analisado, para, logo em seguida, transformar-se em classes, categorias, grupos que quanto mais organizados forem, melhor. Trata-se de ordenar a multiplicidade. Para isso, faz-se das pessoas, objetos: que podem ser classificados, categorizados, agrupados. [1] a massa é, então, composta novamente; torna-se uma massa *homogênea* formada por elementos *individualizados* (Foucault, 1987).

Na troca dos processos de individualização, deu-se um deslocamento *do* poder judiciário (lei) *para o* poder da norma (regulamento). A lei era utilizada como instrumento das relações de soberania, que faziam seus discursos valerem somente enquanto vontade soberana, baseada em códigos jurídicos. Nas relações disciplinares, a norma é que passa a ser utilizada como instrumento; mas não significa que o poder jurídico deixe de existir ou perca completamente a sua força: acontece que ele deixa de ser o centro do sistema de controle social. Em outras palavras: a lei é uma sedimentação da norma: isso quer dizer que a norma não extingue a lei, mas a transcende. A norma é muito maior do que a lei; se já está legalizado é porque a lenta curva de sua emergência já estava sendo formada.[2] Nesse sentido, os códigos legais continuam atuando ativamente na sociedade disciplinar, mas, ao invés de serem baseados na relação soberano-súdito, passam a ser sustentados pela norma, que tem por referência a massa populacional, é estabelecida pelos discursos e medida pela estatística (Foucault, 1987; 1992b; 1992c; Barret-Kriegel, 1990).

Todo esse movimento implicou, também, uma ruptura epistemológica. A Sociedade da Lei é, em suma, fundamentada numa lógica do "tudo ou nada". Nessa lógica, apenas para dar um exemplo, existe o estado da loucura e o estado da não-loucura. Com a ciência moderna, surge o conceito de *continuum* que, para voltar ao exemplo da loucura, permite que apareça o conceito de doença mental, que vai da loucura total à ausência total da loucura, de forma que não haja mais nenhuma diferença *extremamente* radical entre o louco e o não-louco. Para estabelecer esse caminho – *da* loucura *à* não loucura – são produzidos diversos saberes principalmente da área *psi*, a fim de corrigir os "loucos" e trazê-los de volta à normalidade. Trata-se de uma recuperação ou, para usar o termo de Foucault (1987, p.161), trata-se de uma *ortopedia*.[3] Todas as ciências, análises ou práticas com radical 'psico' têm seu lugar nessa troca dos processos de individualização". Isso possibilita inverter a lógica do "tudo ou nada", dando lugar à idéia de "gradiente", que é organizada em torno da norma e baseada numa epistemologia da continuidade.

Page: 167

Number: 1 Author: Daniel Subject: Highlight Date: 06/12/2015 23:47:47
Polissemia sobre massa homogênea e individualizada.

Number: 2 Author: Daniel Subject: Highlight Date: 06/12/2015 23:45:40
Polissemia sobre a sociedade disciplinar.

Number: 3 Author: Daniel Subject: Highlight Date: 06/12/2015 23:51:42
Citação com aspas. Continuação do mesmo parágrafo da citação da página anterior que foi adentrada. [p. 161]

concomitantemente, ao definir o que é normal, determina também a anormalidade[74]. Os processos de normalização funcionam como um mecanismo para tornar o caos e a diferença inteligíveis: processo arbitrário, de lutas, de poderes, de arena interna, mas que recobre a si mesmo, legitimando-se, tornando-se verdadeiro e naturalizado.

Portanto, a norma não é um conceito ético construído através de um acordo feito por discussão coletiva; a norma é o resultado de um processo de comparação, hierarquização, homogeneização e in/exclusão – fazendo com que todos se posicionem no interior dela. A norma homogeneíza porque coloca todos dentro dela: nesse sentido, trata-se de incluir. Mas quando, homogeneizando, marca normalidades e anormalidades, a norma exclui (Foucault, 1987). Como diz Veiga-Neto (2001b, p.105): "incluir para excluir". Ou, como salienta Lopes (2007, p.11):

> Inclusão e exclusão estão articuladas dentro de uma mesma matriz epistemológica, política, cultural e ideológica. Todo o espaço determinado por uma determinada ordem é delimitado e governado pela norma. Norma esta que classifica, compara, avalia, inclui e exclui.

No contexto dessa análise, o mais importante a ser enfatizado é que a normalização é *também* um processo de exclusão. Ela homogeneíza para excluir; o que equivale a dizer: ela inclui para excluir. Nesse sentido, talvez seja possível dizer que a própria iniciativa governamental de incluir a todos na escola (tão solicitada pelos discursos educacionais) acaba vindo ao encontro de operações que excluem. Isso significa, por mais contraditório que pareça, que incluir a todos na escola torna-se uma das principais condições de possibilidade de algumas próprias formas de exclusão social[75]. Fazer a norma descer sobre o conjunto dos alunos escolarizados, por exemplo, significa, também, excluir os alunos que não se adaptam às práticas escolares e que, em função disso, são classificados como anormais ou como normais desviantes em relação à média de uma normalidade.

Bauman (1998, p.27) chama a atenção para o fato de que cada sociedade produz seus próprios estranhos: "pessoas que não se encaixam no mapa cognitivo, moral ou estético do mundo – num desses mapas, em dois ou em todos três". Da mesma forma que

[74] Um bom exemplo de funcionamento do poder da norma, no dispositivo de seguridade, por meio dos saberes *psi*, é a pesquisa realizada por Antipoff (2002b) sobre o desenvolvimento mental das crianças de Belo Horizonte, que analisei na primeira seção do Capítulo V.

[75] Para uma discussão sobre as assim chamadas políticas de inclusão dos inadaptados em práticas escolares, ver Veiga-Neto (2001b).

Page: 169

Number: 1 Author: Daniel Subject: Highlight Date: 06/12/2015 23:52:39
Polissemia sobre anormalidades e norma.

permitia ser lido ou dito, bastando ter imaginação. As letras eram "bolinhas contorcidas", desenhadas bem fininhas, com lápis "preto" nas linhas do papel.

Dos primeiros anos escolares, lembro-me do desconforto em descobrir "*um sentido exato*" ou "*inexato*" do som e das formas das letras na composição das palavras, das frases, dos parágrafos, depois, das monografias, das dissertações e das teses. As imagens sem sentido ganharam formas pré-definidas entre intenção e convenção: toda vez que eu escrever "A" sei que, na língua portuguesa, todos lerão "A".

Fui alfabetizada numa escola de freiras e o que mais parece ter me marcado deste ambiente, foi a experiência de separação de minha mãe. Lembro que ela saiu e eu corri para alcançá-la, mas as freiras me seguraram para eu permanecer ali até que ela voltasse. A marca desta experiência é de dor, diferente da alegria de viver, que era uma marca importante da minha infância, de um modo geral.

Transitar pelas dores, habitando cada uma delas, sem que umas sejam revividas como mais naturais do que outras, parece ser uma primeira experiência de *desnaturalização dos códigos* (Rolnik, 1993), por eles não serem essenciais do meu ser.

Durante meu [1]*disciplinamento*[8] (Foucault, 1987), eu e meus colegas chegávamos com nossas lancheiras, as pendurávamos num gancho, colocávamos o guarda-pó por cima da roupa e sentávamos em volta do círculo pintado de branco no chão da sala-de-aula. Sempre era necessário aguardar a chegada de todos para iniciar os trabalhos.

Íamos até uma caixa arrumada cuidadosamente no canto, pegávamos e desenrolávamos nossas esteiras na borda do círculo. Buscávamos uma sequência de atividades dispostas numa caixa de madeira por "grau de dificuldade": primeiro a letra "a" minúscula, cursiva, vários desenhos referenciando palavras com a letra "a", depois "a" maiúscula, também cursiva, e assim até a letra "z" maiúscula.

Geralmente, nós, meninas, podíamos também brincar de lavar e passar lenços, pintar num cavalete cor de rosa ou desenhar livremente em folhas de ofício. Já os meninos nem se aproximavam de nós, tampouco de "nossas atividades". Terminados os trabalhos, tudo deveria ser guardado, arrumado, conforme a rotina estabelecida.

[8] [2]Trago aqui o termo disciplinamento tal qual Foucault na obra *Vigiar e Punir*, para me referir ao processo que ocorre no interior das instituições e que tornam tanto mais dóceis quanto úteis os corpos dos sujeitos (Foucault, 1987).

Summary of Comments on 121_cp102800_anotado.pdf

Page: 32

Number: 1 Author: Daniel Subject: Highlight Date: 10/12/2015 11:53:41
Polissemia sobre corpos dóceis.

Number: 2 Author: Daniel Subject: Highlight Date: 10/12/2015 11:51:22
Polissemia - Título de V&P para indicar fundamentação do conceito de disciplinamento e corpos dóceis.

Após a "*ficha psicodinâmica*" ter sido preenchida, marcava-se a avaliação[51] dos alunos, respeitando-se a ordem de chegada do encaminhamento. A bateria de testes envolvia o Bender[52], HTP (House-Tree-Person)[53], Wisc (Weschler Intelligence Scale)[54], Goodnought (Goodnought-Harris), CAT (Children's Apperception Test) e o Metropolitano de Prontidão para Leitura, em crianças de educação infantil e primeira série do ensino fundamental. Todos esses testes eram específicos para a realização do psicodiagnóstico.

Utilizávamos o Bender para o levantamento de dados referentes à idade visoperceptomotora do examinando, o HTP para caracterizar seus aspectos emocionais e padrões de comportamento e o Wisc para medir sua capacidade cognitiva. Como o Wisc precisa de mais tempo para ser aplicado, usávamos com mais frequência o Goodnought, que era rápido e definia escores de Deficiência Mental, segundo a Organização Mundial de Saúde. O teste de apercepção temática era usado como "*Inventário emocional*", para corroborar os dados do HTP e o Teste Metropolitano de Prontidão para Leitura definia se o examinando estava apto para ser alfabetizado ou não.

Quando pensamos na Psicologia escolar numa ótica preventiva, a dinâmica clínica apresenta-se com muita força. Afinal, o que aparece é uma queixa, uma avaliação psicodiagnóstica, um parecer técnico com indicações terapêuticas e o

[51] Segundo Foucault (1987, p. 164), "*o exame combina as técnicas da hierarquia que vigia e as da sanção que normaliza. É um controle normalizante, uma vigilância que permite qualificar, classificar e punir.*"

[52] O Bender é um teste que tem como objetivo medir a idade visoperceptomotora. É um teste que oferece indicadores da maturidade do sistema nervoso do sujeito em avaliação.

[53] O HTP (teste da casa – *house*, da árvore – *tree* e da pessoa – *person*) é uma síntese dos testes da casa, árvore e pessoa, respectivamente, e objetiva projeções do mundo interno do examinando, no caso, as suas relações intra-familiares (casa), suas etapas evolutivas (árvore) e de seus mecanismos de defesa (pessoa). Cabe sinalizar que o teste da pessoa deve ser aplicado num primeiro momento, solicitando ao avaliado que desenhe uma pessoa. Depois de terminado este desenho, o técnico solicita o desenho de uma pessoa do sexo diferente daquele que foi desenhado, podendo assim demonstrar se o avaliado apresenta alguma conflitiva de gênero, ou seja, se apresenta ou não "desvios sexuais". Segundo estes parâmetros, os homossexuais, por exemplo, desenhariam primeiro uma figura feminina e depois a masculina e esta ordem determinaria, como modelo de gênero, o feminino.

[54] O *Wisc* é um teste americano que leva o nome do seu criador e visa calcular o Quociente Intelectual (QI) do examinando. Trata-se de uma escala de medida da inteligência.

Page: 54

Number: 1 Author: Daniel Subject: Highlight Date: 10/12/2015 11:59:36
Citação entre aspas em nota de rodapé para definir o exame. "Segundo Foucault" e encerra com a citação.

das almas, forma-se em torno da revelação, como peça central da penitência, na qual todo um mecanismo de poder e saber do padre estão implicados. Para sustentar o poder sacramental do reino dos céus, forma-se o poder empírico do olhar, do escutar do padre como mecanismo de controle das almas pela igreja. Enquanto os Estados colocavam para si o problema técnico do poder a se exercer sobre os corpos e os meios pelos quais seria possível colocá-la em prática, a Igreja elaborava uma técnica de governo das almas. No interior desta pastoral como técnica de governo das almas, a penitência teve grande importância.

O confessor deve ter o caráter sacerdotal de um lado e de outro, uma autorização do bispo para ouvir a confissão. O padre, como também o terapeuta, deve possuir o zelo, o amor e o desejo de benevolência, que liguem, prendam o confessor aos interesses do outro. O padre-normalizador deve ser santo, sem estado de pecado mental, estar comprometido com a prática da virtude por causa das tentações a que o ministério da penitência vai expô-lo e deve ter horror aos pecados que possam ser perdoados (seus e dos outros), pois "*cegam o espírito, grudam na carne*" (Foucault, 1987, p. 226), como um guia, um médico, um juiz. Deve fazer da prudência uma arte ajustada à santidade, aplicada às circunstâncias particulares.

A tecnologia da confissão remete a uma economia da dor e do prazer: dor do penitente que não gosta de confessar suas faltas, consolo ao ver que o penitente tem compaixão ao ouvir seus pecados, consola-o da dor que sente, garantindo, pela confissão, o alívio da sua alma. No final do processo, o exame verifica se há arrependimento. Em parte, verbal – com perguntas e, em parte, mudo – pela observação das roupas, comportamento, gestos e atitudes.

Assim são as funções exigidas do psicólogo, inseridas num espaço condizente às práticas pelas quais todos nos tornamos *sujeitos*; trata das tecnologias ou técnicas de si, que são divididas em elementos como substância, *askesis*, práticas de si e teleologia. A partir destes elementos, vemos distintos alguns sistemas éticos específicos.

Artur Arruda Leal Ferreira, professor do Instituto de Psicologia do Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva da Universidade Federal do Rio de Janeiro, em "Verdade e Desejo: a hermenêtica confessional como condição de surgimento dos saberes psi", de 2005, caracterizou o surgimento da Psicologia e da psicanálise segundo o pensamento foucaultiano. Considerando o trabalho de Ferreira (2005),

Page: 70

Number: 1 Author: Daniel Subject: Highlight Date: 10/12/2015 12:04:13
Equívoco de citação entre aspas. Atribuí a V&P mas é de "os anormais"

Teimamos em desvendar as origens, os triunfantes ou tímidos começos, e acreditamos ainda que as coisas "saíram brilhantes das mãos do criador, ou na luz sem sombra da primeira manhã" (Foucault, 2001b, p.18). Seria relativamente fácil assim falar da formação docente em arte "através dos tempos", ou da "docência artista" que persigo neste trabalho como se pudéssemos trazer para luz a origem, essência ou a verdade mesma, e que esta atravessasse em uma coerência inabalável e uma unidade insuspeitada uma suposta evolução ou progresso. No entanto, através dos olhos inquietos de Nietzsche e Foucault, podemos agora espreitar as dissonâncias, as dispersões, a raridade dos acontecimentos singulares, as verdades plurais, os "começos inumeráveis" (Foucault, 2001b, p.20). Foucault, herdeiro do genealogista Nietzsche, é "inimigo das árvores", ironiza Paul Veyne (1992). E antes que qualquer leitor ecologista inconformado proteste, é preciso explicar a não-literalidade da afirmação. Foucault prefere os caleidoscópios, a dispersão irrepetível das cores e formas do que a fixidez das raízes que provêem de um único centro, ou ainda, nos aproximando de Deleuze e de outras metáforas botânicas, o filósofo privilegia um modo de pensar que se assemelha a um rizoma[18].

Dos acontecimentos dispersos que compõem esta tese estão as minhas escolhas teóricas, as minhas experiências "incorporadas", no sentido mesmo do corpo inscrito em cada página, em cada leitura, na minha leitura risonha ou irônica, aguda ou indignada, parcial e perspectiva, enfim, no meu envolvimento profundo com os temas aqui em questão[19].

E é assim que há um grupo de professoras de arte, ou professoras capturadas pelo ensino de artes visuais que pulsa em toda esta tese, espiando entre a sisudez teórica exigida para os

[18] Ver Deleuze e Guattari (2004).
[19] Muitas vezes esquecemos do nosso próprio corpo nas pesquisas que fazemos. Artières (2004, p.31-32) chama atenção, por exemplo, para as práticas físicas de Foucault em seus trabalhos: "Alguns comentadores muitas vezes insistiram sobre a história do corpo que as análises foucaultianas desenham; mais raros ainda foram os que ressaltaram a importância do corpo foucaultiano, não o do outro, do prisioneiro, do louco, da criança, mas o dele mesmo. (...) O corpo de Foucault está, contudo, presente nos livros que ele assinou; um tempo silencioso, ele surge de repente; esses surgimentos nunca são acidentais; Foucault o põe em cena em momentos-chave de seu trabalho: é assim que *As palavras e as coisas* se abre com o riso que o atravessa à leitura de Borges; *Eu, Pierre Rivière*...se desenvolve a partir do pavor corporal que ele sofre com a leitura do manuscrito do parricídio; *Vigiar e punir*, a partir da experiência física da prisão que ele conheceu com o GIP... 'A vida dos homens infames' é desencadeada pelo 'encontro' físico dos arquivos".

Summary of Comments on 124_cp027656_anotado.pdf

Page: 26

Number: 1 Author: Daniel Subject: Highlight Date: 22/11/2015 18:52:49
Nota de rodapé onde aparece o título da obra.

Page: 75

Number: 1 Author: Daniel Subject: Highlight Date: 22/11/2015 18:53:21
Nota de Rodapé onde aparece o título da obra.

Number: 2 Author: Daniel Subject: Highlight Date: 22/11/2015 18:54:00
Nota de rodapé onde aparece o título da obra.

subjetivação, diferentes das estabelecidas para o nosso tempo[81]. Homens e mulheres artistas sempre sorvem das imagens criadas pelos outros para suas próprias criações, e os melhores vão muito além. "Não poderia a vida de todos se transformar numa obra de arte?", pergunta Foucault (1995, p.261). Uma obra de arte (e aqui tenho como referência principal as artes visuais), se a pensamos de forma contemporânea, não é algo acabado, encerrado em uma moldura comportada na parede: é um produto da criação humana que pode ser efêmero, fugidio, e estar em processo no momento mesmo de sua exposição.

Neste trabalho, mergulho com Foucault na sua problematização ética, para pensar em uma possível ético-estética docente, ou em uma docência artista, a partir de uma experiência de formação com professoras de arte/em arte. Aqui, ao perseguir Foucault e sua inquietude em relação às subjetividades antigas, precisamos abandoná-lo para seguir adiante, sendo fiel às nossas próprias inquietudes. A obra de Foucault é então o nosso ferrão, o que nos impulsiona a saltar, não o que nos aprisiona. Fazer algo com seu pensamento é recriá-lo na existência autônoma de nosso próprio trabalho, "não é apenas uma questão de compreensão ou de acordo intelectuais, mas de intensidade, de ressonância, de acorde musical" (Deleuze, 1992, p.108).

Por que o pensamento sobre a ética é importante neste trabalho? A discussão sobre ética a partir de Foucault (e aqui se ouvem também acordes nietzschianos) traz ressonâncias para o pensamento sobre uma ética docente – uma relação consigo mesmo, com seu próprio trabalho – uma relação que é também estética: um modo artista, um modo baseado na invenção de si, da criação de novos modos de subjetivação para a docência. A aposta é que este modo artista de relacionar-se com a própria docência, pensado a partir de uma experiência com mulheres professoras, pode ser uma forma de escapar dos poderes subjetivantes[82] que atravessam a relação

[81] Aí é importante ressaltar a noção de política desenvolvida por Foucault em seus últimos trabalhos, relacionada com estratégias de resistência, como sublinha Ortega (1999): a política é entendida como "recusa das formas impostas de subjetividade". A novidade desses últimos anos é que Foucault, sem abandonar a idéia de um tipo de subjetividade como objeto de um poder disciplinar e de um bio-poder, constituintes do indivíduo moderno (tal como aparece em *Vigiar e punir* e na *Vontade de saber*), localiza pontos de resistência "na recusa do tipo de subjetividade imposto e na criação de novas formas de individualidade" (Ortega, 1999, p.40). A este respeito ver as afirmações de Foucault no artigo *O sujeito e o poder* (1995, p.239): "Talvez, o objetivo hoje em dia não seja descobrir o que somos, mas recusar o que somos. (...) Temos que promover novas formas de subjetividade através da recusa deste tipo de individualidade que nos foi imposto há vários séculos".

[82] Utilizo a expressão "poderes subjetivantes" a partir de Ortega (1999) que os identifica nas estratégias de subjetivação do poder disciplinar moderno e do bio-poder tematizados por Foucault em obras como *Vigiar e punir* e *Vontade de saber*.Neste trabalho relaciono esses poderes subjetivantes aos modos de subjetivação feminina que permeiam e de algum modo normatizam a relação entre gênero, arte, ensino de arte e docência.

Para Foucault (1999) o corpo está envolvido em uma complexa estrutura de poder e de dominação, na qual a principal preocupação é sua utilização como força econômica. Para isso, são mobilizadas estratégias que o convertem em um corpo produtivo e útil, de tal modo que ele permanece submetido a um amplo sistema de sujeição, tornando-se dócil e adaptado. Entretanto, segundo o autor, o poder sobre o corpo nem sempre ocorre de forma clara e violenta, pelo contrário, na maioria das vezes, ele é exercido sutilmente, por intermédio de práticas e saberes que dissimulam seu potencial conformador. Dessa maneira, os mecanismos de poder acabam sendo mascarados e não podem ser identificados nas diferentes instâncias em que se fazem presentes. Esta é uma das estratégias, daquilo que Foucault chama de "microfísica do poder", que se manifesta não só nas relações do Estado com o cidadão e que também não se trata de um privilégio das *classes dominantes*, mas que se apresenta no conjunto das relações sociais pelos diferentes indivíduos.

Esse exercício de poder sobre o corpo, que ocorre de maneira intensa mas não violenta, é possível graças à imensa quantidade de técnicas, normas e táticas criadas pela modernidade com o intuito de estabelecer padrões e conceitos que determinam como o corpo deve ser e quais são os comportamentos aceitáveis socialmente. Dessa forma, estabelecem-se padrões que colaboram para uma imensa regulação "panóptica", na qual os desvios são corrigidos prontamente por meio da aplicação de penalidades e punições que surgem de diferentes formas e que estão disseminadas pelo espaço social. Assim, é fomentada uma espécie de disciplinarização[3] do corpo que colabora para a homogeneização dos comportamentos, formando "corpos dóceis" que seguem regras e costumes que estão presentes em nossa sociedade e que servem como parâmetros de fiscalização das manifestações corporais.

Na medida em que essa disciplina corporal nos é ensinada e cobrada nas relações sociais que mantemos em diferentes instâncias (escola, família, igreja, trabalho etc.), ela surge como um elemento de sujeição do indivíduo às exigências que atendem aos interesses de controle sobre o corpo. Desse modo, ela acaba se concretizando sob a forma de práticas de domínio e de vigilância social que

[3] Apesar de haver pesquisado e não ter encontrado essa palavra em três dicionários de língua portuguesa (Ferreira, 2001), (Objetiva, 2001), (Educacional Brasileira, 1986), neste estudo ela será empregue devido à recorrência com que é utilizada em trabalhos que abordam o tema da disciplina corporal no Brasil.

Summary of Comments on 126_cp011813_anotado.pdf

Page: 10

Number: 1 Author: Daniel Subject: Highlight Date: 22/11/2015 23:17:17
Referência a V&P obra como todo. Termos e conceitos comuns: dominação, força econômica, corpo produtivo e útil, sistema de sujeição, poder sobre o corpo, disciplinarização do corpo, panóptico, "corpos dóceis".

conduzem a um adestramento corporal, no qual o indivíduo acaba sendo induzido socialmente[4].

Partindo desses argumentos, o presente trabalho pretende examinar a disciplina corporal sob uma outra perspectiva, qual seja, avaliar sua eventual potencialidade no processo educacional. Por efeito, tem o intuito de identificar se a disciplina corporal pode se apresentar como uma conduta importante para que o aluno aprenda e adquira conhecimentos essenciais à sua educação, colaborando para a formação de um indivíduo capaz de refletir sobre os aspectos que compõem sua convivência social. Para isso se baseia nas contribuições de Herbert Marcuse, Max Horkheimer e Theodor W. Adorno.

Vale a ressalva, de que se reconhece que esses diferentes autores partem de realidades e interesses distintos para realizarem suas análises e que, portanto, não será objetivo desta pesquisa *reclamar* aquilo que eles não se propuseram a fazer. Mas, sim, ampliar as reflexões sobre o problema da disciplina do corpo na escola, em uma tentativa de enriquecer essa discussão. Além disso, é importante frisar, que não se pretende desconsiderar as reflexões baseadas nos estudos realizados por Foucault, nos quais se busca relacionar a disciplinarização do corpo ao uso do poder e ao controle do indivíduo no âmbito educacional. Principalmente porque foi possível constatar, em pesquisa já realizada[5], que no âmbito escolar a disciplina corporal muitas vezes está voltada para a submissão e, conseqüentemente, acaba colaborando para que o aluno se adapte de forma mais eficiente ao ambiente escolar e às exigências ideológicas do mundo moderno.

Assim, para iniciar as discussões que envolvem o tema é essencial pontuar que, o intenso controle sobre o corpo identificado no processo de escolarização não se desvincula de um contexto cultural mais amplo, pois contém os traços de uma sociedade marcada pela dominação.

Dessa forma é fundamental reconhecer que, na história da humanidade, o corpo sempre ocupou lugar de destaque entre os vários propósitos de regulação social. Tanto, que no forte empenho que o homem fez para controlar seu corpo e, conseqüentemente, se distinguir da natureza, ele próprio acabou esquecendo que também é natureza (Horkheimer e Adorno, 1985, p. 41). Isso, por sua vez, se manifesta de maneira contundente na relação que ele mantém com o seu corpo e

[4] Sobre essa discussão, vale destacar: Foucault (1999, 1993).
[5] Oliveira (2001, 2002a, 2002b, 2002c).

Page: 11

Number: 1 Author: Daniel Subject: Highlight Date: 22/11/2015 23:19:38
Referência em nota de rodapé. Indica ao leitor que F em V&P trata do adestramento corporal e indução social.

verdade não existe fora do poder ou sem poder". O saber está articulado aos artifícios do poder, pois não existe em um espaço independente, já que "não há relação de poder sem constituição correlata de um campo de saber, nem saber que não suponha e não constitua ao mesmo tempo relações de poder" (Foucault, 1995d, p. 30) É conhecida a afirmação de Foucault: "a verdade é deste mundo; ela é produzida nele graças a múltiplas coerções e nele produz efeitos regulamentados de poder" (Id., 1999a, p. 12).

Esta imbricação suspende a crença de que o conhecimento e a verdade poderiam libertar os sujeitos dos domínios do poder. Para Foucault, pensar que a verdade liberta é uma "ilusão", pois se trata de uma visão invertida do poder. Uma visão que não considera a sua relação com as formas de saber e com os regimes de verdade vigentes nas sociedades (Id., 1999h, p. 60). [15] O que se compreende como evolução ou desenvolvimento, em relação aos rituais civilizatórios, por exemplo, expressam a forma pela qual a própria dominação avança, em forma de deslocamentos históricos no exercício do poder (Dreyfus e Rabinow, 1995d). Também é por este motivo que o trabalho intelectual não possibilita o encontro com uma verdade universal, pois ele está enredado nas formas de poder (Foucault, 1999c).

Cabe à arqueologia isolar séries históricas para descrever as regras de articulação dos enunciados no interior de um discurso, e à genealogia, traçar as rupturas de um campo estratégico destas formações discursivas. Isso implica tomar a arqueologia como um método de "análise da discursividade local", e a genealogia como uma tática que, a partir da descrição desta discursividade, liberta os saberes históricos da sujeição, ou seja, torna-os "capazes de oposição e de luta contra a coerção de um discurso teórico, unitário, formal e científico" (Id., 1999e, p. 172). Enquanto a arqueologia descreve a articulação, o aparecimento e a transformação dos saberes, demonstrando as regras que regem as práticas discursivas, a genealogia aponta para a imanência de um campo estratégico de relações de poder, a ser considerado em tais descrições (Machado, 1999).

É importante ressaltar que, "quando a arqueologia serve à genealogia, ela assume uma função diferente dos primeiros trabalhos de Foucault" (Dreyfus e Rabinow, 1995f, p. 282). Na combinação da arqueologia com a genealogia, a análise de discurso afasta-se do objetivo de "encontrar regras que fossem 'uma formalização geral do pensamento e do

[15] Em seus estudos sobre a forma pela qual a sexualidade tornou-se um objeto de problematização moral, Foucault demonstrou como os sujeitos são instados a enunciar a verdade a seu próprio respeito, constituindo-se. Essa discussão pode ser encontrada em Foucault, 1998; 1999h; 1999i.

Summary of Comments on 127_cp046051_anotado.pdf

Page: 57

Number: 1 Author: Daniel Subject: Highlight Date: 20/12/2015 23:26:21
citação com aspas em meio a sentença. [p. 27]

Mas ainda que o Estado possa ocupar uma posição de poder favorecida na racionalização dos problemas populacionais, e que seja um espaço legítimo para a análise das relações de poder, existem alguns inconvenientes na análise do poder na dimensão do Estado ou das instituições. Desde a perspectiva aqui adotada, é possível afirmar que, se uma nova ênfase na dimensão do poder é característica do Estado moderno, esta nova ênfase refere-se precisamente ao fato de o poder não se resumir às ações do Estado. Não se trata de um poder que estende a sua mão sobre todo um território, mas uma multiplicidade de aparatos de controle ramificados e com diversos objetivos (Foucault, 1995a; 1999c).

Trata-se de atentar para a forma de constituição do biopoder[29] moderno, que não se encarrega de domar os indivíduos por meio da obediência a um poder soberano, mas constitui uma forma de administrar economicamente o conjunto da população. Importa ressaltar que, na configuração histórica do biopoder, a noção de *população* exerceu um papel fundamental, pois ela possibilitou objetivar um campo de intervenção, entrando no pensamento político com um papel organizacional eficaz. Para governá-la, tornava-se preciso, antes de tudo, conhecê-la. Estatísticas, métodos, cálculos, estimativas surgiram como meio de conhecê-la e controlá-la. Isso possibilitou a configuração das ciências da população – ou das disciplinas –, como a medicina social, a psiquiatria, a higiene pública, a pedagogia, entre outras (Id., 1997d).

Essa disciplinarização das sociedades, desencadeada na Europa a partir do século XVIII, não é um aumento da obediência dos sujeitos ou a sua centralização em prisões e escolas. É uma maneira de ajustar, racional e economicamente, cada vez mais, as relações "entre as atividades produtivas, as redes e comunicação e o jogo das relações de poder". (Id., 1995a, p. 242) As disciplinas, como uma "arte do corpo humano", não apenas aumentam as habilidades e a sujeição dos indivíduos, mas estabelecem uma relação em que eles tornam-se mais governáveis, ao mesmo tempo em que governam a si mesmos. A disciplina "aumenta as forças do corpo (em termos econômicos de utilidade) e diminui essas mesmas forças (em termos políticos de obediência)". Elas não apenas dão direções aos corpos, mas fazem com que eles operem conforme as técnicas e a eficácia exigidas (Id., 1995d, p. 127).

[29] Foucault denomina de *biopolítica* a "maneira pela qual se tentou, desde o século XVIII, racionalizar os problemas propostos à prática governamental, pelos fenômenos próprios a um conjunto de seres vivos constituídos em população: saúde, higiene, natalidade, raças (...)" (Foucault, 1997b, p. 89).

Page: 84

Number: 1 Author: Daniel Subject: Highlight Date: 20/12/2015 23:25:05
Citação com aspas. No Original a citação começa já com "A disciplina... portanto as aspas foram colocadas um pouco depois. Deslocamento das aspas. [p. 119]

A complexidade das relações de poder-saber indica que a verdade não se estabelece quando está fora do poder ou quando se distancia dele. Ao contrário, a verdade está diretamente relacionada ao poder. É preciso deixar de pensar que só pode haver saber onde as relações de poder estão suspensas e que o saber só pode desenvolver-se fora de suas injunções" (Foucault, 1995d, p. 29). O poder está diretamente implicado na produção de saber, mas não apenas porque o favorece ou aplica. O poder articula-se ao saber num embate recíproco, sobretudo porque "para que o saber funcione como saber, isso não pode ocorrer senão na medida em que ele exerce um poder" (Id., 1990, p. 56).

Este é o motivo pelo qual as relações de poder-saber não podem ser analisadas "a partir de um sujeito do conhecimento que seria ou não livre em relação ao sistema de poder". Trata-se justamente do inverso, pois "o sujeito que conhece, os objetos a conhecer e as modalidades de conhecimentos são outros tantos efeitos dessas implicações fundamentais do poder-saber e de suas transformações históricas" (Id., 1995d, p. 30). Isso indica que o estado privilegiado de consciência, no qual pretensamente se encontra um professor, não está livre das amarras do poder e do saber. É neste sentido que "não é a atividade do sujeito de conhecimento que produziria um saber, útil ou arredio ao poder", ao contrário, é "o poder-saber, os processos e as lutas que o atravessam e que o constituem, que determinam as formas e os campos possíveis do conhecimento" (Ibid., p. 30).

É nessa complexidade de relações de poder-saber que o discurso da Escola Cidadã situa-se. Ele não retrata um regime de verdade neutro que estaria livre das amarras do poder, pois faz a articulação das forças de poder e das formas de saber de sua época, constituindo e sendo constituído por elas. É nessa articulação que propõe formas de governo das subjetividades nas enunciações que profere. O que define como verdade está bem delimitado, ainda que enuncie que tal definição depende do que chama de prática social. Os recortes da prática servem para exemplificar e justificar os seus argumentos assertivos. Tais asserções entram em redes sancionando verdades e ratificando poderes de forma a constituir o que se diz e o que se vê da experiência educacional do tempo presente.

6.5 Promessa: sujeitar-se para libertar-se

Tendo em vista a complexidade das relações entre as forças de poder e as formas de saber, que se articulam nos regimes de verdade vigentes nas sociedades, pode-se dizer

Page: 125

Number: 1 Author: Daniel Subject: Highlight Date: 20/12/2015 23:25:27
Citação com aspas em meio a sentença [p. 27]

Number: 2 Author: Daniel Subject: Highlight Date: 20/12/2015 23:25:39
Citação com aspas em meio a sentença. [p. 27]

Number: 3 Author: Daniel Subject: Highlight Date: 20/12/2015 23:25:50
Citação com aspas em meio a sentença. [p. 27]

Number: 4 Author: Daniel Subject: Highlight Date: 20/12/2015 23:23:48
Citação com aspas para terminar um parágrafo. [p. 27]

conceitos morais, através do trabalho e da educação, foram aplicados pelos Quakers[3], nas prisões da Pensilvânia.

Muito recentemente, sobre a temática da administração carcerária dedicaram-se aos estudos de atividades prisionais, destacam-se os trabalhos de Pierre Deyon, "Le Temps de Prision", e o de Michel Foucault, "Vigiar e Punir", ambos escritos em 1975, no período de extrema convulsão no sistema prisional francês. Embora, Foucault tenha inaugurado um novo olhar sobre a função das prisões, ambos referem-se às teorias da pena, dentre as várias funções, como um instrumento pedagógico e disciplinar da sociedade como um todo. Entretanto, Foucault aponte os limites desse disciplinamento, sobre a sua positividade gerando o seu contrário.

Outras referências sobre o estudo das questões prisionais destacam-se: Michele Perrot (1988) e Petit (1991), na historiografia francesa. Estes autores realizaram seus estudos nos Arquivos Criminais do Antigo Regime e nos Arquivos de Justiça Republicana Francesa. O período estudado foi da implantação das penas nas Galés até as Casas de Força, que datam do século XIII, esses pesquisadores sistematizaram as do sistema penal. Esses autores analisaram os problemas da marginalidade e da punição desde as primeiras legislações penais das Monarquias Absolutas até a moderna organização administrativa penitenciária francesa, amplamente copiada pelo governo republicano brasileiro. Na literatura acadêmica brasileira citamos: Boris Fausto (1984), Ribeiro de Sá (1991) e Fernando Salla (1999), que desenvolveram estudos sobre a criminalidade no Brasil no final do séc. XIX e início do XX. Além disso, sobre o disciplinamento da população por meio da força policial destacam-se as obras de Chalhoub (1996), Bretas (1997) e Bresciani (1987). Quanto ao caso específico do controle da população paranaense a tese de doutorado da historiadora De Boni (1985); Benvenutti (2004); Brandão (1994); Cunha Filho (1998); Dudeque (1995); Karvat (1998), Sêga (1996), foram fundamentais em virtude da aproximação com o período, os problemas e a população estudada nesta pesquisa.

[3] A doutrina Quaker, fundada por George Fox (1624-1691), é um movimento dissidente religioso do anglicanismo. Os membros dessa seita protestante se instalaram nos Estados Unidos por vota de 1681 e fundaram a Colônia da Pensilvânia. A "Sociedade Religiosa dos Amigos" teve nos Quakers seus principais membros e filantropos, se destacaram nos trabalhos educacionais nas casas correcionais para menores e fundaram a Prisâc de Walnut Street – Pensilvânia, (1790) e aplicaram a

Summary of Comments on 151_cp135042_anotado.pdf

Page: 11

Number: 1 Author: Daniel Subject: Highlight Date: 07/12/2015 21:29:29
Polissemia sobre o sistema prisional

frequentes naqueles documentos. O clamor pela organização de um aparato policial com um número maior de "praças", melhor equipado, além das constantes denúncias das condições carcerárias, após 50 anos da emancipação política de São Paulo, finalmente, em 1908, instala-se a Penitenciária do Ahú.

Para entender esse longo caminho a tese está organizada em duas etapas: a primeira é dedicada à análise de algumas teses jurídicas, médicas e sociológicas da punição na modernidade. Os teóricos escolhidos para análise justificam-se pelas contribuições originais e imprescindíveis para qualquer estudo sobre sistemas de reclusão. Consideramos essenciais os trabalhos de Durkheim (1984), Weber (1985), Rusche e Kirchheimer (2004); Norbert Elias (1990) e Foucault (1977). Estes filósofos/sociólogos/historiadores da punição na modernidade foram tratados no Capítulo 1 com a finalidade de situar o problema das prisões e a necessidade de reestruturação do tratamento do apenado, a partir do século XVIII. Para enfrentar o objeto da pesquisa foi necessário retomar os autores que tratam sobre a complexa história da constituição das penitenciárias e os discursos educacional, jurídico e médico que as sustentaram.

Ainda nesta etapa inicial, no Capítulo 2 estudamos as normas jurídicas que propiciaram a construção das primeiras penitenciárias no Brasil e do Paraná. Trata-se, exclusivamente, das idéias correntes sobre o tratamento penal disseminados no meio médico/jurídico brasileiro e a influência dessas teses na instalação da escola na prisão.

O Capítulo 3 foi dedicado ao estudo dos Congressos Penitenciários Internacionais, de 1847 a 1930, a instalação do Comitê permanente de inspeção prisional, a situação de outros sistemas prisionais e correcionais dos países-membros, as principais teses educacionais defendidas e a disposição e instalação física e atividade cultural das prisões nos países ocidentais. Nessa análise foi possível aproximar a organização do sistema penal na Europa e da América do Norte às condições que possibilitaram a implantação da instituição prisional no Brasil.

As teses viabilizadas e incorporadas, efetivamente, no meio prisional brasileiro incluindo as orientações para a escola dos internos, em Curitiba, foram apresentadas no Capítulo 4. Incluindo as justificativas para sua implantação, seus regulamentos e a organização disciplinar para o cotidiano do interno na Penitenciária do Ahú.

Page: 18

Number: 1 Author: Daniel Subject: Highlight Date: 07/12/2015 21:30:30
Polissemia sobre punição na modernidade.

É preciso ressaltar que o estudo da contenção da marginalidade com forte combate ao atraso e a desumanidade das prisões apareceu de forma sistemática a partir do Direito Moderno. Ressalte-se a tese jurídica de Beccaria (1764) [8]; o denso relatório da situação carcerária de John Howard (1776) [9], propondo reformas nas prisões européias; as teorias utilitaristas de Bentham (1787) [10] e sua prisão do tipo panóptica, Tocqueville em co-autoria com Beaumont (1831-2)[11], destacados oficialmente pelo governo francês, realizaram um estudo do sistema prisional americano e sua aplicação na França.

Mais recentemente, a composição de um conjunto de ciências, muito em moda no final do século XIX, auxiliou a organização da escola penal positiva[12], referimo-nos: a Psicologia, a Sociologia e a Antropologia Criminal, constituindo a nova penalogia. Essas ciências contribuíram para inauguração do entusiasmo científico da penalidade, a Criminologia. Naquele momento, estas áreas preocuparam-se com a delinqüência como fenômeno e questionaram como as regras de direito formuladas poderiam contribuir para previni-la e combatê-la.[13]
Além disso, os aparatos legais e os aparelhos de punição para a contenção da marginalidade tiveram seus fundamentos e suas atividades baseadas na associação

[8] Principal obra de Cesare Beccaria, "Dos Delitos e das Penas". Entre muitas inovações, a obra identifica o direito de punir como advindo da necessidade de manter a paz na sociedade, desconsiderando a punição como um fim em si mesmo, o que o levou a reconhecer a inutilidade da pena de morte, das torturas e das humilhações públicas. Beccaria inaugura a chamada visão humanista da pena. Sobre a influência das idéias beccarianas na política européia ver: VITALI-VOLANT, "Cesare Beccaria (1738 - 1794) Cours et Discours d'économie Politique" (2005); SILVA, "De Beccaria a Filippo Gramatica: uma visão global da história da pena" (1991).

[9] John Howard, "El estado de las prisiones en Inglaterra y Gales" (escrito entre 1775 e 1776). Durante toda sua vida procurou estudar e pesquisar formas de melhorar as condições dos encarcerados e, por meio destes, idealizou um sistema penitenciário baseado no recolhimento celular. Vide: RAMÍREZ, "John Howard: la obra y la enseñanza. Estudio Introductorio". In: "El estado de las Prisiones en Inglaterra y Gales", 2003. (pp. 7-137)

[10] Sobre a análise do projeto do Panóptico destaca-se a famosa obra de Foucault, "Vigiar e Punir" (1977) e o ensaio de Perrot, "O Inspetor Bentham", publicado no Brasil por SILVA (org.), "O Panóptico: Jeremy Bentham" (2000).

[11] A penitenciária de Auburn foi uma das várias prisões que Beaumont e Tocqueville visitaram durante o período de 10 meses. Esta prisão desempenhou um papel central no relatório, pois serviu de modelo para muitos outros sistemas prisionais. Ver a obra de Schwartz, "The Penitentiary and Perfectibility in Tocqueville: The Western Political Quarterly", 1985, pp. 7-26

[12] Sobre o estudo das escolas penais ver: Basileu Garcia, "Instituições de Direito Penal" (1954); Ramagem Badaró, "Introdução ao estudo das três escolas penais" (1953); Aníbal Bruno, "Direito Penal: parte geral"(1967) e Damásio de Jesus, "Direito Penal: parte geral" (1988).

[13] Quanto ao debate sobre o nascimento da Criminologia e as diversas ciências que a apoiaram, nos apoiamos nas principais teses defendidas nos Congressos Penitenciários Internacionais, nos anos de 1847 até 1930.

Page: 21

Number: 1 Author: Daniel Subject: Highlight Date: 07/12/2015 21:39:35
Polissemia sobre o Panóptico

desses campos científicos. Os estudos históricos mostram que a estrutura e a organização do Sistema Penitenciário e, conseqüentemente, a sanção aplicada àqueles que desorganizam a ordem social foram radicalmente modificadas a partir do século XVIII, a principal delas é o direito de punição sob a autoridade legal do Estado. (Foucault, 1977; Deyon, 1975; Perrot, 1988; Petit, 1991)

O autor de "Instituições de Direito Penal", Basileu Garcia (1954), ressalta que:

> Cabe ao Direito Penal subjetivo e o jus puniendi do Estado, o direito de punir. Só o Estado pode exercê-lo. Não se concebe Direito Penal, senão posto em prática pela autoridade pública. Estamos distanciados, de muitos séculos, da época da vingança privada, primeira manifestação da justiça punitiva. (Garcia, 1954, p. 8)

Entretanto, é preciso considerar que o discurso do recrudescimento e contenção da desordem social sempre foi sustentado pela sociedade civil. A cólera punitiva dos grupos sociais e a chamada vingança pessoal foram, então, assumidas pelo Estado, este é um aspecto importante para entender a prática da justiça moderna, ou seja, a efetivação da individualização da pena, acrescida da medida - tempo, para punir cada delito foi o marco diferencial da punição a partir do século XVIII, e mais, defendida pela sociedade moderna.

Desde a sua origem, tanto as penitenciárias modernas européias e norte-americanas quanto as brasileiras, estavam fundamentadas na concepção pedagógica de reeducar o marginal por meio da pena. A partir das Workhouses do século XVI, os juristas britânicos orientaram as instituições penais acreditando na visão "salvífica" da prisão e da recuperação do infrator, introduzindo assim uma ciência, a penalogia, que se ocupasse de administrar os sistemas penais. Tais teorias foram sistematizadas na esteira da revolução econômica da Europa, na reordenação dos Impérios, na unificação de outros, e, na recém independência americana. Todos os projetos para a cominação de penas tinham como princípio o combate às idéias medievais e as formas bárbaras de punição.

Ao debruçar-se sobre esta história observa-se a intensa proximidade entre as idéias liberais que organizaram o sistema penal Europeu e as idéias do Estado Republicano brasileiro. Em consequência desse quadro surgiram as possibilidades materiais e políticas para a implantação de instituições encarregadas pela complementação da justiça oficial e da sistematização de leis que atendiam aos projetos da nova ordem que se estabelecia no Brasil.

Page: 22

Number: 1 Author: Daniel Subject: Highlight Date: 07/12/2015 21:40:41
Polissemia sobre sistema penitenciário

destacamos aqueles que estudaram diretamente os sistemas prisionais e o sentido da punição na sociedade moderna. (Beccaria - 2006; Bentham -1987; Durkheim - 1984; Foucault - 1977; Garland - 2006; Howard - 2003; Melossi e Pavarini - 2004; Rusche e Kirchheimer - 2004; Petit – 1991 e Weber - 1985).

O estudo do conceito de punição moderna é importante para esclarecermos as funções dos sistemas prisionais modernos e a aplicação de algumas técnicas penitenciárias, dentre elas, a educação e o trabalho. Embora essa discussão esteja longe de findar é preciso dialogar com autores que também se debruçaram sobre fontes históricas que explicam a temática. Os autores estudados neste capítulo não seguem uma ordem cronológica e tampouco procurou-se apresentar como escolas teóricas, entretanto, para organização desta pesquisa destacamos aqueles que priorizaram o tema, alguns antagônicos entre si, outros complementares no que se refere a noção e concepção da necessidade das prisões a partir de meados dos Oitocentos.

Ao iniciarmos pelas teorias de Durkheim (1984) destacamos sua perspectiva em relação ao castigo como a configuração de instituição relacionada ao coração da sociedade, ou seja, os rituais da penalidade, historicamente, são chaves para a coesão social. Os autores Rusche e Kirchheimer (2004), da escola marxista, estudaram o sistema penitenciário ligando, sobretudo, ao desenvolvimento do mercado e a abundância da força de trabalho. Por outro lado, a contribuição de Foucault (1977), em "Vigiar e Punir", é uma alternativa às teorias marxistas da pena. Nesta obra, Foucault apresenta uma crítica à teoria em que o modo de produção não é o centro totalizador da história. O autor retoma Nietzsche (1988) e adapta sua teoria para um novo conceito de genealogia. Investiga o sistema de pensamento subjacente à idéia de que a prisão seja considerada, desde o fim do século XVIII, o "mais racional" e mais "eficaz" meio para punir as ilegalidades em uma sociedade.

Por fim, Elias (1990) propõe a discussão da construção social das sensibilidades e da internalização da cultura penal como processo de civilização e transformação especifica da conduta humana, em especial o desenvolvimento do autocontrole necessário para a vida na modernidade. A obra em destaque é o "O Processo Civilizacional", que trata da formação do Estado e civilização moderna.

Page: 24

Number: 1 Author: Daniel Subject: Highlight Date: 07/12/2015 21:41:36
Polissemia sobre punição e sistemas penitenciários

Number: 2 Author: Daniel Subject: Highlight Date: 07/12/2015 21:43:11
Polissemia sobre pena

prisões que recuperassem o indivíduo, que reconduzissem os criminosos, pela disciplina, pelo trabalho e pelo arrependimento. A prisão se constitui, predominantemente, como um instrumento de vigilância e de punição, acrescido do papel de recuperador do indivíduo para o seu retorno e enquadramento ao mundo produtivo.

Por outro lado, há teóricos que afirmam que a teoria marxista do Estado e a participação do proletariado perderam a atualidade porque o trabalho deixou de ser uma categoria central para compreensão da sociedade capitalista. Por conseguinte os trabalhadores teriam perdido o seu papel estratégico no processo de transformação social. A principal prova seria a redução tendencial do número de operários fabris, fenômeno ocasionado pelas mudanças radicais ocorridas no mundo da produção. Outra ressalva trata-se da ausência das questões culturais, pois as análises marxistas não se atêm às relações inter-classes sociais. Entretanto, há que se considerar que as análises marxistas sobre a punição e o cárcere moderno foram importantes para a crítica aos conceitos do Direito Positivo e aos mitos criados pela penalogia.

1.1.3 Foucault e a análise da vigilância permanente

Michel Foucault segue a trilha aberta por Nietzsche[23] para demarcar a punição como estratégia de controle, pela inscrição do poder nos corpos. A punição é aplicada quando o poder atesta que os corpos estão se afastando da norma, e impõe-se então como corretivo e instrumento de hierarquização dos desvios, de onde vem a grande importância da boa administração das penas a que tanto se dedicou Durkheim.

Foucault (1977) verificou que as punições consideradas bárbaras - trabalhos forçados, trabalho perpétuo e enforcamento - começaram a ser substituídas pela pena privativa de liberdade, a ser cumprida no espaço prisional. Em "Vigiar e Punir" desenvolve uma idéia de punição como uma tecnologia do poder, que não pode ser confundida com questões morais, nem com ação repressiva exclusiva do Estado. Por isso, sua obra significou um avanço nas discussões por abrir um campo de

[23] O procedimento genealógico foi utilizado por Michel Foucault com base em proposições nietzschianas. Ver a respeito: Helena Singer. "A Genealogia como Procedimento de Análise", in Sérgio Adorno (org.), Escritos Michel Foucault, São Paulo, Sociologia USP, 2º semestre, 1994, pp.17-27.

Page: 40

Number: 1 Author: Daniel Subject: Highlight Date: 07/12/2015 21:45:01
Polissemia sobre punições, tecnologia do poder.

pesquisa mais imediato e concreto da punição, que observa os procedimentos pequenos e disseminados no corpo social. Quanto às intenções da sua pesquisa o autor deixou claro a distinção da sua obra em relação a toda historiografia marxista e da noção sociológica positiva da punição moderna:

> 1) Não centrar o estudo dos mecanismos punitivos unicamente em seus efeitos repressivos", só em seu aspecto de "sanção", mas recolocá-los na série completa dos efeitos positivos que eles podem induzir, mesmo se à primeira vista são marginais. Conseqüentemente, tomar a punição como uma função social complexa.
> 2) Analisar os métodos punitivos não como simples conseqüências de regras de direito ou como indicadores de estruturas sociais; mas como técnicas que têm sua especificidade no campo mais geral dos outros processos de poder. Adotar em relação aos castigos a perspectiva da tática política.
> 3) Em lugar de tratar a história do direito penal e a das ciências humanas como duas séries separadas cujo encontro teria sobre uma ou outra, ou sobre as duas talvez, um efeito, digamos, perturbador ou útil, verificar se não há uma matriz comum e se as duas não se originam de um processo de formação "epistemológico-jurídico"; em resumo, colocar a tecnologia do poder no princípio tanto da humanização da penalidade quanto do conhecimento do homem.
> 4) Verificar se esta entrada da alma no palco da justiça penal, e com ela a inserção na prática judiciária de todo um saber "científico", não é o efeito de uma transformação na maneira como o próprio corpo é investido pelas relações de poder (Foucault, 1977, p. 26)

Michel Foucault, ao analisar o surgimento deste sistema penal moderno, conclui que esta instituição não visa mais à punição pura e simples do condenado, dando exemplo à sociedade, mas busca corrigi-lo, tratá-lo para uma utilização social. Assim, o autor trata o surgimento do campo jurídico como veículos de práticas de sujeição do corpo, controle e dominação. É preciso que a justiça criminal puna em vez de se vingar.

Essa necessidade de um castigo sem suplício é formulada primeiro como um grito do coração ou da natureza indignada: no pior dos assassinos, uma coisa pelo menos deve ser respeitada quando punimos: sua "humanidade". Chegará o dia, no século XIX, em que esse "homem", descoberto no criminoso, se tornará o alvo da

> (...) intervenção penal, o objeto que ela pretende corrigir e transformar, o domínio de uma série de ciências e de práticas estranhas -"penitenciárias", "criminológicas". Mas, nessa época das Luzes, não é como tema de um saber positivo que o homem é posto como objeção contra a barbárie dos suplícios, mas como limite de direito, como fronteira legítima do poder de punir. Não o que ela tem de atingir se quiser modificá-lo, mas o que ela deve deixar intacto para estar em condições de respeitá-lo. (Idem, pp. 69-70)

Foucault demonstra como a pena de suplícios (modelo punitivo tradicional da Idade Média)[24] perde sentido com a construção da modernidade, uma vez que o

[24] Foucault conclui que o castigo não era uma simples reparação ao dano causado pelo criminoso. A punição é uma satisfação ao soberano que foi ultrajado, ou seja, a desordem e o mau exemplo devem ser vingados pelo monarca em função da honra do rei e não da vítima. O suplício não

Page: 41

Number: 1 Author: Daniel Subject: Highlight Date: 07/12/2015 21:21:05
Citação adentrada [p. 23-4]

Number: 2 Author: Daniel Subject: Highlight Date: 07/12/2015 21:45:57
Polissemia sobre o surgimento do sistema de punição moderno.

Number: 3 Author: Daniel Subject: Highlight Date: 07/12/2015 21:27:47
Cópia seguida de citação adentrada. [p.63-4]

Number: 4 Author: Daniel Subject: Highlight Date: 07/12/2015 21:46:53
Polissemia sobre modelo punitivo da idade média.

Number: 5 Author: Daniel Subject: Highlight Date: 07/12/2015 21:49:37
Polissemia em nota de rodapé que abrange duas páginas e indica capitulo e páginas.

capitalismo, e todo o sistema econômico e político implantando a partir dos movimentos das revoluções industrial e francesa, passa a necessitar de mão-de-obra especializada. Foucault situa aí a justificativa para o nascimento do encarceramento como pena, e para o trabalho desenvolvido no interior das prisões. Estes tinham como finalidade o custeio das próprias despesas dos presos e a retribuição individual dos prisioneiros, para assegurar sua reinserção moral e material no mundo da economia. (Idem, p. 80 89)

Em termos bastante reduzidos, Foucault afirma que a punição moderna tem por intuito a transformação individual de forma que as fábricas nascentes dispusessem do trabalho daqueles indivíduos condenados. Foucault é ainda mais enfático ao assegurar que o discurso científico-penal moderno organiza-se a partir do conceito de perversidade, pois as ações judiciais procuram detectar os "inimigos", os moralmente "desviados", uma vez comprovado recebem do sistema formal um tratamento de exclusão, rejeição e marginalização. (Idem, p. 98)

A moralização traz consigo um princípio de tratamento, de correção, sendo assim, está sempre voltado à transformação dos indivíduos "perigosos". O sistema judicial e a modernidade criam, segundo Foucault, a categoria do indivíduo a ser corrigido. Em suas análises sobre o surgimento dos modelos penitenciários, por volta do final do século XVII e início do século XVIII, Foucault verificou que todo o sistema carcerário tinha como pressuposto a correção dos indivíduos, com o fim último de criação de mão de obra. O encarceramento teria, então, a finalidade de transformar a alma e o comportamento.

Foucault destaca que em todos os modelos iniciais de controle penal, continham a idéia do castigo como técnica corretiva. Nesse aspecto, existe uma relação marcante nas instituições disciplinadoras entre o tempo ou a manipulação do tempo e o controle sobre os corpos: enquanto todo o tempo dos indivíduos deve ser oferecido ao aparelho de produção, colocado no mercado para ser vendido por um salário, ou seja, devendo haver a transformação do seu tempo em tempo de trabalho; deve haver também a formação, a correção do corpo para o trabalho. (Idem, p. 108)

Significava fazer justiça, mas reavivar o poder. (Foucault, 1977. Capítulo II: A Ostentação dos suplícios; pp. 33- 65).

Page: 42

Number: 1 Author: Daniel Subject: Highlight Date: 08/12/2015 00:46:22
Cópia [p. 102]

Number: 2 Author: Daniel Subject: Highlight Date: 07/12/2015 21:51:34
Paráfrase com indicação de página.

Number: 3 Author: Daniel Subject: Highlight Date: 07/12/2015 21:53:48
Polissemia vários temas

Number: 4 Author: Daniel Subject: Highlight Date: 07/12/2015 21:58:29
Polissemia sobre o castigo. Indica página

Number: 5 Author: Daniel Subject: Highlight Date: 07/12/2015 21:49:43
Polissemia em nota de rodapé que abrange duas páginas e indica capitulo e páginas.

Foucault argumenta que até o final do século XVIII a punição pautava-se freqüentemente no espetáculo público da tortura: prisioneiros eram chicoteados, postos no pelourinho ou até mesmo executados em praças públicas. A partir de então toda a economia da punição começou a mudar: a tortura como espetáculo público desapareceu, a punição configura-se na parte mais secreta do processo penal, e o corpo deixou de ser o alvo exclusivo da repressão penal. Diante disso, o corpo passou a ser exposto a novas técnicas que visavam torná-lo "dócil", isto é, capaz de ser subjugado, usado, transformado e melhorado. Em "Vigiar e Punir", Foucault trata da economia da punição para diferenciar o castigo imposto na Idade Média:

> [...] o que eu quis mostrar foi como, a partir dos séculos XVII e XVIII, houve verdadeiramente um desbloqueio tecnológico da produtividade do poder. As monarquias da Época Clássica não só desenvolveram grandes aparelhos de Estado – exército, polícia, administração local –, mas instauraram o que se poderia chamar uma nova "economia" do poder, isto é, procedimentos que permitem fazer circular os efeitos de poder de forma ao mesmo tempo continua, ininterrupta, adaptada e "individualizada" em todo o corpo social. Estas novas técnicas são ao mesmo tempo muito mais eficazes e muito menos dispendiosas (menos caras economicamente, menos aleatórias em seu resultado, menos suscetíveis de escapatórias ou de resistências) do que as técnicas até então usadas e que repousavam sobre uma mistura de tolerâncias mais ou menos forçadas (desde o privilégio reconhecido até a criminalidade endêmica) e de cara ostentação (intervenções espetaculares e descontínuas do poder cuja forma mais violenta era o castigo "exemplar", pelo fato de ser excepcional). (Foucault, 2001b, p. 8)

Insiste o filósofo que enquanto as antigas formas de penalidades medievais (tortura e morte) eram dirigidas ao corpo do condenado, as formas modernas de penalidade (aprisionamento) dirigem-se a sua alma. É sobre a alma, ou subjetividades, de homens e mulheres que a microfísica do poder judicial é exercida. A reforma da justiça criminal – passando da tortura para a punição, e finalmente para a disciplina – introduziu uma nova economia ao poder de punir, que a partir daí tornou-se mais regular, eficaz, constante e detalhado, e que passou a operar a um custo menor. A nova conformação da punição é assim descrita:

> [...] século XVIII encontrou um regime por assim dizer sináptico de poder, de seu exercício no corpo social, e não sobre o corpo social. A mudança de poder oficial esteve ligada a este processo, mas através de decalagens.Trata-se de uma mudança de estrutura fundamental que permitiu a realização, com uma certa coerência, desta modificação dos pequenos exercícios do poder. Também é verdade que foi a constituição deste novo poder microscópico, capilar, que levou o corpo social a expulsar elementos como a corte e o personagem do rei. (Foucault, 1977, p. 130)

Page: 43

Number: 1 Author: Daniel Subject: Highlight Date: 07/12/2015 22:07:34
Insere o texto antes como se fosse citar V&P mas faz citação de 2001b que não se encontra no capítulo das referências. A citação é de Microfísica do Poder que aparece como 2001.

Number: 2 Author: Daniel Subject: Highlight Date: 07/12/2015 22:16:36
Indica erroneamente ser citação de V&P, mas é de Microfísica do Poder.

jurídico, purgando-o de seu frio caráter punitivo. A premissa é que o poder jurídico de punir não envolve somente retribuição e vingança, ele também engloba uma visão 'humana' dos criminosos.

Outro aspecto importante em "Vigiar e Punir" foi apresentar as características fundamentais do panoptismo, teoria que a vigilância aparece como a noção central do modelo e também como a perspectiva utilitária de uma economia eficaz na administração de espaço e tempo do vigiar. Foucault também trouxe à tona as contribuições da escola inglesa, especialmente a de Bentham e a proposta da vigilância total, através da arquitetura do tipo panóptica. O filósofo descreve sintética e precisamente este modelo:

> 1 Panóptico de Bentham é a figura arquitetural dessa composição. O princípio é conhecido: na periferia uma construção em anel; no centro, uma torre; esta é vazada de largas janelas que se abrem sobre a face interna do anel; a construção periférica é dividida em celas, cada uma atravessando toda a espessura da construção; elas têm duas janelas, uma para o interior, correspondendo às janelas da torre; outra, que dá para o exterior, permite que a luz atravesse a cela de lado a lado. Basta então colocar um vigia na torre central, e em cada cela trancar um louco, um doente, um condenado, um operário ou um escolar. Pelo efeito de contraluz, pode-se perceber da torre, recortando-se exatamente sobre a claridade, as pequenas silhuetas cativas nas celas da periferia. Tantas jaulas, tantos pequenos teatros, em que cada ator está sozinho, perfeitamente individualizado e constantemente visível. O dispositivo panóptico organiza unidades espaciais que permitem ver sem parar e reconhecer imediatamente. Em suma, o princípio da masmorra é invertido; ou antes, de suas três funções — trancar, privar de luz e esconder — só se conserva a primeira e suprimem-se as outras duas. A plena luz e o olhar de um vigia captam melhor que a sombra, que finalmente protegia. A visibilidade é uma armadilha. (Foucault, 1977, p. 177)

A partir daí a implantação das instituições prisionais, em escala mundial, se multiplicaram, assim como, as teorias penais e a implantação de projetos para a recuperação do interno. Em Villey (1973), encontramos, ainda, as seguintes conclusões sobre Bentham e sua teoria penal:

> Ele representa uma nova criação do espírito científico moderno, (...). Teve a audácia de repudiar as teorias do 'estado de natureza' e dos 'direitos naturais do homem', que ele considerava fictícios, (...) Bentham julga ter descoberto esta lei científica: que toda a ação do homem seria movida pela procura do prazer, pela fuga das penas. (...) e, para demover o interesse antecipado daqueles que tivessem a idéia de atos prejudiciais (...) o melhor meio é a prisão. (Villey, 1973, p. 129)

O chamado movimento reformador inglês propôs novas práticas encarceratórias e punitivas, na Europa e América do Norte, posteriormente implementadas pelos penitenciaristas brasileiros. Por isso, apresentar algumas das teses de Foucault sobre a história das punições e a sua visão da constituição das prisões se torna imprescindíveis para entender o Sistema Prisional brasileiro.

Page: 47

Number: 1 Author: Daniel Subject: Highlight Date: 07/12/2015 22:23:31
Citação adentrada [p. 165-6]

destacar que essas configurações não podem ser planejadas, programadas ou previstas porque são construídas e redimensionadas o tempo todo.

Para Elias (1990), o saber é desenvolvido através de configurações sociais ao longo da evolução da sociedade, também o tempo aparece como produto da evolução de nossa sociedade. Evolução essa que não significa necessariamente progresso, mas que é formada por progressos e retrocessos e, que no caso do tempo, está fundamentada no desenvolvimento da capacidade humana de síntese e representação simbólica.

É importante salientar que Elias não utiliza os termos "desenvolvimento", "evolução" e "progresso", no sentido de uma necessidade automática ou intrínseca à sociedade (significado usado no século XIX). Ele refere-se a tais termos no sentido de explicitar, empírica e teoricamente, mudanças estruturais que aconteceram na sociedade em longo prazo. Nesse sentido, tentaremos mostrar as principais mudanças ocorridas na sociedade curitibana que possibilitaram o incremento das técnicas penais e suas conseqüências na ressocialização dos internos.

Nesse modelo, Garland tenta relativizar a abrangência dos modelos marxistas e foucaultianos, ao afirmar que a punição possui vários elementos culturais que não devem ser interpretados como instrumentos de dominação, controle, subjetivação, técnicas de poder, etc. Por isso, o destaque a Elias que trouxe à tona uma discussão cultural ao tema da punição, que não foi explorado pela historiografia.

1.2 A prisão como principal instrumento punitivo da Modernidade: discurso humanista sobre a pena privativa de liberdade.

As investigações realizadas por Pierre Deyon (1975) e Michel Foucault (1977), sobre as ações penais do Antigo Regime francês, colocaram na pauta dos historiadores a temática prisional. Ambos pesquisaram, nos arquivos de jurisdição monárquicos, as transformações ocorridas no sistema de aplicação das penas desde o século XII até o sistema punitivo atual. Uma das conclusões em comum foi a de

Page: 51

Number: 1 Author: Daniel Subject: Highlight Date: 07/12/2015 22:24:31
Polissemia antigo regime francês.

que a condução das penas passou por uma profunda reforma a partir do Ordenamento de 1670, na França[26].

As principais fontes de Deyon (1975) foram os levantamentos estatísticos do poder judiciário franceses, que, oficialmente, se constituíram a partir de 1826[27], devido aos avanços dos índices de criminalidade na França. Por sua vez, Foucault (1977) estudou os relatórios as atas da descrição das penas corporais impostas aos condenados na Idade Média, mostrando como e por que ocorreu a mudança dos suplícios para as penas de privação individual da liberdade, na Idade Moderna.

Para a justiça do Absolutismo, a condução da aplicação das penas durante a monarquia não necessitou da codificação do sistema de penalidades. Ou seja, o poder inquestionável do Rei facultava a organização de um código de instrução e de procedimentos penais mais homogêneos deve-se ao poder inquestionável do Rei. (Deyon, 1975, p. 10)

As instruções jurídicas, até 1670, estavam dispersas em diversos ordenamentos reais. Tais instruções interessavam às jurisdições regionais, às polícias locais, onde a repressão continuava a cargo dos costumes de cada região e a distribuição das penas também variava de acordo com a organização da localidade.

Em relação à abstenção da monarquia em codificar as penas, característica do direito monárquico, seria um paradoxo regulamentar um direito em que o próprio Monarca era a essência do poder político. O Rei era a fonte e chefe de toda a justiça.

Essa personificação do poder na figura do Rei não exigia, por sua vez, uma organização penal. Investido do 'droit de glaive' o Monarca era: "servidor de Deus para exercer a vigilância e a punição daquele que pratica o mal". (Idem, p. 15). Esta máxima foi a justificativa, durante séculos, para o direito de repressão do Monarca. O domínio absoluto prende-se ao fato de ser ele, o Rei, representante de Deus na terra. O caráter místico do poder da monarquia esconde também o mistério do Direito Divino de governar, por conseqüência, o direito de julgar e de punir. Ao mesmo tempo em que nada poderia limitar as atitudes de cólera punitiva, também

[26] Ver o site do Ministério da Justiça France –Criminocorps, consultar a «Ordonnance criminelle de Saint-Germain-en-Laye". In: - http://ledroitcriminel.free.fr/ la_legislation_criminelle/ anciens_textes/ ordonnance_criminelle_de_1670.htm. Acesso em 13/08/2008.
[27] Ver em Barré, 1986, p. 107-128, análise dos 130 de estatística penitenciária na França.

Page: 52

Number: 1 Author: Daniel Subject: Highlight Date: 07/12/2015 22:24:55
Polissemia privação da liberdade.

sofriam torturas prolongadas e castigos bárbaros. Para a delinqüência considerada banal, do tipo roubo e homicídio, a aplicação da penas ficava a cargo da soberania do juiz, conforme já dito, ao bel prazer da autoridade local. (Foucault, 1977; Deyon, 1975)

Numa sociedade de classes na qual os privilégios eram destinados aos nobres, os magistrados levavam em conta a 'qualidade familiar' e nobiliárquica da vítima e também do acusado. O crime era considerado mais grave quando a vítima ou o ofendido era ligado à aristocracia, inversamente aos de baixa classe, neste caso era importante intimidá-los com execuções rigorosas que tinham o objetivo de manter a disciplina e impedir as explosões de cólera pública. A repressão tinha por objetivo não só punir uma falta, mas exercer a vingança coletiva e restabelecer o equilíbrio político, ameaçado pelo delito cometido principalmente pela ralé. Este equilíbrio era obrigatório para manutenção do poder – frágil – da monarquia a partir do séc. XVII.

A pessoa do Monarca, aliada à silhueta sinistra do torturador (carrasco), impunha, por sua vez, o terror e o medo à sociedade. Esse simbolismo, a relação da dupla carrasco/Rei, marcava a lembrança de um ato terrível que revelava o poder monárquico incondicional de constranger, de punir, de dispor da vida de qualquer pessoa. Apesar do rigor do Direito Monárquico, os crimes e delitos continuavam a agravar-se, como era de se esperar, em face dos percalços do sistema econômico.

Através da análise dos quadros estatísticos, com o levantamento dos delitos cometidos nas regiões de Caen, Toulouse e Paris, Pierre Deyon verificou que a quantidade de crimes e prisões aumentou, exageradamente, década a década. O período histórico estudado, pelo autor, foi relativo aos anos 1680 – 1789. Os dados revelaram que os crimes contra os bens (roubo, pilhagens) aumentaram em mais de 100% nos anos de 1720 a 1760, ainda, o delito de roubo foi responsável por quase 2/3 das condenações à pena de prisão. (Deyon, 1975, pp. 73-88).

Estes dados provocaram forte comoção nos juristas e políticos. O aumento dos delitos acarretou novos estudos acerca do tipo de pena que poderia ser aplicada para que essa situação fosse minimizada. Iniciou-se um combate ao fundamento do direito monárquico que não previa, na definição das penas, a idéia de resgate e de reabilitação.

A nova concepção propunha a recuperação da alma e a reintegração do marginal como cidadão. Cesare Beccaria, inspirado pelo movimento das luzes, foi

Page: 54

Number: 1 Author: Daniel Subject: Highlight Date: 07/12/2015 22:25:41
Polissemia sobre aplicação das penas.

em 1776. A nova técnica é o isolamento, o trabalho, a educação religiosa e moral, e a classificação dos presos. (Villey, 1977, p. 123 118)

Nesse sentido, o código penal moderno passa a prever novas práticas. Esses processos jurídicos, laicos, têm a finalidade da busca da verdade e do arrependimento do preso. A virtude moralizadora do trabalho e a educação religiosa permitiriam ao prisioneiro melhorar sua condição e preparar sua reinserção no mundo livre. Imaginava-se, então, que a reabilitação do interno pela prisão seria possível. (Deyon, 1975, p. 87)

Vários programas, produzidos depois dos relatórios de Howard, foram dirigidos aos milhares de camponeses e desempregados que vagavam pelas grandes cidades inglesas. O projeto britânico foi copiado pelos governos de toda a Europa, pois, o aumento da criminalidade era um problema grave a ser resolvido pelos dirigentes. Este novo sistema repressivo exigia a criação de uma administração uniformizada de prisões e de novos estabelecimentos penitenciários. Após reformas sucessivas criam-se as Casas de Correção, as Colônias Penais, as Casas de Força, as Prisões Provisórias, as Penitenciárias Centrais. Apesar das reformas dos edifícios penais e da separação dos tipos de crimes em cada uma das prisões, o discurso moralizador de conotação religiosa continuava. Continuavam também as barbaridades físicas no tratamento aos internos. (Idem, p. 105)

Estes problemas que tanto preocuparam Howard, no século XVIII, foram conseqüência da crise econômica feudal que provocou uma enorme transformação na zona rural. A proliferação de mendigos, prostitutas e jovens delinqüentes, instalados de forma precária nas cidades, a partir deste momento, aumentou. Para resolver esse problema, ainda sob o domínio Monárquico, criou-se, desde o século XVI, um lugar especial para que esta população fosse detida e separada da sociedade. Surgem as prisões leigas que, sob uma disciplina rígida, durante certo período de tempo, tinham por escopo excluir os infratores do convívio social para que pudessem se arrepender de seus delitos. A exigência do Estado Moderno em disciplinar os pobres era imensa: seja através das instituições de caridade ou através das prisões, era necessário separar os bons dos maus pobres, para não atrapalhar o mercado crescente. (Deyon, 1975; Foucault, 1977; Perrot, 1988; Petit, 1991; Leal, 1995; Sá, 1991; Salla, 1999).

A possibilidade de um novo conceito de prisões, graças a Howard, permite a organização de uma instituição especial. Nas penitenciárias, o Estado, ao recolher o

Page: 56

Number: 1 Author: Daniel Subject: Highlight Date: 07/12/2015 22:26:27
Polissemia sobre instituições

O que a modernidade fez foi potencializar esses pressupostos num projeto físico e principalmente num projeto discursivo. A história mostra que o Estado, no papel de administrar a vida da população, aumenta seu poder, fazendo-se presente na implementação desses programas urbanísticos. O que se percebe com isso é que a racionalidade administrativa que concebe esses programas não é somente aquela das leis, do contrato social ou da religião, mas na biotecnologia do corpo social que investe o poder do Estado. De acordo com Foucault (2001a), isto é possível graças às condições históricas que fazem da multiplicidade das práticas sociais a composição de um efeito de conjunto, onde o Estado passa a exercer uma função hegemônica, bio-política, ao segregar os espaços, hierarquizar os domínios e garantir a manutenção do sistema de produção capitalista.

São as condições históricas que colocam para o Estado a preocupação com as questões biológicas, como a sexualidade e a reprodução dos grupos sociais, a doença e a implementação de programas de saúde, o trabalho e a educação como forma de produzir mão-de-obra apta, e a dor e as práticas punitivas, pois toda essa complexidade se inscreve nas práticas de objetivação do corpo individual, ou, como diria Foucault, nas disciplinas do corpo e nas intervenções de regulação do corpo social. Produz-se assim um dispositivo histórico complexo, onde a regulação da vida da sociedade parte dos micro-poderes das práticas cotidianas para configurar estratégias de poder de larga amplitude, dotadas de uma tecnologia voltada para o bem-estar social e biológico da população.

Os lugares públicos consistiriam em instrumentos para essa racionalidade administrativa, como espaço de afirmação do seu poder político. Esses espaços já foram palco de execuções de criminoscs, o palco dos suplícios. Entretanto, também nesses espaços se desenrolava práticas ilegais cotidianas e os crimes violentos. Assim, criava-se a necessidade de métodos mais eficientes de vigilância e policiamento. Estes fatores combinados levaram a um afinamento das práticas punitivas, com o objetivo de harmcnizar os mecanismos de poder com os instrumentos de controle do corpo social. Tratava-se de estabelecer uma nova economia do poder de castigar, não mais baseado nos excessos e arrogâncias do poder do rei, mas "que fosse repartido em circuitos homogêneos que possam ser exercidos em toda parte, de maneira contínua e até o mais fino grão do corpo social". (Foucault, 2001b)

Page: 74

Number: 1 Author: Daniel Subject: Highlight Date: 20/12/2015 23:54:48
Citação com aspas - Não há nas referências Foucault, 2001b. Contudo a citação é de V&P e nem há indicação de página [p. 69]

Number: 2 Author: Daniel Subject: Highlight Date: 20/12/2015 23:55:59
Alteração de tempo verbal permitindo retirar da citação [p. 69]

reforma do sistema jurídico brasileiro foi resultado de uma estratégia para o remanejamento do poder de punir, em uma nova política em relação às ilegalidades; entretanto, havia uma ilegalidade tolerada: privilégio para alguns, inobservância das ordenações, desusos e reativações súbitas da lei, consentimento mudo do poder, bem como certas margens de tolerância nas camadas desprivilegiadas. O jogo recíproco das ilegalidades fazia parte da vida política e econômica da sociedade" (Idem)

Desse modo, a reforma foi também uma reestruturação na economia das ilegalidades, pois o capitalismo nascente precisava combater as ilegalidades populares, os roubos, e para isso foi preciso estabelecer sistemas de vigilância constante sobre o corpo social. Em suma, a reforma penal nasceu no ponto de junção entre a luta contra o superpoder do soberano e a luta contra o infrapoder das ilegalidades toleradas e conquistadas" (Foucault, 1977)

Um espaço que serviu para demonstrar a presença do Estado ao alterarem a paisagem primitiva foi a construção de uma penitenciária. As associações de conteúdos e significados vão tornando possível um nexo entre aumento do número de habitantes nas cidades, sensação de pânico sanitário, queda das condições de segurança, medo que as elites têm da massa pobre e ascensão do Estado legítimo para se fazer presente e de ser ele próprio produtor do cidadão.

Para o mesmo discurso, ou seja, no espetáculo visto do alto (Boni, 1985), a violência não é produto de uma situação de miséria, é a própria condição dos miseráveis. Ela faz parte de uma categoria inferior, e todos os indivíduos desta camada são iguais, criminosos. Aqui, percebe-se a despersonalização daqueles que sempre estiveram em situação social inferior.

2.3. A função pedagógica das decisões e normas jurídicas

As normas e a ordem tendem a preservar basicamente a organização social. Isto significa que invariavelmente a origem e a razão de ser das normas são as relações entre os homens e não a prática de uma "ordem natural" ou "sobrenatural", por mais que estes mitos sejam invocados todo tempo para justificar as normas impostas pelos homens. No entanto, as normas revelam um determinado balanço de forças entre os grupos que integram uma sociedade, ainda que esta correlação de forças nem sempre sejam aparentes. Pois, a ordem social se manifesta, não só nas

Page: 75

Number: 1 Author: Daniel Subject: Highlight Date: 20/12/2015 23:59:33
Cópia e adaptação de V&P - É também parte da citação acima - [p. 69]

Number: 2 Author: Daniel Subject: Highlight Date: 08/12/2015 00:44:01
Cópia [P 71]

Number: 3 Author: Daniel Subject: Highlight Date: 07/12/2015 22:33:33
Citação com aspas - Inverte conquistadas e toleradas [p. 74]

primeiros discursos teóricos justificadores da pena, ainda, forte apelo moralizante e biodeterminante. Contraditoriamente, o delito, a loucura, ou seja, os comportamentos transgressores são enquadrados como produtos de uma existência desordenada moralmente e predisposta geneticamente, por isso, justifica-se a contenção dessas pessoas em regimes fechados. Para os teóricos da Penalogia Positiva, era necessário colocar as pessoas em situações disciplinares que operassem uma mudança comportamental, tanto em nível psíquico quanto corporal. (Zaffaroni 1991; Carvalho 2001; Foucault 1977)

Na esteira desse discurso predominava, entre os autores pesquisados, o desejo de cura, ou seja, a crença de que é possível a ressocialização do individuo não realizada. Essa tese possui sustentação científica que se desenvolveu nas ciências criminais, de matriz etiológica, que serviu de fundamento ao tratamento do sujeito 'perigoso'. Nessa perspectiva teórica emergiu a vertente funcionalista do tratamento ressocializador do transgressor[50].

Essa idéia decorreu da concepção de conduta desviada por um processo de socialização fracassado que deveria ser —consertadoll. Esse discurso pôde ser verificado, enquanto ideal a ser atingido, nos documentos que orientam o planejamento das ações de nível técnico e da segurança[51].

Como exemplo, por grande parte do século XX, teve-se a preocupação com os "Res" (reeducação, ressocialização, reinserção), que se constituíram em elemento chave na ideologia oficial e na retórica institucional prisional. Constatando-se a concepção metafísica e conservadora, pode-se afirmar que os "Res" (presos) aparecem como problemáticos nos melhores dos casos e inúteis nos piores. Em alguns locais, como no sistema penitenciário paranaense, tais termos ainda são utilizados como vocabulário oficial[52]. Essa constatação leva a crer que o sistema

[50] Segundo Wottrich (2002), a matriz etiológica encontra origem nas teorias correcionalistas desenvolvidas no século XVIII, mormente aquelas propostas pela Escola Positiva italiana (Lombroso e Ferri). Essa corrente é definida como uma Ciência causal-explicativa da criminalidade; ou seja, tem por objeto a criminalidade concebida como um fenômeno natural, causalmente determinado, por isso assume a tarefa de explicar as suas causas segundo o método científico ou experimental e o auxílio das estatísticas criminais oficiais e de prever os remédios para combatê-la. Essa matriz indaga, fundamentalmente, o que o homem (criminoso) faz e porque o faz.

[51] A respeito da tese de ressocialização do criminoso trataremos no capítulo sobre os Congressos Penitenciários Internacionais.

[52] Ver Programa de Ressocialização no Sistema Penitenciário do Paraná. In: http://www.depen.pr.gov.br/ Modules/conteúdo/conteúdo.php?conteudo=6. Acesso em 24 de junho de 2008.

Page: 78

Number: 1 Author: Daniel Subject: Highlight Date: 07/12/2015 22:34:48
Polissemia sobre disciplina

prisional sente-se carente de uma nova linguagem e da mitologia sobre o qual foi fundado.

O advento da prisão moderna possibilitou a existência de diversas palavras e significados, este fato atesta sua eficiência como veículo comunicador, no entanto, este fato, como objeto de análise, seja como instrumento de pesquisas ou de disciplinas sociais, seja, enfim, como representação social de uma ordem a impor está ainda em aberto nas academias brasileiras. A prisão é um dos símbolos mais forte da ordem social. A marginalidade da prisão se manifestou desde seu início, e isso não tanto em termos da sua obsolência quantitativa, mas na residualidade qualitativa, manifesta nos confrontos das novas práticas de controle social dos tipos penais.

As sólidas muralhas das casas de detenção constituíram o ideal impiedoso da civilização moderna fixado em pedra, destoando do teatro do suplício protagonizado pela penalidade característica da transição do medievo à modernidade, a sóbria penitenciária, ao infligir no corpo e na alma dos condenados produziu as marcas do ritmo monótono do trabalho, carcerizando, por assim dizer, a disciplina e os rigores necessários à sociedade fabril, delineando, portanto, o espectro da existência do homem moderno num mundo crescentemente administrado: "o homem na penitenciária é a imagem virtual do tipo burguês em que ele deve se transformar na realidade.". (Foucault, 1977)

Daí que os recalcitrantes do lado de fora das grades foram devidamente enquadrados, na aprendizagem/modelo com os que se encontram dentro. Nos tempos modernos, como vimos em Foucault (1977), já não é necessário disciplinar exclusivamente o corpo. Tem um espaço apropriado para aplicar as formas de supervisão e de controle, que podem ser internalizadas individualmente, basicamente através das práticas discursivas, por isso a afirmativa de Foucault (idem) o objeto da disciplina e da punição é a alma, concebida em termos de psique, subjetividade, personalidade, consciência e individualidade. O discurso desempenha um papel crucial no disciplinamento de subjetividades e consciências. (Smart, 1983)

De acordo com Foucault, diferentes discursos transformaram áreas como a sexualidade e o crime em objetos do saber científico e em alvos de práticas institucionais. Aplicando este ponto de vista aos julgamentos, podemos interpretar as práticas discursivas de juízes, por exemplo, como ferramentas de uma complexa pedagogia do comportamento, construída e posta em prática em parte pelo discurso

Page: 79

Number: 1 Author: Daniel Subject: Highlight Date: 21/12/2015 00:00:47
Citação com aspas atribuída a V&P sem indicar página só que não é de V&P mas de Theodoro Adorno.

Number: 2 Author: Daniel Subject: Highlight Date: 07/12/2015 22:41:48
Polissemia sobre disciplina do corpo.

Number: 3 Author: Daniel Subject: Highlight Date: 07/12/2015 22:59:27
Polissemia punição e alma

função educacional de disciplinar formas de comportamento que escaparam ao poder punitivo da lei, mas não do alcance de processos sociais de supervisão e de controle. Sob este olhar, por exemplo, um julgamento de estupro engloba tanto o poder legal/penal de punir o réu, como o poder disciplinar de observar e controlar tanto o réu quanto a vítima. [53]

> Como lembra Foucault, um processo criminal não julga apenas objetos jurídicos como 'crimes' e 'delitos'. Nas palavras de Foucault:
>
> Sob o nome de crimes e delitos, são sempre julgados corretamente os objetos jurídicos definidos pelo Código. Porém julgam-se também as paixões, os instintos, as anomalias, as enfermidades, as inadaptações, os efeitos de meio ambiente ou de hereditariedade. Punem-se as agressões, mas, por meio delas, as agressividades, as violações e, ao mesmo tempo, as perversões, os assassinatos que são, também, impulsos e desejos. Dir-se-ia que não são eles que são julgados; se são invocados, é para explicar os fatos a serem julgados e determinar até que ponto a vontade do réu estava envolvida no crime. Resposta insuficiente, pois são as sombras que se escondem por trás dos elementos da causa, que são, na realidade, julgadas e punidas. Julgadas mediante recurso às "circunstâncias atenuantes", que introduzem no veredicto não apenas elementos "circunstanciais" do ato, mas coisa bem diversa, juridicamente não codificável: o conhecimento do criminoso, a apreciação que dele se faz, o que se pode saber sobre suas relações entre ele, seu passado e o crime, e o que se pode esperar dele no futuro. Julgadas também por todas essas noções veiculadas entre medicina e jurisprudência desde o século XIX (os —monstros‖ —da época de Georget, as —anomalias psíquicas‖ da circular Chaumié, os —pervertidos‖ e os —inadaptados‖ dos laudos periciais contemporâneos) e que, pretendendo explicar um ato, não passam de maneiras de qualificar um indivíduo. Punidas pelo castigo que se atribui a função de tornar o criminoso "não só desejoso, mas também capaz de viver respeitando a lei e de suprir às suas próprias necessidades"; são punidas pela economia interna de uma pena que, embora sancione o crime, pode modificar-se (abreviando-se ou, se for o caso, prolongando-se), conforme se transformar o comportamento do condenado; são punidas, ainda, pela aplicação dessas "medidas de segurança" que acompanham a pena (proibição de permanência, liberdade vigiada, tutela penal, tratamento médico obrigatório) e não se destinam a sancionar a infração, mas a controlar o indivíduo, a neutralizar sua periculosidade, a modificar suas disposições criminosas, a cessar somente após obtenção de tais modificações. A alma do criminoso não é invocada no tribunal somente para explicar o crime e introduzi-la como um elemento na atribuição jurídica das responsabilidades; se ela é invocada cora tanta ênfase, com tanto cuidado de compreensão e tão grande aplicação "científica", é para julgá-la, ao mesmo tempo que o crime, e fazê-la participar da punição. Em todo o ritual penal, desde a informação até a sentença e as últimas conseqüências da pena, se permitiu a penetração de um campo de objetos que vêm duplicar, mas também dissociar os objetos juridicamente definidos e codificados. (Foucault, 1977, pp 18-19.)

O longo argumento acima, sobre o papel restaurador e educativo dos processos de crime, agora se estende àqueles que transgrediram não somente às leis, mas as regras sociais ou culturais. Esse argumento reforça o aspecto pedagógico das leis e do ritual promovido pelas instâncias jurídicas, esta relação está explicitamente exposta na organização do sistema prisional moderno.

[53] A pesquisa de Pimentel e Pandjiarjian (2000) nos mostra a relação de vigilância e condenação em que passam tanto o estuprador quanto a vítima.

Page: 81

Number: 1 Author: Daniel Subject: Highlight Date: 07/12/2015 23:03:44
Citação com adentramento. Erro de formatação. Houve adentramento também do parágrafo que introduz a citação. [p. 18-9]

> As Detenções na Capital não são em condições hygienicas e de segurança. Prisões simples, preparadas nos actuaes Postos de polícia, em prédios de alugueis.Com sacrificio mesmo, o Estado deveria adquirir immediatamente um edificio para ser nelle estabelecido o Posto Central Policial, centro de onde se irradiam todas as providencias afastadas do expediente d'esta Repartição.
> Escolhida esta installação com obediência das vantagens do local, do conforto da hygiene, do espaço para divisão do trabalho e da resistência dos cárceres a construir, desappareceriam determinadas exigecias nos demais Postos ainda de importância secundaria e aos quaes seriam diminuídas as despezas.
> Não obstante ser a nossa Penitenciaria regular, já se vae tornando incapaz para o serviço da defesa social, por isso que as suas proporções não permittem o internamento de todos os que no Estado se acham privados da liberdade por haverem delinqüido.
> Assim é que nas comarcas do interior existe grande número de sentenciados que aguardam vaga na Penitenciaria.
> Urge, portanto um paradeiro a essa situação, para o que se faz necessaria construcção de um novo raio no estabelecimento penitenciário, podendo ser adoptadas as dimensões de quatro metros por dois e vinte e cinco centímetros.
> Adoptada esta metragem, teremos cubículos como os da "Penitencia Nacional" de Buenos Aires, o magnifico estabelecimento so qual o eminente Ferri rendeu brilhante homenagem o classificando de verdadeiro modelo sob o triplice aspecto scientifico, social e humanitário.
> De taes dimensões pouco discrepa a Penitenciaria de Moutevidéo, installada em 1910, em Punta Carreta, nas immediações do Prata. Neste estabelecimento, cuja construcção, pelo systema de pavilhões parallelos, foi inspirada no carcere francez "Frenes le Rougis", cada cellula mede quatro metros por dois e trinta e cinco centímetros.
> Alem do augmento alludido, tenho como conveniente a construcção do muro penitenciário com o respectivo caminho de ronda, pois por esse modo o estabelecimento ficará a salvo de qualquer invasão e haverá maior probabilidade de evitar-se a fuga de detentos. (PARANÁ, 1913, p.6)

O esquema arquitetônico da Penitenciária do Estado é um autêntico dispositivo Auburniano. Sua maquinaria era totalmente visível, isto é, um agenciamento visual no qual os agentes e diretores poderiam vigiar, registrar, observar as ações do preso, mas a presença destes não deveria ser excessiva, pois a própria geometria arquitetônica a dispensava. Do mesmo modo, essas peças, essas engrenagens visuais seriam inverificáveis, pois, o preso não sabe [1]se está sendo observado, mas deve ter a certeza de que sempre o pode ser, estamos nos referindo ao conceito arquitetural panóptico desenvolvido por Benthan. (FOUCAULT, 1977)

O conceito do panóptico tem a 'leveza' da construção de uma casa, não como as muralhas e fortalezas dos antigos monastérios e fortes. Os velhos edifícios deveriam ser substituídos pelo desenho econômico e de geometrias simples das casas de correções e penitenciárias. [2]Na visão de Foucault (1977, p. 172), o panóptico apareceu como jaula cruel e sábia, vez que abandona os castigos corporais pelo poder da observação, em [3]um puro sistema arquitetural e óptico e [4]polivalente suas aplicações servem para emendar os prisioneiros, mas também para cuidar dos doentes, instruir os escolares, guardar os loucos, fiscalizar os operários,

Page: 165

Number: 1 Author: Daniel Subject: Highlight Date: 21/12/2015 00:20:41
Cópia de V&P não indica página mas indica que é V&P sugere polissemia. [p. 167]

Number: 2 Author: Daniel Subject: Highlight Date: 07/12/2015 23:53:13
Paráfrase [p. 170]

Number: 3 Author: Daniel Subject: Highlight Date: 07/12/2015 23:53:50
Cópia [p. 170]

Number: 4 Author: Daniel Subject: Highlight Date: 21/12/2015 00:20:17
Cópia apresentada como paráfrase - Altera apenas o tempo verbal[p. 170]

fazer trabalhar os mendigos e ociosos, seria um tipo de implantação de corpos no espaço.

FOTOGRAFIA 39 - VILA PRESIDIÁRIA DO AHÚ
FONTE: PARANÁ, 1913

A prisão, diferente do que se convencionou conceituar, teoricamente, como local de punição e recuperação do preso, na verdade pune e intimida. A despeito disto, o preso age compulsivamente contra esta submissão e obediência cega. Não obstante essa obediência cega seja apenas aparente. O preso aprende desde logo que entra no sistema penitenciário a mistificar um comportamento convincente às autoridades e a sociedade. Diferente do que se teoriza sobre a perda dos direitos individuais, perde a liberdade de ir-e-vir, mas interioriza rapidamente as regras da convivência com os demais presos e as autoridades. E sabe que sua atitude de "bom comportado" é o passaporte para a sua liberdade. (Idem)

AGOSTINI (2002), na sua dissertação "Os edifícios Inimigos", sobre a arquitetura prisional, constata que as construções de espaços de regime fechado

Page: 166

Number: 1 Author: Daniel Subject: Highlight Date: 21/12/2015 00:19:56
Paráfrase altera apenas o tempo verbal[p. 170]

Caberia à justiça e as leis criarem mecanismos para tornar o criminoso um sujeito envergonhado de seus atos, servindo como um elemento de exemplo à sociedade:

> Eu gostaria de vez em quando, depois de preparar os espíritos com um discurso fundamentado sobre a conservação da ordem social, sobre as utilidades do castigo, se levassem os jovens, mesmo os homens, às minas, às obras, para contemplar o horrível destino dos proscritos. Essas peregrinações seriam mais úteis que as que os turcos fazem a Meca (BRISSOT, ***Théorie des lois criminelles,*** 1781, In: Foucault, 1977).

O caráter missionário da pena deverá reforçar ao malfeitor, ao criminoso, que seus atos foram uma desgraça ao convívio social, além do que esses atos o tornaram um inimigo da coletividade. Daí a idéia de uma 'casa' em que se realizasse a pedagogia do trabalho e os transgressores incorporassem as regras sociais. Para uma vida regenerada os criminosos devem ter como pré-requisito: domínio de algumas técnicas e gosto pelo trabalho, correção dos maus hábitos (bebidas, jogatinas, etc.) e aquisição uma consciência religiosa, nesse caso, direcionada para a vida ao trabalho.

Ao contrário do catolicismo introspectivo, a lógica do cristão vocacionado, na qualidade de chamado e eleito por Deus, e ter felicidade, também, aqui na terra, o que implica na satisfação de certas necessidades, inclusive materiais. Assim, o modo de se apropriar desses sinais de vida feliz e constitutivos de bem-estar terreno se concretizará trabalhando. Desse modo, o trabalho além de atividade ascética é, em si, ascese que se erige em meio apropriado, quando não único, para se obter a certeza da graça, da eleição. (Weber, 1985)

Dessa forma, sob o signo de estabelecimento prisional modelar, a Penitenciária do Ahú pretendia desde sua arquitetura à política organizacional, instaurar a inovação no tratamento penitenciário, por meio da ascese ao trabalho.

Ao ser inaugurada, agora como Penitenciária do Estado, em 1908, sustentava, segundo afirma o presidente Xavier da Silva (1910), três princípios: econômico, social e a científico.

O princípio econômico refere-se à preparação técnica do preso, prepará-lo para um ofício, disciplina de mão-de-obra, com o fim de abandonar antigos hábitos e trabalhar com regularidade. Com isso, o fim da pena seria "reintegração do preso"

Page: 177

Number: 1 Author: Daniel Subject: Highlight Date: 07/12/2015 23:58:04
Citação adentrada. no original está [Eu gostaria que...] na cópia foi retirada a palavra que. [p. 93]

Number: 2 Author: Daniel Subject: Highlight Date: 21/12/2015 00:12:23
Cópia com Reordenamento das palavras. [p. 100]

ao mercado de trabalho e, nos moldes utilitaristas, diminuir suas despesas para o Estado, com a venda dos produtos de seu trabalho.

O segundo princípio estaria fundamentado na "reeducação" do preso para uma vida honesta, viver com fruto do seu esforço, com mínimo conhecimento e cultura e com fé religiosa. Assim, tentava-se impor ao preso, estigmatizado como "preguiçoso" e "indolente", o hábito, a disciplina e a subordinação à hierarquia laboral. O princípio científico refere-se à observação e a contribuição aos estudos criminológicos e psicológicos do preso. Essas premissas fundamentais do sistema penitenciário moderno acompanhavam as escolas criminológicas e tendências da época, buscavam moldar o preso e torná-lo um "novo homem", útil, produtivo, moral e fisicamente sadio.

Paradoxalmente, não se pretendia formar cidadãos ou dotá-los de um pensamento crítico, mas adestrar os presos para o trabalho assalariado e, se possível, para a formação de uma mão-de-obra disciplinada, dócil e submissa. Com a inscrição no ático do edifício central, "Aqui o trabalho, a disciplina e a bondade resgatam a falta cometida e reconduzem o homem à comunhão social" (PARANÁ, 1910) a Penitenciária imprimia sua função simbólica e exemplar de regeneração do indivíduo.

Nesse caminho, a história da educação no sistema penal refletiu a história da educação na sociedade elitista republicana, que teve como suporte uma concepção muito colada à moral-religiosa, à ética cristã, apesar do discurso de que estaria separando a Igreja das questões do Estado.

Entretanto, a interseção prisão x escola foi apropriada, porque não conflitou com os saberes que cada uma dessas instituições queria socializar: corrigir o interno para a sua utilização social.

A concepção educativa nos primeiros decênios do regime republicano brasileiro teve no Sistema Penal um campo privilegiado para a difusão de regras que acreditavam contribuir para a redenção do interno. Como justificativa moral a condenação marca o delinquente, não mais pelo castigo corpóreo, mas agora, com o objetivo de "atingir a alma". (Foucault, 1977) O objetivo da pena é diminuir o desejo que torna o crime atraente, a educação nas prisões deve quebrar a mola que anima

Page: 178

Number: 1 Author: Daniel Subject: Highlight Date: 08/12/2015 00:06:51
Cópia [p. 88]

Number: 2 Author: Daniel Subject: Highlight Date: 21/12/2015 00:13:38
Cópia [p. 88]

a representação do crime. Atrás dos delitos há a vadiagem, há a preguiça que devem ser combatidas e novos hábitos reforçados pelos saberes escolar.

O surgimento da penalidade corretiva/racional se concretizou de maneiras diversas e de formas de coerção complexas como: esquemas repetitivos, horários, distribuição do tempo, atividades regulares, oficinas, escola, silêncio, aplicação, bons hábitos, higiene, castigos, premiações e outros. Finalmente, o que se procura reconstituir nessa técnica de correção é o sujeito obediente, o indivíduo de hábitos e de regras, submisso e inteiramente envolvido com o poder que se exerce sobre ele. Assim como, o enquadramento de seus gestos, recodificando constantemente o cidadão tornando-o um corpo submisso e dócil. (Foucault, 1977)

O tratamento penal tem uma intenção ressocializadora e educadora e acolheu as novas técnicas penitenciárias, moldando a personalidade delinquente, segundo determinado padrões politicamente comprometidos, no caso do Brasil, com a consolidação da República.

É com essa missão que a educação e o trabalho devem ser ofertados ao "malfeitor". Considerando, ainda, que o preso é 'um inimigo a quem se reensina a vida social' através da 'pedagogia universal do trabalho' e da aquisição de um mínimo de conhecimentos. Foucault (1977) conclui que as reais intenções dos administradores penais e das doutrinas penitenciaristas não estavam voltadas para a formação do homem e, muito menos, para a retribuição à vítima, mas, para o principal problema da sociedade capitalista - a ociosidade -, criada pela própria forma de organização da sociedade de classe. Segundo o autor,

> Supõe-se que o cidadão tenha aceitado de uma vez por todas com as leis da sociedade, também aquela que poderá puni-lo. O criminoso aparece então como um ser juridicamente paradoxal. Ele rompeu o pacto, é, portanto inimigo da sociedade inteira, mas participa da punição que se exerce sobre ele. O menor crime ataca toda a sociedade, e toda a sociedade – inclusive o criminoso – está presente na menor punição. O castigo penal é então uma função generalizada, coextensiva ao corpo social e a cada um de seus elementos (FOUCAULT, 1977, p.82-83.)

No caso do Paraná, a rígida organização e hierarquização do Sistema Prisional cumpriram seu papel na ocupação da mão-de-obra dos presos e ofereceu um mínimo de condições para que todas as atividades internas estivessem de acordo com o fim da pena. Assim, nos próximos itens, mostraremos como e de que

Page: 179

Number: 1 Author: Daniel Subject: Highlight Date: 21/12/2015 00:13:26
Cópia [p. 88]

Number: 2 Author: Daniel Subject: Highlight Date: 21/12/2015 00:15:18
Cópia com pouquíssimas alterações [p. 88]

Number: 3 Author: Daniel Subject: Highlight Date: 08/12/2015 00:08:23
Polissemia sobre os corpos dóceis.

Number: 4 Author: Daniel Subject: Highlight Date: 08/12/2015 00:17:21
Cópia de trechos [p. 93]

Number: 5 Author: Daniel Subject: Highlight Date: 08/12/2015 00:17:56
Citação adentrada [p. 76]

autoridades e direção do Sistema Penal pudessem dispor da sua vida, ficando assim a mercê das arbitrariedades de toda e qualquer gestão. (Foucault, 1977)

Outrossim, a disciplina imposta aos mais novos, significava uma prova de fogo para a sobrevivência interna. Pois, os critérios acima descritos, tanto quanto o trabalho desenvolvido pelos novatos de 1ª Classe, quanto os próprios castigos eram mais pesados. Cabia exclusivamente ao Diretor da unidade demandar sobre as questões disciplinares, assim como a aplicação de castigos, que variavam do confinamento nas celas por alguns dias, como reclusão nas celas por meses com restrição alimentar:

> Artigo 80. Em geral, todas essas faculdades, e bem assim as concedidas aos presos de outras classes, ficam ao arbitrio do Director que as dará conforme o merecimento do condemnado e escolherá occasião azada, quando não estiver designada.
> (...)
> Artigo 85 Quer na applicação das pennas, quer no trabalho, serão os condemnados, da 2.ª classe tratados com menos severidade. (PARANÁ, 1908, p. 13)

Descanso e feriados eram regrados de acordo com a classe em que os internos estivessem enquadrados, assim como a correspondência e contatos com a família estariam condicionados ao crivo do Diretor da unidade:

> Artigo 74. (Internos de 1º Classe) Poderão passear nos pateos da prisão uma vez por dia durante quinze minutos, depois de fechadas as officinas.
> Artigo 75. Poderão, uma vez, de dois em dois mezes escrever á seus parentes e receber delles cartas e visitas.
> Artigo 76. Poderão comprar com a quota disponivel do pecúlio preparos para escrever, aviamentos para trabalhos manuaes e ligeiros, a que se queiram applicar nas horas de repouso livres approvados pelo Director, e também prestar soccorros á suas familias.
> (...)
> Artigo 78. Os presos d'esta classe (1ª) terão, nos dias úteis, uma hora e meia de repouso na occasião do jantar, comprehendido o tempo d'este.
> Artigo 79. Aos domingos e dias de festa, nacional gosarão estes presos do passeio ordinário, que será por dobrado tempo do dos dias úteis.
> (...)
> Artigo 82. Os condemnados de 2.ª classe da divisão criminal trabalharão em commum.
> Artigo 83. Poderão passear uma vez por dia, durante quinze minutos, depois do toque da cessação do trabalho.
> Artigo 84. São lhes inteiramente applicaveis as disposições dos artigos 74, 75 e 76 com a differença de que o intervallo para as cartas e visitas será apenas de seis semanas e também poderão ter livros.
> (...)
> Artigo 87. Aos condemnados de 3.ª classe é applicavel a disposição do art. 82. Artigo 88. Os condemnados desta classe, gosarão da concessão do art.83 podendo o tempo de passeio ser elevado a trinta minutos e começará antes da cessação dos trabalhos.
> Artigo 89. São-lhe applicáveis inteiramente as disposições dos artigos 75 e 76 differença de que os intervallos para as cartas e visitas será apenas de um mez e também poderão ter livros.
> Artigo 90. Quer na applicaçao das penas, quer no trabalho, serão os condemnados de 3ª classe tratados com menos severidade.

Page: 184

Number: 1 Author: Daniel Subject: Highlight Date: 08/12/2015 00:20:52
Polissemia sobre Direção do Sistema Penal.

Bentham, considerado um dos pais do utilitarismo inglês, foi o responsável pela elaboração da máxima: "contra a força do crime imprime-se outra força que é o aprisionamento", pois, só assim o criminoso sentirá a perda da disposição de seu principal bem – a liberdade. Por isso, torná-lo moral é torná-lo um sujeito adequado ao modo de produzir e consumir. Assim, produzir e consumir são virtudes que deveriam ser estimuladas também nos presídios.

Discutindo as idéias utilitaristas, Foucault afirma que o trabalho pelo qual o condenado atende a suas próprias necessidades requalifica o ladrão em operário dócil. E é nesse ponto que intervém a utilidade de uma retribuição pelo trabalho penal. Ela impõe ao detento a forma 'moral' do salário como condição de sua existência. (FOUCAULT, 1977)

Para Foucault o salário faz com que se adquira 'amor e hábito' ao trabalho. Além da transformação em trabalhador dócil, a pena daria aos malfeitores a noção da diferença entre o 'meu e o teu', o sentido da propriedade, de respeito àqueles que ganharam o pão com o suor do trabalho. Portanto, na visão do autor, a regeneração e as transformações individuais, pela prisão, é uma ficção jurídica. Ainda, o trabalho penal não gera lucro, nem tampouco a profissionalização proporciona uma habilidade no interno, mas sim a constituição de poder, de um esquema de submissão individual e de ajustamento a um aparelho de Estado. Finalmente, a pena não é o valor de troca da infração, mas o ajustamento do detento no decorrer da sua condenação. (Idem).

Nesse ponto, cabe-nos discorrer sobre uma possibilidade de interpretação,que nos é dada por Foucault, para o fato do encarceramento, com ou sem trabalhos forçados, ter sido tão intensivamente aplicado no espaço interno de países como França e Inglaterra, a partir dos fins do século XVIII. Para o pensador francês, essa idéia de correção, ligada unicamente ao internamento prisional, tem como motivos principais dois fenômenos importantes. Um deles é relacionado as novas características assumidas pela produção capitalista do período, principalmente na Inglaterra e em menor escala na França, em que o capital burguês deixa de ser essencialmente monetário, baseado na propriedade de terras e letras de câmbio, e aparece sob novas formas de riqueza calcadas numa materialidade de mercadorias e máquinas que está diretamente exposta ao contato físico e à

Page: 201

Number: 1 Author: Daniel Subject: Highlight Date: 08/12/2015 00:24:59
Cópia [p. 204]

Number: 2 Author: Daniel Subject: Highlight Date: 08/12/2015 00:25:46
Cópia [p. 204]

Number: 3 Author: Daniel Subject: Highlight Date: 08/12/2015 00:27:45
cópia [p. 204]

Number: 4 Author: Daniel Subject: Highlight Date: 08/12/2015 00:35:47
Cópia [p. 204]

Number: 5 Author: Daniel Subject: Highlight Date: 21/12/2015 00:19:27
Cópia [p. 204-5]

FOTOGRAFIA 48 - OFICINA DE ALFAIATARIA PENITENCIÁRIA DO AHÚ
FONTE: PARANÁ, 1913

Prova disto são as precárias condições materiais das Instituições Penais, as deficiências de suas dotações orçamentárias, o despreparo técnico de todo o seu pessoal, condicionando um clima de total desinteresse quanto a estes aspectos relevantes de uma adequada política criminal. Outrossim, destacamos o tipo de trabalho atualmente aplicado na maioria das Penitenciárias brasileiras, uma mera atividade manual, sem qualquer preparo especializado e muito menos como possibilidade e meio de subsistência ao preso e qualificação para a sua liberdade

Para Foucault (1977), o que está em pauta na sociedade disciplinar é a gestão da vida que, designado de biopoder essenciais para a moderna gestão do comportamento

O poder disciplinar, fundamental para o desenvolvimento do capitalismo industrial, tinha por objetivo o controle dos corpos, tornando-os fortalecidos para o trabalho produtivo. Além disso, o que se pode perceber nas atividades desenvolvidas nos idos de 1900, nas penitenciárias e cadeias do estado foi a disciplinarização de um "aparelho da autoridade" sacrificador de vidas humanas, A escola atenderia não mais a demandas assistenciais, mas as de produtividade e de

Page: 209

Number: 1 Author: Daniel Subject: Highlight Date: 08/12/2015 00:38:56
Polissemia sobre biopoder.

Apesar de minha formação inicial, no curso de Magistério, não ter sido voltada para a educação das crianças de zero a seis anos, aceitei o desafio. Inquietava-me o fato de que o trabalho realizado com as crianças pequenas fosse considerado como "de menor valor" e, ao mesmo tempo, sentia-me instigada a buscar o sentido educativo do trabalho que realizava com as crianças daquela instituição. E foi trabalhando com as crianças do maternal da *Creche Cecília Loréa* que, deliberadamente, decidi que queria mesmo ser professora de Educação Infantil.

No ano de 1981, ingressei por concurso público no quadro do Magistério Público Municipal e, alguns anos mais tarde, no quadro do Magistério Público Estadual. Até o ano de 1996, trabalhei em diferentes instituições: creches, escola infantil particular (cedida pelo município) e, por fim, escolas estaduais em diferentes bairros do município do Rio Grande, nas quais a pré-escola era conjugada com outros níveis de ensino. Nesse período, trabalhei com crianças na faixa etária de dois a seis anos. Experiências singulares que foram, também, me constituindo como professora de Educação Infantil.

Lembrando dessas experiências, uma em especial me veio à mente neste momento. Em 1982, já como professora efetiva do Magistério Municipal, fui cedida para uma creche e, no primeiro ano, trabalhei com uma Classe Especial. Nessa turma havia crianças de quatro a seis anos, sendo que um menino já havia completado sete. Eram os excluídos da creche. Crianças que estavam, frente aos olhos da instituição, fora do padrão inventado. Por estarem fora do padrão, a direção julgou que deveria agrupá-los para um melhor disciplinamento e vigilância. Operava-se ali, uma ortopedia, para usar um termo de Foucault (2001). O próprio espaço da sala denotava a condição de "anormais": sala pequena, sem brinquedos, escura, com móveis velhos e que servia, também, para guardar materiais diversos da creche. Percebi, a partir da forma como se constituía aquela turma, que ser da Classe Especial era ter uma marca, um rótulo, era ser "o problema".

Era nítida a dificuldade dos profissionais daquela instituição em lidar com a diferença. Aquela não era a escola que vivenciei com minha mãe, não fora a escola para a qual fui

---

pequenas, ela tem a obrigação de prover ambientes acolhedores, seguros, alegres, bem-aparelhados, com adultos bem-preparados, organizados para oferecer experiências instigantes e desafiadoras, adequadas às crianças de cada idade. No meu entendimento, estes *cuidados* se organizam para que homens e mulheres, que também são pais e mães, possam exercer de forma mais ampla seus papéis como tal, mas também como cidadãos/ãs, trabalhadores/as. Ver os cuidados desta forma talvez nos ajude a perceber que eles são indissociáveis de um projeto educativo para a criança pequena".

Summary of Comments on 157_cp137492_anotado.pdf

Page: 16

Number: 1 Author: Daniel Subject: Highlight Date: 18/12/2015 18:15:38
Polissemia sobre agrupar os anormais em salas especiais para vigiar.

> Essa diferenciação entre a elaboração discursiva promovida a partir da infância em geral (psicologia – psicanálise – pediatria) e da infância em situação especificamente escolar (psicologia educacional – pedagogia) supõe, além das múltiplas e complexas relações existentes entre ambos os campos, uma diferenciação no nível do objeto de estudo: enquanto as primeiras estudam crianças, as segundas se aproximam de uma infância integrada em instituições escolares especializadas em produzir adultos: a escola. O objeto destas últimas apenas é a criança enquanto aluno.
>
> A criança e o aluno correspondem existencialmente a um mesmo ser mas epistemologicamente constituem objetos diferentes. (Narodowski, 2001a, p. 23)

Michel Foucault destaca as mudanças nas formas de perceber e viver o tempo e o espaço, iniciadas no século XVII e que se consolidam no século XVIII, a partir do que chamou de poder disciplinar. 1Foucault (2001), em ***Vigiar e Punir***, nos mostra o caráter produtivo do poder disciplinar a partir da análise de seus efeitos. Novas técnicas de poder começam a surgir no século XVII, incidindo nos corpos dos indivíduos através de um ordenamento e vigilância constantes. Tal vigilância, através do poder disciplinar, tem como um de seus objetivos primordiais a fabricação de 2corpos dóceis. A docilidade de que fala Foucault (2001) não tem o caráter de imposição, de força, e sim de sutileza.

O poder disciplinar nos convida à docilidade, fazendo, ainda, com que percebamos a disciplina como algo não só necessário, mas natural. A disciplina 3"é uma anatomia política do detalhe". (Foucault, 2001, p. 120). A disciplina só se torna possível através de técnicas detalhadas, de dispositivos e estratégias[19] que serão utilizados como forma de melhor controlar os corpos e os saberes.

Foucault destaca, ainda, que a eficácia do poder disciplinar está relacionada ao emprego de instrumentos simples que são os operadores da disciplina, a saber: a vigilância hierárquica, as sanções normalizadoras e o exame. A vigilância 4"é ao mesmo tempo uma peça

[19] Neste estudo, utilizo os conceitos de dispositivo e estratégia atribuídos por Foucault. O termo dispositivo é entendido como "um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. Dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre estes elementos" (Foucault, 1995c, p. 244). O termo estratégia pode ser empregado em três sentidos: "primeiramente, para designar a escolha dos meios empregados para se chegar a um fim; trata-se da racionalidade empregada para atingirmos um *objetivo*. Para designar a maneira pela qual um parceiro, num jogo dado, age em função daquilo que ele pensa dever ser a ação dos outros, e daquilo que ele acredita que os outros pensarão ser a dele; em suma, a maneira pela qual tentamos ter uma *vantagem sobre o outro*. Enfim, para designar o conjunto dos procedimentos utilizados num confronto para privar o adversário dos seus meios de combate e reduzi-lo a renunciar à luta; trata-se, então, dos meios designados a obter a *vitória*. Estas três significações se reúnem nas situações de confronto – guerra ou jogo – onde o objetivo é agir sobre um adversário de tal modo que a luta lhe seja impossível" (Foucault, 1995d, p. 248).

Page: 58

Number: 1 Author: Daniel Subject: Highlight Date: 18/12/2015 18:40:21
Polissemia sobre o poder disciplinar.

Number: 2 Author: Daniel Subject: Highlight Date: 18/12/2015 18:39:28
Polissemia sobre corpos dóceis

Number: 3 Author: Daniel Subject: Highlight Date: 18/12/2015 18:38:37
Citação com aspas deslocadas - A disciplina foi tirada das aspas. [p. 120]

Number: 4 Author: Daniel Subject: Highlight Date: 18/12/2015 18:33:03
Citação com aspas em meio de parágrafo sobre a Vigilância [p. 147]

1 interna no aparelho de produção e uma engrenagem específica do poder disciplinar" (Foucault, 2001, p. 147), porque o resultado da vigilância é mais econômico e produtivo do que na punição. A sanção normalizadora, vinculada à vigilância, permite um conhecimento minucioso das condutas e comportamentos para uma maior normalização, podendo empregar formas bastante sutis de punição com o objetivo de corrigir desvios relacionados a determinadas regras. Conectado à vigilância e à sanção normalizadora está o exame, um instrumento central na pedagogia moderna:

> 2 exame está no centro dos processos que constituem o indivíduo como efeito e objeto de poder, como efeito e objeto de saber. É ele que, combinando vigilância hierárquica e sanção normalizadora, realiza as grandes funções disciplinares de repartição e classificação, de extração máxima das forças e do tempo, de acumulação genética contínua, de composição ótima das aptidões. (Foucault, 2001, p. 160)

De forma contínua, mas discreta, esses instrumentos agem permanentemente sobre os indivíduos. No caso da educação, e mais especificamente da Educação Infantil, eles se fazem presentes através, por exemplo, da observação e do registro, das regras que são construídas com o grupo de crianças, tornando-se cada vez mais visíveis para elas, possibilitando um maior disciplinamento de si e dos outros. Essas regras, em alguns casos, são tão visíveis que ficam expostas em murais da própria sala de aula. Também se manifestam através das avaliações individuais e coletivas que são realizadas pelas professoras, pelos dossiês com produções das crianças, instrumentos que permitem, com maior eficácia, o acompanhamento do desenvolvimento não só do grupo, mas de cada criança individualmente. Acompanhamento que permite a classificação e ordenação dos grupos de crianças nos espaços das creches e pré-escolas.

Cabe destacar, ainda, sobre os instrumentos da vigilância, da sanção normalizadora e do exame que, de acordo com Fonseca (1995), eles permitem colocar em prática o que Foucault chamou de grandes funções disciplinares, que são: a distribuição espacial, o controle das atividades, a capitalização do tempo e a composição das forças. Atenho-me nesta pesquisa a destacar apenas alguns aspectos que dizem respeito à distribuição espacial pela relação com a temática do estudo aqui apresentada.

3 oucault (2001), ao referir-se à função do poder disciplinar de distribuição espacial dos indivíduos, destaca algumas práticas e técnicas relativas ao uso do espaço, observando a relevância que este tem no mecanismo disciplinar. Isto, porque o espaço localiza, quadricula, estabelecendo o lugar e a posição exata que cada um deve ocupar, de forma a facilitar a

Page: 59

Number: 1 Author: Daniel Subject: Highlight Date: 18/12/2015 18:32:51
Continuação da Citação com aspas em meio de parágrafo sobre a Vigilância [p. 147]

Number: 2 Author: Daniel Subject: Highlight Date: 18/12/2015 18:29:13
Citação adentrada sobre o exame como instrumento central na pedagogia moderna [p. 160]

Number: 3 Author: Daniel Subject: Highlight Date: 18/12/2015 18:25:51
Polissemia sobre o poder disciplinar.

vigilância e a criação de espaços úteis. Determinando lugares individuais tornou possível o controle de cada um e o trabalho simultâneo de todos. Organizou uma nova economia do tempo de aprendizagem. Fez funcionar o espaço escolar como uma máquina de ensinar, mas também de vigiar, de hierarquizar, de recompensar" (Foucault, 2001, p. 126).

Assim, as mudanças que ocorrem a partir do Renascimento e que se intensificam na Modernidade foram condições de possibilidade para a emergência de novas formas de pensar a criança, remetendo a novas identidades sociais. Também os discursos e os saberes que foram sendo produzidos no interior da pedagogia moderna foram possibilitando as compreensões acerca das crianças enquanto sujeitos puros e inocentes e de uma forma diferenciada, que pensam, são criativos e curiosos. Podemos dizer, conforme Narodowski (2001a), que a noção de infância moderna torna a criança essencialmente dependente da ação do adulto, uma vez que em função dessa relação de dependência é possível educá-la, escolarizá-la, transformando-a em um adulto independente.

Cabe destacar, ainda, que a universalização das escolas públicas contribui para a instituição de novas formas de socialização e, também, para a constituição dessa infância pura, inocente e racional. E, ainda, que:

> [das]'escolas' medievais passa-se a instituições modernas, colégios e instituições reformadas, que além de conferir um novo estatuto ao saber exercerão sobre os estudantes funções de controle moral e de individualização psicológica. A fabricação da alma infantil, para a qual contribuem de forma especial os colégios, terá como contrapartida o submetimento dos corpos e a educação das vontades em que tanto insistem os educadores religiosos. (Varela e Alvarez-Uria, 1992, p. 84)

Na direção do que afirmam esses autores, é possível considerarmos que infância e escola estão intimamente relacionadas e até mesmo entrelaçadas nesse processo de constituição da Modernidade. Ao mesmo tempo em que se torna necessária a produção de uma infância é também na escola que são criados saberes para a condução desse sujeito infantil. Como afirma Narodowski (2001a), a escola, em sua versão moderna, só terá sentido a partir da existência de um determinado ator — o corpo infantil e, da mesma forma, o corpo infantil adquire seus traços definitivos a partir da escolarização.

É assim que, nos últimos séculos, são criados espaços específicos para a educação da primeira infância. Eles foram construídos, inicialmente, como um espaço separado para atender a uma parcela específica da população infantil e estiveram associados a princípios da assistência e da filantropia. E, ainda que tenham surgido com denominações e concepções

Page: 60

Number: 1 Author: Daniel Subject: Highlight Date: 18/12/2015 18:17:13

parece haver mais "liberdade" dos corpos. Porém, isso implica entender uma outra relação: "as luzes que descobriram as liberdades inventaram também as disciplinas", como bem define Foucault (2005, p. 114). Tenho a intenção de fazer um diagnóstico que não se limite a mostrar o que somos, mas que aponte para aquilo que estamos nos tornando.

Divido esta tese em duas partes. Na primeira parte, apresento alguns elementos de uma lógica de ampliação da educação da maternidade, especificamente do corpo grávido, no Brasil. Apresento também as escolhas teórico-metodológicas, indicando os campos teóricos que proporcionam o instrumental de problematização e as ferramentas analíticas utilizadas na investigação. Na segunda parte da tese, apresento alguns dos saberes e modos que compõem a educação do corpo grávido na *Pais & Filhos*. Recorro a essa estratégia no sentido de mostrar que o discurso das práticas corporais e esportivas, centralidade de análise da tese, é apenas um dos discursos que compõem a rede de cuidados prescritos às gestantes pela revista. Destaco de modo mais pontual as posições de sujeito mãe produzidas pelo discurso das práticas corporais nos modos de cuidados que instaura e prescreve ao longo período analisado na tese.

Summary of Comments on 160_cp027024_anotado.pdf

Page: 17

Number: 1 Author: Daniel Subject: Highlight Date: 23/11/2015 19:33:42
Atribui a Deleuze, na obra Foucault, essa citação de V&P [p. 183] - Troca também no capítulo das referências atribui a F. uma obra com título Gilles Deleuze o que não está correto.

A vida e o corpo saudável adquirem um valor político e econômico. Os Estados percebem que os estudos específicos da vida corporal da população se apresentam como fontes propícias de intervenção, na medida em que as populações podem ser conhecidas, vigiadas, cuidadas, viabilizando a organização de [1]políticas de saúde", como denomina Foucault (1979, p. 196).

Nesse contexto, a saúde das populações passa, pois, a ser vista como um elemento que definiria as potencialidades concretas de riqueza dos estados-nação, de modo que os corpos adquirissem [2]uma significação diferente; não mais supliciados, mas (re)formados, corrigidos, aqueles que receberiam aptidões, um certo número de qualidades" (FOUCAULT, 1979, p. 119). Assim, as condições de vida, a natalidade, a fecundidade, a incidência de doenças, a forma de alimentação passaram a ser objetos de regulação do Estado. Daí a introdução, pelos Estados, de ações constantes e obrigatórias de gerência sanitária do espaço social, tais como a organização das condições de vida, a construção de novas funcionalidades dos espaços residenciais, o incentivo à higiene, à saúde e ao vigor dos corpos, o imperativo da importância da reprodução saudável da espécie, o "melhoramento" dos costumes e da moral dos corpos e a expansão das políticas de regulação da natalidade, conforme aponta Costa (1979). [3]Nas palavras de Foucault (1979), foi desse modo que ocorreu o investimento nos corpos; visibilidade, educação e "gerenciamento" não foram outorgados apenas ao corpo do rei, mas também aos corpos individuais e aos corpos populacionais. Assim, uma concreta e articulada rede de controle e regulação política e social de saberes específicos passou conferir ordem à vida.

Esse pressuposto de que a riqueza dos Estados-nação se mede pela saúde dos corpos de seus habitantes é um princípio que se aplica a todos os corpos, independentemente de classe, idade, gênero, raça. Entendo que esse pressuposto afetou e afeta, de modo particular, as mulheres por sua relação com a capacidade de gestar e parir. As mulheres e seus corpos, a partir da modernidade, são revestidas de um novo simbolismo político; seus corpos não estão mais à disposição de interesses apenas particulares, como transmissão do sangue e do nome da família, mas também de valores coletivos mais complexos, como o vigor de um povo e o "crescimento/riqueza de uma nação" (FOUCAULT, 1999, p. 130).

Page: 20

Number: 1 Author: Daniel Subject: Highlight Date: 23/11/2015 00:20:10
Usa a expressão "políticas de saúde" entre aspas e indica que F na p. 196 diz que: Os Estados percebem que os estudos específicos da vida corporal da população se apresentam como fontes propícias de intervenção, na medida em que as populações podem ser conhecidas, vigiadas, cuidadas, viabilizando a organização de "políticas de saúde", como denomina Foucault. Contudo F não trata disso nessa página e nem se utiliza da expressão "políticas de saúde".

Number: 2 Author: Daniel Subject: Highlight Date: 23/11/2015 00:43:00
Não é citação de V&P conforme indica a referência, mas de A Verdade e as Formas Jurídicas.

Number: 3 Author: Daniel Subject: Highlight Date: 23/11/2015 01:03:09
Embora indique que o assunto seja tratado em V&P esse tema é tratado em "Microfísica do Poder"

É, então, nesse período que, de forma diversa e contraditória, a politização da maternidade se consolida e se amplia através das políticas higienistas desenvolvidas pelos Estados modernos. Tais políticas afetaram as idéias e as práticas em torno do exercício da maternidade no Brasil.

Para Costa (1979), a crença na missão "civilizadora" do Estado levou à formulação de um projeto de reorganização da sociedade brasileira, visando a produzir indivíduos com corpos saudáveis, capazes de efetuar transformações não apenas em suas vidas particulares, mas no destino do País. Para cumprir essa meta desenvolvimentista, elaboraram-se discursos reformistas sobre as principais instituições, a começar pela família, alcançando escolas, hospitais, quartéis, prisões, mercados, cemitérios, famílias, enfim, milhares de espaços públicos e privados que deveriam seguir as normas da reforma higienista (COSTA, 1979; MACHADO, 1978)[15].

A família foi e continua sendo a primeira instância de articulação de investimentos das políticas relativas à boa saúde, tanto individual quanto coletiva, como apontam Foucault (1979, p. 200) e Costa (1979). Dentro da família, pela sua capacidade de gestar e parir, os corpos das mulheres foram investidos de uma nova função política: "produzir bons e saudáveis cidadãos" (COSTA, 1979). A educação dos corpos reprodutivos apresentou-se, também, nas sociedades antigas, mas é "somente a partir do século XIX que a população e a reprodução constituíram-se em objetos a serem regulados" pelos Estados modernos, segundo Foucault (1988, p. 28). De acordo com esse autor, acreditava-se que o controle das sociedades modernas não deveria ser exercido simplesmente por meio de uma consciência, pois "foi no biológico, no somático, no corporal que, antes de tudo, investiu a sociedade moderna" (FOUCAULT, 1988, p. 28). Ainda segundo Foucault, foi a primeira vez que a sociedade, de forma sistemática, falou dos corpos destacando aqui os das mulheres, como algo que se deveria

> gerir, inserir em sistemas de utilidades, regular para o bem de todos, fazer funcionar segundo padrão ótimo. O sexo não se julga, apenas administra-se. Sobreleva-se ao poder público, exige procedimentos de gestão; deve ser assumido por discursos analíticos (FOUCAULT, 1988, p. 27).

[15] Ver sobre o projeto da reforma higienista da sociedade brasileira em Costa (1979) e Machado (1978).

Page: 22

Number: 1 Author: Daniel Subject: Highlight Date: 23/11/2015 18:58:53
Não é V&P - a página 200 não trata disso.

para ampliá-las, estimulá-las, transformá-las ou mesmo para criar novas funções; o útero é mostrado na revista como órgão altamente manejável.

O acompanhamento teleguiado do útero é mostrado na revista com certo glamour; porém a revista, em poucos momentos, destaca esses recursos, como o das microcâmeras introduzidas no útero, como uma prática de vigilância e de controle mais intenso sobre o corpo da mãe e do feto/embrião.[1] Foucault (1979) descreveu alguns dos grandes centros de confinamento, como a família, a escola, a igreja, a caserna, a fábrica, o manicômio, o hospital, ou seja, estratégias que lançam mão da arquitetura como modulação política, ou melhor, como tecnologia de poder, explícita, segundo a interpretação de Gilles Deleuze (1988) – estratégias que se acentuam nos séculos XX e XXI. A estratégia concentra, distribui no espaço, compõe uma força produtiva de dupla vantagem, pois confina e vigia mãe e filhos/as.[2] O panóptico inverteu o princípio da masmorra, pois "a luz e o olhar de um vigia captam melhor que o escuro que, no fundo, protegia" (FOUCAULT, 1979, p. 210). Assim, o indivíduo vigiado

> [3][...] não cessa de passar de um espaço fechado a outro, cada um com suas leis: primeiro a família, depois a escola, depois a caserna, depois a fábrica, de vez em quando no hospital, eventualmente a prisão, um meio de confinamento por excelência.

De acordo com Bauman (2000), esse olhar do vigia, em seu solitário exílio na torre central, foi ampliado por milhões de olhos eletrônicos – as câmeras de segurança, as *web cameras*, as câmeras dos telefones celulares –, um conjunto em que podemos incluir as novas tecnologias pré-natais de aminiocentese, as ultra-sonografias e outros exames. A presença desses exames permite afirmar que há em curso uma "construção progressiva e lenta de aprofundamento do ser sujeito no terreno do próprio corpo, agora inscrito na história: imagens de um arquivo vivo", como afirma George Vigarello (2002, p. 12).

Page: 77

Number: 1 Author: Daniel Subject: Highlight Date: 23/11/2015 15:11:34
Comenta sobre V&P. uma espécie de resumo da obra.

Number: 2 Author: Daniel Subject: Highlight Date: 21/12/2015 00:41:46
Citação com aspas - Inicia falando do Panóptico, cita V&P página 210 mas citação está de fato na página 166.

Number: 3 Author: Daniel Subject: Highlight Date: 23/11/2015 19:22:07
Inicia falando do Panóptico, cita V&P página 210 mas faz citação adentrada da obra "Conversações" de Deleuze só que na página 219. Nem há referência a essa obra de Deleuze no capitulo das Referências.

> **Abaixo os Tabus da Gravidez... exercícios na gravidez.**
> **Exercícios físicos, sim. Chope e cigarros não, pois fazem mal à saúde (PAIS & FILHOS, 1974, p. 66).**

Observo que o movimento inicial da revista é no sentido de dizer que os exercícios físicos na gravidez *não são proibidos, nem perigosos, nem considerados impuros*. A *Pais & Filhos* faz, inicialmente, um claro esforço para dissociar os exercícios físicos de outras práticas consideradas perniciosas, tais como o consumo de fumo e de álcool.

As imagens dispostas entre as letras nessa chamada evocam um corpo grávido com roupa esportiva, com traços extremamente marcados pela maquiagem (toalete sofisticada, mesmo esportiva) e olhar atento (olhos carregados de negro, o que colabora para marcar os traços "fortes" da gestante). A imagem destaca uma gestante que cuida do seu corpo e que, por meio também de exercícios físicos, é *atenta, cuidadosa, moderna (uma mãe pra frente)*. Essa imagem encontra-se associada a outros excertos afirmativos:

> **Atividade física específica para gestantes tem como objetivo proporcionar uma condição de bem estar e de saúde integral às gestantes.**
> **Os exercícios físicos são formas de cuidado que mantêm a saúde das gestantes (MALTA, 1974, p. 66).**

A *Pais & Filhos* volta-se para a produção da nova mulher: moderna (mãe *pra frente*), desenvolta, ágil, responsável, capaz de enfrentar os desafios dos novos tempos; não despreza o exercício físico, embora haja uma necessidade imperiosa de adaptação das gestantes. Na revista, afirma-se que as práticas corporais visam à melhora da saúde, concorrendo para uma saúde integral. Surgem renovados interesses e conhecimentos sobre os corpos das gestantes, podendo-se pensar sua produção social a partir da metáfora da fabricação do soldado, como descrita por Foucault (1989, p. 201). O corpo da gestante "(...) tornou-se algo que se fabrica, de uma massa informe, de um corpo inapto", faz-se uma gestante cuidadosa: corrigiram-se aos poucos as posturas; uma coação calculada percorre cada parte do corpo, se assenhoreia dele, dobra o conjunto, torna-o perpetuamente disponível e se prolonga, cria-se o hábito"; em resumo, cria-se o senso de responsabilidade com a instauração do "modelo da gestante cuidadosa" produzido também pelas práticas corporais (FOUCAULT, 1988, p. 25).

Page: 92

Number: 1 Author: Daniel Subject: Highlight Date: 21/12/2015 00:32:43
Citação com aspas que indica ser de "História da Sexualidade I" mas é na verdade de V&P [p. 117]

Number: 2 Author: Daniel Subject: Highlight Date: 23/11/2015 18:49:09
Aponta para "História da Sexualidade I" mas a citação é na verdade de V&P [p. 117], há alteração no final onde o original diz: ... "em silêncio, no automatismo dos hábitos; em resumo"

As gestantes aparecem nas páginas da revista cada vez mais ligadas ao mundo *fitness* (preparação, aptidão, boa forma), em caminhadas, corridas e jogos, dentro da piscina, ligadas a máquinas, nas práticas da musculação, em trabalho de potência muscular, ginástica localizada, peso e halteres – práticas que crescem a partir de 1980, instigando o gosto pelos exercícios[73]. Como afirma Alain Corbin (1990): renova-se a ortopedia, aposentando-se os aparelhos de aspecto medieval – como a cruz de ferro usada para enrijecer a postura das donzelas –, que são substituídos por máquinas, com sistemas de forças como os mostrados no quadro acima, que visam a aumentar o rendimento físico. As máquinas obrigam as forças naturais dos corpos a agirem segundo movimentos determinados e, com astúcia, submetem, pouco a pouco, os corpos a forças mais poderosas, aparecendo aí uma capacidade de retorsão do mais forte sobre o mais fraco (CORBIN , 1990). O resultado desse novo interesse em imprimir mais potência nos corpos é o ressurgimento das infinitas e renovadas ginásticas educativas ou corretivas, fundadas, como afirmam Corbin (1990) e Soares (2002a), em séries de exercícios fragmentados. Corbin explica que os exercícios extrapolam a esfera militar e, paulatinamente, se infiltram no cotidiano já sob a forma de muitas e diferentes práticas, cuja finalidade é conferir ao corpo grávido o máximo de potência, contribuindo para vencer e/ou estabilizar as limitações impostas pela gravidez.

O próprio ritmo da música que acompanha grande parte dessas práticas traz implícito o tempo rápido, acelerado e mais individualizado dos movimentos, incluindo a busca da produtividade individual, fruto de quantidade e intensidade de práticas. As práticas esportivas expressam-se, nesse contexto, como espaço de produção de um conjunto de regramentos, tais como "o das funções cardíacas, criação e disposição física e psíquica, enrijecimento dos músculos, enquadramento do peso em tabelas padronizadas, equilíbrio emocional" (SANT'ANNA, 1994, p. 81).

Nesse sentido, as práticas esportivas de resistência podem ser compreendidas como representantes de "uma maquinaria de poder que esquadrinha o corpo [grávido], o desarticula e o recompõe em uma anatomia-política que é também uma mecânica de poder" (FOUCAULT, 1999, p. 185). O propósito é produzir o aumento do condicionamento, o refinamento das

[73] Goellner (2004) destaca que, a partir da segunda metade do século XX, no Brasil, modalidades como voleibol, basquetebol, natação, tênis e atletismo tornam-se cada vez mais praticadas pelas mulheres, assim como aumenta sua participação nas competições nacionais e internacionais.

Page: 135

Number: 1 Author: Daniel Subject: Highlight Date: 23/11/2015 18:57:52
Atribui a citação entre aspas a "Em Defesa da Sociedade" mas é de fato de V&P. [p. 119]

todos os participantes desse cuidado, esquadrinha e enquadra minuciosamente aspectos da saúde e da educação, institui e define tecnologias[27] de 'humanização'. Uma gramática que produz as práticas que descreve e prescreve. Portanto, falar em 'humanização do parto' é colocar o foco sobre uma gramática de gerência da vida.

As prescrições dessa gramática supõem um 'parto normal[28]', definido como o parto que tem "início espontâneo, baixo risco no início do trabalho de parto, permanecendo assim durante todo o processo, até o nascimento. O bebê nasce espontaneamente, na posição de vértice, entre 37 e 42 semanas completas de gestação. Após o nascimento, mãe e filho estão em boas condições" (OMS, 1996, p. 4). A terminologia obstétrica utiliza o termo distócico[29] - não eutócico ou anormal, sujeito a riscos – para o parto que foge dos parâmetros definidos como 'normais'. Este tipo de parto, por fugir ao enquadramento de normalidade[30],é sujeito a um controle diferenciado.

Na gramática da 'humanização', incluem-se os princípios e as normas para "a **capacitação** da equipe de saúde" (BRASIL, 2000a, p. 10, grifo meu). Nela, 'a escuta' é produzida como uma atitude profissional e pessoal:

[27] Tecnologias (RABINOW, 1995) são aqui entendidas como um conjunto de operações e procedimentos, junções de saber e poder que são inventadas, implementadas, retiradas de circulação, voltando a ser colocadas em prática e que atuam no sentido da subjetivação dos indivíduos. Nos programas de formação profissional estão engendradas tecnologias disciplinares e normalizadoras que visam o trato de perigos e de riscos para a saúde das gestantes e mulheres em situação de parto, e ordenam num determinado modo de ser profissional, as atividades de profissionais e o desemprego com os possíveis efeitos para os indivíduos e para a sociedade. É parte essencial destas tecnologias todo o conjunto de documentos, de dossiês, de estatísticas que produzem um conhecimento acurado e preciso sobre os sujeitos a quem se destinam as práticas de educação profissional, como também das condições sociais, econômicas e culturais que os envolvem.

[28] 1 normal é um critério de regulação que classifica os indivíduos e eventos como normais ou anormais. Assim, normalização é a afirmação do poder da norma; ela estabelece o normal como "um dos grandes instrumentos de poder no fim da era clássica" (FOUCAULT, 1998, p. 153). À medida que individualiza, o poder normalizador gradua, classifica, hierarquiza as diferenças individuais 2 isso, segundo Foucault possibilita a organização [...] de "um corpo médico e um quadro hospitalar [...] capazes de fazer funcionar normas gerais de saúde" (p. 153).

[29] Distócico: dis – que se desvia da norma; tócico – parto. Parto que se desvia da norma.

[30] "A norma é aquilo que fixa o normal a partir de uma decisão normativa... sob o ponto de vista da normalização, não há diferença entre o nascimento da gramática na França do século XVII e a instituição do sistema métrico no final do século XVIII. Richelieu, os convencionais e Napoleão Bonaparte são os instrumentos sucessivos de uma mesma exigência coletiva. Começa-se com normas gramaticais para concluir com as normas morfológicas dos seres humanos e dos cavalos visando à defesa nacional, passando pelas normas industriais e higiênicas" (CANGUILHEM, 2002, p. 145).

Summary of Comments on 163_cp027664_anotado.pdf

Page: 36

Number: 1 Author: Daniel Subject: Highlight Date: 20/12/2015 17:42:28
Nota de rodapé contendo referência a Foucault, 1998 sendo que essa data corresponde ao Nascimento da Clínica e a citação é de V&P que lá é indicado como sendo 1999c. [p. 153]

Number: 2 Author: Daniel Subject: Highlight Date: 20/12/2015 12:41:03
Citaçao com aspas em nota de rodapé contendo referência a Foucault, 1998 sendo que essa data é o Nascimento da Clínica e a citação é de V&P que lá é indicado como sendo 1999c. [p. 153]

> [...] escutar é um ato de autoconhecimento e reflexão contínua sobre as próprias fantasias, medos, emoções, amores e desamores. Escutar é desprendimento de si. Na escuta, o sujeito se dispõe a conhecer aquilo que talvez esteja muito distante de sua experiência de vida e por isso exige um grande esforço para compreender e ser capaz de oferecer ajuda, ou melhor, trocar experiências (p. 10).

Contudo, essa atitude que deve ser desenvolvida nos profissionais supõe que as gestantes falem sobre si, até que haja uma efetiva "troca de experiências" (p. 10). Com isso, o movimento de 'humanização do parto' pretende criar um vínculo de confiança entre os profissionais e as gestantes. É esse vínculo que irá garantir que as mulheres procurem os serviços de saúde para a realização do pré-natal e entreguem "seus corpos aos cuidados de pessoas autorizadas legalmente, a cuidarem delas" (p. 10). O profissional da saúde é educado para ouvir as gestantes como parte do exame[31] que é realizado nelas, mas, também, como parte de sua educação, para que na "escuta" daquilo que for dito, o profissional entenda a perspectiva daquele que fala, no caso, principalmente a gestante. O programa pede mais ainda aos profissionais: como estratégia de 'captura' da gestante, pede-lhes que abram mão "dos papéis predeterminados socialmente e reaprendam a fala popular" (BRASIL, 2000a, p. 10); que se aproximem de cada gestante respeitando sua singularidade e que não percam de vista seu contexto familiar e social, usando linguagem adequada ao entendimento da população atendida; que a "língua" utilizada seja a "fala popular", que deve ser entendida por todos os envolvidos com a "humanização do parto": gestante, prestadores de serviço e gestores. Os significados - a semântica – devem ser os mesmos. É, portanto, através da aprendizagem da língua da "humanização do parto", de sua sintaxe e semântica, que o manual supõe a criação de "um ambiente acolhedor, [que rompa] com o tradicional isolamento imposto à mulher" [grávida] (p. 10).

Para a realização do trabalho educativo de promoção da saúde são destacados modos de utilização da gramática de "humanização do parto". Isso se dá através de discussões nos grupos formados por profissionais e gestantes, nas "dramatizações e outras dinâmicas que facilitam a fala e a troca de experiências entre os componentes [desses grupos, a fim de evitar-se o] estilo palestra [e o] roteiro preestabelecido" (p. 12). Contudo, na seqüência do texto que especifica os modos de utilização dessa gramática, são listadas "questões que emergem nos grupos" (p. 12), como "sugestões" de temas para discussão que, semelhante à referida anteriormente, contém palavras que ordenam as condutas dos profissionais e ditam formas de disciplinamento para a população atendida. Sugere que o

[31] Foucault (1999c) entende o exame como um controle normalizante, uma vigilância que permite qualificar, classificar e punir. Estabelece sobre os indivíduos, uma visibilidade através da qual eles são diferenciados e sancionados" (p. 154); uma combinação entre norma e vigilância.

Page: 37

Number: 1 Author: Daniel Subject: Highlight Date: 20/12/2015 12:41:30
Citação com haspas em nota de Rodapé [p. 154]

através da participação nas atividades educativas, que atuam sobre a alma e sobre o corpo de cada um, que mulheres grávidas, suas famílias e os prestadores de serviço podem ser transformados, resgatados, devolvidos ao Estado e enquadrados nas normas de 'humanização do parto'. Pode-se, então, relacionar a intimidade que o Estado tem com a norma quando se pensa que, ao se produzir verdades, não se determina sua exatidão nem a necessidade de agregar tais verdades às práticas, mas se faz quando essa verdade é executada e executada conforme normas.

A utilização de dispositivos disciplinares e pedagógicos, articulados com o cronograma de atividades planejadas pelo programa de 'humanização do parto', devem dar a tônica das atividades que precisam ser desenvolvidas. Do atendimento à gestante ao ensino do prestador de serviço; da gerência de custos ao tipo e locais de atendimento previstos fazendo com que o trabalho em local confinado (hospital e instituições educacionais) não sejam úteis apenas pelo parto 'em si'

> 1as pelos efeitos que toma na mecânica humana. É um princípio de ordem e de regularidade; [...] veicula, de maneira insensível, as formas de um poder rigoroso; sujeita os corpos a movimentos regulares, exclui a agitação e a distração, impõe uma hierarquia e vigilância que serão ainda mais bem aceitas, e penetrarão ainda mais no comportamento dos [confinados] (FOUCAULT, 1999c, p. 203).

O enquadramento também pode ser realizado através da sociedade. No caso da 'humanização do parto', existe um número considerável de sites da rede de comunicação e informação virtual[36] que incitam a população de mulheres e de prestadores de serviço ao direito de escolha das práticas que desejam para o parto. Tais sites disponibilizam depoimentos de seus associados sobre partos, opiniões de profissionais, perguntas e respostas sobre práticas de parto 'humanizadas' consideradas vantajosas, cursos disponíveis, leituras e nomes de profissionais recomendados, fotos, vídeos, e também o que é considerado 'falha' institucional ou profissional relacionada ao parto experienciado.

[36] Como o 'amigas do parto': www.amigasdoparto.com.br; 'parto nosso': http://br.groups.yahoo.com/group/partonosso/, da Rede Nacional pela Humanização do Parto e Nascimento - ReHuNA: www.rehuna.org.br e do Doulas do Brasil: www.doulas.com.br/rehuna.html.

Page: 46

Number: 1 Author: Daniel Subject: Highlight Date: 20/12/2015 11:34:28
Citação adentrada [p. 203]

diz" (PROA, 2001, p. 7). Nessa perspectiva, pode-se, então, descrever e ler o humanismo fora do humano, mais precisamente na linguagem.

Retomando a perspectiva heideggeriana, Proa diz que pode se ver o humano não como um ser inacabado (que a educação completaria, humanizando-o), mas, como uma obra que repousa "numa abertura que nunca cicatriza[41]" (p. 5) e, portanto, nunca se fecha. E acrescenta: "ao fundo do humano não chega nem a teologia nem a ciência, porque o humano é exatamente a ausência de fundo". É, então, pela linguagem que o homem mostra sua humanidade, ou seja, seu saber-fazer, sua técnica e sua razão. É na linguagem que o humano pode tornar sua humanidade visível. Mas, a humanidade propriamente dita no dizer de Deleuze (2000), é essa "qualidade oculta chamada humanidade, [que permanece] inacessível e indefinível para nós" (p. 94).

Colocado fora do ser, o humanismo vem perdendo, segundo Proa (2001), muito de "seu habitual candor e seu fulgor de santidade" (p. 3). E é visto como "pressuposto e condição de toda desumanização" à medida que parte de uma igualdade e uma racionalidade genérica. Nessa perspectiva crítica, a invenção moderna de uma "imagem conveniente" (p. 3) e desejada do humano, com características próprias e universais, deve-se a um humanismo que diz o que deve ser o homem, e que, ao tomá-lo como fonte e meta do valor, da dignidade e da liberdade, parte da pressuposição de que todos os homens nascem humanizados, independente dos processos de vida nos quais são subjetivados.

2. 1 Aprisionando o corpo à vida

A maneira pela qual a humanidade se torna visível no corpo através das práticas nele realizadas revela os efeitos dessa humanização sobre o próprio corpo (cuidado de si) e sobre a sociedade (cuidado dos outros). Ao serem constituídas como humanizadas e, portanto, boas, tais práticas 'dignificam' a humanidade do homem. Porém, quando tais práticas, ou a ausência delas, são consideradas des-cuidados, por se voltarem contra o homem, são consideradas danosas e, portanto, bárbaras, criando-se "o mito da classe bárbara, imoral e fora da lei [que] está continuamente nos discursos dos legisladores, dos filantropos, ou dos pesquisadores da vida" (FOUCAULT, 1999c, p. 229), servindo de suporte ao grande medo que se tem de uma categoria que se acredita indisciplinada. As práticas não têm valor em si; só adquirirão a qualificação de dignificantes e, portanto,

[41] O que lembra a citação que Deleuze (2000, p. 109) faz do poeta Paul Valery: "o mais profundo é a pele".

Page: 56

Number: 1 Author: Daniel Subject: Highlight Date: 20/12/2015 13:00:17
Citação com aspas. [p. 229]

pressuposto é de que a humanização enquanto "poder disciplinar" (FOUCAULT, 1999c, p. 143) não se apropria nem retira, mas educa "para retirar e se apropriar ainda mais e melhor [dos indivíduos enquanto] objetos e instrumentos de seu exercício" (p. 143).

A compreensão da "humanidade" era a de um sujeito universal, cujo modelo a racionalidade científica havia capturado da natureza; um sujeito infinitamente bom cujas qualidades estavam dadas. Uma natureza que se estendeu por toda a época clássica, "como espaço homogêneo das identidades e das diferenças ordenáveis" (FOUCAULT, 2000c, p. 370) entre as palavras e as coisas e onde a caracterização do ser natural é traduzida pela organização de suas relações interiores e não mais por aquilo que pode ser analisado a partir das representações feitas sobre os seres. É sob esses signos que a vida, no começo do século XIX, passou a ser entendida não mais como "o que se pode distinguir, de maneira mais ou menos certa, do mecânico, mas é aquilo em que se fundam todas as distinções possíveis entre os seres vivos" (p. 370), evidenciando suas descontinuidades.

Tais descontinuidades são aparentes através de suas descrições. Assim, ao serem analisados a partir de suas diferenças e relações, os seres vivos passam a ser classificados de diversas maneiras. No caso dos seres humanos, sua classificação como espécie "mamífera" deveu-se, principalmente, ao privilégio concedido às mamas humanas como órgão supridor de alimento numa época em que a fome dizimava populações e a criação dos filhos era delegada a outras figuras que não a mãe biológica. Isso se constituía em dificuldades para manter a população de crianças vivas. Por isso, produziram-se práticas como o aleitamento materno e o estímulo ao 'amor materno'. Essas produziram disciplinamentos que, concomitantemente, tornaram possível o aumento da população, a diminuição das mortes de crianças e um menor número de nascimentos de cada mulher, pois, uma vez nascidas, essas crianças recebiam maior atenção de suas mães. Daí que, ao atribuir a morte de uma criança à 'falta de cuidado da mãe' criou-se a figura da mãe que é "causa da morte de seus filhos, pela sua negligência" (BADINTER, 1985, p. 89; FOUCAULT, 1999a), ou ainda, mães com características próprias do humano e mães desumanas. A invenção de modos de governo dos infantis, a partir do século XVI dá-se como uma estratégia de governo que preserva as crianças de práticas, como a "dos hospícios de menores abandonados, a criação dos filhos por amas-de-leite, a da educação 'artificial' das crianças ricas" (DONZELOT, 1986, p. 15). Tal invenção governamental foi efeito da necessidade de, principalmente, impedir a morte das crianças e, por isso, governar as crianças enquanto população específica constituiu-se, de certa forma, uma tomada de poder sobre essas, para que se pudesse fazê-las viver. Assegurar essas vidas significou

Page: 59

Number: 1 Author: Daniel Subject: Highlight Date: 20/12/2015 17:50:50
Citação com aspas. Exclui cerca de 6 linhas sem indicar a lacuna. [p. 143]

utilizada de modo inadequado, enquanto que a OMS a havia classificado como prática para a qual não existem evidências científicas suficientes que apóiem uma recomendação clara que a justifique (da categoria C para a categoria 1). Há, também, o deslocamento entre as mesmas categorias do item "uso rotineiro de ocitocina, tração controlada do cordão, ou sua combinação, durante o terceiro estágio do parto" (BRASIL, 2001b, p. 187), expressando o interesse de que os efeitos determinados pelo ordenamento dessas práticas na categoria inicial não se disseminassem. Nesse caso, que lugar ocuparia as 'evidências científicas' de que "não existem evidências suficientes para apoiar práticas que deveriam ser usadas com cautela, até que mais pesquisas esclareçam a questão" e as transformem em práticas 'demonstradamente úteis e que devem ser estimuladas'? Difícil pensar que tal proposição seria um engano cometido pelo Estado no momento de sua transcrição. Entretanto, poder-se-ia supor um acordo, entre as associações envolvidas na edição da publicação, para que a prática fosse mantida como rotina a fim de promover a aceleração do terceiro estágio do parto e a concomitante liberação de leitos hospitalares conforme a média de tempo prevista para tal. Isso diminuiria os riscos de infecção hospitalar determinados pela permanência hospitalar prolongada, assim como os custos que qualquer permanência hospitalar adicional acarreta e, ainda, tornaria possível menor utilização de medicamentos e equipamentos.

Nas práticas da categoria dois (as práticas que devem ser eliminadas) foram acrescentados seis itens oriundos das categorias C (práticas que devem ser usadas com cautela) e D (práticas usadas de modo inadequado), quais sejam:

> Uso liberal ou rotineiro da episiotomia; toques vaginais freqüentes e por mais de um examinador; manobra de Kristeller ou similar, com pressões inadequadamente aplicadas ao fundo uterino no período expulsivo; prática liberal de cesariana; aspiração nasofaríngea de rotina em recém-nascidos normais; manutenção artificial de ar frio na sala de parto durante o nascimento (p. 188).

O estímulo ao uso de vitamina K no recém-nascido para prevenção de hemorragia neonatal, o uso de nitrato de prata ou tetraciclina para prevenção da oftalmia gonocócica, a supressão da lactação em mães portadoras de HIV e o Alojamento Conjunto são práticas não listadas no 'guia' da OMS e incluídas na categoria 1 como práticas demonstradamente úteis e que devem ser estimuladas. Ao categorizar tais práticas, o manual produz a possibilidade do quadriculamento disciplinar que Foucault (1999c) refere. Assim, o Alojamento Conjunto ou mesmo o Centro Obstétrico, com o apoio e incentivo da OMS, com seus espaços fechados, recortados e vigiados em todos os seus pontos, inserem os indivíduos num lugar fixo que possibilita uma vigilância constante de todos sobre todos.

Page: 81

Number: 1 Author: Daniel Subject: Highlight Date: 20/12/2015 12:46:05
Polissemia a V&P [quadriculamento disciplinar] [p. 165]

Nele, tanto bebês quanto mães e profissionais têm seus menores movimentos controlados [...], todos os acontecimentos registrados [...] e o poder é exercido sem divisão, segundo uma figura hierárquica contínua em que cada indivíduo é constantemente localizado, examinado e distribuído" (FOUCAULT, 1999c, p. 163). Entretanto, o uso rotineiro de tais práticas tem sido questionado e repudiado por parte da sociedade, produzindo uma constante discussão e suscitando os mais diversos fóruns de debate e publicações, nos quais são afirmadas, ou não, as práticas prescritas no programa. No entanto, a utilização do termo 'humanização' na política do parto, por sua identificação usual com a bondade e o humanitarismo, dificulta a identificação do termo na perspectiva do biopoder e enquanto estratégia de governo, colocando-o, num primeiro momento, acima de qualquer suspeita: uma forma 'mascarada' do biopoder. É, portanto, um conceito construído socialmente e não algo inscrito na 'natureza humana'. O mesmo ocorre quando a 'humanização do parto' é tomada, no senso comum, como sinônimo de nascimento vaginal. Entretanto, o termo 'parto vaginal' é relatado de diferentes formas ao longo da história. Em alguns relatos é enfatizado as diferentes posições adotadas pela mulher para o parto, em outras, a participação e/ou presença de pessoas e instrumentos utilizados na ocasião, mostrando que o parto vaginal não se refere somente à um processo biológico comum às mulheres grávidas. Tais relatos mostram modificações das e nas práticas utilizadas no parto, os sentidos que tomam e as situações que lhes emprestam significados diferentes, conforme a sociedade e o governo em que ocorrem.

Em Yunes (1996), a 'busca da humanização' do atendimento obstétrico é constituída pelo:

> Conjunto de práticas que visam a promoção do parto e nascimento saudáveis e a prevenção da mortalidade materna e perinatal. Essas práticas incluem o respeito ao processo fisiológico e a dinâmica de cada nascimento, nos quais as intervenções devem ser cuidadosas, evitando-se os excessos e utilizando-se criteriosamente os recursos tecnológicos disponíveis (apresentação).

A 'humanização' é, pois, para Yunes, o conjunto de práticas necessário para a saúde e prevenção de morte de mulheres e crianças e necessita do 'respeito à dinâmica de cada nascimento' como estratégia para sua consecução e intervenções realizadas na medida 'exata' de cada situação. Com isso, sugere não haver, pelo menos de forma suficiente, a preocupação com a 'promoção' do parto, com a 'prevenção' de mortes, com o cuidado adequado às intervenções e, ainda, o excesso ou falta de critério na utilização dos recursos tecnológicos. Tais afirmativas desqualificam ações realizadas pelo Estado, anteriores à publicação de tal política e produzem a 'humanização do parto' como o discurso que

Page: 82

Number: 1 Author: Daniel Subject: Highlight Date: 20/12/2015 12:48:04
Citação com aspas utilizando de fragmentos separados por [...] [p. 163]

O Componente II, ou Portaria GM/571, relaciona-se à "organização, regulação e investimentos na assistência obstétrica e neonatal" (BRASIL, 2001c, p. 8). No detalhamento desse componente, estão previstas as implantações de Centrais Municipais e Estaduais de regulação Obstétrica e Neonatal, sistemas móveis para transporte e atendimentos de gestantes em situações de risco, aquisição de equipamentos para melhoria das condições de assistência, principalmente nas situações de alto risco obstétrico e neonatal.

Já, o Componente III, ou portaria GM/572, aborda a "nova sistemática de pagamento à assistência ao parto" (p. 9). Nesse detalhamento, são descritos procedimentos e valores correspondentes ao pagamento de profissionais e instituições, que será efetuado sempre após sua realização e comunicação ao órgão gestor.

Há, ainda, outras duas formas de controle explicitadas no texto: "no término do pré-natal, após o parto e a consulta no puerpério, a Ficha de Cadastramento da Gestante será encerrada através do SISPRENATAL" (BRASIL, 2001c, p. 7). Isso irá permitir que "o pagamento do incentivo da CONCLUSÃO DA ASSISTÊNCIA PRÉ-NATAL – R$ 40,00, desde que todos os procedimentos assistenciais tenham sido realizados e digitados mensalmente no SISPRENATAL" (p. 8), ou seja, estejam registrados no sistema para gestão do programa. A distribuição e a regularidade das consultas de acompanhamento pré-natal operaram, dessa forma, continuamente sobre os corpos das grávidas, de forma a torná-los "dóceis" (FOUCAULT, 1999c, p. 118).

A outra forma de controle refere-se ao não pagamento do 'incentivo' de R$ 40,00 ao hospital; isso é previsto para quando a mulher não realiza consultas pré-natais conforme critérios estabelecidos. Caso haja a cobrança do 'incentivo' sem que a mulher tenha freqüentado as consultas preconizadas, "acarretará em auditoria imediata, ficando a Unidade sujeita às penalidades cabíveis" (BRASIL, 2001c, p. 9). Esta situação coloca o olhar do gestor não apenas a gestante, mas, também, aos prestadores de serviço em suas competências no cuidado à saúde da população.

Para que as consultas de pré-natal sejam disponibilizadas à população, os gestores e técnicos deverão "explicitar a rede ambulatorial, os laboratórios e os leitos obstétricos, definindo a programação das referências" (BRASIL, 2001d). O sistema de referência supõe o sistema de contra-referência e funciona na ordem da hierarquização dos serviços do SUS. Assim, um procedimento ou uma prática que não faz parte do esquema mínimo de atendimento à gestante na rede básica de saúde, mas considerado necessário ou mesmo indispensável à gestante deve ser realizado em locais que mantenham serviços de maior

Page: 90

Number: 1 Author: Daniel Subject: Highlight Date: 22/11/2015 15:42:20
Paráfrase utilizando o conceito "corpos dóceis"

Popkewitz (1994) afirma a importância da utilização da palavra polícia, no século XIX, como forma de "assegurar uma continuidade [...] entre o governante do estado e suas populações" (p. 187) e, ao associar as palavras polícia e governo, afirma que

> na Idade Média, governar era uma atividade extrínseca: o poder do Príncipe consistia em proteger seu principado geograficamente; a questão da regulação das almas e da preparação para a vida eterna era deixada à Igreja. No século XIX, o significado de governar envolvia o Estado na regulação e coordenação de práticas de comportamentos e disposições individuais. O complexo de instituições, procedimentos, análises, reflexões, cálculos e táticas que definem as pessoas como populações torna-se importantíssimo para a arte de governar [...] e passa a ser uma forma de definir o compromisso mútuo de governantes e sujeitos (p. 187).

É preciso, então, promover e implementar táticas que propiciem tais contratos entre governantes e indivíduos. Daí, a importância do poder disciplinar tomar "corpo nos aparelhos estatais, na formulação da lei, nas hegemonias sociais" (FOUCAULT, 1999b, p. 89), ao organizar os espaços onde a saúde é produzida (hospitais, postos de saúde, consultórios), ao controlar o tempo e ao vigiar e registrar continuamente os conhecimentos produzidos. A disciplina produzida para colocar em movimento as práticas do parto é uma tecnologia que, ao mesmo tempo, exerce um poder e produz um saber. Esse poder disciplinar modifica as relações de poder e fará com que as disciplinas veiculem um discurso que será o da regra ou norma e "definirão um código que não será o da lei, mas o da normalização; referir-se-ão à um horizonte teórico que não pode ser de maneira alguma o edifício do direito, mas o domínio das ciências humanas; a sua jurisprudência será a de um saber clínico" (FOUCAULT, 1999a, p. 189). A disciplina considerada desta maneira não é identificável a uma instituição: ela é um tipo de poder e uma forma de exercê-lo que congrega um conjunto de procedimentos de diversos níveis e com diversos alvos de aplicação que fazem dela "uma tecnologia" (FOUCAULT, 1999c, p. 177). Um dos efeitos desse poder disciplinar é a produção do 'parto humanizado' e as práticas a ele relacionadas. E, tanto o 'parto humanizado' quanto o conhecimento que dele se pode obter são efeitos dessa produção. Assim, a partir da instauração dos mecanismos disciplinares, não se pode mais pensar o poder como concentrado exclusivamente no Estado, nem atribuir a esse poder um caráter totalmente negativo. A política de 'humanização do parto' trouxe a possibilidade de compilar dados relacionados aos atendimentos obstétricos 'científicos', ligando as informações coletadas nos postos de saúde aos hospitais e destes ao governo encarregado de gerir tais informações. Daí, a possibilidade de continuidade ao atendimento no puerpério e ao recém-nascido e a construção de saberes sobre a mulher e

Page: 94

Number: 1 Author: Daniel Subject: Highlight Date: 22/11/2015 15:48:09
Paráfrase citando a tecnologia da disciplina

participação na esfera pública, como é o caso dos homens, mas predominantemente por suas responsabilidades no cuidado da saúde e do bem-estar de seus familiares". Por isso, os esforços das mulheres para cumprir essas responsabilidades equivalem àqueles do Estado, através, por exemplo, de seu programa de 'humanização do parto e nascimento'. Uma prática cuja dignidade ou valor está associado diretamente à economia do Estado, produzida para atravessar a sociedade de forma que governo e população sejam 'saudáveis e felizes'. Uma prática que, ao produzir conhecimentos, produz, também, tecnologias disciplinares capazes de "conduzir um processo permanente de mudança da cultura de atendimento à saúde, sensibilizando profissional e usuário para a importância e os benefícios do atendimento e do trabalho humanizado" (BRASIL,2002, p. 7). Uma prática que prevê e permite o esquadrinhamento pormenorizado do saber da 'humanização do parto'.

Tudo isso quer dizer que pode haver[1] um saber do corpo que não é exatamente a ciência do seu funcionamento, e um controle de suas forças que é mais que a capacidade de vencê-las" (FOUCAULT, 1999c, p. 26). [2]Um saber e controle que Foucault chama de "tecnologia política do corpo" (p. 26), que é difusa, raramente explicitada de forma direta, e geralmente composta de partes sem relação entre si. Uma força de sujeição obtida sem violência, [3]calculada, organizada, tecnicamente pensada, [que] não faz uso de armas nem terror e, no entanto continua a ser de ordem física" (p. 26).

Concomitantemente ao esquadrinhamento da produção desses saberes, o governo declara seu empenho "em tornar toda experiência viva e transmissível, ao alcance daqueles que desejem conhecê-la e empregá-la em sua própria realidade" (BRASIL, 2002b). Reconhece serem "tantas (e tão singulares) estas realidades que seria enganoso supor uma receita para todo e qualquer hospital do país". Por isso, propõe que seus manuais sejam tomados como "roteiro operativo, [...] a partir do qual cada instituição poderá plasmar suas próprias soluções e trilhar seu próprio caminho".

A partir do modelo de 'parto humanizado' descrito, o governo promete garantias possíveis à grávida e a sua família, se acompanhadas regularmente em suas particularidades, por profissional que mantenha "uma escuta aberta, sem julgamentos nem preconceitos" (BRASIL, 2000d, p. 4). Além disso, afirma permitir à mulher falar de sua intimidade com segurança, fortalecendo-a no seu caminho até o parto, ajudando-a a construir um conhecimento sobre si mesma que favoreça um nascimento tranqüilo e saudável. A escuta clínica de que fala o programa precisa, aqui, ser registrada a cada vez que se torna objeto de atenção individual do profissional em relação à gestante. Diz o

Page: 99

Number: 1 Author: Daniel Subject: Highlight Date: 20/12/2015 11:49:03
Citação com aspas [p. 26]

Number: 2 Author: Daniel Subject: Highlight Date: 20/12/2015 12:03:32
Paráfrase [p. 26]

Number: 3 Author: Daniel Subject: Highlight Date: 20/12/2015 12:05:56
Citação com aspas mas inverte a ordem das frases sem indicar isso [p. 26]

programa que "quando preenchemos uma ficha de histórico clínico não estamos escutando a palavra, mas apenas recolhendo a informação necessária para o ato técnico" (p. 2). Nesse caso, considera que "o lado humano [do usuário ficou excluído pela suposta objetividade da ciência ao reduzir a palavra] à mera informação de anamnese" (p. 2).

Uma escuta pressupõe, obrigatoriamente, alguém que fala: um ser confesso; um ato de confissão tomado como o conjunto de "todos os procedimentos pelos quais se incita o sujeito a produzir sobre sua sexualidade um discurso de verdade que é capaz de ter efeitos sobre o próprio sujeito" (FOUCAULT, 1999a, p. 264).

Então, como se manifesta a relação entre o dizer e o escutar no programa de 'humanização do parto', partindo-se da premissa que o que mais se aproxima da 'voz' da mulher são os relatos da experiência cotidiana do atendimento, descritos como 'resultados de pesquisas de avaliação' dos serviços de saúde brasileiros?

Aqui, faz-se um breve parênteses para relatar algumas situações e condições nas quais a confissão foi produzida como técnica disciplinar indispensável à clínica obstétrica. Uma prática da qual faz parte a 'escuta' que pode ser 'vista', 'medida', 'pesada', 'palpada', 'tocada' e, também, 'ouvida' e 'descrita' naquilo que é produzido pela estatística e pelas 'evidências científicas'. Uma escuta que, tanto quanto o toque é a extensão do olhar, "uma estrutura plurissensorial" (FOUCAULT, 1998, p. 188).

Reporta-se, aqui, ao período da Idade Média, em que a confissão é instituída como parte do processo inquisitorial em que

> demonstração escrita precisa de um correlato oral; em que as técnicas da prova administrada pelos magistrados se misturam com os procedimentos de provas que eram desafios ao acusado; em que lhe é pedido – se necessário, pela coação mais violenta - que desempenhe no processo o papel do parceiro voluntário; em que se trata em suma de produzir a verdade por um mecanismo de dois elementos – o do inquérito conduzido em segredo pela autoridade judiciária e do ato realizado ritualmente pelo acusado. O corpo do acusado, corpo que fala e, se necessário, sofre, serve de engrenagem aos dois mecanismos (FOUCAULT, 1999c, p.36).

Ainda nesse período, as práticas de confissão produzem um cristianismo que tem como ponto de sustentação a produção de um sujeito que "sabe o que se passa nele" (FOUCAULT, 1999a, p. 264), todavia não sabe se o que se passa nele é o que lhe possibilita entrar em contato com Deus e, portanto, com 'a verdade' que precisa conhecer. A procura do confessor ocorre, então, pela necessidade de o sujeito 'descobrir se seus 'atos e pensamentos' podem ligá-lo à 'verdade' que é ou está em Deus. Para isso, precisa de

Page: 100

Number: 1 Author: Daniel Subject: Highlight Date: 20/12/2015 12:07:26
Citação adentrada [p. 36]

aconselhado a ninguém agir como acusador, visto que, se não pudesse apresentar provas, lhe seria imputada a lei de Talião já referida. Os inquisidores aconselhavam que na "acusação geral" (KRAMER; SPRENGER, 2000, p. 397) e no inquérito, as pessoas se pronunciassem como informantes e não como acusadores, na presença de duas testemunhas 'religiosas e prudentes', para que houvesse justiça. A promotoria podia utilizar como 'provas' pessoas sem fé, hereges e bruxas, uns contra os outros; da mesma maneira, familiares contra o/a acusado/a. A defesa não podia convocar estas pessoas como prova; inimigos mortais não podiam ser utilizados como testemunhas. A acusada deveria ser convencida a confessar seu crime de bruxaria sob pena de ser condenada à morte, caso não confessasse. Todavia, uma vez confessado o crime, a pena estabelecida era, geralmente, a fogueira. E, também eram necessárias testemunhas para a garantia do cumprimento da punição. Nesse caso, o povo [1] era convocado para assistir às exposições, às confissões públicas; os pelourinhos, as forcas, [as fogueiras] e os cadafalsos eram erguidos nas praças públicas ou à beira dos caminhos [...]. As pessoas não só [tinham] que saber, mas, também, ver com os próprios olhos" (FOUCAULT, 1999c, p. 15) a verdade que não podia manter-se em segredo. O suplício não só [revelava] a 'verdade' [da pouca fé ou de sua inexistência] como tornava a punição necessária à relação verdade-poder. A punição era, então, colocada em cena para que se tornasse pública e se inscrevesse nos corpos toda a forma de humilhação e sofrimento. Entretanto, quando a punição era a sentença de morte, tinha sua execução protelada quando a mulher não confirmava sua confissão de culpa ou estava grávida. Dessa forma, as bruxas só eram queimadas quando estavam menstruadas, pois poderiam estar grávidas, e a Inquisição se resguardava da possibilidade de estar matando um 'inocente': alguém que poderia ser criado no caminho da 'verdade'.

Durante a Inquisição, o magistrado constituía, isoladamente e com pleno poder, uma verdade com a qual investia o acusado "[2] sob a forma de peças e relatórios escritos" (FOUCAULT, 1999c, p. 32) que, sozinhos, comprovavam a culpa, sem que o acusado tivesse acesso ao processo, sem que conhecesse a identidade dos denunciadores, sem que tivesse direito a um advogado. A partir do séc. XVIII, tecnologias como a da confissão, utilizadas durante a Inquisição, tornaram-se instrumentos privilegiados do mecanismo Penal, onde o acusado, através da assinatura da confissão, atesta a verdade da informação que foi construída de forma a torná-lo culpado. A confissão, cuja assinatura era passível de ser conseguida sob coerção, foi considerada, nessa época, a principal, "[3] notória e manifesta" (p. 35) prova do crime, mas não a única a justificar uma condenação. Grande parte das

Page: 103

Number: 1 Author: Daniel Subject: Highlight Date: 20/12/2015 12:33:25
Citação entre aspas em forma de colagem utilizando [...] equivoca-se na indicação da página de V&P. [p. 49]

Number: 2 Author: Daniel Subject: Highlight Date: 20/12/2015 12:38:24
Citação em fragmento com aspas [p. 32]

Number: 3 Author: Daniel Subject: Highlight Date: 22/11/2015 16:52:15
Fragmento citado com haspas [p. 35]

penas resultantes do processo judicial eram "não corporais" (p. 30). Como "a exposição, a roda, a coleira de ferro [...], o banimento [...] as galeras ou seu equivalente para as mulheres: a reclusão feminina aos hospitais" (p. 31). Com a disseminação das instituições de confinamento, a partir do século XVIII, entre elas o hospital, surgiram "técnicas médicas brutais, do tipo: ande, conte-nos sua história, conte-a por escrito..". (FOUCAULT, 1999a, p. 263). E, junto com a clínica obstétrica, o sexo da mulher começa a adquirir importância social "com os problemas correlatos da maternidade e do aleitamento" (p. 266), fazendo com que o seu corpo se tornasse um corpo interessante à investigação através de procedimentos técnicos (exames, interrogatórios, observações, entrevistas) que incitam aos atos de fala ou confissão e supõem alguém que escuta. Tais confissões produzem "verdades" não apenas a quem ouve, mas, também, ao sujeito que fala; o que ouve precisa examinar o que lhe é dito para poder julgar, punir, perdoar, curar, consolar, classificar ou diagnosticar o outro. A confissão e o exame tornam–se, então, obrigatórios em ambos os sujeitos, confessor e confesso, profissional e usuário da saúde. Uma prática "imposta a partir de tantos lugares diferentes e tão profundamente incorporada que não a percebemos mais como efeito de um poder que nos coage" (FOUCAULT, 1999b, p. 60) e que constitui um sujeito de práticas próprias. Entre o profissional e o usuário é preciso, então, que se estabeleça uma relação de confiança que assegure os segredos confiados. Isso caracteriza tal relação como algo individual e singular e não uma repetição das práticas e das histórias, mas a exclusividade de cada atendimento. Supõe-se, então, que o profissional receba treinamento para realizar julgamentos clínicos adequados, ter a liberdade para decidir e a responsabilidade para agir (BERLINGUER, 1993) em questões de saúde da população que recaem, obrigatoriamente, no indivíduo. O treinamento indicado aos profissionais para que as escolhas possam ser efetuadas, conforme preceitos do programa de humanização, são práticas modificadas a partir das

> técnicas cristãs de exame, de confissão, de direção de consciência e de obediência [que] têm uma finalidade: levar os indivíduos a trabalhar na sua própria "mortificação" neste mundo. A mortificação não é a morte, certamente, mas renúncia a este mundo e a si mesmo: uma espécie de morte cotidiana. Morte que é considerada por dar a vida no outro mundo (FOUCAULT, 2003, p. 369).

Page: 104

Number: 1 Author: Daniel Subject: Highlight Date: 20/12/2015 17:20:36
Citação com aspas - Segmentos unidos com [...] A única coincidência que mereceria haspas é "da exposição, da roda," que em nada se assemelha ao texto criado de recortes. [p. 31] No mais poderia ser paráfrase mas não tem essa proposta.

Number: 2 Author: Daniel Subject: Highlight Date: 20/12/2015 17:22:20
Fragmento com haspas. [p. 30]

> exemplo, os ventos austrais que, como se diz no livro Da geração [dos animais], são úmidos (S. Th. Iª q. 92, a.1, ad 1. 6. 2002)[81]

O cristianismo, portanto, produz tecnologias para gerir tanto a alma quanto o corpo, através da "devoção da oração, da obediência para nutrição do espírito [alma]; da abstinência, do sofrimento, da dor e do celibato para desprezar e debilitar a carne [corpo]" (FENDLER, 2000, p. 59). Nessa conjuntura, a mulher precisava ser governada a fim de se produzir corpo e alma puros, evitando que o espírito demoníaco dela se apropriasse. A alma ao ser produzida, não é, conforme afirma Foucault (1999c) uma "ilusão, ou um efeito ideológico, mas [...] existe, tem uma realidade" (p. 28). E ainda: a alma "é produzida permanentemente, em torno, na superfície, no interior do corpo pelo funcionamento de um poder que se exerce sobre os que são punidos e de maneira mais geral sobre os que são vigiados, treinados e corrigidos; [...] sobre os que são fixados a um aparelho de produção e controlados durante toda a existência" (p. 28).

Assim, o interesse, aqui, em estudar aspectos da vida das mulheres na Idade Média, reside na descrição que fizeram os Inquisidores[82] das práticas de cuidado do corpo e das almas na ocorrência de doenças, na possibilidade de gravidez, no curso da gestação, no atendimento ao parto das mulheres e nas condições de vida do nascituro. O interesse reside, portanto, na constituição do sujeito do ciclo grávido-puerperal, no Ocidente, em determinado momento histórico.

Na Idade Média, a vida humana adquiria valor ao ser contabilizada como alma no reino de Deus. Enquanto terrena, a vida era propriedade do senhor feudal e a alma pertencia a Deus. O indivíduo tinha posses à proporção de sua fé. Como os indivíduos pertencentes ao feudo não tinham posses, sua fé era pouco ou nada considerada e, sua vida, além de não lhe pertencer, tinha a validade que o senhor feudal lhe atribuía. A vida das crianças recém-nascidas era validada de acordo com as posses de sua família; proporcionalmente, o valor do trabalho da parteira também estava em relação direta ao valor da vida do nascituro, da fé de sua família e da fé da parteira.

[81] Tradução livre do texto escrito em inglês.

[82] Os Inquisidores da Igreja Católica eram juízes do Tribunal da Inquisição designados para varrer "toda a depravação herética [...] de todas as fronteiras e de todos os recantos dos Fiéis [...] com meios e métodos particulares pelos quais Nosso desejo piedoso poderá surtir os efeitos almejados [...] (KRAMER; SPRENGER, 2000, p. 43). A varredura de tais ações demoníacas deveria se dar para que "um maior zelo e uma observância mais regular de Nossa Santa Fé venham a ficar mais firmemente impressos no coração dos fiéis" (p. 43). Os Tribunais da Inquisição, conforme Rose Marie Muraro (2000), torturaram e assassinaram de forma massiva aqueles que eram julgados heréticos ou bruxos, entre os quais e, principalmente, as mulheres.

Page: 134

Number: 1 Author: Daniel Subject: Highlight Date: 20/12/2015 11:44:29
Citação com haspas utilizando os trechos que interessam separando com [...] [p.28]

colocar mais servos a seu serviço para, na atualidade, permitir que mais corpos sejam colocados à serviço do governo das populações. O não sofrer significa, aqui, uma interrupção de processos, antes considerados naturais, e a escolha de processos considerados mais previsíveis. Processos esses que, na modernidade e na ciência, oscilam continuamente entre a espera 'normal' e imprevisível do parto vaginal e a 'normalidade' e imprevisibilidade da antecipação eletiva do parto. Nesse local cambiante, onde conhecimento e técnica se evidenciam e se entrecruzam com a norma e o particular, as ações relativas ao parto e nascimento incidem sobre cada corpo, a cada vez, dentro de parâmetros determinados. Assim, o corpo grávido (biológico e político) ocupa um lugar na história do parto e nascimento sempre relacionado ao poder e à ética que nele se investem, registram suas marcas, dão-lhe direção, causam-lhe suplícios, impõe-lhe trabalhos e cerimoniais e "exige-lhe sinais" (FOUCAULT, 1999c, p. 25) para que, produtivo e submisso, seja útil. Portanto, perguntas descritas no projeto desta tese, tais quais: teriam os períneos femininos mudado, fazendo com que as mulheres tivessem maior dificuldade de parir seus filhos?; os bebês brasileiros, e especialmente os gaúchos (visto que no RS as cesarianas chegaram rapidamente e por primeiro a altos percentuais) seriam superalimentados no ventre materno, atingindo tamanhos incompatíveis com o trajeto?; dados como desacelerações eventuais dos batimentos cardíacos do feto seriam fatores imperativos para a indicação de cesariana? têm cunho biológico, supõe respostas biológicas e unem-se à racionalização do tempo, à criação de instrumentos e à comodidade integrando a produção de 'verdadeiros' motivos que levam à cesariana. Questionamentos sobre consultas com astrólogos e numerólogos (também especialistas a serviço do parto e nascimento) aliam-se a tal racionalização e criação da verdade sobre a realização da cesariana. Entretanto, durante a elaboração da tese, emergiram perguntas a partir das descrições sobre processos de escolha relacionados aos tipos de parto, visto que os documentos não deixam claro como é proporcionado o direito de escolha à gestante quando institui tal direito. Também não esclarece o que ela pode ou 'deve' escolher, nem a forma como é ou pode ser atendida a escolha do tipo de parto. Em outras palavras, não explicita como exercitar o julgamento da via de parto no interior das técnicas disponibilizadas e nos locais onde tais práticas ocorrem, nem como tornar julgamentos de profissionais e usuárias um espaço de liberdade onde se possa escolher e decidir entre uma prática e outra.

O exercício dessas decisões coloca profissionais da saúde numa situação 'privada', à serviço da ciência, sujeitos e assujeitados numa sociedade que faz circular 'verdades'

Page: 165

Number: 1 Author: Daniel Subject: Highlight Date: 20/12/2015 17:26:55
Citação fragmentos que não condizem com o original. [p. 25]

> Nossa Universidade está convidando os interessados em informações atualizadas sobre modernos e eficientes métodos de humanização do nascimento em gestações de baixo risco a participarem de dois cursos à distância. Para mais informações acesse nosso site: http://www.extecamp.unicamp.br/parto_alternativo.

O anúncio descreve uma urgência em socializar os 'modernos e eficientes métodos' de humanização do parto e nascimento e a possibilidade de encurtamento de distâncias para o aprendizado, por exemplo, via internet. Nesse caso, o aluno é o vigia de si mesmo e de seu aprendizado. O educador é disponibilizado para resolver dúvidas ou dilemas éticos possíveis de serem solucionados na web. Tal aprendizagem supõe conhecimentos prévios do aluno não apenas sobre o assunto que quer estudar, mas também, da ferramenta virtual. Qual o ônus de um ensino assim estruturado? Uma resposta é a possibilidade de maior controle sobre os efeitos desse ensino sobre a sociedade, através do registro da atuação dos alunos em bancos de dados continuamente alimentados. Existe o custo econômico sobre o qual tais práticas incidem. Bentham (FOUCAULT, 1999c) fala sobre ele: quantos vigias serão necessários? Consequentemente, quanto a máquina ou política custará? Mas, existe também o cálculo do custo político que precisa ser avaliado pelo risco de provocar revoltas ou, se a intervenção for muito descontínua, de permitir o desenvolvimento de resistência ou de desobediência, o que tem um custo político elevado.

Em determinada época, na vigência do poder monárquico ou soberano, o confinamento de grávidas nos hospitais era irrisório e, quando ocorria, era em grandes enfermarias, onde as próprias gestantes se ajudavam mutuamente, acarretando baixos custos. Além disso, por ser o hospital um local para atendimento de mulheres de 'baixa' moral, quem para lá se dirigia, já possuía o estigma de pessoa marginalizada e, portanto, culpada, sendo necessário que a punição oferecida fosse espetacular. Só, anônima e desinformada, a mulher temia o sofrimento e divulgava-o como forma de expiação de suas culpas. A violência com que a expiação da culpa se evidenciava no hospital tinha a função de assegurar a continuidade de determinado pensamento, qual seja, evidenciar o sofrimento corporal do parto como expiação dos pecados em troca da salvação da alma. O poder assim instituído foi, a partir do século XIX, considerado um poder oneroso e de poucos resultados. As despesas destinadas ao tratamento do corpo para a expiação dos pecados passam, então, a ter pouco valor no momento em que a vida da população torna-se mais importante para o governo dos homens do que para o governo de Deus. E, se as mulheres morriam, ficavam mutiladas ou perdiam seus filhos em conseqüência do parto, a população

Page: 197

Number: 1 Author: Daniel Subject: Highlight Date: 20/12/2015 12:48:47
Polissemia sobre Bentham e faz referência a V&P cita o "custo político".

DAS (IN)CONCLUSÕES

Mudanças de cenário, de personagens e de práticas sobre parto e nascimento, vigentes nos últimos cinqüenta anos, direcionaram a 'ciência do parto' e seus interesses à produção de uma forma homogênea de atenção: a do confinamento hospitalar, da qual o 'programa de humanização do parto' é o marco depositário e, ao mesmo tempo, o anúncio de outra forma de sociedade.

O conhecimento sobre o parto, produzido nesse período, possibilitou a criação das normas e mecanismos que os instituíram, de maneira que não houvesse desvios aos argumentos 'científicos' que os sustentam. A promessa de vida prescrita por esse modo de parir produziu corpos úteis às práticas vigentes, disciplinando a população. Seguir as normas estabelecidas para as práticas de parto foi condição necessária ao projeto político proposto, fazendo com que milhares de mulheres tivessem seus corpos colocados permanentemente à disposição da ciência, e que os profissionais fossem treinados permanentemente nas práticas que mantêm tal projeto, evidenciando-se, nas práticas relacionadas aos modos de parir, a subjetivação predominante hoje.

A cesariana, produzida como 'parto abdominal', deixou de ser descrito como o 'procedimento salvador da vida' e, sim, como um modo de parir alinhado ao pensamento da sociedade disciplinar que confina a todos: profissionais, gestantes e recém-nascidos na instituição hospitalar. Pouco a pouco, a sociedade de controle avança entre e sobre a sociedade disciplinar deslocando corpos - de profissionais, de gestantes, de populações – e lugares de dentro das instituições que seqüestram, para toda a sociedade. Daí a necessidade do 'parto abdominal' ser produzido como vilão que amplia gastos e cria iatrogênias[122] quando utilizado além dos critérios estabelecidos no 'programa de humanização do parto'. Também denominado de cesariana, o parto abdominal é procedimento impensável fora das instituições de confinamento, na atualidade: uma produção de conhecimentos que possibilita a diminuição do tempo e da proximidade entre profissionais e grávidas por ocasião das práticas de parto e nascimento; que pretendem não tocar o corpo ou tocá-lo o mínimo possível para atingir, nele, algo que não é o corpo propriamente dito (FOUCAULT, 1999c).

O castigo divino do sofrimento físico 'pelas dores do parto' não é mais necessário. Uma redistribuição das penas se faz no plano humano sob maior número de normas que

[122] Alteração patológica provocada no paciente por tratamento de qualquer tipo (AURÉLIO, séc. XXI).

Page: 212

Number: 1 Author: Daniel Subject: Highlight Date: 20/12/2015 11:28:28
Polissemia, obtida ao eliminar palavras - quase cópia - sobre não tocar o corpo. [p.14]

garantida, assim como não poderá ser garantido o acompanhamento e controle da mulher e seu filho após o nascimento; expõe a organização da área da saúde sexual e reprodutiva da mulher como a mais bem organizada e, por isso, passível de dar início ao 'processo de humanização da saúde' preconizado para o SUS pelo governo; supõe vigilâncias que se assemelham ao sistema operado no panóptico de Bentham[124], cuja aplicação só é possível a partir de sociedades acostumadas a obedecer. A disponibilidade de 'escolhas' para o parto passa à verdade instituída, útil e institui mudança de cenários. A verdade é, então, a história daquilo que os homens chamam de verdades e suas lutas em torno dessas verdades (VEYNE, 1998). Daí a necessidade de manter práticas tais quais a episiotomia e a cesariana, a tricotomia e o enema, entre outras; elas mantêm a verdade do parto e nascimento em torno da homogeneidade do pensamento, que não pode ser explicado pelo 'progresso' da medicina ou da ciência, mas se deve, em parte, pelas transformações do modo como a saúde é pensada no Brasil e em parte pelas transformações do resto do mundo e, por isso, nem completamente original nem completamente estranhas à sociedade. Tais práticas mantêm o discurso no plano dos sujeitos que necessitam de cuidados, e de sujeitos que têm um poder por si só constituído, sem que em tais relações enxergue-se a presença do Estado. Alguns ditos como 'gosto de fazer nascer' e da sensação 'agradável de ter o parto na mão' expõem um tipo de disciplinamento do profissional ao parto, sem que seja evidenciado, nesse discurso, o caráter biológico das intervenções. Todavia, o 'gosto de ter um parto na mão' produz-se como compensação por não ser possível prevenir todas as doenças, e não se conseguir vencer a morte e a dor: justificativas que dão "sentido a toda bugiganga cirúrgica de um simples parto [...] não para torná-lo asséptico ou conferir-lhe segurança" (JONES, 2004), mas para que se tenha controle da população pelo e desde o nascer. Travestido de segurança e de alívio da dor, esse controle produz uma gestante que necessita intervenções, profissionais que produzem normas imersas na ciência e nos equipamentos.

Nessas contingências, o atendimento domiciliar do parto e nascimento volta a ser discutido ao final do século XX, enquanto prática de resultados satisfatórios – e científicos - por governos de diversas nações, entre as quais, o Canadá (NEWCOMER, 2000; HAWKINS; KNOX, 2003) e o Brasil, através da implantação das casas de parto e da criação de cursos de enfermagem obstétrica, entre outros procedimentos.

[124] O Panóptico de Bentham é a figura arquitetônica utilizada para explicar o funcionamento do poder na sociedade de seqüestro, onde quanto maior o número de observadores, maior o risco de ser-se surpreendido e a maior a inquietude de ser observado. "O Panóptico é uma máquina maravilhosa [de] efeitos homogêneos de poder" (FOUCAULT, 1999c, p. 167).

Page: 214

Number: 1 Author: Daniel Subject: Highlight Date: 20/12/2015 12:56:51
Citação com aspas em nota de rodapé. [p. 167]

Number: 2 Author: Daniel Subject: Highlight Date: 20/12/2015 12:53:57
Citação e Paráfrase em nota de rodapé. [p. 165-6]

A neurose da mulher, ***histerização*** pela medicalização do seu corpo e do seu sexo; ***a pedagogização do sexo da criança***, em prol da campanha da saúde da pureza da raça, que visa não apenas comprometer a saúde futura dos adultos, mas da sociedade e da espécie, e cujo alvo foi a criança masturbadora; ***a socialização das condutas de procriação***, em nome da responsabilidade no que diz respeito à saúde dos filhos, bem como a solidez da família, e a salvação da sociedade se fixa no casal higiênico. Neste caso, Foucault comenta que ocorreu uma relação inversa - o controle da natalidade. O último investimento, a *psiquiatrização das perversões* pela intervenção da natureza reguladora dos adultos, e que pretendia atingir o adulto *devasso*.

No que se refere à instituição escolar, esta lançou e estabeleceu diferentes pontos de intervenção, contemplando desde os conteúdos das normas disciplinares punitivas, até a arquitetura dos prédios. O mecanismo da vigilância a partir destas implantações estimulava o discurso relacionado ao sexo das crianças e dos jovens, de modo que o abordavam os educadores, os médicos, os administradores, os sanitaristas, os pais e outros.

Em suma, o caráter disciplinador dessas instituições ocorreu pelo adestramento dos corpos, visando torná-los dóceis por meio do esquadrinhamento dos espaços; pela instauração da vigilância e de exames permanentes, tudo isso associado a medidas repressivas, caso os indivíduos não respondessem às normas estabelecidas. A instituição torna-se, pois, o lugar da disciplina (FOUCAULT, 1991).

É a partir desta perspectiva do surgimento das *tecnologias do sexo*, conforme denominou Foucault (2007), que pretendemos encaminhar uma sucinta compreensão de poder-saber na mediação das ações de Educação Sexual. Sobre esta relação o autor adverte que cada sociedade tem suas versões de verdade, e que poder e saber não querem dizer a mesma coisa. Os conhecimentos que circulam no âmbito escolar devem ter alguma afinidade com o jogo de elementos que circunda a sociedade.

Discutiremos o conceito de poder em Foucault (2007) apresentado pelo que ele *não é;* o que o distancia das concepções convencionais. Nesse sentido, o poder não diz respeito à soberania do Estado e seus aparelhos, aos quais os cidadãos são submetidos. Estas configurações são formas terminais do poder. O autor comenta que, nas sociedades modernas, o poder não rege a Sexualidade através da lei e sim por meio de técnicas e formas bem mais positivas do que o efeito excludente de uma interdição. Por isso, defende a análise da formação dos saberes sobre o sexo, não em termos da repressão, mas da confissão e do discurso.

Summary of Comments on 200_cp099953_anotado.pdf

Page: 35

1 Number: 1 Author: Daniel Subject: Highlight Date: 10/12/2015 16:17:36
Polissemia sobre instituições disciplinadoras, corpos dóceis, vigiância, exames e repressão em um parágrafo de 5 linhas.

Continuamos esta análise em função do verbo *olhar,* da Classe 1. Este verbo, às vezes, se refere à postura disciplinadora do professor em relação aos questionamentos de seus alunos. Buscamos no contexto das entrevistas e ilustramos o sentido que a depoente propõe: basta uma olhada da professora e o aluno entende que não é hora de conversar determinados assuntos, entre eles, sexualidade, conforme ilustra o excerto. Entretanto, pelo modo como a docente se sente diante do tema, qualquer outra explicação parece desnecessária de nossa parte.

> Eu tenho meu *olhar,* igual meus pais olhavam para a gente e a gente entendia. Eu olho para eles assim, e eles entendem também. Morro de medo de me pegar em uma situação dessa e eu não saber como agir. (Professora, católica, divorciada, 51-60 anos, Língua Portuguesa, 16-20 anos de tempo de serviço, Ensino Fundamental, municipal).

1 Esta forma de educar por meio dos códigos dos sinais: poucas palavras, nenhuma explicação, encontra guarida no mecanismo complexo da disciplina promovida pela escola mútua, do século XVII, tendo perdurado até o início do século XIX, segundo analisa Foucault (1991). O tipo de ensino chamado de mútuo deve-se a que os alunos tanto eram ensinantes, quanto aprendizes. Mas, é a disciplina que queremos ressaltar, pois tem algo semelhante à postura declarada. O silêncio era interrompido pelo toque dos sinos, palmas, gestos ou pelo simples olhar do mestre, conforme palavras do próprio autor.

> 2 exercício da disciplina supõe um dispositivo que obrigue pelo jogo do olhar; um aparelho onde as técnicas que permitem ver induzam a efeitos de poder, e, onde, em troca, os meios de coerção tornem claramente visíveis aqueles sobre quem se aplicam. (FOUCAULT, 1987, p. 143).

Advém daí a tese de que um corpo bem domesticado é a base de um gesto eficiente. A este tipo de disciplina o autor denomina de vigilância hierárquica, em que aparece implícita a idéia de individualização dos corpos.

3.2 Classe 2 - Introdução ao contexto semântico das palavras

Analisando o perfil da Classe 2, *Sexualidade: formação profissional e práticas pedagógicas,* a partir da tabela que segue observamos as palavras selecionadas por quiquadrado, freqüências na classe, total e as relações de índices percentuais. Observamos que esta classe se organiza em torno de 193 UCEs e condensa 23,60% das palavras analisadas por unidades, sendo portanto menor em relação àquela que está atrelada.

Page: 140

1 Number: 1 Author: Daniel Subject: Highlight Date: 10/12/2015 16:15:32
Polissemia sobre a escola mútua. [p. 148]

1 Number: 2 Author: Daniel Subject: Highlight Date: 10/12/2015 16:19:05
citação adentrada introduzida com "conforme palavras do próprio autor." [p. 143]

FOUCAULT, M. A **História da Sexualidade**: a vontade de saber. Traduzido por Maria Tereza da Costa Albuquerque e J. A . G. Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 2007.

_____. Recursos para o bom adestramento. A vigilância hierarquizada. In: _____. **Vigiar e Punir**: história da violência nas prisões. Petrópolis: Vozes, 1987. p. 143-161.

_____. Corpos dóceis. In: _____. **Vigiar e Punir**: história da violência nas prisões. Petrópolis: Vozes, 1991. p. 117-142.

_____. **Microfísica do poder**. In: MACHADO, R. (Org. e Trad.). Rio de janeiro: Ed Graal. 1992.

_____. A **História da Sexualidade**: o uso dos prazeres. Traduzido por Tereza da Costa Albuquerque e J. A . G. Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1994, vol.2

FRANCO, M. L. P. B. **Análise de conteúdo.** Brasília, DF: Plano, 2003.

FREIRE, P. **Educação e mudança.** Rio de Janeiro. Paz e terra, 1983.

_____. **Pedagogia do oprimido.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. Primeiras palavras Professora-tia: a armadilha. In: _____. **Professora sim, tia não. Cartas a quem ousa ensinar**. São Paulo: Olho d´Água: 1997. p. 7-18.

FRISON, L. M. B. **Percorrendo os caminhos na construção da sexualidade adolescente:** significados do mundo vivido. Dissertação (Mestrado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), Porto Alegre, 2000.

FURLANI, J. **Mitos e Tabus da Sexualidade Humana - subsídios ao trabalho em Educação Sexual**. Florianópolis: CEPEC, 1998.

GATTI, B. A. A Representação Social do Adolescente. In: SALLES, L. M. F. **Adolescência, Escola e Cotidiano**: contradições entre o genérico e o particular. Piracicaba: UNIMEP, 1998.

_____. **A Construção da Pesquisa e Educação no Brasil**. Brasília, DF: Plano Editora, 2002. (Série pesquisa em Educação, v. 1).

Page: 313

Number: 1 Author: Daniel Subject: Highlight Date: 10/12/2015 15:47:50
Utiliza duas edições distintas para referências de capítulos diferentes sendo elas de (1987 e 1991)

Number: 2 Author: Daniel Subject: Highlight Date: 10/12/2015 16:06:46
Utiliza duas edições distintas para referências de capítulos diferentes sendo elas de (1987 e 1991)

> tomar posição para falar dos objetos de que se ocupa em seu discurso (neste sentido, o saber da medicina clínica é o conjunto das funções de observação, interrogação, decifração, registro, decisão, que podem ser exercidas pelo sujeito do discurso médico); um saber é também o campo de coordenação e de subordinação dos enunciados em que os conceitos aparecem, se definem, se aplicam e se transformam (neste nível, o saber da História natural, no século XVIII, não é a soma do que foi dito, mas sim o conjunto dos modos e das posições segundo os quais se pode integrar ao já dito qualquer enunciado novo); finalmente, um saber se define por possibilidades de utilização e de apropriação oferecidas pelo discurso. [...] (FOUCAULT, 2002, p. 206-207)

Desse modo, o saber é uma construção histórica, que sofre deslocamentos de acordo com as práticas discursivas definidas como o conjunto de regras anônimas e históricas, determinado no tempo e no espaço, definindo para dada época o exercício das funções enunciativas (FOUCAULT, 2002). O saber pode mudar de uma época para outra, como por exemplo na história das prisões em que o suplício (sofrimento do corpo, antes de sua morte, sendo exposto ao público como um espetáculo) era a pena empregada para os crimes; em outro momento histórico tem-se a masmorra, em que a pena para o prisioneiro é o isolamento e a privação da luz. Posteriormente, chega-se ao panóptico em que a vigilância, o controle, ocorre por meio da disciplina, e a luz antes negada, passa a ser fundamental, pois é importante que o detento saiba que está sendo vigiado. [...] "O panóptico é uma máquina maravilhosa que, a partir dos desejos mais diversos, fabrica efeitos homogêneos de poder" (FOUCAULT, 2001, p. 167).

Foucault, por meio da análise de discursos produzidos em várias épocas, pretende compreender a constituição do saber. O discurso é entendido como o conjunto de enunciados. Multiplicando seus sentidos pode ser entendido como

> ora domínio geral de todos os enunciados, ora grupo individualizável de enunciados, ora prática regulamentada dando conta de um certo número de enunciados; e a própria palavra "discurso", que deveria servir de limite e de invólucro ao termo "enunciado", não a fiz variar à medida que deslocava minha análise ou seu ponto de aplicação, à

Summary of Comments on 218_cp031183_anotado.pdf

Page: 126

Number: 1 Author: Daniel Subject: Highlight Date: 21/12/2015 11:39:29
Citação com aspas, contudo com erro de referência pois no capítulo das referências lista como sendo 2001a. [p. 167]